

SUPLEMENTO AO PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA



SER EDUCACIONAL S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 04.986.320/0001-13
Rua Guilherme Pinto, nº 146, Graças
CEP 52010-210, Recife – PE
Código ISIN BRSEERACNOR5
Código de negociação na BM&FBOVESPA: "SEER3"
30.779.040 Ações
Valor da Distribuição: R\$661.749.360,00

1. O fator de risco "A perda ou redução das políticas de financiamento e/ou benefícios fiscais conferidos por nossa adesão ao PROUNI – Programa Universidade para Todos ("PROUNI"), bem como ao FIES poderão afetar adversamente nossos resultados", constante do Prospecto Preliminar divulgado em 1º de outubro de 2013, não deve ser lido como constou originalmente, mas conforme abaixo:

"O PROUNI, institucionalizado pela Lei n.º11.096/05, tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e tecnológicos, em instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos federais às instituições que aderirem ao PROUNI. Adicionalmente, alguns de nossos alunos utilizam o FIES, programa criado pelo MEC, operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, destinado a financiar estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e tecnológicos, em instituições privadas de educação superior. Caso o Governo Federal decida extinguir ou reduzir os benefícios do PROUNI e do FIES, ou caso não consigamos cumprir os requisitos para utilização do PROUNI e, no caso do FIES, os alunos não consigam cumprir os requisitos para sua utilização ou o Governo alongue os prazos dos reembolsos ou mude a regra de maneira adversa, nossos resultados operacionais poderão ser afetados e poderemos ser compelidos a pagar os tributos a que somos isentos atualmente e ter redução de receita em função da redução de captação de alunos oriundos do FIES. **Em 13 de setembro de 2013, a Receita Federal do Brasil publicou a Instrução Normativa SRF nº 1.394, que revogou a Instrução Normativa SRF nº 456, de 5 de outubro de 2004, que regulamenta a Lei n.º 11.096/05. A Instrução Normativa SRF nº 1.394 introduziu novas disposições em relação às isenções fiscais instituídas pelo PROUNI, em especial ao cálculo de referidas isenções. Segundo essa nova Instrução Normativa, que passa a produzir efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014, a isenção fiscal obtida pelas instituições privadas de ensino superior signatárias do PROUNI será calculada com base na "proporção da ocupação efetiva das bolsas devidas". De modo a obter a "proporção da ocupação efetiva das bolsas devidas", deverá ser realizado um cálculo que corresponde à relação entre o valor total das bolsas efetivamente preenchidas e o valor total das bolsas devidas. Adicionalmente, a Instrução Normativa SRF nº 1.394, desconsidera, para fins do cálculo da isenção relativa ao IRPJ e à CSLL, os valores do adicional do IRPJ. A aplicação das regras da Instrução Normativa SRF nº 1.394 poderá resultar em uma redução do valor da isenção fiscal obtida e, assim, afetar adversamente nossos resultados. Para maiores informações a respeito das alterações introduzidas pela IN 1.394, vide o item 7.5 do Formulário de Referência anexo ao Prospecto.** Adicionalmente, temos um sistema de crédito educativo ("EDUCRED") próprio que responde por 0,76% dos nossos alunos. Caso haja aumento de inadimplência nesse programa nossos resultados operacionais poderão ser negativamente afetados."

2. O fator de risco **“A perda ou redução das políticas de financiamento e/ou benefícios fiscais conferidos por nossa adesão ao PROUNI – Programa Universidade para Todos (“PROUNI”), ao FIES poderão afetar adversamente nossos resultados”** constante do Item 4.1 do Formulário de Referência anexo ao Prospecto Preliminar, divulgado em 1º de outubro de 2013, não deve ser lido como constou originalmente, mas conforme abaixo:

“O PROUNI, institucionalizado pela Lei n.º11.096/05, tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e tecnológicos, em instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos federais às instituições que aderirem ao PROUNI. Adicionalmente, alguns de nossos alunos utilizam o FIES, programa criado pelo MEC, operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, destinado a financiar estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e tecnológicos, em instituições privadas de educação superior. Caso o Governo Federal decida extinguir ou reduzir os benefícios do PROUNI e do FIES, ou caso não consigamos cumprir os requisitos para utilização do PROUNI e, no caso do FIES, os alunos não consigam cumprir os requisitos para sua utilização ou o Governo alongue os prazos dos reembolsos ou mude a regra de maneira adversa, nossos resultados operacionais poderão ser afetados e poderemos ser compelidos a pagar os tributos a que somos isentos atualmente e ter redução de receita em função da redução de captação de alunos oriundos do FIES. **Em 13 de setembro de 2013, a Receita Federal do Brasil publicou a Instrução Normativa SRF nº 1.394, que revogou a Instrução Normativa SRF nº 456, de 5 de outubro de 2004, que regulamenta a Lei n.º 11.096/05. A Instrução Normativa SRF nº 1.394 introduziu novas disposições em relação às isenções fiscais instituídas pelo PROUNI, em especial ao cálculo de referidas isenções. Segundo essa nova Instrução Normativa, que passa a produzir efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014, a isenção fiscal obtida pelas instituições privadas de ensino superior signatárias do PROUNI será calculada com base na “proporção da ocupação efetiva das bolsas devidas”. De modo a obter a “proporção da ocupação efetiva das bolsas devidas”, deverá ser realizado um cálculo que corresponde à relação entre o valor total das bolsas efetivamente preenchidas e o valor total das bolsas devidas. Adicionalmente, a Instrução Normativa SRF nº 1.394, desconsidera, para fins do cálculo da isenção relativa ao IRPJ e à CSLL, os valores do adicional do IRPJ. A aplicação das regras da Instrução Normativa SRF nº 1.394 poderá resultar em uma redução do valor da isenção fiscal obtida e, assim, afetar adversamente nossos resultados. Para maiores informações a respeito das alterações introduzidas pela IN 1.394, vide o item 7.5 deste Formulário de Referência.** Adicionalmente, temos um sistema de crédito educativo (“EDUCRED”) próprio que responde por 0,76% dos nossos alunos. Caso haja aumento de inadimplência nesse programa nossos resultados operacionais poderão ser negativamente afetados.”

3. O item “7.5 – Efeitos Relevantes da Regulação Estatal nas atividades” do Formulário de Referência anexo a esse Prospecto foi alterado para incluir descrição sobre a alteração normativa descrita acima no subitem “Alterações Recente ao PROUNI, conforme segue abaixo:

“Recentemente, em 13 de setembro de 2013, a Receita Federal do Brasil publicou a Instrução Normativa SRF nº 1.394, que revoga a referida Instrução Normativa SRF nº 456 e introduz novas disposições em relação às isenções fiscais instituídas pelo PROUNI, em especial um novo cálculo para se obter o valor de referidas isenções. Segundo a Instrução Normativa SRF nº 1.394, que em tese passa a produzir efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014, a isenção fiscal obtida pelas instituições privadas de ensino superior signatárias do PROUNI deverá ser calculada com base na Proporção Da Ocupação Efetiva Das Bolsas Devidas (“POEB”)¹. De modo a obter a POEB, dispõe a Instrução Normativa SRF nº 1.394, que deverá ser realizado um cálculo que corresponde à razão entre o (i) valor total das bolsas efetivamente preenchidas² e (ii) o valor total das bolsas devidas³, na forma do seguinte procedimento:

- (i) valor total das bolsas integrais ou parciais preenchidas - apura-se o somatório dos valores, das bolsas integrais, parciais de 50% ou parciais de 25% no âmbito do PROUNI, excluídas as bolsas da própria instituição, observados os descontos concedidos, cujos estudantes bolsistas encontram-se regularmente matriculados nos cursos no período de apuração dos tributos;
- (ii) valor total das bolsas integrais ou parciais devidas - apura-se o somatório dos valores, da totalidade de bolsas de estudos integrais, parciais de 50% ou parciais de 25%, devidas no âmbito do PROUNI excluídas as bolsas da própria instituição, observados os descontos concedidos; e
- (iii) $POEB = (i) / (ii)$

¹ Entende-se por “Proporção da Ocupação Efetiva das Bolsas Devidas”, a razão entre o número de bolsas devidas pela instituição *versus* bolsas efetivamente preenchidas.

² Entende-se por “bolsas efetivamente preenchidas” o número de bolsas de estudo devidas pela instituição de ensino que foram preenchidas, ou seja, que contam com alunos matriculados de acordo com as regras do PROUNI.

³ Entende-se por “bolsas devidas” o número de bolsas de estudo oferecidas pelas instituições aderentes ao programa de acordo com o termo de adesão ao PROUNI apresentado por cada instituição, ou seja, o número de bolsas de estudo oferecidas pela instituição aderente vinculadas ao PROUNI.

Ademais, a Instrução Normativa SRF nº 1.394, ao dispor acerca do cálculo do valor da isenção fiscal do IRPJ e da CSLL (POEB, multiplicado pelo lucro da exploração das atividades de ensino superior provenientes de cursos de graduação ou cursos sequenciais de formação específica e pela alíquota do IRPJ - 15% e da CSLL - 9%) desconsiderou a aplicação da alíquota adicional do IRPJ (10%) o que não constava na regulamentação anterior.

Neste contexto, considerando que a regulamentação da Instrução Normativa SRF nº 456 não prevê a realização de cálculos limitadores do valor da isenção fiscal, e tendo em vista que as regras instituídas pela Instrução Normativa SRF nº 1.394 acabam por criar um potencial limitador ao montante da isenção fiscal que poderá ser usufruído pela Companhia, a aplicação das disposições introduzidas pela Instrução Normativa SRF nº 1.394 resultará em uma redução do valor da isenção fiscal obtida e, por consequência, nossos resultados poderão ser afetados. Não obstante, salientamos que a legalidade das disposições introduzidas pela Instrução Normativa SRF nº 1.394 é passível de questionamentos, tendo em vista que, no ordenamento jurídico brasileiro, uma instrução normativa da Receita Federal, como regra geral, não pode reduzir ou limitar um benefício fiscal previsto em lei, como no presente caso. Pretendemos questionar judicialmente a legalidade da IN 1.394, mas não podemos assegurar que teremos êxito em tal questionamento. Por fim, em relação ao PROUNI, somos uma instituição credenciada e, portanto, valemo-nos dos benefícios concedidos.”

4. EM RAZÃO DAS ALTERAÇÕES DESCRITAS ACIMA E, COMO A REVOGAÇÃO DA SUSPENSÃO DA OFERTA E O NOVO CRONOGRAMA FORAM APROVADOS PELA CVM, O CRONOGRAMA DA OFERTA PASSARÁ A VIGER CONFORME INDICADO ABAIXO:

Ordem dos Eventos	Eventos	Datas Previstas⁽¹⁾
1.	Protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta	26/08/2013
2.	Publicação do Aviso ao Mercado (sem o logotipo das Instituições Consorciadas) Disponibilização do Prospecto Preliminar Início das Apresentações de <i>Roadshow</i> Início do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	01/10/2013
3.	Republicação do Aviso ao Mercado (com o logotipo das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva	08/10/2013
4.	Encerramento do Período de Reserva	17/10/2013
5.	Encerramento das Apresentações de <i>Roadshow</i>	18/10/2013
6.	Publicação do Comunicado ao Mercado sobre a Suspensão da Oferta	21/10/2013
7.	Publicação do Comunicado ao Mercado de Modificação Retomada e Abertura de Prazo para Desistência da Oferta Início do Período de Desistência para Investidores Não Institucionais e Institucionais	22/10/2013
8.	Fim do Período de Desistência para Investidores Institucionais	23/10/2013
9.	Fim do Período de Desistência para Investidores Não Institucionais Encerramento do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> Fixação do Preço por Ação Assinatura do Contrato de Colocação, do Contrato de Colocação Internacional e de outros contratos relacionados à Oferta Início do Prazo de Exercício da Opção de Ações Suplementares	25/10/2013
10.	Disponibilização do Prospecto Definitivo Registros da Oferta pela CVM Publicação do Anúncio de Início	28/10/2013
11.	Início da negociação das Ações na BM&FBOVESPA	29/10/2013
12.	Data de Liquidação	31/10/2013
13.	Encerramento do Prazo de Exercício da Opção de Ações Suplementares	22/11/2013
14.	Data Máxima de Liquidação das Ações Suplementares	27/11/2013
15.	Data Máxima para Publicação do Anúncio de Encerramento	28/04/2014

⁽¹⁾ Todas as datas previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões ou prorrogações a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

Seguem inalterados os demais termos e condições da Oferta, conforme previsto no Aviso ao Mercado e no Prospecto Preliminar, salvo naquilo que forem afetados pelos fatos aqui comunicados.

PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA



SER EDUCACIONAL S.A.
 Companhia Aberta de Capital Autorizado
 CNPJ/MF nº 04.986.320/0001-13
 Rua Guilherme Pinto, nº 146, Graças
 CEP 52010-210, Recife – PE
 Código ISIN BRSEERACNORS
 Código de negociação na BM&FBOVESPA: "SEER3"
30.779.040 Ações
Valor da Distribuição: R\$661.749.360,00

No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$19,50 e R\$23,50, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor acima ou abaixo desta faixa indicativa.

A Ser Educacional S.A. ("Companhia"), o Poah One Acquisition Holdings VII, LLC ("Poah One") e os acionistas vendedores pessoa física identificados neste Prospecto ("Acionistas Vendedores Pessoa Física" e, em conjunto com o Poah One, "Acionistas Vendedores"), em conjunto com o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual" ou "Coordenador Líder"), o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse" ou "Agente Estabilizador"), o Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Goldman Sachs") e o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Credit Suisse e o Goldman Sachs ("Coordenadores da Oferta"), estão realizando uma oferta pública de distribuição primária e secundária de, inicialmente, 30.779.040 ações ordinárias, compreendendo: (i) a distribuição primária, inicialmente, de 15.389.520 novas ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia ("Oferta Primária"); e (ii) a distribuição secundária de 15.389.520 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores ("Oferta Secundária"), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de todos e quaisquer ônus ou gravames (em conjunto, "Ações" e "Oferta").

A Oferta será realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais normativos aplicáveis, e será coordenada pelos Coordenadores da Oferta e com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), convidadas a participar da Oferta para efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais (conforme definido neste Prospecto) ("Instituições Consorciadas" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "Instituições Participantes da Oferta").

Serão também realizados pelo BTG Pactual US Capital LLC, pelo Credit Suisse Securities (USA) LLC, pelo Goldman, Sachs & Co e pelo Santander Investment Securities Inc., (em conjunto definidos como "Agentes de Colocação Internacional"), simultaneamente, esforços de colocação das Ações (i) nos Estados Unidos da América, para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na *Rule 144A*, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* ("SEC"), em operações isentas de registro, previstas no *U.S. Securities Act of 1933*, conforme alterado ("*Securities Act*") e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores constituídos de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor (*non U.S. Persons*), com base na *Regulation S* editada pela SEC no âmbito do *Securities Act* (em conjunto, "Investidores Estrangeiros"), e em ambos os casos, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados nos termos da Lei nº 4.131, de 03 de setembro de 1962, conforme alterada ("Lei 4.131") ou da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Resolução CMN 2.689") e da Instrução da CVM nº 325 da CVM, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Instrução CVM 325"), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados em conformidade com o *Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional ("Contrato de Colocação Internacional").

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Suplementares (conforme definido abaixo), poderá, a critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% do total de Ações inicialmente ofertadas, ou seja, em até 3.077.904 novas ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia e 3.077.904 ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até 2.308.428 novas ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia e 2.308.428 ações ordinárias de titularidade dos Acionistas Vendedores ("Ações Suplementares"), conforme opção para distribuição de tais Ações Suplementares a ser outorgada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Ser Educacional S.A., a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e, na qualidade de interveniente-ante, a BM&FBOVESPA ("Contrato de Colocação"), nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, para atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta ("Opção de Ações Suplementares"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das Ações na BM&FBOVESPA, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação (conforme definido abaixo).

No contexto da Oferta, estima-se que o preço por Ação estará situado entre R\$19,50 e R\$23,50, ressalvado, no entanto, que esta faixa é meramente indicativa, podendo o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa ("Preço por Ação"). Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observada a condição de eficácia indicada neste Prospecto. O Preço por Ação será fixado após a apuração do resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais, a ser realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44, ambos da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*"). O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletada junto a Investidores Institucionais. A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentaram suas intenções de investimento no contexto da Oferta, e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). Caso não haja excesso de demanda superior a um 1/3 (terço) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), os Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas (conforme definido neste Prospecto) poderão participar do Procedimento de *Bookbuilding* até o limite máximo de 20% das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares). Os Investidores Não Institucionais que efetuem Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva no âmbito da Oferta não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.

	Preço (R\$) ⁽¹⁾	Comissões (R\$) ⁽²⁾⁽⁴⁾	Recursos Líquidos (R\$) ⁽²⁾⁽³⁾⁽⁴⁾
Por Ação.....	21,50	0,90	20,60
Oferta Primária.....	330.874.680,00	13.896.736,56	316.977.943,44
Oferta Secundária.....	330.874.680,00	13.896.736,56	316.977.943,44
Total.....	661.749.360,00	27.793.473,12	633.955.886,88

(1) Com base no Preço por Ação de R\$21,50, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais.

(3) Sem dedução das despesas da Oferta.

(4) Para informações sobre as remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta - Custos de Distribuição", na página 52 deste Prospecto.

A realização da Oferta Primária dentro do limite de capital autorizado previsto no estatuto social da Companhia e com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), bem como seus termos e condições, foram aprovados na reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de setembro de 2013, cuja ata foi publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco e no jornal Valor Econômico em 1º de outubro de 2013 e foi arquivada na Junta Comercial do Estado de Pernambuco ("JUCEPE") em 2 de outubro de 2013.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia serão aprovados, entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, em reunião do conselho de administração da Companhia, cuja ata será devidamente registrada na JUCEPE e publicada no jornal Valor Econômico na data de publicação do Anúncio de Início (conforme definido neste Prospecto) e no Diário Oficial do Estado de Pernambuco no dia útil subsequente.

Os Acionistas Vendedores Pessoa Física, sendo pessoa física, e o Poah One, nos termos de seus atos constitutivos, não têm necessidade de aprovação societária para a realização da Oferta Secundária, a alienação das Ações e a fixação do Preço por Ação.

Exceto pelo registro na CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos da América e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Será admitido o recebimento de reservas para a subscrição/aquisição das Ações, a partir da data a ser indicada no Aviso ao Mercado (conforme definido neste Prospecto) e neste Prospecto, as quais somente serão confirmadas aos subscritores/adquirentes no início do Período de Colocação (conforme definido neste Prospecto).

A OFERTA PRIMÁRIA E A OFERTA SECUNDÁRIA FORAM REGISTRADAS NA CVM EM [•] DE [•] DE 2013, SOB O N.º CVM/SRE/REM/2013/[•] E SOB O N.º CVM/SRE/SEC/2013/[•], RESPECTIVAMENTE.

"O REGISTRO DA OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS."

Este Prospecto Preliminar não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de subscrição/aquisição e integralização/liquidação das Ações. Ao decidir subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações, os potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, das atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO DA COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS NOSSAS AÇÕES", RESPECTIVAMENTE, DESTES PROSPECTO E TAMBÉM AS SEÇÕES "4. FATORES DE RISCO" E "5. RISCOS DE MERCADO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANEXO A ESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS EM RELAÇÃO À SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DAS AÇÕES.



A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBIMA, não cabendo à ANBIMA qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos.

Coordenadores e *Joint Bookrunners*



Coordenador Líder



Agente Estabilizador



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES	1
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA	9
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO	10
SUMÁRIO DA COMPANHIA	12
VISÃO GERAL	12
NOSSAS VANTAGENS COMPETITIVAS	14
NOSSA ESTRATÉGIA	17
ESTRUTURA SOCIETÁRIA.....	19
INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A COMPANHIA.....	20
PRINCIPAIS FATORES DE RISCO DA COMPANHIA	20
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS	22
ARREDONDAMENTOS.....	22
SUMÁRIO DA OFERTA	27
INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES	42
COMPANHIA	42
ACIONISTAS VENDEDORES.....	42
COORDENADOR LÍDER.....	42
AGENTE ESTABILIZADOR.....	42
CONSULTORES LEGAIS LOCAIS DA COMPANHIA.....	43
CONSULTORES LEGAIS LOCAIS DOS COORDENADORES DA OFERTA	43
CONSULTORES EXTERNOS DA COMPANHIA	43
CONSULTORES LEGAIS EXTERNOS DOS COORDENADORES DA OFERTA	43
AUDITORES INDEPENDENTES DA COMPANHIA.....	43
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA	44
COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	44
PRINCIPAIS ACIONISTAS, MEMBROS DA NOSSA ADMINISTRAÇÃO E ACIONISTAS VENDEDORES	45
IDENTIFICAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES, QUANTIDADE DE AÇÕES OFERTADAS PELOS ACIONISTAS VENDEDORES E RECURSOS LÍQUIDOS DA OFERTA SECUNDÁRIA	46
CARACTERÍSTICAS GERAIS DA OFERTA.....	48
DESCRIÇÃO DA OFERTA	48
APROVAÇÕES SOCIETÁRIAS	49
PREÇO POR AÇÃO	50
RESERVA DE CAPITAL.....	51
QUANTIDADE, MONTANTE E RECURSOS LÍQUIDOS DA OFERTA PRIMÁRIA.....	51
CUSTOS DE DISTRIBUIÇÃO	52
INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA.....	53
PÚBLICO ALVO.....	53
COMUNICADO AO MERCADO DE MODIFICAÇÃO, RETOMADA E ABERTURA DE PRAZO PARA DESISTÊNCIA DA OFERTA.....	53
CRONOGRAMA ESTIMADO DA OFERTA.....	54
PROCEDIMENTO DA OFERTA.....	55
OFERTA DE VAREJO.....	56
OFERTA INSTITUCIONAL	60
PRAZOS DA OFERTA E DATA DE LIQUIDAÇÃO	60
CONTRATO DE COLOCAÇÃO E CONTRATO DE COLOCAÇÃO INTERNACIONAL	61
INFORMAÇÕES SOBRE A GARANTIA FIRME DE LIQUIDAÇÃO DA OFERTA.....	62
CONTRATO DE ESTABILIZAÇÃO	63

NEGOCIAÇÃO NA BM&FBOVESPA.....	64
DIREITOS, VANTAGENS E RESTRIÇÕES DAS AÇÕES	64
VIOLAÇÕES DE NORMA DE CONDUTA	65
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA RESPONSÁVEL PELA ESCRITURAÇÃO DAS AÇÕES	65
RESTRIÇÕES À NEGOCIAÇÃO DAS AÇÕES (LOCK-UP)	65
ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS, REVOGAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DA OFERTA	66
SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DA OFERTA.....	67
CONDIÇÕES A QUE A OFERTA ESTEJA SUBMETIDA.....	68
INADEQUAÇÃO DA OFERTA	68
INFORMAÇÕES ADICIONAIS.....	68
RELACIONAMENTO ENTRE NÓS, OS ACIONISTAS VENDEDORES E AS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA	71
RELACIONAMENTO ENTRE NÓS E O COORDENADOR LÍDER	71
RELACIONAMENTO ENTRE NÓS E O CREDIT SUISSE.....	72
RELACIONAMENTO ENTRE NÓS E O GOLDMAN SACHS	72
RELACIONAMENTO ENTRE NÓS E O SANTANDER.....	73
RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E O COORDENADOR LÍDER	75
RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E O CREDIT SUISSE.....	75
RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E O GOLDMAN SACHS	75
RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E O SANTANDER.....	75
OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA	77
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA.....	78
BTG PACTUAL	78
CREDIT SUISSE	79
GOLDMAN SACHS.....	81
SANTANDER	82
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES	84
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	89
CAPITALIZAÇÃO.....	91
DILUIÇÃO.....	92
PLANO DE OPÇÕES.....	93
DILUIÇÃO MÁXIMA COMBINADA: OFERTA E PLANO.....	94
SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES POR NOSSOS ADMINISTRADORES, POR NOSSO ACIONISTA CONTROLADOR OU POR DETENTORES DE OPÇÕES DE AQUISIÇÕES DE AÇÕES DA COMPANHIA.	94
ANEXO A – ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA.....	99
ANEXO B – ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2013, APROVANDO A OFERTA	123
ANEXO C – MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA PARA A APROVAÇÃO DO AUMENTO DE CAPITAL REFERENTE À OFERTA E O PREÇO POR AÇÃO.....	131
ANEXO D – DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400	139
ANEXO E – DECLARAÇÃO DA COMPANHIA PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400.....	143
ANEXO F - DECLARAÇÕES DOS ACIONISTAS VENDEDORES PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400.....	147
ANEXO G – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	155

ANEXO H – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	217
ANEXO I – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	275
ANEXO J – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA EM 30 DE JUNHO DE 2013 E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	335
ANEXO K – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA.....	405

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto, os termos “nós” e “nossos” e verbos na primeira pessoa do plural referem-se à Companhia, salvo referência diversa neste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto e no Formulário de Referência, conforme aplicável, salvo referência diversa. As definições dos termos relacionados à Oferta estão descritas na seção “Sumário da Oferta” na página 27 deste Prospecto.

Acionista Controlador	O Sr. José Janguê Bezerra Diniz.
Acionistas Vendedores	Os Acionistas Vendedores Pessoa Física e o Poah One.
Acionistas Vendedores Pessoas Físicas	O Sr. José Janguê Bezerra Diniz e o Sr. Jânnyo Janguê Bezerra Diniz.
Administração ou Administradores	O Conselho de Administração e a Diretoria, considerados em conjunto.
Afiladas	Em relação a qualquer pessoa (a) seus conselheiros e diretores; ou (b) as pessoas que são, direta ou indiretamente, controladoras e controladas, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, ou coligadas, nos termos do artigo 243, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, daquela ou que estão sob seu controle comum.
ANBIMA	ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Assembleia Geral	Assembleia Geral dos nossos Acionistas.
Auditores Independentes ou PricewaterhouseCoopers	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, nossos auditores independentes.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
BR GAAP ou Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	Práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as regras e regulamentos da CVM, os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo CPC, normatizados e fiscalizados pelo CFC.
CAGR	Compounded annual growth rate ou taxa de crescimento anual composta.
Cartesian Capital Group	Cartesian Capital Group, LLC.

CEBAS	Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social na Área de Educação.
Centro Oeste	Uma das cinco regiões do Brasil definidas pelo IBGE e que abrange os estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal.
Centro Universitário	Os Centros Universitários têm certa autonomia com relação ao MEC na condução de suas atividades. 70% de seus professores devem ser titulados, porém, não são obrigados a fazer pesquisa e não é obrigatório o oferecimento de cursos de pós-graduação stricto sensu.
Ciências Biológicas	Campo da ciência que estuda os seres vivos na sua diversidade e interação com o meio ambiente; teorias relativas à Biologia e ao respectivo processo de ensino-aprendizagem.
Ciências Exatas	Campo da ciência que estuda as expressões quantitativas, previsões precisas, os métodos e hipóteses, os experimentos reprodutíveis envolvendo previsões e medições quantificáveis.
Ciências Humanas	Campo da ciência que estuda os aspectos do ser humano como indivíduo e como ser social.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNE	Conselho Nacional de Educação.
CNPJ	Número atribuído aos contribuintes pessoas jurídicas no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas, que os identifica perante a Receita Federal.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Atividades Conveniadas.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e alterações posteriores.
Companhia, Ser Educacional ou nós	Ser Educacional S.A.
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação do Ensino Superior.

Conselheiro Independente	Conselheiro Independente é aquele que: (i) não tem qualquer vínculo conosco, exceto participação de capital; (ii) não é Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não é ou não foi, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não foi, nos últimos 3 (três) anos, nosso empregado ou Diretor, do nosso Acionista Controlador ou de sociedade por nós controlada; (iv) não é fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de nossos serviços e/ou produtos, em magnitude que implique perda de independência; (v) não é funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja nos oferecendo ou nos demandando serviços e/ou produtos; (vi) não é cônjuge ou parente até segundo grau de algum de nossos administradores; (vii) não recebe outra remuneração de nós além da de Conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição). Serão também considerados Conselheiros Independentes, aqueles eleitos mediante a faculdade prevista no artigo 141, §4º e §5º, da Lei das Sociedades por Ações.
Conselho de Administração	O nosso conselho de administração.
Conselho Fiscal	O conselho fiscal da Companhia.
Constituição Federal	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
CFC	Conselho Federal de Contabilidade.
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Decreto nº 5.773/06.	Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.
Deliberação CVM 476	Deliberação CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Diretoria	A diretoria da Companhia.
Dólares norte-americanos ou US\$	Dólar dos Estados Unidos da América.
EAD	Ensino a Distância.
EBITDA ou LAJIDA	De acordo com a Instrução CVM 527, a definição de EBITDA (LAJIDA) é Lucro Antes do Resultado Financeiro Líquido, Imposto de Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização.

EBITDA Ajustado	O EBITDA Ajustado corresponde à soma do EBITDA com o resultado financeiro de receitas com multas e juros sobre mensalidades, custos e despesas não recorrentes e os aluguéis totais pagos. De acordo com a Instrução CVM 527, a companhia pode optar por divulgar os valores do LAJIDA excluindo os resultados líquidos vinculados às operações descontinuadas, como especificado no Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, e ajustado por outros itens que contribuam para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes.
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio.
Ensino Superior	Educação realizada em universidades, faculdades, institutos politécnicos, escolas superiores outras instituições que conferem graus acadêmicos ou profissionais.
Ensino Técnico	Nível intermediário entre o Ensino Básico e o Ensino Superior, ou um substituto para o Ensino Superior. Seu objetivo é capacitar alunos que concluem o Ensino Fundamental ou o Ensino Médio para o mercado de trabalho.
ERP	Enterprise resource planning ou sistemas integrados de gestão empresarial (SIGE ou SIG).
Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Estatuto Social	Estatuto Social da Companhia aprovado na assembleia geral extraordinária realizada em 12 de agosto de 2013.
Fatores de Risco	Para uma descrição acerca dos fatores de risco que devem ser cuidadosamente analisados antes da decisão de investimento nas Ações, veja seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia” e “Fatores de Risco relacionados à Oferta e às Ações” nas páginas 20 e 84 deste Prospecto, e os itens “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.
FIES	Financiamento ao Estudante de Ensino Superior. De acordo com o MEC, o FIES é um programa destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. O FIES foi criado em 1999.

FGV	Fundação Getúlio Vargas.
<i>Final Offering Memorandum</i>	Documento final de divulgação da Oferta a ser utilizado no esforço de colocação de Ações junto a Investidores Estrangeiros.
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos.
Formulário de Referência	Formulário de Referência da Companhia na data deste Prospecto e anexo a ele, elaborado nos termos da Instrução CVM 480.
Hoper	Hoper Educação, conjunto de empresas de consultoria especializadas no segmento da educação pública e privada no Brasil.
Governo Federal	Governo da República Federativa do Brasil.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
IES	Instituição de Ensino Superior.
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.
IFRS	International Financial Reporting Standards. (Normas Internacionais de Relatório Financeiro). Conjunto de normas internacionais de contabilidade, emitidas e revisadas pelo IASB – International Accounting Standards Board (Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade).
IGC	Instituto Geográfico e Cartográfico.
INCC/FGV	Índice Nacional de Custo da Construção elaborado pela Fundação Getúlio Vargas.
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.
Instituição Escriuradora das Ações	Itau Corretora de Valores S.A.
Instrução CVM 325	Instrução CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada.
Instrução CVM 358	Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Instrução CVM 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 527	Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012.

ISIN	O código ISIN das Ações é BRSEERACNOR5.
ITR	Formulário de Informações Trimestrais, nos termos da Instrução CVM 480.
JUCEPE	Junta Comercial do Estado de Pernambuco.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei de Direitos Autorais	Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, conforme alterada.
Lei de Diretrizes e Bases	Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conforme alterada.
Lei do Mercado de Valores Mobiliários	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei nº 4.131	Lei nº 4.131, de 03 de setembro de 1962, conforme alterada.
MEC	Ministério da Educação e Cultura.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem do mercado de ações da BM&FBOVESPA, com regras diferenciadas de governança corporativa, de acordo com o Regulamento do Novo Mercado.
Nordeste	Uma das cinco regiões do Brasil definidas pelo IBGE e que abrange os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco (incluindo o Distrito Estadual de Fernando de Noronha e o Arquipélago de São Pedro e São Paulo), Rio Grande do Norte (incluindo a Reserva Biológica Marinha do Atol das Rocas) e Sergipe.
Norte	Uma das cinco regiões do Brasil definidas pelo IBGE e que abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.
Número Final de Alunos ou Matrículas	Número total de alunos ou matrículas ao final do período em questão.
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.
PIB	Produto Interno Bruto.
Poah One	Poah One Acquisition Holdings VII, LLC.
Polos	Locais operados pela Companhia, credenciados pelo MEC, para suporte ao oferecimento de cursos por meio do EAD.

Portal Acadêmico	Ferramenta <i>online</i> que proporciona ao gestor o acesso às informações gerais para fomento do curso e acompanhamento dos docentes e discentes, e que possibilita aos professores a realização e acompanhamento das atividades acadêmicas.
Portal do Aluno	Ferramenta <i>online</i> que permite aos alunos o acompanhamento das atividades acadêmicas, interação com os professores, bem como consulta às informações financeiras e da biblioteca.
<i>Preliminary Offering Memorandum</i>	Documento preliminar de divulgação da Oferta a ser utilizado no âmbito dos esforços de colocação de Ações junto a Investidores Estrangeiros.
Prospecto Definitivo	O Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de emissão da Ser Educacional, incluindo seus anexos.
Prospecto Preliminar ou Prospecto	Este Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de emissão da Ser Educacional S.A., incluindo seus anexos.
Prospectos	Este Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, em conjunto.
PROUNI	Programa Universidade para Todos (Prouni) do MEC, que concede bolsas de estudos em instituições privadas de ensino superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior.
Prova Colegiada	Modelo de avaliação dos alunos elaborado pela Companhia, feito em conjunto pelos professores e finalizada por um grupo de professores validadores.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, que disciplina os requisitos para negociação de valores mobiliários de companhias abertas listadas no Novo Mercado, estabelecendo regras diferenciadas para listagem de tais companhias.
<i>Regulation S</i>	<i>Regulation S</i> , editado pela SEC no âmbito do <i>Securities Act</i> .
Resolução CMN 2.689	Resolução do CMN nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada.
Reunião do Conselho de Administração	Reunião do Conselho de Administração da Companhia.
Regra 144A	<i>Rule 144 A</i> , editada pela SEC no âmbito do <i>Securities Act</i> .
SEC	<i>Securities and Exchange Commission</i> dos Estados Unidos da América.

<i>Securities Act</i>	<i>Securities Act</i> de 1933 dos Estados Unidos da América, conforme alterado.
Ser Educacional ou Companhia	Ser Educacional S.A.
SERES/MEC	A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) é a unidade do Ministério da Educação responsável pela regulação e supervisão de IES, públicas e privadas, e cursos superiores de graduação do tipo bacharelado, licenciatura e tecnológico, e de pós-graduação lato sensu, todos na modalidade presencial ou a distância. A SERES também é responsável pela CEBAS.
SICAF	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.
Sistema de Ensino	Conjunto de produtos e serviços por meio do qual é oferecida uma solução educacional completa às escolas que o adotam.
Sudeste	Uma das cinco regiões do Brasil definidas pelo IBGE e que abrange os estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.
Sul	Uma das cinco regiões do Brasil definidas pelo IBGE e que abrange os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.
Taxa de Penetração Bruta	Total de matrículas em um dado nível de ensino sobre a população na faixa etária adequada a esse nível.
Taxa de Penetração Líquida	Percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada no nível de ensino adequado à sua faixa etária.
Ticket Médio de Graduação	Receita bruta do período dividido pela média de alunos do período.
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo mediante a educação, a ciência, a cultura e as comunicações.
Vagas Anuais	Quantidade de vagas aprovadas pelo órgão regulador que a companhia pode disponibilizar anualmente.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	Ser Educacional S.A., constituída sob a forma de sociedade por ações, com atos constitutivos arquivados perante a JUCEPE sob o NIRE 26.3.0001679-6 e com inscrição no CNPJ sob o nº 04.986.320/0001-13.
Registro na CVM	Fomos registrados na CVM sob o nº 23.221 em 18 de outubro de 2013.
Sede	Nossa sede está localizada na Cidade de Recife, Estado de Recife, na Rua Fernando Lopes 778, Graças, CEP 52011-220.
Diretoria de Relações com Investidores	Nossa Diretoria de Relações com Investidores está localizada em nossa sede. Nosso Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Jânio Janguê Bezerra Diniz. Nosso Departamento de Relações com Investidores pode ser contatado pelo telefone/fax +55 (81) 3413 4622 e correio eletrônico janyo@sereducacional.com.
Auditores Independentes	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, localizada na Rua Padre Carapuceiro, 733, 8º andar, na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, telefone (81) 3465-8688 e fax (81) 3465-1063. A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes emitiu o relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia, anexas a este Prospecto, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 e informações trimestrais para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013.
Instituição Escriuradora das Ações	Itaú Corretora de Valores S.A.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	Nossas Ações serão negociadas na BM&FBOVESPA sob o código "SEER3" e listadas no segmento do Novo Mercado, a partir do dia útil subsequente à publicação do Anúncio de Início.
Jornais nos quais divulgamos informações	Divulgamos nossas informações societárias no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado de Pernambuco.
Site na Internet	www.sereducacional.com. As informações constantes da nossa página na Internet não são parte integrante deste Prospecto, nem estão a ele incorporadas por referência a este Prospecto.
Informações Adicionais Sobre Nós e a Oferta	Informações complementares sobre nós e sobre a Oferta poderão ser obtidas conosco, com os Coordenadores da Oferta, com a BM&FBOVESPA e com a CVM, nos endereços e páginas da Internet indicados na seção "Informações sobre a Companhia, os Coordenadores da Oferta, os Consultores e os Auditores", na página 42 deste Prospecto.
Formulário de Referência	Informações detalhadas sobre nós, nossos negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO

Este Prospecto contém estimativas e perspectivas para o futuro, principalmente na seção "Sumário da Companhia" e em sua subseção "Principais Fatores de Risco da Companhia", e na seção "Fatores de Risco relacionados à Oferta e às Ações", e nos itens "4. Fatores de Risco", "5. Riscos de Mercado", "7. Atividades do Emissor" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência.

Nossas estimativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, as expectativas atuais, estimativas das projeções futuras e tendências que afetam ou podem potencialmente vir a afetar nosso setor de atuação, nossa participação de mercado, nossa reputação, nossos negócios operacionais, nossa situação financeira, o resultado das nossas operações, nossas margens e/ou nosso fluxo de caixa. Embora acreditemos que estas estimativas e declarações futuras encontram-se baseadas em premissas razoáveis, estas estimativas e declarações estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições e são feitas com base nas informações de que atualmente dispomos.

Nossas estimativas e declarações futuras podem ser influenciadas por diversos fatores, incluindo, exemplificativamente:

- a capacidade da Companhia de obter financiamento para os seus projetos e planos de aquisição;
- a capacidade da Companhia de ser bem sucedidos em nossa estratégia de negócios, incluindo a identificação de novas localidades para novas Unidades;
- a capacidade da Companhia de acompanhar e se adaptar às mudanças tecnológicas no setor educacional, principalmente no que diz respeito ao Ensino a Distância;
- a disponibilidade, os termos, as condições e a oportunidade da Companhia para obter e manter autorizações governamentais;
- a capacidade da Companhia de implementar sua estratégia de expansão, tanto orgânica como por meio de aquisições;
- a capacidade da Companhia de integrar as empresas que adquiriu recentemente, bem como aquelas que eventualmente venha a adquirir, ou de aproveitar todos os benefícios esperados das aquisições que realiza;
- a capacidade da Companhia de continuar atraindo novos alunos e mantê-los matriculados;
- a capacidade da Companhia de manter a qualidade acadêmica de seus cursos;
- a disponibilidade de funcionários experientes;
- as condições comerciais, econômicas e políticas no Brasil;
- as mudanças na situação financeira de nossos alunos e nas condições competitivas no setor de Ensino Superior e educação profissional, presencial e a distância; bem como de nossas Escolas Associadas no setor de Educação Básica;
- o nível de capitalização e endividamento da Companhia;
- os interesses do nosso acionista controlador;
- a inflação, a deflação as flutuações da taxa de juros e as mudanças no nível de desemprego;

- alterações na regulamentação governamental do setor de educação superior e educação profissional presencial e a distância;
- as intervenções do governo no setor de educação superior e educação profissional presencial e a distância que poderão resultar em mudanças no ambiente econômico, tributário, tarifário ou regulador no Brasil como, por exemplo, nas características do PROUNI;
- a redução no número de alunos matriculados ou no valor das mensalidades; e
- **outros fatores de risco apresentados na seção “Fatores de Risco relacionados à Oferta e às Ações” na página 84 deste Prospecto e no “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia” na página 20 deste Prospecto e nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência.**

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro. As palavras “acreditamos”, “podemos”, “poderemos”, “deveremos”, “visamos”, “estimamos”, “continuamos”, “antecipamos”, “pretendemos”, “esperamos” e outras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. Tais estimativas e perspectivas para o futuro referem-se apenas à data em que foram expressas, e nem nós, nem os Coordenadores da Oferta assumimos a obrigação de atualizar publicamente ou revisar quaisquer dessas estimativas em razão da ocorrência de nova informação, eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e perspectivas para o futuro constantes neste Prospecto podem não vir a se concretizar. Tendo em vista estas limitações, os investidores não devem tomar suas decisões de investimento exclusivamente com base nas estimativas e perspectivas para o futuro contidas neste Prospecto.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

Apresentamos a seguir um sumário dos nossos negócios, incluindo nossas informações operacionais e financeiras, nossas vantagens competitivas e estratégias de negócio. Este sumário é apenas um resumo das nossas informações, não contendo todas as informações que um potencial investidor deve considerar antes de tomar sua decisão de investimento em nossas Ações. Informações completas sobre nós estão em nosso Formulário de Referência anexo a este Prospecto. Leia este Prospecto e nosso Formulário de Referência antes de aceitar a Oferta.

As informações incluídas neste sumário são consistentes com aquelas constantes do nosso Formulário de Referência anexo a este Prospecto. Os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, especialmente nas seções "Principais Fatores de Riscos relativos à Companhia", "Fatores de Risco relacionados à Oferta e às Ações" e "Comentários de Nossos Diretores", de nosso Formulário de Referência e nossas demonstrações financeiras e informações trimestrais e respectivas notas explicativas também anexas a este Prospecto, para um entendimento mais detalhado dos nossos negócios e da Oferta.

VISÃO GERAL

Acreditamos ser a maior organização privada no setor de ensino superior nas regiões Nordeste e Norte do Brasil em número de unidades e também em número de alunos, se considerarmos os alunos do PRONATEC. Atualmente, nossa rede é composta de 23 unidades, sendo uma delas um Centro Universitário, todas localizadas no Nordeste e Norte, regiões do País que acreditamos apresentar maior potencial de crescimento em razão de possuírem as menores taxas de penetração do ensino superior. Acreditamos ser a única organização privada no setor de ensino superior presente em todas as capitais do Nordeste. Acreditamos também ser uma das maiores organizações privadas no setor de ensino superior do Brasil em número de alunos matriculados. Em 30 de junho de 2013, contávamos com mais de 76,2 mil alunos matriculados em nossos cursos de graduação, pós-graduação e cursos técnicos de nível médio. Esse número não considera nossos cerca de 35,0 mil alunos matriculados no PRONATEC. Na data deste Prospecto, cerca de 113,5 mil alunos estão matriculados em nossas unidades, já considerando os alunos do novo ciclo de matrículas da graduação e pós graduação, bem como os alunos matriculados no PRONATEC. O nosso EAD já foi aprovado pelo MEC, com notas entre 4 e 5 (notas de 1 a 5) no credenciamento em todos os Polos, e foi homologado pelo CNE, aguardando apenas a publicação da portaria autorizativa para o início das operações. Acreditamos que em 2014 poderemos passar a oferecer até 20 mil Vagas Anuais de ensino a distância em 18 diferentes cursos.

Apresentamos expressivo crescimento no número de alunos de graduação e em receita líquida nos últimos anos, tendo em vista que entre 31 de dezembro de 2010 a 30 de junho de 2013, a nossa base de alunos de graduação cresceu a uma taxa composta anual (CAGR) de 41,5%. Adicionalmente, entre 30 de junho de 2012 e 30 de junho de 2013, apresentamos crescimento de 47,3% em nossa base de alunos de graduação. O aumento no número de alunos de graduação refletiu por fim em nossa receita líquida, que cresceu a uma taxa composta anual (CAGR) de 41,6% entre 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2012. Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 e o período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2013, registramos R\$283.285 mil e R\$220.601 mil de receita líquida, respectivamente, representando um crescimento de 54,4 % e 61,9% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 e ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012, respectivamente. Tal crescimento foi obtido com rentabilidade atrativa, sendo que nossa margem EBITDA esteve acima da média da margem das companhias de capital aberto que atuam no nosso mesmo segmento de negócio, não obstante ainda não operemos no segmento de EAD, segmento esse com potencial de geração de margens superiores. Nos períodos de seis meses findo em 30 de junho de 2012 e 2013 nossa margem EBITDA Ajustada foi de 35,1% e 39,0% respectivamente.

Mantemos uma administração financeira focada na rentabilidade e na excelência de nossa gestão, refletida na qualidade de nossos indicadores financeiros, tais como: (i) geração de fluxo de caixa operacional, e (ii) controle de capital de giro. A tabela a seguir demonstra os nossos principais indicadores financeiros e operacionais para os períodos indicados:

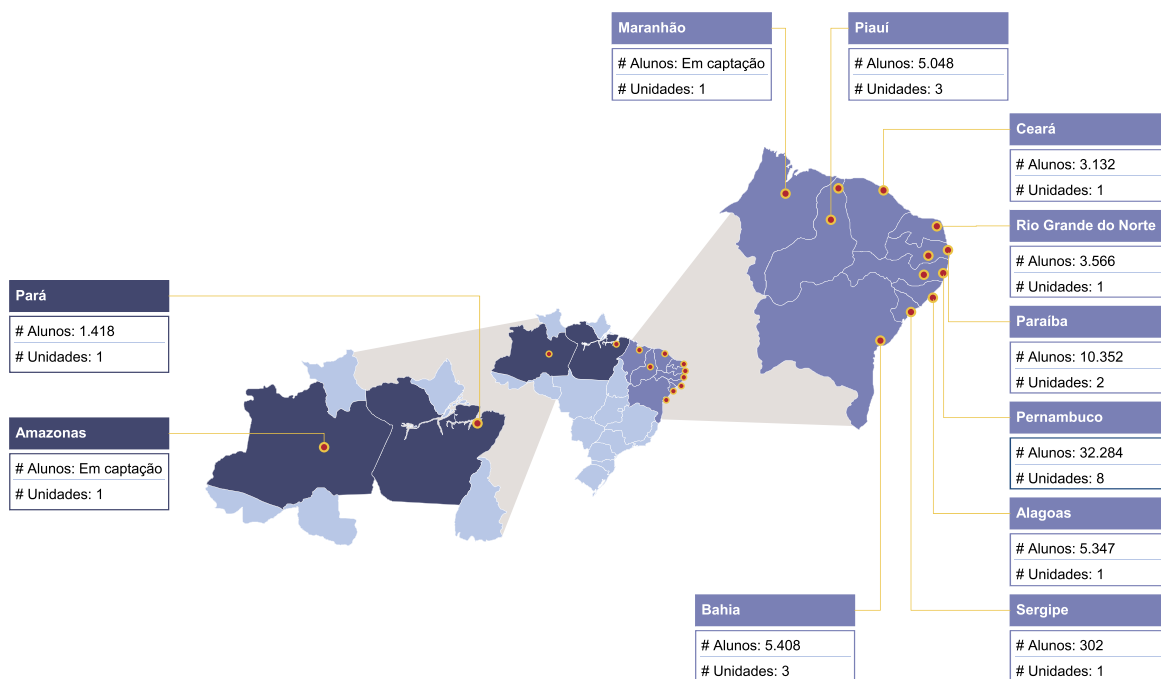
	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de			%Variação		Período de seis meses findo em 30 de junho de		Variação 12x13
	2010	2011	2012	10x11	11x12	2012	2013	
	(R\$ mil)							
Receita Líquida.....	141.296	183.517	283.285	29,9%	54,4%	136.254	220.601	61,9%
Lucro Bruto.....	90.893	111.701	181.098	22,9%	62,1%	88.123	139.868	58,7%
EBITDA ⁽¹⁾	53.946	56.463	89.858	4,7%	59,1%	50.631	85.492	68,9%
EBITDA Ajustado ⁽²⁾	52.411	54.241	87.637	3,5%	61,6%	47.884	85.976	79,6%
Lucro Líquido.....	35.719	31.552	64.256	-11,7%	103,7%	37.673	68.809	82,6%
Número Final de Alunos								
Graduação (mil).....	28.079	33.842	48.670	20,5%	43,8%	45.375	66.857	47,3%
Número Final de Alunos Pós-Graduação (mil).....	4.005	5.250	7.279	31,1%	38,6%	6.957	8.476	21,8%
Número Final de Alunos Cursos								
Técnicos (mil).....	854	1.677	738	96,4%	-56,0%	1.641	873	-46,8%
Empréstimos e Financiamento de Curto Prazo.....	4.703	4.603	38.854	-2,1%	744,1%	7.832	16.783	114,3%

Empréstimos e Financiamento de								
Longo Prazo.....	11.443	47.245	42.542	312,9%	-10,0%	46.405	91.598	97,7%
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.403	3.387	17.182	40,9%	407,3%	6.682	61.476	814,0%
Títulos e Valores Mobiliários	-	9.175	-	100,0%	-100,0%	5.349	-	-100,0%

- (1) O EBITDA segundo disposições da Instrução CVM nº 527 expedida em 4 de outubro de 2012, que dispõe sobre a forma de divulgação voluntária do EBITDA pelas companhias abertas, pode ser conciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro líquido acrescido do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro, e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Outras companhias podem calcular o EBITDA de maneira diferente de nós.
- (2) O EBITDA Ajustado corresponde à soma do EBITDA com (a) resultado financeiro das receitas com multas e juros sobre as mensalidades, (b) custos e despesas não recorrentes, compostos pelos gastos ligados a fusões e aquisições de empresas, os quais não impactariam a geração usual de caixa, e (c) os aluguéis mínimos, compostos pelos contratos de aluguel registrados como arrendamentos financeiros segundo CPC 06, os gastos destes arrendamentos não transitam pelo EBITDA da Companhia, sendo incorporados ao EBITDA Ajustado.

Acreditamos que as nossas regiões de atuação, Nordeste e Norte do Brasil, apresentam características especiais para o desenvolvimento do ensino superior, com oportunidades únicas de crescimento, dentre elas: (i) menor taxa de penetração do ensino superior no Brasil, sendo de 10,6% no Nordeste e 10,4% no Norte, em comparação com uma média nacional de 14,6% (Taxa de Penetração Líquida), segundo o IBGE/Pnad; (ii) crescimento econômico acima da média nacional, sendo que entre os anos de 2004 e 2010, últimos dados disponíveis pelo IBGE, o PIB da região Nordeste cresceu 5,2% e o do Norte 5,6%, em comparação a uma média de 4,0% do restante do País no mesmo período; e (iii) mercado altamente fragmentado, com poucos grupos consolidadores presentes na região. Adicionalmente, o setor de ensino superior no Brasil continua a oferecer um grande potencial de crescimento, especialmente por conta dos (i) programas de incentivo do governo brasileiro como o FIES e o PROUNI, com crescente disponibilidade de crédito para a educação nos níveis federal, estadual e municipal; (ii) criação do PRONATEC, programa do governo federal que pagará integralmente bolsas de estudo para cursos técnicos oferecidos por instituições de ensino superior e oferecerá FIES para cursos técnicos. Na data deste Prospecto, temos matriculados neste programa cerca de 35,0 mil alunos, que somados aos alunos de graduação e pós-graduação, totalizam aproximadamente 113,5 mil alunos; (iii) aumento do poder aquisitivo da população, devido ao aumento da oferta de empregos e da população economicamente ativa; (iv) alta demanda do mercado de trabalho por mão de obra qualificada; e (v) baixa penetração do ensino superior, que segundo dados da UNESCO, de 2012, eram de 34%.

Estudos da empresa de consultoria em educação Hoper realizado em 2013, em sua "Análise Setorial do Ensino Superior do Brasil de 2013", afirmam que a localização do campus é o principal atrativo de uma instituição de ensino para um potencial aluno do ensino superior, considerando o nosso público-alvo. Nesse sentido, procuramos estar perto de nosso público-alvo. Assim, nossas unidades de ensino são localizadas nas principais regiões metropolitanas do Nordeste e Norte do Brasil, em localidades que contam com alta demanda por ensino superior e que oferecem infraestrutura urbana adequada para atender nossos alunos, gerando uma maior percepção de valor ao nosso público-alvo. O mapa a seguir indica a localização das nossas unidades e o número de alunos de graduação universitária em cada Estado em 30 de junho de 2013:



Especificamente em relação ao nosso segmento de atuação, acreditamos que ele apresenta grande potencial de crescimento, em decorrência do atual estágio de desenvolvimento do mercado de educação no País, com um marco regulatório favorável para as empresas privadas do setor e da necessidade dos jovens nessa faixa etária alvo, de 18 a 26 anos, de adquirir novas competências para se posicionarem em um mercado de trabalho cada vez mais especializado e competitivo. O perfil de nosso aluno é bastante diversificado, sendo, em sua maioria, jovens trabalhadores com média de idade entre 21 e 26 anos e de classes média e média-baixa. Em 2010, 2011, 2012 e no primeiro semestre de 2013, nosso ticket médio de graduação por mês foi de R\$424,95, R\$455,57, R\$502,61 e R\$558,99, respectivamente. Em 30 de junho de 2013, 39,4% de nossos alunos de graduação tinham financiamento FIES.

Atualmente, oferecemos 84 cursos de graduação nas áreas de ciências exatas, ciências biológicas e ciências humanas, em graduação tradicional (bacharelados ou licenciaturas) além de cursos tecnológicos de curta duração. Adicionalmente, oferecemos dezenas de cursos de pós-graduação *lato sensu*, além de diversos cursos de extensão, que entendemos ter qualidade diferenciada e preços competitivos, visando à formação profissional de nossos alunos e sua empregabilidade.

Com o objetivo de melhorar os nossos processos, controles e governança, criamos em 2007 um Conselho de Administração e, em outubro de 2008, com a entrada do fundo de investimento Cartesian Capital Group como nosso sócio, iniciamos um processo de importantes mudanças em nosso modelo de negócio e em nossa estrutura organizacional, visando um crescimento sustentável, sempre com foco em qualidade de ensino aliado à rentabilidade. Tal processo foi baseado na implantação de melhores práticas de governança corporativa, na redefinição dos papéis das lideranças gerenciais e na construção de um modelo de gestão orientado por resultados, buscando maior produtividade e agilidade. Por fim, atrelamos o desempenho de nossos principais gestores a indicadores individuais, claramente definidos, monitorados periodicamente e focados na qualidade dos serviços prestados, satisfação dos alunos e rentabilidade. Estamos ainda aprimorando o sistema de remuneração variável dos nossos principais coordenadores, gerentes e diretores, de modo a fortalecer o alinhamento dos interesses deles com os nossos interesses no longo prazo.

NOSSAS VANTAGENS COMPETITIVAS

Acreditamos que estamos bem posicionados para competir no mercado do ensino superior brasileiro, em especial nas regiões Nordeste e Norte, como consequência dos seguintes principais fatores:

Posicionamento diferenciado em regiões com alto potencial de crescimento.

Acreditamos ser a maior organização privada no setor de ensino superior com atuação no Nordeste em termos de unidades, com 21 unidades distribuídas por toda a região, e temos uma plataforma de negócios já preparada para crescer na região Norte, com duas unidades já instaladas em duas capitais, totalizando 23 unidades no Nordeste e Norte, sendo uma delas um Centro Universitário. Acreditamos que somos a companhia mais capilarizada do setor nas regiões Nordeste e Norte, com unidades já presentes em 11 capitais dessas regiões, e também a instituição de ensino superior com o maior número de vagas aprovadas pelo MEC nessas regiões, sendo na data deste Prospecto aproximadamente 73,4 mil Vagas Anuais. As regiões Nordeste e Norte são as que mais crescem em termos de matrículas de alunos de graduação do ensino superior no Brasil. Entre os anos de 2001 e 2010, o número de matrículas cresceu 129% no Nordeste e 148% no Norte, em comparação com um crescimento de 48%, 70% e 90% nas regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste, respectivamente, de acordo com estudos realizados pela Hoper em 2013, em sua "Análise Setorial do Ensino Superior do Brasil de 2013". Tais regiões apresentam ainda as menores taxas do País em penetração líquida de alunos do ensino superior, atualmente de 10,6% na região Nordeste e 10,4% na região Norte, em comparação com a média nacional de 14,6%, de acordo com o IBGE/Pnad. Por fim, tais regiões apresentam uma vantagem adicional para nós em relação ao restante do País, uma vez que, aluguéis, serviços e materiais tendem a ter um custo mais baixo do que nas regiões Sul e Sudeste. Portanto, entendemos estar bem posicionados para aproveitar o potencial de crescimento das regiões.

Proposta de alto valor agregado.

Acreditamos que os potenciais alunos selecionam sua instituição de ensino superior baseados em uma combinação de quatro principais fatores: (i) localização de unidades; (ii) reconhecimento da marca e da instituição como uma referência no ensino; (iii) qualidade e custo benefício dos cursos oferecidos; e (iv) infraestrutura oferecida pela instituição. Erguemo-nos baseados nesses pilares e entendemos oferecer a combinação adequada de tais características, o que representa alto grau de atratividade de nossas unidades de ensino para tais potenciais alunos:

- *Localização privilegiada e de fácil acesso aos alunos.* Fator primordial para a escolha da instituição de ensino pelos nossos potenciais alunos, nossas unidades estão estrategicamente localizadas nas principais capitais e regiões metropolitanas das regiões Nordeste e Norte, geralmente próximos aos respectivos locais de trabalho ou de residência de nosso público-alvo, bem como em regiões de fácil acesso e com infraestrutura local conveniente para o aluno. Acreditamos que a combinação de tais fatores gere impacto relevante na percepção de valor oferecida ao aluno. Dada a importância da localização das unidades para o sucesso de uma companhia do setor de educação, se necessário, investiremos na aquisição de imóveis para o nosso crescimento com a instalação de novas unidades de ensino. Entendemos ainda que nossas unidades serão um fator decisivo no crescimento e expansão de nosso EAD, já que poderão servir também como Polos para tal serviço, uma vez que mesmo no EAD os alunos devem periodicamente comparecer presencialmente às unidades de ensino.
- *Marcas fortes com bom nível de "recall" no Nordeste.* Nossa marca "Maurício de Nassau" é fortemente lembrada no setor de educação superior nas regiões Nordeste e Norte, sendo a marca mais citada do ensino superior em Pernambuco e uma das mais reconhecidas nos demais estados, e que acreditamos estar associada à educação de qualidade. No setor de educação superior, segundo pesquisas realizadas pelo (i) Jornal do Comércio de Pernambuco de 2009 a 2012, conforme publicação de 12 de dezembro de 2012, a nossa marca é a primeira mais lembrada em Recife; (ii) Jornal Correio da Paraíba conforme publicação de 17 de julho de 2012, é a segunda mais lembrada em Campina Grande e João Pessoa conforme o site http://issuu.com/topofmindpb/docs/top_2012; e, (iii) tem a preferência dos entrevistados quando questionados em qual instituição desejam estudar, segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau realizada em 30 e 31 de janeiro de 2012 em Maceió, Alagoas, além de ocupar a segunda colocação entre as instituições que mais interessam a quem pretende realizar um curso superior, conforme pesquisa realizada em 18 e 19 de março de 2013 em Natal, Rio Grande do Norte. De acordo com estudo realizado pelo Instituto Maurício de Nassau em Salvador, Bahia, ao serem perguntados em que faculdade gostariam de estudar, a Maurício de Nassau foi a quarta faculdade mais lembrada. Adicionalmente, a marca "Joaquim Nabuco" é uma das marcas mais lembradas na região metropolitana de Recife, de acordo com o Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau em pesquisa realizada em abril de 2013. Tal posicionamento de marca fortalece a demanda por nossos cursos, contribui para nossos esforços de marketing e influencia nossa capacidade de atração e retenção de bons profissionais nas regiões em que atuamos. Por fim, acreditamos que nossa marca "Maurício de Nassau" exercerá um papel importante no sucesso de nosso EAD, uma vez que sua reputação e reconhecimento nos ajudarão a rapidamente atrair novos alunos assim que tal serviço for disponibilizado.
- *Qualidade com custo-benefício atrativo:* Desenvolvemos uma estrutura que nos tem permitido oferecer aos alunos ensino de qualidade a um preço mais competitivo em relação ao praticado por nossos principais concorrentes. Nossos cursos, corpo docente e instalações têm sido avaliados positivamente de forma consistente pelo MEC e por nossos alunos. Nossos serviços educacionais de graduação e pós-graduação, bem como o nosso corpo docente, discente e as instalações físicas são historicamente avaliados de forma positiva pelo MEC, sendo que todas as avaliações realizadas obtiveram notas iguais ou superiores a 3 e 100% das nossas faculdades obtiveram um IGC maior ou igual a 3 até a última publicação em 2012 (notas de 1 a 5). Acreditamos que tal resultado é reflexo de nosso esforço constante para melhorar a qualidade do ensino ministrado e a infraestrutura oferecida em nossos diversos cursos. Temos uma área de auditoria acadêmica com capacidade de normatizar e controlar nossas atividades acadêmicas, permitindo auditorias e controles de qualidade em todos os nossos processos. Acreditamos que o nosso padrão de ensino, com mais de 58% dos professores com titulação em mestrado ou doutorado, é também um atrativo para potenciais alunos. Nossos preços de mensalidade são geralmente mais baixos que os de nossos concorrentes diretos nos mercados em que atuamos. Isso é possível, pois, ao aperfeiçoarmos o desenvolvimento acadêmico, o treinamento de nosso corpo docente e as funções gerenciais e administrativas de controle em nossa sede, somos capazes de reduzir a estrutura administrativa e de gestão em cada uma de nossas unidades, nos permitindo cobrar mensalidades acessíveis e manter a prestação de serviços educacionais de qualidade aos nossos alunos. Por fim, o foco em empregabilidade, com ensino desenvolvido para atender às necessidades dos empregadores, tornou ainda possível obtermos um nível de satisfação de nossos alunos, acima de 90% de acordo com a nossa avaliação institucional realizada pelo Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau no primeiro semestre de 2013, sendo que 77% dos nossos atuais alunos já estão empregados ou estagiando.

- *Infraestrutura e uso intensivo de tecnologia.* Temos uma infraestrutura de tecnologia já preparada para suportar o nosso crescimento futuro. Estrutturamos uma plataforma digital para o desempenho das atividades acadêmicas dos alunos e professores, por meio de um Portal Acadêmico, por meio do qual lhes é possível fazer o acompanhamento de sua vida acadêmica, com acessos a diversas informações como o diário eletrônico de classe, a prova colegiada, seus acordos financeiros conosco, seus requerimentos online, sua renovação de matrícula, dentre outros. A partir da implementação do diário eletrônico em 2009, passamos a ter um sistema de controle que permite ao gestor controlar o cumprimento dos planos de ensino, faltas de alunos e professores, realizações de chamadas, postagem de materiais complementares, dentre outros tipos de relatórios. Já a “Prova Colegiada”, que realizamos desde 2010, nos permite avaliar o desempenho de alunos e professores, demonstrando por meio de relatórios que permitem a comparação de desempenho entre nossas unidades e possibilita a verificação de forma quantitativa o resultado do aprendizado dos conteúdos que estão inseridos nos planos de ensino das disciplinas. Utilizamos ainda uma solução de ERP integrada em todos os seus módulos, que possibilita um fluxo de informações únicas, contínuas e consistentes para todas as unidades, o que viabiliza o planejamento de nossos recursos empresariais, com a integração das nossas diferentes funções, facilitando assim as decisões que nossa administração deve realizar e fazendo com que os processos de trabalho sejam padronizados e tenham monitoramento em tempo real. Por fim, ao investirmos em tecnologia, conseguimos replicar nossos cursos com custos marginais mais baixos, diluindo o custo por matrícula adicional.

Crescimento Robusto com Rentabilidade.

Nos últimos cinco anos, apresentamos uma forte expansão de nossas atividades, com foco principalmente em nosso crescimento orgânico. Em 2009, tínhamos aprovação do MEC para oferecermos 21.345 Vagas Anuais, comparadas com as 72.111 Vagas Anuais em 30 de junho de 2013, o que representa um crescimento médio anual de 41,9%. Esperamos que no segundo semestre do ano de 2013 sejam aprovadas pelo MEC aproximadamente outras oito mil novas Vagas Anuais para alunos do ensino superior, sendo que em 2013, dos 100 pedidos de credenciamento de novas faculdades no Nordeste realizados por todas as instituições de ensino do País, 10% foi solicitado por nós. Acreditamos que os nossos novos credenciamentos nos proporcionarão um crescimento sustentado e resiliente ao longo dos próximos anos. Possuímos ainda 35 cursos em fase final de aprovação pelo MEC, os quais esperamos poder ofertar a partir de 2014. Fomos e acreditamos que continuaremos a ser capazes de crescer mantendo nossos níveis atuais de rentabilidade, com margem EBITDA acima ou em linha com as melhores performances das companhias do setor que são de capital aberto e sem comprometer nosso EBITDA Ajustado por aluno, que leva em conta o número de alunos no final do respectivo período para o qual o EBITDA Ajustado é calculado e em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$1.546 mil. Nesse sentido, entre os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2012, nossa receita líquida cresceu 41,6% ao ano, sendo que no mesmo período o EBITDA Ajustado cresceu 29,3% ao ano. Por fim, acreditamos ainda que ao agregarmos à nossa operação o EAD, poderemos melhorar tais níveis de rentabilidade, uma vez que no ensino a distância o custo marginal para cada novo aluno é menor.

Alta escalabilidade, replicabilidade e padronização de operações.

O nosso ritmo acelerado de crescimento com a manutenção de níveis de rentabilidade só foi possível dado o nosso modelo de negócios padronizado e escalável, além de nossa experiência em integrar companhias adquiridas, sendo que entre 2006 e 2013 adquirimos e integramos quinze instituições em média após cinco meses, tais companhias adquiridas já estavam com todos os sistemas integrados e matrizes curriculares adaptadas ao nosso modelo, com exceção de duas delas que ainda estamos realizando tal processo de integração. Nossa eficiência operacional, adquirida por meio da implementação de instrumentos de controle pioneiros no setor, como a gestão eficiente de salas de aula, padronização de nossos processos e do plano pedagógico, com o uso intensivo de tecnologia, nos permite ser capazes de agregar novas unidades, cursos e alunos em pouco tempo e de maneira eficiente, sem comprometer nossa rentabilidade. Nosso projeto pedagógico unificado nos permite controlar de forma mais eficiente a qualidade e a consistência do ensino oferecido, disseminar as melhores práticas pedagógicas e oferecer um conteúdo educacional uniforme e melhor por toda a nossa rede de ensino. Nossas atividades administrativas centralizadas em nosso CSC (centro de serviços compartilhados) nos permitem eficiência na implementação do plano de expansão de unidades mediante a replicação de nosso modelo de negócio em novas localidades, gerando ganhos de escala. Esse modelo contribuiu para aumentar os níveis de qualidade e eficiência de nossos processos internos, viabilizando ganhos de escala, aptos a suportar nosso crescimento com um custo incremental reduzido. Com tal estrutura, acreditamos ter condições de expandir nossas operações de forma orgânica e por meio de aquisições, gerando importantes ganhos de eficiência a partir de nosso modelo de negócio escalável, capaz de absorver um número maior de unidades e alunos a um custo incremental reduzido por cada novo aluno.

Administração profissionalizada e práticas de governança corporativas consolidadas.

Desde a nossa fundação, temos por foco adotar uma filosofia empresarial em nossas operações. Nossa Administração é composta de administradores profissionais com significativa experiência no setor de educação, particularmente no ensino superior, com uma visão de negócios delineada por metas claras e definidas, larga experiência na abertura de novas unidades, autorização de novos cursos e aquisição de outras companhias, favorecendo um processo ágil de tomada de decisões. A maioria de nossos executivos seniores possui em média mais de dez anos de experiência no setor e mais de seis anos de carreira atuando conosco. Além disso, entendemos que parcerias estratégicas, que agreguem conhecimento e experiências complementares às nossas, adicionam grande valor aos nossos negócios. Nessa linha, em outubro de 2008, o fundo de investimento Cartesian Capital Group adquiriu uma participação de aproximadamente 11,3% de nosso capital. Como parte de sua influência e atuação no nosso Conselho de Administração, o Cartesian nos auxiliou (i) no aprimoramento de nossa gestão financeira, que é um instrumento importante em nossa estratégia para manter nossa solidez e disciplina financeira; e (ii) na consolidação de melhores práticas de governança corporativa, como, por exemplo, a profissionalização de nosso Conselho de Administração, com a contratação de membros independentes desde 2008.

NOSSA ESTRATÉGIA

Nossa estratégia de geração de valor será executada com a manutenção de nossa atual plataforma de crescimento e também por meio de outras estratégias abaixo elencadas:

Expansão via ensino a distância (EAD).

Pretendemos lançar nosso segmento de ensino a distância, por meio do lançamento de 18 cursos de graduação e pós-graduação, e oferecer até 20 mil Vagas Anuais em seu primeiro ano de existência, previsto para 2014. A tecnologia que utilizaremos para oferecer os nossos cursos EAD já está instalada e vem sendo aprimorada por nós desde 2007, por meio do oferecimento de cursos e atividades de estudos dirigidos a distância para os alunos presenciais. Ainda, parte de nossos cursos presenciais já está oferecendo a modalidade EAD para seus alunos em até 20% da carga horária total para cerca de 9 mil alunos, de acordo com os limites estabelecidos pelo MEC. Tais fatos exemplificam a nossa já existente experiência operacional e tecnológica com o segmento de ensino a distância. O EAD tende a nos agregar uma rentabilidade ainda maior, uma vez que o seu custo marginal para novos alunos é baixo e suas despesas operacionais serão diluídas pelas despesas da operação presencial. O segmento de EAD no Brasil apresenta forte tendência de crescimento, dada sua atratividade de preço e maior conveniência de locomoção, podendo atrair alunos com menor poder aquisitivo e que vivem em cidades afastadas dos maiores centros urbanos. O nosso EAD já foi aprovado pelo MEC, com notas 4 e 5 no credenciamento e em todos os Polos (notas de 1 a 5), e homologado pelo CNE e estamos apenas aguardando a publicação da portaria autorizativa. Acreditamos poder iniciar a operação de nosso EAD em 2014, uma vez que já temos Polos aprovados em nossas unidades em seis estados do Nordeste e Norte. A entrada nesse novo segmento possibilitará, além da diluição de custos com instalações e corpo docente, a entrada em um novo mercado ainda não explorado por nós. Acreditamos que o reconhecimento das marcas "UNINASSAU" e "Mauricio de Nassau" dará sustentabilidade e força ao crescimento de nosso EAD.

Crescimento orgânico com foco contínuo nas regiões Nordeste e Norte. Após a nossa Oferta Pública Inicial de Ações, pretendemos acelerar nosso crescimento principalmente por meio das seguintes iniciativas:

- Disponibilização de vagas já aprovadas e aprovação de novos cursos. Atualmente temos 74.626 Vagas Anuais para alunos de ensino superior presencial já aprovadas pelo MEC. Se multiplicarmos 72,1 mil por 4 anos, média da maioria dos nossos cursos de graduação, apenas com as Vagas Anuais que já temos, temos potencial para oferecer cerca de 288,4 mil vagas ao longo dos próximos 4 anos.
- Com os recursos oriundos desta Oferta Pública Inicial de Ações, acreditamos ser possível disponibilizar tais vagas em um curto espaço de tempo, o que nos permitiria aumentar consideravelmente nossa base de alunos atual, que, na data deste Prospecto, conta com cerca de 113,5 mil alunos matriculados em nossas unidades, já considerando os alunos do novo ciclo de matrículas da graduação e pós graduação, bem como os alunos matriculados no PRONATEC. Além disso, acreditamos ser uma das companhias mais diligentes no processo de aprovação de cursos perante o MEC, sendo que temos 271 cursos tramitando no MEC, com 35 deles em fase final de aprovação, que esperamos ofertá-los a partir de 2014. Adicionalmente, pretendemos credenciar novos cursos nas nossas unidades que oferecem oportunidade de crescimento, focando nos cursos mais rentáveis e com maior demanda em cada região.
- *Credenciamentos de novas unidades e investimentos em unidades já existentes.* O credenciamento de novas unidades de ensino perante o MEC leva em média 30 meses. A partir de nossos estudos e inteligência de mercado e da experiência de nossa Administração em abrir novas unidades, identificamos oportunidades de abertura de novas unidades em localidades com demanda ainda não atendida pelas instituições de ensino locais. Temos atualmente dez novos processos de credenciamentos solicitados perante o MEC, com cinco novos cursos cada, e pretendemos protocolar outros dez até o final de 2013. Tais novas unidades serão estrategicamente localizadas para manter os atuais níveis de atratividade percebidos por nossos alunos. Adicionalmente, algumas de nossas unidades atualmente que são de menor porte serão expandidas, de forma a nos beneficiarmos do credenciamento já obtidos com tais unidades. Adicionalmente, iremos aumentar o número de vagas disponíveis em tais unidades, permitindo um crescimento orgânico com baixa necessidade de investimentos adicionais. Ademais várias unidades como São Luís, Manaus, Belém, Aracaju, Fortaleza, Paulista, Teresina e Parnaíba estão em fase inicial da operação e a inclusão de novos cursos e novas turmas a cada ano até o seu amadurecimento representará um crescimento significativo no número total de matrículas. Para isso pretendemos investir no desenvolvimento de novas e mais modernas unidades.

- *Credenciamento de outras unidades do grupo como Centros Universitários:* Centros Universitários oferecem maior autonomia para a criação de novos cursos e o aumento de novas vagas, potencialmente permitindo a aceleração de nosso crescimento orgânico. Nesse sentido, pretendemos credenciar e transformar algumas de nossas faculdades em Centros Universitários, a fim de ampliar tal autonomia já obtida com nosso Centro Universitário localizado em Recife. Atualmente já estão tramitando perante o MEC, os processos de transformação em Centros Universitários, as unidades de Maceió e Salvador.
- *Ampliação dos cursos técnicos:* A oferta dos cursos técnicos poderá ter um impacto significativo no crescimento da nossa empresa através do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego). Das 239.792 vagas oferecidas no Brasil até agosto de 2013 conforme o site do MEC, 42.800 foram oferecidas pelo Grupo Ser Educacional em 34 cursos e, atualmente temos cerca de 35,0 mil alunos matriculados, com início das aulas previsto para outubro de 2013.
- *Aumento da pós-graduação:* Aumentar a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* em todas as cidades onde mantemos unidades.
- *Fortalecimento de nossas campanhas de marketing para captação de novos alunos:* Continuaremos a investir na captação de novos alunos por meio de programas de *marketing* e por nossa força de vendas estruturada, que trabalha em coordenação com nossas unidades e no contato direto com nosso público-alvo, além de utilizar iniciativas específicas e em programas com empresas, órgãos públicos e escolas, feiras universitárias e outros eventos importantes para a prospecção de alunos em potencial.

Busca contínua de ganhos de eficiência e rentabilidade.

Com investimento contínuo na inovação do nosso modelo de ensino, continuaremos a desenvolver e oferecer ensino universitário e técnico de qualidade, com cursos constantemente atualizados em linha com as necessidades e perfis de nossos alunos e do mercado, ministrados por um corpo docente altamente capacitado, com modernas metodologias e ferramentas pedagógicas e com instalações adequadas e convenientemente localizadas. Sabemos que além de obter uma educação de primeira linha, com foco no encaminhamento ao mercado de trabalho, nosso aluno também valoriza um atendimento e serviço de alto padrão. Assim, investiremos de modo relevante e contínuo em infraestrutura, em especial infraestrutura digital, buscando melhorar a “experiência” do aluno em nossas unidades. Além disso, esperamos continuar a melhorar a nossa eficiência operacional, com (i) uma gestão inteligente do portfólio de cursos oferecidos, com a escolha de cursos com alta demanda e com alto potencial de rentabilidade; (ii) criação de turmas com números mínimos de alunos; e (iii) cruzamento de grades curriculares. Reavaliamos regularmente o portfólio de cursos que oferecemos em nossas unidades com base em pesquisas de mercado, no desenvolvimento econômico de cada região em que atuamos e nas ofertas de nossos concorrentes. Nossa equipe acadêmica centralizada também está atenta para desenvolver novos projetos de cursos, além daqueles que atualmente oferecemos, quando existe demanda.

Aquisições e consolidação do setor.

Pretendemos continuar e acelerar de forma seletiva nossa atual política de expansão por meio de aquisições, mantendo nossa disciplina na seleção das empresas alvo, definindo locais para novas unidades ou adquirindo unidades existentes e aplicando nosso modelo de negócios padronizado a essas unidades. Adotamos critérios rígidos na abertura e aquisição de novas unidades, inclusive a adequação do local e das instalações, conveniência para nossos alunos e ambiente competitivo local. Tais critérios são verificados por meio de uma extensiva análise de mercado que leva em consideração variáveis tais como tamanho do mercado-alvo, ambiente competitivo, taxa de penetração de educação superior, poder de compra dos alunos em potencial e estratificação do nível de renda. Atualmente, temos identificadas mais de 40 cidades potenciais nas regiões Nordeste e Norte com condições atraentes para a implementação do nosso modelo educacional. Em geral, dada a estrutura do mercado de educação superior nas regiões Nordeste e Norte, no qual a maioria dos possíveis alvos para aquisições são pequenas e médias faculdades, centros-universitários e universidades, realizamos pesquisas de mercado para a implantação de novos cursos que atendam à demanda em tais unidades adquiridas.

Investimento contínuo em tecnologia

Pretendemos continuar a investir em tecnologia, para uma melhoria contínua da qualidade no ensino e no relacionamento com nossos alunos e professores. Ao continuar a investir em tecnologia, acreditamos que aumentaremos nossa eficiência operacional, com a redução de custos e aumento da comodidade para nossos administradores e alunos. O investimento em novas tecnologias nos permitirá ainda flexibilizar a nossa oferta de produtos, proporcionando ainda mais ganhos no controle de qualidade de ensino e redução de custos em nossas unidades. Por fim, realizaremos ainda investimentos expressivos com o objetivo de suportar o nosso crescimento esperado, disponibilizando uma adequada infraestrutura de tecnologia para nossos alunos, professores e área administrativa.

Reestruturação Societária

Em 30 de maio de 2013, nossas subsidiárias ABES – Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda., CENESUP – Centro Nacional de Ensino Superior Ltda., ADEA – Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. e ICES – Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda. foram cindidas, com seus acervos no valor contábil total de R\$51.475 mil, compostos por ativos imobiliários, incorporados à nós. Tal cisão teve por objetivo centralizar todos os ativos imobiliários do grupo na Companhia. A incorporação desses ativos, por sua vez, não resultou em qualquer aumento patrimonial, mas em mera substituição contábil de “investimento” pelos ativos e passivos que compunham os acervos líquidos.

Em seguida às cisões acima mencionadas, em 28 de junho de 2013, foi aprovada a cisão parcial da Companhia, com a transferência de determinados ativos imobiliários, entre outros, duas aeronaves e os imóveis das unidades de Recife, Salvador, João Pessoa, Maceió e Campina Grande, e passivos correspondentes representando uma redução do capital social da Companhia no montante líquido de R\$125.704 mil, com tais valores transferidos para a JJ Participações e Projetos Ltda., empresa sob controle do Acionista Controlador. Concomitantemente à cisão, foram firmados contratos de locação de longo prazo entre a Companhia e a JJ Participações e Projetos Ltda., garantindo à Companhia o direito de uso dos imóveis pelo prazo mínimo de dez anos, prorrogável por igual período a critério exclusivo da Companhia. O principal objetivo de tal reorganização societária foi de aumentar a eficiência da Companhia, permitindo maior foco em sua atividade fim, sem a necessidade de administrar um acervo imobiliário próprio. Por fim, cabe salientar que a posição patrimonial da Companhia em 30 de junho de 2013 já reflete tal reestruturação.

Os valores dos contratos foram determinados com base em laudo de avaliação elaborado por especialistas. Os contratos foram firmados por prazo de 10 anos, prorrogável por igual período, mediante notificação prévia ao locador. Os aluguéis serão corrigidos anualmente, ou na menor periodicidade legalmente permitida, pelo INCC/FGV, e a cada triênio, as partes concordam em renegociar o valor dos aluguéis firmados. Se as partes não conseguem chegar a um acordo sobre o novo preço, o aluguel será baseado em novos laudos de avaliação de especialistas.

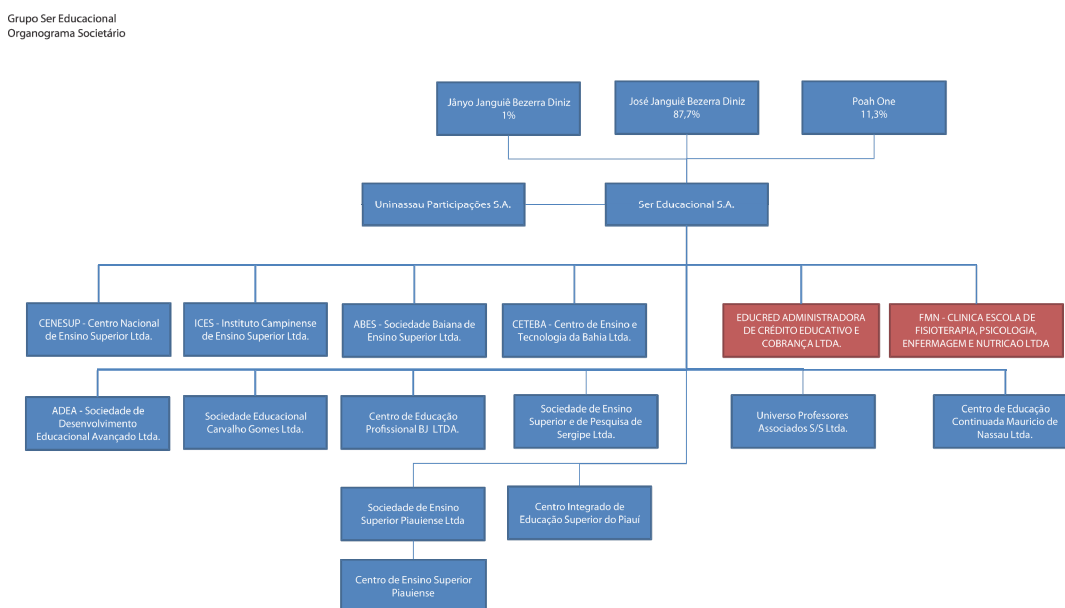
Neste sentido, levando-se em consideração o atual modelo operacional da Companhia, estima-se que os impactos da cisão e transferência dos imóveis ao acionista controlador nas despesas e custos serão de (i) R\$ 858 mil por mês, totalizando R\$5.151 mil no segundo semestre de 2013, e, (ii) de R\$1.423 mil por mês, ou R\$17.076 mil para todo o exercício social de 2014, sendo relacionados ao pagamento de aluguéis de imóveis que antes eram de propriedade da Companhia e passaram a ser de propriedade de sociedades controladas pelo Acionista Controlador. Em consequência disso, a análise das demonstrações financeiras feitas na seção 10 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto Preliminar, pode não ser indicativa dos resultados e lucros futuros da Companhia, porém, acreditamos que tais novos custos não impactarão de forma relevante a rentabilidade e margem EBITDA da Companhia.

Adicionalmente, vale ressaltar que estamos expostos a conflitos de interesses, visto que a administração de tais imóveis pode ser conflitante com os nossos interesses, do nosso acionista controlador e dos nossos investidores. Para maiores informações ver o fator de risco "Parte dos imóveis por nós ocupados são de titularidade de sociedade pertencente ao nosso acionista controlador. Assim, estamos expostos a conflitos de interesses, visto que a administração de tais imóveis pode ser conflitante com os nossos interesses, do nosso acionista controlador e dos nossos investidores." no Item 4.1 do Formulário de Referência da Companhia.

Para maiores informações sobre os contratos de locação firmados no âmbito desta reestruturação, ver Seção 16. Transações com Partes Relacionadas, do Formulário de Referência da Companhia.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Nossa estrutura societária atual segue demonstrada no organograma abaixo:



Nota:
A Uninassau Participações S.A. possui 0,01% das quotas de todas as empresas do qual a Ser Educacional S.A. detém participação, e o Dr. José Janguê Bezerra Diniz possui uma ação da Companhia.

Para mais informações sobre a atual composição do nosso capital social, veja as Seções 8, 15 e 17 do Formulário de Referência que tratam, respectivamente, de nossa "Estrutura Societária", do nosso "Grupo Econômico", "Controle" e "Capital Social".

INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A COMPANHIA

Nossa sede está localizada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, Brasil, e o telefone de nosso departamento de atendimento aos acionistas é +55 81 3413-4615. Nosso *website* é www.sereducacional.com. Exceto pelos documentos anexos a este Prospecto, as demais informações disponíveis em nosso *website* não são parte integrante deste Prospecto.

PRINCIPAIS FATORES DE RISCO DA COMPANHIA

Abaixo estão incluídos apenas os cinco principais fatores de risco que nos afetam. Para informações acerca dos demais riscos a que estamos sujeitos, ver a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Nossas Ações" na página 84 deste Prospecto, e as seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Podemos ser prejudicados se não conseguirmos identificar, abrir, instalar e gerenciar novas unidades em condições economicamente eficientes ou obter os atos regulatórios necessários para autorizações ou credenciamentos de tais unidades de forma tempestiva.

Nossa estratégia inclui a expansão orgânica por meio da abertura de novas unidades e sua integração à nossa rede de ensino. Assim, nosso plano de expansão cria desafios significativos à manutenção da nossa qualidade e cultura de ensino, em decorrência do grau de complexidade e dificuldade em gerenciar com eficiência um número muito grande de unidades e cursos. Neste sentido, caso não sejamos capazes de manter nossos padrões atuais de qualidade, poderemos perder participação de mercado e reduzir nossa eficiência e lucratividade.

Adicionalmente, a abertura de novas unidades apresenta grandes desafios e exigem vultosos investimentos em infraestrutura, marketing, pessoal e outras despesas pré-operacionais, em especial a identificação de novas instalações (unidades), tanto para locação quanto para aquisição. Neste sentido, priorizamos a identificação de locais estratégicos, a negociação da aquisição ou locação de imóveis, a avaliação da necessidade de construção ou reforma de todas as instalações, sobretudo as bibliotecas, laboratórios e salas de aula, bem como a obtenção de licenças de funcionamento, a demanda para contratação e treinamento de professores e funcionários e o investimento em administração e suporte.

Além disso, antes de abrir ou operar as novas unidades, somos obrigados a credenciar tais unidades no Ministério da Educação ("MEC"), bem como providenciar a aprovação e autorização de nossos novos cursos a fim de estarmos aptos a operar, captar alunos, a expedir diplomas e certificados. Diante disso, se não formos capazes de realizar os investimentos necessários à abertura de novas unidades de forma a atender todas as especificações do MEC, ou caso o MEC imponha a tais processos exigências, restrições, metas ou impedimentos à aprovação de nossas solicitações que resultem no atraso de autorização, credenciamento ou reconhecimento de tais unidades, nosso negócio poderá ser prejudicado.

Enfrentamos concorrência significativa em cada curso que oferecemos e em cada região em que atuamos, de modo que, se não formos eficientes, poderemos perder participação de mercado e lucratividade.

Concorremos com faculdades, universidades, centros universitários públicos e privados, instituições de ensino a distância, bem como com alternativas ao ensino superior privado, tais como entidades filantrópicas, que gozam de isenção no recolhimento de determinados tributos. De acordo com censo da educação superior mais recente realizado pelo INEP, havia 2.416 instituições de graduação privadas e públicas no Brasil em 2012.

Nossos concorrentes podem oferecer cursos semelhantes ou melhores que os nossos, contar com mais recursos, ter mais prestígio na comunidade acadêmica, possuir unidades com localização mais conveniente e melhor infraestrutura, cobrar mensalidades mais baixas ou até mesmo, no caso do ensino superior público, não cobrar mensalidades. Como resposta a tal concorrência, podemos ser obrigados a reduzir nossas mensalidades ou aumentar nossas despesas operacionais, a fim de reter ou atrair alunos ou buscar novas oportunidades de mercado. Não podemos garantir que seremos capazes de competir com sucesso com nossos concorrentes atuais e futuros. Se não conseguirmos manter nossa posição competitiva ou responder às pressões competitivas com eficiência, nossas receitas poderão diminuir, nossa lucratividade poderá ser comprometida e poderemos perder nossa participação de mercado.

Podemos não ter sucesso em nossa estratégia de expandir nossa atuação para o segmento de EAD

Pretendemos iniciar a oferta de cursos pelo sistema de ensino a distância para a totalidade dos nossos programas, cuja implementação aguarda apenas a publicação da portaria pelo MEC. Podemos ter dificuldades em operar cursos em modelo EAD, bem como promover as mudanças e investimentos tecnológicos que tal modelo de ensino exige. A tecnologia de produtos on-line, inclusive para o segmento de EAD, evolui rapidamente e, portanto, teremos que modificar e atualizar nossos produtos e serviços de forma rápida para nos adaptarmos às novas práticas do mercado e aos padrões esperados pelos alunos. Neste sentido, nossa estratégia pode ser prejudicada caso nossos competidores, atuais ou futuros, introduzam produtos ou plataformas de serviços superiores ao que pretendemos oferecer e a nossa disponibilidade de recursos seja insuficiente para desenvolver e implementar mudanças tecnológicas necessárias à manutenção de nossa posição competitiva.

Além do acompanhamento das inovações tecnológicas, o sucesso do EAD depende também do fácil acesso da população à internet a um custo acessível, bem como de fatores tecnológicos fora de nosso controle. Se o acesso à internet for dificultado ou disponibilizado a um custo superior ao atual, ou ainda se o número de interessados em serviços educacionais via internet não aumentar, podemos não ter condições de implementar nossa estratégia de crescimento nos serviços de EAD e, conseqüentemente, podemos não ser capazes de implementar satisfatoriamente nossa estratégia de crescimento.

Podemos não conseguir identificar e adquirir novas instituições de ensino superior ou cumprir nossos objetivos estratégicos e financeiros relativos a qualquer aquisição pretendida.

Prendemos adquirir instituições de ensino superior como parte da estratégia de expansão de nossas operações, incluindo aquisições que possam ser significativas em tamanho e/ou relevância estratégica. Podemos não ser capazes de continuar identificando instituições de ensino superior que ofereçam oportunidades adequadas e/ou favoráveis de aquisição no momento que desejarmos realizá-la. Além disso, as aquisições realizadas, e as futuras, envolvem uma série de riscos e desafios que podem ter um efeito prejudicial relevante sobre nossos negócios, especialmente porque, entre outras:

- a aquisição pode não contribuir com nossa estratégia comercial ou com a imagem de nossa instituição;
- a aquisição pode estar sujeita à autorização de autoridades concorrenciais, que eventualmente poderão indeferir as aquisições ou impor restrições;
- podemos enfrentar um passivo contingente relevante em decorrência dos processos judiciais das unidades adquiridas, bem como questões regulatórias relativas ao MEC;
- o processo de aquisição pode ser demorado e consumir mais recursos e/ou demandar tempo e esforço adicional da nossa administração, desviando o foco da administração de nossas operações;
- os investimentos em aquisições podem não gerar os retornos esperados;
- o modelo de negócio das instituições adquiridas poderá ser diferente do nosso, e podemos não ser capazes de adequar esses modelos ao nosso ou fazê-lo de forma eficiente;
- as aquisições podem gerar ágio, cuja amortização resultará na redução de nosso lucro líquido e dividendos; e
- a transferência da manutenção decorrente de alienação de controle ou reestruturação societária deve ser homologada posteriormente pelo MEC.

Por fim, em decorrência desta estratégia de expansão por meio de aquisições de novas instituições, poderemos precisar de recursos adicionais para dar continuidade a nossa estratégia. Assim, se não conseguirmos obter financiamento adequado para concluir qualquer potencial aquisição e implementar nossos planos de expansão, nossa estratégia de crescimento será prejudicada.

A perda ou redução das políticas de financiamento e/ou benefícios fiscais conferidos por nossa adesão ao PROUNI – Programa Universidade para Todos ("PROUNI"), bem como ao FIES poderão afetar adversamente nossos resultados.

O PROUNI, institucionalizado pela Lei nº 11.096/05, tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e tecnológicos, em instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos federais às instituições que aderirem ao PROUNI.

Adicionalmente, alguns de nossos alunos utilizam o FIES, programa criado pelo MEC, operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, destinado a financiar estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e tecnológicos, em instituições privadas de educação superior.

Caso o Governo Federal decida extinguir ou reduzir os benefícios do PROUNI e do FIES, ou caso não consigamos cumprir os requisitos para utilização do PROUNI e, no caso do FIES, os alunos não consigam cumprir os requisitos para sua utilização ou o Governo alongue os prazos dos reembolsos ou mude a regra de maneira adversa, nossos resultados operacionais poderão ser afetados e poderemos ser compelidos a pagar os tributos a que somos isentos atualmente e ter redução de receita em função da redução de captação de alunos oriundos do FIES.

Em 13 de setembro de 2013, a Receita Federal do Brasil publicou a Instrução Normativa SRF nº 1.394, que revogou a Instrução Normativa SRF nº 456, de 5 de outubro de 2004, que regulamenta a Lei nº 11.096/05. A Instrução Normativa SRF nº 1.394 introduziu novas disposições em relação às isenções fiscais instituídas pelo PROUNI, em especial ao cálculo de referidas isenções. Segundo essa nova Instrução Normativa, que passa a produzir efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014, a isenção fiscal obtida pelas instituições privadas de ensino superior signatárias do PROUNI será calculada com base na "proporção da ocupação efetiva das bolsas devidas". De modo a obter a "proporção da ocupação efetiva das bolsas devidas", deverá ser realizado um cálculo que corresponde à relação entre o valor total das bolsas efetivamente preenchidas e o valor total das bolsas devidas. Adicionalmente, a Instrução Normativa SRF nº 1.394, desconsidera, para fins do cálculo da isenção relativa ao IRPJ e à CSLL, os valores do adicional do IRPJ. A aplicação das regras da Instrução Normativa SRF nº 1.394 poderá resultar em uma redução do valor da isenção fiscal obtida e, assim, afetar adversamente nossos resultados. Para maiores informações a respeito das alterações introduzidas pela IN 1.394, vide o item 7.5 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Adicionalmente, temos um sistema de crédito educativo ("EDUCRED") próprio que responde por 0,76% dos nossos alunos. Caso haja aumento de inadimplência nesse programa nossos resultados operacionais poderão ser negativamente afetados.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Nossa moeda funcional é o Real. Elaboramos e apresentamos nossas demonstrações financeiras consolidadas em Reais, de acordo com o BRGAAP e o IFRS.

Os quadros a seguir apresentam um sumário das nossas informações financeiras e operacionais consolidadas para os períodos indicados. As informações a seguir devem ser lidas em conjunto com:

- Nossas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas relativas ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e suas respectivas notas explicativas, elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – "Demonstração intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 – "Interim financial reporting", emitida pelo IASB, e auditadas pela PricewaterhouseCoopers de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria;
- Nossas demonstrações financeiras anuais consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012 e suas respectivas notas explicativas, elaboradas e apresentadas de acordo com o BRGAAP e o IFRS, e auditadas pela PricewaterhouseCoopers de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria; e
- Item "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência.

ARREDONDAMENTOS

Alguns valores e percentuais constantes deste Prospecto foram arredondados para facilitar a sua apresentação e, dessa forma, os valores totais apresentados em algumas tabelas constantes deste Prospecto podem não representar a soma exata dos valores que os precedem, estando ressalvado que tais arredondamentos não têm por efeito impactar de maneira significativa a suficiência e exatidão da informação para a decisão de investimento.

Informações Financeiras

Os quadros a seguir apresentam um sumário das nossas informações financeiras e operacionais consolidadas para os períodos indicados. As informações a seguir devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012 e respectivas notas explicativas, e nossas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas relativa ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e suas respectivas notas explicativas, bem como em conjunto com o item "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência.

Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado

	Nos períodos de seis meses encerrados em				
	30 de junho de				
	2013		2012		2013/2012
	Consolidado	AV %	Consolidado	AV%	AH%
	(R\$ mil)				
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Receita líquida dos serviços prestados	220.601	100,0%	136.254	100,0%	61,9%
Custos dos serviços prestados	(80.733)	-36,6%	(48.131)	-35,3%	67,7%
LUCRO BRUTO	139.868	63,4%	88.123	64,7%	58,7%
Despesas gerais e administrativas.....	(59.688)	-27,1%	(41.914)	-30,8%	42,4%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(3.094)	-1,4%	(1.015)	-0,7%	204,8%
LUCRO OPERACIONAL	77.086	34,9%	45.194	33,2%	70,6%
Receita financeira	5.111	2,3%	1.711	1,3%	198,7%
Despesas financeiras	(11.329)	-5,1%	(8.462)	-6,2%	33,9%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA					
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	70.868	32,1%	38.443	28,2%	84,3%
Imposto de renda e contribuição social e					
incentivos fiscais.....	(2.059)	-0,9%	(770)	-0,6%	167,4%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	68.809	31,2%	37.673	27,6%	82,6%
Atribuído a Acionistas da Controladora	68.832	31,2%	37.655	27,6%	82,8%
Participação dos não controladores	(23)		18		

Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado

	Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de				
	2012		2011		2012/2011
	Consolidado	AV %	Consolidado	AV %	AH%
	(R\$ mil)				
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Receita líquida dos serviços prestados	283.285	100,0%	183.517	100,0%	54,4%
Custos dos serviços prestados	(102.187)	-36,1%	(71.816)	-39,1%	42,3%
LUCRO BRUTO	181.098	63,9%	111.701	60,9%	62,1%
Despesas gerais e administrativas	(99.106)	-35,0%	(67.112)	-36,6%	47,7%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(5.587)	-2,0%	740	0,4%	-855,0%
LUCRO OPERACIONAL	76.405	27,0%	45.329	24,7%	68,6%
Receitas financeiras	8.944	3,2%	6.768	3,7%	32,2%
Despesas financeiras	(18.362)	-6,5%	(18.813)	-10,3%	-2,4%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	66.987	23,6%	33.284	18,1%	-101,3%
Imposto de renda e contribuição social e incentivos fiscais	(2.731)	-1,0%	(1.732)	-0,9%	57,7%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	64.256	22,7%	31.552	17,2%	103,7%
Atribuído a Acionistas da Controladora	64.239	22,7%	31.553	17,2%	103,6%
Participação dos não controladores	17		(1)		

Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado

	Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de				
	2011		2010		2011/2010
	Consolidado	AV %	Consolidado	AV%	AH%
	(R\$ mil)				
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Receita líquida dos serviços prestados	183.517	100,0%	141.296	100,0%	29,9%
Custos dos serviços prestados	(71.816)	-39,1%	(50.403)	-35,7%	42,5%
LUCRO BRUTO	111.701	60,9%	90.893	64,3%	22,9%
Despesas gerais e administrativas	(67.112)	-36,6%	(45.633)	-32,3%	47,1%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	740	0,4%	(384)	0,3%	-292,7%
LUCRO OPERACIONAL	45.329	24,7%	44.876	31,8%	1,0%
Receita financeira	6.768	3,7%	8.118	5,7%	-16,6%
Despesas financeiras	(18.813)	-10,3%	(16.239)	-11,5%	15,9%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	33.284	18,1%	36.755	26,0%	-9,4%
Imposto de renda e contribuição social e incentivos fiscais	(1.732)	-0,9%	(1.036)	-0,7%	67,2%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	31.552	17,2%	35.719	25,3%	-11,7%
Atribuído a Acionistas da Companhia	31.553	17,2%	35.712	25,3%	-11,6%
Participação dos não controladores	(1)		7		

Balancos patrimoniais consolidadas de 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012

	2013		2012		2013/2012
	Consolidado	AV %	Consolidado	AV %	AH%
(R\$ mil)					
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	61.476	16,5%	17.182	4,5%	257,8%
Contas a receber de clientes	67.541	18,1%	47.454	12,5%	42,3%
Tributos a recuperar	2.231	0,6%	4.425	1,2%	-49,6%
Adiantamentos a fornecedores	4.255	1,1%	1.945	0,5%	118,8%
Partes relacionadas	-	-	171	-	-100%
Outros Ativos	4.994	1,3%	2.878	0,8%	73,5%
TOTAL DO CIRCULANTE	140.497	37,6%	74.055	19,5%	89,7%
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes	4.941	1,3%	7.695	2,0%	-35,8%
Outros Ativos	1.224	0,3%	441	0,1%	177,6%
Ativos de indenização	3.249	0,9%	-	-	-100%
Intangível	57.452	15,4%	30.046	7,9%	91,2%
Imobilizado	166.231	44,5%	267.054	70,4%	-37,8%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	233.097	62,4%	305.236	80,5%	-23,6%
TOTAL DO ATIVO	373.594	100,0%	379.291	100,0%	-1,5%
(R\$ mil)					
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	5.226	1,4%	3.648	1,0%	43,3%
Compromissos a Pagar	12.207	3,3%	12.763	3,4%	-4,4%
Empréstimos e financiamentos	16.783	4,5%	38.854	10,2%	-56,8%
Salários e encargos sociais	29.786	8,0%	16.585	4,4%	79,6%
Tributos a recolher	4.758	1,3%	3.835	1,0%	24,1%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	2.832	0,8%	2.016	0,5%	40,5%
Obrigações de Arrendamento Mercantil	1.212	0,3%	1.120	0,3%	8,2%
Dividendos a pagar	27.463	7,4%	6.573	1,7%	317,8%
Outros Passivos	2.185	0,6%	737	0,2%	196,5%
TOTAL DO CIRCULANTE	102.452	27,4%	86.131	22,7%	18,9%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	91.598	24,5%	42.542	11,2%	115,3%
Obrigações de Arrendamento mercantil	54.357	14,5%	54.981	14,5%	-1,1%
Compromissos a pagar	11.535	3,1%	1.396	0,4%	726,3%
Tributos a recolher	-	-	78	-	-100,0%
Parcelamentos de tributos	180	-	-	-	-100,0%
Provisão para contingências	4.632	1,2%	965	0,3%	380,0%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	162.302	43,4%	99.962	26,4%	62,4%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	82.010	22,0%	70.971	18,7%	15,6%
Reserva de lucros	6.872	1,8%	127.133	33,5%	-94,6%
Lucros ou prejuízos acumulados	23.793	6,4%	-	-	-100,0%
Ajustes na avaliação patrimonial	(3.835)	-1,0%	(4.929)	-1,3%	-22,2%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	108.840	29,1%	193.175	50,9%	-43,7%
Participação dos não controladores	-	-	23	-	-100,0%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	373.594	100,0%	379.291	100,0%	-1,5%

Balancos patrimoniais consolidadas levantados em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	2012		2011		2012/2011
	Consolidado	AV %	Consolidado	AV %	AH%
	(R\$ mil)				
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	17.182	4,5%	3.387	1,2%	407,3%
Títulos e valores mobiliários	–	–	9.175	3,2%	-100%
Contas a receber de clientes	47.454	12,5%	28.667	10,0%	65,5%
Tributos a recuperar	4.425	1,2%	6.211	2,2%	-28,8%
Adiantamentos a fornecedores	1.945	0,5%	4.363	1,5%	-55,4%
Partes relacionadas.....	171	–	171	0,1%	–
Outros Ativos	2.878	0,8%	4.571	1,6%	-37,0%
TOTAL DO CIRCULANTE.....	74.055	19,5%	56.545	19,7%	31,0%
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes	7.695	2,0%	8.942	3,1%	-13,9%
Depósitos judiciais.....	–	–	720	0,3%	-100,0%
Outros Ativos	441	0,1%	400	0,1%	10,3%
Investimentos	–	–	–	–	–
Intangível.....	30.046	7,9%	25.162	8,8%	19,4%
Imobilizado	267.054	70,4%	195.143	68,0%	36,9%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE.....	305.236	80,5%	230.367	80,3%	32,5%
TOTAL DO ATIVO	379.291	100,0%	286.912	100,0%	32,2%

	2012		2011		2012/2011
	Consolidado	AV %	Consolidado	AV %	AH%
	(R\$ mil)				
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	3.648	1,0%	6.241	2,2%	-41,5%
Compromissos a pagar.....	12.763	3,4%	8.390	2,9%	52,1%
Empréstimos e financiamentos	38.854	10,2%	4.603	1,6%	744,1%
Salários e encargos sociais	16.585	4,4%	12.024	4,2%	37,9%
Tributos a recolher	3.835	1,0%	4.874	1,7%	-21,3%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	2.016	0,5%	1.055	0,4%	91,1%
Obrigações de Arrendamento Mercantil.....	1.120	0,3%	978	0,3%	14,5%
Partes Relacionadas					
Dividendos a pagar.....	6.573	1,7%	1.905	0,7%	245,0%
Outros Passivos.....	737	0,2%	2.529	0,9%	-70,9%
TOTAL DO CIRCULANTE.....	86.131	22,7%	42.599	14,8%	102,2%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	42.542	11,2%	47.245	16,5%	-10,0%
Obrigações de Arrendamento mercantil.....	54.981	14,5%	54.136	18,9%	1,6%
Compromissos a pagar.....	1.396	0,4%	1.471	0,5%	-5,1%
Tributos a recolher	78	–	352	0,1%	-77,8%
Provisão para contingências	965	0,3%	173	0,1%	457,8%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE.....	99.962	26,4%	103.377	36,0%	-3,3%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	70.971	18,7%	70.971	24,7%	0,0%
Reserva de lucros	127.133	33,5%	77.079	26,9%	64,9%
Ajustes de avaliação patrimonial.....	(4.929)	-1,3%	(7.120)	-2,5%	-30,8%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	193.175	50,9%	140.930	49,1%	37,1%
Participação dos não controladores	23	–	6	–	283,3%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	379.291	100,0%	286.912	100,0%	32,2%

Balancos patrimoniais consolidadas levantados em 31 de dezembro de 2011 e 2010

	2011		2010		2011/2010
	Consolidado	AV %	Consolidado	AV %	AH%
	(R\$ mil)				
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3.387	1,2%	2.403	1,1%	40,9%
Títulos e valores mobiliários	9.175	3,2%	–	–	100,0%
Contas a receber de clientes	28.667	10,0%	18.393	8,7%	55,9%
Tributos a recuperar	6.211	2,2%	3.648	1,7%	70,3%
Adiantamentos a fornecedores	4.363	1,5%	1.453	0,7%	200,3%
Partes relacionadas.....	171	0,1%	21	–	714,3%
Outros Ativos	4.571	1,6%	1.688	0,8%	170,8%
TOTAL DO CIRCULANTE.....	56.545	19,7%	27.606	13,1%	104,8%
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes	8.942	3,1%	5.668	2,7%	57,8%
Depósitos judiciais	720	0,3%	715	0,3%	0,7%
Despesas antecipadas.....	–	–	800	0,4%	-100,0%
Outros Ativos	400	0,1%	212	0,1%	88,7%
Investimentos	–	–	–	–	–
Intangível	25.162	8,8%	23.755	11,3%	5,9%
Imobilizado	195.143	68,0%	152.275	72,2%	28,2%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE.....	230.367	80,3%	183.425	86,9%	25,6%
TOTAL DO ATIVO	286.912	100,0%	211.031	100,0%	36,0%
	2011		2010		2011/2010
	Consolidado	AV %	Consolidado	AV %	AH%
	(R\$ mil)				
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	6.241	2,2%	2.089	1,0%	198,8%
Compromissos a Pagar.....	8.390	2,9%	–	–	100,0%
Empréstimos e financiamentos	4.603	1,6%	4.703	2,2%	-2,1%
Salários e encargos sociais.....	12.024	4,2%	10.556	5,0%	13,9%
Tributos a recolher	4.874	1,7%	4.348	2,1%	12,1%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	1.055	0,4%	1.271	0,6%	-17,0%
Obrigações de Arrendamento Mercantil.....	978	0,3%	859	0,4%	13,9%
Dividendos a pagar	1.905	0,7%	790	0,4%	141,1%
Outros Passivos.....	2.529	0,9%	151	0,1%	1574,8%
TOTAL DO CIRCULANTE.....	42.599	14,8%	24.767	11,7%	72,0%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	47.245	16,5%	11.443	5,4%	312,9%
Obrigações de Arrendamento mercantil.....	54.136	18,9%	55.009	26,1%	-1,6%
Compromissos a pagar.....	1.471	0,5%	3.100	1,5%	-52,5%
Tributos a recolher	352	0,1%	861	0,4%	-59,1%
Provisão para contingências	173	0,1%	21	–	723,8%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE.....	103.377	36,0%	70.434	33,4%	46,8%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social.....	70.971	24,7%	70.971	33,6%	–
Reserva de lucros	77.079	26,9%	54.163	25,7%	42,3%
Ajustes na avaliação patrimonial.....	(7.120)	-2,5%	(9.311)	-4,4%	-23,5%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	140.930	49,1%	115.823	54,9%	21,7%
Participação dos não controladores	6	–	7	–	-14,3%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	286.912	100,0%	211.031	100,0%	36,0%

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" deste Prospecto e nas seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do nosso Formulário de Referência, e nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto, para melhor compreensão das nossas atividades e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Segue abaixo um resumo dos termos da Oferta:

Acionistas Vendedores	O Poah One e os Acionistas Vendedores Pessoa Física, considerados em conjunto.
Ações	30.779.040 ações ordinárias de nossa emissão, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a serem distribuídas no âmbito da Oferta, sendo 15.389.520 ações a serem emitidas por nós e 15.389.520 ações de nossa emissão e de titularidade dos Acionistas Vendedores (sem considerar as Ações Suplementares e Ações Adicionais), salvo se de outra forma mencionado neste Prospecto.
Ações Adicionais	Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Suplementares, poderá, a nosso critério, em conjunto com os Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares), ou seja, em até 3.077.904 novas ações ordinárias a serem emitidas por nós e 3.077.904 ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.
Ações em Circulação no Mercado após a Oferta (<i>Free Float</i>)	Antes da realização da Oferta não existiam ações de nossa emissão em circulação no mercado. Após a realização da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e o exercício da Opção de Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, 30.779.040 ações ordinárias de nossa emissão, representativas de aproximadamente 25,04% de nosso capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando as Ações Adicionais e o exercício da Opção de Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, 41.551.704 ações ordinárias de nossa emissão, representativas de aproximadamente 32,39% do nosso capital social, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, ver seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social" na página 44 deste Prospecto.

Ações Suplementares	Lote suplementar de até 2.308.428 novas ações ordinárias a serem emitidas por nós e 2.308.428 ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, em percentual equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, destinada exclusivamente a atender a um eventual excesso de demanda que vier a ser constatado no âmbito da Oferta e objeto da Opção de Ações Suplementares, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400.
Agente Estabilizador	O Credit Suisse, agindo por intermédio da Corretora.
Agentes de Colocação Internacional	O BTG Pactual US Capital LLC, o Credit Suisse Securities (USA) LLC, o Goldman, Sachs & Co e o Santander Investment Securities Inc.
Aprovações Societárias	A realização da Oferta Primária dentro do limite de capital autorizado previsto no nosso estatuto social e com exclusão do direito de preferência dos nossos atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, foram aprovados na reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de setembro de 2013, cuja ata foi publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco e no jornal Valor Econômico em 1º de outubro de 2013 e foi arquivada na Junta Comercial do Estado de Pernambuco ("JUCEPE") em 2 de outubro de 2013.
Anúncio de Encerramento	O Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Ser Educacional S.A., a ser publicado por nós, pelos Acionistas Vendedores e pelo Coordenador Líder, informando acerca do resultado final da Oferta, nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400.
Anúncio de Início	O Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Ser Educacional S.A., a ser publicado por nós, pelos Acionistas Vendedores e pelo Coordenador Líder, informando acerca do início do Período de Colocação, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400.
Anúncio de Retificação	Anúncio comunicando a eventual suspensão, cancelamento, revogação ou modificação da Oferta, a ser publicado por nós, pelos Acionistas Vendedores e pelos Coordenadores da Oferta, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400.

Atividade de Estabilização

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das Ações na BM&FBOVESPA, por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na BM&FBOVESPA, inclusive, que corresponde ao dia útil seguinte à data de publicação do Anúncio de Início, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual será previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da BM&FBOVESPA, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da publicação do Anúncio de Início.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de nossa emissão no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

Aviso ao Mercado

Aviso publicado em 01 de outubro de 2013 e republicado em 08 de outubro de 2013, informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, conforme o caso, nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400.

Capital Social

Na data deste Prospecto, nosso capital social é de R\$82.876.085,85, totalmente subscrito e integralizado, representado por 107.515.296 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Este valor não considera o montante de R\$866 mil referente a gastos com emissão de ações que foram registrados no nosso patrimônio líquido como redutores da conta de capital social, conforme Nota 17 das nossas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas de 30 de junho de 2013.

Nosso capital social poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária, até o limite de 30.000.000 ações ordinárias adicionais, por deliberação do nosso conselho de administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de ações ordinárias a serem emitidas e as demais condições de subscrição/integralização de tais ações dentro do capital autorizado, assim como a exclusão do direito de preferência dos nossos atuais acionistas.

Para informações adicionais sobre o nosso Capital Social após a Oferta favor consultar as Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social, a partir da página 44 deste Prospecto.

Comunicado de Suspensão da Oferta	Comunicado de suspensão da Oferta, publicado em 21 de outubro de 2013, informando acerca da suspensão da Oferta em resposta ao Ofício/CVM/SRE/Nº502/2013, expedido em 18 de outubro de 2013 pela CVM, após ter verificado a omissão de informações neste Prospecto relacionada à edição, em 12 de setembro de 2013, pela Receita Federal do Brasil, da Instrução Normativa nº 1.394, que regula o PROUNI.
Comunicado ao Mercado de Modificação Retomada e Abertura de Prazo para Desistência da Oferta	Comunicado ao mercado informando sobre a modificação do cronograma e retomada da Oferta, bem como sobre a abertura de prazo de desistência para os investidores, publicado em 22 de outubro de 2013, conforme autorização concedida pela CVM por meio do Ofício/CVM/SRE/Nº503/2013, expedido em 21 de outubro de 2013.
Contrato de Colocação	Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Ser Educacional S.A., a ser celebrado por nós, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e a BM&FBOVESPA, na qualidade de interveniente anuente.
Contrato de Colocação Internacional	<i>Placement Facilitation Agreement</i> , contrato a ser celebrado entre nós, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional, a fim de regular os esforços de colocação das Ações pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior.
Contrato de Empréstimo	Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão da Ser Educacional S.A., a ser celebrado entre o Acionista Controlador, o Agente Estabilizador e a Corretora.
Contrato de Estabilização	Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Ser Educacional S.A., a ser celebrado entre nós, os Acionistas Vendedores, o Agente Estabilizador, a Corretora e, na qualidade de interveniente-anuentes, os demais Coordenadores da Oferta.
Coordenador Líder ou BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
Coordenadores da Oferta	O Coordenador Líder, o Credit Suisse, o Goldman Sachs e o Santander, considerados em conjunto.
Corretora	O Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.
Credit Suisse	Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
Cronograma da Oferta	Ver a seção "Informações sobre a Oferta – Cronograma Estimado da Oferta" na página 53 deste Prospecto.
Data de Liquidação	Data de liquidação física e financeira da Oferta, que ocorrerá no 3º dia útil seguinte à data de publicação do Anúncio de Início com a entrega das Ações aos respectivos investidores, exceto com relação à distribuição das Ações Suplementares.

Data de Liquidação das Ações Suplementares

Data de liquidação física e financeira das Ações Suplementares, que ocorrerá no 3º dia útil contado da data do eventual exercício da Opção de Ações Suplementares.

Destinação dos Recursos

Os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), após a dedução das comissões e das despesas estimadas por nós no âmbito da Oferta, serão destinados para novas aquisições de instituições de ensino, implementação do EAD e aquisição de novos imóveis. Para mais informações, ver seção "Destinação dos Recursos" na página 89 deste Prospecto.

Os recursos líquidos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente repassados aos Acionistas Vendedores, inclusive os resultantes da distribuição das Ações Adicionais e de eventual exercício da Opção de Ações Suplementares.

Direito de Venda Conjunta (tag along rights)

Conforme estabelecido em nosso estatuto social, a alienação do nosso controle, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos nossos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

Para informações adicionais, ver os itens "18.1. Direito das ações" e "18.2. Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública" do Formulário de Referência.

Direitos, vantagens e restrições das Ações

As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de nossa emissão, nos termos previstos em seu estatuto social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se destacam os seguintes:

- (a) direito de voto nas nossas assembleias gerais, sendo que cada ação ordinária corresponde a um voto;
- (b) observadas as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e dividendos adicionais eventualmente distribuídos por deliberação da assembleia geral ou pelo conselho de administração;
- (c) no caso de nossa liquidação, direito ao recebimento dos pagamentos relativos ao remanescente do seu capital social, na proporção da sua participação no nosso capital social;
- (d) fiscalização da nossa gestão, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações;

- (e) direito de preferência na subscrição de novas ações, conforme conferido pela Lei das Sociedades por Ações;
- (f) direito de alienar as ações ordinárias, nas mesmas condições asseguradas ao acionista controlador, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle sobre nós, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas (*tag along*);
- (g) direito de alienar as ações ordinárias em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada por nós ou por seus acionistas controladores, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações no Novo Mercado, por, no mínimo, seu valor econômico, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e independente e indicada nos termos do Regulamento do Novo Mercado;
- (h) direito ao recebimento de dividendos integrais e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias que vierem a ser declarados por nós a partir da publicação do Anúncio de Início; e
- (i) todos os demais benefícios conferidos aos titulares das ações ordinárias pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Regulamento do Novo Mercado e por seu estatuto social.

Dividendos

Nosso estatuto social estabelece o pagamento de dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, a não ser que nosso conselho de administração informe a nossa assembleia geral que a distribuição é incompatível com a nossa condição financeira. Nesse caso, a distribuição do dividendo obrigatório será suspensa.

Para mais informações, ver o item "3.4 – Política de destinação dos resultados" do nosso Formulário de Referência anexo a este Prospecto. Aqueles que adquirirem/subscreverem Ações terão o direito de recebimento de dividendos integrais e todos os outros benefícios que vierem a ser declarados por nós a partir da Data de Liquidação ou, no caso das Ações Suplementares, a partir da Data de Liquidação das Ações Suplementares.

Fatores de Risco

Para uma descrição de certos fatores de risco relacionados à subscrição/aquisição das Ações que devem ser considerados na tomada da decisão de investimento, os investidores devem ler as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" e "Fatores de Riscos Relacionados à Oferta e às Ações", deste Prospecto, respectivamente, bem como os Fatores de Risco descritos nos itens "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do nosso Formulário de Referência anexo a este Prospecto, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de investir nas Ações.

Goldman Sachs

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Inadequação da Oferta

O investimento nas Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à nós, ao setor em que atuamos, aos nossos acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há nenhuma classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir Ações ou, com relação à qual o investimento em Ações seria, no nosso entendimento e dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

Informações Adicionais

O pedido de registro da Oferta foi solicitado por nós e pelos Acionistas Vendedores à CVM em 26 de agosto de 2013, estando a presente Oferta sujeita a prévia aprovação e registro da CVM.

É recomendada a todos os investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência antes da tomada de qualquer decisão de investimento.

Os investidores que desejarem obter exemplar deste Prospecto e do Formulário de Referência ou informações adicionais sobre a Oferta ou, ainda, a realização de reserva de Ações, deverão dirigir-se, a partir da data de publicação do Aviso ao Mercado, aos endereços e páginas da rede mundial de computadores da Companhia e das Instituições Participantes da Oferta e/ou da CVM.

Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços indicados na seção "Informações sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 68 deste Prospecto.

Instituição Escrituradora

Itaú Corretora de Valores S.A.

Instituições Consorciadas

Determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à BM&FBOVESPA, convidadas a participar da Oferta para efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais.

Instituições Participantes da Oferta

Os Coordenadores da Oferta e as Instituições Consorciadas, quando referidos em conjunto.

Investidores Estrangeiros	Investidores institucionais qualificados, residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América (<i>qualified institutional buyers</i>), conforme definidos na Regra 144A, editada pela SEC, em operações isentas de registro, previstas no <i>Securities Act</i> e nos regulamentos editados ao amparo do <i>Securities Act</i> , e, nos demais países (que não os Estados Unidos da América e o Brasil), investidores constituídos de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor (<i>non U.S. Persons</i>), com base na <i>Regulation S</i> editada pela SEC no âmbito do <i>Securities Act</i> , desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução CMN nº 2.689, da Instrução CVM 325 ou da Lei nº 4.131.
Investidores Institucionais	Investidores Institucionais Locais e Investidores Estrangeiros, considerados em conjunto.
Investidores Institucionais Locais	Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliados ou com sede no Brasil e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA, em qualquer caso, que não sejam considerados Investidores Não Institucionais, cujas intenções específicas ou globais de investimento excedam R\$300.000,00, além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil.
Investidores Não Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliados ou com sede no Brasil e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA, nos termos da regulamentação em vigor, que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva, observados o Valor Mínimo do Pedido de Reserva e o Valor Máximo do Pedido de Reserva.
Negociação na BM&FBOVESPA	As ações ordinárias de nossa emissão serão listadas na BM&FBOVESPA, sob o símbolo "SEER3". Em 30 de setembro de 2013, nós e o Acionista Controlador celebramos o Contrato de Participação no Novo Mercado, com a BM&FBOVESPA, o qual entrará em vigor na data de publicação do Anúncio de Início, aderindo ao segmento especial de listagem do mercado de ações da BM&FBOVESPA denominado Novo Mercado, regido pelo Regulamento do Novo Mercado, o qual estabelece regras de governança corporativa mais rigorosas que as disposições da Lei das Sociedades por Ações, particularmente em relação à transparência e proteção aos acionistas minoritários. As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado estão descritas de forma resumida no Formulário de Referência. O início da negociação das Ações no Novo Mercado da BM&FBOVESPA ocorrerá no dia útil seguinte à data de publicação do Anúncio de Início.

Oferta	A Oferta Primária e a Oferta Secundária, consideradas em conjunto.
Oferta de Varejo	Distribuição de, no mínimo, 10% e, no máximo, 20% da totalidade das Ações objeto da Oferta (considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais) destinada prioritariamente à colocação junto a Investidores Não Institucionais.
Oferta Institucional	Oferta pública de distribuição das Ações realizada junto a Investidores Institucionais. Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para Investidores Institucionais reservas antecipadas e inexistindo valores mínimos ou máximos de investimento e assumindo cada Investidor Institucional a obrigação de verificar se está cumprindo os requisitos acima para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> .
Oferta Primária	A distribuição pública primária de, inicialmente, 15.389.520 Ações de nossa emissão, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução CMN 2.689, da Instrução CVM 325 e/ou da Lei 4.131.
Oferta Secundária	A distribuição pública secundária de, inicialmente, 15.389.520 Ações e de titularidade dos Acionistas Vendedores, a ser realizada no Brasil em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução CMN 2.689, da Instrução CVM 325 e/ou da Lei 4.131.
Opção de Ações Suplementares	Opção para distribuição das Ações Suplementares, conforme previsto no artigo 24 da Instrução CVM 400, outorgada por nós e pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, para atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das Ações na BM&FBOVESPA, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação.

Pedido de Reserva	Formulário específico, celebrado em caráter irrevogável e irretratável, destinado à subscrição/aquisição das Ações no âmbito da Oferta de Varejo, a ser preenchido pelos Investidores Não Institucionais ao realizarem solicitação de reservas antecipadas de Ações durante o Período de Reserva.
Período de Colocação	Prazo de até 3 dias úteis, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início, que se iniciará em 28 de outubro de 2013, inclusive, e se encerrará em 31 de outubro de 2013, inclusive, para efetuar a colocação das Ações (considerando as Ações Adicionais e sem considerar as Ações Suplementares).
Período de Desistência para Investidores Institucionais	Período de 2 (dois) dias úteis, entre 22 de outubro de 2013, inclusive, e 23 de outubro de 2013, inclusive, durante o qual os Investidores Institucionais que já apresentaram suas ordens de investimento poderão, nos termos do artigo 27, parágrafo único da Instrução CVM 400, cancelar suas ordens, devendo, para tanto, informar sua decisão, até as 16:00 horas do dia 23 de outubro de 2013, ao Coordenador da Oferta junto ao qual tenha apresentado sua ordem de investimento (por meio de mensagem eletrônica, fax ou correspondência enviada ao Coordenador da Oferta junto ao qual tenha apresentado sua ordem de investimento).
Período de Desistência para Investidores Não Institucionais	Período de 4 (quatro) dias úteis, entre os dias 22 de outubro de 2013, inclusive, e 25 de outubro de 2013, durante o qual os Investidores Não Institucionais que já apresentaram seu Pedido de Reserva no Período de Reserva poderão, nos termos do artigo 27, parágrafo primeiro da Instrução CVM 400, desistir do seu Pedido de Reserva, devendo, para tanto, informar sua decisão, até as 16:00 horas do dia 24 de outubro de 2013, à Instituição Participante da Oferta na qual tenha efetuado seu Pedido de Reserva (por meio de mensagem eletrônica, fax ou correspondência enviada ao endereço da Instituição Participante da Oferta na qual tenha efetuado seu Pedido de Reserva).
Período de Reserva	Período para os Investidores Não Institucionais efetuarem seus Pedidos de Reserva, de 08 de outubro de 2013, inclusive, a 17 de outubro de 2013, inclusive.
Pessoas Vinculadas	Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, são consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam (i) nossos administradores e/ou controladores e/ou dos Acionistas Vendedores; (ii) administradores e/ou controladores de quaisquer das Instituições Participantes da Oferta e/ou de quaisquer dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nos itens (i), (ii) e (iii) anteriores.

Prazo de Distribuição

Prazo para a distribuição das Ações (considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), que terá início na data de publicação do Anúncio de Início e será encerrado na data de publicação do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de 6 meses, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início, o que ocorrer primeiro, nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400.

Preço por Ação

Preço de subscrição/aquisição das Ações no âmbito da Oferta, definido após o Procedimento de *Bookbuilding*.

No contexto da Oferta, estima-se que o preço por Ação estará situado entre R\$19,50 e R\$23,50, ressalvado, no entanto, que esta faixa é meramente indicativa, podendo o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa. Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observada a condição de eficácia indicada na seção "Informações Sobre a Oferta – Procedimento da Oferta – Oferta de Varejo", nas páginas 55 e 56 deste Prospecto.

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletada junto a Investidores Institucionais. A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta, e, portanto, não haverá diluição injustificada dos nossos atuais acionistas, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações.

Para mais informações, ver seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual aceitação de intenções de investimento de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas durante o Procedimento de Bookbuilding poderá levar ao risco de má formação do Preço por Ação e/ou de redução da liquidez das ações ordinárias de nossa emissão no mercado secundário*" na página 84 deste Prospecto.

Procedimento de *Bookbuilding*

Procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais a ser realizado no Brasil pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e, no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44, ambos da Instrução CVM 400. **Os Investidores Não Institucionais que efetuarem Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva no âmbito da Oferta de Varejo não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo suas intenções de investimento automaticamente canceladas. **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente o processo de formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das ações de nossa emissão no mercado secundário.**

Para mais informações, ver seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações - A eventual aceitação de intenções de investimento de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas durante o Procedimento de Bookbuilding poderá levar ao risco de má formação do Preço por Ação e/ou de redução da liquidez das ações ordinárias de nossa emissão no mercado secundário*" na página 84 deste Prospecto.

Público Alvo da Oferta

As Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações, nos termos da Instrução CVM 400 e conforme previsto no Contrato de Colocação, por meio da Oferta de Varejo e da Oferta Institucional, sendo que (i) a Oferta de Varejo será realizada junto a Investidores Não Institucionais; e (ii) a Oferta Institucional será realizada junto a Investidores Institucionais, sendo que os Investidores Estrangeiros deverão investir nas Ações por meio de mecanismos de investimentos regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM.

Regime de Colocação – Garantia Firme de Liquidação

Nos termos do Contrato de Colocação, os Coordenadores da Oferta realizam a distribuição pública das Ações pelo Preço por Ação em garantia firme de liquidação a ser prestada de forma individual e não solidária.

A garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta consiste na obrigação individual e não solidária de liquidação financeira, pelos Coordenadores da Oferta, na Data de Liquidação, das Ações (considerando as Ações Adicionais, se houver, e sem considerar as Ações Suplementares), que uma vez subscritas/adquiridas por investidores no mercado, não foram integralizadas/liquidadas por tais investidores, na proporção e até o limite individual da garantia firme prestada nos termos do Contrato de Colocação. Tal garantia firme de liquidação é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Colocação, deferido o registro da Oferta pela CVM, publicado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo.

Caso as Ações efetivamente subscritas/adquiridas (sem considerar as Ações Suplementares) por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por esses até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta subscreverá/adquirirá e integralizará/liquidará, de forma individual e não solidária, na Data de Liquidação, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, multiplicado pelo Preço por Ação; e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, se houver, e sem considerar as Ações Suplementares) efetivamente colocadas e integralizadas/liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação, a ser definido conforme o Procedimento de *Bookbuilding*.

Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidores Não Institucionais deverão ser integralmente devolvidos, sem juros ou correção monetária, sem reembolso dos gastos incorridos em razão do depósito e com dedução de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis, no prazo de 3 dias úteis contados da data de divulgação do cancelamento da Oferta, conforme mencionado acima.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da garantia firme de liquidação, nos termos acima, caso os Coordenadores da Oferta eventualmente venham a subscrever/adquirir Ações nos termos acima e tenham interesse em vender tais Ações antes da publicação do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de nossa emissão, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que o disposto neste parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades de estabilização.

Resolução de Conflitos

Conforme estabelecido em nosso estatuto social, nós, nossos acionistas administradores e membros do Conselho Fiscal nos obrigamos a resolver por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre tais partes no que tange a nós, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Regulamento do Novo Mercado, no Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Sanções, do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado e do Regulamento da Câmara de Arbitragem, nos termos deste último.

Restrição à Venda de Ações (*Lock-up*)

Nós e os Acionistas Vendedores, bem como cada um dos membros do nosso conselho de administração e da nossa diretoria se comprometerão perante os Coordenadores da Oferta a celebrar os acordos de restrição à venda de ações de nossa emissão ("Instrumentos de *Lock-up*"), por meio dos quais concordarão em não oferecer, vender, contratar a venda, penhorar, emprestar, dar em garantia, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de outra forma onerar ou dispor, direta ou indiretamente, pelo período de 180 dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, quaisquer ações ordinárias de nossa emissão de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber ações ordinárias de nossa emissão, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações ordinárias de nossa emissão, bem como derivativos nelas lastreados, ressalvadas as Ações Suplementares.

Adicionalmente, de acordo com as regras do Novo Mercado, o Acionista Controlador, os membros do nosso conselho de administração e da nossa diretoria não poderão vender ou ofertar à venda ações de nossa emissão ou derivativos a elas concernentes que eles detiverem imediatamente após a Oferta, nos primeiros 6 meses após o início da negociação das ações no segmento do Novo Mercado. Após esse período inicial de 6 (seis) meses, o Acionista Controlador, os membros do nosso conselho de administração e da nossa diretoria não poderão, por mais 6 meses, vender e/ou ofertar à venda mais de 40% das ações de nossa emissão e derivativos a elas concernentes que eles detiverem imediatamente após a Oferta. Findo tal prazo, todas as ações de nossa emissão e de sua titularidade estarão disponíveis para venda no mercado.

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações.

A vedação não se aplicará nas hipóteses descritas no artigo 48, inciso II da Instrução CVM 400, assim como nas hipóteses descritas nos Instrumentos de *Lock-up*.

Santander

Banco Santander (Brasil) S.A.

Valor Máximo de Pedido de Reserva

Valor máximo individual de pedido de investimento de R\$300.000,00, aplicável para Investidores Não Institucionais que, no âmbito da Oferta de Varejo, desejarem subscrever/adquirir Ações.

Valor Mínimo de Pedido de Reserva

Valor mínimo individual de pedido de investimento de R\$3.000,00, aplicável para Investidores Não Institucionais que, no âmbito da Oferta de Varejo, desejarem subscrever/adquirir Ações.

Valor Total da Oferta

R\$661.749.360,00, considerando o Preço por Ação de R\$21,50, que é o ponto médio da faixa indicativa de preço indicativa na capa deste Prospecto, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, sendo R\$330.874.680,00, decorrentes da Oferta Primária, e R\$330.874.680,00, decorrentes da Oferta Secundária.

INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES

Para fins do disposto no Item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia, os Acionistas Vendedores e a Oferta poderão ser obtidos nos seguintes endereços:

Companhia	Acionistas Vendedores
Ser Educacional S.A. Rua Fernando Lopes, nº 778, Graças 52011-220 – Recife, PE, Brasil At.: Sr. Jânnyo Janguê Diniz e Sr. Habib Bichara Tel.: +55 (81) 3413 4622 e +55 (81) 3413 4642 <i>website:</i> www.sereducacional.com/	José Janguê Bezerra Diniz Rua Guilherme Pinto, nº 778, Graças 52011-210 – Recife, PE, Brasil At.: Sr. José Janguê Diniz e Sr. Habib Bichara Tel.: +55 (81) 3413 4622 e +55 (81) 3413 4642 Jânnyo Janguê Bezerra Diniz Rua Guilherme Pinto, nº 146, 778, Graças 52011-210 – Recife, PE, Brasil At.: Sr. Jânnyo Janguê Bezerra Diniz e Sr. Habib Bichara Tel.: +55 (81) 3413 4622 e +55 (81) 3413 4642 Poah One Acquisition Holdings VII, LLC Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 5º Andar 04538-905 – São Paulo, SP, Brasil At.: Sr. Francisco Barreto Tel.: +55 (11) 3443 6281
Coordenador Líder	Agente Estabilizador
Banco BTG Pactual S.A. At.: Sr. Fabio Nazari Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar 04538-133 – São Paulo, SP, Brasil Tel.: +55 (11) 3383 2000 Fax: +55 (11) 3383-2001 <i>website:</i> www.btgpactual.com	Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. At.: Sr. Marcelo Millen Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 10º andar 04542-000 – São Paulo, SP Tel.: +55 (11) 3701 6401 <i>website:</i> br.credit-suisse.com
Coordenadores da Oferta	
Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. At.: Sr. Osmar Castellani Jr. e Sr. Pedro Leite da Costa Rua Leopoldo Couto Magalhães Junior 700, 17º andar, Itaim Bibi 04542-000, São Paulo, SP, Brasil Tel.: +55 (11) 3371 0757 e +55 (11) 3371 0858 <i>website:</i> http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/area/investment-banking.html	Banco Santander (Brasil) S.A. At.: Sr. Cleomar Parisi Av. Juscelino Kubitschek, nº 2.041 e 2.235, 24º andar 04543-011 – São Paulo, SP, Brasil Tel.: + 55 (11) 3012 7162 <i>website:</i> www.santander.com.br

Consultores Legais Locais da Companhia

Pinheiro Neto Advogados

At.: Sr. Henrique Lang e Sr. Fernando Zorzo
Rua Hungria, nº 1.100
01455-906 – São Paulo, SP, Brasil
Tel.: +55 (11) 3247- 8400
Fax: +55 (11) 3247-8600
website: www.pn.com.br

**Consultores Legais Locais dos
Coordenadores da Oferta**

**Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e
Quiroga Advogados**

At.: Sr. Jean Marcel Arakawa
Al. Joaquim Eugênio de Lima, nº 447
01403-001 – São Paulo, SP, Brasil
Tel.: +55 (11) 3147 7600 e +55 (11) 3147 7863
website: <http://www.mattosfilho.com.br/>

Consultores Externos da Companhia

Cleary Gottlieb Steen & Hamilton LLP

Rua Funchal, nº 418, 13º andar
04551-060 – São Paulo, SP, Brasil
At.: Sr. Francisco L. Cestero
Tel.: +55 (11) 2196 7201
Fax: +55 (11) 2196 7299
website: <http://www.cgsh.com>

**Consultores Legais Externos dos
Coordenadores da Oferta**

Simpson Thacher & Bartlett LLP

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.455,
12º andar
04543-011 – São Paulo, SP
At.: Sr. Todd Crider
Tel.: +55 (11) 3546-1003
website: www.stblaw.com

Audidores Independentes da Companhia

**PricewaterhouseCoopers Auditores
Independentes**

Rua Padre Carapuceiro, nº 733, 8º andar
51020-280, Recife, PE
At.: Sr. Marco Aurélio de Castro e Melo
Tel.: + 55 (81) 3465 8688
website: <http://www.pwc.com.br>

As declarações da Companhia, dos Acionistas Vendedores e do Coordenador Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 encontram-se anexas a este Prospecto.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Na data deste Prospecto, nosso capital social é de R\$82.876.085,85, totalmente subscrito e integralizado, representado por 107.515.296 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Nosso capital social poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária, até o limite de 30.000.000 ações ordinárias adicionais, por deliberação do nosso conselho de administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de ações ordinárias a serem emitidas e as demais condições de subscrição/integralização de tais ações dentro do capital autorizado, assim como a exclusão do direito de preferência dos nossos atuais acionistas.

Os quadros abaixo indicam a composição do nosso capital social, integralmente subscrito e integralizado, na data deste Prospecto e a previsão após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
	Quantidade	Valor (em R\$)	Quantidade	Valor (em R\$) ⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾
Ordinárias	107.515.296	82.876.085,85	122.904.816	413.750.765,85
Total	107.515.296	82.876.085,85	122.904.816	413.750.765,85

(1) Valor não considera o montante de R\$866 mil referentes a gastos com emissão de ações que foram registrados no nosso patrimônio líquido como redutores da conta de capital social, conforme Nota 17 das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas de 30 de junho de 2013.

(2) Valores consideram o valor total de recursos da oferta primária, desconsiderando comissões e despesas.

(3) Considera conta de reserva de capital.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando o exercício da Opção de Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
	Quantidade	Valor (em R\$)	Quantidade	Valor (em R\$) ⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾
Ordinárias	107.515.296	82.876.085,85	125.213.244	463.381.967,85
Total	107.515.296	82.876.085,85	125.213.244	463.381.967,85

(1) Valor não considera o montante de R\$866 mil referente a gastos com emissão de ações que foram registrados no nosso patrimônio líquido como redutores da conta de capital social, conforme Nota 17 das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas de 30 de junho de 2013.

(2) Valores consideram o valor total de recursos da oferta primária, desconsiderando comissões e despesas.

(3) Considera conta de reserva de capital.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
	Quantidade	Valor (em R\$)	Quantidade	Valor (em R\$) ⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾
Ordinárias	107.515.296	82.876.085,85	125.982.720	479.925.701,85
Total	107.515.296	82.876.085,85	125.982.720	479.925.701,85

(1) Valor não considera o montante de R\$866 mil referente a gastos com emissão de ações que foram registrados no nosso patrimônio líquido como redutores da conta de capital social, conforme Nota 17 das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas de 30 de junho de 2013.

(2) Valores consideram o valor total de recursos da oferta primária, desconsiderando comissões e despesas.

(3) Considera conta de reserva de capital.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
	Quantidade	Valor (em R\$)	Quantidade	Valor (em R\$) ⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾
Ordinárias	107.515.296	82.876.085,85	128.291.148	529.556.903,85
Total	107.515.296	82.876.085,85	128.291.148	529.556.903,85

(1) Valor não considera o montante de R\$866 mil referente a gastos com emissão de ações que foram registrados no nosso patrimônio líquido como redutores da conta de capital social, conforme Nota 17 das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas de 30 de junho de 2013.

(2) Valores consideram o valor total de recursos da oferta primária, desconsiderando comissões e despesas.

(3) Considera conta de reserva de capital.

PRINCIPAIS ACIONISTAS, MEMBROS DA NOSSA ADMINISTRAÇÃO E ACIONISTAS VENDEDORES

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias de nossa emissão detidas por acionistas titulares de 5% ou mais de ações ordinárias de nossa emissão e pelos membros da nossa administração, na data deste Prospecto e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Poah One.....	12.166.108	11,32	2.716.108	2,21
José Janguê Bezerra Diniz	94.274.036	87,68	88.549.546	72,05
Jânio Janguê Bezerra Diniz	1.075.152	1,00	860.122	0,70
Administradores	0	0	0	0
Ações em circulação	0	0	30.779.040	25,04
Total	107.515.296	100,00	122.904.816	100,00

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando o exercício da Opção de Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Poah One.....	12.166.108	11,32	1.298.606	1,04
José Janguê Bezerra Diniz	94.274.036	87,68	87.690.874	70,03
Jânio Janguê Bezerra Diniz	1.075.152	1,00	827.868	0,66
Administradores	0	0	0	0
Ações em circulação	0	0	35.395.896	28,27
Total	107.515.296	100,00	125.213.244	100,00

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Poah One.....	12.166.108	11,32	1.417.502	1,13
José Janguiê Bezerra Diniz	94.274.036	87,68	86.770.248	68,87
Jânnyo Janguiê Bezerra Diniz	1.075.152	1,00	860.122	0,68
Administradores	0	0	0	0
Ações em circulação	0	0	36.934.848	29,32
Total	107.515.296	100,00	125.982.720	100,00

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Poah One.....	12.166.108	11,32	0	0
José Janguiê Bezerra Diniz	94.274.036	87,68	85.911.576	66,97
Jânnyo Janguiê Bezerra Diniz	1.075.152	1,00	827.868	0,65
Administradores	0	0	0	0
Ações em circulação	0	0	41.551.704	32,39
Total	107.515.296	100,00	128.291.148	100,00

IDENTIFICAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES, QUANTIDADE DE AÇÕES OFERTADAS PELOS ACIONISTAS VENDEDORES E RECURSOS LÍQUIDOS DA OFERTA SECUNDÁRIA

JOSÉ JANGUIÊ BEZERRA DINIZ, brasileiro, casado, professor, com escritório na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Rua Guilherme Pinto, nº 146, no Bairro das Graças, CEP 52011-210, portador da cédula de identidade RG sob o nº 2.547.125 SDS-PE e inscrito no CPF/MF sob o nº 368.383.574-53;

JÂNNYO JANGUIÊ BEZERRA DINIZ, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, com escritório na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Rua Guilherme Pinto, nº 146, no Bairro das Graças, CEP 52011-210, portador da cédula de identidade RG sob o nº 1.169.091-SSP/PB SDS-PE e inscrito no CPF/MF sob o nº 567.918.444-34;

POAH ONE ACQUISITION HOLDINGS VII, LLC, sociedade domiciliada no exterior, com sede nos Estados Unidos da América, constituída e existente de acordo com as leis de Delaware, com sede social localizada em 505, 5th Avenue, Nova York, NY 10017, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.549.772/0001-5, na forma de seu ato constitutivo.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a serem alienadas por cada Acionista Vendedor, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares:

	Quantidade	Montante⁽¹⁾ (R\$)	Comissões⁽¹⁾e Despesas⁽²⁾ (R\$)	Comissões por Ação⁽¹⁾ (R\$)	Recursos Líquidos^(1,2) (R\$)
José Janguiê Bezerra					
Diniz	5.724.490	123.076.535,00	6.316.494,36	1,10	116.760.040,64
Jânnyo Janguiê Bezerra					
Diniz	215.030	4.623.145,00	237.267,56	1,10	4.385.877,44
Poah One	9.450.000	203.175.000,00	10.427.282,04	1,10	192.747.717,96
Total da Oferta Secundária	15.389.520	330.874.680,00	16.981.043,96	1,10	313.893.636,04

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$21,50 que corresponde ao ponto médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

⁽²⁾ Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a serem alienadas por cada Acionista Vendedor, considerando a colocação da quantidade máxima de Ações Adicionais, sem considerar as Ações Suplementares:

	Quantidade	Montante⁽¹⁾ (R\$)	Comissões⁽¹⁾e Despesas⁽²⁾ (R\$)	Comissões por Ação⁽¹⁾ (R\$)	Recursos Líquidos^(1,2) (R\$)
José Janguiê Bezerra					
Diniz	7.503.788	161.331.442,00	8.279.800,40	1,10	153.051.641,60
Jânnyo Janguiê Bezerra					
Diniz	215.030	4.623.145,00	237.267,56	1,10	4.385.877,44
Poah One	10.748.606	231.095.029,00	11.860.184,79	1,10	219.234.844,21
Total da Oferta Secundária	18.467.424	397.049.616,00	20.377.252,75	1,10	376.672.363,25

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$21,50 que corresponde ao ponto médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

⁽²⁾ Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a serem alienadas por cada Acionista Vendedor, sem considerar as Ações Adicionais e considerando a colocação da quantidade máxima de Ações Suplementares:

	Quantidade	Montante⁽¹⁾ (R\$)	Comissões⁽¹⁾e Despesas⁽²⁾ (R\$)	Comissões por Ação⁽¹⁾ (R\$)	Recursos Líquidos^(1,2) (R\$)
José Janguiê Bezerra					
Diniz	6.583.162	141.537.983,00	7.263.966,86	1,10	134.274.016,14
Jânnyo Janguiê Bezerra					
Diniz	247.284	5.316.606,00	272.857,14	1,10	5.043.748,86
Poah One	10.867.502	233.651.293,00	11.991.376,55	1,10	221.659.916,45
Total da Oferta Secundária	17.697.948	380.505.882,00	19.528.200,55	1,10	360.977.681,45

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$21,50 que corresponde ao ponto médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

⁽²⁾ Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a serem alienadas por cada Acionista Vendedor, considerando a colocação da quantidade máxima de Ações Adicionais e Ações Suplementares:

	Quantidade	Montante⁽¹⁾ (R\$)	Comissões⁽¹⁾e Despesas⁽²⁾ (R\$)	Comissões por Ação⁽¹⁾ (R\$)	Recursos Líquidos^(1,2) (R\$)
José Janguê Bezerra Diniz	8.362.460	179.792.890,00	9.227.272,90	1,10	170.565.617,10
Jânnyo Janguê Bezerra Diniz	247.284	5.316.606,00	272.857,14	1,10	5.043.748,86
Poah One	12.166.108	261.571.322,00	13.424.279,30	1,10	248.147.042,70
Total da Oferta Secundária	20.775.852	446.680.818,00	22.924.409,34	1,10	423.756.408,66

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$21,50 que corresponde ao ponto médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

⁽²⁾ Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Para informações adicionais, os investidores devem ler o item "15. Controle" do nosso Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA OFERTA

Descrição da Oferta

A Oferta consistirá na distribuição pública (i) de, inicialmente, 15.389.520 Ações a serem emitidas por nós, no âmbito da Oferta Primária; e (ii) de, inicialmente, 15.389.520 Ações de nossa emissão e de titularidade dos Acionistas Vendedores, no âmbito da Oferta Secundária, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400 e demais normativos aplicáveis, e será coordenada pelos Coordenadores da Oferta e de determinadas Instituições Consorciadas, convidadas a participar da Oferta para efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações junto a Investidores Institucionais e Investidores Não Institucionais, respectivamente.

Serão também realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, simultaneamente, esforços de colocação das Ações (i) nos Estados Unidos da América, para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na *Rule 144A*, editada pela SEC, em operações isentas de registro, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores constituídos de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor (*non U.S. Persons*), com base na *Regulation S* editada pela SEC no âmbito do *Securities Act* (em conjunto, "Investidores Estrangeiros") e, em ambos os casos, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados nos termos da Lei 4.131 ou da Resolução CMN 2.689 e da Instrução CVM 325, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados em conformidade com o Contrato de Colocação Internacional.

Adicionalmente, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Suplementares, poderá, a nosso critério e dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% do total de Ações inicialmente ofertadas, ou seja, em até 3.077.904 novas ações ordinárias a serem emitidas por nós e 3.077.904 ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total das ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até 2.308.428 novas ações ordinárias a serem emitidas por nós e 2.308.428 ações de titularidade dos Acionistas Vendedores (“Ações Suplementares”), conforme opção para distribuição de tais Ações Suplementares outorgadas por nós ao Agente Estabilizador nos termos do Contrato de Colocação, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, para atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta (“Opção de Ações Suplementares”). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das Ações na BM&FBOVESPA, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação.

As Ações (considerando as Ações Adicionais e sem considerar as Ações Suplementares) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta de forma individual e não solidária, em regime de garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos e na proporção disposta no Contrato de Colocação e observadas as disposições descritas abaixo. As Ações que forem objeto de esforços de venda no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, § 4º, da Lei do Mercado de Capitais.

A Oferta será registrada no Brasil junto à CVM, em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400. Exceto pelo registro na CVM, nós, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta não pretendemos realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser objeto de ofertas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. Persons*, conforme definido no *Securities Act*, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro do *Securities Act*.

Aprovações Societárias

A realização da Oferta Primária dentro do limite de capital autorizado previsto no nosso estatuto social e com exclusão do direito de preferência dos nossos atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, foram aprovados na reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de setembro de 2013, cuja ata foi publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco e no jornal Valor Econômico em 1º de outubro de 2013 e foi arquivada na Junta Comercial do Estado de Pernambuco (“JUCEPE”) em 2 de outubro de 2013.

O Preço por Ação e o efetivo aumento do nosso capital serão aprovados, entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, em reunião do nosso conselho de administração, cuja ata será devidamente registrada na JUCEPE e publicada no jornal Valor Econômico na data de publicação do Anúncio de Início e no Diário Oficial do Estado de Pernambuco no dia útil subsequente.

Os Acionistas Vendedores Pessoa Física, sendo pessoas físicas, e o Poah One, nos termos de seus atos constitutivos, não têm necessidade de aprovação societária para a realização da Oferta Secundária, a alienação das Ações e a fixação do Preço por Ação.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o preço por Ação estará situado entre R\$19,50 e R\$23,50, ressalvado, no entanto, que esta faixa é meramente indicativa, podendo o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa. Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observada a condição de eficácia indicada no item "Informações Sobre a Oferta – Características Gerais da Oferta – Procedimento da Oferta". O Preço por Ação será fixado após a apuração do resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais, a ser realizado no Brasil pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e, no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44, ambos da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*").

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as Ações, considerando as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletada junto a Investidores Institucionais. A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta, e, portanto, não haverá diluição injustificada dos nossos atuais acionistas, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais que efetuarem Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva no âmbito da Oferta de Varejo não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo suas intenções de investimento automaticamente canceladas. **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente o processo de formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das ações de nossa emissão no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual aceitação de intenções de investimento de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas durante o Procedimento de *Bookbuilding* poderá levar ao risco de má formação do Preço por Ação e/ou de redução da liquidez das ações ordinárias de nossa emissão no mercado secundário" na página 84 deste Prospecto.**

Os investimentos a serem realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações de nossa emissão como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; e (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400; são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Reserva de Capital

Os recursos líquidos da Oferta Primária serão destinados à conta de capital social até o valor do Preço por Ação que for correspondente ao valor patrimonial por ação de nossa emissão multiplicado pelas Ações da Oferta Primária, e o valor remanescente de recursos líquidos da Oferta Primária será destinado à nossa conta de reserva de capital.

Quantidade, Montante e Recursos Líquidos da Oferta Primária

O montante da Oferta Primária é de R\$330.874.680,00, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, considerando o preço de R\$21,50 por Ação, que é o ponto médio da faixa indicativa de preços apresentada na capa deste Prospecto.

Os quadros abaixo indicam a quantidade de Ações, o Preço por Ação, o valor total das comissões pagas por nós aos Coordenadores da Oferta, bem como dos recursos líquidos oriundos da Oferta Primária recebidos por nós.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertada, sem considerar o exercício da Opção das Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

	Quantidade	Preço por Ação (R\$)⁽¹⁾	Montante (R\$)⁽¹⁾	Comissões e Despesas Por Ação (R\$)⁽²⁾	Recursos líquidos (R\$)⁽¹⁾
Oferta Primária.....	15.389.520	21,50	330.874.680,00	1,10	313.893.636,04

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$21,50, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de Bookbuilding.

⁽²⁾ Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertada, considerando o exercício da Opção das Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

	Quantidade	Preço por Ação (R\$)⁽¹⁾	Montante (R\$)⁽¹⁾	Comissões e Despesas Por Ação (R\$)⁽²⁾	Recursos líquidos (R\$)⁽¹⁾
Oferta Primária.....	17.697.948	21,50	380.505.882,00	1,10	360.977.681,45

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$21,50, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de Bookbuilding.

⁽²⁾ Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertada, sem considerar o exercício integral da Opção das Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

	Quantidade	Preço por Ação (R\$)⁽¹⁾	Montante (R\$)⁽¹⁾	Comissões e Despesas Por Ação (R\$)⁽²⁾	Recursos líquidos (R\$)⁽¹⁾
Oferta Primária.....	18.467.424	21,50	397.049.616,00	1,10	376.672.363,25

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$21,50, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de Bookbuilding.

⁽²⁾ Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertada, considerando o exercício da Opção das Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

	Quantidade	Preço por Ação (R\$) ⁽¹⁾	Montante (R\$) ⁽¹⁾	Comissões e Despesas Por Ação (R\$) ⁽²⁾	Recursos líquidos (R\$) ⁽¹⁾
Oferta Primária.....	20.775.852	21,50	446.680.818,00	1,10	423.756.408,66

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$21,50, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de Bookbuilding.

⁽²⁾ Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Custos de Distribuição

As despesas com taxas, auditores, advogados, consultores e publicidades descritas abaixo serão rateadas entre nós e os Acionistas Vendedores, totalizando o valor de aproximadamente R\$6 milhões. As comissões e despesas a elas relacionadas serão suportadas por nós e pelos Acionistas Vendedores proporcionalmente ao número de ações por nós e por eles ofertadas.

Segue, abaixo, detalhamento dos custos estimados da Oferta:

Custos ⁽¹⁾	Oferta Primária (R\$) ⁽²⁾⁽³⁾	Oferta Secundária (R\$) ⁽²⁾⁽³⁾	% em Relação ao Valor Total da Oferta ⁽²⁾⁽³⁾⁽⁴⁾	Valor por Ação (R\$) ⁽²⁾⁽³⁾	% em Relação ao Preço por Ação ⁽²⁾⁽³⁾⁽⁴⁾
Comissão de Coordenação	1.654.373,40	1.654.373,40	0,50	0,11	0,50
Comissão de Colocação	4.963.120,20	4.963.120,20	1,50	0,32	1,50
Comissão de Garantia Firme de Liquidação.....	1.654.373,40	1.654.373,40	0,50	0,11	0,50
Comissão de Incentivo	5.624.869,56	5.624.869,56	1,70	0,37	1,70
Total de Comissões	13.896.736,56	13.896.736,56	4,20	0,90	4,20
Taxa de Registro na CVM	82.870,00	82.870,00	0,03	0,01	0,03
Despesas com Auditores	417.500,00	417.500,00	0,13	0,03	0,13
Taxa de Registro na ANBIMA.....	10.005,65	10.005,65	0,00	0,00	0,00
Custos da BM&FBOVESPA	23.931,75	23.931,75	0,01	0,00	0,01
Despesas com Advogados e Consultores	925.000,00	925.000,00	0,28	0,06	0,28
Outras Despesas ⁽⁵⁾	1.625.000,00	1.625.000,00	0,49	0,11	0,49
Total de Despesas	3.084.307,40	3.084.307,40	0,93	0,20	0,93
Total de Comissões e Despesas....	16.981.043,96	16.981.043,96	5,13	1,10	5,13

⁽¹⁾ Custos estimados da Oferta assumidos por nós.

⁽²⁾ Com base no Preço por Ação de R\$21,50, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de Bookbuilding.

⁽³⁾ Sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais.

⁽⁴⁾ Os valores e percentuais apresentados refletem ajustes de arredondamento e, assim, os totais apresentados podem não corresponder à soma aritmética dos números que os precedem.

⁽⁵⁾ Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (roadshow).

Não há outra remuneração devida por nós e pelos Acionistas Vendedores às Instituições Participantes da Oferta ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela remuneração devida por nós às Instituições Financeiras Participantes da Oferta, descrita acima, bem como não existe nenhum outro tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Instituições Participantes da Oferta

As Instituições Consorciadas serão convidados para participar da colocação das Ações, exclusivamente junto a Investidores Institucionais no âmbito da Oferta Institucional e Investidores Não Institucionais no âmbito da Oferta de Varejo, respectivamente.

Público Alvo

O público alvo da Oferta consiste em Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais.

Comunicado ao Mercado de Modificação, Retomada e Abertura de Prazo para Desistência da Oferta

A CVM emitiu em 18 de outubro de 2013, o Ofício/CVM/SRE/Nº 502/2013 ("**Ofício**"), após ter verificado a omissão de informação neste Prospecto Preliminar relacionada à publicação em 13 de setembro de 2013, pela Receita Federal do Brasil, da Instrução Normativa nº 1.394, que regula o PROUNI, que determinou a suspensão da Oferta pelo prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data do Ofício, nos termos do parágrafo 2º do artigo 19 da Instrução CVM 400.

Em 21 de outubro de 2013, foi publicado um Comunicado ao Mercado de Suspensão da Oferta e uma nova versão do Prospecto Preliminar da Companhia foi disponibilizada, com a devida inserção da informação relativa às mudanças introduzidas pela Instrução Normativa 1.394 nas regras do PROUNI. Na mesma data, a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder protocolizaram junto à CVM pedido de revogação da suspensão da Oferta, devidamente instruído com a documentação pertinente, e em 21 de outubro de 2013, a CVM, por meio do Ofício/CVM/SRE/Nº 503/2013, deferiu o pedido acima e determinou a revogação da suspensão da Oferta, após a verificação de que a falha que ensejou o encaminhamento do Ofício foi sanada.

Com a modificação e retomada da Oferta, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400 e autorização específica da CVM, (A) cada Instituição Participante da Oferta deverá comunicar diretamente ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Participante da Oferta a respeito da modificação efetuada nos termos deste Comunicado ao Mercado; (B) tendo em vista o encerramento do Período de Reserva, os Investidores Não Institucionais que já apresentaram seu Pedido de Reserva poderão, desistir do seu Pedido de Reserva, entre 22 de outubro de 2013, inclusive, e 25 de outubro de 2013, inclusive, ("**Período de Desistência para Investidores Não Institucionais**"), devendo, para tanto, informar sua decisão, até as 16:00 horas do dia 25 de outubro de 2013, à Instituição Participante da Oferta na qual tenha efetuado seu Pedido de Reserva (por meio de mensagem eletrônica, fax ou correspondência enviada ao endereço da Instituição Participante da Oferta na qual tenha efetuado seu Pedido de Reserva); e (C) os Investidores Institucionais que já apresentaram suas intenções de investimento poderão cancelá-las, entre 22 de outubro de 2013, inclusive, e 23 de outubro de 2013, inclusive, ("**Período de Desistência para Investidores Institucionais**"), devendo, para tanto, informar sua decisão, até as 16:00 horas do dia 23 de outubro de 2013, ao Coordenador da Oferta junto ao qual tenha apresentado sua intenção de investimento (por meio de mensagem eletrônica, fax ou correspondência enviada ao Coordenador da Oferta junto ao qual tenha apresentado sua intenção de investimento).

Tendo em vista a modificação da Oferta, nos termos do artigo 27, parágrafo único da Instrução CVM 400, foi disponibilizado este Prospecto Preliminar, que contém o procedimento para a desistência dos investidores, conforme parágrafo acima, e o novo cronograma das etapas da Oferta, com seus principais eventos a partir do protocolo do pedido de registro de Oferta na CVM, conforme abaixo.

Cronograma Estimado da Oferta

Segue abaixo um cronograma indicativo e tentativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir do protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta:

Ordem dos Eventos	Eventos	Datas Previstas⁽¹⁾
1.	Protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta	26/08/2013
2.	Publicação do Aviso ao Mercado (sem o logotipo das Instituições Consorciadas) Disponibilização do Prospecto Preliminar Início das Apresentações de <i>Roadshow</i> Início do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	01/10/2013
3.	Republicação do Aviso ao Mercado (com o logotipo das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva	08/10/2013
4.	Encerramento do Período de Reserva	17/10/2013
5.	Encerramento das Apresentações de <i>Roadshow</i>	18/10/2013
6.	Publicação do Comunicado ao Mercado sobre a Suspensão da Oferta	21/10/2013
7.	Publicação do Comunicado ao Mercado de Modificação Retomada e Abertura de Prazo para Desistência da Oferta Início do Período de Desistência para Investidores Não Institucionais e Institucionais	22/10/2013
8.	Fim do Período de Desistência para Investidores Institucionais	23/10/2013
9.	Fim do Período de Desistência para Investidores Não Institucionais Encerramento do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> Fixação do Preço por Ação Assinatura do Contrato de Colocação, do Contrato de Colocação Internacional e de outros contratos relacionados à Oferta Início do Prazo de Exercício da Opção de Ações Suplementares	25/10/2013
10.	Disponibilização do Prospecto Definitivo Registros da Oferta pela CVM Publicação do Anúncio de Início	28/10/2013
11.	Início da negociação das Ações na BM&FBOVESPA	29/10/2013
12.	Data de Liquidação	31/10/2013
13.	Encerramento do Prazo de Exercício da Opção de Ações Suplementares	22/11/2013
14.	Data Máxima de Liquidação das Ações Suplementares	27/11/2013
15.	Data Máxima para Publicação do Anúncio de Encerramento	28/04/2014

⁽¹⁾ Todas as datas previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões ou prorrogações a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

Será admitido o recebimento de reservas, a partir da data indicada no Aviso ao Mercado, para subscrição/aquisição das Ações que somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente após o início do Prazo de Distribuição.

Nós, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta realizaremos apresentações aos investidores (*roadshow*), no Brasil e no exterior, no período compreendido entre a data deste Prospecto e a data em que for determinado o Preço por Ação.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado. Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de publicação de aviso no jornal Valor Econômico e na nossa página na rede mundial de computadores (www.sereducacional.com/ri).

Procedimento da Oferta

Após a publicação do Aviso ao Mercado, a disponibilização deste Prospecto Preliminar, o encerramento do Período de Reserva, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a celebração do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional, a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações de forma individual e não solidária, em regime de garantia firme de liquidação, a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Colocação, nos termos da Instrução CVM 400, por meio de duas ofertas distintas, quais sejam, a Oferta de Varejo e a Oferta Institucional, conforme descritas abaixo, observado o disposto na Instrução CVM 400 e o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado.

Os Coordenadores da Oferta, com nossa expressa anuência e dos Acionistas Vendedores, elaborarão plano de distribuição das Ações, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas e nossas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta, de nós e dos Acionistas Vendedores, observado que os Coordenadores da Oferta assegurarão (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes; bem como (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores; e (iii) o recebimento prévio pelas Instituições Participantes da Oferta dos exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas junto aos Coordenadores da Oferta.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo suas intenções de investimento automaticamente canceladas. **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente o processo de formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das ações ordinárias de nossa emissão no mercado secundário. Recomenda-se aos potenciais investidores que leiam o Prospecto Preliminar, em especial as seções "Principais Fatores de Risco da Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", bem como as seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações.**

Os investimentos a serem realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações de nossa emissão como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; e (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400; são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Oferta de Varejo

A Oferta de Varejo será realizada exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais que realizarem solicitação de reserva antecipada mediante o preenchimento de Pedido de Reserva, durante o Período de Reserva, nas condições descritas abaixo.

No contexto da Oferta de Varejo, o montante de, no mínimo, 10% e, no máximo, 20% do total das Ações ofertadas, será destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais no âmbito da Oferta.

Na eventualidade de a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais ser superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, haverá rateio, conforme disposto no item (h) abaixo.

Os Pedidos de Reserva poderão ser efetuados pelos Investidores Não Institucionais de maneira irrevogável e irretroatável, exceto pelo disposto nos itens (b), (c), (e), (i), (j), (k) e (l) abaixo, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

- (a) os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta de Varejo deverão realizar reservas de Ações junto a uma única Instituição Consorciada, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva, celebrado em caráter irrevogável e irretroatável, exceto pelo disposto nos itens (b), (c), (e), (i), (j), (k) e (l) abaixo, durante o Período de Reserva, observados o Valor Mínimo do Pedido de Reserva e o Valor Máximo do Pedido de Reserva. O Investidor Não Institucional que seja Pessoa Vinculada deverá indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, sua qualidade de Pessoa Vinculada, sob pena de ter seu Pedido de Reserva cancelado pela respectiva Instituição Consorciada;
- (b) caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (excluídas as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, pelas Instituições Consorciadas, de Ações junto a Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados;
- (c) cada Investidor Não Institucional poderá estipular, no respectivo Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no §3º do artigo 45 da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor Não Institucional estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada;
- (d) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações a serem subscritas/adquiridas e o respectivo valor do investimento dos Investidores Não Institucionais serão informados a cada Investidor Não Institucional até as 12:00 horas do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de rateio prevista no item (h) abaixo;

- (e) cada Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor indicado no item (d) acima, junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, em recursos imediatamente disponíveis, em moeda nacional corrente, até as 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada na qual tal reserva foi realizada irá garantir a liquidação por parte do Investidor Não Institucional e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado;
- (f) até as 16:00 horas da Data de Liquidação, a BM&FBOVESPA, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor Não Institucional o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, ressalvada a possibilidade de desistência prevista no item (i) abaixo, as possibilidades de cancelamento previstas nos itens (b), (c) e (e) acima e (j), (k) e (l) abaixo e a possibilidade de rateio prevista no item (h) abaixo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento não considerará a referida fração;
- (g) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais seja igual ou inferior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, não haverá rateio, sendo todos os Investidores Não Institucionais integralmente atendidos em todas as suas reservas e eventuais sobras no lote ofertado aos Investidores Não Institucionais destinadas a Investidores Institucionais;
- (h) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais seja superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo será realizado rateio das Ações, da seguinte forma: (i) a divisão igualitária e sucessiva das Ações destinadas a Investidores Não Institucionais entre todos os Investidores Não Institucionais, observando-se o valor individual de cada Pedido de Reserva e a quantidade total das Ações destinadas à Oferta de Varejo, desconsiderando-se as frações de Ações até o limite de R\$3.000,00 por Investidor Não Institucional, e (ii) uma vez atendido o critério de rateio descrito no subitem (i) acima, será efetuado o rateio proporcional das Ações destinadas a Investidores Não Institucionais remanescentes entre todos os Investidores Não Institucionais, observando-se o valor individual de cada Pedido de Reserva e desconsiderando-se as frações de Ações. Opcionalmente, a nosso critério dos Coordenadores da Oferta e dos Acionistas Vendedores, a quantidade de Ações destinadas a Investidores Não Institucionais poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores Não Institucionais possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o critério de rateio descrito neste item;

- (i) na hipótese de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e as informações constantes do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo Investidor Não Institucional ou a sua decisão de investimento, nos termos do parágrafo 4º do artigo 45 da Instrução CVM 400, referido Investidor Não Institucional poderá desistir do Pedido de Reserva após o início do Período de Colocação. Nesta hipótese, o Investidor Não Institucional deverá informar, por escrito, sua decisão de desistência do Pedido de Reserva à Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva (por meio de mensagem eletrônica, fax ou correspondência enviada ao endereço da Instituição Consorciada, conforme dados abaixo) em conformidade com os termos e no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de publicação do Anúncio de Início, que será então cancelado pela respectiva Instituição Consorciada. Caso o Investidor Não Institucional não informe por escrito a Instituição Consorciada de sua desistência do Pedido de Reserva no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de publicação do Anúncio de Início, será presumido que tal Investidor Não Institucional manteve o seu Pedido de Reserva e, portanto, tal investidor deverá efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo previsto no respectivo Pedido de Reserva;
- (j) na hipótese de (a) não haver a conclusão da Oferta; (b) rescisão do Contrato de Colocação, (c) cancelamento da Oferta; (d) revogação da Oferta, que torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores; ou, ainda, (e) em qualquer outra hipótese de devolução dos Pedidos de Reserva em função de expressa disposição legal, todos os Pedidos de Reserva serão automaticamente cancelados e cada uma das Instituições Consorciadas comunicará o cancelamento da Oferta, inclusive por meio de publicação de comunicado ao mercado, aos Investidores Não Institucionais de quem tenham recebido Pedido de Reserva;
- (k) em caso de suspensão ou modificação da Oferta, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada. O Investidor Não Institucional poderá desistir do Pedido de Reserva até as 16:00 horas do 5º (quinto) dia útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Retificação. Nesta hipótese, o Investidor Não Institucional deverá informar sua decisão de desistência do Pedido de Reserva à Instituição Consorciada que tenha recebido o seu Pedido de Reserva, em conformidade com os termos e no prazo estipulado no respectivo Pedido de Reserva, o qual será cancelado pela referida Instituição Consorciada. Caso o Investidor Não Institucional não informe, por escrito, à Instituição Consorciada sobre sua desistência do Pedido de Reserva no prazo disposto acima, será presumido que tal Investidor Não Institucional manteve o seu Pedido de Reserva e, portanto, tal investidor deverá efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo previsto no respectivo Pedido de Reserva;

- (l) em qualquer hipótese de (i) revogação da Oferta; (ii) cancelamento da Oferta; (iii) desistência do Pedido de Reserva; (iv) cancelamento do Pedido de Reserva; (v) suspensão ou modificação da Oferta; (vi) divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e as informações constantes do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo Investidor Não Institucional ou a sua decisão de investimento, devem ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de 3 dias úteis contados da data (x) de divulgação da revogação ou do cancelamento da Oferta; (y) do cancelamento do Pedido de Reserva nas hipóteses e nos termos previstos neste Prospecto; ou (z) do recebimento da comunicação da desistência do período de reserva, em caso de suspensão, modificação ou em caso de divergência relevante conforme mencionado acima, sem juros ou correção monetária e sem reembolso dos gastos incorridos em razão do depósito e com dedução, caso sejam incidentes, se a alíquota for superior a zero, dos valores relativos à incidência de quaisquer tributos ou taxas sobre movimentação financeira; e
- (m) a revogação, suspensão, o cancelamento ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de anúncio publicado na nossa página na rede mundial de computadores (www.sereducacional.com/ri) e no jornal Valor Econômico, veículo também utilizado para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.

Os Investidores Não Institucionais deverão realizar a subscrição/aquisição das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, de acordo com o procedimento descrito acima.

As Instituições Consorciadas somente atenderão aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais titulares de conta corrente bancária ou de conta de investimento nela aberta ou mantida pelo respectivo Investidor Não Institucional.

Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização dos Pedidos de Reserva que (a) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta, e as informações constantes dos Prospectos e do Formulário de Referência, especialmente as seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado", que tratam sobre os riscos aos quais estamos expostos; (b) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, a necessidade de manutenção de recursos em conta nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; (c) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de preencher e entregar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada; e (d) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas acerca dos prazos estabelecidos para a realização do Pedido de Reserva, ou, se for o caso, para a realização de cadastro naquela Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada.

Oferta Institucional

A Oferta Institucional será realizada junto a Investidores Institucionais.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para Investidores Institucionais reservas antecipadas e inexistindo valores mínimos ou máximos de investimento e assumindo cada Investidor Institucional a obrigação de verificar se está cumprindo os requisitos acima para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding* exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva dos Investidores Não Institucionais, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a nosso critério, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, levando em consideração o disposto no plano de distribuição, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, melhor atendam ao objetivo desta Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre nossas perspectivas, nosso setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Até as 16:00 horas do primeiro dia útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta, os Agentes de Colocação Internacional informarão aos Investidores Institucionais, por meio de seu endereço eletrônico ou, na sua ausência, por telefone ou fac-símile, sobre a quantidade de Ações alocadas e o valor do respectivo investimento. A entrega das Ações alocadas deverá ser efetivada na Data de Liquidação mediante pagamento em moeda corrente nacional, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocadas, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação.

A subscrição/aquisição das Ações será formalizada mediante assinatura de boletim de subscrição/contrato de compra e venda, cujo modelo final foi previamente apresentado à CVM e que informa o Investidor Institucional sobre o procedimento para a entrega das Ações. Os Investidores Estrangeiros deverão realizar a liquidação das Ações por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN nº 2.689 e na Instrução CVM 325 ou na Lei nº 4.131.

Os Investidores Estrangeiros deverão realizar a liquidação das Ações por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou pela CVM.

Prazos da Oferta e Data de Liquidação

A data de início da Oferta será divulgada mediante a publicação do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em 28 de outubro de 2013 e nos termos do parágrafo único do artigo 52 da Instrução CVM 400.

O prazo para a distribuição das Ações terá início na data de publicação do Anúncio de Início e será encerrado na data de publicação do Anúncio de Encerramento, limitado ao Prazo de Distribuição o que ocorrer primeiro, nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400. Não serão negociados recibos ou direitos de subscrição de Ações durante o Prazo de Distribuição.

Os Coordenadores da Oferta terão o Período de Colocação para efetuar a colocação das Ações (considerando as Ações Adicionais e sem considerar as Ações Suplementares). A liquidação física e financeira da Oferta está prevista para ser realizada na Data de Liquidação, exceto com relação à distribuição de Ações Suplementares, cuja liquidação ocorrerá na Data de Liquidação das Ações Suplementares. As Ações serão entregues aos respectivos investidores até as 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações Suplementares, conforme o caso.

O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante a publicação do Anúncio de Encerramento, com data máxima estimada para 28 de abril de 2014, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional

O Contrato de Colocação será celebrado por nós, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta, tendo como interveniente anuente a BM&FBOVESPA. Contratamos cada um dos Coordenadores da Oferta, sujeito aos termos e às condições do Contrato de Colocação, para realizar a Oferta das Ações, diretamente ou por meio das Instituições Consorciadas, em conformidade com as disposições da Instrução CVM 400 e observados os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

Os Coordenadores da Oferta prestarão garantia firme de liquidação, conforme disposto no item "Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação da Oferta", deste Prospecto.

Nos termos do Contrato de Colocação Internacional, a ser celebrado por nós, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional, na mesma data de celebração do Contrato de Colocação, os Agentes de Colocação Internacional realizarão os esforços de colocação das Ações no exterior.

O Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem o pagamento pelas Ações está sujeita a determinadas condições, como a ausência de eventos adversos relevantes em nós e em nossos negócios, a execução de procedimentos pelos nossos auditores independentes conforme descritos no Contrato de Colocação, entrega de opiniões legais pelos nossos assessores jurídicos e dos Coordenadores da Oferta, bem como a assinatura de termos de restrição à negociação de Ações por nós, pelos Acionistas Vendedores e pelos membros da nossa administração, dentre outras providências necessárias.

De acordo com o Contrato de Colocação e com o Contrato de Colocação Internacional, nós e os Acionistas Vendedores assumimos a obrigação de indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

O Contrato de Colocação Internacional nos obriga, bem como obriga os Acionistas Vendedores a indenizar os Agentes de Colocação Internacional caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra nós e contra os Acionistas Vendedores no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Se eventualmente formos condenados em um processo no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, tal condenação poderá ocasionar um impacto significativo e adverso em nós. Para informações adicionais, ver a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A realização desta oferta pública de distribuição de Ações, com esforços de venda no exterior, poderá nos deixar expostos a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil", na página 84 deste Prospecto.

O Contrato de Colocação estará disponível para consulta ou obtenção de cópia, a partir da data de publicação do Anúncio de Início, nos endereços dos Coordenadores da Oferta indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 68 deste Prospecto.

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação da Oferta

A garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta consiste na obrigação individual e não solidária de liquidação financeira, pelos Coordenadores da Oferta, na Data de Liquidação, das Ações (considerando as Ações Adicionais, se houver, e sem considerar as Ações Suplementares), que uma vez subscritas/adquiridas por investidores no mercado, não forem integralizadas/liquidadas por tais investidores, na proporção e até o limite individual da garantia firme prestada nos termos do Contrato de Colocação. Tal garantia firme de liquidação é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Colocação, deferido o registro da Oferta pela CVM, publicado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo.

Caso as Ações efetivamente subscritas/adquiridas (sem considerar as Ações Suplementares) por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por esses até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta subscreverá/adquirirá e integralizará/liquidará, de forma individual e não solidária, na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual indicado do Contrato de Colocação, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, multiplicado pelo Preço por Ação; e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, se houver, e sem considerar as Ações Suplementares) efetivamente colocadas e integralizadas/liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação, a ser definido conforme o Procedimento de *Bookbuilding*.

Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidores Não Institucionais deverão ser integralmente devolvidos, sem juros ou correção monetária, sem reembolso dos gastos incorridos em razão do depósito e com dedução de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis, no prazo de 3 dias úteis contados da data de divulgação do cancelamento da Oferta, conforme mencionado acima.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da garantia firme de liquidação, nos termos acima, caso os Coordenadores da Oferta eventualmente venham a subscrever/adquirir Ações nos termos acima e tenham interesse em vender tais Ações antes da publicação do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de nossa emissão, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que o disposto neste parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades de estabilização previstas abaixo.

Segue abaixo relação das Ações objeto de garantia firme prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta:

Coordenador da Oferta	Quantidade	Percentual (%)
Coordenador Líder	10.772.664	35,0%
Credit Suisse	10.772.664	35,0%
Goldman Sachs	4.924.646	16,0%
Santander	4.309.066	14,0%
Total	30.779.040	100,0%

A proporção prevista acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

Contrato de Estabilização

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das Ações na BM&FBOVESPA, por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das Ações na BM&FBOVESPA, inclusive, que corresponde ao dia útil seguinte à data de publicação do Anúncio de Início, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual será previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da BM&FBOVESPA, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da publicação do Anúncio de Início.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de nossa emissão no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

O Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM a partir da data de publicação do Anúncio de Início nos endereços indicados no item "Informações Sobre a Oferta - Informações Adicionais" abaixo.

Negociação na BM&FBOVESPA

Em 30 de setembro de 2013, nós e o Acionista Controlador celebramos o Contrato de Participação no Novo Mercado, com a BM&FBOVESPA, o qual entrará em vigor na data de publicação do Anúncio de Início, aderindo ao segmento especial de listagem do mercado de ações da BM&FBOVESPA denominado Novo Mercado, regido pelo Regulamento do Novo Mercado, o qual estabelece regras de governança corporativa mais rigorosas que as disposições da Lei das Sociedades por Ações, particularmente em relação à transparência e proteção aos acionistas minoritários. As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado estão descritas de forma resumida no Formulário de Referência. As Ações serão listadas no segmento de listagem Novo Mercado, sob o código "SEER3". O início da negociação das Ações no Novo Mercado da BM&FBOVESPA ocorrerá no dia útil seguinte à data de publicação do Anúncio de Início.

Direitos, Vantagens e Restrições das Ações

As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de nossa emissão, nos termos previstos em seu estatuto social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se destacam os seguintes:

- (a) direito de voto nas nossas assembleias gerais, sendo que cada ação ordinária corresponde a um voto;
- (b) observadas as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e dividendos adicionais eventualmente distribuídos por deliberação da assembleia geral ou pelo conselho de administração;
- (c) no caso de nossa liquidação, direito ao recebimento dos pagamentos relativos ao remanescente do seu capital social, na proporção da sua participação no nosso capital social;
- (d) fiscalização da nossa gestão, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações;
- (e) direito de preferência na subscrição de novas ações, conforme conferido pela Lei das Sociedades por Ações;
- (f) direito de alienar as ações ordinárias, nas mesmas condições asseguradas ao acionista controlador, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle sobre nós, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas (*tag along*);
- (g) direito de alienar as ações ordinárias em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada por nós ou por seus acionistas controladores, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações no Novo Mercado, por, no mínimo, seu valor econômico, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e independente e indicada nos termos do Regulamento do Novo Mercado;
- (h) direito ao recebimento de dividendos integrais e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias que vierem a ser declarados por nós a partir da data de publicação do Anúncio de Início; e
- (i) todos os demais benefícios conferidos aos titulares das ações ordinárias pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Regulamento do Novo Mercado e por seu estatuto social.

Violações de Norma de Conduta

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termos de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, de emissão de relatórios e de marketing da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis, (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, pelo que serão canceladas todas as intenções de investimento, Pedidos de Reserva e/ou contratos de compra e venda que tenha recebido e deverá informar imediatamente aos respectivos investidores sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos integralmente aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo de até 3 dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes; (ii) arcará integralmente com quaisquer custos e prejuízos relativos à sua exclusão Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores; e (iii) poderá ser suspenso, por um período de 6 meses contados da data da comunicação da violação, de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. A Instituição Consorciada a que se refere este item deverá informar imediatamente, sobre o referido cancelamento, os investidores de quem tenham recebido ordem de investimento, Pedido de Reserva, boletim de subscrição e/ou contrato de compra e venda.

Instituição Financeira Responsável pela Escrituração das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação dos serviços de escrituração das ações ordinárias de nossa emissão é a Itaú Corretora de Valores S.A.

Restrições à Negociação das Ações (Lock-up)

Nós e os Acionistas Vendedores, bem como cada um dos membros do nosso conselho de administração e da nossa diretoria nos comprometemos perante os Coordenadores da Oferta a celebrar os acordos de restrição à venda de ações ordinárias de nossa emissão ("Instrumentos de Lock-up"), por meio dos quais concordarão em não oferecer, vender, contratar a venda ou compra, penhorar, emprestar, dar em garantia, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de outra forma onerar ou dispor, direta ou indiretamente, pelo período de 180 dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, sujeita a determinadas exceções, quaisquer ações ordinárias de nossa emissão de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber ações ordinárias de nossa emissão, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações ordinárias de nossa emissão, bem como derivativos nelas lastreados, ressalvadas as Ações Suplementares.

Adicionalmente, de acordo com as regras do Novo Mercado, o Acionista Controlador, os membros do nosso conselho de administração e da nossa diretoria não poderão vender ou ofertar à venda ações ordinárias de nossa emissão ou derivativos a elas concernentes que eles detiverem imediatamente após a Oferta, nos primeiros 6 (seis) meses após o início da negociação das ações ordinárias de nossa emissão no segmento do Novo Mercado. Após esse período inicial de 6 meses, o Acionista Controlador, os membros do nosso conselho de administração e da nossa diretoria não poderão, por mais 6 meses, vender e/ou ofertar à venda mais de 40% das ações ordinárias de nossa emissão e derivativos a elas concernentes que eles detiverem imediatamente após a Oferta. Findo tal prazo, todas as ações ordinárias de nossa emissão e de sua titularidade estarão disponíveis para venda no mercado.

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações.

A vedação não se aplica nas hipóteses (i) de cessão ou empréstimo de ações ordinárias de emissão da Companhia que vise ao desempenho da atividade de formador de mercado credenciado pela BM&FBOVESPA; (ii) de empréstimo de ações ordinárias de emissão da Companhia pelo Acionista Controlador ao Agente Estabilizador para a realização das atividades de estabilização do preço das Ações; (iii) de transferência das Ações Suplementares resultante do exercício da Opção de Ações Suplementares; (iv) de transferência de ações no âmbito de planos de opção de compra de ações; e (v) específicas, conforme acordadas no Contrato de Colocação Internacional, quais sejam, (a) em doações de boa fé, desde que antes de qualquer transferência dessa natureza o donatário se vincule ao Instrumento *Lock-Up* perante os Agentes de Colocação Internacional e confirme que está cumprimento o disposto no respectivo Instrumento *Lock-Up*, (b) alienações a um *trust* em benefício direto ou indireto do próprio signatário do Instrumento *Lock-Up* e/ou de familiares imediatos do mesmo, desde que antes de qualquer transferência dessa natureza o destinatário da transação se vincule ao Instrumento *Lock-Up* perante os Agentes de Colocação Internacional e confirme que está cumprimento o disposto no respectivo Instrumento *Lock-Up*; (c) transferências a qualquer de suas coligadas, conforme definido na Rule 405 do *Securities Act*, e alterações posteriores, ou (d) mediante o consentimento prévio por escrito, que não deverá ser negado injustificadamente pelos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, respectivamente.

Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta

Nós, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta poderemos requerer que a CVM autorize a modificação ou a revogação da Oferta caso ocorram alterações posteriores, relevantes e inesperadas nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta ou que o fundamento, que resultem em um aumento relevante nos riscos assumidos por nós e pelos Acionistas Vendedores e inerentes à própria Oferta. Adicionalmente, nós, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta poderemos modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 25 da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o encerramento do Prazo de Distribuição da Oferta poderá ser adiado em até 90 dias. Se a Oferta for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes.

A revogação, suspensão ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação. Após a publicação do Anúncio de Retificação, os Coordenadores da Oferta só aceitarão ordens no Procedimento de *Bookbuilding* e as Instituições Consorciadas só aceitarão Pedidos de Reserva daqueles investidores que estejam cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação quando, passados cinco dias úteis do recebimento da comunicação, não revogarem expressamente suas ordens no Procedimento de *Bookbuilding* ou seus Pedidos de Reserva. Nesta hipótese, os Coordenadores da Oferta e/ou as Instituições Consorciadas presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

Em caso de suspensão ou modificação da Oferta, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar a notificação efetuada diretamente ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada. O Investidor Não Institucional poderá desistir do Pedido de Reserva até as 16:00 horas do 5º (quinto) dia útil subsequente à data em que foi comunicada, por escrito, a suspensão ou a modificação da Oferta. Nesta hipótese, o Investidor Não Institucional deverá informar sua decisão de desistência do Pedido de Reserva à Instituição Consorciada que tenha recebido o seu Pedido de Reserva, em conformidade com os termos e no prazo estipulado no respectivo Pedido de Reserva, o qual será automaticamente cancelado pela referida Instituição Consorciada. Caso o Investidor Não Institucional não informe, por escrito, à Instituição Consorciada sobre sua desistência do Pedido de Reserva no prazo de cinco dias úteis da publicação do Anúncio de Retificação, será presumido que tal Investidor Não Institucional manteve o seu Pedido de Reserva e, portanto, tal investidor deverá efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo previsto no respectivo Pedido de Reserva.

Em qualquer hipótese, a revogação ou cancelamento torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de três dias úteis da data de divulgação da revogação, sem qualquer remuneração ou correção monetária, e com dedução, caso sejam incidentes, se a alíquota for superior a zero, dos valores relativos à incidência de quaisquer tributos ou taxas sobre movimentação financeira.

Suspensão e Cancelamento da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro. Ademais, a rescisão do Contrato de Colocação importará no cancelamento do registro da Oferta.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o quinto dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de três dias úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária e com dedução, caso sejam incidentes, se a alíquota for superior a zero, dos valores relativos à incidência de quaisquer tributos ou taxas sobre movimentação financeira.

Condições a que a Oferta esteja submetida

A realização da Oferta não está submetida a nenhuma condição, exceto pelas condições de mercado.

Inadequação da Oferta

O investimento nas Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, a nós, ao setor em que atuamos, aos nossos acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento nas Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há nenhuma classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir Ações ou, com relação à qual o investimento nas Ações seria, no nosso entendimento, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

Informações Adicionais

A subscrição/aquisição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. Recomenda-se aos potenciais investidores, incluindo-se os Investidores Institucionais, que leiam o Prospecto Preliminar, em especial as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" e "Fatores de Risco relacionados à Oferta e às Ações", e os itens "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência. Os Coordenadores da Oferta recomendam fortemente que os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta leiam, atenta e cuidadosamente, os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos ao pagamento do Preço por Ação e à liquidação da Oferta. **É recomendada a todos os investidores a leitura deste Prospecto antes da tomada de qualquer decisão de investimento.**

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre nós, os Acionistas Vendedores e a Oferta, nós, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta alertamos os investidores que estes deverão basear suas decisões de investimento única e exclusivamente nas informações constantes deste Prospecto, do Prospecto Definitivo e do Formulário de Referência.

Os investidores que desejarem obter exemplar deste ou informações adicionais sobre a Oferta ou, ainda, realizar reserva de Ações, deverão dirigir-se, aos seguintes endereços e páginas da rede mundial de computadores dos Coordenadores da Oferta e/ou das Instituições Participantes da Oferta indicadas abaixo ou junto à CVM.

Companhia

Ser Educacional S.A.

Rua Fernando Lopes, 778, Graças

CEP 52011-220 – Recife, PE, Brasil

At.: Sr. Jânnyo Janguiê Diniz e Sr. Habib Bichara

Tel.: +55 (81) 3413 4622 e +55 (81) 3413 4642

website: www.sereducacional.com/ri, e na parte inferior do site localizar o link Kit do Investidor e, em seguida, selecionar o documento "Prospecto Preliminar" e clicar no link "Download"

Coordenadores da Oferta

Banco BTG Pactual S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar

CEP 04538-133, São Paulo, SP

At.: Sr. Fabio Nazari

Tel.: (11) 3383-2000

Fax: (11) 3383-2001

<https://www.btgpactual.com/home/InvestmentBank.aspx/InvestmentBanking/MercadoCapitais>

(neste *website*, clicar em "2013" no menu à esquerda e a seguir em "Prospecto Preliminar" logo abaixo de "Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Ser Educacional S.A.")

Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr. nº 700, 10º, 11º, 12º, 13º e 14º andares (parte)

CEP 04542-000, São Paulo, SP

Tel.: +55 (11) 3701-6800

Fax: +55 (11) 3701-6912

At.: Sr. Marcelo Millen

<https://br.credit-suisse.com/ofertas/> (neste *website* acessar "Ser Educacional" e, posteriormente, clicar em "Prospecto Preliminar")

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Rua Leopoldo Couto Magalhães Junior 700, 17º andar, Itaim Bibi

CEP 04542-000, São Paulo, SP

At.: Sr. Osmar Castellani e Sr José Pedro Leite da Costa

Tel.: (11) 3371-0700

Fax: (11) 3371-0704

<http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/area/investment-banking.html> (neste *website* acessar "Ser Educacional S.A." e, em seguida, clicar em "De Acordo" e em seguida clicar em "Prospecto Preliminar")

Banco Santander (Brasil) S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2.041 e 2.235, 24º andar

CEP 04543-011, São Paulo, SP

At.: Sr. Cleomar Parisi

Tel.: (11) 3012-7162

Fax: (11) 3553-0063

<http://www.santander.com.br/prospectos> (neste *website*, acessar no item "Oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Ser Educacional S.A." o link "Download do Prospecto Preliminar")

Instituições Consorciadas

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à BM&FBOVESPA para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br).

O Prospecto Preliminar também estará disponível nos seguintes endereços e *websites*: (i) **CVM**, situada na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.cvm.gov.br – neste *website* acessar “Ofertas em Análise” – “Ações” – “Primária” ou “Secundária”, - clicar em “RJ/201309335 - Ser Educacional”, e posteriormente em “Prospecto Preliminar” e acessar “Consulta”); e (ii) **BM&FBOVESPA** (<http://www.bmfbovespa.com.br/> – na parte inferior do *website* localizar “Ofertas Públicas”, depois clicar “Ser Educacional S.A.”, e posteriormente acessar “Prospecto Preliminar”).

RELACIONAMENTO ENTRE NÓS, OS ACIONISTAS VENDEDORES E AS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

RELACIONAMENTO ENTRE NÓS E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre Nós e o Coordenador Líder

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, cabe esclarecer que não há qualquer tipo de empréstimos, investimentos e/ou outras relações eventuais entre o BTG Pactual ou sociedades do seu conglomerado econômico ou seus controladores e nós ou o nosso conglomerado econômico nos últimos 12 meses, e que nem nós e nem qualquer das sociedades do nosso conglomerado econômico possuem contas abertas junto ao BTG Pactual.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 52 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga por nós ao BTG Pactual ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

Sociedades integrantes do grupo econômico do BTG Pactual podem possuir títulos e valores mobiliários de nossa emissão, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado. Todavia, a participação das sociedades integrantes do grupo econômico do BTG Pactual em nossas ações não atinge, e não atingiu nos últimos 12 meses, 5% do nosso capital social.

Não contratamos o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de nossas operações de financiamento, reestruturação societária e ofertas públicas de valores mobiliários de nossa emissão nos 12 meses antecedentes ao pedido de registro da Oferta.

Não obstante, nós e/ou sociedades de nosso conglomerado econômico poderão contratar, a qualquer tempo, o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações que incluam, mas não se limitem a, nossas operações de financiamento, reestruturação societária, ofertas públicas de valores mobiliários emitidos por nós, assessoria em operações de fusões e aquisições e no mercado de capitais, extensão de linhas de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, consultoria financeira, formador de mercado e outras operações necessárias à condução das suas atividades.

O BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações de derivativos tendo as ações ordinárias de nossa emissão como ativo de referência de acordo com as quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das ações ordinárias de nossa emissão, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações com *total return swap*). Nesse sentido, o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poder adquirir ações ordinárias de nossa emissão na presente Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, preço ou outras condições da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

Declaramos que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da sua Oferta. Ainda, declaramos que não qualquer relacionamento entre nós e o BTG Pactual ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

Relacionamento entre Nós e o Credit Suisse

Exceto no que se refere à Oferta, o Credit Suisse não possui atualmente qualquer relacionamento conosco e, portanto, não há qualquer outra remuneração a ser paga por Nós ao Credit Suisse e/ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta além da descrita na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 52 deste Prospecto. Poderemos, no futuro, contratar o Credit Suisse ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Credit Suisse Securities (Europe) Limited e/ou suas afiliadas podem celebrar, no exterior, operações de derivativos de ações ordinárias de nossa emissão com seus clientes. O Credit Suisse Securities (Europe) Limited e/ou suas afiliadas poderão adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Essas operações poderão afetar a demanda, preço ou outros termos da Oferta.

Declaramos que não haver qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Credit Suisse como Coordenador da Oferta.

Relacionamento entre Nós e o Goldman Sachs

O Goldman Sachs e as sociedades de seu grupo econômico são instituições financeiras que oferecem e atuam em uma ampla gama de operações e serviços bancários, incluindo, operações de *sales and trading*, prestação de serviços de banco comercial e de investimento, consultoria financeira, gestão de ativos, pesquisa econômica, investimentos em carteira proprietária, operações de *hedge*, operações como formador de mercado, serviços de corretagem, dentre outras operações e serviços financeiros e não-financeiros. O Goldman Sachs e as sociedades de seu grupo econômico poderão oferecer no futuro, uma variedade desses serviços e operações para nós e/ou pessoas físicas ou jurídicas que mantenham relacionamento comercial conosco, pelos quais, receberá remuneração e reembolsos usuais.

No curso normal de suas atividades, o Goldman Sachs e/ou as sociedades de seu grupo econômico poderão realizar e deter no futuro, uma ampla gama de investimentos, inclusive, atuando como contraparte em determinadas operações de *hedge* e derivativos, ações e valores mobiliários representativos de dívida (ou derivativos relacionados) e instrumentos financeiros (incluindo empréstimos bancários) para a sua conta proprietária e/ou para as contas de seus clientes, em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado. O Goldman Sachs e/ou as sociedades de seu grupo econômico poderão deter, no futuro, posições de curto e longo prazo em tais valores mobiliários e instrumentos financeiros. Essas atividades podem poderão envolver valores mobiliários e instrumentos financeiros emitidos e oferecidos por nós.

O Goldman Sachs e/ou as sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar no futuro, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações de nossa emissão como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerá(ão) a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações de *total return swap*). O Goldman Sachs e/ou as sociedades de seu grupo econômico poderão adquirir ações de nossa emissão como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, preço ou outras condições da Oferta sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

Nós, nossos acionistas controladores e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão vir a contratar, no futuro, o Goldman Sachs e/ou sociedades de seu grupo econômico para a realização de operações comerciais usuais, incluindo, entre outras, assessoria em operações de financiamento, ofertas de valores mobiliários, assessoria em fusões e aquisições, reestruturações societárias, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

Sociedades integrantes do grupo econômico do Goldman Sachs eventualmente podem possuir títulos e valores mobiliários de nossa emissão, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado. O Goldman Sachs ou sociedades integrantes do seu grupo econômico não detém e nos últimos 12 meses não detinha participação no nosso capital social.

Além do relacionamento referente à Oferta, em 22 de abril de 2013 o Goldman Sachs foi contratado pela Companhia para prestação de assessoria financeira relacionada à análise de oportunidades de investimento, financiamento e serviços de banco de investimento em geral, inclusive em negócios privados que envolvam ações de emissão ou ativos de propriedade da Companhia, cujo contrato é válido até 31 de dezembro de 2013 ("Carta Mandato de Assessoria Financeira"). Contudo, ainda que na data deste Prospecto esteja em vigor a Carta Mandato de Assessoria Financeira, o Goldman Sachs não está prestando tais serviços, visto que o objetivo da Companhia, assessorada pelo Goldman Sachs e pelos demais Coordenadores da Oferta, é a realização da Oferta. Dessa forma, até a data deste Prospecto Goldman Sachs não recebeu qualquer remuneração em razão da Carta Mandato de Assessoria Financeira. Na eventualidade da Oferta não se realizar, o Goldman Sachs prestará os serviços nos termos da Carta Mandato de Assessoria Financeira.

Exceto pela remuneração prevista na seção "Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 52 deste Prospecto, não há qualquer outra a ser paga por nós ao Goldman Sachs ou a sociedades do seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Entendemos que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Goldman Sachs como instituição intermediária da Oferta inclusive considerando a Carta Mandato de Assessoria Financeira. Adicionalmente, declaramos que, além das informações prestadas acima, não há quaisquer outros relacionamentos relevantes entre nós e o Goldman Sachs e/ou as sociedades de seu grupo econômico.

Relacionamento entre Nós e o Santander

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o Santander e as sociedades de seu conglomerado econômico mantêm relacionamento comercial conosco. Nesse contexto, o Santander realiza diversos serviços bancários, conforme descrito abaixo:

- (i) convênio de *cash management*, firmado em setembro de 2009, com validade indeterminada, relativo à cobrança, pagamento de fornecedores, pagamento de contas e tributos e recebimento de mensalidades dos alunos;
- (ii) serviço gratuito de folha de pagamento para aproximadamente 4.300 funcionários, contratado a partir de 30 de junho de 2009, com prazo até 30 de junho de 2015;
- (iii) capital de giro de R\$50.957 mil (saldo devedor de R\$50.000 mil em 30 de junho de 2013), contratado em 03 de junho de 2013 e vencimento final em 03 de junho de 2019, com taxa de CDI + 3,04% ao ano;

- (iv) capital de giro, no valor de R\$35.669 mil (saldo devedor de R\$40.899 mil em 30 de junho de 2013), contratado em 21 de março de 2011 e vencimento final em 21 de março de 2017 com taxa de CDI + 2,50% ao ano;
- (v) repasse de recursos do BNDES, através de FINAME, contratado em 25 de junho de 2010 e vencimento final em 15 de julho de 2020, com taxa pré-fixada de 4,50% ao ano no valor de R\$7.045 mil (saldo devedor de R\$5.413 mil em 30 de junho de 2013);
- (vi) operação de arrendamento mercantil de equipamentos, contratada em 29 de abril de 2011 e vencimento final em 29 de abril de 2014, com taxa pré-fixada de 13,76% ao ano, no valor de R\$675 mil (saldo devedor de R\$214 mil em 30 de junho de 2013);
- (vii) CDC – Crédito Direto do Consumidor, com garantia de aval e alienação fiduciária, no valor de R\$106 mil (saldo devedor de R\$101 mil em 30 de junho de 2013), contratada em 09 de abril de 2013 e vencimento final em 18 de novembro de 2013; e
- (viii) CDC – Crédito Direto do Consumidor, no valor de R\$125 mil (saldo devedor de R\$116 mil em 30 de junho de 2013), contratado em 28 de maio de 2013 e vencimento final em 07 de janeiro de 2014.

Poderemos, no futuro, contratar o Santander ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações comerciais, incluindo, entre outras, assessoria em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das nossas atividades.

O Santander Investment Securities Inc. e/ou suas afiliadas poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de nossa emissão como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações com *total return swap*). O Santander Investment Securities Inc. e/ou suas afiliadas poderão adquirir ações ordinárias de nossa emissão como forma de proteção para essas operações.

Nos últimos 12 meses, com exceção das operações acima descritas, o Santander e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não adquiriram e/ou venderam valores mobiliários de nossa emissão e de nossas controladas, nem participaram de qualquer operação relevante de financiamento ou reestruturação societária do nosso grupo econômico.

O Santander e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de nossa emissão e de suas controladas nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta. Exceto pela remuneração prevista no item "Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição", deste Prospecto, não há qualquer outra a ser paga por nós ao Santander ou a sociedades do seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Entendemos que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Santander como instituição intermediária da Oferta.

RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, cabe esclarecer que não há qualquer tipo de empréstimos, investimentos e/ou outras relações eventuais entre o BTG Pactual ou sociedades do seu conglomerado econômico e os Acionistas Vendedores nos últimos 12 meses, e que nenhum dos Acionistas Vendedores possuem conta aberta junto ao BTG Pactual.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 52 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao BTG Pactual ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

Não obstante, os Acionistas Vendedores poderão contratar, a qualquer tempo, o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações que incluam, mas não se limitem a, operações de financiamento, assessoria em operações de fusões e aquisições e no mercado de capitais, extensão de linhas de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, consultoria financeira e outras operações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da sua Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que não qualquer relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BTG Pactual ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Credit Suisse

Exceto no que se refere à Oferta, o Credit Suisse não possui atualmente qualquer relacionamento com os Acionistas Vendedores. Os Acionistas Vendedores poderão, no futuro, contratar o Credit Suisse ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Goldman Sachs

Exceto no que se refere à Oferta, o Goldman Sachs e sociedades do seu grupo econômico não possuem atualmente qualquer relacionamento com os Acionistas Vendedores. Os Acionistas Vendedores poderão, no futuro, contratar o Goldman Sachs ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, conforme apresentadas acima, no item “Relacionamento entre Nós e o Goldman Sachs” acima.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Santander

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da Oferta, o Santander não possui qualquer relacionamento com os Acionistas Vendedores.

Nos últimos 12 meses, o Santander e outras sociedades de seu conglomerado econômico não (i) participaram de qualquer oferta pública de valores mobiliários emitidos pelo Poah One ou suas controladas; e (ii) realizaram qualquer operação de aquisição ou venda de valores mobiliários emitidos pelo Poah One ou suas controladas.

Os Acionistas Vendedores poderão, no futuro, contratar o Santander ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução dos seus negócios.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 52 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Santander e/ou as sociedades do seu grupo econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Os Acionistas Vendedores entendem que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Santander como instituição intermediária da Oferta.

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

Não existem operações vinculadas à Oferta celebradas entre nós, nossos acionistas ou sociedades controladas e as Instituições Participantes da Oferta. Para informações sobre operações envolvendo nós, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta, ver seção "Relacionamento entre Nós, os Acionistas Vendedores e as Instituições Participantes da Oferta" na página 71 deste Prospecto. Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 52 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga por nós ou pelos Acionistas Vendedores às Instituições Participantes da Oferta ou às sociedades dos seus respectivos conglomerados econômicos, cujo cálculo esteja relacionado à Oferta.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

BTG Pactual

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões e aquisições, *wealth management*, *asset management* e *sales and trading* (vendas e negociações).

No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Salvador, Porto Alegre, Recife, Curitiba e Ribeirão Preto. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque, Hong Kong, Santiago, Lima, Medellín e Bogotá.

Na área de *asset management*, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes *private*, empresas e parceiros de distribuição. Na área de *wealth management*, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde *asset management* a planejamento sucessório e patrimonial. O BTG Pactual também oferece serviços de *sales and trading* (vendas e negociações) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Na área de *investment banking*, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo serviços de subscrição nos mercados de dívida e ações públicos e privados, assessoria em operações de fusões e aquisições e produtos estruturados personalizados.

O BTG Pactual é o líder no *ranking* de ofertas de ações do Brasil de 2004 a 2012 pelo número de operações, participando de um total de mais de 150 operações no período, segundo o *ranking* da base de dados internacional Dealogic. Além disso, ficou em 1º lugar em volume e em número de ofertas em 2012 (Dealogic) e sempre em posição de liderança com base em outros rankings desde 2004 (ANBIMA e Bloomberg).

Demonstrando a sua força no Brasil, o BTG Pactual foi eleito em 2010, 2011 e em 2013 como o "Brazil's Equity House of the Year", segundo a Euromoney. O BTG Pactual foi também eleito por três vezes "World's Best Equity House" (Euromoney, em 2003, 2004 e 2007), além de "Equity House of the Year" (IFR, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam seis vezes o título de "Best Equity House Latin America" (Euromoney de 2002 a 2005 e 2007 a 2008) e o título de "Best Investment Bank" (Global Finance em 2011 e World Finance em 2012). Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de *equity research*, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de "#1 Equity Research Team Latin America" em 2012, bem como no período de 2003 a 2007 (Institutional Investor).

Adicionalmente, sua expertise é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual foi reconhecido pela sua atuação nos últimos oito anos, como primeiro colocado no *ranking* da Institutional Investor de 2003 a 2009 e segundo colocado em 2010 e 2011, segundo o *ranking* publicado pela revista Institutional Investor.

O BTG Pactual apresentou forte atuação em 2010 no mercado de ofertas públicas de renda variável, participando das ofertas de *follow-on* do Banco do Brasil, JBS, Even, PDG Realty, Petrobras, Lopes, Estácio Participações e Anhanguera Educacional, bem como da abertura de capital da Aliansce, Multiplus, OSX, EcoRodovias, Mills, Júlio Simões e Brasil Insurance. Esta posição foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de *follow-on* das empresas nas quais participou em sua abertura de capital. Em 2011, realizou as seguintes ofertas: *follow-on* de Tecnisa, Ternium, Direcional, Gerdau, BR Malls, e Kroton; e as ofertas públicas iniciais de QGEP, IMC, T4F, Magazine Luiza e Brazil Pharma. Deve-se destacar também que o BTG Pactual atuou como coordenador líder e lead *settlement agent* na oferta de Gerdau, a qual foi registrada no Brasil e SEC e coordenada apenas por bancos brasileiros. Em 2012, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Locamérica, Unicasa e de sua própria oferta pública inicial e do *follow-on* de Fibria, Brazil Pharma, Suzano, Taesa, Minerva, Equatorial e Aliansce.

E até o momento no ano de 2013, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Linx, Biosev, Alupar, BB Seguridade e CPFL Renováveis e do *follow-on* de Iguatemi, Multiplan, BHG e Abril Educação.

Como assessor financeiro em fusões e aquisições, o BTG Pactual também apresentou forte atuação ficando em primeiro lugar no *ranking* de fusões e aquisições em 2010 e 2011, de acordo com a Thomson Reuters, conforme informações em 31 de dezembro em 2010 e 31 de dezembro de 2011. O BTG Pactual assessorou seus clientes em importantes transações de fusões e aquisições em 2010, como a fusão da TAM com a LAN, joint-venture entre Cosan e Shell, consolidação da participação detida pela Petrobras em Braskem e Quattor e venda de participação minoritária no Teuto para a Pfizer; em 2011, também participou de importantes transações, tais como aquisição do controle da Usiminas pela Ternium, assessor dos controladores da Schincariol na venda do controle para a Kirin, fusão da Vanguarda com a Brasil Ecodiesel e venda da WTorre Properties para a BR Properties. Em 2012, o BTG Pactual assessorou seus clientes em importantes transações, tais como parceria da MPX com a E.ON, aquisição do controle da Comgás pela Cosan, aquisição dos ativos da OHL Brasil pela Abertis e consolidação do controle da EcoRodovias pela CR Almeida.

Credit Suisse

Fundado em 1856, a estratégia do Credit Suisse é atuar no mercado com uma estrutura de negócios integrada e centrada no cliente. O Credit Suisse oferece aos seus clientes uma completa linha de produtos e serviços por meio de suas três divisões principais de negócios: *Private Banking*, *Investment Banking* e *Asset Management*. O Credit Suisse procura estabelecer parcerias de longo prazo e desenvolver soluções financeiras inovadoras para atender às necessidades de seus clientes.

O Credit Suisse está presente em mais de 50 países com mais de 46 mil empregados de aproximadamente 100 diferentes nacionalidades. As ações de emissão do Credit Suisse Group (CSGN) são negociadas na Suíça (SWX) e na forma de ADS (CS) em Nova York (NYSE). Os ratings de longo prazo do Credit Suisse Group são: Moody's Aa2, Standard & Poor's A-, Fitch Ratings A. Em 1998, o Banco de Investimentos Garantia S.A. foi adquirido pelo Credit Suisse First Boston. Em 16 de janeiro de 2006, as operações globais do Credit Suisse foram unificadas sob uma mesma marca, e a razão social do CSFB passou a ser Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

A solidez do Credit Suisse no Brasil é refletida na classificação de crédito de AAA (bra) em Moeda Nacional – Longo Prazo, atribuída em fevereiro de 2012 pela Fitch Ratings, agência independente de classificação de risco. O Credit Suisse atua no Brasil com operações de crédito, emissão de ações e títulos, abertura de capital (IPO), fusões e aquisições de empresas (M&A), corretagem, tesouraria, *private banking* e administração de recursos de terceiros.

O objetivo do Credit Suisse é ser o banco preferencial dos melhores empresários, empresas e investidores do Brasil. Em 1º de novembro de 2007, o Credit Suisse concretizou sua associação com a Hedging-Griffo, adquirindo participação majoritária na referida empresa. Essa associação foi um passo importante para consolidar a estratégia do Credit Suisse de prover soluções integradas, solidificando sua posição entre os grandes bancos do País. Na área de *Investment Banking*, o Credit Suisse tem vasto conhecimento local e experiência significativa em fusões e aquisições, colocações primárias e secundárias de ações e instrumentos de dívida, mantendo a liderança consolidada nessa área no Brasil:

- Líder no *ranking* de emissão de ações do Brasil de 2005 a 2007 de acordo com *Securities Data Co.*;
- Líder no *ranking* de oferta pública inicial (IPO) do Brasil de 2007 a 2008 e 2010, de acordo com *Securities Data Co.*; e
- Líder no *ranking* de fusões e aquisições do Brasil de 2007 a 2009, de acordo com *Securities Data Co.*
 - O Credit Suisse foi eleito "Latin America Equity House of the Year" em 2011 e Banco do ano (2009) pela International Financing Review. Em 2010, o Credit Suisse foi reconhecido como o "Melhor Banco Global", "Melhor Banco de Investimentos para Mercados Emergentes", "Melhor Banco de Investimentos da América Latina", "Melhor M&A House da América Latina" e "Melhor M&A House do Brasil", pela revista Euromoney.
 - Além disso, foi eleito "Best Investment Bank in Latin America" (Revista LatinFinance, fevereiro de 2008) pelo quarto ano consecutivo e "Best M&A house" (2008). Também foi eleito em 2008 o melhor banco de investimentos dos últimos 20 anos pela Revista LatinFinance. O banco também desempenhou papel de liderança em duas transações às quais a revista se referiu como as "Melhores Operações" das últimas duas décadas. São elas a aquisição da Inco pela Companhia Vale do Rio Doce por US\$19,2 bilhões em 2006 financiada pela oferta de títulos internacionais da Companhia Vale do Rio Doce de US\$3,75 bilhões em duas tranches e por uma oferta local em Reais, ambas lideradas pelo Credit Suisse e a abertura de capital (IPO) da BM&FBOVESPA em 2007, no valor de US\$3,2 bilhões. Recentemente, José Olympio Pereira foi eleito o "Melhor Banqueiro" dos últimos 20 anos por sua dedicação no atendimento aos clientes, seu compromisso de longo prazo e incentivo à inovação nos mercados de capitais da América Latina.
 - A Corretora de Valores do Credit Suisse é a maior do Brasil em termos de volume negociado. Segundo a CBLC, de janeiro a setembro de 2012, negociamos R\$252,0 bilhões, o equivalente a 9,2% do volume negociado na BM&FBOVESPA. Ainda, é o maior formador de mercado do país, tanto em volume financeiro negociado, como em número de negócios. Atualmente atua como formador de mercado de 22 ações de companhias de vários setores, incluindo pequenas, médias e grandes, listadas no IBX-50, IBX-100 e no Ibovespa, além de 7 ETFs e diversas séries de opções de 9 ações da BM&FBOVESPA. O volume negociado pelo Credit Suisse foi de cerca de R\$55,0 bilhões em 2011, com uma média de participação de 22% do volume e 42% do número de negócios dessas ações.

Além disso, no que tange a responsabilidade cultural e social, ao longo de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012, o Credit Suisse e suas subsidiárias direcionaram e continuarão direcionando recursos para projetos culturais e sociais. Destacam-se, entre os projetos e instituições apoiados, a Osesp (Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo), a OSB (Orquestra Sinfônica Brasileira), o MAM (Museu de Arte Moderna) de São Paulo, a Sociedade Cultura Artística e a TUCCA (Associação para Crianças e Adolescentes com Câncer). O suporte a essas iniciativas apoia-se na convicção de que o Credit Suisse deve participar de ações que contribuam tanto para o retorno a seus acionistas, clientes e empregados quanto para o desenvolvimento cultural e social do Brasil.

Goldman Sachs

O Goldman Sachs é uma instituição financeira global com atuação em fusões e aquisições, coordenação de oferta de ações, serviços de investimento, investimentos de carteira própria e análise de empresas, prestando em todo o mundo uma ampla gama de serviços a empresas, instituições financeiras, governos e indivíduos de patrimônio pessoal elevado.

Fundado em 1869, o Goldman Sachs tem sua sede global em Nova York, com escritórios também em Londres, Frankfurt, Tóquio, Hong Kong e outros importantes centros financeiros.

O Goldman Sachs tem três atividades principais:

- **Banco de investimentos:** ampla gama de serviços de assessoria financeira e participação em ofertas de valores mobiliários, atendendo grupo de clientes que inclui empresas, instituições financeiras, fundos de investimento, governos e indivíduos;
- **Trading e investimentos com recursos próprios:** intermediação de operações financeiras tendo como contraparte empresas, instituições financeiras, fundos de investimentos, governos e indivíduos. Além disso, o Goldman Sachs investe seus recursos, diretamente, em renda fixa e produtos de renda variável, câmbio, commodities e derivativos de tais produtos, bem como realiza investimentos diretamente em empresas e por meio de fundos que são captados e geridos pelo banco; e
- **Investment Management:** assessoria e serviços de planejamento financeiro, bem como produtos de investimentos (por meio de contas e produtos geridos separadamente, tais como fundos de investimentos) em todas as classes de ativos para investidores institucionais e indivíduos no mundo inteiro, provendo também serviços de prime brokerage, financiamento e empréstimo de ativos para clientes institucionais, incluindo hedge funds, fundos de investimento abertos, fundos de pensão e fundações, e para indivíduos de patrimônio pessoal elevado.

Goldman Sachs tem representação em São Paulo desde meados da década de 90 e, recentemente, ampliou suas operações locais por meio da estruturação de um banco múltiplo e uma corretora de títulos e valores mobiliários. Atualmente, a plataforma brasileira inclui atividades de carteira de banco de investimento, operações com recursos próprios, nas áreas de renda variável, renda fixa, câmbio e commodities, serviços de *private banking*, dentre outros. Atualmente, aproximadamente 300 pessoas trabalham no escritório de São Paulo.

Em particular, na área de banco de investimentos, o Goldman Sachs acredita que tem vasto conhecimento local e experiência comprovada em fusões e aquisições, emissão de ações e instrumentos de dívida. Goldman Sachs tem desempenhado importante papel em ofertas realizadas no mercado brasileiro, tais como a coordenação da oferta pública inicial de ações da BM&FBOVESPA em 2007 (R\$6,7 bilhões), da Visanet em 2009 (R\$8,4 bilhões), da Qualicorp S.A. em 2011 (R\$1,1 bilhão), do BTG Pactual em 2012 (R\$3,2 bilhões), do *follow-on* da TAESA (R\$1,8 bilhão) e do *follow-on* da Equatorial (R\$1,4 bilhão) também em 2012, do *follow-on* da BHG (R\$329 milhões) e do IPO da Alupar (R\$851 milhões) no ano de 2013, valores constantes dos prospectos divulgados no site da CVM.

Santander

O Santander é controlado pelo Banco Santander S.A., instituição com sede na Espanha fundada em 1857. O Grupo Santander possui, atualmente, cerca de €1,3 trilhão em ativos, administra quase €1,4 trilhão em fundos, possui cerca de 102 milhões de clientes e 14,4 mil agências. O Santander acredita ser o principal grupo financeiro da Espanha e da América Latina e desenvolve uma importante atividade de negócios na Europa, região em que alcançou uma presença destacada no Reino Unido, por meio do Abbey National Bank Plc, assim como em Portugal. Adicionalmente, acredita ser um dos líderes em financiamento ao consumo na Europa, por meio do Santander Consumer, com presença em 13 países do continente e nos Estados Unidos.

No ano de 2012, o Grupo Santander registrou lucro líquido atribuído de aproximadamente €4,3 bilhões na América Latina, o que representou, no mesmo período, aproximadamente 50% dos resultados das áreas de negócios do Grupo Santander no mundo. Também na América Latina, em 31 de dezembro de 2012, o Grupo Santander possuía cerca de 6.044 agências e cerca de 90,5 mil funcionários.

Em 1957, o Grupo Santander entrou no mercado brasileiro por meio de um contrato operacional celebrado com o Banco Intercontinental do Brasil S.A. Em 1997, adquiriu o Banco Geral do Comércio S.A., em 1998 adquiriu o Banco Noroeste S.A., em 1999 adquiriu o Banco Meridional S.A. (incluindo sua subsidiária, o Banco Bozano, Simonsen S.A.) e em 2000 adquiriu o Banespa.

Em 1º de novembro de 2007, o RFS Holdings B.V., um consórcio composto pelo Santander Espanha, The Royal Bank of Scotland Group PLC, Fortis SA/NV e Fortis N.V., adquiriu 96,95% do capital do ABN AMRO, então controlador do Banco Real. Na sequência, em 12 de dezembro de 2007, o CADE aprovou sem ressalvas a aquisição das pessoas jurídicas brasileiras do ABN AMRO pelo consórcio. No primeiro trimestre de 2008, o Fortis e Santander Espanha chegaram a um acordo por meio do qual o Santander Espanha adquiriu direito às atividades de administração de ativos do ABN AMRO no Brasil, que o Fortis havia adquirido como parte da compra pelo consórcio do ABN AMRO. Em 24 de julho de 2008, o Santander Espanha assumiu o controle acionário indireto do Banco Real. Por fim, em 30 de abril de 2009, o Banco Real foi incorporado pelo Santander Brasil e foi extinto como pessoa jurídica independente.

Com a incorporação do Banco Real, o Santander tem presença ativa em todos os segmentos do mercado financeiro, com uma completa gama de produtos e serviços em diferentes segmentos de clientes – pessoas físicas, pequenas e médias empresas, corporações, governos e instituições. As atividades do Santander compreendem três segmentos operacionais: banco comercial, banco global de atacado e gestão de recursos de terceiros e seguros.

Em 31 de dezembro de 2012, o Santander, no Brasil, possuía uma carteira de mais de 27,3 milhões de clientes, 3.788 entre agências e pontos de atendimento bancário (PABs) e mais de 17.793 caixas eletrônicos, além de um total de ativos em torno de R\$447 bilhões e patrimônio líquido de, aproximadamente, R\$53 bilhões. O Santander, no Brasil, possui uma participação de aproximadamente 26% dos resultados das áreas de negócios do Grupo Santander no Mundo, além de representar 51% no resultado do Grupo Santander na América Latina.

O Santander oferece aos seus clientes um amplo portfólio de produtos e serviços locais e internacionais que são direcionados às necessidades dos clientes. Produtos e serviços são oferecidos nas áreas de transações bancárias globais (*Global Transaction Banking*), mercados de crédito (*Credit Markets*), finanças corporativas (*Corporate Finance*), ações (*Equities*), taxas (*Rates*), formação de mercado e mesa proprietária de tesouraria. Dessa forma, os clientes corporativos podem se beneficiar dos serviços globais fornecidos pelo Grupo Santander.

Na área de *Equities*, o Santander atua na estruturação de operações em boa parte da América Latina, contando com equipe de *Equity Research*, *Sales* e *Equity Capital Markets*.

A área de *Equity Research* do Santander é considerada pela publicação *Institutional Investor* como uma das melhores não somente no Brasil, mas também na América Latina. Adicionalmente, o Santander dispõe de estrutura de *research* dedicada exclusivamente ao acompanhamento de ativos latino-americanos, o que assegura credibilidade e acesso de qualidade a investidores *target* em operações brasileiras.

Em *Sales & Trading*, o Grupo Santander possui uma das maiores equipes dedicadas a ativos latino-americanos no mundo. Presente no Brasil, Estados Unidos, Europa e Ásia, a equipe do Grupo Santander figura dentre as melhores da América Latina pela publicação da *Institutional Investor*. O Santander dispõe de uma estrutura dedicada de acesso ao mercado de varejo e pequenos investidores institucionais no Brasil por meio de salas de ações e corretora.

A área de *Equity Capital Markets* do Santander participou como *bookrunner* de ofertas destacadas no Brasil nos últimos anos. Em 2013, o Santander atuou como *bookrunner* na oferta pública inicial de *units* de Alupar Investimentos S.A. e na oferta pública inicial de Smiles S.A.

Em 2012, o Santander atuou como *bookrunner* na oferta pública inicial de Unicasa Indústria de Móveis S.A., na oferta de *follow-on* de Fibria Celulose S.A., na oferta pública inicial de *units* de Trasmisora Aliança de Energia Elétrica S.A., esta última considerada pela *Latin Finance* como "*Best Equity Follow-On*" de 2012, e na oferta de *follow-on* de Marfrig Alimentos S.A.

Em 2011, o Santander atuou como coordenador líder da oferta pública inicial de Autometal S.A e EDP – Energias do Brasil S.A., como *bookrunner* nas ofertas de *follow-on* de BR Properties S.A., Kroton Educacional S.A., Tecnisa S.A. e Direcional S.A., na oferta pública inicial de ações de IMC – Internacional Meal Company Holdings S.A., e como assessor financeiro contratado pela TIM Participações S.A. em sua migração do segmento de listagem denominado "Nível 2" para o segmento de listagem denominado "Novo Mercado" da BM&FBOVESPA.

Em 2010, o Santander alcançou pelo segundo ano consecutivo a liderança no *ranking* de emissões de ações na América Latina de acordo com a Bloomberg, tendo atuado como coordenador líder da oferta pública inicial de ações de Renova Energia S.A. e como *bookrunner* da oferta pública inicial de BR Properties S.A. e das ofertas de *follow-on* de Ananguera Educacional Participações S.A., Estácio Participações S.A., Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações, Inpar S.A. e JBS S.A..

Em 2009, o Santander alcançou a liderança no *ranking* de emissões de ações na América Latina de acordo com Thomson Reuters e Bloomberg tanto em número de transações como em volume ofertado. Neste ano, o Santander atuou como coordenador líder das ofertas públicas iniciais de ações do Banco Santander (Brasil) S.A. e da Direcional Engenharia S.A. e como *bookrunner* nas ofertas públicas iniciais de ações de Cetip S.A. e da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento – Visanet e nas ofertas de *follow-on* da Rossi Residencial S.A., Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A., Cyrela Brazil Realty S.A., MRV Engenharia e Participações S.A., BRMalls Participações S.A., Ananguera Educacional Participações S.A., Marfrig Alimentos S.A., e BRF – Brasil Foods S.A.

Em 2009, as ofertas de Visanet e Brasil Foods foram premiadas pela *Latin Finance* como "*Best Primary Equity Issue*" e "*Best Follow-On Issue*", respectivamente. Ainda em 2009, a oferta pública de ações do Banco Santander foi premiada como "*Latin America Equity Issue of the Year*" pela International Financing Review (IFR).

Em 2008, atuou em operações com valor total superior a US\$12 bilhões, das quais se destaca a atuação como *bookrunner* na oferta primária da Companhia Vale do Rio Doce, uma das maiores ofertas de ações da história do Brasil conforme dados da Bloomberg.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

O investimento nas Ações envolve alto grau de risco. Antes de tomar qualquer decisão de investimento, investidores em potencial devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" deste Prospecto e nos itens "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do nosso Formulário de Referência, e as nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto.

Nossas atividades, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos. O preço de mercado das ações ordinárias de nossa emissão pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos ou outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, nós e os Acionistas Vendedores acreditamos poderão nos afetar de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas por nós e pelos Acionistas Vendedores, ou que atualmente consideramos irrelevantes, também podem prejudicar nossas atividades de maneira significativa.

Para os fins desta seção, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode ou terá "um efeito adverso para nós" ou nos "afetará adversamente" significa que o risco, incerteza ou problema pode resultar em um efeito material adverso em nossos negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado das ações ordinárias de nossa emissão.

Um mercado ativo e líquido para as nossas ações poderá não se desenvolver. A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Ações pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa.

Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros:

- Mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e
- Restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido. O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo, inclusive, ser mais volátil do que eles.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e pode ser mais volátil que os principais mercados de valores mobiliários internacionais, incluindo o dos Estados Unidos da América e os europeus. A BM&FBOVESPA apresentou, em 30 de junho de 2013, capitalização bursátil de, aproximadamente, R\$2,2 trilhões (ou US\$1,0 trilhão) e uma média diária de negociação no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2013 de, aproximadamente, R\$7,6 bilhões (ou US\$3,7 bilhões). Em comparação, a capitalização bursátil da NYSE na mesma data era de, aproximadamente, US\$15,6 trilhões. As dez ações mais negociadas na BM&FBOVESPA, em termos de volume, responderam por, aproximadamente, 40,5% do total de negociações na BM&FBOVESPA no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2013.

Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Ações pelo preço e na ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no preço das Ações.

A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações ordinárias de nossa emissão, inclusive pelos Acionistas Vendedores, após a conclusão da Oferta e o período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de nossa emissão ou a percepção dos investidores sobre nós.

Nós e os Acionistas Vendedores celebraram acordos de restrição à venda das ações ordinárias de nossa emissão (*Lock-Up*) nos termos do Contrato de Colocação Internacional, por meio dos quais se comprometeram a, sujeitos tão somente às exceções previstas em referidos acordos, durante o período de 180 dias contados da data de publicação do Anúncio de Início a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de nossa emissão de sua titularidade após a liquidação da Oferta, sujeito a determinadas exceções.

Adicionalmente, no termos do Regulamento do Novo Mercado, nos primeiros 6 meses subsequentes à Oferta, após a assinatura do Contrato de Participação no Novo Mercado, o Acionista Controlador e os membros da nossa administração não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das ações ordinárias de nossa emissão e derivativos destas de que eram titulares, imediatamente após a efetivação da Oferta. Após esse período inicial de 6 meses, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, o Acionista Controlador e nossos administradores não poderão, por mais 6 meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% das ações ordinárias de nossa emissão derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a efetivação da Oferta.

Após tais restrições terem se extinguido, as Ações estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou uma percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de nossa emissão pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de nossa emissão. Para informações adicionais, ver a seção "Informações Sobre a Oferta – Restrições à Negociação das Ações (*Lock-Up*)" na página 65 deste Prospecto.

Poderemos vir a precisar de capital adicional no futuro, e poderemos vir captar recursos adicionais por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá afetar o preço das ações ordinárias de nossa emissão e resultar em uma diluição da participação do investidor.

Poderemos vir a ter que captar recursos adicionais no futuro por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas. Qualquer captação de recursos por meio da distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas pode resultar em alteração no preço de mercado das ações ordinárias de nossa emissão e na diluição da participação do investidor no nosso capital social.

A eventual aceitação de ordens de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas durante o Procedimento de Bookbuilding pode levar ao risco de má formação do Preço por Ação e/ou de redução da liquidez das ações ordinárias de nossa emissão no mercado secundário.

O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, caso haja excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não poderão ser aceitas ordens de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, até o limite máximo de 20% da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), o que pode ter um impacto adverso na definição do Preço por Ação e poderá promover a redução da liquidez das Ações no mercado secundário. Sociedades dos conglomerados econômicos dos Coordenadores da Oferta poderão adquirir Ações no âmbito da Oferta como forma de proteção (*hedge*) de operações com derivativos (incluindo *total return swaps*) por elas realizadas por conta e ordem dos seus clientes. Tais operações poderão influenciar a demanda e o Preço por Ação sem gerar demanda artificial durante a Oferta.

A realização desta oferta pública de distribuição de Ações, com esforços de venda no exterior, poderá nos deixar expostos a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreende a distribuição secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações (i) nos Estados Unidos da América, para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na Regra 144A, e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam pessoas não residentes ou domiciliadas nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis daquele país (*non U.S. Persons*), de acordo com a legislação vigente no país de cada investidor, com base no Regulamento S, e, em ambos os casos, desde que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados nos termos da Lei 4.131, ou da Resolução CMN 2.689 e da Instrução CVM 325.

Os esforços de colocação das Ações no exterior nos expõem a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções relevantes nos *Offering Memoranda*.

Adicionalmente, nós e os Acionistas Vendedores somos parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que nós e os Acionistas Vendedores indenizemos tais Agentes de Colocação Internacional, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

Nós e os Acionistas Vendedores também fazemos diversas declarações e garantias relacionadas aos nossos negócios e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra nós e os Acionistas Vendedores no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos, mesmo que fique provado que nenhuma incorreção foi cometida. Uma eventual condenação nossa em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, poderá nos afetar.

Após a Oferta, continuaremos sendo controlados pelo Acionista Controlador, cujos interesses podem diferir dos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de nossa emissão.

Imediatamente após a conclusão da Oferta (considerando as Ações Adicionais e sem considerar as Ações Suplementares), o Acionista Controlador será titular de 68,87% das ações ordinárias de nossa emissão. Dessa forma, o Acionista Controlador, por meio de seu poder de voto nas assembleias gerais, continuará capaz de nos influenciar fortemente ou efetivamente exercer o poder de controle sobre as nossas decisões, o que pode se dar de maneira divergente em relação aos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de nossa emissão.

Podemos não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas titulares das ações ordinárias de nossa emissão.

De acordo com nosso estatuto social, devemos pagar aos nossos acionistas, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício ajustado com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 29 do nosso estatuto social, sob a forma de dividendo ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Podemos não pagar dividendos aos nossos acionistas em qualquer exercício social, caso nosso conselho de administração determine que não possuímos lucro líquido ou reservas de lucro nos termos da Lei das Sociedades por Ações para distribuir dividendos, ou que a distribuição de dividendos seja incompatível com a nossa situação financeira naquele momento, e os nossos acionistas deliberem por não distribuí-los. Para mais informações, ver os itens 3.3, 3.4, 10.1 e 18.5 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de nossa emissão.

Os Coordenadores da Oferta e as sociedades de seu conglomerado econômico poderão realizar operações com derivativos para proteção (*hedge*), tendo as ações ordinárias de nossa emissão como referência (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros, conforme permitido pelo artigo 48 da Instrução CVM 400, e tais investimentos não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins dos artigos 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. A realização de tais operações pode influenciar a demanda e, conseqüentemente, o preço das ações ordinárias de nossa emissão.

Eventual descumprimento por qualquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o consequente cancelamento de todos Pedidos de Reserva, boletins de subscrição e contratos de compra e venda feitos perante tais Instituições Consorciadas.

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por qualquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Colocação ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações. Caso tal desligamento ocorra, a(s) Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva, boletins de subscrição e contratos de compra e venda que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos sobre movimentação financeira eventualmente incidentes. Para maiores informações, ver a seção "Informações Sobre a Oferta – Características Gerais da Oferta – Violações de Norma de Conduta" nas páginas 48 e 65 deste Prospecto.

Na medida em que o regime de distribuição da Oferta é o de garantia firme de liquidação e que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever a totalidade das Ações no âmbito da Oferta.

A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta de subscrição e liquidação das Ações (considerando as Ações Adicionais e sem considerar as Ações Suplementares) que tenham sido subscritas, porém não liquidadas pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, caso as Ações (considerando as Ações Adicionais e sem considerar as Ações Suplementares) não sejam integralmente subscritas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva, boletins de subscrição, contratos de compra e venda e ordens de investimentos automaticamente cancelados. Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção "Informações sobre a Oferta – Suspensão e Cancelamento" na página 67 deste Prospecto.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Estimamos receber com a Oferta aproximadamente R\$313,9 milhões, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais, após a dedução das comissões que antecipamos ter de pagar nos termos do Contrato de Colocação e das despesas estimadas com a Oferta e assumindo um Preço por Ação de R\$21,50. O Preço por Ação de R\$21,50, com base no qual calculamos os recursos líquidos que estimamos receber com esta Oferta, corresponde ao ponto médio da faixa indicativa de preços. Para informações detalhadas acerca das comissões e despesas da Oferta, veja a seção, Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 52 deste Prospecto.

Pretendemos utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária principalmente para financiar a expansão do nosso negócio, por meio de: (i) aquisições; e (ii) investimentos em nosso Crescimento Orgânico, que engloba a implementação do Ensino a Distância e investimentos em novos imóveis para instalação de novas unidades.

Destinação	Valor Estimado (R\$)⁽¹⁾	Percentual de Alocação dos Recursos Líquidos Obtidos na Oferta
Aquisições.....	219.725.545,23	70,0%
Crescimento Orgânico ⁽²⁾	94.168.090,81	30,0%
Total	313.893.636,04	100,0%

⁽¹⁾ Considera o recebimento de R\$313,9 milhões em recursos líquidos da Oferta Primária (considerando a dedução das comissões da Oferta Primária e das despesas estimadas da Oferta), sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

⁽²⁾ Engloba a implementação do Ensino a Distância e investimentos em novos imóveis para instalação de novas unidades.

Aquisições

Conforme mencionado na tabela acima, pretendemos utilizar aproximadamente 70% dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, para a realização de aquisições de empresas do setor de Educação.

Apesar de nossa estratégia prever aquisições como forma de acelerar nosso crescimento, e o mercado do setor de educação brasileiro ser bastante fragmentado, oferecendo oportunidades de aquisições, não podemos prever quando uma aquisição irá ocorrer e quais os valores envolvidos em futuras aquisições. Nesse sentido, divulgaremos ao mercado, na forma da legislação aplicável, qualquer aquisição que viermos a realizar. Atualmente não há nenhum processo de aquisição em curso.

Para maiores informações sobre nossos riscos, em especial àqueles relativos à nossa estratégia de crescimento via aquisições, ver seção “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco relativos à Companhia – Podemos não ser capazes de crescer de forma adequada por meio de aquisições e enfrentar riscos e desafios nas aquisições já realizadas” na página 20 deste Prospecto.

Crescimento Orgânico

Pretendemos utilizar aproximadamente 30% dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária para o crescimento orgânico por meio da implementação da nossa rede de EAD e do investimento em imóveis para instalação de novas unidades.

EAD

Pretendemos utilizar os recursos líquidos da Oferta Primária em investimentos em infraestrutura e elaboração de conteúdos, favorecendo nossa estratégia de maior foco neste segmento de mercado. Estimamos que a maior parte da utilização de recursos acontecerá ao longo dos próximos três anos, com eventuais desdobramentos em novas ondas de expansão mais adiante.

Investimentos em Imóveis para Instalação de Novas Unidades

Uma vez que imóveis são essenciais para a abertura e expansão de unidades e assim o crescimento da Companhia, caso não seja possível alugar novos imóveis nos mesmos moldes do que hoje é feito, a Companhia está disposta a investir parte dos recursos da Oferta em aquisições, de forma a não restringir nossos planos de expansão. Assim, estamos sempre analisando imóveis que se adequem ao nosso padrão e onde em tese novas unidades poderiam ser instaladas, focando na localização e na conveniência para o aluno. Atualmente ainda não temos definidos imóveis específicos a serem adquiridos ou alugados. A aquisição de imóveis pode fazer parte da nossa estratégia de negócios, pois a localização das unidades é um fator que influencia de maneira significativa a escolha pelos alunos das nossas instituições de ensino, e por isso a eventual necessidade de aquisição de imóveis em localizações estratégicas onde não é possível alugá-los é importante para o sucesso de nossa Companhia.

Recursos Líquidos da Oferta Primária

Caso os recursos provenientes da Oferta Primária não sejam suficientes para custear a estratégia acima descrita, poderemos buscar recursos adicionais junto a terceiros, inclusive instituições financeiras, mediante a contratação de empréstimos ou financiamentos diretos, oferta de títulos e valores mobiliários representativos de dívida nos mercados local e internacional ou mesmo mediante a realização de outra oferta pública de ações de nossa emissão. A forma de obtenção desses recursos será por nós definida à época da respectiva captação, dependendo inclusive das condições de mercado.

Um aumento ou uma redução de R\$1,00 no Preço por Ação de R\$21,50, que é o ponto médio da faixa de preços indicada na capa deste Prospecto, aumentaria ou reduziria, conforme o caso, os recursos líquidos captados por nós provenientes da Oferta Primária em R\$14,7 milhões.

A destinação dos recursos líquidos que viermos a receber com a Oferta Primária baseia-se em nossas análises, perspectivas atuais, expectativas sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem nos obrigar a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização, a nosso exclusivo critério. Enquanto os recursos líquidos decorrentes da Oferta Primária não forem efetivamente utilizados, no curso regular dos nossos negócios, os mesmos poderão ser investidos em aplicações financeiras que acreditamos estar dentro de nossa política de investimento, visando à preservação do nosso capital e investimentos com perfil de alta liquidez, tais como títulos de dívida pública e aplicações financeiras de renda fixa contratados ou emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

Não receberemos qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária, por se tratar exclusivamente de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores. Portanto, os recursos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente destinados aos Acionistas Vendedores.

Para obter informações adicionais acerca do impacto dos recursos líquidos decorrentes da Oferta Primária na nossa condição financeira, veja a seção "Capitalização".

CAPITALIZAÇÃO

A tabela abaixo apresenta nossa capitalização total com base nas nossas demonstrações contábeis consolidadas em bases históricas reais em 30 de junho de 2013, e conforme ajustado de modo a refletir o recebimento de R\$313,9 milhões em recursos líquidos da Oferta Primária (considerando a dedução das comissões da Oferta Primária e das despesas estimadas da Oferta e sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) e com base no Preço por Ação de R\$21,50, que corresponde ao ponto médio da faixa de preço indicada na capa deste Prospecto:

	Em 30 de junho de 2013			
	Efetivo	% do Total ⁽¹⁾	Ajustado ⁽²⁾	% do Total ⁽¹⁾
	(em milhões de R\$)			
Caixa e equivalentes de caixa	61.476	30,8%	375.370	73,0%
Endividamento de curto prazo	16.783	8,4%	16.783	3,3%
Passivo não circulante				
Endividamento de longo prazo	91.598	45,7%	91.598	17,8%
Capital Social.....	82.010	40,9%	97.705	19,0%
Reserva de Capital.....	0	-	298.199	58,0%
Reservas de Lucros.....	6.872	3,4%	6.872	1,3%
Lucros ou prejuízos acumulados	23.793	11,9%	23.793	4,6%
Ajustes na avaliação patrimonial.....	(3.835)	-1,9%	(3.835)	(0,7)%
Patrimônio Líquido	108.840	54,3%	422.734	82,2
Capitalização Total⁽³⁾	200.438	100,0%	514.332	100,0%

⁽¹⁾ O percentual informado é calculado com base na linha de Capitalização Total.

⁽²⁾ Ajustado para refletir o recebimento de R\$313,9 milhões em recursos líquidos da Oferta Primária (considerando a dedução das comissões da Oferta Primária e das despesas estimadas da Oferta), sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

⁽³⁾ Capitalização total corresponde à soma do endividamento de longo prazo e patrimônio líquido.

Os potenciais investidores devem ler esta tabela em conjunto com as nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, anexadas a este Prospecto, e as seções "3. Informações Financeiras Seleccionadas" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência, anexado a este Prospecto.

Um aumento (redução) de R\$1,00 no Preço por Ação de R\$21,50, em decorrência da colocação das Ações da Oferta Primária (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), considerando a dedução das comissões da Oferta Primária e das despesas estimadas da Oferta, aumentaria (reduziria) o valor do nosso patrimônio líquido em R\$14,7 milhões. O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Não houve alteração relevante em nossa capitalização total desde 30 de junho de 2013.

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores na Oferta e o valor patrimonial contábil por Ação imediatamente após a Oferta.

Em 30 de junho de 2013, o valor do nosso patrimônio líquido era de R\$108,8 milhões e o valor patrimonial por Ação correspondia, a R\$1,01. O valor patrimonial contábil por ação de nossa emissão corresponde ao resultado da divisão (1) do valor contábil total do nosso ativo excluído o valor contábil total do nosso passivo, pela (2) quantidade total de Ações de nossa emissão em 30 de junho de 2013.

Após considerarmos a colocação das Ações da Oferta Primária (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), e após a dedução das comissões da Oferta Primária e das despesas estimadas devidas por nós no âmbito da Oferta, nosso patrimônio líquido estimado em 30 de junho de 2013 seria de R\$422,7 milhões, representando um valor patrimonial de R\$3,44 por Ação, considerando a quantidade total de Ações de nossa emissão em 30 de junho de 2013 e as Ações emitidas na Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares). Isso significaria um aumento imediato no valor do nosso patrimônio líquido por Ação de R\$2,43 para os acionistas existentes, e uma diluição imediata no valor do nosso patrimônio líquido por Ação de 84,0% por Ação para novos investidores que investirem em nossas Ações. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial contábil por Ação imediatamente após a Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões de distribuição e das despesas da Oferta, veja seção “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 52 deste Prospecto.

O quadro a seguir ilustra a diluição por Ação decorrente. Essa diluição corresponde à diferença entre (1) o Preço por Ação a ser pago pelos nossos novos acionistas e (2) o valor patrimonial contábil por Ação imediatamente após a conclusão da Oferta.

	<u>Após a Oferta</u>
Preço por Ação ⁽¹⁾	R\$21,50
Valor patrimonial contábil por Ação em 30 de junho de 2013 ajustado após a Oferta ⁽²⁾	R\$3,44
Aumento do valor contábil patrimonial líquido por Ação atribuído aos acionistas existentes	R\$2,43
Diluição do valor patrimonial contábil por Ação para os novos investidores ⁽³⁾	R\$18,06
Diluição percentual por Ação para os novos investidores ⁽³⁾	84,00%

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$21,50 estimado na média da faixa de preço das Ações indicada na capa deste Prospecto. O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

⁽²⁾ Ajustado para refletir o desdobramento de ações aprovado em 12 de agosto de 2013.

⁽³⁾ Sem considerar a colocação das Ações Suplementares e Ações Adicionais.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial das nossas Ações e será fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*. Para uma descrição mais detalhada do procedimento de fixação do Preço por Ação e das condições da Oferta, veja seção “Informações Sobre a Oferta” na página 44 deste Prospecto.

Um acréscimo (redução) de R\$1,00 no Preço por Ação, conforme estimado neste Prospecto, acarretaria um acréscimo (diminuição), após a conclusão da Oferta (i) no valor do nosso patrimônio líquido contábil; (ii) no valor do patrimônio líquido contábil por Ação; (iii) na diluição do valor patrimonial contábil por ação aos investidores desta Oferta em R\$0,88 por Ação, assumindo que o número de Ações estabelecido na capa deste Prospecto não sofrerá alterações, e após deduzidas as comissões e as despesas relativas à Oferta a serem pagas por nós. O valor do nosso patrimônio líquido contábil após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Plano de Opções

Nosso Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano"), aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de agosto de 2013 estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra ("Opções", ou individualmente "Opção") de nossas Ações, nos termos do artigo 168, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

Poderão ser eleitos como beneficiários de outorgas de Opções, nos termos do Plano, os nossos administradores e gerentes e administradores e gerentes de nossas controladas, podendo o Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, definir os níveis de gerentes elegíveis ao Plano, bem como ampliar a abrangência do Plano para outros níveis de cargo, quando da criação de cada Programa ("Participantes").

O Conselho de Administração poderá criar, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações ("Programas"), nos quais serão definidos os termos e as condições de cada outorga de Opções, observadas as linhas básicas estabelecidas neste Plano.

O Plano estará limitado a um máximo de Opções que resulte em uma diluição total (considerando a somatória dos Programas) de 2% (dois por cento) do capital social da Companhia na data de criação de cada Programa. A diluição corresponde ao percentual representado pela quantidade de Ações que lastreiam as Opções, considerando todas as Opções outorgadas no Plano, já exercíveis ou não, pela quantidade total de ações de emissão da Companhia. O Conselho de Administração poderá propor à Assembléia Geral o aumento do limite quantitativo para atender às necessidades de ampliação do Plano.

Os nossos acionistas não terão direito de preferência na outorga ou no exercício de Opções de acordo com o Plano, conforme previsto no artigo 171, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

O preço de exercício das Opções, a ser pago pelos Participantes, será equivalente à média ponderada por volume de negociações das cotações de fechamento das ações ordinárias da Companhia, na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), nos 60 (sessenta) pregões anteriores ao último dia do mês anterior ao mês de aprovação do respectivo Programa.

O Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, estabelecer um desconto de até 20% (vinte por cento) sobre a média apurada, bem como estabelecer que o preço de exercício deva ser corrigido monetariamente, a partir da data-base de sua determinação, por meio de índice de preços a ser definido pelo Conselho de Administração da Companhia em cada Programa ou ainda estabelecer um preço de exercício com correção monetária pré-fixada.

Até o momento, nenhuma opção foi outorgada no âmbito do Plano.

Para mais informações sobre o Plano, veja o item 13.4. do nosso Formulário de Referência.

Diluição máxima combinada: Oferta e Plano

Segue, na tabela abaixo, o efeito da diluição máxima por ação de nossa emissão, que seria causada pelo exercício integral das opções do Plano, com base em nosso patrimônio líquido em 30 de junho de 2013, conforme ajustado para refletir o desdobramento das ações de nossa emissão aprovado em 12 de agosto de 2013, após considerarmos a colocação das Ações da Oferta Primária (sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais) pelo ponto médio da faixa indicativa do Preço por Ação, de R\$21,50, considerando a dedução das comissões da Oferta Primária e das despesas estimadas da Oferta:

Diluição Máxima Combinada

Oferta Primária

Preço por Ação ⁽¹⁾	R\$21,50
Número total de Ações Emitidas ⁽⁴⁾	15.389.520
Recursos líquidos da Oferta	R\$313.893.636

Plano

Preço Exercício do Plano ⁽²⁾	R\$17,20
Número de Ações entregues no Exercício do Plano ⁽⁴⁾⁽⁶⁾	2.458.096
Valor recebido em função do exercício do Plano	R\$42.279.251

Combinado

Número combinado de Ações emitidas ⁽⁴⁾	17.847.616
Recursos líquidos combinados	R\$356.172.887,24
Número de Ações, Ex-Tesouraria em 30 de junho de 2013 ⁽⁵⁾	107.515.296
Patrimônio Líquido em 30 de junho de 2013	R\$108.840.000,00
Valor Patrimonial por Ação 30 de junho de 2013 ⁽⁵⁾	R\$1,01
Valor Patrimonial por Ação em 30 de junho de 2013 ajustado para o exercício da Oferta e das Ações do Plano ⁽⁵⁾	R\$3,71
Aumento no valor patrimonial por Ação para os atuais acionistas	R\$2,70
Aumento Percentual no valor patrimonial por Ação para os atuais acionistas	266,4%
Diluição do valor patrimonial contábil por Ação para os investidores considerando a realização da Oferta e o exercício da totalidade das Opções que podem ser outorgadas no âmbito do Plano	R\$17,79
Percentual de Diluição do valor patrimonial contábil por Ação para os investidores considerando a realização da Oferta e o exercício da totalidade das Opções que podem ser outorgadas no âmbito do Plano	82,7%

(1) Considera-se o preço por Ação de R\$21,50 estimado com base no ponto médio da faixa de preços das Ações indicada na capa deste Prospecto.

(2) Calculado com base no ponto médio da faixa de preços indicada na capa deste Prospecto, de R\$21,50, e o desconto máximo de 20% previsto no plano.

(3) Sem considerar as Ações Adicionais e a Opção do Lote Suplementar.

(4) Caso o número de ações existentes na data da aprovação do Plano venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, o número de ações objeto das Opções outorgadas e seu respectivo preço de exercício serão ajustados, para evitar distorções na aplicação do Plano.

(5) Ajustado para refletir o desdobramento de ações aprovado em 12 de agosto de 2013.

(6) 2% do capital social total da Companhia após a Oferta, sem considerar a emissão das Ações Suplementares e das Ações Adicionais.

Subscrição de Ações por nossos Administradores, por nosso Acionista Controlador ou por detentores de opções de aquisições de Ações da Companhia.

Não houve emissão de ações subscritas por Administradores, pelo Acionista Controlador ou por detentores de opções de aquisições de ações da Companhia nos últimos cinco anos.

ANEXOS

- ANEXO A** Estatuto Social da Companhia.
- ANEXO B** Ata da reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 30 de setembro de 2013, que aprovou a Oferta.
- ANEXO C** Minuta da ata da reunião do Conselho de Administração da Companhia para aprovação do Preço por Ação e do aumento de capital.
- ANEXO D** Declaração do Coordenador Líder para fins do artigo 56 da Instrução CVM 400.
- ANEXO E** Declaração da Companhia para fins do artigo 56 da Instrução CVM 400.
- ANEXO F** Declarações dos Acionistas Vendedores para fins do artigo 56 da Instrução CVM 400.
- ANEXO G** Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e relatório dos Auditores Independentes.
- ANEXO H** Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e relatório dos Auditores Independentes.
- ANEXO I** Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2010 e relatório dos Auditores Independentes.
- ANEXO J** Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas da Companhia em 30 de junho de 2013 e do relatório dos Auditores Independentes.
- ANEXO K** Formulário de Referência da Companhia.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO A Estatuto Social da Companhia.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Estatuto Social aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Ser Educacional S.A. de 27 de setembro de 2013.

ESTATUTO SOCIAL DA SER EDUCACIONAL S.A.

CNPJ 04.986.320/0001-13

NIRE 26.3.0001679-6

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO

Artigo Primeiro. A SER EDUCACIONAL S.A. (“**Companhia**”) é uma sociedade por ações, regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores (“**Lei das Sociedades por Ações**”).

Parágrafo Primeiro. Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“**BM&FBOVESPA**”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA (“**Regulamento do Novo Mercado**”).

Parágrafo Segundo. Os termos grafados com iniciais maiúsculas utilizados neste Estatuto Social que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes for atribuído no Regulamento do Novo Mercado.

Artigo Segundo. A Companhia tem por objeto social:

- (i) o desenvolvimento e a administração de atividades e instituições nas áreas de educação básica, educação superior, educação profissional, educação corporativa, cursos para concursos e outras áreas associadas à educação;
- (ii) a administração de bens e negócios próprios; e
- (iii) a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, simples ou empresárias, no Brasil ou no exterior.

Parágrafo Primeiro. A Companhia poderá desenvolver suas atividades, direta ou indiretamente, por meio de investimentos no capital de sociedades investidas; de títulos ou outros direitos conversíveis em capital ou, ainda, por meio de fundos de investimentos em participações.

Parágrafo Segundo. As sociedades investidas podem ter a forma de sociedades empresárias limitadas ou sociedades por ações, de capital aberto ou fechado, e podem estar localizadas no Brasil ou no exterior.

Parágrafo Terceiro. A Companhia poderá também praticar as demais atividades razoavelmente relacionadas à sua qualidade de empresa controladora, incluindo, sem limitação, negociar e obter financiamentos, contratar serviços de terceiros no interesse do grupo econômico da Companhia, e prestar garantias para sociedades do grupo econômico da Companhia, desde que tais atividades estejam relacionadas ao objeto social da Companhia.

Artigo Terceiro. A Companhia tem sua sede social e foro legal na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Rua Guilherme Pinto, nº 146, sala 106, no bairro das Graças, CEP: 52011-210, podendo abrir filiais, agências, escritórios e estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior, por meio de deliberação do Conselho de Administração.

Artigo Quarto. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Artigo Quinto. O capital social, subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 82.876.085,85 (oitenta e dois milhões, oitocentos e setenta e seis mil, oitenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), representado por 107.515.296 (cento e sete milhões, quinhentas e quinze mil, duzentas e noventa e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro. A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 137.515.296 (cento e trinta e sete milhões, quinhentas e quinze mil, duzentas e noventa e seis), ou seja, 30.000.000 (trinta milhões) de ações ordinárias adicionais, nominativas, sem valor nominal, e independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração que fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo da subscrição, da integralização e da colocação das ações a serem emitidas.

Parágrafo Segundo. Até o limite do capital autorizado, poderão ser emitidas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará o número, preço, prazo de integralização e demais condições da emissão de ações.

Parágrafo Terceiro. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá ainda: (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que lhe prestem serviços, ou a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços a sociedades sob seu controle, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação de ações.

Parágrafo Quarto. Nos aumentos de capital por subscrição particular, o prazo para o exercício do direito de preferência não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias. A critério do Conselho de Administração, fica autorizada a emissão, que poderá ser realizada sem direito de preferência para os acionistas ou com redução do prazo para o exercício do direito de preferência, de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Quinto. Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço e o número de ações a serem subscritas, bem como o prazo e condições de subscrição e integralização, exceção feita à integralização em bens, que dependerá da aprovação da Assembleia Geral, na forma da lei.

Parágrafo Sexto. As integralizações serão efetivadas à vista. O acionista que não integralizar as ações subscritas, na forma do boletim de subscrição ou da chamada, ficará constituído, de pleno direito, em mora, devendo pagar à Companhia juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, contados do primeiro dia do não cumprimento da obrigação, correção monetária com base no IGP-M mais multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor em atraso e não integralizado, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis.

Parágrafo Sétimo. O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias. As ações são indivisíveis perante a Companhia e cada ação ordinária terá direito a um voto nas Assembleias Gerais.

Parágrafo Oitavo. A Companhia contratará serviços de ações escriturais com instituição financeira autorizada pela CVM a manter esse serviço, podendo ser cobrada dos acionistas o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da Lei das Sociedades por Ações, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários.

Artigo Sexto. É vedado à Companhia emitir ações preferenciais e partes beneficiárias.

CAPÍTULO III
ASSEMBLEIA GERAL

Artigo Sétimo. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, anualmente dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, ou seja, até o dia 30 de abril de cada ano, na forma da lei, a fim de:

- (a) tomar as contas dos Administradores, relativas ao último exercício social;
- (b) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, instruídas com parecer do Conselho Fiscal, se instalado;
- (c) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos;
- (d) eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se for o caso;
- (e) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração titulares, sendo facultativa a eleição de suplentes; e
- (f) fixar os honorários globais anuais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, bem como os honorários do Conselho Fiscal, caso aplicável.

Artigo Oitavo. A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente sempre que convocada pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal, ou por acionistas, na forma da lei.

Artigo Nono. A Assembleia Geral deve ser convocada por meio de edital publicado com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência, em primeira convocação, e 8 (oito) dias de antecedência, em segunda convocação.

Parágrafo Único. Compete à Assembleia Geral, além de outras atribuições previstas em lei neste Estatuto Social:

- (a) deliberar sobre o registro de companhia aberta da Companhia, bem como apreciar proposta do Conselho de Administração relativa à admissão, registro e listagem de ações da Companhia em quaisquer bolsas de valores ou em mercados de balcão;
- (b) aprovar plano de opção de compra de ações da Companhia ou modificação de eventuais planos de opção de compra de ações da Companhia porventura existentes;

- (c) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;
- (d) deliberar sobre a saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA; e
- (e) deliberar sobre a escolha de empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia para fins das ofertas públicas previstas nos Capítulos IX e X deste Estatuto Social, dentre uma lista tríplice de empresas apontadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 10º. As Assembleias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias, serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração, na sua ausência, pelo Vice-Presidente e, na ausência deste, por outro membro do Conselho de Administração. Caberá ao Presidente da Assembleia Geral a escolha do secretário.

Artigo 11º. Somente poderão tomar parte e votar na Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome no livro próprio com 2 (dois) dias úteis de antecedência da data designada para a realização da referida Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro. Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador, constituído na forma do parágrafo 1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, sendo solicitado o depósito prévio do instrumento de procuração e documentos necessários na sede social até 48 (quarenta e oito) horas antes da hora marcada para a realização da Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo. O acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos exigidos poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente.

CAPÍTULO IV ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Seção I - Disposições Comuns aos Órgãos da Administração

Artigo 12º. A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria.

Parágrafo Único. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Artigo 13º. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura, nos 30 (trinta) dias seguintes à respectiva eleição, de termo de posse no livro próprio e condicionada à assinatura do Termo de Anuência dos Administradores a que alude o Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis, e permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos Administradores eleitos.

Parágrafo Primeiro. Os Administradores da Companhia deverão aderir à Política de Divulgação de Informações Relevantes e Política de Negociação com Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, mediante assinatura do termo respectivo.

Parágrafo Segundo. Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

Seção II - Conselho de Administração

Artigo 14º. O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, eleitos para um mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição, e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 20% (vinte por cento) deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelos parágrafos 4º e 5º do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Segundo. Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para número inteiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Terceiro. O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos por seus membros na primeira reunião que ocorrer após a eleição dos conselheiros.

Parágrafo Quarto. O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que deverão atuar como órgãos auxiliares sem poderes deliberativos, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia.

Artigo 15º. No caso de vacância no cargo de Conselheiro, a(s) vaga(s) poderão ser preenchidas pelo próprio Conselho de Administração, com a nomeação, para o(s) cargo(s) dos suplentes eventualmente eleitos, mediante escolha da maioria dos Conselheiros, e seu(s) respectivo(s) mandato(s) será (ão) até a primeira Assembleia Geral que deliberar sobre o preenchimento da vaga.

Parágrafo Primeiro. Caso a vacância de membro(s) do Conselho de Administração ocorra de modo a ficar o número de Conselheiros reduzido para aquém do número fixado neste Estatuto Social, deverá ser convocada Assembleia Geral, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para eleição e preenchimento dos cargos vagos. O mandato dos Conselheiros eleitos nestas condições terminará juntamente com o dos demais Conselheiros.

Parágrafo Segundo. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Presidente ou, na falta deste, por outro Conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho de Administração e, não havendo indicação, por escolha da maioria dos demais membros do Conselho.

Parágrafo Terceiro. No caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho, assumirá o Vice-Presidente, que permanecerá no cargo até que o Conselho escolha o seu novo titular, exercendo o substituto o mandato pelo prazo restante.

Parágrafo Quarto. Os Conselheiros poderão enviar, antecipadamente, seu voto, que valerá para fins de verificação de quoruns de instalação e de deliberação, desde que encaminhado, por escrito, à Companhia, até o início da reunião, em atenção ao Presidente da respectiva reunião do Conselho de Administração.

Artigo 16º. Compete ao Conselho de Administração:

- (a) eleger e destituir os membros da Diretoria, fixando sua remuneração mensal individual, respeitado o montante global estabelecido pela Assembleia Geral;
- (b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia aprovando previamente políticas empresariais, projetos, orçamentos anuais e plano quinquenal de negócios, bem como suas revisões anuais;
- (c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, papéis da Companhia, solicitando, por meio do Presidente, informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;

- (d) aprovar planos de participação de lucros, bem como o estabelecimento de critérios para remuneração e políticas de benefícios da Diretoria e dos empregados da Companhia;
- (e) convocar a Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou nos casos em que a convocação é determinada pela lei ou por este Estatuto Social;
- (f) manifestar-se sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras, propor a política de dividendos e a destinação do lucro líquido de cada exercício à Assembleia Geral;
- (g) decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, nos termos da legislação aplicável;
- (h) dentro do limite do capital autorizado, (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que lhe prestem serviços, ou a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços a sociedades sob seu controle, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação de ações.
- (i) deliberar sobre as condições e oportunidade de emissão de debêntures simples e, sempre que respeitados os limites do capital autorizado, conversíveis em ações, podendo as debêntures, de qualquer das classes, ser de qualquer espécie;
- (j) deliberar, por delegação da Assembleia Geral, quando da emissão pela Companhia de debêntures conversíveis em ações que ultrapassem o limite do capital autorizado, sobre (i) a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, (ii) a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e (iii) o modo de subscrição ou colocação, bem como a espécie das debêntures;
- (k) deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais pertinentes;
- (l) deliberar sobre as condições de emissão de notas promissórias destinadas à distribuição pública, nos termos da legislação em vigor;

- (m) deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores externos da Companhia;
- (n) deliberar sobre a contratação de empréstimo ou assunção de dívida que resulte no endividamento da Companhia além dos limites previstos no orçamento anual ou no plano quinquenal;
- (o) definir lista triplíce de instituições ou empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de ofertas públicas para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado previstas nos Capítulos IX e X deste Estatuto Social;
- (p) estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a aquisição ou alienação de bens do ativo permanente e bens imóveis, bem como autorizar aquisição ou alienação de bens do ativo permanente de valor superior ao valor de alçada da Diretoria, salvo se a transação estiver contemplada no orçamento anual da Companhia;
- (q) estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias, bem como autorizar a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias de valor superior ao valor de alçada da Diretoria;
- (r) estabelecer o valor de alçada da Diretoria para celebração, alteração ou rescisão de quaisquer contratos, acordos ou convênios entre a Companhia e seus (a) acionistas, administradores, empregados e seus cônjuges e parentes até o terceiro grau, e (b) em qualquer caso, quaisquer pessoas jurídicas em cujo capital social uma das pessoas acima referidas participe com mais de 10% (dez por cento), sendo certo que a não aprovação da celebração, alteração ou rescisão de contratos, acordos ou convênios abrangidos por esta alínea implicará a nulidade do respectivo contrato, acordo ou convênio.
- (s) aprovar, independente do valor envolvido, qualquer capitalização a ser realizada pela Companhia em suas controladas;
- (t) implementação, alteração ou extinção de política de divulgação de informações relevantes e de negociação de valores mobiliários;
- (u) pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresente para sua deliberação ou para serem submetidos à Assembleia Geral;
- (v) deliberar sobre a constituição e extinção de controladas, a aquisição ou alienação de participações em outras sociedades e a entrada da Companhia em qualquer consórcio ou associação;

- (w) deliberar sobre qualquer alteração na política de recursos humanos da Companhia que possa impactar substancialmente nos custos;
- (x) avocar, a qualquer tempo, o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia, ainda que não compreendido na enumeração deste artigo, e sobre ele proferir decisão a ser obrigatoriamente executada pela Diretoria;
- (y) estabelecer o valor de alçada da Diretoria para contratar endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia, bem como autorizar a contratação de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia de valor superior ao valor de alçada da Diretoria;
- (z) aprovar a concessão de garantias, reais ou fidejussórias, e avais para obrigações de quaisquer terceiros que não as subsidiárias ou sociedades investidas da Companhia ou para garantir o pagamento de obrigações da Companhia, sempre que o valor da garantia seja igual ou superior a 130% (cento e trinta por cento) do valor da obrigação garantida;
- (aa) declarar dividendos à conta de lucro apurado em balanços semestrais ou em períodos menores, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, nos termos da legislação em vigor, bem como declarar juros sobre capital próprio;
- (bb) aprovar o regimento interno do Conselho de Administração, dos Comitês e das Comissões que sejam criados;
- (cc) aprovar e submeter à Assembleia Geral proposta de plano para a outorga de opção de compra de ações aos Administradores e empregados da Companhia e de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;
- (dd) aprovar previamente alteração em contrato de concessão ou permissão ou autorização firmado pela Companhia, por sociedades controladas, direta ou indiretamente, ou coligadas;
- (ee) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez

dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; e

(ff) resolver os casos omissos neste Estatuto Social, observado o disposto na legislação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, e exercer outras atribuições que a lei, ou este Estatuto Social, não confirmam a outro órgão da Companhia.

Parágrafo Primeiro. As reuniões ordinárias do Conselho de Administração ocorrerão a cada 3 (três) meses, podendo, entretanto, ser realizadas com maior frequência, caso o Presidente do Conselho de Administração assim solicite, por iniciativa própria ou mediante provocação de qualquer membro, deliberando validamente pelo voto da maioria dos conselheiros presentes (dentre eles, obrigatoriamente, o Presidente ou o Vice-Presidente). Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de conferência telefônica ou videoconferência. As atas das reuniões serão lavradas em livro próprio.

Parágrafo Segundo. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com dez dias úteis de antecedência por comunicação enviada pelo Presidente do Conselho de Administração, com a indicação das matérias a serem tratadas e acompanhadas dos documentos de apoio porventura necessários.

Parágrafo Terceiro. Em caso de manifesta urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas em prazo inferior ao mencionado no parágrafo 2º acima.

Parágrafo Quarto. No caso de empate na votação, o Presidente do Conselho de Administração e, na sua ausência, o Vice-Presidente, terá, além do voto comum, o de qualidade.

Parágrafo Quinto. A presença de todos os membros permitirá a realização de reuniões do Conselho de Administração independentemente de convocação.

Parágrafo Sexto. Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar, será necessária a presença da maioria de seus membros em exercício, sendo considerado como presente o Conselheiro representado por procurador validamente nomeado ou que participe por meio de conferência telefônica ou videoconferência, bem como aquele que enviar, antecipadamente, seu voto, conforme previsto no parágrafo 4º do Artigo 15º deste Estatuto Social. Caso não haja quórum de instalação em primeira convocação, o Presidente deverá convocar nova reunião do Conselho de Administração, a qual poderá instalar-se, em segunda convocação, a ser feita com pelo menos sete dias de

antecedência, com qualquer número. A matéria que não estiver na ordem do dia da reunião original do Conselho de Administração não poderá ser apreciada em segunda convocação, salvo se presentes todos os conselheiros e os mesmos concordarem expressamente com a nova ordem do dia.

Parágrafo Sétimo. Nas reuniões do Conselho de Administração são admitidos os votos por meio de delegação feita em favor de outro conselheiro, o voto por escrito antecipado e o voto por *fac-simile*, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, computando-se como presentes os membros que assim votarem.

Seção III – Diretoria Executiva

Artigo 17º. A Diretoria será composta por, no mínimo 4 (quatro) e, no máximo, 6 (seis) membros, sendo que (i) um será Diretor Presidente; (ii) um será Diretor de Relações com Investidores; (iii) um será o Diretor Financeiro, (iv) um será o Diretor Acadêmico; e (v) os demais serão diretores sem designação específica. Os cargos acima poderão ser cumulados por um mesmo diretor.

Parágrafo Único. Compete ao:

(a) Diretor Presidente: (i) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos outros Diretores; (ii) supervisionar os trabalhos de auditoria interna e assessoria legal; (iii) comunicar ao Conselho de Administração a realização de operações relevantes que não necessitem de aprovação prévia do Conselho de Administração; e (iv) solicitar a autorização do Conselho de Administração para a realização dos atos ou operações mencionados no Artigo 16º deste Estatuto Social, conforme aplicável;

(b) Diretor de Relações com Investidores (i) prestar informações aos investidores, à CVM, às bolsas de valores e às entidades reguladoras dos mercados de balcão em que os títulos da Companhia forem originalmente admitidos para negociação no último exercício social, que solicitem informações periódicas ou eventuais; e (ii) manter atualizado o registro da Companhia perante as bolsas de valores e entidades reguladoras dos mercados de balcão em que os títulos da Companhia forem originalmente admitidos para negociação, conforme disposto em lei.

(c) Diretor Financeiro: dirigir e liderar a administração e gestão das atividades financeiras da Companhia e de suas controladas, incluindo a análise de investimentos, liquidez, estrutura de capital e a definição dos limites de exposição a risco; a propositura e a contratação de empréstimos e financiamentos; as operações de tesouraria; o planejamento e os controles financeiro e tributário; a gestão das atividades inerentes à contabilidade da Companhia e de suas controladas.

(d) Diretor Acadêmico (a) definir o modelo acadêmico a ser seguido pela Companhia na prestação de seus serviços de ensino; (b) revisar o material didático adotado pelas escolas e faculdades da Companhia; (c) analisar a eficácia do modelo acadêmico adotado pela Companhia, coordenando as pesquisas de satisfação dos alunos e toda e qualquer avaliação aplicada pelo Ministério da Educação, bem seus respectivos resultados; (d) alterar toda e qualquer política relacionada ao treinamento dos professores das escolas e faculdades da Companhia, bem como alterar a sua periodicidade e/ou abrangência; e (e) supervisionar a qualidade de ensino. As alterações ao modelo acadêmico da Companhia, bem como às políticas relacionadas ao treinamento e capacitação de professores deverão ser previamente submetidas e aprovadas pelo Conselho de Administração.

(e) Diretores sem designação específica: auxiliar os demais diretores na administração da Companhia e realizar as tarefas que lhe sejam atribuídas pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração.

Artigo 18º. O mandato dos membros da Diretoria será de 2 (dois) anos, admitida reeleição.

Artigo 19º. Na hipótese de vagar um dos cargos de Diretor, caberá ao Diretor Presidente substituí-lo provisoriamente ou indicar, dentre os demais Diretores, a quem competirá acumular as funções correspondentes ao cargo vago, até que se proceda à eleição do substituto pelo Conselho de Administração. Em caso de vaga no cargo de Diretor Presidente, competirá ao Presidente do Conselho de Administração ou, no impedimento deste, a um Diretor indicado pelo Conselho de Administração, exercer temporariamente as suas funções até a eleição do substituto.

Parágrafo Primeiro. O Diretor Presidente, nos seus impedimentos temporários, será substituído por um dos Diretores a ser por ele designado.

Parágrafo Segundo. Em caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, caberá ao Diretor Presidente substituí-lo ou designar outro Diretor para fazê-lo.

Artigo 20º. A Diretoria reunir-se-á por convocação do Diretor Presidente. Para que as reuniões da Diretoria possam validamente deliberar é necessária a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo Único. As decisões da Diretoria serão tomadas pela maioria de votos dos membros presentes, cabendo ao Diretor Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

Artigo 21º. Todos os atos, contratos ou documentos que impliquem responsabilidade para a Companhia, ou desonerem terceiros de responsabilidade ou obrigações para com a Companhia deverão, sob pena de não produzirem efeitos contra a

mesma, ser assinados (i) por 2 (dois) Diretores, sendo um deles necessariamente o Diretor Presidente; (ii) por quaisquer 2 (dois) Diretores, desde que previamente autorizados pelo Conselho de Administração; (iii) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador ou (iv) por 2 (dois) procuradores, desde que investidos de poderes especiais para a prática do ato em questão.

Parágrafo Primeiro. As procurações outorgadas em nome da Companhia deverão (i) ser assinadas sempre por 2 (dois) Diretores, sendo um deles necessariamente o Diretor Presidente, (ii) especificar expressamente os poderes conferidos, e (iii) conter prazo de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano, sem poderes para substabelecimento, com exceção: (a) das procurações *ad judicia*, que poderão ser substabelecidas e outorgadas por prazo indeterminado, e (b) das procurações outorgadas a instituições financeiras, que poderão ser estabelecidas pelo prazo do(s) contrato(s) de financiamento.

Parágrafo Segundo. Ressalvado o disposto neste Estatuto Social, a Companhia poderá ser representada por 1 (um) único Diretor ou procurador (i) na prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas em geral, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, Junta Comercial, Justiça do Trabalho, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e seus bancos arrecadadores, (ii) junto a concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, em atos que não importem em assunção de obrigações ou na desoneração de obrigações de terceiros, (iii) para preservação de seus direitos em processos administrativos ou de qualquer outra natureza, e no cumprimento de suas obrigações fiscais, trabalhistas ou previdenciárias, (iv) no endosso de títulos para efeitos de cobrança ou depósito em contas bancárias da Companhia, e (v) para fins de recebimento de intimações, citações, notificações ou interpelações, ou ainda para representação da Companhia em Juízo.

Parágrafo Terceiro. É vedado aos Diretores e procuradores praticar atos estranhos ao objeto social, bem como prestar garantias ou assumir obrigações em benefício ou em favor de terceiros sem o prévio e expresso consentimento do Conselho de Administração, sendo ineficazes em relação à Companhia os atos praticados em violação ao estabelecido neste dispositivo.

Artigo 22º. Compete a qualquer membro da Diretoria, além de exercer os poderes e atribuições conferidos pelo presente Estatuto Social, cumprir outras funções que vierem a ser fixadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 23º. O Diretor Presidente poderá afastar qualquer membro da Diretoria, devendo informar a sua decisão e os motivos que a fundamentam e a formalização da demissão ocorrerá na próxima reunião do Conselho de Administração. As funções do Diretor afastado serão, até a nomeação do substituto, desempenhadas pelo Diretor designado pelo Diretor Presidente.

CAPÍTULO V

CONSELHO FISCAL

Artigo 24º. Quando instalado, o Conselho Fiscal, obedecidas as disposições legais, compor-se-á de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária seguinte à de sua eleição, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Primeiro. Os membros do Conselho Fiscal serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse, lavrado no livro de atas das reuniões do Conselho Fiscal.

Parágrafo Segundo. A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo Terceiro. Os honorários dos membros do Conselho Fiscal serão fixados pela Assembleia Geral Ordinária que os eleger, observado o parágrafo 3º do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Quarto. As atribuições do Conselho Fiscal serão as fixadas em lei e somente será instalado nos exercícios sociais mediante solicitação dos acionistas, conforme previsto em lei.

CAPÍTULO VI

EXERCÍCIO SOCIAL

Artigo 25º. O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras do exercício, observado que serão também elaboradas demonstrações financeiras a cada trimestre, excetuado o último de cada ano. Todas as demonstrações financeiras deverão incluir a demonstração dos fluxos de caixa da Companhia, a qual indicará, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos. As demonstrações financeiras do exercício social serão, após manifestação dos Conselhos de Administração e Fiscal, este último se instalado, submetidas à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com proposta de destinação do resultado do exercício.

Parágrafo Primeiro. A Companhia e os seus administradores deverão, pelo menos uma vez ao ano, realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à sua respectiva situação econômico-financeira, projetos e perspectivas.

Parágrafo Segundo. O lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social subscrito, sendo facultada a constituição da reserva legal no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital (artigo 182, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações) exceder 30% (trinta por cento) do capital social; (b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (c) por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório; (d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Artigo 26º abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; (e) uma parcela não superior à diferença entre (i) 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (incluindo, portando, eventual destinação de parcela do lucro líquido para constituição de reserva para contingências) e (ii) a reserva indicada no item (c) acima, poderá ser destinada à formação de reserva para expansão ou investimento, que terá por fim financiar a aplicação em ativos operacionais ou dispêndios de capital, ficando ressalvado que o saldo acumulado desta reserva não poderá ultrapassar o menor entre os seguintes valores: (i) 80% (oitenta por cento) do capital social; ou (ii) o valor que, somado aos saldos das demais reservas, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não ultrapasse 100% (cem por cento) do capital social da Companhia; e (f) o saldo remanescente será distribuído aos acionistas como dividendos, na forma prevista no Artigo 26º abaixo.

Artigo 26º. A Companhia distribuirá como dividendo, em cada exercício social, no mínimo 25% (vinte e cinco) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 27º. Por deliberação do Conselho de Administração, o dividendo obrigatório poderá ser pago antecipadamente, no curso do exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que determinar o respectivo montante. O valor do dividendo antecipado será compensado com o do dividendo obrigatório do exercício. A Assembleia Geral Ordinária determinará o pagamento do saldo do dividendo obrigatório que houver.

Artigo 28º. A Companhia levantará balanço semestral em 30 de junho de cada ano e poderá, por determinação do Conselho de Administração, levantar balanços em períodos menores.

Parágrafo Primeiro. O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros apurados no balanço semestral e, observados as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, ou à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Segundo. O Conselho de Administração poderá declarar juros sobre o capital próprio, nos termos do parágrafo 7º do artigo 9º da Lei nº 9.249, 26 de dezembro de 1995, e imputá-los ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório, passando a integrá-los para todos os efeitos legais.

Artigo 29º. Os dividendos, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data da deliberação de sua distribuição e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

Artigo 30º. Nos exercícios em que for pago o dividendo mínimo obrigatório, depois de deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e a contribuição social, a Assembleia Geral poderá atribuir ao Conselho de Administração e à Diretoria participação nos lucros, respeitados os limites do parágrafo 1º do artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, cabendo ao Conselho de Administração definir a respectiva distribuição.

Artigo 31º. Os dividendos declarados não renderão juros nem serão corrigidos monetariamente e, se não forem reclamados no prazo de 3 (três) anos, contado do início do seu pagamento, prescreverão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VII DISSOLUÇÃO

Artigo 32º. A Companhia se dissolverá nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação da Companhia, bem como eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas.

CAPÍTULO VIII ALIENAÇÃO DE CONTROLE

Artigo 33º. A Alienação de Controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

Parágrafo Único. A oferta pública referida no artigo anterior também deverá ser efetivada: (i) nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; ou (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Artigo 34º. Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado-a: (i) efetivar a oferta pública referida no Artigo 33º deste Estatuto Social; e (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos; (iii) tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações da Companhia em circulação, dentro dos 6 (seis) meses subsequentes à aquisição do Controle.

Parágrafo Único O Acionista Controlador, quando de eventual Alienação do Controle da Companhia, não transferirá a propriedade de suas ações enquanto o Adquirente não subscrever o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA celebrado pela Companhia, pelo qual se comprometerão a cumprir as regras ali constantes.

Artigo 35º. A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o Adquirente ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 36º. Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia sem que os seus signatários tenham subscreto o Termo de Anuência dos Controladores previsto no Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO IX
CANCELAMENTO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA

Artigo 37º. Na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada pelo Acionista Controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado no laudo de avaliação, elaborado nos termos dos parágrafos 1º a 2º deste artigo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Primeiro. O laudo de avaliação referido no *caput* deste artigo deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus Administradores e do Acionista Controlador, além de satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações, e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º desse mesmo artigo.

Parágrafo Segundo. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela Assembleia, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

Parágrafo Terceiro. Obedecidos aos demais termos do Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, deste Estatuto Social e da legislação vigente, a oferta pública para cancelamento de registro poderá prever também a permuta por valores mobiliários de outras companhias abertas, a ser aceita a critério do ofertado.

Parágrafo Quarto. Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser suportados integralmente pelo ofertante.

Artigo 38º. Caso o laudo de avaliação a que se refere o Artigo 37º não esteja pronto quando houver a divulgação ao mercado da decisão de se proceder ao cancelamento de registro de companhia aberta, o Acionista Controlador, deverá divulgar o valor máximo por ação pelo qual formulará a oferta pública.

Parágrafo Primeiro. A oferta pública ficará condicionada a que o valor apurado no laudo de avaliação a que se refere o Artigo 37º não seja superior ao valor divulgado pelo Acionista Controlador, na Assembleia referida no *caput* deste artigo.

Parágrafo Segundo.Caso o valor das ações determinado no laudo de avaliação seja superior ao valor informado pelo Acionista Controlador, a deliberação referida no *caput* deste artigo ficará automaticamente cancelada, devendo ser dada ampla divulgação desse fato ao mercado, exceto se o Acionista Controlador concordar expressamente em efetivar a oferta pública pelo valor apurado no laudo de avaliação.

CAPÍTULO X

SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 39º. Caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos parágrafos 1º e 2º do Artigo 37º, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 40º. Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no artigo acima.

Parágrafo Primeiro. A referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Parágrafo Segundo. Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Artigo 41º. A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo

Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 37º deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Primeiro. O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput* desse artigo.

Parágrafo Segundo. Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* decorrer de deliberação da Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*.

Parágrafo Terceiro. Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

Parágrafo Quarto. Caso a Assembleia Geral mencionada no parágrafo 3º acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia Geral, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

CAPITULO XI JUÍZO ARBITRAL

Artigo 42º. A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver obrigatoriamente por meio de arbitragem perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, nos termos de seu Regulamento de Arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Contrato de Participação no Novo Mercado no Regulamento Novo Mercado, no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, no Regulamento de Sanções, neste Estatuto Social, nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, nos regulamentos da BM&FBOVESPA e nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral.

Artigo 43º. Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, eventual requerimento de medidas de urgência pelas partes, antes de constituído o Tribunal Arbitral, deverá ser remetido ao Poder Judiciário, na forma do item 5.1.3 do Regulamento de

Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado. Para esse fim, as partes elegem o foro de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, e estão cientes de que o curso de qualquer ação judicial em conformidade com esta cláusula não resultará em qualquer renúncia à arbitragem ou à jurisdição do Tribunal Arbitral.

Artigo 44º. A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade da presente cláusula compromissória, e o Tribunal Arbitral não poderá recorrer à equidade para solucionar o litígio que lhe for submetido. O Tribunal Arbitral será formado por 3 (três) árbitros escolhidos na forma estabelecida no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado. O idioma oficial do procedimento arbitral será a Língua Portuguesa. O procedimento arbitral terá lugar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes do Regulamento de Arbitragem. Com exceção dos honorários advocatícios, que serão arcados por cada parte, todas as demais despesas, custos e honorários da arbitragem serão arcados por uma das partes, ou por ambas, conforme determinar o Tribunal Arbitral.

CAPÍTULO XII DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 45º. As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

Artigo 46º. A Companhia observará os acordos de acionistas, arquivados na sua sede, que dispuserem sobre as restrições à circulação de ações, preferência para adquiri-las, o exercício de voto, ou do Poder de Controle, nas Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração, cumprindo-lhe e fazer com que (i) a instituição financeira depositária os anote no extrato da conta de depósito fornecido ao acionista; e (ii) o Presidente da reunião do Conselho de Administração ou a mesa diretora da Assembleia Geral, conforme o caso, recuse a validade de voto proferido contra suas disposições.

* _ * _ *

ANEXO B Ata da reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 30 de setembro de 2013, que aprovou a Oferta.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SER EDUCACIONAL S.A
CNPJ 04.986.320/0001-13
NIRE 26.3.0001679-6

**Ata de Reunião do Conselho de Administração
realizada em 30 de setembro de 2013**

Data, Hora e Local: 30 de setembro de 2013, às 10h00, na sede social da Companhia, na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Rua Guilherme Pinto, nº 146, no Bairro das Graças, CEP 52011-210.

Mesa: Jonaldo Janguê Bezerra Diniz, Presidente; Nazareno Habib Ouvidor Bichara, Secretário.

Convocação: dispensada a convocação prévia em face da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e permitido pelo Estatuto Social da Companhia ("Estatuto Social").

Presença: a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

Ordem do Dia: deliberar sobre:

- (i) a realização de oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Oferta" e "Ações");
- (ii) a possibilidade de distribuição, no âmbito da Oferta, de lote adicional de ações;
- (iii) a possibilidade de distribuição, no âmbito da Oferta, de lote suplementar de ações;
- (iv) o critério para determinação do preço de emissão das Ações;



(v) a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia à subscrição de ações no aumento de capital referente à oferta referida no item "i" acima;

(vi) a outorga aos titulares das ações a serem emitidas no contexto da oferta referida no item "i" acima dos mesmos direitos conferidos pela Lei das Sociedades por Ações e pelo Estatuto Social às ações já existentes, inclusive no tocante aos dividendos e outros benefícios declarados após a data de liquidação das Ações ou a data de liquidação das Ações Suplementares, conforme o caso; e

(vii) a concessão de autorização para a diretoria da Companhia tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à realização da oferta referida no item "i" acima, e ratificação dos atos já realizados.

Deliberações Tomadas por Unanimidade: os Conselheiros presentes, por unanimidade, deliberaram por:

(i) aprovar a realização da oferta compreendendo a distribuição pública (i) primária de, inicialmente, 15.389.520 Ações a serem emitidas pela Companhia ("Oferta Primária"); e (ii) secundária de, inicialmente, 15.389.520 Ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores ("Oferta Secundária") a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400") e coordenada pelos Coordenadores da Oferta (conforme definido no Prospecto Preliminar), com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores Contratados") e de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), convidadas a participar da Oferta para efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais (conforme definido no Prospecto Preliminar) ("Instituições Consorciadas" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta e com os Coordenadores Contratados "Instituições Participantes da Oferta").



Da mesma forma, aprovar a realização pelo BTG Pactual US Capital LLC, pelo Credit Suisse Securities (USA) LLC, pelo Goldman, Sachs & Co e pelo Santander Investment Securities Inc., (em conjunto definidos como "Agentes de Colocação Internacional"), simultaneamente, de esforços de colocação das Ações (i) nos Estados Unidos da América, para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na *Rule 144A*, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* ("SEC"), em operações isentas de registro, previstas no *U.S. Securities Act de 1933*, conforme alterado ("Securities Act") e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores constituídos de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor (*non U.S. Persons*), com base na *Regulation S* editada pela SEC no âmbito do *Securities Act* (em conjunto, "Investidores Estrangeiros") e, em ambos os casos, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados nos termos da Lei nº 4.131, de 03 de setembro de 1962, conforme alterada ("Lei 4.131") ou da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Resolução CMN 2.689") e da Instrução da CVM nº 325 da CVM, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Instrução CVM 325"), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados em conformidade com o *Placement Facilitation Agreement* ("Contrato de Colocação Internacional"), a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional.

Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de Bookbuilding, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e ordens de investimento automaticamente cancelados.

(ii) Adicionalmente, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Suplementares (conforme definido no Prospecto Preliminar), poderá, a critério da Companhia e dos Acionistas



Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertadas, ou seja, em até 3.077.904 (três milhões, setenta e sete mil e novecentas e quatro) novas ações ordinárias de emissão da Companhia e 3.077.904 (três milhões, setenta e sete mil e novecentas e quatro) ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais").

(iii) Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento) do total das ações inicialmente ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais, ou seja, em até 2.308.428 (dois milhões, trezentos e oito mil e quatrocentas e vinte e oito) novas ações ordinárias de emissão da Companhia e 2.308.428 (dois milhões, trezentos e oito mil e quatrocentas e vinte e oito) ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores ("Ações Suplementares"), conforme opção para distribuição de tais Ações Suplementares outorgada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador nos termos do Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Ser Educacional S.A. ("Contrato de Colocação"), celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e, na qualidade de interveniente-anuente, a BM&FBOVESPA, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, para atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta ("Opção de Ações Suplementares"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na BM&FBOVESPA, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação.

(iv) Em consonância com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, o preço por Ação ("Preço por Ação") será fixado após (a) a efetivação dos pedidos de reserva de Ações no período de reserva; e (b) a apuração do resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado com investidores

institucionais pelos Coordenadores, conforme previsto no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de Bookbuilding"). Nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, a escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada pelo fato de que o Preço por Ação não promoverá a diluição injustificada dos acionistas da Companhia e de que as Ações serão distribuídas por meio de oferta pública, em que o valor de mercado das Ações será aferido tendo como parâmetro o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. O Preço por Ação será definido previamente à concessão do registro da Oferta pela CVM e será ratificado pelo Conselho de Administração da Companhia.

(v) aprovar a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia à subscrição de Ações no aumento de capital referente à Oferta;

(vi) aprovar a outorga aos titulares das Ações e das Ações Suplementares a serem emitidas no contexto da Oferta os mesmos direitos conferidos pela Lei das Sociedades por Ações e pelo Estatuto Social às Ações já existentes aos atuais acionistas da Companhia inclusive no tocante aos dividendos e outros benefícios declarados após a data de liquidação das Ações ou a data de liquidação das Ações Suplementares, conforme o caso; e

(vii) autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à realização da Oferta, em especial, àqueles relacionados aos poderes de representação da Companhia perante a CVM, a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, o Banco Central do Brasil e a BM&FBOVESPA, podendo praticar ou fazer com que sejam praticados, quando necessários, quaisquer atos e/ou negociar e firmar quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos que considerar necessários ou apropriados para a realização da Oferta, incluindo a contratação de instituições para atuar na qualidade de instituições intermediárias na Oferta, incluindo a celebração de todos os contratos e documentos que se fizerem necessários e que não dependam do preço de emissão das Ações a ser fixado pelo Conselho de Administração da Companhia, incluindo, entre outros, o Contrato de Prestação de Serviços com a BM&FBOVESPA, bem como qualquer aditamento a qualquer de tais documentos, e ratificar todos os atos já praticados pela diretoria da Companhia com vistas aos fins descritos neste item "ii".

Encerramento e Lavratura da Ata: nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes.

Mesa: (aa) Jonaldo Janguê Bezerra Diniz, Presidente; Nazareno Habib Ouvidor Bichara, Secretário.

Conselheiros Presentes: (aa) Jonaldo Janguê Bezerra Diniz; Hebert Steinberg; Jânio Janguê Bizerra Diniz; Francisco Muniz Barreto; e Flávio César Maia Luz.

Certidão: Certifico que a presente ata é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio da Companhia.

Recife, 30 de setembro de 2013.



Nazareno Habib Ouvidor Bichara
Secretário

ANEXO C Minuta da ata da reunião do Conselho de Administração da Companhia para aprovação do Preço por Ação e do aumento de capital.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SER EDUCACIONAL S.A
CNPJ 04.986.320/0001-13
NIRE 26.3.0001679-6

**Ata de Reunião do Conselho de Administração
realizada em [•] de [•] de 2013**

Data, Hora e Local: [•] do [•] de 2013, às [•]h[•], na sede social da Companhia, na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Rua Guilherme Pinto, nº 146, no Bairro das Graças, CEP 52011-210.

Mesa: Jonaldo Janguiê Bezerra Diniz, Presidente; Nazareno Habib Ouvidor Bichara, Secretário.

Convocação: dispensada a convocação prévia em face da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e permitido pelo Estatuto Social da Companhia.

Presença: a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

Ordem do Dia: deliberar sobre:

- (i) A retificação e ratificação da deliberação "vi" tomada na reunião do Conselho de Administração de 30 de setembro de 2013;
- (ii) a fixação do preço de emissão das ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), no valor unitário de R\$ [•] ([•]), objeto do aumento de capital social e a respectiva justificativa do critério de fixação do preço;
- (iii) a aprovação do aumento do capital social da Companhia dentro do limite de

capital autorizado, mediante emissão de [●] ([●]) Ações, correspondentes ao total de Ações a serem distribuídas no âmbito da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia ("Oferta"), com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172 Lei das Sociedades por Ações";

(iv) a outorga ao Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse" ou "Agente de Estabilização") de opção de colocação de lote suplementar de ações;

(v) determinação da forma de subscrição e integralização da Ações a serem emitidas;

(vi) aprovação dos direitos das novas Ações emitidas;

(vii) aprovação de Documentos da Oferta relativos à distribuição pública referida no item (iii) acima;

(viii) a autorização para a Diretoria praticar todos e quaisquer atos necessários, bem como assinar todos os contratos e documentos que se fizerem necessários, incluindo, o Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Ser Educacional S.A., *Placement Facilitation Agreement*, Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Ser Educacional S.A., relacionados à consecução do aumento de capital mediante distribuição pública referido no item (iii) acima; e

(ix) a verificação do aumento e homologação do novo capital social da Companhia.

Deliberações Tomadas por Unanimidade: os Conselheiros presentes, por unanimidade:

(i) retificar e ratificar a deliberação "vi" tomada na reunião do Conselho de Administração de 30 de setembro de 2013, que passa a ter a seguinte nova redação: "a outorga aos titulares das ações a serem emitidas no contexto da oferta referida no item "i" acima dos mesmos direitos conferidos pela Lei das Sociedades por Ações e pelo

Estatuto Social às ações já existentes, inclusive no tocante aos dividendos e outros benefícios declarados a partir da publicação do Anúncio de Início”, conforme também previsto na documentação da Oferta;

(ii) aprovar o preço de emissão das Ações de R\$ [●] ([●]) por ação, com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento conduzido pelos coordenadores da Oferta, conforme previsto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400, e de acordo com o artigo 170, §1º da Lei das Sociedades por Ações, de modo que tal preço não promova diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia;

(iii) aprovar o aumento do capital social da Companhia, que passará de R\$[●] para R\$ [●], representando, portanto, um aumento de R\$[●], dentro do limite do capital autorizado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, mediante a emissão de [●] Ações, para subscrição pública no âmbito da Oferta, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das S.A., e nos termos do Estatuto Social da Companhia, sendo que as Ações emitidas em virtude do aumento de capital serão objeto de distribuição pública no Brasil, em conformidade com o disposto na Instrução CVM 400, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das ações no exterior. O aumento do capital social será alocado da seguinte forma: [●]% serão destinados ao capital social e [●] serão destinados à formação de reserva de capital, representando portanto, R\$ [●] e R\$ [●], respectivamente;

(iv) outorgar a Opção de Lote Suplementar (conforme definida no Prospecto Preliminar) ao Agente Estabilizador, conferindo à Diretoria poderes para fixar todos os termos e condições relativos ao Lote Suplementar;

(v) aprovar a forma de integralização das Ações, que deverá ser feita à vista, em moeda corrente nacional, e a forma de colocação das Ações, que deverá ser feita em mercado de balcão não-organizado, de acordo com o procedimento descrito no Aviso ao Mercado publicado em 1º de outubro de 2013, nos termos do disposto no artigo 53, da Instrução CVM 400;

(vi) determinar que os titulares das novas Ações emitidas em virtude do aumento de capital, a partir da data de sua emissão, farão *jus* aos mesmos direitos conferidos pelo Estatuto Social da Companhia e pela legislação aplicável às ações existentes, inclusive atribuição de dividendos integrais e outros benefícios que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da publicação do Anúncio de Início;

(vii) aprovar os seguintes documentos relativos à Oferta: (a) minuta do Anúncio de Início, (b) minuta do Anúncio de Encerramento, (c) Boletim de Subscrição, (d) Prospecto Definitivo, (e) Formulário de Referência, e (f) *Final Offering Memorandum*;

(viii) autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos e quaisquer atos necessários, bem como assinar os contratos e outros documentos relacionados, à consecução do aumento de capital da Companhia aprovado nos termos do item (ii) acima; e

(ix) ato contínuo, verificar a subscrição das [●] Ações distribuídas no âmbito da oferta primária, e, conseqüentemente, homologar o novo capital social da Companhia, que passa a ser de R\$ [●], dividido em [●] ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Encerramento e Lavratura da Ata: nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes.

Mesa: (aa) Jonaldo Janguê Bezerra Diniz, Presidente; Nazareno Habib Ouvidor Bichara, Secretário.

Conselheiros Presentes: (aa) Jonaldo Janguê Bezerra Diniz; Hebert Steinberg; Jânio Janguê Bizerra Diniz; Francisco Muniz Barreto; e Flávio César Maia Luz.

Certidão: Certifico que a presente ata é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio da Companhia.

Recife, [•] de [•] de 2013.

Nazareno Habib Ouvidor Bichara
Secretário

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO D Declaração do Coordenador Líder para fins do artigo 56 da Instrução CVM 400.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

BANCO BTG PACTUAL S.A., instituição financeira com escritório na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0002-26, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, por seus diretores estatutários abaixo indicados, na qualidade de instituição intermediária líder ("Coordenador Líder") da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da **Ser Educacional S.A.** ("Ações" e "Companhia"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior, sob a coordenação do Coordenador Líder, do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse"), do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Goldman Sachs") e do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander") e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Credit Suisse e o Goldman Sachs, "Coordenadores da Oferta", sujeita a registro na Comissão de Valores Mobiliários ("Oferta"), vem, pela presente, para tal fim e efeito, apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"):

CONSIDERANDO QUE:

- (i) o Coordenador Líder constituiu assessores legais para auxiliá-lo na implementação da Oferta;
- (ii) em razão da realização da Oferta, está sendo efetuada diligência jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em maio de 2013, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Ser Educacional S.A. ("Prospecto Definitivo");
- (iii) por solicitação do Coordenador Líder, o auditor independente da Companhia, PWC Auditores Independentes, foi contratado para a emissão de uma carta conforto para os Coordenadores da Oferta, conforme os procedimentos previstos nos termos da norma do IBRACON NPA nº 12, de 7 de março de 2006;
- (iv) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (v) além dos documentos a que se refere o item (iv) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos a Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;
- (vi) conforme informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram, para análise do Coordenador Líder e de seus assessores legais, todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações por ela consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e
- (vii) a Companhia, em conjunto com o Coordenador Líder, participou da elaboração do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Ser Educacional S.A. ("Prospecto Preliminar") e participará da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio dos seus assessores legais.

O COORDENADOR LÍDER DECLARA QUE:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (i) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão



fundamentada a respeito da Oferta, (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia, que integram o Prospecto Preliminar e que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são, nas datas de suas respectivas divulgações, suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

- (ii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (iii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

São Paulo, 30 de setembro de 2013.

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Nome:
Cargo:


Jonathan David Bisgaler
Diretor Executivo

Nome:
Cargo:


Guilherme da Costa Paes
Diretor Executivo



ANEXO E Declaração da Companhia para fins do artigo 56 da Instrução CVM 400.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400

SER EDUCACIONAL S.A., companhia de capital autorizado, com sede na cidade de Recife, estado de Pernambuco, na Rua Guilherme Pinto, nº 146, Graças, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.986.320/0001-13, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia"), vem, pela presente, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias ("Ações") de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores ("Oferta"), declarar, em consonância com o disposto no artigo 56, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), o disposto abaixo:



- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição;
- (ii) todas e quaisquer informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são, nas datas de suas respectivas publicações, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) o formulário de referência ("Formulário de Referência") e o prospecto preliminar de oferta pública ("Prospecto Preliminar") contêm e o prospecto definitivo de oferta pública ("Prospecto Definitivo") conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a

serem ofertadas pela Companhia, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para permitir aos investidores um tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

- (iv) o Formulário de Referência e o Prospecto Preliminar foram e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo mas não se limitando à Instrução CVM 400.

São Paulo, 30 de setembro de 2013

SER EDUCACIONAL S.A.

Nome:  Arnaldo Fagundes B. Duarte	Nome:  Marcos Roberto O. Bichara
Cargo: Diretor Presidente	Cargo: CFO

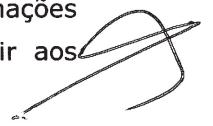
ANEXO F Declarações dos Acionistas Vendedores para fins do artigo 56 da Instrução CVM 400.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400

JOSÉ JANGUIÊ BEZERRA DINIZ, brasileiro, casado, professor, com escritório na cidade de Recife, estado de Pernambuco, na Rua Guilherme Pinto, nº 146, Bairro das Graças, CEP 52011 – 210, portador da cédula de identidade RG sob o nº 2.547.125 SSP-PE e inscrito no CPFMF sob o nº 368.383.574-53 ("Acionista Vendedor"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias ("Ações") de emissão da Ser Educacional S.A. ("Companhia"), realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), vem, pela presente, declarar, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, exclusivamente para os fins do processo de registro da Oferta na CVM, o quanto segue:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição;
- (ii) todas e quaisquer informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são, nas datas de suas respectivas publicações, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) o formulário de referência ("Formulário de Referência") e o prospecto preliminar ("Prospecto Preliminar") contêm e o prospecto definitivo ("Prospecto Definitivo") conterà, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Ações, do Emissor, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para permitir aos



investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

- (iv) o Formulário de Referência e o Prospecto Preliminar foram e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo mas não se limitando à Instrução CVM 400.

Recife, 30 de setembro de 2013.

JOSÉ JANGUIÊ BEZERRA DINIZ

Nome: _____
Cargo: *Acionista Controlador*

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400

JÂNYO JANGUIÊ BEZERRA DINIZ, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 1.169.091-SSP/PB, inscrito no CPF sob o nº 567.918.444-34, com escritório na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Rua Guilherme Pinto, nº 146, no Bairro das Graças, CEP 52011-210 ("Acionista Vendedor"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias ("Ações") de emissão da Ser Educacional S.A. ("Companhia"), realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), vem, pela presente, declarar, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, exclusivamente para os fins do processo de registro da Oferta na CVM, o quanto segue:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição;
- (ii) todas e quaisquer informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são, nas datas de suas respectivas publicações, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) o formulário de referência ("Formulário de Referência") e o prospecto preliminar ("Prospecto Preliminar") contêm e o prospecto definitivo ("Prospecto Definitivo") conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Ações, do Emissor, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para permitir aos

investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

- (iv) o Formulário de Referência e o Prospecto Preliminar foram e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo mas não se limitando à Instrução CVM 400.

São Paulo/SP, 30 de setembro de 2013.


JÂNIO JANGUÊ BEZERRA DINIZ

Nome: *Jânio Janguê B. Diniz*
Cargo: *Diretor Presidente*

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400

POAH ONE ACQUISITION HOLDINGS VII, LLC, sociedade domiciliada no exterior, com sede nos Estados Unidos da América, constituída e existente de acordo com as leis de Delaware, com sede social localizada em 505, 5th Avenue, Nova York, NY 10017, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.549.772/0001-51, neste ato representada na forma de seu ato constitutivo ("Acionista Vendedor"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias ("Ações") de emissão da Ser Educacional S.A. ("Companhia"), realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), vem, pela presente, declarar, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, exclusivamente para os fins do processo de registro da Oferta na CVM, o quanto segue:

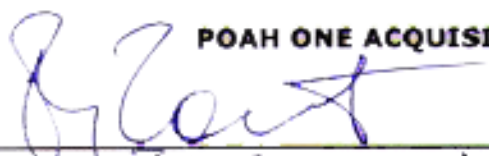
- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição;
- (ii) todas e quaisquer informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são, nas datas de suas respectivas publicações, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) o formulário de referência ("Formulário de Referência") e o prospecto preliminar ("Prospecto Preliminar") contêm e o prospecto definitivo ("Prospecto Definitivo") conterà, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Ações, do Emissor, suas atividades,



situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

- (iv) o Formulário de Referência e o Prospecto Preliminar foram e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo mas não se limitando à Instrução CVM 400.

São Paulo/SP, 30 de setembro de 2013.

 **POAH ONE ACQUISITION HOLDINGS VII, LLC**

Nome: FRANCISCO LUIZ BARRETO Nome:
Cargo: PROMOTOR Cargo:

ANEXO G Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e relatório dos Auditores Independentes.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Ser Educacional S.A.
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2012
e relatório dos auditores independentes



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Ser Educacional S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ser Educacional S.A. ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Ser Educacional S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.



Ser Educacional S.A.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ser Educacional S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ser Educacional S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Conforme descrito na Nota 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.



Ser Educacional S.A.

Reemissão das demonstrações financeiras e relatório de auditoria


Chamamos a atenção para a Nota 2.1 (a) e (b) às demonstrações financeiras, que descrevem as atualizações e reemissões das demonstrações financeiras no contexto do processo de abertura de capital. Emitimos nosso relatório do auditor independente originalmente com data de 9 de maio de 2013 sobre as demonstrações financeiras emitidas anteriormente. Devido à atualização descrita na Nota 2.1 (a), emitimos novo relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras reemitidas em 22 de agosto de 2013. Adicionalmente, conforme descrito na Nota 2.1 (b), a administração promoveu nova atualização e reemissão dessas demonstrações financeiras em virtude dos assuntos também descritos nessa nota. Devido à atualização descrita na Nota 2.1 (b), emitimos esse novo relatório de auditoria sobre essas demonstrações financeiras reemitidas. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desses assuntos.


Outros assuntos

Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recife, 30 de setembro de 2013


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" PE


Marco Aurélio de Castro e Melo
Contador CRC 1SP153070/O-3 "S" PE

Ser Educacional S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011		2012	2011		
Passivo e patrimônio líquido										
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	6	15.479	2.812	17.182	3.387	12	1.759	5.509	3.648	6.241
Títulos e valores mobiliários	6	9.175	9.175	9.175	9.175	13	12.763	8.390	12.763	8.390
Contas a receber de clientes	7	26.236	18.683	47.454	28.667	14	37.897	4.182	38.854	4.603
Tributos a recuperar	8	3.107	3.624	4.425	6.211	15	10.409	8.387	16.585	12.024
Adiantamentos a fornecedores		1.457	3.362	1.945	4.363	8	2.363	2.516	3.835	4.874
Partes relacionadas	23	165	252	171	171	16	981	450	2.016	1.055
Outros ativos		1.365	2.720	2.878	4.571	23	981	865	1.120	978
		47.809	40.628	74.055	56.545		4.726	816	6.573	1.905
							382	1.941	737	2.529
							78.834	34.961	86.131	42.599
Não circulante										
Realizável a longo prazo										
Contas a receber de clientes	7	5.961	7.443	7.695	8.942	14	41.503	46.675	42.542	47.245
Depósitos judiciais					720	16	46.747	47.728	54.981	54.136
Outros ativos		276	51	441	400	13	1.396	1.471	1.396	1.471
						8			78	352
						24	463	173	965	173
Investimentos	9	118.430	78.339							
Intangível	10	3.440	3.358	30.046	25.162					
Imobilizado	11	186.202	142.119	267.054	195.143					
		314.309	231.310	305.236	230.367					
							90.109	96.047	99.962	103.377
Patrimônio líquido										
Atribuído aos acionistas da Controladora										
Capital social							70.971	70.971	70.971	70.971
Reserva de lucros							127.133	77.079	127.133	77.079
Ajustes de avaliação patrimonial							(4.929)	(7.120)	(4.929)	(7.120)
Total do patrimônio líquido							193.175	140.930	193.175	140.930
Participação dos não controladores										
									23	6
Total do passivo e patrimônio líquido		362.118	271.938	379.291	286.912		193.175	140.930	193.198	140.936
							362.118	271.938	379.291	286.912

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ser Educacional S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Receita líquida	18	169.765	122.905	283.285	183.517
Custo	19	(58.461)	(46.624)	(102.187)	(71.816)
Lucro bruto		111.304	76.281	181.098	111.701
Despesas gerais e administrativas	20	(65.875)	(47.719)	(99.106)	(67.112)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(3.085)	1.331	(5.587)	740
Participação nos lucros de controladas	9	31.853	11.414		
Lucro operacional		74.197	41.307	76.405	45.329
Receita financeira	21	6.003	4.789	8.944	6.768
Despesas financeiras	21	(14.777)	(13.966)	(18.362)	(18.813)
Despesas financeiras, líquidas	21	(8.774)	(9.177)	(9.418)	(12.045)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		65.423	32.130	66.987	33.284
Imposto de renda e contribuição social	22	(12.583)	(7.830)	(24.823)	(13.387)
Incentivo fiscal - Prouni	22	11.399	7.253	22.092	11.655
Lucro líquido do exercício		64.239	31.553	64.256	31.552
Atribuível a					
Acionistas da Controladora				64.239	31.553
Participação dos não controladores				17	(1)
				64.256	31.552
Média ponderada das ações no final do exercício (em milhares)*				107.515	107.515
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Controladora durante o exercício (expresso em R\$ por ação)				0,60	0,29

* Vide Nota 17 (a)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ser Educacional S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido Em milhares de reais

Nota Explicativa	Atribuível aos acionistas da controladora										Participação dos não controladores	Total	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Gastos com emissões de ações	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros				Dividendos propostos	Lucros acumulados	Total			
				Incentivos fiscais	Legal	Retenção	1,720						
Em 01 de janeiro de 2011	71.837	(866)	(9.311)	34.836	3.271	14.336	1.720	115.823	7	115.830		115.830	
Lucro líquido do exercício								31.553		31.553	(1)	31.552	
Constituição da reserva de incentivo fiscal								(7.390)		(7.390)		-	
Constituição da reserva legal					1.578			(1.578)		(1.578)		-	
Dividendo mínimo obrigatório								(4.580)		(4.580)		(4.580)	
Dividendos propostos							283	(283)				-	
Distribuição de dividendos							(1.866)	(1.866)		(1.866)		(1.866)	
Constituição da reserva de retenção de lucros						15.531		(15.531)				-	
Realização do ajuste do custo atribuído ("deemed cost")			2.191					(2.191)				-	
Em 31 de dezembro de 2011	71.837	(866)	(7.120)	42.226	4.849	29.867	137	140.930	6	140.936		140.936	
Lucro líquido do exercício								64.239		64.239	17	64.256	
Constituição da reserva de incentivo fiscal								(11.399)		(11.399)		-	
Constituição da reserva legal					3.212			(3.212)		(3.212)		-	
Dividendo mínimo obrigatório								(9.734)		(9.734)		(9.734)	
Dividendos propostos							2.123	(2.123)				-	
Distribuição de dividendos							(2.260)	(2.260)		(2.260)		(2.260)	
Constituição da reserva de retenção de lucros						35.580		(35.580)				-	
Realização do ajuste do custo atribuído ("deemed cost")			2.191					(2.191)				-	
Em 31 de dezembro de 2012	71.837	(866)	(4.929)	53.625	8.061	65.447	-	193.175	23	193.198		193.198	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ser Educacional S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	65.423	32.130	66.987	33.284
Ajustes de				
Depreciação e amortização	10 e 11	9.233	8.586	13.453
Provisão para contingências		312	814	
Resultado de equivalência patrimonial	9	(31.853)	(11.414)	
Constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa	7 (d)	9.731	3.330	15.566
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	21	13.219	12.286	14.688
		66.065	44.918	111.508
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes		(15.802)	(13.940)	(33.043)
Tributos a recuperar		517	(166)	1.784
Adiantamentos a fornecedores		1.905		2.354
Outros ativos		1.130	(4.295)	1.852
Fornecedores		(3.750)	4.251	(2.733)
Salários e encargos sociais		2.022	570	4.280
Tributos a recolher		378	(513)	(440)
Imposto de renda e contribuição social a recolher				
Outros passivos		(1.581)	1.947	(1.810)
				1.910
Caixa gerado nas operações				
Juros pagos de empréstimos		(8.208)	(8.112)	(9.610)
Imposto de renda e contribuição social pago		(1.184)	(577)	(2.731)
				(1.732)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		41.492	24.083	71.411
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Títulos e valores mobiliários	6	9.175	(9.175)	9.175
Adições ao Investimento		(22.578)	(25.032)	
Distribuição de lucros das investidas	9		5.322	
Adições ao imobilizado		(47.914)	(37.490)	(77.797)
Adições ao intangível		(1.590)	(2.272)	(2.213)
Aquisição de controladas, líquido do caixa obtido na aquisição	26			(2.124)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(62.907)	(68.647)	(72.959)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	14	25.169	35.000	25.175
Amortização de empréstimos e financiamentos	14	(1.433)	(1.881)	(1.508)
Amortização de arrendamentos mercantis	16	(865)	(654)	(996)
Partes relacionadas	23	18.537	18.495	(2)
Dividendos pagos aos acionistas da companhia	17 (f)	(7.326)	(5.331)	(7.326)
				(5.331)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos		34.082	45.629	15.343
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		12.667	1.065	13.795
Caixa e equivalentes a caixa		12.667	1.065	13.795
No início do exercício		2.812	1.747	3.387
No final do exercício		15.479	2.812	17.182

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ser Educacional S.A.

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Receitas					
Receita de Serviços	18	208.565	153.948	342.030	227.820
Provisão e perda efetiva para crédito de liquidação duvidosa	20	(9.731)	(3.330)	(16.898)	(6.741)
Deduções da Receita	18	(38.800)	(31.043)	(58.745)	(44.303)
		160.034	119.575	266.387	176.776
Insumos adquiridos de terceiros					
Serviços prestados por PF e PJ	19 e 20	(11.225)	(8.744)	(14.485)	(11.116)
Energia elétrica, água e telefone	19 e 20	(4.736)	(3.863)	(8.968)	(6.259)
Publicidade e propaganda	20	(10.182)	(6.536)	(19.637)	(12.041)
Materiais de expediente	20	(3.152)	(2.243)	(4.070)	(2.832)
Outros		(7.565)	(1.448)	(12.316)	(3.183)
		(36.860)	(22.834)	(59.476)	(35.431)
Valor adicionado bruto		123.174	96.741	206.911	141.345
Depreciação e amortização	19 e 20	(9.233)	(8.586)	(13.453)	(11.310)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		113.941	88.155	193.458	130.035
Receitas financeiras	21	6.003	4.789	8.944	6.768
Participação no lucro de controladas	9	31.853	11.414	-	-
Valor adicionado total a distribuir		151.797	104.358	202.402	136.803
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos sociais	19 e 20	(62.221)	(51.000)	(102.141)	(74.900)
Impostos, Taxas e Contribuições		(2.346)	(1.907)	(4.510)	(3.296)
Tributos Federais		(1.184)	(577)	(2.731)	(1.732)
Tributos Municipais		(1.162)	(1.330)	(1.779)	(1.564)
Remuneração de capitais de terceiros		(22.991)	(19.898)	(31.495)	(27.035)
Despesas financeiras	21	(14.777)	(13.966)	(18.362)	(18.813)
Aluguéis	20	(8.214)	(5.932)	(13.133)	(8.222)
Dívidenos		(13.899)	(5.331)	(13.899)	(5.351)
Lucro Líquido do Exercício		(50.340)	(26.222)	(50.357)	(26.221)
Valor adicionado distribuído		(151.797)	(104.358)	(202.402)	(136.803)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

1 Informações gerais

A Ser Educacional S.A. (“Companhia”) e suas controladas (conjuntamente, “Grupo”) tem como atividades preponderantes o desenvolvimento e administração de atividades nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e outras áreas associadas à educação e a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades simples ou empresárias, no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia era uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Recife, Estado de Pernambuco, com registro arquivado na Junta Comercial do Estado de Pernambuco.

O Grupo possui treze empresas, sendo onze mantenedoras de instituição de ensino superior, constituídas sob a forma de sociedades empresárias de responsabilidade limitada e, reúne um Centro Universitário e quatorze faculdades, distribuídas em dez Estados do país.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 30 de setembro de 2013.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além dos lucros líquidos dos exercícios apresentados, razão pela qual a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

(a) Reapresentação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram preparadas para o processo de abertura de capital junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A reapresentação contempla as exigências de divulgação feitas pela CVM em relação às companhias de capital aberto. As demonstrações financeiras foram emitidas originalmente em 9 de maio de 2013 e foram reemitidas em 22 de agosto de 2013.

(b) Ajustes adicionais às demonstrações financeiras

A administração efetuou nova alteração e está reapresentando essas demonstrações financeiras para incluir determinadas informações descritivas nas notas 4, 7, 16 e 23. Essas divulgações referem-se, substancialmente, a complementos e cruzamentos de informações entre notas explicativas das

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

demonstrações financeiras, com o objetivo de melhor detalhar e esclarecer aspectos qualitativos de divulgação nas referidas notas explicativas.

Devido às alterações descritas nas notas explicativas, como descrito acima, rerepresentamos estas demonstrações financeiras conforme aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de setembro de 2013.

(c) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

(d) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. No caso da Companhia, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes sociedades controladas, cuja participação é assim resumida:

	Diretas %	
	2012	2011
Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda. - ABES	99,99	99,99
Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. - ADE	99,99	99,99
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	99,99	99,99
Instituto Campinense de Ensino Superior - ICES	99,99	99,99
Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda. - CETEBA	99,99	99,99
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	99,99	99,99
Centro Nacional de Ensino Superior - CENESUP	99,99	99,99
FMN Clínica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutri	99,99	99,99
Educred - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	99,99	99,99
Centro de Educação Continuada Mauricio de Nassau Ltda.	99,99	99,99
Sociedade de Ensino e Pesquisa de Sergipe - SESPS	99,99	*
Universo Professores Associados - FAUNI	99,99	*

(*) Controladas adquiridas em 2012

O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as eliminações das operações realizadas entre as empresas consolidadas.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, as contas bancárias e outros investimentos de curto prazo com alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com baixo risco de mudança no valor, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

2.4.2 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

2.4.3 Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa".

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a totalidade dos títulos e valores mobiliários da Companhia classificam-se como empréstimos e recebíveis.

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços arrecadados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*).

2.6 Provisão para crédito de liquidação duvidosa

É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos. É calculada pela administração quando existe evidência objetiva de perda, considerando o fluxo de caixa esperado, descontado pela taxa efetiva de juros.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.7 Investimentos em controladas (aplicável somente para as demonstrações financeiras individuais)

Os investimentos em empresas controladas, nas demonstrações financeiras da controladora, estão registrados pelo método da equivalência patrimonial.

A participação societária em controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada. Nas demonstrações contábeis individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura - *goodwill* é apresentado no investimento.

2.8 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" no consolidado. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

(b) Carteira de alunos

As relações contratuais com alunos, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período esperado da relação com o aluno.

(c) Licenças e implantações de *softwares*

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

(d) Licenças de operação

As licenças de operação são capitalizadas com base nos gastos incorridos junto ao Ministério de Educação referentes à autorização e ao reconhecimento dos cursos oferecidos, assim como credenciamento das Unidades. As licenças têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período de vigência das licenças obtidas junto ao Ministério da Educação.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Conteúdo Digital

O Conteúdo Digital é capitalizado com base nos custos incorridos para adquirir direitos de uso de conteúdos digitais a serem utilizados na prestação de serviço da Companhia. Esses custos são amortizados durante o prazo do contrato.

(f) Convênios

Os convênios são capitalizados com base nos custos incorridos para firmar contratos, junto a empresas parceiras, que confirmam aos alunos do Grupo o direito de exercer as atividades de graduação complementares, necessárias para sua formação acadêmica. Esses custos são amortizados durante o prazo dos referidos contrato.

2.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo menos depreciação acumulada e perda para *impairment*. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do período em que o ativo for baixado.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.10 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio e marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de indicador de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a Unidade Geradora de Caixa. O valor líquido de venda é determinado com base em contrato de venda entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.11 Fornecedores e compromissos a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e os compromissos a pagar são obrigações decorrentes da aquisição de imóveis e dos saldos a pagar oriundos de combinações de negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar a fornecedores e os compromissos a pagar são apresentados como passivo não circulante.

As contas a pagar aos fornecedores e os compromissos a pagar são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado.

2.12 Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil que transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo, são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro, e sob estes contratos os ativos são reconhecidos inicialmente pelo menor valor entre o valor justo e pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato em contrapartida de um passivo financeiro, reconhecido pelo valor presente dos pagamentos do contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método de custo amortizado e considerando a taxa efetiva de juros do contrato.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.14 Provisões

As provisões para contingências (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

2.15 Tributação

(a) Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) PIS e COFINS

Para as receitas das atividades de ensino, com exceção das atividades de graduação das unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos "PROUNI", incidem o Programa de Integração Social "PIS" e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social "COFINS" nas alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incidem o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%.

As atividades de graduação nas unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos "PROUNI" são isentas do Programa de Integração Social "PIS" e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social "COFINS".

(c) PROUNI

As unidades que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- Imposto de Renda de Pessoa Jurídica "IRPJ" e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido "CSLL", instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991; e,
- PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

As isenções acima mencionadas são originalmente calculadas sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica.

(d) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.16 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33).

2.17 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.18 Reconhecimento da receita, custos e despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

(a) Receita de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de ensino superior, pós-graduação, cursos livres e atividades educacionais correlatas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço.

As mensalidades dos cursos e seus respectivos descontos variam de acordo com o curso, a unidade ou o termo acadêmico. As receitas são geradas com base em contratos de preço fixo, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação do serviço. Os recebimentos antecipados de matrícula e mensalidades são registrados como "Adiantamentos de clientes" e reconhecidos no mês de competência da prestação dos serviços.

(b) Receitas e despesas financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

2.19 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do período, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.20 Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada em uma única Unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.21 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.
- IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas", incluída como alteração ao texto do CPC 36(R3) - "Demonstrações Consolidadas". Apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O Grupo avaliou que sua adoção não trará impacto às suas demonstrações financeiras.
- IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", considerada em um novo pronunciamento CPC 45 - "Divulgação de Participações em Outras Entidades". Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.
- IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitida em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo". O objetivo da norma IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Passivos contingentes

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo dos passivos contingentes consolidado é de R\$ 965 (2011 - R\$ 173). Vide Nota 24.

(b) Perda (*impairment*) do ágio

Anualmente, o Grupo testa perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.10. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

Se a taxa de desconto estimada antes do imposto aplicada aos fluxos de caixa para as UGCs fossem 1% maior que as estimativas da administração, a Companhia continuaria sem a necessidade do reconhecimento de perda (*impairment*) do ágio.

(c) Alocação de valor justo nas combinações de negócios

A Companhia efetua análises nas datas das combinações de negócios dos ativos e passivos identificáveis, nos termos do CPC 15 (Combinação de negócios) e identifica os itens de ativos e passivos a serem registrados. Nesse contexto, utiliza-se de julgamentos para identificar os ativos intangíveis adquiridos, bem como passivos contingentes assumidos. Estimativas são utilizadas para determinação dos valores justos dos ativos e passivos da combinação e também do ágio residual. (vide comentários na Nota 26).

3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

(a) Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 31.190, por conta, principalmente, do reconhecimento de dívida do empréstimo de curto prazo no valor de R\$ 25.000 contratado junto ao banco Santander para execução de seus investimentos e cumprimento de outras obrigações.

Dando continuidade aos objetivos estratégicos a Companhia repactuou o empréstimo de R\$ 25.000 em 2013, também junto ao banco Santander, no valor de R\$ 50.000, com carência de 24 meses.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo. A tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as Unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas.

(a) Risco de mercado

(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de longo prazo.

O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São avaliados cenários, levando em consideração refinanciamento e renovação de posições existentes. Com base nessa avaliação, o Grupo monitora o risco de variação significativa na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A política de vendas da Companhia e de suas controladas está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios. A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. No segmento de ensino superior presencial para os alunos contemplados pelo Programa de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior - FIES, a Companhia tem parte substancial dos créditos garantidos pelo Programa. A Companhia mantém registrado provisão para créditos de liquidação duvidosa para fazer face ao risco de crédito, incluindo os potenciais riscos de inadimplência da parcela não garantida dos alunos beneficiados pelo FIES. Essa análise de crédito avalia a qualidade do crédito dos alunos levando em consideração o histórico de pagamentos, prazo do relacionamento com a instituição, análise de crédito (SPC e Serasa).

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado, conforme Nota 7 (d) que demonstra também a movimentação da provisão para devedores duvidosos no período.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas, atuam de acordo com sua política financeira, onde os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários encontram-se com instituições financeiras com risco de crédito BBB de acordo com agência de crédito Standard & Poor's, Fitch e Moody's.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Risco de liquidez

É o risco de não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2012				
Dividendos a pagar	6.573			
Empréstimos e financiamentos	39.531	14.043	27.843	2.085
Arrendamento Mercantil	6.967	6.967	20.901	76.835
Fornecedores	1.759			
Compromisso a pagar	12.763	1.396		
Em 31 de dezembro de 2011				
Dividendos a pagar	1.905			
Empréstimos e financiamentos	5.901	11.572	33.494	5.388
Arrendamento Mercantil	6.967	6.967	20.901	83.802
Fornecedores	5.460			
Compromisso a pagar	8.390	1.471		
	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2012				
Dividendos a pagar	6.573			
Empréstimos e financiamentos	40.710	14.923	28.109	2.085
Arrendamento Mercantil	8.287	8.287	24.861	91.320
Fornecedores	3.648			
Compromisso a pagar	12.763	1.396		
Em 31 de dezembro de 2011				
Dividendos a pagar	1.905			
Empréstimos e financiamentos	6.436	12.035	33.666	5.388
Arrendamento Mercantil	7.987	7.987	23.861	95.232
Fornecedores	6.241			
Compromisso a pagar	8.390	1.471		

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2012, o Grupo contratou empréstimo de capital de giro no valor de R\$ 25.000 visando financiar seu crescimento. Dando continuidade aos objetivos estratégicos, a administração adotou medidas para suprir a insuficiência de capital de giro através de aquisição de financiamento de longo prazo, em 2013, também junto ao banco Santander, no valor de R\$ 50.000.

Esse empréstimo tem carência de 24 meses e a amortização do seu principal terá início somente em 2015.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2012	2011
Total de empréstimos e financiamentos bancários (Nota 14)	81.396	51.848
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(17.182)	(3.387)
Menos: Títulos e valores mobiliários		(9.175)
Dívida líquida	<u>64.214</u>	<u>39.286</u>
Total do patrimônio líquido	<u>193.198</u>	<u>140.936</u>
Total do patrimônio líquido e dívida líquida	<u>257.412</u>	<u>180.222</u>
Índice de alavancagem financeira	25%	22%

4.3 – Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros do Grupo são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações do Grupo estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros. As aplicações com CDI estão registrados a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2012, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base na última taxa básica de juros determinada pelo BACEN na reunião do Comitê de Política Monetária em 28 de novembro de 2012 (7,25% a.a), utilizou-se esta taxa como cenário provável para o ano. A partir desta, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2012, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Cenário Elevação do CDI e TJLP				
Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações Financeiras	CDI	7,25%	9,06%	10,88%
12.563		911	1.139	1.366
Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Capital de Giro	CDI	7,25%	9,06%	10,88%
(67.923)		(4.924)	(6.156)	(7.387)
Finame	TJLP	5,50%	6,88%	8,25%
(5.979)		(329)	(411)	(493)
Posição Líquida		(4.342)	(5.428)	(6.514)

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cenário Queda do CDI e TJLP				
Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações Financeiras 12.563	CDI	7,25% 911	5,44% 683	3,63% 455
Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Capital de Giro (67.923)	CDI	7,25% (4.924)	5,44% (3.693)	3,63% (2.462)
Finame (5.979)	TJLP	5,50% (329)	4,13% (247)	2,75% (164)
Posição Líquida		(4.342)	(3.257)	(2.171)

5 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Controladora

	2012	2011
Empréstimos e recebíveis		
Numerários em caixa e bancos	2.922	214
Aplicações financeiras	12.557	2.598
Títulos e valores mobiliários		9.175
Contas a receber de clientes	32.197	26.126
Partes relacionadas	165	252
	47.841	38.365
Outros passivos financeiros registrados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	79.400	50.857
Arrendamento Mercantil	47.728	48.593
Partes relacionadas	4.726	816
Fornecedores	1.759	5.509
Dividendos a pagar	6.573	1.905
Compromissos a pagar	14.159	9.861
	154.345	117.541

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Consolidado

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Empréstimos e recebíveis		
Numerários em caixa e bancos	4.619	789
Aplicações financeiras	12.563	2.598
Títulos e valores mobiliários		9.175
Contas a receber de clientes	55.149	37.609
Depósitos judiciais		720
Partes relacionadas	171	171
	<u>72.502</u>	<u>51.062</u>
Outros passivos financeiros registrados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	81.396	51.848
Arrendamento Mercantil	56.101	55.114
Fornecedores	3.648	6.241
Dividendos a pagar	6.573	1.905
Compromissos a pagar	14.159	9.861
	<u>161.877</u>	<u>124.969</u>

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia se aproximam dos seus valores justos.

6 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Numerários em caixa	39	35	189	49
Bancos - conta corrente	2.883	179	4.430	740
Aplicações financeiras	12.557	2.598	12.563	2.598
Caixa e equivalentes de caixa (a)	<u>15.479</u>	<u>2.812</u>	<u>17.182</u>	<u>3.387</u>
Debêntures de Instituições Financeiras		9.175		9.175
Títulos e valores mobiliários (b)		9.175		9.175
Total	<u>15.479</u>	<u>11.987</u>	<u>17.182</u>	<u>12.562</u>

- (a) O Caixa e equivalentes de caixa consiste em numerário disponível na Companhia, saldos mantidos em bancos e aplicações financeiras de curto prazo – com vencimento não superior a 90 dias, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (b) As operações compromissadas do banco Santander são lastreadas por debêntures de primeira linha e estão registradas ao seu valor justo, remuneradas a taxa de 103,50% do CDI.

7 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Mensalidades de alunos (a)	28.912	21.583	50.770	36.284
FIES a Receber (c)	4.866	2.735	12.117	4.992
Acordos a receber (b)	13.601	10.181	20.615	15.376
Creditos educativos a receber (c)	10.024	7.443	13.882	8.942
Outros	1.737	1.396	3.426	2.110
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (d)	(26.943)	(17.212)	(45.661)	(30.095)
	<u>32.197</u>	<u>26.126</u>	<u>55.149</u>	<u>37.609</u>
(-) Circulante	<u>(26.236)</u>	<u>(18.683)</u>	<u>(47.454)</u>	<u>(28.667)</u>
Não circulante	<u>5.961</u>	<u>7.443</u>	<u>7.695</u>	<u>8.942</u>

(a) Mensalidades de alunos

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a análise do vencimento dos saldos de mensalidades de alunos é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Vencidas até 30 dias	2.834	1.773	5.158	3.080
Vencidas de 31 a 60 dias	2.218	1.417	4.052	2.455
Vencidas de 61 a 90 dias	2.437	1.256	4.415	2.178
Vencidas de 91 a 179 dias	3.312	2.317	5.858	4.189
Vencidas há mais de 180 dias	19.121	16.214	33.601	26.990
Créditos a identificar	(1.010)	(1.394)	(2.314)	(2.608)
	<u>28.912</u>	<u>21.583</u>	<u>50.770</u>	<u>36.284</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Acordos a receber

A administração da Companhia mantém critérios rígidos que não permitem rolagem de dívida de um semestre para o outro. A Companhia oferece toda forma e meios de pagamento ao aluno, porém considera seus respectivos limites de crédito, e se necessário, solicita a presença de fiador para o crédito concedido. Os acordos a receber de alunos referem-se a renegociações dos alunos inadimplentes da Companhia. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a análise do vencimento dos saldos de acordos a receber é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
A vencer	2.056	578	3.378	2.065
Vencidas até 30 dias	850	567	1.377	855
Vencidas de 31 a 60 dias	741	937	1.205	1.225
Vencidas de 61 a 90 dias	751	1.443	1.232	1.733
Vencidas de 91 a 179 dias	1.598	699	2.525	1.095
Vencidas há mais de 180 dias	7.605	5.957	10.898	8.403
	<u>13.601</u>	<u>10.181</u>	<u>20.615</u>	<u>15.376</u>

(c) Créditos educativos a receber e FIES a receber

Os créditos educativos a receber - Sistema FIES, estão representados pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal - CEF e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF e pelo Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários) dos funcionários da Companhia, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional.

Outros créditos educativos a receber estão representados pelos créditos educacionais do Fundaplub (Fundação Aplub de Crédito Educativo) e Educured, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos e aprovados pela Companhia, e estão registrados a valor presente. Tais recursos financeiros serão repassados à Companhia e suas controladas após a formatura dos respectivos alunos.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Crédito educativo a receber				
Fundaplub e Educured	10.024	7.443	13.882	8.942
	<u>10.024</u>	<u>7.443</u>	<u>13.882</u>	<u>8.942</u>
(-) Circulante	(4.063)		(6.187)	
Não circulante	5.961	7.443	7.695	8.942
	<u>5.961</u>	<u>7.443</u>	<u>7.695</u>	<u>8.942</u>
FIES a receber				
FIES a Receber	4.866	2.735	12.117	4.992
	<u>4.866</u>	<u>2.735</u>	<u>12.117</u>	<u>4.992</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber, considerando evidências objetivas de perda incorrida. A evidência objetiva de perda é observada na análise dos percentuais históricos (índices) de recuperação de valores abertos, considerando o período de maturação na carteira de clientes, bem como as expectativas de renegociações com os alunos ao longo dos semestres e nos períodos de rematrícula.

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os valores gerados no âmbito do FIES de acordo com as estimativas de perda associadas aos alunos contemplados pelo Programa. A Companhia é responsável por uma parcela de uma eventual inadimplência do aluno com o FNDE de acordo com a modalidade do contrato celebrado. Foi constituída uma provisão de 2,25% (2011 – zero) das operações ocorridas do exercício, considerando as premissas de 15% (2011 – zero) do risco de crédito sobre 15% (2011 – zero) de inadimplência.

Em adição a política supramencionada a Companhia realiza uma análise individual do contas a receber, onde não foram observados itens sujeitos a não recuperabilidade.

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
No início do exercício	17.212	13.882	30.095	23.354
Baixa de créditos incobráveis			(1.332)	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa de contas a receber	9.731	3.330	16.898	6.741
No final do exercício	26.943	17.212	45.661	30.095

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, encontram-se vencidas, mas não *impaired* os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Vencidas até 30 dias	3.807	2.340	6.773	3.935
Vencidas de 31 a 60 dias	3.061	2.354	5.462	3.680
Vencidas de 61 a 90 dias	3.289	2.699	5.845	3.911
Vencidas de 91 a 179 dias	5.124	3.016	8.877	5.284
Vencidas há mais de 180 dias		3.565		2.690
	15.281	13.974	26.957	19.500

Essas contas referem-se a uma série de alunos independentes o qual os índices de inadimplência históricos da Companhia não indicam a necessidade de se constituir uma provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Tributos a recuperar e a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Tributos a recuperar				
Imposto de renda sobre aplicação financeira		26		26
Imposto de renda e contribuição social a compensar	2.287	2.600	2.980	3.434
Imposto sobre serviço - ISS			387	
Pis e cofins a compensar	20	144	54	144
IOF a recuperar		517		564
Proeduc				1.331
INSS a recuperar	504		504	
Outros	296	337	500	712
	<u>3.107</u>	<u>3.624</u>	<u>4.425</u>	<u>6.211</u>
	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Tributos a recolher				
Imposto sobre serviço - ISS	985	1.048	1.567	1.799
PIS e COFINS	79	213	165	265
Imposto sobre operações financeiras - IOF		990		1.886
Imposto de renda retido na fonte	299	265	646	117
INSS	787		787	341
INSS parcelado			160	
ISS parcelado			100	
IPTU a recolher	80		143	
Outros	133		345	818
	<u>2.363</u>	<u>2.516</u>	<u>3.913</u>	<u>5.226</u>

9 Investimentos

(a) Composição do saldo (Controladora)

	Controladora	
	2012	2011
Investimentos em empresas controladas	118.430	78.339
	<u>118.430</u>	<u>78.339</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação do saldo de investimento em empresas controladas (Controladora)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
No início do exercício	78.339	50.712
Adiantamento para futuro aumento de capital social em subsidiárias	19.384	20.939
Aumento de capital		4.093
Distribuição de lucros de subsidiárias	(14.513)	(5.322)
Participação nos lucros de subsidiárias	31.853	11.414
Reversão (constituição) da provisão para perdas	78	(3.909)
Aquisição de controladas	3.394	
Outras variações no patrimônio das subsidiárias	(105)	412
No final do exercício	<u>118.430</u>	<u>78.339</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Participação (Controladora)

	Participação	Resultado do Exercício		Patrimônio Líquido	Equivalência Patrimonial	Valor do Investimento		Goodwill
		Exercício	Exercício			31/12/2012	31/12/2012	
Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda. - CETEBA	99,99	1.737	3.016	1.737	3.016	4.140		
FMN Clínica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.	99,99	5	61	5	61			
Centro Nacional de Ensino Superior - CENESUP	99,99	9.286	29.460	9.286	29.460			
Educred - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	99,99	190	917	190	917			
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	99,99	4.297	9.002	4.297	9.002	4.362		
Instituto Campinense de Ensino Superior - ICES	99,99	9.208	11.909	9.208	11.909			
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	99,99	1.326	198	1.316	198			
Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. - ADEA	99,99	8.770	22.072	8.770	22.063	5.125		
Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda. - ABES	99,99	(424)	13.882	(424)	13.872	8.405		
Centro de Educação Continuada Maurício de Nassau Ltda.	99,99	1.160	330	1.159	330			
Sociedade de Ensino e Pesquisa de Sergipe - SESPS	99,99	(2.579)	995	(2.579)	1.462	1.043		
Universo Professores Associados - FAUNI	99,99	(1.112)	845	(1.112)	2.106	959		
Total		31.864	92.687	31.853	94.396	24.034		

	Participação	Resultado do Exercício		Patrimônio Líquido	Equivalência Patrimonial	Valor do Investimento		Goodwill
		Exercício	Exercício			31/12/2011	31/12/2011	
Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda. - CETEBA	99,99	(302)	1.279	(302)	1.261	3.847		
FMN Clínica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.	99,99	(17)	(18)	(18)				
Centro Nacional de Ensino Superior - CENESUP	99,99	5.811	25.844	5.812	25.842			
Educred - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	99,99	285	718	283	717			
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	99,99	(1.687)	4.705	(1.687)	4.705	4.362		
Instituto Campinense de Ensino Superior - ICES	99,99	2.145	9.589	2.145	9.589			
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	99,99	1.756	175	1.757				
Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. - ADEA	99,99	5.486	9.582	5.489	9.581	5.125		
Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda. - ABES	99,99	(3.073)	5.500	(3.072)	5.500	7.810		
Centro de Educação Continuada Maurício de Nassau Ltda.	99,99	1.008		1.007				
Total		11.412	57.199	11.414	57.195	21.144		

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10	Intangível											
(a)	Controladora	Marcas e patentes	Licenças e implantações de software	Licenças de operação	Convênios	Carteira de alunos	Conteúdo Digital	Total				
	Em 31 de dezembro 2011											
	Saldo inicial	262	1.145	344	578			2.329				
	Aquisições	59	789	289	125	828		2.090				
	Amortização		(427)	(293)	(203)	(138)		(1.061)				
	Saldo contábil, líquido	321	1.507	340	500	690		3.358				
	Em 31 de dezembro 2011											
	Custo	321	2.855	633	790	828		5.427				
	Amortização acumulada		(1.348)	(293)	(290)	(138)		(2.069)				
	Saldo contábil, líquido	321	1.507	340	500	690		3.358				
	Em 31 de dezembro 2012											
	Saldo inicial	321	1.507	340	500	690		3.358				
	Aquisições		1.124	277	17		172	1.590				
	Amortização		(685)	(275)	(199)	(331)	(18)	(1.508)				
	Saldo contábil, líquido	321	1.946	342	318	359	154	3.440				
	Em 31 de dezembro 2012											
	Custo	321	3.979	910	807	828	172	7.017				
	Amortização acumulada		(2.033)	(568)	(489)	(469)	(18)	(3.577)				
	Saldo contábil, líquido	321	1.946	342	318	359	154	3.440				
	Taxas anuais médias de amortização %		20	33	25	25	20					

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Consolidado

	Marcas e patentes	Licenças e implantações de software	Licenças de operação	Convênios	Carteira de alunos	Conteúdo Digital	Goodwill	Intangíveis identificados em aquisições	Total
Em 31 de dezembro 2011									
Saldo inicial	390	1.233	591	578			20.963		23.755
Aquisições	59	797	716	125	828		181		2.706
Amortização		(461)	(497)	(203)	(138)				(1.299)
Saldo contábil, líquido	449	1.569	810	500	690		21.144		25.162
Em 31 de dezembro 2011									
Custo	449	3.174	1.307	790	828		21.144		27.692
Amortização acumulada		(1.605)	(497)	(290)	(138)				(2.530)
Saldo contábil, líquido	449	1.569	810	500	690		21.144		25.162
Em 31 de dezembro 2012									
Saldo inicial	449	1.569	810	500	690		21.144		25.162
Aquisições		1.195	829	17		172	2.890	1.728	6.831
Baixas	(120)								(120)
Amortização		(729)	(550)	(199)	(331)	(18)			(1.827)
Saldo contábil, líquido	329	2.035	1.089	318	359	154	24.034	1.728	30.046
Em 31 de dezembro 2012									
Custo	329	4.368	2.136	807	828	172	24.034	1.728	34.402
Amortização acumulada		(2.333)	(1.047)	(489)	(469)	(18)			(4.356)
Saldo contábil, líquido	329	2.035	1.089	318	359	154	24.034	1.728	30.046
Taxas anuais médias de amortização %		20	33	25	25	20			

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Goodwill

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o *goodwill* apurado nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
ABES (ii)	8.405	7.517
CETEBA (i)	4.140	4.140
SECARGO (i)	4.362	4.362
ADEA (i)	5.125	5.125
SESPS (iii)	1.043	
FAUNI (iii)	959	
	<u>24.034</u>	<u>21.144</u>

(i) Refere-se ao ágio gerado em combinação de negócios, fundamentado em expectativa de rentabilidade futura

(ii) O aumento do saldo em R\$ 888 refere-se ao pagamento adicional aos antigos mantenedores das empresas decorrente de retenção, efetuada à época da transação, para pagamento de contingências adicionais, as quais não se realizaram.

(iii) Referem-se às aquisições da SESPS e FAUNI ocorridas no exercício de 2012. Vide Nota 26.

(d) Intangíveis identificados

Em 31 de dezembro de 2012, os intangíveis identificados apurados nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	<u>2012</u>	
	<u>Licenças de cursos (i)</u>	<u>Total</u>
SESPS	467	467
FAUNI	1.261	1.261
	<u>1.728</u>	<u>1.728</u>

(i) As licenças de cursos adquiridas através de combinação de negócios foram registradas inicialmente pelo seu valor justo. Esses ativos intangíveis identificados em aquisições possuem vida útil indefinida e estão sujeitos a testes anuais de recuperabilidade.

(e) Perda (*impairment*) do *goodwill* e intangíveis com vida útil indefinida

O *goodwill* e intangíveis identificados com vida útil indefinida são alocados às Unidades Geradoras de Caixa (UGC), identificadas de acordo com as respectivas Unidades.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos, usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a UGC atua.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Margem bruta (a)	70%	70%
Taxa de crescimento (b)	3%	3%
Taxa de desconto (c)	12,3%	12,3%

(a) Margem bruta orçada

(b) Taxa de crescimento média ponderada, usada para extrapolar os fluxos de caixa após o período orçado.

(c) Taxa de desconto antes dos impostos, aplicada às projeções do fluxo de caixa, baseada no custo médio ponderado do capital (CAPM), baseado nas médias de mercado.

A administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. A taxa de desconto utilizada corresponde à taxa antes dos impostos e reflete riscos específicos do negócio. O teste de recuperação dos ativos, efetuado em 31 de dezembro de 2012, não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Computador	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Aeronaves	Móveis e utensílios	Livros	Terrenos	Total em operações	Obras em andamento	Imobilizado total
Em 31 de dezembro 2011											
Saldo inicial	864	55.630	3.476	352	11.036	1.781	4.076	10.300	87.515	19.567	107.082
Aquisições	1.139	1.402	835	116		489	745	28.294	33.020	9.767	42.787
Alienações				(225)					(225)		(225)
Depreciação	(147)	(4.256)	(675)	(155)	(821)	(212)	(1.259)		(7.525)		(7.525)
Saldo contábil, líquido	1.856	52.776	3.636	88	10.215	2.058	3.562	38.594	112.785	29.334	142.119
Em 31 de dezembro 2012											
Custo	2.287	69.306	5.165	258	12.304	2.952	7.672	38.594	138.538	29.334	167.872
Depreciação acumulada	(431)	(16.530)	(1.529)	(170)	(2.089)	(894)	(4.110)		(25.753)		(25.753)
Saldo contábil, líquido	1.856	52.776	3.636	88	10.215	2.058	3.562	38.594	112.785	29.334	142.119
Em 31 de dezembro 2012											
Saldo inicial	1.856	52.776	3.636	88	10.215	2.058	3.562	38.594	112.785	29.334	142.119
Aquisições	2.500	25.404	2.556	166	124	688	1.852	43	33.333	18.475	51.808
Transferências		13.062							13.062	(13.062)	
Depreciação	(954)	(3.621)	(978)	(144)	(825)	(321)	(882)		(7.725)		(7.725)
Saldo contábil, líquido	3.402	87.621	5.214	110	9.514	2.425	4.532	38.637	151.455	34.747	186.202
Em 31 de dezembro 2012											
Custo	4.787	107.772	7.721	424	12.428	3.640	9.524	38.637	184.933	34.747	219.680
Depreciação acumulada	(1.385)	(20.151)	(2.507)	(314)	(2.914)	(1.215)	(4.992)		(33.478)		(33.478)
Saldo contábil, líquido	3.402	87.621	5.214	110	9.514	2.425	4.532	38.637	151.455	34.747	186.202
Taxas anuais médias de depreciação %	20	4	10	20	6,7	10	20	6,7	10	20	20

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição do saldo – Consolidado

	Computador	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Aeronaves	Móveis e utensílios	Livros	Terrenos	Total em operações	Obras em andamento	Imobilizado total
Em 31 de dezembro 2011											
Saldo inicial	1.729	66.181	6.327	400	11.036	3.270	6.682	10.305	105.930	46.345	152.275
Aquisições	1.635	3.402	2.840	122		946	1.816	28.295	39.056	13.872	52.928
Alienações				(225)					(225)		(225)
Depreciação	(354)	(5.288)	(1.160)	(178)	(721)	(598)	(1.536)		(9.835)		(9.835)
Saldo contábil, líquido	3.010	64.295	8.007	119	10.315	3.618	6.962	38.600	134.926	60.217	195.143
Em 31 de dezembro 2011											
Custo	3.920	83.716	10.825	309	12.412	5.483	13.570	38.600	168.835	60.217	229.052
Depreciação acumulada	(910)	(19.421)	(2.818)	(90)	(2.197)	(1.865)	(6.608)		(33.909)		(33.909)
Saldo contábil, líquido	3.010	64.295	8.007	219	10.215	3.618	6.962	38.600	134.926	60.217	195.143
Em 31 de dezembro 2012											
Saldo inicial	3.010	64.295	8.007	219	10.215	3.618	6.962	38.600	134.926	60.217	195.143
Aquisições	3.500	28.202	5.152	166	124	2.098	2.912	43	42.197	41.340	83.537
Transferências		45.652							45.652	(45.652)	
Depreciação	(1.448)	(4.501)	(2.109)	(193)	(825)	(624)	(1.926)		(11.626)		(11.626)
Saldo contábil, líquido	5.062	133.648	11.050	192	9.514	5.092	7.948	38.643	211.149	55.905	267.054
Em 31 de dezembro 2012											
Custo	7.438	157.547	16.013	752	12.428	7.441	16.680	38.643	256.942	55.905	312.847
Depreciação acumulada	(2.376)	(23.899)	(4.963)	(560)	(2.914)	(2.349)	(8.732)		(45.793)		(45.793)
Saldo contábil, líquido	5.062	133.648	11.050	192	9.514	5.092	7.948	38.643	211.149	55.905	267.054
Taxas anuais médias de depreciação %	20	4	10	20	6,7	10	20				

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Outras informações

(c.i) Propriedades em arrendamentos mercantis – Controladora

A Companhia possui contratos de aluguéis os quais foram classificados como arrendamento financeiro, e encontram-se classificados no imobilizado em contrapartida de passivo.

				2012	2011
Tipo	Prazo do contrato	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Edifícios	de 20 a 21 anos	44.991	(10.563)	34.428	36.577

(c.ii) Propriedades em arrendamentos mercantis – Consolidado

O Grupo possui contratos de aluguéis os quais foram classificados como arrendamento financeiro, e encontram-se classificados no imobilizado em contrapartida de passivo.

				2012	2011
Tipo	Prazo do contrato	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Edifícios	de 20 a 21 anos	53.794	(12.262)	41.532	42.116

(c.iii) Garantias

A Companhia possui contratos de empréstimos (*leasings*) o qual aliena fiduciariamente os bens adquiridos. Os bens alienados referem-se a veículos, aeronaves, máquinas e equipamentos e equipamentos de informática. Em 31 de dezembro de 2012, a Controladora possuía R\$ 14.548 alienados fiduciariamente (2011 - R\$ 14.130), e o consolidado possuía R\$ 17.101 alienados fiduciariamente (2011 - R\$ 15.399).

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Fornecedores nacionais	1.711	5.460	3.540	6.146
Prestadores nacionais	48	49	108	95
	<u>1.759</u>	<u>5.509</u>	<u>3.648</u>	<u>6.241</u>

13 Compromissos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Contas a pagar por aquisições de imóveis (a)	12.763	8.390	12.763	8.390
Contas a pagar por aquisição de investimentos (b)	1.396	1.471	1.396	1.471
	<u>14.159</u>	<u>9.861</u>	<u>14.159</u>	<u>9.861</u>
(-) Circulante	<u>(12.763)</u>	<u>(8.390)</u>	<u>(12.763)</u>	<u>(8.390)</u>
Não circulante	<u>1.396</u>	<u>1.471</u>	<u>1.396</u>	<u>1.471</u>

- (a) Referem-se ao contas a pagar de 50% dos valores das aquisições do imóvel da Sasderba (Associação Assistencial dos Servidores do DER-BA) em Salvador, do imóvel da Comercial Nortista em Aracaju, do imóvel da Diniz Engenharia em Recife e do Edifício Santo Albino em Recife.
- (b) O registro desta obrigação presente de investimentos ocorre devido à cláusula contratual do Instrumento Contratual de Aquisição da ADEA – Sociedade de Desenvolvimento Avançado Ltda., onde houve uma retenção a título de *Escrow Account* no valor de R\$ 871 e a título de caução no valor de R\$ 325, montando o saldo de R\$ 1.196 (2011 – R\$ 1.471), cuja movimentação é autorizada apenas para pagamento de contingências, e que será liberado após 5 anos, e da retenção a título de *Escrow Account* no valor de R\$ 200 do Instrumento Contratual de Aquisição da Sociedade de Ensino e Pesquisa de Sergipe - SESPS.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Capital de Giro (1)	CDI + 2,5% a.a.	67.919	38.511	67.923	38.517
Finame (2)	TJLP + 3,18% a 4,50% a.a.	5.979	6.636	5.979	7.456
Leasing (2)	0,90% a 1,73% a.m.	5.502	5.710	7.494	5.875
		<u>79.400</u>	<u>50.857</u>	<u>81.396</u>	<u>51.848</u>
(-) Circulante		<u>(37.897)</u>	<u>(4.182)</u>	<u>(38.854)</u>	<u>(4.603)</u>
Não circulante		<u>41.503</u>	<u>46.675</u>	<u>42.542</u>	<u>47.245</u>

(1) Garantidos com títulos em cobrança.

(2) Garantidos por alienação fiduciária do bem e/ou nota promissória. Referem-se principalmente a *leasing* de equipamentos de informática, televisores, condicionadores de ar, entre outros.

Não há valores de empréstimos e financiamentos mantidos em moeda estrangeira.

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
2013		10.186		10.596
2014	12.832	10.617	13.614	10.768
2015	11.893	10.331	12.150	10.340
2016	11.175	10.311	11.175	10.311
2017	3.633	3.424	3.633	3.424
A partir de 2018	1.970	1.806	1.970	1.806
	<u>41.503</u>	<u>46.675</u>	<u>42.542</u>	<u>47.245</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Salários, encargos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Salários a pagar	2.945	2.273	4.889	3.347
Provisão para férias e encargos	5.921	4.606	9.104	6.475
Encargos sociais	1.441	1.363	2.457	2.009
Outros	102	145	135	193
	<u>10.409</u>	<u>8.387</u>	<u>16.585</u>	<u>12.024</u>

16 Obrigações de arrendamento mercantil

A Companhia e o grupo possuem contratos de aluguéis de imóveis os quais foram classificados como arrendamento financeiro, e encontram-se classificados no imobilizado e nas obrigações de arrendamento mercantil, conforme Nota 11.

O prazo dos contratos são de vinte anos, podendo ser renovados em condições a serem negociadas ao final do período. Os contratos possuem pagamentos mensais, fixadas, e são atualizados anualmente pelo índice IGP-M, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas. Não existem restrições ou cláusulas que dependam dos resultados ou distribuição de dividendos pela Companhia.

Os contratos foram considerados, no julgamento da Companhia, como arrendamento mercantil financeiro essencialmente pelo prazo dos contratos de aluguel representarem a maior parte da vida econômica dos ativos.

Os contratos foram calculados a valor presente a uma taxa de 1,05% a.m.

O vencimento dos pagamentos dos aluguéis mínimos dos arrendamentos financeiros está descrito a seguir:

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora	2012			2011
	Pagamentos mínimos	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos
Vencimentos				
Circulante:				
2012				865
2013	6.967	(5.986)	981	
	6.967	(5.986)	981	865
Não circulante				
2013				981
2014	6.967	(5.854)	1.113	1.113
2015	6.967	(5.704)	1.263	1.263
2016	6.967	(5.535)	1.432	1.432
2017	6.967	(5.342)	1.625	1.625
2018 em diante	76.835	(35.521)	41.314	41.314
	104.703	(57.956)	46.747	47.728
	111.670	(63.942)	47.728	48.593

Consolidado	2012			2011
	Pagamentos mínimos	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos
Vencimentos				
Circulante:				
2012				978
2013	8.287	(7.167)	1.120	
	8.287	(7.167)	1.120	978
Não circulante				
2013				1.111
2014	8.287	(6.995)	1.292	1.263
2015	8.287	(6.818)	1.469	1.434
2016	8.287	(6.619)	1.668	1.630
2017	8.287	(6.391)	1.896	1.896
2018 em diante	91.320	(42.664)	48.656	46.802
	124.468	(69.487)	54.981	54.136
	132.755	(76.654)	56.101	55.114

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Capital social e reservas

(a) Capital social

O capital social é dividido em 26.878.824 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalizando em 31 de dezembro de 2012 o valor de R\$ 71.837.

Na emissão de ações ordinárias, sem valor nominal, a Companhia incorreu em gastos no montante de R\$ 866. Esses gastos relativos à emissão das referidas ações foram registrados no patrimônio líquido da Companhia, como redutores da conta de capital social.

Em 12 de agosto de 2013 a companhia aprovou o desdobramento de 4 notas de ações para cada 1 ação antiga. Portanto o capital social da Companhia passa a ser dividida em 107.515.296 ações ordinárias sem valor nominal. Os cálculos do lucro e do dividendo por ação foram ajustados retrospectivamente baseado neste desdobramento.

A composição acionária da Companhia está assim demonstrada (quantidade de ações):

	31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011
	Ordinárias	Total	%	Total
José Janguie Bezerra Diniz	94.274.036	94.274.036	87,68%	94.274.036
Jânyo Janguie Bezerra Diniz	1.075.152	1.075.152	1,00%	1.075.152
Poah One Acquisition Holdings VII LLC	12.166.108	12.166.108	11,32%	12.166.108
	<u>107.515.296</u>	<u>107.515.296</u>	<u>100,00%</u>	<u>107.515.296</u>

(b) Reserva de incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei no 11.638, de 2008). Essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

Devido à adesão ao Prouni, os valores do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, não pagos em razão do incentivo fiscal concedido, são contabilizados no resultado do período, reduzindo as despesas dos referidos tributos. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante dos incentivos fiscais é destinado, após transitar pelo resultado, para a conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Esta reserva de lucro somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Ademais, tais valores não poderão ser distribuídos aos acionistas, mediante restituição ou redução do capital, por até cinco anos após a data em que ocorrer referida capitalização.

(c) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Retenção de lucros

Representa a parcela destinada do lucro, destinada para conta de Reserva de Retenção de Lucros para futuro investimento de capital e estará sujeito à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral.

(e) Ajuste de avaliação patrimonial

Os saldos e movimentações dos exercícios findos em 31 de dezembro referem-se ao custo atribuído aos bens do ativo imobilizado. Conforme Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento dos pronunciamentos técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, quando da adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27, 37 e 43 no que diz respeito ao ativo imobilizado, a administração da entidade identificou bens ou conjuntos de bens de valores relevantes ainda em operação, relevância essa medida em termos de provável geração futura de caixa, e que apresentem valor contábil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo em seus saldos iniciais.

(f) Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária, ressalvado os casos em que o Acordo de Acionistas estabeleça diferente, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os dividendos o cômputo dos dividendos e sua respectiva movimentação no exercício são como segue:

	Consolidado	
	2012	2011
Lucro líquido do exercício	64.239	31.553
(-) Reserva de Incentivo Fiscal (a)	(22.092)	(11.655)
	<u>42.147</u>	<u>19.898</u>
Constituição da reserva legal	(3.212)	(1.578)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	38.935	18.320
Dividendo mínimo obrigatório calculado	9.734	4.580
Dividendos adicionais pagos e/ou propostos	<u>2.123</u>	<u>283</u>
No final do exercício	<u>11.857</u>	<u>4.863</u>
Média ponderada de ações em circulação no final do exercício*	107.515.296	107.515.296
Dividendos por ação	0,11	0,05

(a) A reserva de incentivo fiscal considerada para efeito de cálculo de dividendos inclui a retenção de reservas de incentivo fiscal das controladas.

*Vide Nota 17 (a)

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Receita líquida dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receita com prestação de serviços				
Mensalidade de graduação	199.524	146.804	319.870	210.974
Mensalidade de pós graduação	4.484	2.475	12.628	3.306
Outras receitas	4.557	4.669	9.532	13.540
	<u>208.565</u>	<u>153.948</u>	<u>342.030</u>	<u>227.820</u>
Impostos, descontos e abatimentos sobre serviços				
Impostos incidentes sobre serviços	(8.756)	(6.519)	(14.506)	(9.753)
Descontos, bolsas e abatimentos	<u>(30.044)</u>	<u>(24.524)</u>	<u>(44.239)</u>	<u>(34.550)</u>
	<u>(38.800)</u>	<u>(31.043)</u>	<u>(58.745)</u>	<u>(44.303)</u>
Receita líquida	<u><u>169.765</u></u>	<u><u>122.905</u></u>	<u><u>283.285</u></u>	<u><u>183.517</u></u>

19 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Pessoal e encargos	39.208	32.556	69.608	50.915
Depreciação e amortização	2.788	1.976	4.901	3.017
Serviços prestados por pessoa física e pessoa jurídica	2.566	1.550	3.886	2.311
Energia elétrica, água e telefone	4.736	3.863	8.968	6.259
Aluguéis	8.214	5.932	13.133	8.222
Outros	949	747	1.691	1.092
	<u>58.461</u>	<u>46.624</u>	<u>102.187</u>	<u>71.816</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Pessoal e encargos sociais	23.013	18.444	33.865	23.985
Serviços prestados por pessoa física e pessoa jurídica	8.659	7.194	10.599	8.805
Publicidade e propaganda	10.182	6.536	19.637	12.041
Provisão e perda efetiva para crédito de liquidação duvidosa	9.731	3.330	15.566	6.741
Depreciação e amortização	6.445	6.610	8.552	8.293
Materiais de expediente	3.152	2.243	4.070	2.832
Tributos	1.162	1.330	1.779	1.564
Outros	3.531	2.032	5.038	2.851
	<u>65.875</u>	<u>47.719</u>	<u>99.106</u>	<u>67.112</u>

21 Receita e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Despesas financeiras				
Despesas de juros	(7.102)	(6.082)	(7.474)	(6.406)
Juros de arrendamentos mercantis	(6.117)	(6.204)	(7.214)	(7.124)
Descontos concedidos	(862)	(832)	(2.477)	(2.657)
Ajuste a valor presente		(287)	(2)	(1.765)
Outros	(696)	(561)	(1.195)	(861)
	<u>(14.777)</u>	<u>(13.966)</u>	<u>(18.362)</u>	<u>(18.813)</u>
Receitas financeiras				
Juros	4.141	2.678	5.522	4.566
Rendimentos de aplicações financeiras	537	1.818	537	1.824
Ajuste a valor presente	1.122		2.545	
Descontos obtidos	139	145	198	220
Outros	64	148	142	158
	<u>6.003</u>	<u>4.789</u>	<u>8.944</u>	<u>6.768</u>
Despesa financeira, líquida	<u>(8.774)</u>	<u>(9.177)</u>	<u>(9.418)</u>	<u>(12.045)</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Imposto de renda e contribuição social

Em conformidade com a Lei nº 11.096/2005, regulamentada pelo Decreto 5.493/2005 e normatizada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 456/2004, nos termos do artigo 5º da Medida Provisória nº 213/2004, as entidades de ensino superior que aderiram ao PROUNI ficam isentas, no período de vigência do termo de adesão, dentre outros, do IRPJ e da CSLL, devendo a apuração ser baseada no lucro da exploração das atividades isentas. A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	65.423	32.130	66.987	33.284
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	22.244	10.924	22.776	11.317
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Ajustes da Lei 11.638/2007	60	577	11	1.163
Equivalência patrimonial	(10.830)	(3.881)		
Despesas não dedutíveis	1.109	210	1.778	548
Compensação de prejuízo fiscal			(683)	(507)
	12.583	7.830	23.882	12.521
Benefício fiscal lucro da exploração - PROUNI	(11.399)	(7.253)	(22.092)	(11.655)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	1.184	577	1.790	866
Alíquota efetiva - %	1,81%	1,80%	2,67%	2,60%

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Conciliação consolidada da despesa do imposto de renda e da contribuição social para as empresas regidas pelo Lucro Presumido

	Consolidado	
	2012	2011
Receita bruta de vendas	8.612	6.354
Presunção 32% - Imposto de renda	2.615	1.972
Presunção 32% - Contribuição Social	2.615	1.982
Receitas de aluguéis		355
Receitas Financeiras	153	216
Imposto de renda - Presumido	692	636
Contribuição Social- Presumido	249	230
Imposto de renda e contribuição social	941	866

(ii) Conciliação consolidada da despesa do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Imposto de renda e Contribuição Social do exercício corrente - Empresas optantes pelo regime de lucro real	1.184	577	1.790	866
Imposto de renda e Contribuição Social do exercício corrente - Empresas optantes pelo regime de lucro presumido			941	866
	1.184	577	2.731	1.732
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	65.423	32.130	66.987	33.284
Alíquota efetiva - %	1,81%	1,80%	4,08%	5,20%

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Partes relacionadas

(a) Mútuos entre partes relacionadas

	Controladora	
	2012	2011
<u>Ativo</u>		
<i>Mútuo</i>		
FMN Clínica de Fisioterapia Ltda.	5	93
Instituto Maurício de Nassau	160	159
	<u>165</u>	<u>252</u>
<u>Passivo</u>		
<i>Mútuo</i>		
Educred Administr. de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	256	631
Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.	51	
Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda.	643	
Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.	484	
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	2.975	
Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.	311	
Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado - ADEA	6	
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.		67
Centro de Educação Continuada Mauricio de Nassau Ltda.		118
	<u>4.726</u>	<u>816</u>
	Consolidado	
	2012	2011
<u>Ativo</u>		
<i>Mútuo</i>		
Instituto Maurício de Nassau	171	171
	<u>171</u>	<u>171</u>

O mútuo com partes relacionadas referem-se a pagamentos realizados entre as empresas do Grupo para cobrir despesas incorridas. As transações foram feitas considerando a inexistência de juros e prazo para vencimento, portanto vencíveis a vista.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores estatutários da Companhia. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Remuneração total do pessoal-chave da administração	1.464	1.280	1.464	1.280

(c) Outras transações

	2012			Controladora 2011		
	Pagamentos	Despesa	Passivo	Pagamentos	Despesa	Passivo
Aluguéis - JJ Participações (i)	11.265	3.838	45.355	9.950	2.700	46.177
Aluguéis - E Lucena S.A. (ii)	839	839		662	662	
Construção de edificações (iii)	10.098			2.177		
Ações sociais (iv)	776			593		
Publicidade e propaganda (v)	362					
	23.340	4.677	45.355	13.382	3.362	46.177

	2012			Consolidado 2011		
	Pagamentos	Despesa	Passivo	Pagamentos	Despesa	Passivo
Aluguéis - JJ Participações (i)	11.265	3.838	45.355	9.950	2.700	46.177
Aluguéis - E Lucena S.A. (ii)	839	839		662	662	
Construção de edificações (iii)	10.098			2.177		
Ações sociais (iv)	776			593		
Publicidade e propaganda (v)	362					
	23.340	4.677	45.355	13.382	3.362	46.177

- (i) A Companhia firmou Contrato de Locação de Imóveis Comerciais com a empresa JJ Participações e Projetos Ltda, empresa pertencente ao acionista José Janguê Bezerra Diniz. Os imóveis estão localizados nas cidades de Recife, Fortaleza, Campina Grande, Caruaru e Maceió. Os contratos foram firmados pelo prazo de vinte anos, e estão registrados no balanço como propriedades em arrendamentos mercantis, e obrigações com arrendamentos mercantis. O prazo dos contratos são de vinte anos, podendo ser renovados em condições a serem negociadas ao final do período. Os contratos possuem pagamentos mensais, fixadas, e são atualizados anualmente pelo índice IGP-M, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas. Não existem restrições ou cláusulas que dependam dos resultados ou distribuição de dividendos pela Companhia.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) A Companhia firmou Contrato de Locação de Imóveis Comerciais com a empresa E Lucena S/A, empresas pertencente ao acionista José Janguê Bezerra Diniz. Os imóveis estão localizados na cidade de Recife. Os contratos foram firmados pelo prazo de dez anos, podendo ser renovados em condições a serem negociadas ao final do período. Os contratos possuem pagamentos mensais, fixadas, e são atualizados anualmente pelo índice IGP-M, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas. Não existem restrições ou cláusulas que dependam dos resultados ou distribuição de dividendos pela Companhia.
- (iii) A Companhia firmou contratos de construção e reformas das unidades de Recife, Maceió, João Pessoa e Salvador com a empresa Indústria e Construções Vão Livre S.A., empresa pertencente a membros da família do acionista José Janguê Bezerra Diniz. Os dispêndios efetuados no contrato estão registrados no imobilizado da Companhia.
- (iv) A Companhia firmou contratos com o Instituto Ser Educacional, empresa mantida pelo Ser Educacional S.A para realizar ações de responsabilidade social. As transações com esta empresa envolvem doação de recursos para o desenvolvimento de atividades de apoio prestadas nas áreas de pesquisa, extensão e artes, pesquisas de mercado, bolsas de pesquisa, ações integração comunitária, além de outras atividades. Os dispêndios efetuados estão registrados nas despesas da Companhia.
- (v) A Companhia firmou contratos com a empresa Sistema de Comunicação Leia Já, empresa pertencente a membros da família do acionista José Janguê Bezerra Diniz. As transações com esta empresa envolvem a prestação de serviços de publicidade e propaganda. Os dispêndios efetuados estão registrados nas despesas da Companhia.

24 Provisão para contingência

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso.

(a) Cível

A Companhia, com apoio dos seus consultores jurídicos, efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível para suportar as prováveis saídas de recursos relacionados com essas causas. A administração mantém provisão no montante de R\$ 247 em 31 de dezembro de 2012 (2011 - R\$ 84). A administração mantém provisão no montante de R\$ 529 para o Grupo (2011 - R\$ 84).

Adicionalmente, a Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 93 (2011 - R\$ 391), para as quais não há provisão constituída. A Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificados com risco de perda possível para o Grupo, cujo valor em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 390 (2011 - R\$ 391), para os quais não há provisão constituída.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Dentre as principais ações não provisionadas, podemos destacar:

- (i) 0035620-18.2006.8.17.0001 - Trata-se de ação civil pública visando a modificar a forma de pagamento da mensalidade em virtude do número de disciplina cursadas. A questão em apreço gira em torno do fato da sociedade cobrar a mensalidade dos seus clientes (alunos) pelo serviço ofertado, o que gerou irrisignação frente aos consumidores que entendem que devem pagar a mensalidade por disciplina cursada, e não pelo valor total como se tivessem cursando todas as disciplinas daquele semestre. A classificação de risco de perda atribuída pelo assessores jurídicos externos é possível e o valor possível é de R\$ 300.
- (i) 008895-89.2006.8.17.0001 – Ação para caracterizar os descontos das mensalidades dos cursos da FMN como afronta aos princípios do direito consumidor, pois esses descontos podem chegar a aproximadamente 24%, e, supostamente, estaria tentando afastar a aplicação da multa legal de 2% previsto para as multas moratórias, revelando suposta, lucratividade excessiva da sociedade e grande onerosidade para os alunos consumidores. A classificação de risco de perda atribuída pelo assessores jurídicos externos é possível e o valor possível é de R\$ 30.

(b) Trabalhista

A Companhia, com apoio dos seus consultores jurídicos, efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista para suportar as prováveis saídas de recursos relacionados com essas causas. A administração mantém provisão no montante de R\$ 216 em 31 de dezembro de 2012 (2011 - R\$ 89). A administração mantém provisão no montante de R\$ 436 para o grupo (2011 - R\$ 89).

Adicionalmente, a Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 59 (2011 - R\$ 300), para as quais não há provisão constituída. A Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista, classificados com risco de perda possível para o Grupo, cujo valor em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 155 (2011 - R\$ 391), para os quais não há provisão constituída.

(c) Tributário

Os consultores jurídicos da Companhia efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza tributária e, para suportar prováveis perdas com essas causas, a administração não mantém provisão, pois não há, nesta mesma data processo com perda provável.

Da mesma forma os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das poucas ações de natureza tributária, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 3.780 (2011 - R\$ 3.780).

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Dentre as principais ações e tributárias não provisionadas, podemos destacar:

- (i) 0045068-73.2010.8.17.0001 - Ação ordinária contra o Município do Recife, objetivando a anulação de débito fiscal decorrente de processo administrativo N° 07.39452.5.09, bem como a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária relativa ao recolhimento de ISS sobre valores não recebidos em função de desconto concedido a seus tomadores de serviço. A questão em apreço se refere ao fato da sociedade conceder descontos escalonados para seus clientes (alunos) que pagarem a mensalidade antecipadamente, podendo pagar nos dias 5, 10, 20 e 30, onde o desconto diminui proporcionalmente com o passar dos dias. Neste caso o ISS é cobrado pela receita da empresa, contudo o Município do Recife entende que a receita é o valor inserido no boleto dos alunos, desconsiderando a receita auferida pela instituição quando da aplicação dos descontos, havendo a majoração da base de cálculo do imposto. A classificação de risco de perda atribuída pelo assessores jurídicos externos é remota e o valor possível é de R\$ 7.710.
- (ii) 0045139-92.2010.8.02.0001 - Ação cautelar preparatória visando a suspensão da exigibilidade de crédito tributário alcançado pela suspensão nos termos da legislação através da impugnação em esfera administrativa, tendo a medida liminar deferida, suspendendo a exigibilidade do crédito tributário, estando pendente de julgamento. Em apertada síntese, a situação se refere ao fato da entidade educacional preencher todos os requisitos para o reconhecimento de sua imunidade tributária, dentre os quais não distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, aplicando-os integralmente no país e na manutenção dos seus objetivos institucionais. Todavia, consoante afirma, vem sendo compelida pelo município de Maceió a recolher o imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS), inclusive com a lavratura dos autos de infração n.º 2007.000.21712 e 2007.000.21742, e que, não obstante o manejo dos recursos administrativos pertinentes, até o presente momento não obteve êxito. A classificação de risco de perda atribuída pelo assessores jurídicos externos é remota e o valor possível é de R\$ 165.
- (iii) 0020993-62.2013.8.17.0001 - Trata-se de ação anulatória contra o Município do Recife, por ilegalidade da notificação fiscal em desfavor da empresa autora, tendo sido concedida a liminar, ante ao depósito integral, para suspender a exigibilidade do crédito tributário, estando ainda pendente de julgamento. A questão em apreço se refere ao fato da sociedade ser beneficiária dos programas educacionais do governo federal, especificamente o PROUNI, o que acarreta em não geração de receita para a sociedade, conseqüentemente não deve haver tributação, contudo o Município do Recife entende que a receita é o valor do benefício fiscal concedido à IES em razão do PROUNI, desconsiderando a legislação, majorando indevidamente a base de cálculo do imposto. A classificação de risco de perda atribuída pelo assessores jurídicos externos é remota e o valor possível é de R\$ 305.
- (iv) 10480.727015/2011-88 - Trata-se de processo administrativo onde a douta fiscalização aponta infração à legislação tributária caracterizada por divergências entre as informações prestadas na contribuição do Imposto de Renda Retido na Fonte dos anos calendários de 2008, 2009 e 2010. A classificação de risco de perda atribuída pelo assessores jurídicos externos é possível e o valor possível é de R\$ 2.496.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Controladora	64.239	31.553
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)*	<u>107.515</u>	<u>107.515</u>
Lucro básico por ação - R\$	<u>0,60</u>	<u>0,29</u>

* Vide Nota 17 (a)

26 Combinação de Negócios

(i) Sociedade de Ensino e Pesquisa de Sergipe - SESPS

Em 12 de janeiro de 2012, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social da Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda. - SESPS, com sede na Cidade de Aracaju, Estado de Sergipe. A contraprestação pela compra foi de R\$ 906, sendo pago em 2012 o valor de R\$ 706 e o saldo a pagar a ser realizado até o fim do exercício de 2013.

A Unidade possui aproximadamente 100 alunos alocados em 1 campus, e contém no seu portfólio 2 cursos de graduação. Como resultado dessa aquisição, espera-se que a Companhia aumente sua presença nesse mercado.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela, a seguir, resume a contraprestação, paga ou a pagar, para aos antigos proprietários da Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda. - SESPS, os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição:

	<u>SESPS</u>
Valor da aquisição	
Contraprestação pela compra	<u>906</u>
Caixa e equivalentes de caixa	56
Clientes	63
Intangível	31
Licenças (intangível identificado)	467
Imobilizado	52
Fornecedores	(46)
Obrigações trabalhistas	(229)
Obrigações tributárias	(34)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(34)
Partes relacionadas	<u>(463)</u>
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	(137)
<i>Goodwill</i>	<u>1.043</u>
	<u>906</u>

O *goodwill* que surge da aquisição é atribuível à expectativa de rentabilidade futura da Unidade. Não se espera que o *goodwill* reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda. Essa aquisição, está inserida no foco estratégico na busca de oportunidades relacionadas em novos mercados e também a obtenção de ganhos por sinergias com a estrutura operacional do Grupo, expansão na oferta de cursos que geram e suportam a expectativa de rentabilidade futura oriunda de tais aquisições.

A estimativa do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, efetuada pela administração com suporte de seus consultores independentes, considerou as seguintes metodologias:

- i) **Contas a receber de clientes:** o valor justo de contas a receber de clientes foi apurado considerando a realização dos créditos adquiridos;
- ii) **Licenças de Operação:** as Licenças de Operação estão associados com os Cursos Credenciados e Manutenções credenciadas. Estes são interdependentes e, portanto, satisfazem o critério de separabilidade sob o CPC 04 quando considerados em conjunto.

A avaliação do intangível de Licenças de Operação foi feita através da metodologia de Abordagem de Renda e Método *With or Without Method* ("WOWM"). O princípio base do WOWM é avaliar os seguintes cenários: 1º Avaliação do fluxo de caixa de gerado com as licenças adquiridas; 2º Avaliação do fluxo de caixa gerado sem as licenças adquiridas.

A demonstração do resultado consolidada do exercício de 2012 inclui, desde a data de aquisição e para o exercício social de 2012, receitas e prejuízo nos montantes de R\$ 433 e R\$ 2.579, respectivamente.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Universo Professores Associados - FAUNI

Em 12 de janeiro de 2012, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social do Universo Professores Associados S/S Ltda. - FAUNI, com sede na Cidade de Belém, Estado do Pará. A contraprestação pela compra foi de R\$ 1.600, sendo pago à vista.

A Unidade possui aproximadamente 80 alunos alocados em 1 campus, e contém no seu portfólio 10 cursos de graduação. Como resultado dessa aquisição, espera-se que a Companhia aumente sua presença nesse mercado.

A tabela, a seguir, resume a contraprestação, paga ou a pagar, para aos antigos proprietários do Universo Professores Associados S/S Ltda. - FAUNI, os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição:

	<u>FAUNI</u>
Valor da aquisição	
Contraprestação pela compra	<u>1.600</u>
Caixa e equivalentes de caixa	126
Clientes	511
Licenças (intangível identificado)	1.261
Fornecedores	(70)
Obrigações trabalhistas	(52)
Obrigações tributárias	(21)
Outras contas a pagar	(398)
Partes relacionadas	<u>(716)</u>
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	641
<i>Goodwill</i>	<u>959</u>
	<u>1.600</u>

O *goodwill* que surge da aquisição é atribuível à expectativa de rentabilidade futura da Unidade. Não se espera que o *goodwill* reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda. Essa aquisição, está inserida no foco estratégico na busca de oportunidades relacionadas em novos mercados e também a obtenção de ganhos por sinergias com a estrutura operacional do Grupo, expansão na oferta de cursos que geram e suportam a expectativa de rentabilidade futura oriunda de tais aquisições.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A estimativa do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, efetuada pela administração com suporte de seus consultores independentes, considerou as seguintes metodologias:

- i) **Contas a receber de clientes:** o valor justo de contas a receber de clientes foi apurado considerando a realização dos créditos adquiridos;
- ii) **Licenças de Operação:** as Licenças de Operação estão associados com os Cursos Credenciados e Manutenções credenciadas. Estes são interdependentes e, portanto, satisfazem o critério de separabilidade sob o CPC 04 quando considerados em conjunto.

A avaliação do intangível de Licenças de Operação foi feita através da metodologia de Abordagem de Renda e Método *With or Without Method* ("WOWM"). O princípio base do WOWM é avaliar os seguintes cenários: 1º Avaliação do fluxo de caixa gerado com as licenças adquiridas; 2º Avaliação do fluxo de caixa gerado sem as licenças adquiridas.

A demonstração do resultado consolidada do exercício de 2012 inclui, desde a data de aquisição e para o exercício social de 2012, receitas e prejuízo nos montantes de R\$ 3.637 e R\$ 1.112, respectivamente.

27 Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2012, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

<u>Ramos</u>	<u>Importâncias seguradas</u>
Incêndio de bens do imobilizado (Prédios/Conteúdos)	R\$ 28.000.000
Incêndio de bens do imobilizado (Caso aeronáutico)	US\$ 8.300.000
Incêndio de bens do imobilizado (R.E.T.A aeronáutico)	R\$ 978.245
Incêndio/Terceiros/Casco de Veículo leves e pesados	100% Fipe
Responsabilidade civil dos administradores	R\$ 5.000.000

28 Eventos Subsequentes

(i) Faculdade Piauiense e Faculdade Aliança

Em 09 de janeiro de 2013, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas do capital social do Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda.-CESPI, localizada na cidade de Teresina, Estado de Piauí. Na mesma data, a Companhia também adquiriu a totalidade das quotas do capital social da Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. – SIESPI e de sua subsidiária Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda. A contraprestação pela compra foi de R\$ 29.798, sendo pago até 30 de junho de 2013 o valor de R\$ 7.488 e o resto a pagar em 4 parcelas semestrais até fevereiro de 2015.

As Unidades possuem aproximadamente 4.800 alunos alocados em 3 campi, e contém no seu portfólio 19 cursos de graduação, bacharelados e tecnólogos. Como resultado dessa aquisição, espera-se que a Companhia aumente sua presença nesse mercado.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Um passivo contingente no valor de R\$ 3.249 foi reconhecido referente às exposições trabalhistas do Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda.-CESPI, da Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. – SIESPI e de sua subsidiária Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda. Em 30 de junho de 2013, não houve mudanças no valor reconhecido para o passivo na data de aquisição, uma vez que não houve qualquer mudança nos resultados ou premissas usados para desenvolver as estimativas.

Os acionistas vendedores concordaram contratualmente em indenizar a Ser Educacional pelo montante que pode tornar-se devido no que diz respeito à ação acima mencionada. Um ativo de indenização, equivalente ao valor justo do passivo indenizado, foi reconhecido pela Companhia. O ativo de indenização é deduzido da contraprestação transferida para a combinação de negócios. Adicionalmente, não houve mudança no valor reconhecido para o ativo de indenização em 30 de junho de 2013.

O *goodwill*, no valor de R\$ 13.778, que surge da aquisição é atribuível à expectativa de rentabilidade futura das Unidades. Não se espera que o *goodwill* reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda. Essa aquisição, está inserida no foco estratégico na busca de oportunidades relacionadas em novos mercados e também a obtenção de ganhos por sinergias com a estrutura operacional do Grupo, expansão na oferta de cursos que geram e suportam a expectativa de rentabilidade futura oriunda de tais aquisições.

Como se trata de uma avaliação preliminar, os saldos ainda podem sofrer alterações em sua alocação dentro do período de mensuração.

(ii) Winglet

Em 01 de março de 2013, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social do Winglet Escola de Aviação Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco. A contraprestação pela compra foi de R\$ 120, sendo R\$ 79 pagos à vista, e R\$41 retido para compensação de dívida líquida a ser apurada, com pagamento previsto para agosto de 2013.

O *goodwill* que surge da aquisição é atribuível à expectativa de rentabilidade futura da Unidade. Não se espera que o *goodwill* reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda. Essa aquisição, está inserida no foco estratégico na busca de oportunidades relacionadas em novos mercados e também a obtenção de ganhos por sinergias com a estrutura operacional do Grupo, expansão na oferta de cursos que geram e suportam a expectativa de rentabilidade futura oriunda de tais aquisições.

Como se trata de uma avaliação preliminar, o ágio ainda poderá sofrer alterações em sua alocação dentro do período de mensuração.

(iii) Faculdade Decisão.

Em 09 de julho de 2013, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social da Sociedade Educacional Paulista Ltda (FADE), com sede na cidade de Paulista, estado de Pernambuco, pelo valor de R\$3.380. O pagamento foi acordado da seguinte forma:

(i) R\$140 pagos à vista.

(ii) R\$3.240 a serem pagos em 36 prestações mensais e consecutivas de R\$90 a partir de agosto de 2013, atualizadas a cada 12 meses pelo IGPM.

A sociedade é mantenedora da Faculdade Decisão e possui aproximadamente 655 alunos alocados em 1 campus, e contém no seu portfólio 5 cursos de graduação, bacharelados e tecnólogos. Como resultado dessa aquisição, espera-se que a Companhia aumento sua presença nesse mercado.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Faculdade Juvêncio Terra Ltda.

Em 25 de julho de 2013, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social do Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda. (Faculdade Juvêncio Terra), com sede na cidade de Vitória da Conquista, estado da Bahia. O pagamento foi acordado da seguinte forma:

(i) O valor de aquisição foi de R\$ 5.000

(ii) Retenção de R\$ 5.000 para compensação de dívida líquida apurados na data da transação. O valor foi descontado do preço.

A sociedade é mantenedora da Faculdade Juvêncio Terra e possui aproximadamente 530 alunos alocados em 1 campus, e contém no seu portfólio 5 cursos de graduação, bacharelados e tecnólogos. Como resultado dessa aquisição, espera-se que a Companhia aumente sua presença nesse mercado.

(v) Cisão do capital social

Em 30 de maio de 2013 foram realizadas as cisões parciais de determinados ativos das sociedades ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda., CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda., ADEA - Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. e ICES - Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda., todas subsidiárias da Companhia, sendo os acervos cindidos compostos por ativos imobilizados transferidos à Companhia.

Em 28 de junho de 2013, foi aprovada a cisão parcial da Companhia, com a transferência de determinados ativos à holding JJ Participações e Projetos Ltda. de ativos e passivos principalmente ativos imobilizados. A JJ Participações e Projetos Ltda. é uma empresa sob controle comum do acionista controlador da Companhia, portanto a transação foi efetuada a valor de livros.

Terrenos	43.677
Edificações	86.211
Aeronaves	8.567
Imobilizado cindido	<u>138.455</u>
Empréstimos a pagar cindidos	(4.912)
Compromissos a pagar cindidos	<u>(7.839)</u>
Acervo líquido cindido	<u><u>125.704</u></u>

Concomitantemente à cisão, foram firmados contratos de locação de longo prazo entre a Companhia e a JJ Participações e Projetos Ltda., garantindo à Companhia o direito de uso dos imóveis, a partir de 1 de julho de 2013, pelo prazo mínimo de 10 anos, prorrogável por igual período a critério exclusivo da Companhia. Os valores dos contratos foram determinados com base em laudo de avaliação de especialistas.

Não houve mudanças na distribuição do capital social da Companhia, mas sim uma redução de seu patrimônio líquido em valor equivalente ao acervo cindido no montante de R\$ 125.704.

* * *

ANEXO H Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e relatório dos Auditores Independentes.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Ser Educacional S.A.
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2011
e relatório dos auditores independentes



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Ser Educacional S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ser Educacional S.A. ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Ser Educacional S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.



Ser Educacional S.A.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ser Educacional S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ser Educacional S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.



Ser Educacional S.A.

Ênfases

Conforme descrito na Nota 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Reemissão das demonstrações financeiras e relatório de auditoria

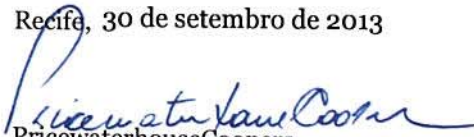
Chamamos a atenção para a Nota 2.1 (a) e (b) às demonstrações financeiras, que descrevem as atualizações e reemissões das demonstrações financeiras no contexto do processo de abertura de capital. Emitimos nosso relatório do auditor independente originalmente com data de 27 de julho de 2012 sobre as demonstrações financeiras emitidas anteriormente. Devido à atualização descrita na Nota 2.1 (a), emitimos novo relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras reemitidas em 22 de agosto de 2013. Adicionalmente, conforme descrito na Nota 2.1 (b), a administração promoveu nova atualização e reemissão dessas demonstrações financeiras em virtude dos assuntos também descritos nessa nota. Devido à atualização descrita na Nota 2.1 (b), emitimos esse novo relatório de auditoria sobre essas demonstrações financeiras reemitidas. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desses assuntos.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recife, 30 de setembro de 2013


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/Q-5 "F" PE


Marco Aurélio de Castro e Melo
Contador CRC 1SP153070/ O-3 "S" PE

Ser Educacional S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Nota explicativa	Controladora		Consolidado		
		2011	2010	2011	2010		2011	2010	2011	2010	
Passivo e patrimônio líquido											
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.812	1.747	3.387	2.403			5.509	1.258	6.241	2.089
Títulos e valores mobiliários	6	9.175		9.175				8.390		8.390	
Contas a receber de clientes	7	18.683	10.556	28.667	18.393			4.182	3.787	4.603	4.703
Tributos a recuperar	8	3.624	3.458	6.211	3.648			8.387	7.817	12.024	10.556
Adiantamentos a fornecedores		3.362	677	4.363	1.453			2.516	2.646	4.874	4.348
Partes relacionadas	23	252	19.567	171	21			450	833	1.055	1.271
Outros ativos		2.720	955	4.571	1.688			865	760	978	859
		40.628	36.960	56.545	27.606			816	1.155	1.905	790
								1.905	790	1.905	790
								1.941	133	2.529	151
								34.961	19.179	42.599	24.767
Não circulante											
Realizável a longo prazo											
Contas a receber de clientes	7	7.443	4.960	8.942	5.668			46.675	11.366	47.245	11.443
Depósitos judiciais			75	720	715			47.728	48.488	54.136	55.009
Despesas antecipadas					800			1.471	3.100	1.471	3.100
Outros ativos		51	136	400	212				3.910	352	861
								173	20	173	21
								96.047	66.884	103.377	70.434
Investimentos	9	78.339	50.438								
Intangível	10	3.358	2.329	25.162	23.755						
Imobilizado	11	142.119	106.988	195.143	152.275						
		231.310	164.926	230.367	183.425						
Atribuído aos acionistas da Controladora											
Capital social								70.971	70.971	70.971	70.971
Reserva de lucros								77.079	54.163	77.079	54.163
Ajustes de avaliação patrimonial								(7.120)	(9.311)	(7.120)	(9.311)
								140.930	115.823	140.930	115.823
Total do patrimônio líquido											
Participação dos não controladores											
										6	7
								140.930	115.823	140.936	115.830
		271.938	201.886	286.912	211.031			271.938	201.886	286.912	211.031
Total do passivo e patrimônio líquido											

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ser Educacional S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
Receita líquida	18	122.905	111.032	183.517	141.296
Custo	19	(46.624)	(35.961)	(71.816)	(50.403)
Lucro bruto		76.281	75.071	111.701	90.893
Despesas gerais e administrativas	20	(47.719)	(33.747)	(67.112)	(45.633)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		1.331	(805)	740	(384)
Participação nos lucros de controladas		11.414	3.074		
Lucro operacional		41.307	43.593	45.329	44.876
Receita financeira	21	4.789	6.947	6.768	8.118
Despesas financeiras	21	(13.966)	(13.991)	(18.813)	(16.239)
Despesas financeiras, líquidas		(9.177)	(7.044)	(12.045)	(8.121)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		32.130	36.549	33.284	36.755
Imposto de renda e contribuição social	22	(7.830)	(12.845)	(13.387)	(14.319)
Incentivo fiscal - Prouni	22	7.253	12.008	11.655	13.283
Lucro líquido do exercício		31.553	35.712	31.552	35.719
Atribuível a					
Acionistas da Controladora				31.553	35.712
Participação dos não controladores				(1)	7
				31.552	35.719
Média ponderada das ações no final do exercício (em milhares)*				107.515	107.515
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Controladora durante o exercício (expresso em R\$ por ação)				0,29	0,33

* Vide Nota 17 (a)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ser Educacional S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Em milhares de reais

Nota explicativa	Atribuível aos acionistas da controladora										Total do patrimônio líquido	
	Capital social	Gastos com emissões de ações	Ajustes de avaliação patrimonial	Incentivos fiscais	Reserva de lucros			Dividendos propostos	Lucros acumulados	Participação dos não controladores		Total
					Legal	Retenção	Retenção					
Em 01 de janeiro de 2010	71.837	(866)	(11.500)	22.828	1.485	8.373	4.811	-	96.968	-	96.968	
Lucro líquido do exercício								35.712		7	35.719	
Constituição da reserva de incentivo fiscal				12.008				(12.008)				
Constituição da reserva legal					1.786			(1.786)				
Dividendo mínimo obrigatório							8.598	(8.598)				
Dividendos propostos							(11.689)	(11.689)				
Distribuição de dividendos								(5.970)				
Constituição da reserva de retenção de lucros						5.963		(2.189)				
Realização do ajuste do custo atribuído ("deemed cost")			2.189									
Em 31 de dezembro de 2010	71.837	(866)	(9.311)	34.836	3.271	14.336	1.720	-	115.823	7	115.830	
Lucro líquido do exercício								31.553		(1)	31.552	
Constituição da reserva de incentivo fiscal				7.390				(7.390)				
Constituição da reserva legal					1.578			(1.578)				
Dividendo mínimo obrigatório							283	(283)				
Dividendos propostos							(1.866)	(1,866)				
Distribuição de dividendos								(15.531)				
Constituição da reserva de retenção de lucros						15.531		(2.191)				
Realização do ajuste do custo atribuído ("deemed cost")			2.191									
Em 31 de dezembro de 2011	71.837	(866)	(7.120)	42.226	4.849	29.867	137	-	140.930	6	140.936	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ser Educacional S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		32.130	36.549	33.284	36.755
Ajustes de					
Depreciação e amortização	10 e 11	8.586	6.462	11.134	9.070
Ganho ou perda na alienação de imobilizado e intangível			13.549		13.559
Resultado de equivalência patrimonial	9	(11.414)	(3.074)		
Constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa	7 (d)	3.330	300	6.741	2.197
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	21	12.286	11.508	13.530	12.454
		44.918	65.294	64.689	74.035
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(13.940)	(7.808)	(20.480)	(16.440)
Tributos a recuperar		(166)	(362)	(2.563)	(468)
Outros ativos		(4.295)	(533)	(4.714)	(1.393)
Fornecedores		4.251	(612)	4.152	(180)
Salários e encargos sociais		570	1.724	1.468	3.592
Tributos a pagar		(513)	100	(10)	1.142
Contas a pagar por aquisição de investimento			1.890		1.890
Outros passivos		1.947	134	1.910	6.095
Caixa gerado nas operações		32.772	59.827	44.452	68.273
Juros pagos de empréstimos		(8.112)	(9.090)	(9.142)	(8.947)
Imposto de renda e contribuição social pago		(577)	(837)	(1.732)	(1.102)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		24.083	49.900	33.578	58.224
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Títulos e valores mobiliários	6	(9.175)		(9.175)	
Adições ao Investimento	9	(25.032)	(27.303)		
Adições ao imobilizado	9	(36.477)	(32.891)	(45.997)	(60.758)
Adições ao intangível	11	(2.272)	(1.192)	(2.706)	(2.546)
Distribuição de lucros das investidas	10	5.322			
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(67.634)	(61.386)	(57.878)	(63.304)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	14	35.000	5.907	35.061	6.234
Amortização de empréstimos e financiamentos	14	(1.881)	(920)	(2.679)	(3.012)
Amortização de arrendamentos mercantis	16	(654)	(673)	(754)	(759)
Partes relacionadas	23	18.495	4.294		167
Dividendos antecipados	17 (f)	(6.344)	(12.632)	(6.344)	(12.632)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		44.616	(4.024)	25.284	(10.002)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		1.065	(15.510)	984	(15.082)
Caixa e equivalentes a caixa		1.065	(15.510)	984	(15.082)
No início do exercício		1.747	17.257	2.403	17.485
No final do exercício		2.812	1.747	3.387	2.403

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ser Educacional S.A.

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
Receitas					
Receita de Serviços	18	153.948	139.508	227.820	179.131
Provisão e perda efetiva para crédito de liquidação duvidosa	7	(3.330)	(300)	(6.741)	(2.197)
Deduções da Receita	18	(31.043)	(28.476)	(44.303)	(37.835)
		119.575	110.732	176.776	139.099
Insumos adquiridos de terceiros					
Serviços prestados por PF e PJ	19 e 20	(8.744)	(6.869)	(11.116)	(8.323)
Energia elétrica, água e telefone	19	(3.863)	(3.205)	(6.259)	(4.686)
Publicidade e propaganda	20	(6.536)	(6.007)	(12.041)	(9.789)
Materiais de expediente	20	(2.243)	(994)	(2.832)	(1.331)
Outros	19 e 20	(1.448)	(4.013)	(3.203)	(3.308)
		(22.834)	(21.088)	(35.451)	(27.437)
Valor adicionado bruto		96.741	89.644	141.325	111.662
Depreciação e amortização	19 e 20	(8.586)	(6.462)	(11.310)	(9.070)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		88.155	83.182	130.015	102.592
Receitas financeiras	21	4.789	6.947	6.768	8.118
Participação no lucro de controladas		11.414	3.074	-	-
Valor adicionado total a distribuir		104.358	93.203	136.783	110.710
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos sociais		(51.000)	(40.658)	(74.900)	(53.646)
Impostos, Taxas e Contribuições		(1.907)	(1.516)	(3.296)	(1.752)
Tributos Federais		(577)	(837)	(1.732)	(1.036)
Tributos Municipais		(1.330)	(679)	(1.564)	(716)
Remuneração de capitais de terceiros		(19.898)	(15.317)	(27.035)	(19.593)
Despesas financeiras		(13.966)	(13.991)	(18.813)	(16.239)
Aluguéis		(5.932)	(1.326)	(8.222)	(3.354)
Dividendos		(4.541)	(15.046)	(4.541)	(15.046)
Lucro Líquido do Exercício		(27.012)	(20.666)	(27.011)	(20.673)
Valor adicionado distribuído		(104.358)	(93.203)	(136.783)	(110.710)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Ser Educacional S.A. (“Companhia”) e suas controladas (conjuntamente, “Grupo”) tem como atividades preponderantes o desenvolvimento e administração de atividades nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e outras áreas associadas à educação e a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades simples ou empresárias, no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia era uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Recife, Estado de Pernambuco, com registro arquivado na Junta Comercial do Estado de Pernambuco.

O Grupo possuía, em 31 de dezembro de 2011, dez empresas, sendo nove mantenedoras de instituição de ensino superior, constituídas sob a forma de sociedades empresárias de responsabilidade limitada e, reúne nove faculdades, distribuídas em cinco Estados do país.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 30 de setembro de 2013.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além dos lucros líquidos dos exercícios apresentados, razão pela qual a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

(a) Reapresentação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram preparadas para o processo de abertura de capital junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A reapresentação contempla as exigências de divulgação feitas pela CVM em relação às companhias de capital aberto. As demonstrações financeiras foram emitidas originalmente em 27 de julho de 2012 e foram reemitidas em 22 de agosto de 2013.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Ajustes adicionais às demonstrações financeiras

A administração efetuou nova alteração e está reapresentando essas demonstrações financeiras para incluir determinadas informações descritivas nas notas 4, 7, 16 e 23. Essas divulgações referem-se, substancialmente, a complementos e cruzamentos de informações entre notas explicativas das demonstrações financeiras, com o objetivo de melhor detalhar e esclarecer aspectos qualitativos de divulgação nas referidas notas explicativas.

Devido às alterações descritas nas notas explicativas, como descrito acima, reapresentamos estas demonstrações financeiras conforme aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de setembro de 2013.

(c) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

(d) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. No caso da Companhia, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes sociedades controladas, cuja participação é assim resumida:

	Diretas %	
	2011	2010
Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda. - ABES	99,99	99,99
Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. - ADEA	99,99	99,99
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	99,99	99,99
Instituto Campinense de Ensino Superior - ICES	99,99	99,99
Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda. - CETEBA	99,99	99,99
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	99,99	99,99
Centro Nacional de Ensino Superior - CENESUP	99,99	99,99
FMN Clínica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.	99,99	99,99
Educred - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	99,99	99,99
Centro de Educação Continuada Mauricio de Nassau Ltda.	99,99	99,99

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as eliminações das operações realizadas entre as empresas consolidadas.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, as contas bancárias e outros investimentos de curto prazo com alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com baixo risco de mudança no valor, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

2.4.2 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

2.4.3 Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa".

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a totalidade dos títulos e valores mobiliários da Companhia classificam-se como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços arrecadados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*).

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.6 Provisão para crédito de liquidação duvidosa

É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos. É calculada pela administração quando existe evidência objetiva de perda, considerando o fluxo de caixa esperado, descontado pela taxa efetiva de juros.

2.7 Investimentos em controladas (aplicável somente para as demonstrações financeiras individuais)

Os investimentos em empresas controladas, nas demonstrações financeiras da controladora, estão registrados pelo método da equivalência patrimonial.

A participação societária em controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada. Nas demonstrações contábeis individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura - *goodwill* é apresentado no investimento.

2.8 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" no consolidado. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

(b) Carteira de alunos

As relações contratuais com alunos, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período esperado da relação com o aluno.

(c) Licenças e implantações de *softwares*

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Licenças de operação

As licenças de operação são capitalizadas com base nos gastos incorridos junto ao Ministério de Educação referentes à autorização e ao reconhecimento dos cursos oferecidos, assim como credenciamento das Unidades. As licenças têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período de vigência das licenças obtidas junto ao Ministério da Educação.

(e) Convênios

Os convênios são capitalizados com base nos custos incorridos para firmar contratos, junto a empresas parceiras, que confirmam aos alunos do Grupo o direito de exercer as atividades de graduação complementares, necessárias para sua formação acadêmica. Esses custos são amortizados durante o prazo dos referidos contrato.

2.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo menos depreciação acumulada e perda para *impairment*. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do período em que o ativo for baixado.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.10 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o *ágio* e marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de indicador de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a Unidade Geradora de Caixa. O valor líquido de venda é determinado com base em contrato de venda entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo.

2.11 Fornecedores e compromissos a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e os compromissos a pagar são obrigações decorrentes da aquisição de imóveis e dos saldos a pagar oriundos de combinações de negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar a fornecedores e os compromissos a pagar são apresentados como passivo não circulante.

As contas a pagar aos fornecedores e os compromissos a pagar são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado.

2.12 Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil que transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo, são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro, e sob estes contratos os ativos são reconhecidos inicialmente pelo menor valor entre o valor justo e pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato em contrapartida de um passivo financeiro, reconhecido pelo valor presente dos pagamentos do contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método de custo amortizado e considerando a taxa efetiva de juros do contrato.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

2.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.14 Provisões

As provisões para contingências (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

2.15 Tributação

(a) Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas.

(b) PIS e COFINS

Para as receitas das atividades de ensino, com exceção das atividades de graduação das unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos "PROUNI", incidem o Programa de Integração Social "PIS" e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social "COFINS" nas alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incidem o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%.

As atividades de graduação nas unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos "PROUNI" são isentas do Programa de Integração Social "PIS" e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social "COFINS".

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) PROUNI

As unidades que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- Imposto de Renda de Pessoa Jurídica "IRPJ" e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido "CSLL", instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991; e,
- PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

As isenções acima mencionadas são originalmente calculadas sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica.

(d) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

2.16 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33).

2.17 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.18 Reconhecimento da receita, custos e despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

(a) Receita de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de ensino superior, pós-graduação, cursos livres e atividades educacionais correlatas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço.

As mensalidades dos cursos e seus respectivos descontos variam de acordo com o curso, a unidade ou o termo acadêmico. As receitas são geradas com base em contratos de preço fixo, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação do serviço. Os recebimentos antecipados de matrícula e mensalidades são registrados como "Adiantamentos de clientes" e reconhecidos no mês de competência da prestação dos serviços.

(b) Receitas e despesas financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

2.19 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.20 Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada em uma única Unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Passivos contingentes

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo dos passivos contingentes consolidado é de R\$ 173 (2010 - R\$ 20). Vide Nota 24.

(b) Perda (*impairment*) do ágio

Anualmente, o Grupo testa perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.10. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

Se a taxa de desconto estimada antes do imposto aplicada aos fluxos de caixa para as UGCs fossem 1% maior que as estimativas da administração, a Companhia continuaria sem a necessidade do reconhecimento de perda (*impairment*) do ágio.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as Unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Risco de mercado

**(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo
associado com taxa de juros**

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de longo prazo.

O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São avaliados cenários, levando em consideração refinanciamento e renovação de posições existentes. Com base nessa avaliação, o Grupo monitora o risco de variação significativa na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A política de vendas da Companhia e de suas controladas está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios. A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. No segmento de ensino superior presencial para os alunos contemplados pelo Programa de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior - FIES, a Companhia tem parte substancial dos créditos garantidos pelo Programa. A Companhia mantém registrado provisão para créditos de liquidação duvidosa para fazer face ao risco de crédito, incluindo os potenciais riscos de inadimplência da parcela não garantida dos alunos beneficiados pelo FIES. Essa análise de crédito avalia a qualidade do crédito dos alunos levando em consideração o histórico de pagamentos, prazo do relacionamento com a instituição, análise de crédito (SPC e Serasa).

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado, conforme Nota 7 (d) que demonstra também a movimentação da provisão para devedores duvidosos no período.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas, atuam de acordo com sua política financeira, onde os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários encontram-se com instituições financeiras com risco de crédito BBB de acordo com agência de crédito Standard & Poor's, Fitch e Moody's.

(c) Risco de liquidez

É o risco de não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2011				
Dividendos a pagar	1.905			
Empréstimos e financiamentos	5.901	11.572	33.494	5.388
Arrendamento Mercantil	6.967	6.967	20.901	83.802
Fornecedores	5.460			
Compromisso a pagar	8.390	1.471		
Em 31 de dezembro de 2010				
Dividendos a pagar	790			
Empréstimos e financiamentos	3.441	3.311	2.073	
Arrendamento Mercantil	6.967	6.967	20.901	90.661
Fornecedores	1.258			
Compromisso a pagar		3.100		
	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2011				
Dividendos a pagar	1.905			
Empréstimos e financiamentos	6.436	12.035	33.666	5.388
Arrendamento Mercantil	7.987	7.987	23.861	95.232
Fornecedores	6.241			
Compromisso a pagar	8.390	1.471		
Em 31 de dezembro de 2010				
Dividendos a pagar	790			
Empréstimos e financiamentos	3.642	3.512	2.239	
Arrendamento Mercantil	7.987	7.987	23.961	135.059
Fornecedores	2.089			
Compromisso a pagar		3.100		

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2011	2010
Total de empréstimos e financiamentos bancários	51.848	16.146
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(3.387)	(2.403)
Menos: Títulos e valores mobiliários	(9.175)	
Dívida líquida	39.286	13.743
Total do patrimônio líquido	140.936	115.830
Total do capital	180.222	129.573
Índice de alavancagem financeira	22%	11%

4.3 – Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros do Grupo são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações do Grupo estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros. As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2011, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base na última taxa básica de juros determinada pelo BACEN na reunião do Comitê de Política Monetária em 30 de novembro de 2011 (11,00% a.a), utilizou-se esta taxa como cenário provável para o ano. A partir desta, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2011, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Cenário Elevação do CDI e TJLP				
Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações Financeiras 2.598	CDI	11,00% 286	13,75% 357	16,50% 429
Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Debêntures de Instituições Financeiras 9.175	CDI	11,00% 1.009	13,75% 1.262	16,50% 1.514
Capital de Giro (38.517)	CDI	11,00% (4.237)	13,75% (5.296)	16,50% (6.355)
Finame (7.456)	TJLP	6,00% (447)	7,50% (559)	9,00% (671)
Posição Líquida		(3.389)	(4.237)	(5.084)
Cenário Queda do CDI e TJLP				
Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações Financeiras 2.598	CDI	11,00% 286	8,25% 214	5,50% 143
Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Debêntures de Instituições Financeiras 9.175	CDI	11,00% 1.009	8,25% 757	5,50% 505
Capital de Giro (38.517)	CDI	11,00% (4.237)	8,25% (3.178)	5,50% (2.118)
Finame (7.456)	TJLP	5,50% (410)	4,13% (308)	2,75% (205)
Posição Líquida		(3.352)	(2.514)	(1.676)

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Controladora

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Empréstimos e recebíveis		
Numerários em caixa e bancos	214	945
Aplicações financeiras	2.598	802
Títulos e valores mobiliários	9.175	
Contas a receber de clientes	26.126	15.516
Depósitos judiciais		75
Partes relacionadas	252	19.567
	<u>38.365</u>	<u>36.905</u>
Outros passivos financeiros registrados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	50.857	15.153
Partes relacionadas	816	
Fornecedores	5.509	1.258
Dividendos a pagar	1.905	790
Compromissos a pagar	9.861	3.100
	<u>68.948</u>	<u>20.301</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Consolidado

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Empréstimos e recebíveis		
Numerários em caixa e bancos	789	1.601
Aplicações financeiras	2.598	802
Títulos e valores mobiliários	9.175	
Contas a receber de clientes	37.609	24.061
Depósitos judiciais	720	715
Partes relacionadas	171	21
	<u>51.062</u>	<u>27.200</u>
Outros passivos financeiros registrados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	51.848	16.146
Fornecedores	6.241	2.089
Dividendos a pagar	1.905	790
Compromissos a pagar	9.861	3.100
	<u>69.855</u>	<u>22.125</u>

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, o valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia se aproximam dos seus valores justos.

6 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Numerários em caixa	35	106	49	440
Bancos - conta corrente	179	839	740	1.161
Aplicações financeiras	2.598	802	2.598	802
Caixa e equivalentes de caixa (a)	<u>2.812</u>	<u>1.747</u>	<u>3.387</u>	<u>2.403</u>
Debêntures de Instituições Financeiras	9.175		9.175	
Títulos e valores mobiliários (b)	<u>9.175</u>		<u>9.175</u>	
Total	<u>11.987</u>	<u>1.747</u>	<u>12.562</u>	<u>2.403</u>

- (a) O Caixa e equivalentes de caixa consiste em numerário disponível na Companhia, saldos mantidos em bancos e aplicações financeiras de curto prazo – com vencimento não superior a 90 dias, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.
- (b) As Operações Compromissadas do Banco Santander são lastreadas por Debêntures de primeira linha e estão registradas ao seu valor justo, remuneradas a taxa de 103,50% do CDI.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Mensalidades de alunos (a)	21.583	13.457	36.284	23.046
FIES a Receber (c)	2.735	299	4.992	340
Acordos a receber (b)	10.181	7.641	15.376	11.584
Creditos educativos a receber (c)	7.443	7.407	8.942	11.218
Outros	1.396	594	2.110	1.227
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (d)	(17.212)	(13.882)	(30.095)	(23.354)
	<u>26.126</u>	<u>15.516</u>	<u>37.609</u>	<u>24.061</u>
(-) Circulante	(18.683)	(10.556)	(28.667)	(18.393)
Não circulante	<u>7.443</u>	<u>4.960</u>	<u>8.942</u>	<u>5.668</u>

(a) Mensalidades de alunos

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a análise do vencimento dos saldos de mensalidades de alunos é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Vencidas até 30 dias	1.773	1.357	3.080	1.823
Vencidas de 31 a 60 dias	1.417	1.116	2.455	1.551
Vencidas de 61 a 90 dias	1.256	1.079	2.178	1.477
Vencidas de 91 a 179 dias	2.317	1.655	4.189	2.345
Vencidas há mais de 180 dias	16.214	11.462	26.990	19.773
Créditos a identificar	(1.394)	(3.212)	(2.608)	(3.923)
	<u>21.583</u>	<u>13.457</u>	<u>36.284</u>	<u>23.046</u>

(b) Acordos a receber

A administração da Companhia mantém critérios rígidos que não permitem rolagem de dívida de um semestre para o outro. A Companhia oferece toda forma e meios de pagamento ao aluno, porém considera seus respectivos limites de crédito, e se necessário, solicita a presença de fiador para o crédito concedido. Os acordos a receber de alunos referem-se a renegociações dos alunos inadimplentes da Companhia. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a análise do vencimento dos saldos de acordos a receber é apresentada a seguir:

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
A vencer	578	856	2.065	1.130
Vencidas até 30 dias	567	406	855	621
Vencidas de 31 a 60 dias	937	511	1.225	789
Vencidas de 61 a 90 dias	1.443	492	1.733	770
Vencidas de 91 a 179 dias	699	941	1.095	1.395
Vencidas há mais de 180 dias	5.957	4.435	8.403	6.879
	<u>10.181</u>	<u>7.641</u>	<u>15.376</u>	<u>11.584</u>

(c) Créditos educativos a receber e FIES a receber

Os créditos educativos a receber - Sistema FIES, estão representados pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal - CEF e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF e pelo Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários) dos funcionários da Companhia, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional.

Outros créditos educativos a receber estão representados pelos créditos educacionais do Fundaplub (Fundação Aplub de Crédito Educativo) e Educured, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos e aprovados pela Companhia, e estão registrados a valor presente. Tais recursos financeiros serão repassados à Companhia e suas controladas após a formatura dos respectivos alunos.

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
<u>Créditos educativos a receber</u>				
Fundaplub e Educured	7.443	7.407	8.942	11.218
	<u>7.443</u>	<u>7.407</u>	<u>8.942</u>	<u>11.218</u>
(-) Circulante		(2.447)		(5.550)
Não circulante	7.443	4.960	8.942	5.668
	<u>7.443</u>	<u>4.960</u>	<u>8.942</u>	<u>5.668</u>
<u>FIES a receber</u>				
FIES a receber	2.735	299	4.992	340
	<u>2.735</u>	<u>299</u>	<u>4.992</u>	<u>340</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber, considerando evidências objetivas de perda incorrida. A evidência objetiva de perda é observada na análise dos percentuais históricos (índices) de recuperação de valores abertos, considerando o período de maturação na carteira de clientes, bem como as expectativas de renegociações com os alunos ao longo dos semestres e nos períodos de rematrícula.

Em adição a política supramencionada a Companhia realiza uma análise individual do contas a receber, onde não foram observados itens sujeitos a não recuperabilidade.

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
No início do exercício	13.882	13.582	23.354	15.444
Adição de provisão para créditos de liquidação duvidosa				5.713
Provisão para crédito de liquidação duvidosa de contas a receber	3.330	300	6.741	2.197
No final do exercício	17.212	13.882	30.095	23.354

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, encontram-se vencidas, mas não *impaired* os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Vencidas até 30 dias	2.340	1.763	3.935	2.444
Vencidas de 31 a 60 dias	2.354	1.627	3.680	2.340
Vencidas de 61 a 90 dias	2.699	1.571	3.911	2.247
Vencidas de 91 a 179 dias	3.016	890	5.284	1.570
Vencidas há mais de 180 dias	3.565		2.690	
	13.974	5.851	19.500	8.601

Essas contas referem-se a uma série de alunos independentes o qual os índices de inadimplência históricos da Companhia não indicam a necessidade de se constituir uma provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Tributos a recuperar e a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Tributos a recuperar				
Imposto de renda sobre aplicação financeira	26	117	26	129
Imposto de renda e contribuição social a compensar	2.600	2.201	3.434	2.404
Pis e cofins a compensar	144	132	144	144
IOF a recuperar	517	673	564	564
Proeduc			1.331	
INSS a recuperar				351
Outros	337	335	712	56
	<u>3.624</u>	<u>3.458</u>	<u>6.211</u>	<u>3.648</u>
Tributos a recolher				
Imposto sobre serviço - ISS	1.048	1.191	1.799	2.078
PIS e COFINS	213	234	265	279
Imposto sobre operações financeiras - IOF	990	990	1.886	1.604
Imposto de renda retido na fonte	265	61	117	86
INSS		120	341	237
Outros		50	466	64
	<u>2.516</u>	<u>2.646</u>	<u>4.874</u>	<u>4.348</u>

9 Investimentos

(a) Composição do saldo (Controladora)

	Controladora	
	2011	2010
Investimentos em empresas controladas	<u>78.339</u>	<u>50.438</u>
	<u>78.339</u>	<u>50.438</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação do saldo de investimento em empresas controladas

	Controladora	
	2011	2010
No início do exercício	50.712	22.731
Adição		
Adiantamento para futuro aumento de capital social em subsidiárias	20.939	20.118
Aumento de capital	4.093	
Distribuição de lucros de subsidiárias	(5.322)	
Participação nos lucros de subsidiárias	11.414	3.074
Reversão da provisão para perdas	(3.909)	(8.623)
<i>Goodwill</i>	181	799
Aquisição de controladas		12.343
Outras variações no patrimônio das subsidiárias	231	(4)
No final do exercício	<u>78.339</u>	<u>50.438</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Participação (Controladora)

	Participação	Resultado do Exercício	Patrimônio Líquido	Equivalência Patrimonial	Valor do Investimento	Goodwill
					31/12/2011	31/12/2011
Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda. - CETEBA	99,99	(302)	1.279	(302)	1.261	4.140
FMN Clínica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.	99,99	(17)	(18)	(18)		
Centro Nacional de Ensino Superior - CENESUP	99,99	5.811	25.844	5.812	25.842	
Educred - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	99,99	285	718	283	717	
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	99,99	932	4.705	(1.687)	4.705	4.362
Instituto Campinense de Ensino Superior - ICES	99,99	2.145	9.589	2.145	9.589	
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	99,99	1.756		1.757		
Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. - ADEA	99,99	5.486	9.582	5.489	9.581	5.125
Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda. - ABES	99,99	(3.073)	5.500	(3.072)	5.500	7.517
Centro de Educação Continuada Maurício de Nassau Ltda.	99,99	1.008		1.007		
Total				11.414	57.195	21.144

	Participação	Resultado do Exercício	Patrimônio Líquido	Equivalência Patrimonial	Valor do Investimento	Goodwill
					31/12/2010	31/12/2010
Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda. - CETEBA	99,99	208	(4.151)	751		4.140
FMN Clínica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.	99,99	(76)	(2)	(76)		
Centro Nacional de Ensino Superior - CENESUP	99,99	3.548	10.800	3.457	10.820	
Educred - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	99,99	123	434	123	434	
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	99,99	(1.221)	1.724	(1.517)	1.627	4.362
Instituto Campinense de Ensino Superior - ICES	99,99	611	4.068	614	3.996	
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	99,99	740	803	680	742	
Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. - ADEA	99,99	843	5.758	868	5.884	4.944
Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda. - ABES	99,99	(1.895)	6.181	(1.826)	5.972	7.517
Total		2.881	25.615	3.074	29.475	20.963

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10	Intangível	Marcas e patentes	Licenças e implantações de software	Licenças de operação	Convênios	Carteira de alunos	Total
(a)	Controladora						
	Em 31 de dezembro 2010						
	Saldo inicial	183	955	160	255		1.553
	Aquisições	79	519	184	410		1.192
	Amortização		(329)		(87)		(416)
	Saldo contábil, líquido	262	1.145	344	578		2.329
	Em 31 de dezembro 2010						
	Custo	262	2.066	344	665		3.337
	Amortização acumulada		(921)		(87)		(1.008)
	Saldo contábil, líquido	262	1.145	344	578		2.329
	Em 31 de dezembro 2011						
	Saldo inicial	262	1.145	344	578		2.329
	Aquisições	59	789	289	125	828	2.090
	Amortização		(427)	(293)	(203)	(138)	(1.061)
	Saldo contábil, líquido	321	1.507	340	500	690	3.358
	Em 31 de dezembro 2011						
	Custo	321	2.855	633	790	828	5.427
	Amortização acumulada		(1.348)	(293)	(290)	(138)	(2.069)
	Saldo contábil, líquido	321	1.507	340	500	690	3.358
	Taxas anuais médias de amortização %		20	33	25	25	

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b)

	Licenças e de <i>software</i>		Licenças de operação	Convênios	Carteira de alunos	Goodwill	Total
	Marcas e patentes	implantações					
Em 31 de dezembro 2010							
Saldo inicial	37	1.230	200	201		20.164	21.832
Aquisições	353	539	450	405		799	2.546
Amortização		(536)	(59)	(28)			(623)
Saldo contábil, líquido	390	1.233	591	578		20.963	23.755
Em 31 de dezembro 2010							
Custo	390	1.769	650	606		20.963	24.378
Amortização acumulada		(536)	(59)	(28)			(623)
Saldo contábil, líquido	390	1.233	591	578		20.963	23.755
Em 31 de dezembro 2011							
Saldo inicial	390	1.233	591	578		20.963	23.755
Aquisições	59	797	716	125	828	181	2.706
Baixas							
Amortização		(461)	(497)	(203)	(138)		(1.299)
Saldo contábil, líquido	449	1.569	810	500	690	21.144	25.162
Em 31 de dezembro 2011							
Custo	449	3.174	1.307	790	828	21.144	27.692
Amortização acumulada		(1.605)	(497)	(290)	(138)		(2.530)
Saldo contábil, líquido	449	1.569	810	500	690	21.144	25.162
Taxas anuais médias de amortização %		20	33	25	25		

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Goodwill

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, o *goodwill* apurado nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
CETEBA (i)	4.140	4.140
ABES (i)	7.517	7.517
SECARGO (i)	4.362	4.362
ADEA (i)	5.125	4.944
	<u>21.144</u>	<u>20.963</u>

(i) Refere-se ao ágio gerado em combinação de negócios, fundamentado em expectativa de rentabilidade futura

(d) Perda (*impairment*) do ágio

O *goodwill* e intangíveis identificados com vida útil indefinida são alocados às Unidades Geradoras de Caixa (UGC), identificadas de acordo com as respectivas Unidades.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos, usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a UGC atua.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Margem bruta (a)	70%	70%
Taxa de crescimento (b)	3%	3%
Taxa de desconto (c)	12,3%	12,3%

(a) Margem bruta orçada

(b) Taxa de crescimento média ponderada, usada para extrapolar os fluxos de caixa após o período orçado.

(c) Taxa de desconto antes dos impostos, aplicada às projeções do fluxo de caixa, baseada no custo médio ponderado do capital (CAPM), baseado nas médias de mercado.

A administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. A taxa de desconto utilizada corresponde à taxa antes dos impostos e reflete riscos específicos do negócio. O teste de recuperação dos ativos, efetuado em 31 de dezembro de 2011, não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11	Imobilizado										
(a)	Composição do saldo – Controladora										
	Computador	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Aeronaves	Móveis e utensílios	Livros	Terrenos	Total em operações	Obras em andamento	Imobilizado total
Em 31 de dezembro 2010											
	268	57.386	1.926	258	2.727	1.366	2.312	10.300	76.543	18.524	95.067
	750	2.154	1.824	8.659	851	2.686	2.686	16.924	16.924	1.043	17.967
	(154)	(3.910)	(274)	(52)	(298)	(436)	(922)	(6.046)	(6.046)	(6.046)	(6.046)
	864	55.630	3.476	206	11.088	1.781	4.076	10.300	87.421	19.567	106.988
Em 31 de dezembro 2010											
	1.148	67.904	4.330	310	12.412	2.463	6.975	10.300	105.842	19.567	125.409
	(284)	(12.274)	(854)	(104)	(1.324)	(682)	(2.899)	(18.421)	(18.421)	(18.421)	(18.421)
	864	55.630	3.476	206	11.088	1.781	4.076	10.300	87.421	19.567	106.988
Em 31 de dezembro 2011											
	864	55.630	3.476	206	11.036	1.781	4.076	10.300	87.369	19.567	106.936
	1.139	1.402	835	262	489	28.294	697	33.118	33.118	9.767	42.885
	(147)	(4.256)	(675)	(225)	(821)	(212)	(1.211)	(7.477)	(7.477)	(225)	(7.477)
	1.856	52.776	3.636	88	10.215	2.058	3.562	38.594	112.785	29.334	142.119
Em 31 de dezembro 2011											
	2.287	69.306	5.165	258	12.304	2.952	7.672	38.594	138.538	29.334	167.872
	(431)	(16.530)	(1.529)	(170)	(2.089)	(894)	(4.110)	(25.753)	(25.753)	(25.753)	(25.753)
	1.856	52.776	3.636	88	10.215	2.058	3.562	38.594	112.785	29.334	142.119
	20	10	10	20	6,7	10	20	20	20	20	20
	Taxas anuais médias de depreciação %										

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição do saldo – Consolidado

	Computador	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Aeronaves	Móveis e utensílios	Livros	Terrenos	Total em operações	Obras em andamento	Imobilizado total
Em 31 de dezembro 2010											
Saldo inicial	443	61.182	3.337	258	2.745	1.791	3.596	10.308	83.660	27.335	110.995
Aquisições	1.548	6.478	2.989		8.659	1.791	4.451	6.991	32.907	24.871	57.778
Aquisições oriundas das combinações de negócios	121	3.304	615	142		320	372		4.874	634	5.508
Alienações	(383)	(4.783)	(614)		(298)	(632)	(1.737)	(8)	(8.447)	(13.551)	(13.559)
Depreciação	1.729	66.181	6.327	400	11.106	3.270	6.682	17.291	112.986	39.289	152.275
Saldo contábil, líquido	2.285	80.314	7.985	412	12.412	4.537	11.755	10.305	130.005	46.345	176.350
Em 31 de dezembro 2011											
Custo	(556)	(14.133)	(1.658)	(12)	(1.376)	(1.267)	(5.073)		(24.075)		(24.075)
Depreciação acumulada	1.729	66.181	6.327	400	11.036	3.270	6.682	10.305	105.930	46.345	152.275
Em 31 de dezembro 2011											
Saldo inicial	1.729	66.181	6.327	400	11.036	3.270	6.682	10.305	105.930	46.345	152.275
Aquisições	1.635	3.402	2.840	122		946	1.815	28.295	39.055	13.872	52.927
Alienações	(354)	(5.288)	(1.160)	(178)	(721)	(598)	(1.535)		(9.834)	(225)	(9.834)
Depreciação	3.010	64.295	8.007	119	10.315	3.618	6.962	38.600	134.926	60.217	195.143
Saldo contábil, líquido	3.920	83.716	10.825	309	12.412	5.483	13.570	38.600	168.835	60.217	229.052
Em 31 de dezembro 2011											
Custo	(910)	(19.421)	(2.818)	(90)	(2.197)	(1.865)	(6.608)		(33.909)		(33.909)
Depreciação acumulada	3.010	64.295	8.007	219	10.215	3.618	6.962	38.600	134.926	60.217	195.143
Saldo contábil, líquido	20	10	10	20	6,7	10	20				
Taxas anuais médias de depreciação %											

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Outras informações

(c.i) Propriedades em arrendamentos mercantis – Controladora

A Companhia possui contratos de aluguéis os quais foram classificados como arrendamento financeiro, e encontram-se classificados no imobilizado em contrapartida de passivo.

Tipo	Prazo do contrato	Custo	Depreciação acumulada	2011	2010
				Saldo líquido	Saldo líquido
Edifícios	de 20 a 21 anos	44.991	(8.414)	36.577	38.742

(c.ii) Propriedades em arrendamentos mercantis – Consolidado

O Grupo possui contratos de aluguéis os quais foram classificados como arrendamento financeiro, e encontram-se classificados no imobilizado em contrapartida de passivo.

Tipo	Prazo do contrato	Custo	Depreciação acumulada	2011	2010
				Saldo líquido	Saldo líquido
Edifícios	de 20 a 21 anos	51.826	(9.710)	42.116	44.613

(c.iii) Garantias

A Companhia possui contratos de empréstimos (*leasings*) o qual aliena fiduciariamente os bens adquiridos. Os bens alienados referem-se a veículos, aeronaves, máquinas e equipamentos e equipamentos de informática. Em 31 dezembro de 2011, a Controladora possuía R\$ 14.130 alienados fiduciariamente (2010 - R\$ 16.047), e o consolidado possuía R\$ 15.399 alienados fiduciariamente (2010 - R\$ 17.864).

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Fornecedores nacionais	5.460	1.258	6.146	2.089
Prestadores nacionais	49		95	
	<u>5.509</u>	<u>1.258</u>	<u>6.241</u>	<u>2.089</u>

13 Compromissos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Contas a pagar por aquisições de imóveis (a)	8.390		8.390	
Contas a pagar por aquisição de investimentos (b)	1.471	3.100	1.471	3.100
	<u>9.861</u>	<u>3.100</u>	<u>9.861</u>	<u>3.100</u>
(-) Circulante	<u>(8.390)</u>		<u>(8.390)</u>	
Não circulante	<u>1.471</u>	<u>3.100</u>	<u>1.471</u>	<u>3.100</u>

(a) Referem-se ao contas a pagar de 49% dos valores das aquisições do imóvel da Sasderba (Associação Assistencial dos Servidores do DER-BA) em Salvador.

(b) O registro desta obrigação presente de investimentos ocorre devido à cláusula contratual do Instrumento Contratual de Aquisição da ADEA – Sociedade de Desenvolvimento Avançado Ltda., onde houve uma retenção a título de *Escrow Account* no valor de R\$ 871 e a título de caução no valor de R\$ 600, montando o saldo de R\$ 1.471 (2011 – R\$ 3.100), cuja movimentação é autorizada apenas para pagamento de contingências, e que será liberado após 5 anos.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
Capital de Giro (1)	CDI + 2,5% a.a.	38.511	503	38.517	503
Finame (2)	TJLP + 3,18% a 4,50% a.a.	6.636	8.230	7.456	8.230
Leasing (2)	0,90% a 1,73% a.m.	5.710	6.420	5.875	7.391
Conta garantida					22
		<u>50.857</u>	<u>15.153</u>	<u>51.848</u>	<u>16.146</u>
(-) Circulante		<u>(4.182)</u>	<u>(3.787)</u>	<u>(4.603)</u>	<u>(4.703)</u>
Não circulante		<u>46.675</u>	<u>11.366</u>	<u>47.245</u>	<u>11.443</u>

(1) Garantidos com títulos em cobrança.

(2) Garantidos por alienação fiduciária do bem e/ou nota promissória. Referem-se principalmente a *leasing* de equipamentos de informática, televisores, condicionadores de ar, entre outros.

Não há valores de empréstimos e financiamentos mantidos em moeda estrangeira.

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
2012	10.186	3.793	10.596	3.878
2013	10.617	2.627	10.768	2.727
2014	10.331	973	10.340	952
2015	10.311	795	10.311	778
2016	3.424	3.178	3.424	3.108
A partir de 2017	1.806		1.806	
	<u>46.675</u>	<u>11.366</u>	<u>47.245</u>	<u>11.443</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Salários, encargos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Salários a pagar	2.273	2.369	3.347	3.243
Provisão para férias e encargos	4.606	3.803	6.475	5.121
Encargos sociais	1.363	1.091	2.009	1.783
Outros	145	554	193	409
	<u>8.387</u>	<u>7.817</u>	<u>12.024</u>	<u>10.556</u>

16 Obrigações de arrendamento mercantil

A Companhia e o grupo possuem contratos de aluguéis de imóveis os quais foram classificados como arrendamento financeiro, e encontram-se classificados no imobilizado e nas obrigações de arrendamento mercantil, conforme Nota 11.

O prazo dos contratos são de vinte anos, podendo ser renovados em condições a serem negociadas ao final do período. Os contratos possuem pagamentos mensais, fixadas, e são atualizados anualmente pelo índice IGP-M, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas. Não existem restrições ou cláusulas que dependam dos resultados ou distribuição de dividendos pela Companhia.

Os contratos foram considerados, no julgamento da Companhia, como arrendamento mercantil financeiro essencialmente pelo prazo dos contratos de aluguel representarem a maior parte da vida econômica dos ativos.

Os contratos foram calculados a valor presente a uma taxa de 1,05% a.m.

O vencimento dos pagamentos dos aluguéis mínimos dos arrendamentos financeiros está descrito a seguir:

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora		2011		2010
Vencimentos	Pagamentos mínimos	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos
Circulante				
2011				760
2012	6.967	(6.102)	865	
	6.967	(6.102)	865	760
Não circulante				
2012				865
2013	6.967	(5.986)	981	981
2014	6.967	(5.854)	1.113	1.113
2015	6.967	(5.704)	1.263	1.263
2016	6.967	(5.535)	1.432	1.432
2017 em diante	83.802	(40.863)	42.939	42.834
	111.670	(63.942)	47.728	48.488
	118.637	(70.044)	48.593	49.248
Consolidado		2011		2010
Vencimentos	Pagamentos mínimos	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos
Circulante				
2011				859
2012	7.987	(7.009)	978	
	7.987	(7.009)	978	859
Não circulante				
2013	7.987	(6.876)	1.111	978
2014	7.987	(6.724)	1.263	1.111
2015	7.987	(6.553)	1.434	1.263
2016	7.987	(6.357)	1.630	1.434
2017 em diante	95.232	(46.534)	48.698	50.223
	127.180	(73.044)	54.136	55.009
	135.167	(80.053)	55.114	55.868

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Capital social e reservas

(a) Capital social

O capital social é dividido em 26.878.824 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalizando em 31 de dezembro de 2011 o valor de R\$ 71.837.

Na emissão de ações ordinárias, sem valor nominal, a Companhia incorreu em gastos no montante de R\$ 866. Esses gastos relativos à emissão das referidas ações foram registrados no patrimônio líquido da Companhia, como redutores da conta de capital social.

Em 12 de agosto de 2013 a companhia aprovou o desdobramento de 4 notas de ações para cada 1 ação antiga. Portanto o capital social da Companhia passa a ser dividida em 107.515.296 ações ordinárias sem valor nominal. Os cálculos do lucro e do dividendo por ação foram ajustados retrospectivamente baseado neste desdobramento.

A composição acionária da Companhia (com base no novo número de ações) está assim demonstrada (quantidade de ações):

	Ordinárias	Total	2011 %	2010 Total
José Janguie Bezerra Diniz	94.274.036	94.274.036	87,68%	94.274.036
Jânio Janguie Bezerra Diniz	1.075.152	1.075.152	1,00%	1.075.152
Poah One Acquisition Holdings VII LLC	12.166.108	12.166.108	11,32%	12.166.108
	<u>107.515.296</u>	<u>107.515.296</u>	<u>100,00%</u>	<u>107.515.296</u>

(b) Reserva de incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei no 11.638, de 2008). Essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

Devido à adesão ao Prouni, os valores do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, não pagos em razão do incentivo fiscal concedido, são contabilizados no resultado do período, reduzindo as despesas dos referidos tributos. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante dos incentivos fiscais é destinado, após transitar pelo resultado, para a conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Esta reserva de lucro somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Ademais, tais valores não poderão ser distribuídos aos acionistas, mediante restituição ou redução do capital, por até cinco anos após a data em que ocorrer referida capitalização.

(c) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Retenção de lucros

Representa a parcela destinada do lucro, destinada para conta de Reserva de Retenção de Lucros para futuro investimento de capital e estará sujeito à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral.

(e) Ajuste de avaliação patrimonial

Os saldos e movimentações dos exercícios findos em 31 de dezembro referem-se ao custo atribuído aos bens do ativo imobilizado. Conforme Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento dos pronunciamentos técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, quando da adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27, 37 e 43 no que diz respeito ao ativo imobilizado, a administração da entidade identificou bens ou conjuntos de bens de valores relevantes ainda em operação, relevância essa medida em termos de provável geração futura de caixa, e que apresentem valor contábil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo em seus saldos iniciais.

(f) Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária, ressalvado os casos em que o Acordo de Acionistas estabeleça diferente, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os dividendos o cômputo dos dividendos e sua respectiva movimentação no exercício são como segue:

	Consolidado	
	2011	2010
Lucro líquido do exercício	31.553	35.712
(-) Reserva de Incentivo Fiscal (a)	(11.655)	(13.283)
	<u>19.898</u>	<u>22.429</u>
Constituição da reserva legal	(1.578)	(1.786)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	18.320	20.643
Dividendo mínimo obrigatório calculado	4.580	5.161
Dividendos adicionais pagos e/ou propostos	283	874
No final do exercício	<u>4.863</u>	<u>6.035</u>
Média ponderada de ações em circulação no final do exercício*	107.515.296	107.515.296
Dividendos por ação	0,05	0,06

(a) A reserva de incentivo fiscal considerara para efeito de calculo de dividendos inclui a retenção de reservas de incentivo fiscal das controladas.

* Vide Nota 17 (a)

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Receita líquida dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receita com prestação de serviços				
Mensalidade de graduação	146.804	133.055	210.974	168.752
Mensalidade de pós graduação	2.475	2.736	3.306	3.630
Outras receitas	4.669	3.717	13.540	6.749
	<u>153.948</u>	<u>139.508</u>	<u>227.820</u>	<u>179.131</u>
Impostos, descontos e abatimentos sobre serviços				
Impostos incidentes sobre serviços	(6.519)	(5.957)	(9.753)	(8.072)
Descontos, bolsas e abatimentos	(24.524)	(22.519)	(34.550)	(29.763)
	<u>(31.043)</u>	<u>(28.476)</u>	<u>(44.303)</u>	<u>(37.835)</u>
Receita líquida	<u>122.905</u>	<u>111.032</u>	<u>183.517</u>	<u>141.296</u>

19 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Pessoal e encargos	32.556	27.429	50.915	36.938
Depreciação e amortização	1.976	1.348	3.017	2.426
Serviços prestados por pessoa física e pessoa jurídica	1.550	1.923	2.311	2.201
Energia elétrica, água e telefone	3.863	3.205	6.259	4.686
Aluguéis	5.932	1.326	8.222	3.354
Outros	747	730	1.092	798
	<u>46.624</u>	<u>35.961</u>	<u>71.816</u>	<u>50.403</u>

20 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Pessoal e encargos sociais	18.444	13.229	23.985	16.708
Serviços prestados por pessoa física e pessoa jurídica	7.194	4.946	8.805	6.122
Publicidade e propaganda	6.536	6.007	12.041	9.789
Provisão e perda efetiva para crédito de liquidação duvidosa	3.330	300	6.741	2.197
Depreciação e amortização	6.610	5.114	8.293	6.644
Materiais de expediente	2.243	994	2.832	1.331
Tributos	1.330	679	1.564	716
Outros	2.032	2.478	2.851	2.126
	<u>47.719</u>	<u>33.747</u>	<u>67.112</u>	<u>45.633</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Receita e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Despesas financeiras				
Despesas de juros	(6.082)	(5.214)	(6.406)	(5.226)
Juros de arrendamentos mercantis	(6.204)	(6.294)	(7.124)	(7.228)
Descontos concedidos	(832)	(990)	(2.657)	(1.798)
IOF sobre mútuos		(131)		(502)
Ajuste a valor presente	(287)		(1.765)	
Outros	(561)	(1.362)	(861)	(1.485)
	<u>(13.966)</u>	<u>(13.991)</u>	<u>(18.813)</u>	<u>(16.239)</u>
Receitas financeiras				
Juros	2.678	4.904	4.566	5.738
Rendimentos de aplicações financeiras	1.818	1.345	1.824	1.366
Descontos obtidos	145	76	220	391
Outros	148	622	158	623
	<u>4.789</u>	<u>6.947</u>	<u>6.768</u>	<u>8.118</u>
Despesa financeira, líquida	<u>(9.177)</u>	<u>(7.044)</u>	<u>(12.045)</u>	<u>(8.121)</u>

22 Imposto de renda e contribuição social

Em conformidade com a Lei nº 11.096/2005, regulamentada pelo Decreto 5.493/2005 e normatizada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 456/2004, nos termos do artigo 5º da Medida Provisória nº 213/2004, as entidades de ensino superior que aderiram ao Prouni ficam isentas, no período de vigência do termo de adesão, dentre outros, do IRPJ e da CSLL, devendo a apuração ser baseada no lucro da exploração das atividades isentas. A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 estão apresentados a seguir:

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	32.130	36.549	33.284	35.727
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	10.924	12.427	11.317	12.147
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Ajustes da Lei 11.638/2007	577	142	1.163	391
Equivalência patrimonial	(3.881)	(1.045)		
Despesas não dedutíveis	210	1.321	548	1.615
Compensação de prejuízo fiscal			(507)	
	7.830	12.845	12.521	14.153
Benefício fiscal lucro da exploração - PROUNI	(7.253)	(12.008)	(11.655)	(13.283)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	577	837	866	870
Alíquota efetiva - %	1,80%	2,29%	2,60%	2,44%

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Conciliação consolidada da despesa do imposto de renda e da contribuição social para as empresas regidas pelo Lucro Presumido

	Consolidado	
	2011	2010
Receita bruta de vendas	6.354	1.440
Presunção 32% - Imposto de renda	1.972	461
Presunção 32% - Contribuição Social	1.982	461
Receitas de aluguéis	355	
Receitas Financeiras	216	27
Contribuição Social: 9%	230	44
Imposto de renda: 25%	636	122
Imposto de renda e contribuição social	866	166

(ii) Conciliação consolidada da despesa do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Imposto de renda e Contribuição Social do exercício corrente - Empresas optantes pelo regime de lucro real	577	837	866	870
Imposto de renda e Contribuição Social do exercício corrente - Empresas optantes pelo regime de lucro presumido			866	166
	577	837	1.732	1.036
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	32.130	36.549	33.284	36.755
Alíquota efetiva - %	1,80%	2,29%	5,20%	2,82%

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Partes relacionadas

(a) Mútuos entre partes relacionadas

	Controladora	
	2011	2010
Ativo		
<i>Mútuo</i>		
FMN Clínica de Fisioterapia Ltda.	93	63
Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda. - CETEBA		1.246
Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda. - ICES		2.838
Sociedade Educacional Carvalho Gomes - SECARGO		1.908
Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda. - ABES		2.112
Centro Nacional de Ensino Superior Ltda. - CENESUP		10.790
Instituto Maurício de Nassau	159	311
Associação de Desenvolvimento Educacional Avançado - ADEA		299
	<u>252</u>	<u>19.567</u>
Passivo		
<i>Mútuo</i>		
Educred Administ. de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	631	365
Associação de Desenvolvimento Educacional Avançado - ADEA		65
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	67	725
Centro de Educação Continuada Mauricio de Nassau Ltda.	118	
	<u>816</u>	<u>1.155</u>
Consolidado		
Ativo		
<i>Mútuo</i>		
Instituto Maurício de Nassau	171	21
	<u>171</u>	<u>21</u>

O mútuo com partes relacionadas referem-se a pagamentos realizados entre as empresas do Grupo para cobrir despesas incorridas. As transações foram feitas considerando a inexistência de juros e prazo para vencimento, portanto vencíveis a vista.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Remuneração total do pessoal-chave da administração	1.280	1.105	1.280	1.105

(c) Outras transações

	2011			Controladora 2010		
	Pagamentos	Despesa	Passivo	Pagamentos	Despesa	Passivo
Aluguéis - JJ Participações (i)	9.950	3.362	46.177	6.122		46.902
Aluguéis - E Lucena S.A. (ii)	662	662		271	271	
Construção de edificações (iii)	2.177			5.487		
Ações sociais (iv)	593			276		
	<u>13.382</u>	<u>4.024</u>	<u>46.177</u>	<u>12.156</u>	<u>271</u>	<u>46.902</u>

	2011			2010		
	Pagamentos	Despesa	Passivo	Pagamentos	Despesa	Passivo
Aluguéis - JJ Participações (i)	9.950	3.362	46.177	6.122		46.177
Aluguéis - E Lucena S.A. (ii)	662	662		271	271	
Construção de edificações (iii)	2.177			2.210		
Ações sociais (iv)	593			276		
	<u>13.382</u>	<u>4.024</u>	<u>46.177</u>	<u>8.879</u>	<u>271</u>	<u>46.177</u>

- (i) A Companhia firmou Contrato de Locação de Imóveis Comerciais com a empresa JJ Participações e Projetos Ltda, empresa pertencente ao acionista José Janguê Bezerra Diniz. Os imóveis estão localizados nas cidades de Recife, Fortaleza, Campina Grande, Caruaru e Maceió. Os contratos foram firmados pelo prazo de vinte anos, e estão registrados no balanço como propriedades em arrendamentos mercantis, e obrigações com arrendamentos mercantis. O prazo dos contratos são de vinte anos, podendo ser renovados em condições a serem negociadas ao final do período. Os contratos possuem pagamentos mensais, fixadas, e são atualizados anualmente pelo índice IGP-M, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas. Não existem restrições ou cláusulas que dependam dos resultados ou distribuição de dividendos pela Companhia.
- (ii) A Companhia firmou Contrato de Locação de Imóveis Comerciais com a empresa E Lucena S/A, empresas pertencente ao acionista José Janguê Bezerra Diniz. Os imóveis estão localizados na cidade de Recife. Os contratos foram firmados pelo prazo de dez anos, podendo ser renovados em condições a serem negociadas ao final do período. Os contratos possuem pagamentos mensais, fixadas, e são atualizados anualmente pelo índice IGP-M, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas. Não existem restrições ou cláusulas que dependam dos resultados ou distribuição de dividendos pela Companhia.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) A Companhia firmou contratos de construção e reformas das unidades de Recife, Maceió, João Pessoa e Salvador com a empresa Indústria e Construções Vão Livre S.A., empresa pertencente a membros da família do acionista José Janguê Bezerra Diniz. Os dispêndios efetuados no contrato estão registrados no imobilizado da Companhia.
- (iv) A Companhia firmou contratos com o Instituto Ser Educacional, empresa mantida pelo Ser Educacional S.A para realizar ações de responsabilidade social. As transações com esta empresa envolvem doação de recursos para o desenvolvimento de atividades de apoio prestadas nas áreas de pesquisa, extensão e artes, pesquisas de mercado, bolsas de pesquisa, ações integração comunitária, além de outras atividades. Os dispêndios efetuados estão registrados nas despesas da Companhia.

24 Provisão para contingência

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso.

(a) Cível

A Companhia, com apoio dos seus consultores jurídicos, efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível para suportar as prováveis saídas de recursos relacionados com essas causas. A administração mantém provisão no montante de R\$ 84 em 31 de dezembro de 2011 (2010 - R\$ 20). A administração mantém provisão no montante de R\$ 84 para o Grupo (2010 - R\$ 21).

Adicionalmente, a Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 391 (2010 - R\$ 291), para as quais não há provisão constituída. A Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificados com risco de perda possível para o Grupo, cujo valor em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 391 (2010 - R\$ 291), para os quais não há provisão constituída.

(b) Trabalhista

A Companhia, com apoio dos seus consultores jurídicos, efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista para suportar as prováveis saídas de recursos relacionados com essas causas. A administração mantém provisão no montante de R\$ 89 em 31 de dezembro de 2011 (2010 - zero). A administração mantém provisão no montante de R\$ 89 para o grupo (2010 - zero).

Adicionalmente, a Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 300 (2010 - R\$ 200), para as quais não há provisão constituída. A Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista, classificados com risco de perda possível para o Grupo, cujo valor em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 391 (2010 - R\$ 291), para os quais não há provisão constituída.

25 Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. O cálculo do lucro e por ação foi ajustado retrospectivamente baseado no desdobramento de ações ocorrido em agosto de 2013, conforme detalhado na Nota 17.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Combinação de Negócios

(i) Sociedade Baiana de Ensino Superior - ABES

Em 30 de abril de 2010, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social da Sociedade Baiana de Ensino Superior - ABES, com sede na cidade de Salvador, estado de Bahia. A contraprestação pela compra foi de R\$ 12.343.

A ABES era controlada pelo mesmo controlador da Companhia; por este motivo, a transação foi efetuada pelo valor de livros, uma vez que a Companhia e a ABES pertencem ao mesmo grupo econômico. A tabela abaixo demonstra os ativos e passivos, a valor de livros, assumidos pela Companhia na aquisição.

	<u>ABES</u>
Contraprestação pela compra	12.343
Caixa e equivalentes de caixa	338
Clientes	4.695
Intangível	32
Imobilizado	5.508
Partes relacionadas	3.204
Tributos a recuperar	89
Adiantamento a fornecedor	38
Outros créditos a receber	148
Fornecedores	(117)
Empréstimos e financiamentos	(431)
Obrigações trabalhistas	(418)
Obrigações tributárias	(410)
Parcelamento de tributos	(222)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(49)
Arrendamento mercantil	(3.531)
Outras contas a pagar	(697)
Partes relacionadas	(3.351)
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	4.826
<i>Goodwill</i>	7.517
	<u>12.343</u>

O *goodwill* que surge da aquisição é atribuível à expectativa de rentabilidade futura da Unidade. Não se espera que o *goodwill* reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda. Essa aquisição, está inserida no foco estratégico na busca de oportunidades relacionadas em novos mercados e também a obtenção de ganhos por sinergias com a estrutura operacional do Grupo, expansão na oferta de cursos que geram e suportam a expectativa de rentabilidade futura oriunda de tais aquisições.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A demonstração do resultado consolidada do exercício de 2010 inclui, desde a data de aquisição e para o exercício social de 2010, receitas e prejuízo líquido nos montantes de R\$ 12.150 e R\$ 575, respectivamente.

Se a ABES tivesse sido consolidada a partir de 1º de janeiro de 2010, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida *pro forma* de R\$ 143.983 e lucro *pro forma* de R\$ 37.383. Essa informação de receita líquida e resultado foi obtida mediante a simples agregação dos valores das empresas adquirida e adquirente e não representa os valores reais consolidados para o ano.

27 Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2011, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

<u>Ramos</u>	<u>Importâncias seguradas</u>
Incêndio de bens do imobilizado (Prédios/Conteúdos)	R\$ 37.710.000
Incêndio de bens do imobilizado (Caso aeronáutico)	US\$ 7.100.000
Incêndio de bens do imobilizado (R.E.T.A aeronáutico)	R\$ 2.250.120
Incêndio/Terceiros/Casco de Veículo leves e pesados	100% Fipe

28 Eventos Subsequentes

(i) Sociedade de Ensino e Pesquisa de Sergipe - SESPS

Em 12 de janeiro de 2012, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social da Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda. - SESPS, com sede na Cidade de Aracaju, Estado de Sergipe. A contraprestação pela compra foi de R\$ 906, sendo pago em 2012 o valor de R\$ 706 e o saldo a pagar a ser realizado até o fim do exercício de 2013.

A Unidade possui aproximadamente 100 alunos alocados em 1 campus, e contém no seu portfólio 2 cursos de graduação. Como resultado dessa aquisição, espera-se que a Companhia aumente sua presença nesse mercado.

O *goodwill* que surge da aquisição, no valor de R\$ 1.043, é atribuível à expectativa de rentabilidade futura da Unidade. Não se espera que o *goodwill* reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda.

(ii) Universo Professores Associados - FAUNI

Em 12 de janeiro de 2012, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social do Universo Professores Associados S/S Ltda. - FAUNI, com sede na Cidade de Belém, Estado do Pará. A contraprestação pela compra foi de R\$ 1.600, sendo pago à vista.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Unidade possui aproximadamente 80 alunos alocados em 1 campus, e contém no seu portfólio 10 cursos de graduação. Como resultado dessa aquisição, espera-se que a Companhia aumente sua presença nesse mercado.

O *goodwill* que surge da aquisição, no valor de R\$ 959, é atribuível à expectativa de rentabilidade futura da Unidade. Não se espera que o *goodwill* reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda.

(iii) Faculdade Piauiense e Faculdade Aliança

Em 9 de janeiro de 2013, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas do capital social do Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda.-CESPI, localizada na cidade de Teresina, Estado de Piauí. Na mesma data, a Companhia também adquiriu a totalidade das quotas do capital social da Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. – SIESPI e de sua subsidiária Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda. A contraprestação pela compra foi de R\$ 29.798, sendo pago até 30 de junho de 2013 o valor de R\$ 7.488 e o resto a pagar em 4 parcelas semestrais até fevereiro de 2015.

As Unidades possuem aproximadamente 4.800 alunos alocados em 3 campi, e contém no seu portfólio 19 cursos de graduação, bacharelados e tecnólogos. Como resultado dessa aquisição, espera-se que a Companhia aumente sua presença nesse mercado.

Um passivo contingente no valor de R\$ 3.249 foi reconhecido referente às exposições trabalhistas do Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda.-CESPI, da Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. – SIESPI e de sua subsidiária Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda. Em 30 de junho de 2013, não houve mudanças no valor reconhecido para o passivo na data de aquisição, uma vez que não houve qualquer mudança nos resultados ou premissas usados para desenvolver as estimativas.

Os acionistas vendedores concordaram contratualmente em indenizar a Ser Educacional pelo montante que pode tornar-se devido no que diz respeito à ação acima mencionada. Um ativo de indenização, equivalente ao valor justo do passivo indenizado, foi reconhecido pela Companhia. O ativo de indenização é deduzido da contraprestação transferida para a combinação de negócios. Adicionalmente, não houve mudança no valor reconhecido para o ativo de indenização em 30 de junho de 2013.

O *goodwill*, no valor de R\$ 13.778, que surge da aquisição é atribuível à expectativa de rentabilidade futura das Unidades. Não se espera que o *goodwill* reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda.

Como se trata de uma avaliação preliminar, os saldos ainda podem sofrer alterações em sua alocação dentro do período de mensuração.

(iv) Winglet

Em 1 de março de 2013, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social do Winglet Escola de Aviação Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco. A contraprestação pela compra foi de R\$ 120, sendo R\$ 79 pagos à vista, e R\$41 retido para compensação de dívida líquida a ser apurada, com pagamento previsto para agosto de 2013.

O *goodwill* que surge da aquisição é atribuível à expectativa de rentabilidade futura da Unidade. Não se espera que o *goodwill* reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda.

Como se trata de uma avaliação preliminar, o ágio ainda poderá sofrer alterações em sua alocação dentro do período de mensuração.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(v) Faculdade Decisão.

Em 9 de julho de 2013, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social da Sociedade Educacional Paulista Ltda (FADE), com sede na cidade de Paulista, estado de Pernambuco, pelo valor de R\$3.380. O pagamento foi acordado da seguinte forma:

(i) R\$140 pagos à vista.

(ii) R\$3.240 a serem pagos em 36 prestações mensais e consecutivas de R\$90 a partir de agosto de 2013, atualizadas a cada 12 meses pelo IGPM.

A sociedade é mantenedora da Faculdade Decisão e possui aproximadamente 655 alunos alocados em 1 campus, e contém no seu portfólio 5 cursos de graduação, bacharelados e tecnólogos. Como resultado dessa aquisição, espera-se que a Companhia aumente sua presença nesse mercado.

(vi) Faculdade Juvêncio Terra Ltda.

Em 25 de julho de 2013, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social do Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda. (Faculdade Juvêncio Terra), com sede na cidade de Vitória da Conquista, estado da Bahia. O pagamento foi acordado da seguinte forma:

(i) O valor de aquisição foi de R\$ 5.000

(ii) Retenção de R\$ 5.000 para compensação de dívida líquida apurados na data da transação. O valor foi descontado do preço.

A sociedade é mantenedora da Faculdade Juvêncio Terra e possui aproximadamente 530 alunos alocados em 1 campus, e contém no seu portfólio 5 cursos de graduação, bacharelados e tecnólogos. Como resultado dessa aquisição, espera-se que a Companhia aumente sua presença nesse mercado.

(vii) Cisão do capital social

Em 30 de maio de 2013 foram realizadas as cisões parciais de determinados ativos das sociedades ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda., CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda., ADEA - Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. e ICES - Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda., todas subsidiárias da Companhia, sendo os acervos cindidos compostos por ativos imobilizados transferidos à Companhia.

Em 28 de junho de 2013, foi aprovada a cisão parcial da Companhia, com a transferência de determinados ativos à holding JJ Participações e Projetos Ltda. de ativos e passivos principalmente ativos imobilizados. A JJ Participações e Projetos Ltda. é uma empresa sob controle comum do acionista controlador da Companhia, portanto a transação foi efetuada a valor de livros.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Terrenos	43.677
Edificações	86.211
Aeronaves	8.567
Imobilizado cindido	<u>138.455</u>
Empréstimos a pagar cindidos	(4.912)
Compromissos a pagar cindidos	<u>(7.839)</u>
Acervo líquido cindido	<u><u>125.704</u></u>

Concomitantemente à cisão, foram firmados contratos de locação de longo prazo entre a Companhia e a JJ Participações e Projetos Ltda., garantindo à Companhia o direito de uso dos imóveis, a partir de 1 de julho de 2013, pelo prazo mínimo de 10 anos, prorrogável por igual período a critério exclusivo da Companhia. Os valores dos contratos foram determinados com base em laudo de avaliação de especialistas.

Não houve mudanças na distribuição do capital social da Companhia, mas sim uma redução de seu patrimônio líquido em valor equivalente ao acervo cindido no montante de R\$ 125.704.

* * *

ANEXO I Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2010 e relatório dos Auditores Independentes.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Ser Educacional S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2010
e relatório dos auditores independentes**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Ser Educacional S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ser Educacional S.A. ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Ser Educacional S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.



Ser Educacional S.A.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ser Educacional S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ser Educacional S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ser Educacional S.A.

Ênfases

Conforme descrito na Nota 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Reemissão das demonstrações financeiras e relatório de auditoria

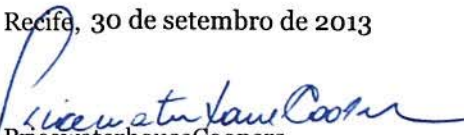
Chamamos a atenção para a Nota 2.1 (a) e (b) às demonstrações financeiras, que descrevem as atualizações e reemissões das demonstrações financeiras no contexto do processo de abertura de capital. Emitimos nosso relatório do auditor independente originalmente com data de 27 de maio de 2011 sobre as demonstrações financeiras emitidas anteriormente. Devido à atualização descrita na Nota 2.1 (a), emitimos novo relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras reemitidas em 22 de agosto de 2013. Adicionalmente, conforme descrito na Nota 2.1 (b), a administração promoveu nova atualização e reemissão dessas demonstrações financeiras em virtude dos assuntos também descritos nessa nota. Devido à atualização descrita na Nota 2.1 (b), emitimos esse novo relatório de auditoria sobre essas demonstrações financeiras reemitidas. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desses assuntos.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recife, 30 de setembro de 2013



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/Q-5 "F" PE



Marco Aurélio de Castro e Melo
Contador CRC 1SP153070/O-3 "S" PE

Ser Educacional S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2010	2009	2010	2009		2010	2009		
Passivo e patrimônio líquido										
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.747	17.257	2.403	17.485		1.258	1.870	2.089	2.289
Contas a receber de clientes	7	10.556	5.272	18.393	7.254		3.787	1.432	4.703	2.153
Impostos a recuperar	8	3.458	3.096	3.648	3.180		7.817	6.093	10.556	6.964
Adiantamentos a fornecedores	8	677		1.453			2.646	2.513	4.348	3.389
Partes relacionadas	23	19.567	30.720	21	11.327		833	865	1.271	875
Outros ativos		955	1.290	1.688	1.781		760	303	859	343
		36.960	57.635	27.606	41.027		1.155		790	2.825
							133	4	151	39
							19.179	17.666	24.767	23.443
Não circulante										
Realizável a longo prazo							11.366	8.037	11.443	8.627
Contas a receber de clientes	7	4.960	2.736	5.668	2.944		48.488	49.271	55.009	52.393
Depósitos judiciais		75		715			3.100	1.210	3.100	1.210
Despesas antecipadas				800					861	1.123
Adiantamento para investimentos			13.371		13.371		3.910	12.435		
Outros ativos		136	20	212	1.120		20	8	21	8
							66.884	70.961	70.434	63.361
Investimentos	9	50.438	15.214							
Intangível	10	2.329	1.553	23.755	14.315					
Imobilizado	11	106.988	95.066	152.275	110.995					
		164.926	127.960	183.425	142.745		70.971	70.971	70.971	70.971
							54.163	37.497	54.163	37.497
							(9.311)	(11.500)	(9.311)	(11.500)
							115.823	96.968	115.823	96.968
Total do patrimônio líquido										
Participação dos não controladores										
									7	
							115.823	96.968	115.830	96.968
		201.886	185.595	211.031	183.772		201.886	185.595	211.031	183.772
Total do passivo e patrimônio líquido										

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ser Educacional S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2010	2009	2010	2009
Receita líquida	18	111.032	105.789	141.296	121.754
Custo	19	(35.961)	(32.127)	(50.403)	(41.225)
Lucro bruto		75.071	73.662	90.893	80.529
Despesas gerais e administrativas	20	(33.747)	(36.272)	(45.633)	(40.811)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(805)	(399)	(384)	(785)
Participação nos lucros de controladas	9	3.074	11		
Lucro operacional		43.593	37.002	44.876	38.933
Receita financeira	21	6.947	4.812	8.118	5.355
Despesas financeiras	21	(13.991)	(11.717)	(16.239)	(14.121)
Despesas financeiras, líquidas	21	(7.044)	(6.905)	(8.121)	(8.766)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		36.549	30.097	36.755	30.167
Imposto de renda e contribuição social	22	(12.845)	(10.038)	(14.319)	(10.857)
Incentivo fiscal - Prouni	22	12.008	9.648	13.283	10.397
Lucro líquido do exercício		35.712	29.707	35.719	29.707
Atribuível a					
Acionistas da Controladora				35.712	29.707
Participação dos não controladores				7	-
				35.719	29.707
Média ponderada das ações no exercício (em milhares)*				107.515	107.515
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Controladora durante o exercício (expresso em R\$ por ação)				0,33	0,28

* Vide Nota 17 (a)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ser Educacional S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido Em milhares de reais

Nota Explicativa	Capital social	Gastos com emissões de ações	Ajustes de avaliação patrimonial	Atribuível aos acionistas da controladora				Dividendos propostos	Lucros acumulados	Participação dos não controladores	Total	Total do patrimônio líquido
				Incentivos fiscais	Legal	Retenção	Reserva de lucros					
Em 1º de janeiro de 2009	71.837	(866)	-	13.180	-	-	-	1.385	-	85.536	85.536	
Custo atribuído aos bens do ativo imobilizado			(13.689)							(13.689)	(13.689)	
Saldo de abertura ajustado	71.837	(866)	(13.689)	13.180	-	-	-	1.385	-	71.847	71.847	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	9.648	1.485	-	-	29.707	-	29.707	29.707	
Constituição da reserva de incentivo fiscal								(9.648)				
Constituição da reserva legal								(1.485)				
Dividendo mínimo obrigatório								(4.456)			(4.456)	
Dividendos propostos						4.811		(4.941)			(130)	
Constituição da reserva de retenção de lucros						8.373		(8.373)				
Realização do ajuste do custo atribuído ("deemed cost")			2.189					(2.189)				
Total de contribuições dos quotistas e distribuições aos quotistas	-	-	2.189	9.648	1.485	8.373	4.811	(31.092)	-	(4.586)	(4.586)	
Em 31 de dezembro de 2009	71.837	(866)	2.189	22.828	1.485	8.373	4.811	-	-	96.968	96.968	
Em 1º de janeiro de 2010	71.837	(866)	(11.500)	22.828	1.485	8.373	4.811	-	-	96.968	96.968	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.008	1.786	-	-	35.712	7	35.719	35.719	
Constituição da reserva de incentivo fiscal								(12.008)				
Constituição da reserva legal								(1.786)				
Dividendo mínimo obrigatório								(5.161)			(5.161)	
Dividendos propostos							8.598	(8.598)				
Distribuição de dividendos							(11.689)	(11.689)			(11.689)	
Constituição da reserva de retenção de lucros						5.963		(5.970)			(7)	
Realização do ajuste do custo atribuído ("deemed cost")			2.189					(2.189)				
Em 31 de dezembro de 2010	71.837	(866)	(9.311)	34.836	3.271	14.336	1.720	-	7	115.823	115.830	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ser Educacional S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de Dezembro Em milhares de reais

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2010	2009	2010	2009
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		36.549	30.097	36.755	30.167
Ajustes de					
Depreciação e amortização	10 e 11	6.462	3.937	9.070	7.388
Ganho ou perda na alienação de imobilizado e intangível		13.549	397	13.559	397
Resultado de equivalência patrimonial	9	(3.074)	(11)		
Constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa	7 (d)	300	4.034	2.197	(1.645)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	21	11.508	9.572	12.454	11.339
		65.294	48.026	74.035	47.646
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(7.808)	(3.256)	(16.440)	1.648
Tributos a recuperar		(362)	(1.510)	(468)	(1.491)
Outros ativos		(533)	(922)	(1.393)	(2.655)
Fornecedores		(612)	109	(180)	(1.067)
Salários e encargos sociais		1.724	617	3.592	166
Tributos a pagar		100	(1.029)	1.142	(1.337)
Compromissos a pagar		1.890		1.890	
Outros passivos		134	(6.292)	6.095	(6.289)
Caixa gerado nas operações		59.827	35.743	68.273	36.621
Juros pagos de empréstimos		(9.090)	(9.913)	(8.947)	(11.734)
Imposto de renda e contribuição social pago		(837)	(390)	(1.102)	(460)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		49.900	25.440	58.224	24.427
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Adições ao Investimento	9	(27.303)	(376)		
Adições ao imobilizado		(32.891)	(12.808)	(60.758)	(23.953)
Adições ao intangível	10	(1.192)	(969)	(2.546)	(997)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(61.386)	(14.153)	(63.304)	(24.950)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	14	5.907		6.234	
Amortização de empréstimos e financiamentos	14	(920)	(1.613)	(3.012)	(1.863)
Amortização de arrendamentos mercantis	16	(673)	(65)	(759)	(140)
Partes relacionadas	23	11.295	(15.487)	7.168	(3.299)
Dividendos pagos no exercício	17 (f)	(19.633)		(19.633)	
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamentos		(4.024)	(17.165)	(10.002)	(5.302)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(15.510)	(5.878)	(15.082)	(5.825)
Caixa e equivalentes a caixa		(15.510)	(5.878)	(15.082)	(5.825)
No início do exercício		17.257	23.135	17.485	23.311
No final do exercício		1.747	17.257	2.403	17.486

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ser Educacional S.A.

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de Dezembro Em milhares de reais

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2010	2009	2010	2009
Receitas					
Receita de Serviços	12	139.508	137.590	179.131	158.930
Provisão e perda efetiva para crédito de liquidação duvidosa	14	(300)	(4.034)	(2.197)	1.645
Deduções da Receita	12	(28.476)	(31.801)	(37.835)	(37.176)
		110.732	101.755	139.099	123.399
Insumos adquiridos de terceiros					
Serviços prestados por pessoa física e jurídica	13 e 14	(6.869)	(7.662)	(8.323)	(9.594)
Energia elétrica, água e telefone	13 e 14	(3.205)	(2.894)	(4.686)	(4.091)
Publicidade e propaganda	14	(6.007)	(7.160)	(9.789)	(9.836)
Materiais de expediente	14	(994)	(1.183)	(1.331)	(1.370)
Outros		(4.013)	(2.899)	(3.308)	(4.032)
		(21.088)	(21.798)	(27.437)	(28.923)
Valor adicionado bruto		89.644	79.957	111.662	94.476
Depreciação e amortização	13 e 14	(6.462)	(3.937)	(9.070)	(7.388)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		83.182	76.020	102.592	87.088
Receitas financeiras	15	6.947	4.812	8.118	5.355
Participação no lucro de controladas	6	3.074	11	-	-
Valor adicionado total a distribuir		93.203	80.843	110.710	92.443
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos sociais	13 e 14	(40.658)	(36.299)	(53.646)	(44.400)
Impostos, Taxas e Contribuições		(1.516)	(1.542)	(1.752)	(1.876)
Tributos Federais		(837)	(390)	(1.036)	(460)
Tributos Municipais		(679)	(1.152)	(716)	(1.416)
Remuneração de capitais de terceiros		(15.317)	(13.295)	(19.593)	(16.460)
Despesas financeiras	15	(13.991)	(11.717)	(16.239)	(14.121)
Aluguéis	13	(1.326)	(1.578)	(3.354)	(2.339)
Dividendos		(15.046)		(15.046)	
Lucro Líquido do Exercício		(20.666)	(29.707)	(20.673)	(29.707)
Valor adicionado distribuído		(93.203)	(80.843)	(110.710)	(92.443)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Ser Educacional S.A. (“Companhia”) e suas controladas (conjuntamente, “Grupo”) tem como atividades preponderantes o desenvolvimento e administração de atividades nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e outras áreas associadas à educação e a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades simples ou empresárias, no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia era uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Recife, Estado de Pernambuco, com registro arquivado na Junta Comercial do Estado de Pernambuco.

O Grupo possuía, em 31 de dezembro de 2010, nove empresas, sendo nove mantenedoras de instituição de ensino superior, constituídas sob a forma de sociedades empresárias de responsabilidade limitada e, reúne nove faculdades, distribuídas em cinco Estados do país.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 30 de setembro de 2013.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além dos lucros líquidos dos exercícios apresentados, razão pela qual a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

(a) Reapresentação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram preparadas para o processo de abertura de capital junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A reapresentação contempla as exigências de divulgação feitas pela CVM em relação às companhias de capital aberto. As demonstrações financeiras foram emitidas originalmente em 27 de maio de 2011 e foram reemitidas em 22 de agosto de 2013.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Ajustes adicionais às demonstrações financeiras

A administração efetuou nova alteração e está reapresentando essas demonstrações financeiras para incluir determinadas informações descritivas nas notas 4, 7, 16 e 23. Essas divulgações referem-se, substancialmente, a complementos e cruzamentos de informações entre notas explicativas das demonstrações financeiras, com o objetivo de melhor detalhar e esclarecer aspectos qualitativos de divulgação nas referidas notas explicativas.

Devido às alterações descritas nas notas explicativas, como descrito acima, reapresentamos estas demonstrações financeiras conforme aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de setembro de 2013.

(c) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

(d) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. No caso da Companhia, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes sociedades controladas, cuja participação é assim resumida:

	Diretas %	
	2010	2009
Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda. - ABES	99,99	*
Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. - ADEA	99,99	99,99
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	99,99	99,99
Instituto Campinense de Ensino Superior - ICES	99,99	99,99
Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.- CETEBA	99,99	99,99
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	99,99	99,99
Centro Nacional de Ensino Superior - CENESUP	99,99	99,99
FMN Clínica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.	99,99	99,99
Educred - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	99,99	99,99
Centro de Educação Continuada Mauricio de Nassau Ltda.	99,99	99,99

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

*Controlada adquirida em 2010.

O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as eliminações das operações realizadas entre as empresas consolidadas.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, as contas bancárias e outros investimentos de curto prazo com alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com baixo risco de mudança no valor, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

2.4.2 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

2.4.3 Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa".

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a totalidade dos títulos e valores mobiliários da Companhia classificam-se como empréstimos e recebíveis.

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços arrecadados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*).

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.6 Provisão para crédito de liquidação duvidosa

É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos. É calculada pela administração quando existe evidência objetiva de perda, considerando o fluxo de caixa esperado, descontado pela taxa efetiva de juros.

2.7 Investimentos em controladas (aplicável somente para as demonstrações financeiras individuais)

Os investimentos em empresas controladas, nas demonstrações financeiras da controladora, estão registrados pelo método da equivalência patrimonial.

A participação societária em controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada. Nas demonstrações contábeis individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura - *goodwill* é apresentado no investimento.

2.8 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" no consolidado. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

(b) Carteira de alunos

As relações contratuais com alunos, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período esperado da relação com o aluno.

(c) Licenças e implantações de *softwares*

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Licenças de operação

As licenças de operação são capitalizadas com base nos gastos incorridos junto ao Ministério de Educação referentes à autorização e ao reconhecimento dos cursos oferecidos, assim como credenciamento das Unidades. As licenças têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período de vigência das licenças obtidas junto ao Ministério da Educação.

(e) Convênios

Os convênios são capitalizados com base nos custos incorridos para firmar contratos, junto a empresas parceiras, que confiram aos alunos do Grupo o direito de exercer as atividades de graduação complementares, necessárias para sua formação acadêmica. Esses custos são amortizados durante o prazo dos referidos contrato.

2.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo, menos depreciação acumulada e perda para impairment. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do período em que o ativo for baixado.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio e marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de indicador de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a Unidade Geradora de Caixa. O valor líquido de venda é determinado com base em contrato de venda entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo.

2.11 Fornecedores e compromissos a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e os compromissos a pagar são obrigações decorrentes da aquisição de imóveis e dos saldos a pagar oriundos de combinações de negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar a fornecedores e os compromissos a pagar são apresentados como passivo não circulante.

As contas a pagar aos fornecedores e os compromissos a pagar são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado.

2.12 Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil que transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo, são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro, e sob estes contratos os ativos são reconhecidos inicialmente pelo menor valor entre o valor justo e pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato em contrapartida de um passivo financeiro, reconhecido pelo valor presente dos pagamentos do contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método de custo amortizado e considerando a taxa efetiva de juros do contrato.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.14 Provisões

As provisões para contingências (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.15 Tributação

(a) Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas.

(b) PIS e COFINS

Para as receitas das atividades de ensino, com exceção das atividades de graduação das unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos "PROUNI", incidem o Programa de Integração Social "PIS" e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social "COFINS" nas alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incidem o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%.

As atividades de graduação nas unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos "PROUNI" são isentas do Programa de Integração Social "PIS" e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social "COFINS".

(c) PROUNI

As unidades que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- Imposto de Renda de Pessoa Jurídica "IRPJ" e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido "CSLL", instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991; e,
- PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

As isenções acima mencionadas são originalmente calculadas sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica.

(d) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.16 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33).

2.17 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.18 Reconhecimento da receita, custos e despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

(a) Receita de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de ensino superior, pós-graduação, cursos livres e atividades educacionais correlatas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço.

As mensalidades dos cursos e seus respectivos descontos variam de acordo com o curso, a unidade ou o termo acadêmico. As receitas são geradas com base em contratos de preço fixo, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação do serviço. Os recebimentos antecipados de matrícula e mensalidades são registrados como "Adiantamentos de clientes" e reconhecidos no mês de competência da prestação dos serviços.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Receitas e despesas financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

2.19 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.20 Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada em uma única Unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Passivos contingentes

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo dos passivos contingentes consolidado é de R\$ 151. Vide Nota 24.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Perda (*impairment*) do ágio

Anualmente, o Grupo testa perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.11. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

Se a taxa de desconto estimada antes do imposto aplicada aos fluxos de caixa para as UGCs fossem 1% maior que as estimativas da administração, a Companhia continuaria sem a necessidade do reconhecimento de perda (*impairment*) do ágio.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as Unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas.

(a) Risco de mercado

(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de longo prazo.

O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São avaliados cenários, levando em consideração refinanciamento e renovação de posições existentes. Com base nessa avaliação, o Grupo monitora o risco de variação significativa na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A política de vendas da Companhia e de suas controladas está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios. A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. No segmento de ensino superior presencial para os alunos contemplados pelo Programa de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior - FIES, a Companhia tem parte substancial dos créditos garantidos pelo Programa. A Companhia mantém registrado provisão para créditos de liquidação duvidosa para fazer face ao risco de crédito, incluindo os potenciais riscos de inadimplência da parcela não garantida dos alunos beneficiados pelo FIES. Essa análise de crédito avalia a qualidade do crédito dos alunos levando em consideração o histórico de pagamentos, prazo do relacionamento com a instituição, análise de crédito (SPC e Serasa).

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado, conforme Nota 7 (d) que demonstra também a movimentação da provisão para devedores duvidosos no período.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas, atuam de acordo com sua política financeira, onde os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários encontram-se com instituições financeiras com risco de crédito BBB de acordo com agência de crédito Standard & Poor's, Fitch e Moody's.

(c) Risco de liquidez

É o risco de não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2010				
Dividendos a pagar	790			
Empréstimos e financiamentos	3.441	3.311	2.073	
Arrendamento Mercantil	6.967	6.967	20.901	90.661
Fornecedores	1.258			
Compromisso a pagar		3.100		
Em 31 de dezembro de 2009				
Dividendos a pagar	4.586			
Empréstimos e financiamentos	3.088	3.088	5.051	
Arrendamento Mercantil	6.967	6.967	27.866	90.558
Fornecedores	1.870			
Compromisso a pagar		1.210		
	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2010				
Dividendos a pagar	790			
Empréstimos e financiamentos	3.642	3.512	2.239	
Arrendamento Mercantil	7.987	7.987	23.961	135.059
Fornecedores	2.089			
Compromisso a pagar		3.100		
Em 31 de dezembro de 2009				
Dividendos a pagar	4.586			
Empréstimos e financiamentos	3.125	3.125	5.115	
Arrendamento Mercantil	7.987	7.987	31.946	103.038
Fornecedores	2.269			
Compromisso a pagar		1.210		

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2010	2009
Total de empréstimos e financiamentos bancários	16.146	10.780
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(2.403)	(17.485)
Dívida líquida	13.743	(6.705)
Total do patrimônio líquido	115.830	96.968
Total do capital	129.573	90.263
Índice de alavancagem financeira	11%	-7%

4.3 – Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros do Grupo são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações do Grupo estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros. As aplicações com CDI estão registrados a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2010, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base na última taxa básica de juros determinada pelo BACEN na reunião do Comitê de Política Monetária em 08 de dezembro de 2010 (10,75% a.a), utilizou-se esta taxa como cenário provável para o ano. A partir desta, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2010, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Ser Educacional S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cenário Elevação do CDI e TJLP				
Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações Financeiras 802	CDI	10,75% 86	13,44% 108	16,13% 129
Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Capital de Giro (503)	CDI	10,75% (54)	13,44% (68)	16,13% (81)
Finame (8.230)	TJLP	6,00% (494)	7,50% (617)	9,00% (741)
Posição Líquida		(462)	(577)	(692)
Cenário Queda do CDI e TJLP				
Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações Financeiras 802	CDI	10,75% 86	8,06% 65	5,38% 43
Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Capital de Giro (503)	CDI	10,75% (54)	8,06% (41)	5,38% (27)
Finame (8.230)	TJLP	6,00% (494)	4,50% (370)	3,00% (247)
Posição Líquida		(462)	(346)	(231)

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Controladora

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Empréstimos e recebíveis		
Numerários em caixa e bancos	945	439
Aplicações financeiras	802	16.818
Contas a receber de clientes	15.516	8.008
Depósitos judiciais	75	
Partes relacionadas	19.567	30.720
	<u>36.905</u>	<u>55.985</u>
Outros passivos financeiros registrados pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	15.153	9.469
Fornecedores	1.258	1.870
Dividendos a pagar	790	4.586
Compromissos a pagar	3.100	1.210
	<u>20.301</u>	<u>17.135</u>

(b) Consolidado

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Empréstimos e recebíveis		
Numerários em caixa e bancos	1.601	667
Aplicações financeiras	802	16.818
Contas a receber de clientes	24.061	10.198
Depósitos judiciais	715	
Partes relacionadas	21	11.327
	<u>27.200</u>	<u>39.010</u>
Outros passivos financeiros registrados pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	16.146	10.780
Partes relacionadas		2.825
Fornecedores	2.089	2.269
Dividendos a pagar	790	4.586
Compromissos a pagar	3.100	1.210
	<u>22.125</u>	<u>21.670</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, o valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia se aproximam dos seus valores justos.

6 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Numerários em caixa	106	52	440	83
Bancos - conta corrente	839	387	1.161	584
Aplicações financeiras	802	16.818	802	16.818
	<u>1.747</u>	<u>17.257</u>	<u>2.403</u>	<u>17.485</u>

O Caixa e equivalentes de caixa consiste em numerário disponível na Companhia, saldos mantidos em bancos e aplicações financeiras de curto prazo – com vencimento não superior a 90 dias, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

7 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Mensalidades de alunos (a)	13.457	14.970	23.046	18.061
FIES a Receber (c)	299		340	
Acordos a receber (b)	7.641	5.928	11.584	6.764
Creditos educativos a receber (c)	7.407		11.218	
Outros	594	692	1.227	817
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (d)	(13.882)	(13.582)	(23.354)	(15.444)
	<u>15.516</u>	<u>8.008</u>	<u>24.061</u>	<u>10.198</u>
(-) Circulante	<u>(10.556)</u>	<u>(5.272)</u>	<u>(18.393)</u>	<u>(7.254)</u>
Não circulante	<u>4.960</u>	<u>2.736</u>	<u>5.668</u>	<u>2.944</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Mensalidades de alunos

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a análise do vencimento dos saldos de mensalidades de alunos é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Vencidas até 30 dias	1.357	1.179	1.823	1.587
Vencidas de 31 a 60 dias	1.116	1.011	1.551	1.330
Vencidas de 61 a 90 dias	1.079	913	1.477	1.214
Vencidas de 91 a 179 dias	1.655	1.752	2.345	2.291
Vencidas há mais de 180 dias	11.462	11.613	19.773	13.253
Créditos a identificar	(3.212)	(1.498)	(3.923)	(1.614)
	<u>13.457</u>	<u>14.970</u>	<u>23.046</u>	<u>18.061</u>

(b) Acordos a receber

A administração da Companhia mantém critérios rígidos que não permitem rolagem de dívida de um semestre para o outro. A Companhia oferece toda forma e meios de pagamento ao aluno, porém considera seus respectivos limites de crédito, e se necessário, solicita a presença de fiador para o crédito concedido. Os acordos a receber de alunos referem-se a renegociações dos alunos inadimplentes da Companhia. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a análise do vencimento dos saldos de acordos a receber é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
A vencer	856	1.220	1.130	1.371
Vencidas até 30 dias	406	463	621	551
Vencidas de 31 a 60 dias	511	377	789	461
Vencidas de 61 a 90 dias	492	380	770	465
Vencidas de 91 a 179 dias	941	858	1.395	1.013
Vencidas há mais de 180 dias	4.435	2.630	6.879	2.903
	<u>7.641</u>	<u>5.928</u>	<u>11.584</u>	<u>6.764</u>

(c) Créditos educativos a receber e FIES a receber

Os créditos educativos a receber - Sistema FIES, estão representados pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal - CEF e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF e pelo Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários) dos funcionários da Companhia, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outros créditos educativos a receber estão representados pelos créditos educacionais do Fundaplub (Fundação Aplub de Crédito Educativo) e Educured, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos e aprovados pela Companhia, e estão registrados a valor presente. Tais recursos financeiros serão repassados à Companhia e suas controladas após a formatura dos respectivos alunos.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Creditos educativos a receber</u>				
Fundaplub e Educured	7.407		11.218	
	<u>7.407</u>		<u>11.218</u>	
(-) Circulante	(2.447)		(5.550)	
Não circulante	<u>4.960</u>		<u>5.668</u>	
<u>FIES a receber</u>				
FIES a Receber	299		340	
	<u>299</u>		<u>340</u>	

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber, considerando evidências objetivas de perda incorrida. A evidência objetiva de perda é observada na análise dos percentuais históricos (índices) de recuperação de valores abertos, considerando o período de maturação na carteira de clientes, bem como as expectativas de renegociações com os alunos ao longo dos semestres e nos períodos de matrícula.

Em adição a política supramencionada a Companhia realiza uma análise individual do contas a receber, onde não foram observados itens sujeitos a não recuperabilidade.

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
No início do exercício	13.582	9.548	15.444	17.089
Adição de provisão para créditos de liquidação duvidosa			5.713	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa de contas a receber	<u>300</u>	<u>4.034</u>	<u>2.197</u>	<u>(1.645)</u>
No final do exercício	<u>13.882</u>	<u>13.582</u>	<u>23.354</u>	<u>15.444</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, encontram-se vencidas, mas não *impaired* os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Vencidas até 30 dias	1.763	1.642	2.444	2.138
Vencidas de 31 a 60 dias	1.627	1.388	2.340	1.791
Vencidas de 61 a 90 dias	1.571	1.293	2.247	1.679
Vencidas de 91 a 179 dias	890	1.773	1.570	2.402
Vencidas há mais de 180 dias				
	<u>5.851</u>	<u>6.096</u>	<u>8.601</u>	<u>8.010</u>

Essas contas referem-se a uma série de alunos independentes o qual os índices de inadimplência históricos da Companhia não indicam a necessidade de se constituir uma provisão para crédito de liquidação duvidosa.

8 Tributos a recuperar e a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Tributos a recuperar				
Imposto de renda sobre aplicação financeira	117		129	
Imposto de renda e contribuição social a compensar	2.201	2.424	2.404	2.430
Imposto sobre serviço - ISS				26
Pis e cofins a compensar	132	84	144	133
IOF a recuperar	673	294	564	294
INSS a recuperar			351	
Outros	335	294	56	297
	<u>3.458</u>	<u>3.096</u>	<u>3.648</u>	<u>3.180</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Tributos a recolher				
Imposto sobre serviço - ISS	1.191	972	2.078	1.185
PIS e COFINS	234	195	279	217
Imposto sobre operações financeiras - IOF	990	484	1.604	839
Imposto de renda retido na fonte	61	540	86	686
INSS	120	174	237	295
IPTU a recolher		54		54
Outros	50	94	64	113
	<u>2.646</u>	<u>2.513</u>	<u>4.348</u>	<u>3.389</u>

9 Investimentos

(a) Composição do saldo (Controladora)

	Controladora	
	2010	2009
Investimentos em empresas controladas	<u>50.438</u>	<u>15.214</u>
	<u>50.438</u>	<u>15.214</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) **Movimentação do saldo de investimento em empresas controladas (Controladora)**

	Controladora	
	2010	2009
No início do exercício	22.731	12.919
Adição		376
Adiantamento para futuro aumento de capital social em subsidiárias	20.118	
Distribuição de lucros de subsidiárias		351
Participação nos lucros de subsidiárias	3.074	11
Reversão da provisão para perdas <i>Goodwill</i>	(8.623) 799	1.568
Aquisição de controladas	12.343	
Outras variações no patrimônio das subsidiárias	(4)	(11)
No final do exercício	<u>50.438</u>	<u>15.214</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Participação (Controladora)

	Participação	Resultado do Exercício	Patrimônio Líquido	Equivalência Patrimonial	Valor do Investimento 31/12/2010	Goodwill 31/12/2010
Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda. - CETEBA	99,99	208	(4.151)	751		4.140
FMN Clínica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.	99,99	(76)	(2)	(76)		
Centro Nacional de Ensino Superior - CENESUP	99,99	3.548	10.800	3.457	10.820	
Educred - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	99,99	123	434	123	434	
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	99,99	(1.495)	1.450	(1.517)	1.627	4.362
Instituto Campinense de Ensino Superior - ICES	99,99	611	4.068	614	3.996	
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	99,99	740	803	680	742	
Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. - ADEA	99,99	843	5.758	868	5.884	4.944
Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda. - ABES	99,99	(1.895)	6.181	(1.826)	5.972	7.517
Total				3.074	29.475	20.963

	Participação	Resultado do Exercício	Patrimônio Líquido	Equivalência Patrimonial	Valor do Investimento 31/12/2009	Goodwill 31/12/2009
Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda. - CETEBA	99,99	504	(9.623)	504		3.841
FMN Clínica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.	99,99	(8)	(2)	(8)		
Centro Nacional de Ensino Superior - CENESUP	99,99	1.670	2.460	1.670	2.460	
Educred - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	99,99	122	107	122	107	
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	99,99	(2.254)	(2.003)	(2.254)		3.862
Instituto Campinense de Ensino Superior - ICES	99,99	(23)	(505)	(23)		4.944
Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. - ADEA				11	2.567	12.647
Total						

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10	Intangível						
(a)	Controladora	Marcas e patentes	Licenças e implantações de software	Taxa de abertura de cursos	Convênios	Total	
	Em 31 de dezembro 2009						
	Saldo inicial		510	112	215	837	
	Aquisições	183	822	48	40	1.093	
	Amortização		(377)			(377)	
	Saldo contábil, líquido	183	955	160	255	1.553	
	Em 31 de dezembro 2009						
	Custo	183	1.547	160	255	2.145	
	Amortização acumulada		(592)			(592)	
	Saldo contábil, líquido	183	955	160	255	1.553	
	Em 31 de dezembro 2010						
	Saldo inicial	183	955	160	255	1.553	
	Aquisições	79	519	184	410	1.192	
	Amortização		(329)		(87)	(416)	
	Saldo contábil, líquido	262	1.145	344	578	2.329	
	Em 31 de dezembro 2010						
	Custo	262	2.066	344	665	3.337	
	Amortização acumulada		(921)		(87)	(1.008)	
	Saldo contábil, líquido	262	1.145	344	578	2.329	
	Taxas anuais médias de amortização %		20	33	25		

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) **Consolidado**

	Marcas e patentes	Licenças e implantações de software	Taxa de abertura de cursos	Convênios	Goodwill	Total
Em 31 de dezembro 2009						
Saldo inicial	37	548	126	161	12.647	13.519
Aquisições		1.072	74	40		1.186
Amortização		(390)				(390)
Saldo contábil, líquido	37	1.230	200	201	12.647	14.315
Em 31 de dezembro 2009						
Custo	37	1.858	200	201	12.647	14.943
Amortização acumulada		(628)				(628)
Saldo contábil, líquido	37	1.230	200	201	12.647	14.315
Em 31 de dezembro 2010						
Saldo inicial	37	1.230	200	201	12.647	14.315
Aquisições	351	530	429	405	8.316	10.031
Aquisições oriundas das combinações de negócios	2	9	21	(28)		32
Amortização		(536)	(59)			(623)
Saldo contábil, líquido	390	1.233	591	578	20.963	23.755
Em 31 de dezembro 2010						
Custo	390	1.769	650	606	20.963	24.378
Amortização acumulada		(536)	(59)	(28)		(623)
Saldo contábil, líquido	390	1.233	591	578	20.963	23.755
Taxas anuais médias de amortização %		20	33	25		

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) *Goodwill*

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, o *goodwill* apurado nas aquisições em investimentos, fundamentado em expectativa de rentabilidade futura, estava representado da seguinte forma:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
CETEBA	4.140	3.841
ABES	7.517	
SECARGO	4.362	3.862
ADEA	4.944	4.944
	<u>20.963</u>	<u>12.647</u>

(d) *Perda (impairment) do ágio*

O *goodwill* e intangíveis identificados com vida útil indefinida são alocados às Unidades Geradoras de Caixa (UGC), identificadas de acordo com as respectivas Unidades.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos, usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a UGC atua.

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Margem bruta (a)	70%	70%
Taxa de crescimento (b)	3%	3%
Taxa de desconto (c)	12,3%	12,3%

(a) Margem bruta orçada

(b) Taxa de crescimento média ponderada, usada para extrapolar os fluxos de caixa após o período orçado.

(c) Taxa de desconto antes dos impostos, aplicada às projeções do fluxo de caixa, baseada no custo médio ponderado do capital (CAPM), baseado nas médias de mercado.

A administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. A taxa de desconto utilizada corresponde à taxa antes dos impostos e reflete riscos específicos do negócio. O teste de recuperação dos ativos efetuado não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Computador	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Aeronaves	Móveis e utensílios	Livros	Terrenos	Total em operações	Obras em andamento	Imobilizado total	
11	Imobilizado											
(a)	Composição do saldo – Controladora											
	Em 31 de dezembro 2009											
	Saldo inicial	58.154	9.027	310	2.205	2.901	1.987	10.300	88.209	11.246	99.455	
	Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 17 (e))	(2.979)	(8.958)			(1.752)			(13.689)		(13.689)	
	Saldo inicial ajustado	346	69	310	2.205	1.149	1.987	10.300	74.520	11.246	85.766	
	Aquisições	1.558	2.057		638	337	992		5.582	7.278	12.860	
	Alienações											
	Depreciação	(79)	(200)	(52)	(116)	(120)	(667)		(3.560)		(3.560)	
	Saldo contábil, líquido	267	1.926	258	2.727	1.366	2.312	10.300	76.542	18.524	95.066	
	Em 31 de dezembro 2009											
	Custo	397	2.506	310	3.753	1.612	4.289	10.300	88.917	18.524	107.441	
	Depreciação acumulada	(130)	(580)	(52)	(1.026)	(246)	(1.977)		(12.375)		(12.375)	
	Saldo contábil, líquido	267	1.926	258	2.727	1.366	2.312	10.300	76.542	18.524	95.066	
	Em 31 de dezembro 2010											
	Saldo inicial	268	1.926	258	2.727	1.366	2.312	10.300	76.543	18.524	95.067	
	Aquisições	750	1.824		8.659	851	2.686		16.924	1.043	17.967	
	Transferências											
	Depreciação	(154)	(274)	(52)	(298)	(436)	(922)		(6.046)		(6.046)	
	Saldo contábil, líquido	864	3.476	206	11.088	1.781	4.076	10.300	87.421	19.567	106.988	
	Em 31 de dezembro 2010											
	Custo	1.148	4.330	310	12.412	2.463	6.975	10.300	105.842	19.567	125.409	
	Depreciação acumulada	(284)	(854)	(104)	(1.324)	(682)	(2.899)		(18.421)		(18.421)	
	Saldo contábil, líquido	864	3.476	206	11.088	1.781	4.076	10.300	87.421	19.567	106.988	
	Taxas anuais médias de depreciação %	20	10	20	6,7	10	20					

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b)	Composição do saldo – Consolidado										
	Computador	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Aeronaves	Móveis e utensílios	Livros	Terrenos	Total em operações	Obras em andamento	Imobilizado total
Em 31 de dezembro 2009											
Saldo inicial	346	58.993	1.580	310	2.205	1.696	2.874	10.308	78.312	11.693	90.005
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 17 (e))	(2.979)		(8.958)			(1.752)			(13.689)		(13.689)
Saldo inicial ajustado	346	58.993	1.580	310	2.205	1.696	2.874	10.308	78.312	11.693	90.005
Aquisições	176	6.646	2.111		656	557	2.200		12.346	15.642	27.988
Depreciação	(79)	(4.457)	(354)	(52)	(116)	(462)	(1.478)		(6.998)		(6.998)
Saldo contábil, líquido	(2.190)	120.175	(4.041)	568	4.950	1.735	6.470	20.616	148.283	39.028	187.311
Em 31 de dezembro 2009											
Saldo	2.633	(58.993)	7.378	(310)	(2.205)	56	(2.874)	(10.308)	(64.623)	(11.693)	(76.316)
Custo	616	70.532	4.381	310	3.823	2.426	7.002	10.308	99.398	27.335	126.733
Depreciação acumulada	(173)	(9.350)	(1.044)	(52)	(1.078)	(635)	(3.406)		(15.738)		(15.738)
Saldo contábil, líquido	443	61.182	3.337	258	2.745	1.791	3.596	10.308	83.660	27.335	110.995
Em 31 de dezembro 2010											
Saldo inicial	443	61.182	3.337	258	2.745	1.791	3.596	10.308	83.660	27.335	110.995
Aquisições	1.548	6.478	2.989		8.659	1.791	4.451	6.991	32.907	24.871	57.778
Aquisições oriundas das combinações de negócios	121	3.304	615	142		320	372		4.874	634	5.508
Alienações								(8)	(8)	(13.551)	(13.559)
Depreciação	(383)	(4.783)	(614)		(298)	(632)	(1.737)		(8.447)		(8.447)
Saldo contábil, líquido	1.729	66.181	6.327	400	11.106	3.270	6.682	17.291	112.986	39.289	152.275
Em 31 de dezembro 2010											
Saldo	2.285	80.314	7.985	412	12.482	4.537	11.755	17.291	137.061	39.289	176.350
Custo	(556)	(14.133)	(1.658)	(12)	(1.376)	(1.267)	(5.073)		(24.075)		(24.075)
Depreciação acumulada											
Saldo contábil, líquido	1.729	66.181	6.327	400	11.106	3.270	6.682	17.291	112.986	39.289	152.275
Taxas anuais médias de depreciação %	20	4	10	20	6,7	10	20				

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Outras informações

(c.i) Propriedades em arrendamentos mercantis – Controladora

A Companhia possui contratos de aluguéis os quais foram classificados como arrendamento financeiro, e encontram-se classificados no imobilizado em contrapartida de passivo.

Arrendamentos financeiros		2010		2009	
Tipo	Prazo do contrato	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Edifícios	de 20 a 21 anos	44.991	(6.249)	38.742	40.712

(c.ii) Propriedades em arrendamentos mercantis – Consolidado

O Grupo possui contratos de aluguéis os quais foram classificados como arrendamento financeiro, e encontram-se classificados no imobilizado em contrapartida de passivo.

Arrendamentos financeiros		2010		2009	
Tipo	Prazo do contrato	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Edifícios	de 20 a 21 anos	51.824	(7.211)	44.613	46.957

(c.iii) Garantias

A Companhia possui contratos de empréstimos (*leasings*) o qual aliena fiduciariamente os bens adquiridos. Os bens alienados referem-se a veículos, aeronaves, máquinas e equipamentos e equipamentos de informática. Em 31 dezembro de 2010, a Controladora possuía R\$ 16.047 alienados fiduciariamente (R\$ 2009 - R\$ 11.390), e o consolidado possuía R\$ 17.864 alienados fiduciariamente (2009- R\$ 12.959).

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Fornecedores nacionais	1.258	1.870	2.089	2.269
	<u>1.258</u>	<u>1.870</u>	<u>2.089</u>	<u>2.269</u>

13 Compromissos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Contas a pagar por aquisição de investimentos (a)	3.100	1.210	3.100	1.210
	<u>3.100</u>	<u>1.210</u>	<u>3.100</u>	<u>1.210</u>

- (a) O registro desta obrigação presente de investimentos ocorre devido à cláusula contratual do Instrumento Contratual de Aquisição da ADEA – Sociedade de Desenvolvimento Avançado Ltda., onde houve uma retenção a título de *Escrow Account* no valor de R\$ 3.100, cuja movimentação é autorizada apenas para pagamento de contingências, e que será liberado após 5 anos.

14 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		2010	2009	2010	2009
Capital de Giro (1)	CDI + 2,5% a.a.	503		503	4
Finame (2)	TJLP + 3,18% a 4,50% a.a.	8.230	496	8.230	1.444
Leasing (2)	0,90% a 1,73% a.m.	6.420	8.973	7.391	9.332
Conta garantida				22	
		<u>15.153</u>	<u>9.469</u>	<u>16.146</u>	<u>10.780</u>
(-) Circulante		<u>(3.787)</u>	<u>(1.432)</u>	<u>(4.703)</u>	<u>(2.153)</u>
Não circulante		<u>11.366</u>	<u>8.037</u>	<u>11.443</u>	<u>8.627</u>

(1) Garantidos com títulos em cobrança.

(2) Garantidos por alienação fiduciária do bem e/ou nota promissória. Referem-se principalmente a *leasing* de equipamentos de informática, televisores, condicionadores de ar, entre outros.

Não há valores de empréstimos e financiamentos mantidos em moeda estrangeira.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
2011		1.846		1.979
2012	3.793	2.121	3.878	2.276
2013	2.627	2.403	2.727	2.578
2014	973	1.512	952	1.628
2015	795	155	778	166
A partir de 2016	3.178		3.108	
	<u>11.366</u>	<u>8.037</u>	<u>11.443</u>	<u>8.627</u>

15 Salários, encargos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Salários a pagar	2.369	1.716	3.243	2.014
Provisão para férias e encargos	3.803	2.731	5.121	3.114
Encargos sociais	1.091	1.371	1.783	1.561
Outros	554	275	409	275
	<u>7.817</u>	<u>6.093</u>	<u>10.556</u>	<u>6.964</u>

16 Obrigações de arrendamento mercantil

A Companhia e o grupo possuem contratos de aluguéis de imóveis os quais foram classificados como arrendamento financeiro, e encontram-se classificados no imobilizado e nas obrigações de arrendamento mercantil, conforme Nota 11.

O prazo dos contratos são de vinte anos, podendo ser renovados em condições a serem negociadas ao final do período. Os contratos possuem pagamentos mensais, fixadas, e são atualizados anualmente pelo índice IGP-M, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas. Não existem restrições ou cláusulas que dependam dos resultados ou distribuição de dividendos pela Companhia.

Os contratos foram considerados, no julgamento da Companhia, como arrendamento mercantil financeiro essencialmente pelo prazo dos contratos de aluguel representarem a maior parte da vida econômica dos ativos.

Os contratos foram calculados a valor presente a uma taxa de 1,05% a.m.

O vencimento dos pagamentos dos aluguéis mínimos dos arrendamentos financeiros está descrito a seguir:

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora		2010		2009
Vencimentos	Pagamentos mínimos	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos
Circulante:				
2010				303
2011	6.967	(6.207)	760	
	<u>6.967</u>	<u>(6.207)</u>	<u>760</u>	<u>303</u>
Não circulante				
2011				783
2012	6.967	(6.102)	865	865
2013	6.967	(5.854)	1.113	1.113
2014	6.967	(5.704)	1.263	1.263
2015	6.967	(5.535)	1.432	1.432
2016 em diante	90.661	(46.846)	43.815	43.815
	<u>118.529</u>	<u>(70.041)</u>	<u>48.488</u>	<u>49.271</u>
	<u>125.496</u>	<u>(76.248)</u>	<u>49.248</u>	<u>49.574</u>
Consolidado		2010		2009
Vencimentos	Pagamentos mínimos	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos
Circulante:				
2010				343
2011	7.987	(7.128)	859	
	<u>7.987</u>	<u>(7.128)</u>	<u>859</u>	<u>343</u>
Não circulante				
2011				859
2012	7.987	(7.009)	978	978
2013	7.987	(6.876)	1.111	1.111
2014	7.987	(6.724)	1.263	1.263
2015	7.987	(6.553)	1.434	1.434
2016 em diante	135.059	(52.888)	50.223	46.748
	<u>167.007</u>	<u>(80.050)</u>	<u>55.009</u>	<u>52.393</u>
	<u>174.994</u>	<u>(87.178)</u>	<u>55.868</u>	<u>52.736</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Capital social e reservas

(a) Capital social

O capital social é dividido em 26.878.824 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalizando em 31 de dezembro de 2011 o valor de R\$ 71.837.

Na emissão de ações ordinárias, sem valor nominal, a Companhia incorreu em gastos no montante de R\$ 866. Esses gastos relativos à emissão das referidas ações foram registrados no patrimônio líquido da Companhia, como redutores da conta de capital social.

Em 12 de agosto de 2013 a companhia aprovou o desdobramento de 4 notas de ações para cada 1 ação antiga. Portanto o capital social da Companhia passa a ser dividida em 107.515.296 ações ordinárias sem valor nominal. Os cálculos do lucro e do dividendo por ação foram ajustados retrospectivamente baseado neste desdobramento.

A composição acionária da Companhia (com base no novo número de ações) está assim demonstrada (quantidade de ações):

	<u>Ordinárias</u>	<u>Total</u>	<u>2010</u> %	<u>2009</u> Total
José Janguie Bezerra Diniz	94.274.036	94.274.036	87,68%	94.274.036
Jânyo Janguiê Bezerra Diniz	1.075.152	1.075.152	1,00%	1.075.152
Poah One Acquisition Holdings VII LLC	12.166.108	12.166.108	11,32%	12.166.108
	<u>107.515.296</u>	<u>107.515.296</u>	<u>100,00%</u>	<u>107.515.296</u>

(b) Reserva de incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei no 11.638, de 2008). Essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

Devido à adesão ao Prouni, os valores do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, não pagos em razão do incentivo fiscal concedido, são contabilizados no resultado do período, reduzindo as despesas dos referidos tributos. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante dos incentivos fiscais é destinado, após transitar pelo resultado, para a conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Esta reserva de lucro somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Ademais, tais valores não poderão ser distribuídos aos acionistas, mediante restituição ou redução do capital, por até cinco anos após a data em que ocorrer referida capitalização.

(c) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Retenção de lucros

Representa a parcela destinada do lucro, destinada para conta de Reserva de Retenção de Lucros para futuro investimento de capital e estará sujeito à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral.

(e) Ajuste de avaliação patrimonial

Na adoção inicial dos CPCs e IFRS, a Companhia fez análise, através de laudos de avaliação emitidos por avaliadores independentes, e adotou o custo atribuído (*"deemed cost"*), reconhecendo, principalmente, ajuste ao valor de equipamentos, máquinas e utensílios e computadores em 1º de janeiro de 2009, reduzindo o valor do ativo imobilizado no montante de R\$ 13.689 em contra-partida do Patrimônio Líquido. Este ajuste foi registrado no patrimônio e tem seus valores transferidos para a conta de lucros acumulados à medida que os ativos estão sendo realizados, na proporção da depreciação; exceção ao terreno, por ser um bem não depreciável.

(f) Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária, ressalvado os casos em que o Acordo de Acionistas estabeleça diferente, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, os dividendos o cômputo dos dividendos e sua respectiva movimentação no exercício são como segue:

	Consolidado	
	2010	2009
Lucro líquido do exercício	35.712	29.707
(-) Reserva de Incentivo Fiscal (a)	(13.283)	(10.397)
	<u>22.429</u>	<u>19.310</u>
Constituição da reserva legal	(1.786)	(1.485)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	20.643	17.825
Dividendo mínimo obrigatório calculado	5.161	4.456
Dividendos adicionais	874	4.941
No final do exercício	<u>6.035</u>	<u>9.397</u>
Média ponderada das ações no exercício*	107.515.296	107.515.296
Dividendos por ação	0,06	0,09

(a) A reserva de incentivo fiscal considerara para efeito de calculo de dividendos inclui a retenção de reservas de incentivo fiscal das controladas.

* Vide Nota 17 (a)

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Receita líquida dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receita com prestação de serviços				
Mensalidade de graduação	133.055	131.210	168.752	150.037
Mensalidade de pós graduação	2.736	2.621	3.630	3.538
Outras receitas	3.717	3.759	6.749	5.355
	<u>139.508</u>	<u>137.590</u>	<u>179.131</u>	<u>158.930</u>
Impostos, descontos e abatimentos sobre serviços				
Impostos incidentes sobre serviços	(5.957)	(4.188)	(8.072)	(5.254)
Descontos, bolsas e abatimentos	<u>(22.519)</u>	<u>(27.613)</u>	<u>(29.763)</u>	<u>(31.922)</u>
	<u>-28.476</u>	<u>-31.801</u>	<u>-37.835</u>	<u>-37.176</u>
	<u>111.032</u>	<u>105.789</u>	<u>141.296</u>	<u>121.754</u>

19 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Pessoal e encargos	27.429	23.714	36.938	29.536
Depreciação e amortização	1.348	1.100	2.426	1.996
Serviços prestados por pessoa física e pessoa jurídica	1.923	2.505	2.201	2.840
Energia elétrica, água e telefone	3.205	2.894	4.686	4.091
Aluguéis	1.326	1.578	3.354	2.339
Outros	730	336	798	423
	<u>35.961</u>	<u>32.127</u>	<u>50.403</u>	<u>41.225</u>

20 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Pessoal e encargos sociais	13.229	12.585	16.708	14.864
Serviços prestados por pessoa física e pessoa jurídica	4.946	5.157	6.122	6.754
Publicidade e propaganda	6.007	7.160	9.789	9.836
Provisão e perda efetiva para crédito de liquidação duvidosa	300	4.034	2.197	(1.645)
Depreciação e amortização	5.114	2.837	6.644	5.392
Materiais de expediente	994	1.183	1.331	1.370
Tributos	679	1.152	716	1.416
Outros	2.478	2.164	2.126	2.824
	<u>33.747</u>	<u>36.272</u>	<u>45.633</u>	<u>40.811</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Receita e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Despesas financeiras				
Despesas de juros	(5.214)	(3.862)	(5.226)	(4.962)
Juros de arrendamentos mercantis	(6.294)	(5.710)	(7.228)	(6.377)
Descontos concedidos	(990)	(1.465)	(1.798)	(2.111)
IOF sobre mútuos	(131)		(502)	(158)
Outros	(1.362)	(680)	(1.485)	(513)
	<u>(13.991)</u>	<u>(11.717)</u>	<u>(16.239)</u>	<u>(14.121)</u>
Receitas financeiras				
Juros	4.904	2.326	5.738	3.034
Rendimentos de aplicações financeiras	1.345	1.884	1.366	1.907
Descontos obtidos	76	107	391	97
Outros	622	495	623	317
	<u>6.947</u>	<u>4.812</u>	<u>8.118</u>	<u>5.355</u>
Despesa financeira, líquida	<u>(7.044)</u>	<u>(6.905)</u>	<u>(8.121)</u>	<u>(8.766)</u>

22 Imposto de renda e contribuição social

Em conformidade com a Lei nº 11.096/2005, regulamentada pelo Decreto 5.493/2005 e normatizada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 456/2004, nos termos do artigo 5º da Medida Provisória nº 213/2004, as entidades de ensino superior que aderiram ao PROUNI ficam isentas, no período de vigência do termo de adesão, dentre outros, do IRPJ e da CSLL, devendo a apuração ser baseada no lucro da exploração das atividades isentas. A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 estão apresentados a seguir:

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	36.549	30.097	35.727	30.167
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	12.427	10.233	12.147	10.257
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Ajustes da Lei 11.638/2007	142	(511)	391	(511)
Equivalência patrimonial	(1.045)	(4)		
Despesas não dedutíveis	1.321	320	1.615	1.111
	12.845	10.038	14.153	10.857
Benefício fiscal lucro da exploração - PROUNI	(12.008)	(9.648)	(13.283)	(10.397)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	837	390	870	460
Alíquota efetiva - %	2,29%	1,30%	2,44%	1,52%

(i) Conciliação consolidada da despesa do imposto de renda e da contribuição social para as empresas regidas pelo Lucro Presumido

	Consolidado	
	2010	2009
Receita bruta de vendas	1.440	
Presunção 32% - Imposto de renda	461	
Presunção 32% - Contribuição Social	461	
Receitas Financeiras	27	
Contribuição Social: 9%	44	
Imposto de renda: 25%	122	
Imposto de renda e contribuição social	166	

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Conciliação consolidada da despesa do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Imposto de renda e Contribuição Social do exercício corrente - Empresas optantes pelo regime de lucro real	837	390	870	460
Imposto de renda e Contribuição Social do exercício corrente - Empresas optantes pelo regime de lucro presumido			166	
	837	390	1.036	460
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	36.549	30.097	36.755	30.167
Alíquota efetiva - %	2,29%	1,30%	2,82%	1,52%

23 Partes relacionadas

(a) Mútuos entre partes relacionadas

Ativo	Controladora	
	2010	2009
<i>Mútuo</i>		
FMN Clínica de Fisioterapia Ltda.	63	244
FMN Agência de Turismo Ltda.		50
Educred Administ. de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.		204
Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda. - CETEBA	1.246	5.264
Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda. - ICES	2.838	3.963
Sociedade Educacional Carvalho Gomes - SECARGO	1.908	4.898
Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda. - ABES	2.112	2.973
Centro Nacional de Ensino Superior Ltda. - CENESUP	10.790	4.898
Instituto Maurício de Nassau	311	147
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.		25
Associação de Desenvolvimento Educacional Avançado - ADEA	299	40
José Janguê Bezerra Diniz		8.014
	19.567	30.720

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo

Mútuo

Educred Administ. de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	365	
Associação de Desenvolvimento Educacional Avançado - ADEA	65	
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	725	
	<u>1.155</u>	
		Consolidado
	2010	2009

Ativo

Mútuo

Instituto Maurício de Nassau	21	
Universo Professores Associados S/S Ltda.		2.973
Sociedade de Ensino Superior e Pesquisa de Sergipe Ltda.		340
José Janguie Bezerra Diniz		8.014
	<u>21</u>	<u>11.327</u>

Passivo

Mútuo

Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda. - ABES		2.825
		<u>2.825</u>

O mútuo com partes relacionadas referem-se a pagamentos realizados entre as empresas do Grupo para cobrir despesas incorridas. As transações foram feitas considerando a inexistência de juros e prazo para vencimento, portanto vencíveis a vista.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Remuneração total do pessoal-chave da administração	<u>1.105</u>	<u>969</u>	<u>1.105</u>	<u>969</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Outras transações

	2010			Controladora 2009		
	Pagamentos	Despesa	Passivo	Pagamentos	Despesa	Passivo
Aluguéis - JJ Participações (i)	6.122		46.902	7.245		47.543
Aluguéis - E Lucena S.A. (ii)	271	271		288	288	
Construção de edificações (iii)	5.487			2.971		
Ações sociais (iv)	276			612		
	<u>12.156</u>	<u>271</u>	<u>46.902</u>	<u>11.116</u>	<u>288</u>	<u>47.543</u>

	2010			Consolidado 2009		
	Pagamentos	Despesa	Passivo	Pagamentos	Despesa	Passivo
Aluguéis - JJ Participações (i)	6.122		46.177	7.245		47.543
Aluguéis - E Lucena S.A. (ii)	271	271		288	288	
Construção de edificações (iii)	2.210			1.765		
Ações sociais (iv)	276			510		
	<u>8.879</u>	<u>271</u>	<u>46.177</u>	<u>9.808</u>	<u>288</u>	<u>47.543</u>

- (i) A Companhia firmou Contrato de Locação de Imóveis Comerciais com a empresa JJ Participações e Projetos Ltda, empresa pertencente ao acionista José Janguiê Bezerra Diniz. Os imóveis estão localizados nas cidades de Recife, Fortaleza, Campina Grande, Caruaru e Maceió. Os contratos foram firmados pelo prazo de vinte anos, e estão registrados no balanço como propriedades em arrendamentos mercantis, e obrigações com arrendamentos mercantis. O prazo dos contratos são de vinte anos, podendo ser renovados em condições a serem negociadas ao final do período. Os contratos possuem pagamentos mensais, fixadas, e são atualizados anualmente pelo índice IGP-M, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas. Não existem restrições ou cláusulas que dependam dos resultados ou distribuição de dividendos pela Companhia.
- (ii) A Companhia firmou Contrato de Locação de Imóveis Comerciais com a empresa E Lucena S/A, empresas pertencente ao acionista José Janguiê Bezerra Diniz. Os imóveis estão localizados na cidade de Recife. Os contratos foram firmados pelo prazo de dez anos, podendo ser renovados em condições a serem negociadas ao final do período. Os contratos possuem pagamentos mensais, fixadas, e são atualizados anualmente pelo índice IGP-M, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas. Não existem restrições ou cláusulas que dependam dos resultados ou distribuição de dividendos pela Companhia.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) A Companhia firmou contratos de construção e reformas das unidades de Recife, Maceió, João Pessoa e Salvador com a empresa Indústria e Construções Vão Livre S.A., empresa pertencente a membros da família do acionista José Janguê Bezerra Diniz. Os dispêndios efetuados no contrato estão registrados no imobilizado da Companhia.
- (iv) A Companhia firmou contratos com o Instituto Ser Educacional, empresa mantida pelo Ser Educacional S.A para realizar ações de responsabilidade social. As transações com esta empresa envolvem doação de recursos para o desenvolvimento de atividades de apoio prestadas nas áreas de pesquisa, extensão e artes, pesquisas de mercado, bolsas de pesquisa, ações integração comunitária, além de outras atividades. Os dispêndios efetuados estão registrados nas despesas da Companhia.

24 Provisão para contingência

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso.

(a) Cível

A Companhia, com apoio dos seus consultores jurídicos, efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível para suportar as prováveis saídas de recursos relacionados com essas causas. A administração mantém provisão no montante de R\$ 20 em 31 de dezembro de 2010 (2009 - R\$ 8). A administração mantém provisão no montante de R\$ 21 para o Grupo (2009 - R\$).

Adicionalmente, a Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 291 (2009 - R\$ 291), para as quais não há provisão constituída. A Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificados com risco de perda possível para o Grupo, cujo valor em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 291 (2009 - R\$ 291), para os quais não há provisão constituída.

(b) Trabalhista

A Companhia, com apoio dos seus consultores jurídicos, efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista para suportar as prováveis saídas de recursos relacionados com essas causas. Não há provisões registradas para a Companhia e para o grupo em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Adicionalmente, a Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 200 (2009 - R\$ 200), para as quais não há provisão constituída. A Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista, classificados com risco de perda possível para o Grupo, cujo valor em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 291 (2009 - R\$ 291), para os quais não há provisão constituída.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. O cálculo do lucro e por ação foi ajustado retrospectivamente baseado no desdobramento de ações ocorrido em agosto de 2013, conforme detalhado na Nota 17.

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Controladora	35.712	29.707
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	<u>107.515</u>	<u>107.515</u>
Lucro básico por ação - R\$	<u>0,33</u>	<u>0,28</u>

26 Adoção de IFRS pela primeira vez

26.1 Transição das práticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas anuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiros (IFRS). A Companhia aplicou os CPCs 37 (R1) e 43 (R1) e o IFRS 1 na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais da Controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras individuais anuais em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 (R1) e 43 (R1) na preparação destas demonstrações financeiras individuais.

A data de transição é 1º de janeiro de 2009. A adoção do referido pronunciamento, não impactou de forma significativa as demonstrações financeiras da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, tendo como único ajuste a contabilização dos custos atribuídos sobre os ativos (Nota 17 (e)). Por esse motivo a Companhia não apresentou a coluna de 1º de janeiro de 2009 no balanço patrimonial.

26.2 Isenções e exceções na transição das práticas contábeis

A Companhia optou por aplicar as seguintes isenções e exceções com relação à aplicação retrospectiva, previstas no CPC 37 (R1) e IFRS 1 na preparação do balanço de abertura.

26.2.1 Isenções da aplicação retrospectiva

(i) Combinação de negócios

O CPC 37 (R1) e o IFRS 1 dão a opção de aplicar o CPC 15 e IFRS 3 prospectivamente à data de transição ou à uma data específica anterior à data de transição. Essa opção exclui a obrigação de aplicação retrospectiva para todas as combinações de negócios que ocorreram em data anterior à data de transição. Nessa linha, a Companhia aplicou essa isenção e não reapresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Isenções opcionais não aplicáveis

As seguintes isenções opcionais previstas nas normas acima mencionadas não se aplicam à Companhia uma vez que não há transações relevantes correlatas a tais normas:

- Benefícios a empregados;
- Ajustes acumulados de conversão previstos no CPC 02 (R2) e IAS 21;
- As normas referentes à arrendamento mercantil CPC 06 (R1) e IAS 17;
- As normas referentes a pagamento baseado em ações CPC 10 (R1) e IFRS 2;
- As normas relativas a instrumentos financeiros compostos, uma vez que a Companhia não tem saldo em aberto relacionado a esse tipo de instrumento financeiro na data de transição para o IFRS;
- As normas relativas a passivos para restauração incluídos no custo de terrenos, edifícios e equipamentos, já que a Companhia não tem quaisquer passivos deste tipo na data de transição; e
- Ativos financeiros ou ativos intangíveis contabilizados de acordo com o ICPC 01 e IFRIC 12, já que a Companhia não tem contratos firmados sob o escopo destas normas.

26.2.2 Exceções da aplicação retrospectiva

(i) Estimativas

As estimativas segundo os CPCs e o IFRS, em 1º de janeiro de 2009, eram consistentes com as práticas contábeis adotadas anteriormente pela Companhia.

(ii) Exceções de aplicação retrospectiva não aplicáveis

As seguintes exceções de aplicação retrospectiva, remanescentes, não se aplicam à Companhia:

- Contabilização de hedge;
- Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros; e
- Participação de acionistas não-controladores em controladas.

27 Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2010, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

<u>Ramos</u>	<u>Importâncias seguradas</u>
Incêndio de bens do imobilizado (Prédios/Conteúdos)	R\$ 44.910.000
Incêndio de bens do imobilizado (Caso aeronáutico)	US\$ 2.200.000
Incêndio de bens do imobilizado (R.E.T.A aeronáutico)	R\$ 475.891
Incêndio/Terceiros/Casco de Veículo leves e pesados	100% Fipe

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Combinação de Negócios

(i) Sociedade Baiana de Ensino Superior - ABES

Em 30 de abril de 2010, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social da Sociedade Baiana de Ensino Superior - ABES, com sede na cidade de Salvador, estado de Bahia. A contraprestação pela compra foi de R\$ 12.343.

A ABES era controlada pelo mesmo controlador da Companhia; por este motivo, a transação foi efetuada pelo valor de livros, uma vez que a Companhia e a ABES pertencem ao mesmo grupo econômico. A tabela abaixo demonstra os ativos e passivos, a valor de livros, assumidos pela Companhia na aquisição.

	<u>ABES</u>
Contraprestação pela compra	12.343
Caixa e equivalentes de caixa	338
Clientes	4.695
Intangível	32
Imobilizado	5.508
Partes relacionadas	3.204
Tributos a recuperar	89
Adiantamento a fornecedor	38
Outros créditos a receber	148
Fornecedores	(117)
Empréstimos e financiamentos	(431)
Obrigações trabalhistas	(418)
Obrigações tributárias	(410)
Parcelamento de tributos	(222)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(49)
Arrendamento mercantil	(3.531)
Outras contas a pagar	(697)
Partes relacionadas	(3.351)
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	4.826
<i>Goodwill</i>	7.517
	<u>12.343</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O *goodwill* que surge da aquisição é atribuível à expectativa de rentabilidade futura da Unidade. Não se espera que o *goodwill* reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda. Essa aquisição, está inserida no foco estratégico na busca de oportunidades relacionadas em novos mercados e também a obtenção de ganhos por sinergias com a estrutura operacional do Grupo, expansão na oferta de cursos que geram e suportam a expectativa de rentabilidade futura oriunda de tais aquisições.

A demonstração do resultado consolidada do exercício de 2010 inclui, desde a data de aquisição, receitas e prejuízo líquido nos montantes de R\$ 12.150 e R\$ 575, respectivamente.

Se a ABES tivesse sido consolidada a partir de 1º de janeiro de 2010, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida *pro forma* de R\$ 143.983 e lucro *pro forma* de R\$ 37.383. Essa informação de receita líquida e resultado foi obtida mediante a simples agregação dos valores das empresas adquirida e adquirente e não representa os valores reais consolidados para o ano.

29 Eventos Subsequentes

(i) Sociedade de Ensino e Pesquisa de Sergipe - SESPS

Em 12 de janeiro de 2012, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social da Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda. - SESPS, com sede na Cidade de Aracaju, Estado de Sergipe. A contraprestação pela compra foi de R\$ 906, sendo pago em 2012 o valor de R\$ 706 e o saldo a pagar a ser realizado até o fim do exercício de 2013.

A Unidade possui aproximadamente 100 alunos alocados em 1 campus, e contém no seu portfólio 2 cursos de graduação. Como resultado dessa aquisição, espera-se que a Companhia aumente sua presença nesse mercado.

O *goodwill* que surge da aquisição, no valor de R\$ 1.043, é atribuível à expectativa de rentabilidade futura da Unidade. Não se espera que o *goodwill* reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda.

(ii) Universo Professores Associados - FAUNI

Em 12 de janeiro de 2012, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social do Universo Professores Associados S/S Ltda. - FAUNI, com sede na Cidade de Belém, Estado do Pará. A contraprestação pela compra foi de R\$ 1.600, sendo pago à vista.

A Unidade possui aproximadamente 80 alunos alocados em 1 campus, e contém no seu portfólio 10 cursos de graduação. Como resultado dessa aquisição, espera-se que a Companhia aumente sua presença nesse mercado.

O *goodwill* que surge da aquisição, no valor de R\$ 959, é atribuível à expectativa de rentabilidade futura da Unidade. Não se espera que o *goodwill* reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Faculdade Piauiense e Faculdade Aliança

Em 9 de janeiro de 2013, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas do capital social do Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda.-CESPI, localizada na cidade de Teresina, Estado de Piauí. Na mesma data, a Companhia também adquiriu a totalidade das quotas do capital social da Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. – SIESPI e de sua subsidiária Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda. A contraprestação pela compra foi de R\$ 29.798, sendo pago até 30 de junho de 2013 o valor de R\$ 7.488 e o resto a pagar em 4 parcelas semestrais até fevereiro de 2015.

As Unidades possuem aproximadamente 4.800 alunos alocados em 3 campi, e contém no seu portfólio 19 cursos de graduação, bacharelados e tecnólogos. Como resultado dessa aquisição, espera-se que a Companhia aumente sua presença nesse mercado.

Um passivo contingente no valor de R\$ 3.249 foi reconhecido referente às exposições trabalhistas do Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda.-CESPI, da Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. – SIESPI e de sua subsidiária Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda. Em 30 de junho de 2013, não houve mudanças no valor reconhecido para o passivo na data de aquisição, uma vez que não houve qualquer mudança nos resultados ou premissas usados para desenvolver as estimativas.

Os acionistas vendedores concordaram contratualmente em indenizar a Ser Educacional pelo montante que pode tornar-se devido no que diz respeito à ação acima mencionada. Um ativo de indenização, equivalente ao valor justo do passivo indenizado, foi reconhecido pela Companhia. O ativo de indenização é deduzido da contraprestação transferida para a combinação de negócios. Adicionalmente, não houve mudança no valor reconhecido para o ativo de indenização em 30 de junho de 2013.

O *goodwill*, no valor de R\$ 13.778, que surge da aquisição é atribuível à expectativa de rentabilidade futura das Unidades. Não se espera que o *goodwill* reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda.

Como se trata de uma avaliação preliminar, os saldos ainda podem sofrer alterações em sua alocação dentro do período de mensuração.

(iv) Winglet

Em 1 de março de 2013, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social do Winglet Escola de Aviação Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco. A contraprestação pela compra foi de R\$ 120, sendo R\$ 79 pagos à vista, e R\$41 retido para compensação de dívida líquida a ser apurada, com pagamento previsto para agosto de 2013.

O *goodwill* que surge da aquisição é atribuível à expectativa de rentabilidade futura da Unidade. Não se espera que o *goodwill* reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda.

Como se trata de uma avaliação preliminar, o ágio ainda poderá sofrer alterações em sua alocação dentro do período de mensuração.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(v) Faculdade Decisão

Em 9 de julho de 2013, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social da Sociedade Educacional Paulista Ltda (FADE), com sede na cidade de Paulista, estado de Pernambuco, pelo valor de R\$3.380. O pagamento foi acordado da seguinte forma:

(i) R\$140 pagos à vista.

(ii) R\$3.240 a serem pagos em 36 prestações mensais e consecutivas de R\$90 a partir de agosto de 2013, atualizadas a cada 12 meses pelo IGPM.

A sociedade é mantenedora da Faculdade Decisão e possui aproximadamente 655 alunos alocados em 1 campus, e contém no seu portfólio 5 cursos de graduação, bacharelados e tecnólogos. Como resultado dessa aquisição, espera-se que a Companhia aumente sua presença nesse mercado.

(vi) Faculdade Juvêncio Terra Ltda.

Em 25 de julho de 2013, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social do Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda. (Faculdade Juvêncio Terra), com sede na cidade de Vitória da Conquista, estado da Bahia. O pagamento foi acordado da seguinte forma:

(i) O valor de aquisição foi de R\$ 5.000

(ii) Retenção de R\$ 5.000 para compensação de dívida líquida apurados na data da transação. O valor foi descontado do preço.

A sociedade é mantenedora da Faculdade Juvêncio Terra e possui aproximadamente 530 alunos alocados em 1 campus, e contém no seu portfólio 5 cursos de graduação, bacharelados e tecnólogos. Como resultado dessa aquisição, espera-se que a Companhia aumente sua presença nesse mercado.

(vii) Cisão do capital social

Em 30 de maio de 2013 foram realizadas as cisões parciais de determinados ativos das sociedades ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda., CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda., ADEA - Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. e ICES - Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda., todas subsidiárias da Companhia, sendo os acervos cindidos compostos por ativos imobilizados transferidos à Companhia.

Em 28 de junho de 2013, foi aprovada a cisão parcial da Companhia, com a transferência de determinados ativos à holding JJ Participações e Projetos Ltda. de ativos e passivos principalmente ativos imobilizados. A JJ Participações e Projetos Ltda. é uma empresa sob controle comum do acionista controlador da Companhia, portanto a transação foi efetuada a valor de livros.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Terrenos	43.677
Edificações	86.211
Aeronaves	8.567
Imobilizado cindido	<u>138.455</u>
Empréstimos a pagar cindidos	(4.912)
Compromissos a pagar cindidos	(7.839)
Acervo líquido cindido	<u>125.704</u>

Concomitantemente à cisão, foram firmados contratos de locação de longo prazo entre a Companhia e a JJ Participações e Projetos Ltda., garantindo à Companhia o direito de uso dos imóveis, a partir de 1 de julho de 2013, pelo prazo mínimo de 10 anos, prorrogável por igual período a critério exclusivo da Companhia. Os valores dos contratos foram determinados com base em laudo de avaliação de especialistas.

Não houve mudanças na distribuição do capital social da Companhia, mas sim uma redução de seu patrimônio líquido em valor equivalente ao acervo cindido no montante de R\$ 125.704.

* * *

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ANEXO J Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas da
Companhia em 30 de junho de 2013 e do relatório dos Auditores
Independentes.**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Ser Educacional S.A.

**Demonstrações financeiras intermediárias
individuais e consolidadas em 30 de junho de 2013
e relatório dos auditores independentes**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Ser Educacional S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias individuais da Ser Educacional S.A. ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações intermediárias do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Ser Educacional S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações intermediárias consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – "Demonstração intermediária" e dessas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – "Demonstração intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim financial reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.



Ser Educacional S.A.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ser Educacional S.A. em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – “Demonstração intermediária”.

Opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ser Educacional S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de seis meses findo nessa data, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – “Demonstração intermediária” e a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim financial reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).



Ser Educacional S.A.

Ênfases

Conforme descrito na Nota 2, as demonstrações financeiras intermediárias individuais foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – “Demonstração intermediária”. No caso da Companhia, essas práticas diferem da IAS 34 – *Interim financial reporting*, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Reemissão das demonstrações financeiras intermediárias e relatório de auditoria

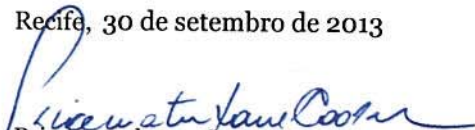
Conforme descrito na Nota 2.21 às demonstrações financeiras intermediárias, a administração promoveu a atualização e reemissão das demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2013 em virtude dos assuntos descritos nessa nota. Emitimos nosso relatório de auditoria original em 22 de agosto de 2013 sobre as demonstrações financeiras emitidas anteriormente. Devido à atualização descrita na Nota 2.21, emitimos esse novo relatório de auditoria sobre essas demonstrações financeiras reemitidas. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

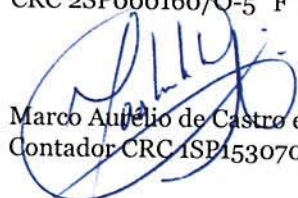
Outros assuntos

Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recife, 30 de setembro de 2013


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" PE


Marco Aurélio de Castro e Melo
Contador CRC 1SP153070/O-3 "S" PE

Ser Educacional S.A.

Balanco patrimonial Em milhares de reais

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012		30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012		
Passivo e patrimônio líquido										
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	6	60.547	15.479	61.476	17.182		3.446	1.759	5.226	3.648
Contas a receber de clientes	7	33.071	26.236	67.541	47.454		12.207	12.763	12.207	12.763
Tributos a recuperar	8	588	3.107	2.231	4.425		14.903	37.897	16.783	38.854
Adiantamentos a fornecedores		2.159	1.457	4.255	1.945		17.927	10.409	29.786	16.585
Partes relacionadas	23.a	5.952	165		171		2.518	2.363	4.758	3.835
Outros ativos		2.427	1.365	4.994	2.878		796	981	2.832	2.016
		104.744	47.809	140.497	74.055		36.763	4.726	1.212	1.120
						23.a	27.463	6.573	27.463	6.573
							342	382	2.185	737
							117.410	78.834	102.452	86.131
Não circulante										
Empréstimos e financiamentos	14						88.726	41.503	91.598	42.542
Obrigações de arrendamento mercantil	16						46.208	46.747	54.357	54.981
Compromissos a pagar	13						11.535	1.396	11.535	1.396
Tributos a recolher	8									78
Parcelamentos de tributos									180	
Provisão para perda com investimentos							1.031			
Provisão para contingências	24						614	463	4.632	965
							148.114	90.109	162.302	99.962
Patrimônio líquido										
Atribuído aos acionistas da										
Controladora										
Capital social							82.010	70.971	82.010	70.971
Reserva de lucros							6.872	127.133	6.872	127.133
Lucros ou prejuízos acumulados							23.793		23.793	
Ajustes de avaliação patrimonial							(3.835)	(4.929)	(3.835)	(4.929)
Total do patrimônio líquido							108.840	193.175	108.840	193.175
Participação dos não controladores										
										23
Total do passivo e patrimônio líquido							374.364	362.118	373.594	379.291

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ser Educacional S.A.

Demonstração intermediária do resultado

Períodos findos em 30 de junho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota Explicativa	Controladora			
		01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2012 a 30/06/2012
Receita líquida dos serviços prestados	18	59.872	120.474	38.249	81.168
Custo dos serviços prestados	19	(23.316)	(40.992)	(14.419)	(27.729)
Lucro bruto		36.556	79.482	23.830	53.439
Despesas gerais e administrativas	20	(23.098)	(40.264)	(13.354)	(27.959)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(1.598)	(2.273)	(318)	(506)
Participação nos lucros de controladas	9.b	19.848	37.110	10.817	18.872
Lucro operacional		31.708	74.055	20.975	43.846
Receita financeira	21	1.657	3.570	523	1.161
Despesas financeiras	21	(3.850)	(7.898)	(3.475)	(7.014)
Despesas financeiras, líquidas	21	(2.193)	(4.328)	(2.952)	(5.853)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		29.515	69.727	18.023	37.993
Imposto de renda e contribuição social	22	(4.405)	(12.883)	(2.753)	(7.030)
Incentivo fiscal - Prouni	22	3.930	11.953	2.549	6.692
Imposto de Renda e Contribuição social diferidos		35	35	-	-
Lucro líquido do período		29.075	68.832	17.819	37.655
Atribuível a					
Acionistas da Controladora					
Participação dos não controladores					

Média ponderada das ações no final do período (em milhares)

**Lucro por ação de operações continuadas atribuível aos
acionistas da Companhia durante o exercício (expresso
em R\$ por ação)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ser Educacional S.A.

Demonstração intermediária do resultado

Períodos findos em 30 de junho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota Explicativa	Consolidado			
		01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2012 a 30/06/2012
Receita líquida dos serviços prestados	18	113.614	220.601	68.965	136.254
Custo dos serviços prestados	19	(45.215)	(80.733)	(26.224)	(48.131)
Lucro bruto		68.399	139.868	42.741	88.123
Despesas gerais e administrativas	20	(33.497)	(59.688)	(20.365)	(41.914)
Outras despesas operacionais, líquidas		(1.595)	(3.094)	(740)	(1.015)
Lucro operacional		33.307	77.086	21.636	45.194
Receita financeira	21	2.454	5.111	795	1.711
Despesas financeiras	21	(5.601)	(11.329)	(4.281)	(8.462)
Despesas financeiras, líquidas	21	(3.147)	(6.218)	(3.486)	(6.751)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		30.160	70.868	18.150	38.443
Imposto de renda e contribuição social	22	(11.837)	(26.507)	(6.225)	(13.235)
Incentivo fiscal - Prouni	22	10.681	24.377	5.825	12.465
Imposto de Renda e Contribuição social diferidos		71	71	-	-
Lucro líquido do período		29.075	68.809	17.750	37.673
Atribuível a					
Acionistas da Controladora		29.075	68.832	17.819	37.655
Participação dos não controladores		-	(23)	(69)	18
		29.075	68.809	17.750	37.673
Média ponderada das ações no final do período (em milhares)*		107.515	107.515	107.515	107.515
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Controladora durante o período (expresso em R\$ por ação)		0,27	0,64	0,17	0,35

* Vide Nota 17 (a)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ser Educacional S.A.

Demonstração intermediária das mutações no patrimônio líquido

Em milhares de reais

Atribuível aos acionistas da controladora

Nota Explicativa	Capital social	Gastos com emissões de ações	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros				Dividendos propostos	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
				Incentivos fiscais	Legal	Retenção						
Em 01 de janeiro de 2012	71.837	(866)	(7.120)	42.226	4.849	29.867	137		140.930	6	140.936	
Lucro líquido do período									37.655	18	37.673	
Realização do ajuste do custo atribuído ("deemed cost")			1.096						(1.096)			
Em 30 de junho de 2012	71.837	(866)	(6.024)	42.226	4.849	29.867	137		178.585	24	178.609	
Em 01 de janeiro de 2013	71.837	(866)	(4.929)	53.625	8.061	65.447			193.175	23	193.198	
Lucro líquido do período									68.832	(23)	68.809	
Constituição da reserva de incentivo fiscal				11.953					(11.953)			
Constituição da reserva legal					3.442				(3.442)			
Integralização do capital social	136.743			(61.649)	(8.560)	(66.534)						
Cisão	(125.704)								(125.704)		(125.704)	
Constituição da reserva de retenção de lucros						1.087			(1.087)			
Distribuição de dividendos									(27.463)		(27.463)	
Realização do ajuste do custo atribuído ("deemed cost")			1.094						(1.094)			
Em 30 de junho de 2013	82.876	(866)	(3.835)	3.929	2.943	-			23.793		108.840	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ser Educacional S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Períodos findos em 30 de junho Em milhares de reais

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		69.727	37.993	70.868	38.443
Ajustes de					
Depreciação e amortização	10 e 11	5.737	3.876	8.406	5.437
Provisão para contingências		151		418	
Resultado de equivalência patrimonial	9.b	(37.110)	(18.872)		
Constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa	7 (d)	5.143	2.809	9.065	4.814
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	21	6.823	6.237	7.701	6.905
		50.471	32.043	96.458	55.599
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(10.172)	(6.051)	(24.020)	(15.069)
Tributos a recuperar		2.519	(473)	3.055	(701)
Adiantamentos a fornecedores		(702)	(726)	(2.228)	(887)
Outros ativos		(1.423)	(1.265)	(2.901)	(1.424)
Fornecedores		1.687	2.978	1.806	4.875
Salários e encargos sociais		7.518	3.435	11.068	6.594
Tributos a recolher		157	314	216	431
Imposto de renda e contribuição social a recolher		(185)	338	779	267
Outros passivos		(68)	(1.268)	(877)	(404)
Caixa gerado nas operações					
Juros pagos de empréstimos		(3.791)	(3.149)	(3.961)	(3.336)
Imposto de renda e contribuição social pago		(934)	(338)	(2.134)	(770)
		45.077	25.838	77.261	45.175
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais					
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Adições ao Investimento	9 e 26	(7.567)	(2.306)		
Adições ao imobilizado	11	(29.074)	(31.152)	(34.373)	(37.048)
Adições ao intangível	10.a	(2.589)	(795)	(3.147)	(1.155)
Aquisição de controladas, líquido do caixa obtido na aquisição	26			(7.215)	(2.124)
		(39.230)	(34.253)	(44.735)	(40.327)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento					
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	14	52.339		54.380	
Amortização de empréstimos e financiamentos	14	(32.327)	(1.528)	(35.677)	(2.003)
Amortização de arrendamentos mercantis	16	(476)	(417)	(533)	(449)
Partes relacionadas	23.a	26.258	11.830	171	(816)
Dividendos pagos aos acionistas da companhia	17 (f)	(6.573)	(2.250)	(6.573)	(2.250)
		39.221	7.635	11.768	(5.518)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos					
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa					
		45.068	(780)	44.294	(670)
Caixa e equivalentes a caixa					
No início do período		15.479	11.986	17.182	12.744
No final do período		60.547	11.206	61.476	12.074
Principais transações sem efeito de caixa					
Cisão do imobilizado		138.455		138.455	
Cisão dos empréstimos e financiamentos		(4.912)		(4.912)	
Cisão dos compromissos a pagar		(7.839)		(7.839)	
Cisão do capital social		(125.704)		(125.704)	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ser Educacional S.A.

Demonstração intermediária do valor adicionado

Períodos findos em 30 de junho

Em milhares de reais

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Receitas					
Receita de Serviços	18	144.714	99.629	262.012	164.322
Provisão e perda efetiva para crédito de liquidação duvidosa	20	(5.143)	(2.809)	(9.065)	(4.814)
Deduções da Receita	18	(24.240)	(18.461)	(41.411)	(28.068)
		115.331	78.359	211.536	131.440
Insumos adquiridos de terceiros					
Serviços prestados por pessoas física e jurídica	19 e 20	(7.524)	(4.996)	(10.182)	(6.508)
Energia elétrica, água e telefone	19 e 20	(3.343)	(2.517)	(6.858)	(4.803)
Publicidade e propaganda	20	(4.107)	(4.481)	(7.855)	(9.286)
Materiais de expediente	20	(1.877)	(1.418)	(2.500)	(1.794)
Outros		(5.385)	(2.211)	(7.669)	(3.414)
		(22.236)	(15.623)	(35.064)	(25.805)
Valor adicionado bruto		93.095	62.736	176.472	105.635
Depreciação e amortização	19 e 20	(5.737)	(3.876)	(8.406)	(5.437)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		87.358	58.860	168.066	100.198
Receitas financeiras	21	3.570	1.161	5.111	1.711
Participação no lucro de controladas	9.b	37.110	18.872		
Valor adicionado total a distribuir		128.038	78.893	173.177	101.909
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos sociais	19 e 20	(41.447)	(29.670)	(76.635)	(48.017)
Impostos, Taxas e Contribuições		(1.485)	(760)	(2.865)	(1.492)
Tributos Federais		(895)	(338)	(2.059)	(770)
Tributos Municipais		(590)	(422)	(806)	(722)
Remuneração de capitais de terceiros		(16.274)	(10.808)	(24.868)	(14.727)
Despesas financeiras	21	(7.898)	(7.014)	(11.329)	(8.462)
Aluguéis	19	(8.376)	(3.794)	(13.539)	(6.265)
Dividendos		(27.463)		(27.463)	
Lucro Líquido do Período		(41.369)	(37.655)	(41.346)	(37.673)
Valor adicionado distribuído		(128.038)	(78.893)	(173.177)	(101.909)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Ser Educacional S.A. ("Companhia") e suas controladas (conjuntamente, "Grupo") tem como atividades preponderantes o desenvolvimento e administração de atividades nas áreas de educação de graduação, pós graduação, educação profissional e outras áreas associadas à educação e a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades simples ou empresárias, no Brasil.

Em 30 de junho de 2013, a Companhia era uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Recife, Estado de Pernambuco, com registro arquivado na Junta Comercial do Estado de Pernambuco.

O Grupo possui dezessete empresas constituídas sob a forma de sociedades empresárias de responsabilidade limitada e, reúne um Centro Universitário e dezesseis faculdades, distribuídas em onze Estados do país.

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração em 30 de setembro de 2013.

(a) Cisão do capital social

Em 30 de maio de 2013 foram realizadas as cisões parciais de determinados ativos das sociedades ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda., CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda., ADEA - Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. e ICES - Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda., todas subsidiárias da Companhia, sendo os acervos cindidos compostos por ativos imobilizados transferidos à Companhia.

Em 28 de junho de 2013, foi aprovada a cisão parcial da Companhia, com a transferência de determinados ativos à holding JJ Participações e Projetos Ltda. de ativos e passivos principalmente ativos imobilizados. A JJ Participações e Projetos Ltda. é uma empresa sob controle comum do acionista controlador da Companhia, portanto a transação foi efetuada a valor de livros.

Terrenos	43.677
Edificações	86.211
Aeronaves	8.567
Imobilizado cindido	<u>138.455</u>
Empréstimos a pagar cindidos	(4.912)
Compromissos a pagar cindidos	(7.839)
Acervo líquido cindido	<u><u>125.704</u></u>

Concomitantemente à cisão, foram firmados contratos de locação de longo prazo entre a Companhia e a JJ Participações e Projetos Ltda., garantindo à Companhia o direito de uso dos imóveis, a partir de 1 de julho de 2013, pelo prazo mínimo de 10 anos, prorrogável por igual período a critério exclusivo da Companhia. Os valores dos contratos foram determinados com base em laudo de avaliação de especialistas.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não houve mudanças na distribuição do capital social da Companhia, mas sim uma redução de seu patrimônio líquido em valor equivalente ao acervo cindido no montante de R\$ 125.704.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além dos lucros líquidos dos períodos apresentados, razão pela qual a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

(a) Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme o pronunciamento técnico CPC 21 – “Demonstração intermediária” e a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim financial reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

(b) Demonstrações financeiras intermediárias individuais

As demonstrações financeiras intermediárias individuais da Controladora foram preparadas conforme o pronunciamento técnico CPC 21 – “Demonstração intermediária” e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

Nas demonstrações financeiras intermediárias individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras intermediárias individuais quanto nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. No caso da Companhia, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras intermediárias individuais diferem da IAS 34 – *Interim financial reporting*, aplicáveis às demonstrações financeiras intermediárias separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes sociedades controladas, cuja participação é assim resumida:

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Diretas %		Indiretas %	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda. - ABES	99,99	99,99	100,00	99,99
Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. - ADE/	99,99	99,99	100,00	99,99
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	99,99	99,99	100,00	99,99
Instituto Campinense de Ensino Superior - ICES	99,99	99,99	100,00	99,99
Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.- CETEBA	99,99	99,99	100,00	99,99
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	99,99	99,99	100,00	99,99
Centro Nacional de Ensino Superior - CENESUP	99,99	99,99	100,00	99,99
FMN Clínica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutri	99,99	99,99	100,00	99,99
Educred - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	99,99	99,99	100,00	99,99
Centro de Educação Continuada Mauricio de Nassau Ltda.	99,99	99,99	100,00	99,99
Sociedade de Ensino e Pesquisa de Sergipe - SESPS	99,99	99,99	100,00	99,99
Universo Professores Associados - FAUNI	99,99	99,99	100,00	99,99
Centro de Ensino Superior Piauiense - CESP	99,99	*	100,00	*
Centro Integrado de Educação Superior do Piauí - CIESPI	0,01	***	100,00	***
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. – SIESPI	99,99	*	100,00	*
Uninassau Participações S.A.	99,99	**	100,00	**
Winglet Escola de Aviação Ltda	99,99	****	100,00	****

* Empresas adquiridas em 2013.

** A Uninassau Participações foi constituída em 2013 com a finalidade de se tornar uma subsidiária integral que detém a quota minoritária das empresas investidas, visando obter o controle indireto de 100% das investidas da Companhia.

*** A Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. –SIESPI detem 99,99% das quotas do Centro Integrado de Educação Superior do Piauí – CIESPI. A Companhia possui controle indireto de 100% da empresa.

**** A Winglet Escola de Aviação Ltda. detém licenças na Agência Nacional de Aviação Civil utilizadas nos cursos de pilotagem de aviões.

O período de abrangência das demonstrações financeiras intermediárias das controladas incluídas na consolidação é coincidente com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as eliminações das operações realizadas entre as empresas consolidadas.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, as contas bancárias e outros investimentos de curto prazo com alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com baixo risco de mudança no valor, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

2.4.2 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

2.4.3 Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa".

Em 30 de junho de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a totalidade dos títulos e valores mobiliários da Companhia classificam-se como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços arrecadados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*).

2.6 Provisão para crédito de liquidação duvidosa

É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos. É calculada pela administração quando existe evidência objetiva de perda, considerando o fluxo de caixa esperado, descontado pela taxa efetiva de juros.

2.7 Investimentos em controladas (aplicável somente para as demonstrações financeiras intermediárias individuais)

Os investimentos em empresas controladas, nas demonstrações financeiras intermediárias da controladora, estão registrados pelo método da equivalência patrimonial.

A participação societária em controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada.

Nas demonstrações contábeis individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura - *goodwill* é apresentado no investimento.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.8 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" no consolidado. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

(b) Carteira de alunos

As relações contratuais com alunos, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período esperado da relação com o aluno.

(c) Licenças e implantações de *softwares*

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

(d) Licenças de operação

As licenças de operação são capitalizadas com base nos gastos incorridos junto ao Ministério de Educação referentes à autorização e ao reconhecimento dos cursos oferecidos, assim como credenciamento das Unidades. As licenças têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período de vigência das licenças obtidas junto ao Ministério da Educação.

(e) Conteúdo Digital

O Conteúdo Digital é capitalizado com base nos custos incorridos para adquirir direitos de uso de conteúdos digitais a serem utilizados na prestação de serviço da Companhia. Esses custos são amortizados durante o prazo do contrato.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Convênios

Os convênios são capitalizados com base nos custos incorridos para firmar contratos, junto a empresas parceiras, que confiram aos alunos do Grupo o direito de exercer as atividades de graduação complementares, necessárias para sua formação acadêmica. Esses custos são amortizados durante o prazo dos referidos contrato.

2.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo menos depreciação acumulada e perda para *impairment*. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do período em que o ativo for baixado.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.10 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o *ágio* e marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de indicador de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a Unidade Geradora de Caixa. O valor líquido de venda é determinado com base em contrato de venda entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.11 Fornecedores e compromissos a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e os compromissos a pagar são obrigações decorrentes da aquisição de imóveis e dos saldos a pagar oriundos de combinações de negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar a fornecedores e os compromissos a pagar são apresentados como passivo não circulante.

As contas a pagar aos fornecedores e os compromissos a pagar são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado.

2.12 Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil que transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo, são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro, e sob estes contratos os ativos são reconhecidos inicialmente pelo menor valor entre o valor justo e pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato em contrapartida de um passivo financeiro, reconhecido pelo valor presente dos pagamentos do contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método de custo amortizado e considerando a taxa efetiva de juros do contrato.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.14 Provisões

As provisões para contingências (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

2.15 Tributação

(a) Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) PIS e COFINS

Para as receitas das atividades de ensino, com exceção das atividades de graduação das unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos "PROUNI", incidem o Programa de Integração Social "PIS" e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social "COFINS" nas alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incidem o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%.

As atividades de graduação nas unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos "PROUNI" são isentas do Programa de Integração Social "PIS" e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social "COFINS".

(c) PROUNI

As unidades que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- Imposto de Renda de Pessoa Jurídica "IRPJ" e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido "CSLL", instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991; e,
- PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

As isenções acima mencionadas são originalmente calculadas sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica.

(d) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.16 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33).

2.17 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.18 Reconhecimento da receita, custos e despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

(a) Receita de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de ensino superior, pós-graduação, cursos livres e atividades educacionais correlatas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço.

As mensalidades dos cursos e seus respectivos descontos variam de acordo com o curso, a Unidade ou o termo acadêmico. As receitas são geradas com base em contratos de preço fixo, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação do serviço. Os recebimentos antecipados de matrícula e mensalidades são registrados como "Adiantamentos de clientes" e reconhecidos no mês de competência da prestação dos serviços.

(b) Receitas e despesas financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.19 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.20 Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada em uma única Unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.21 Reapresentação das demonstrações financeiras intermediárias

A administração efetuou a alteração e está reapresentando essas demonstrações financeiras intermediárias para incluir determinadas informações descritivas nas notas 4, 7, 10, 16, 23 e 26. Essas divulgações referem-se, substancialmente, a complementos e cruzamentos de informações entre notas explicativas das demonstrações financeiras, com o objetivo de melhor detalhar e esclarecer aspectos qualitativos de divulgação nas referidas notas explicativas.

A administração aprovou originalmente as demonstrações financeiras intermediárias em 22 de agosto de 2013, elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – “Demonstração intermediária” emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e de acordo com a IAS 34 Informações Intermediárias conforme emitida pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (“IASB”).

Devido às alterações descritas nas notas explicativas, como descrito acima, reapresentamos estas demonstrações financeiras intermediárias conforme aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de setembro de 2013.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Passivos contingentes

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 30 de junho de 2013, o saldo dos passivos contingentes consolidado é de R\$ 1.232 (2012 - R\$ 965). Vide Nota 24.

(b) Perda (*impairment*) do ágio

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.10. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

Se a taxa de desconto estimada antes do imposto aplicada aos fluxos de caixa para as UGCs fossem 1% maior que as estimativas da administração, a Companhia continuaria sem a necessidade do reconhecimento de perda (*impairment*) do ágio.

(c) Alocação de valor justo nas combinações de negócios

A Companhia efetua análises nas datas das combinações de negócios dos ativos e passivos identificáveis, nos termos do CPC 15 (Combinação de negócios) e identifica os itens de ativos e passivos a serem registrados. Nesse contexto, utiliza-se de julgamentos para identificar os ativos intangíveis adquiridos, bem como passivos contingentes assumidos. Estimativas são utilizadas para determinação dos valores justos dos ativos e passivos da combinação e também do ágio residual. (Vide comentários na Nota 26).

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as Unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Risco de mercado

**(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo
associado com taxa de juros**

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de curto e longo prazo e aplicações financeiras atreladas a taxa pós fixada do certificado de depósitos interbancário (CDI).

O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São avaliados cenários, levando em consideração refinanciamento e renovação de posições existentes. Com base nessa avaliação, o Grupo monitora o risco de variação significativa na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A política de vendas da Companhia e de suas controladas está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios. A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. No segmento de ensino superior presencial para os alunos contemplados pelo Programa de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior - FIES, a Companhia tem parte substancial dos créditos garantidos pelo Programa. A Companhia mantém registrado provisão para créditos de liquidação duvidosa para fazer face ao risco de crédito, incluindo os potenciais riscos de inadimplência da parcela não garantida dos alunos beneficiados pelo FIES. Essa análise de crédito avalia a qualidade do crédito dos alunos levando em consideração o histórico de pagamentos, prazo do relacionamento com a instituição, análise de crédito (SPC e Serasa).

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado, conforme Nota 7 (d) que demonstra também a movimentação da provisão para devedores duvidosos no período.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas, atuam de acordo com sua política financeira, onde os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários encontram-se com instituições financeiras com risco de crédito BBB de acordo com agência de crédito Standard & Poor's, Fitch e Moody's.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Risco de liquidez

É o risco de não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos.

O índice de alavancagem da dívida líquida da companhia em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de 30% e 25% respectivamente.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 30 de junho de 2013				
Dividendos a pagar	27.463			
Empréstimos e financiamentos	17.265	16.366	64.750	14.613
Arrendamento Mercantil	6.967	6.967	20.901	73.350
Fornecedores	3.446	6.967	6.967	
Compromisso a pagar	12.207	11.535		
Em 31 de dezembro de 2012				
Dividendos a pagar	6.573			
Empréstimos e financiamentos	39.531	14.043	27.843	2.085
Arrendamento Mercantil	6.967	6.967	20.901	76.835
Fornecedores	1.759			
Compromisso a pagar	12.763	1.396		

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 30 de junho de 2013				
Dividendos a pagar	27.463			
Empréstimos e financiamentos	19.462	18.056	65.919	14.613
Arrendamento Mercantil	8.287	8.287	24.861	87.177
Fornecedores	5.226			
Compromisso a pagar	12.207	11.535		
Em 31 de dezembro de 2012				
Dividendos a pagar	6.573			
Empréstimos e financiamentos	40.710	14.923	28.109	2.085
Arrendamento Mercantil	8.287	8.287	24.861	91.320
Fornecedores	3.648			
Compromisso a pagar	12.763	1.396		

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 podem ser assim sumariados:

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Total de empréstimos e financiamentos bancários	108.381	81.396
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(61.476)	(17.182)
Dívida líquida	46.905	64.214
Total do patrimônio líquido	108.840	193.198
Total do patrimônio líquido adicionado a dívida líquida	155.745	257.412
Índice de alavancagem financeira	30%	25%

4.3 Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros do Grupo são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações do Grupo estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros. As aplicações com CDI estão registrados a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de junho de 2013, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base na última taxa básica de juros determinada pelo BACEN na reunião do Comitê de Política Monetária em 06 de junho de 2013 (8,00% a.a), utilizou-se esta taxa como cenário provável para o ano. A partir desta, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2013, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI e TJLP com cada cenário.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cenário Elevação do CDI e TJLP				
Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações Financeiras 54.030	CDI	8,00% 4.322	10,00% 5.403	12,00% 6.484
Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Debêntures de Instituições Financeiras -	CDI	8,00% -	10,00% -	12,00% -
Capital de Giro (91.022)	CDI	8,00% (7.282)	10,00% (9.102)	12,00% (10.923)
Finame (9.032)	TJLP	5,00% (452)	6,25% (565)	7,50% (677)
Posição Líquida		(3.411)	(4.264)	(5.116)

Cenário Queda do CDI e TJLP				
Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações Financeiras 54.030	CDI	8,00% 4.322	6,00% 3.242	4,00% 2.161
Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Debêntures de Instituições Financeiras -	CDI	8,00% -	6,00% -	4,00% -
Capital de Giro (91.022)	CDI	8,00% (7.282)	6,00% (5.461)	4,00% (3.641)
Finame (9.032)	TJLP	5,00% (452)	3,75% (339)	2,50% (226)
Posição Líquida		(3.411)	(2.558)	(1.705)

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Instrumentos financeiros por categoria (a) Controladora

	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Empréstimos e recebíveis		
Numerários em caixa e bancos	6.555	2.922
Contas a receber de clientes	33.071	32.197
Partes relacionadas	5.952	165
	<u>45.578</u>	<u>35.284</u>
Mensurados ao valor justo		
Aplicações financeiras	53.992	12.557
	<u>53.992</u>	<u>12.557</u>
Outros passivos financeiros registrados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	103.629	79.400
Arrendamento mercantis	47.253	47.728
Partes relacionadas	36.763	4.726
Fornecedores	3.446	1.759
Dividendos a pagar	27.463	6.573
Compromissos a pagar	23.742	14.159
	<u>242.296</u>	<u>154.345</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Consolidado

	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Empréstimos e recebíveis		
Numerários em caixa e bancos	7.446	4.619
Contas a receber de clientes	67.541	55.149
Partes relacionadas		171
	<u>74.987</u>	<u>59.939</u>
Mensurados ao valor justo		
Aplicações financeiras	<u>54.030</u>	<u>12.563</u>
	<u>54.030</u>	<u>12.563</u>
Outros passivos financeiros registrados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	108.381	81.396
Arrendamento mercantis	55.569	56.101
Fornecedores	5.226	3.648
Dividendos a pagar	27.463	6.573
Compromissos a pagar	<u>23.742</u>	<u>14.159</u>
	<u>220.381</u>	<u>161.877</u>

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia se aproximam dos seus valores justos.

6 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Numerários em caixa	94	39	346	189
Bancos - conta corrente	6.461	2.883	7.100	4.430
Aplicações financeiras	<u>53.992</u>	<u>12.557</u>	<u>54.030</u>	<u>12.563</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>60.547</u>	<u>15.479</u>	<u>61.476</u>	<u>17.182</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Caixa e equivalentes de caixa consiste em numerário disponível na Companhia, saldos mantidos em bancos e aplicações financeiras de curto prazo – com vencimento não superior a 90 dias, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

7 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Mensalidades de alunos (a)	34.065	28.912	66.307	50.770
FIES a Receber (c)	7.860	4.866	21.213	12.117
Acordos a receber (b)	15.531	13.601	23.842	20.615
Creditos educativos a receber (c)	9.385	10.024	13.473	13.882
Outros	2.464	1.737	2.373	3.426
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (d)	(32.085)	(26.943)	(54.726)	(45.661)
	<u>37.220</u>	<u>32.197</u>	<u>72.482</u>	<u>55.149</u>
(-) Circulante	<u>(33.071)</u>	<u>(26.236)</u>	<u>(67.541)</u>	<u>(47.454)</u>
Não circulante	<u>4.149</u>	<u>5.961</u>	<u>4.941</u>	<u>7.695</u>

(a) Mensalidades de alunos

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a análise do vencimento dos saldos de mensalidades de alunos é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Vencidas até 30 dias	3.846	2.834	8.134	5.158
Vencidas de 31 a 60 dias	4.023	2.218	6.928	4.052
Vencidas de 61 a 90 dias	2.328	2.437	5.257	4.415
Vencidas de 91 a 179 dias	3.925	3.312	8.146	5.858
Vencidas há mais de 180 dias	21.391	19.121	42.415	33.601
	<u>35.513</u>	<u>29.922</u>	<u>70.880</u>	<u>53.084</u>
Créditos a identificar	<u>(1.448)</u>	<u>(1.010)</u>	<u>(4.573)</u>	<u>(2.314)</u>
	<u>34.065</u>	<u>28.912</u>	<u>66.307</u>	<u>50.770</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Acordos a receber

A administração da Companhia mantém critérios rígidos que não permitem rolagem de dívida de um semestre para o outro. A Companhia oferece toda forma e meios de pagamento ao aluno, porém considera seus respectivos limites de crédito, e se necessário, solicita a presença de fiador para o crédito concedido. Os acordos a receber de alunos referem-se a renegociações dos alunos inadimplentes da Companhia. Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a análise do vencimento dos saldos de acordos a receber é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
A vencer	2.146	2.056	3.451	3.378
Vencidas até 30 dias	1.033	850	1.639	1.377
Vencidas de 31 a 60 dias	779	741	1.322	1.205
Vencidas de 61 a 90 dias	881	751	1.415	1.232
Vencidas de 91 a 179 dias	1.640	1.598	2.660	2.525
Vencidas há mais de 180 dias	9.052	7.605	13.355	10.898
	<u>15.531</u>	<u>13.601</u>	<u>23.842</u>	<u>20.615</u>

(c) Créditos educativos e FIES a receber

Os créditos educativos a receber - Sistema FIES, estão representados pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal - CEF e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF e pelo Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários) dos funcionários da Companhia, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional.

Outros créditos educativos a receber estão representados pelos créditos educacionais do Fundaplub (Fundação Aplub de Crédito Educativo) e Educured, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos e aprovados pela Companhia, e estão registrados a valor presente. Tais recursos financeiros serão repassados à Companhia e suas controladas após a formatura dos respectivos alunos.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
<u>Credito educativo a receber</u>				
Fundaplub e Educured	9.385	10.024	13.145	13.882
Proeduc			328	
	<u>9.385</u>	<u>10.024</u>	<u>13.473</u>	<u>13.882</u>
(-) Circulante	<u>(5.236)</u>	<u>(4.063)</u>	<u>(8.532)</u>	<u>(6.187)</u>
Não circulante	<u>4.149</u>	<u>5.961</u>	<u>4.941</u>	<u>7.695</u>
<u>FIES a receber</u>				
FIES a receber	<u>7.860</u>	<u>4.866</u>	<u>21.213</u>	<u>12.117</u>
(-) Circulante	<u>7.860</u>	<u>4.866</u>	<u>21.213</u>	<u>12.117</u>

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber, considerando evidências objetivas de perda incorrida. A evidência objetiva de perda é observada na análise dos percentuais históricos (índices) de recuperação de valores abertos, considerando o período de maturação na carteira de clientes, bem como as expectativas de renegociações com os alunos ao longo dos semestres e nos períodos de matrícula. No presente momento os cálculo resultou na provisão dos títulos vencidos a mais de 180 dias.

O cálculo da PCLD para alunos que possuem o crédito educativo do FIES foi realizado da seguinte forma:

- (i) Alunos FIES com fiador (foi constituída provisão para o percentual de 2,25% (2012 – zero) dos contas a receber com essa característica, considerando as premissas de 15% de risco de crédito sobre 15% de inadimplência).
- (ii) Para o risco não coberto do FGEDUC foi constituída provisão para os 10% (2012 – zero) dos créditos de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 90% restantes) sobre os 15% de risco de crédito (2012 – zero) sobre uma estimativa de 15% de inadimplência (2012 – zero), ou seja, 0,225%.
- (iii) Para o risco não coberto do FGEDUC foi constituída para os 20% (2012 – zero) de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 80% restantes) sobre os 15% de risco de crédito (2012 – zero) sobre uma estimativa de 15% de inadimplência (2012 – zero), ou seja, 0,450%.
- (iv) Para a provisão para perda constituída sobre o saldo dos depósitos vinculados baseados nos 2% da contribuição do FGEDUC (2012 – zero), constituídos a título de Garantia Mínima, sobre uma estimativa de 15% de inadimplência (2012 – zero).

Em adição a política supramencionada a Companhia realiza uma análise individual do contas a receber, onde não foram observados itens sujeitos a não recuperabilidade.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
No início do período / exercício	26.942	17.212	45.661	30.095
Baixa de créditos incobráveis				(1.332)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa de contas a receber	5.143	9.731	9.065	16.898
No final do período / exercício	<u>32.085</u>	<u>26.943</u>	<u>54.726</u>	<u>45.661</u>

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, encontram-se vencidas, mas não *impaired* os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Vencidas até 30 dias	4.980	3.807	9.947	6.773
Vencidas de 31 a 60 dias	4.849	3.061	8.336	5.462
Vencidas de 61 a 90 dias	3.302	3.289	9.685	5.845
Vencidas de 91 a 179 dias	5.855	5.124	11.343	8.877
Vencidas há mais de 180 dias				
	<u>18.986</u>	<u>15.281</u>	<u>39.311</u>	<u>26.957</u>

Essas contas referem-se a uma série de alunos independentes o qual os índices de inadimplência históricos da Companhia não indicam a necessidade de se constituir uma provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Tributos a recuperar e a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Tributos a recuperar				
Imposto de renda sobre aplicação financeira				
Imposto de renda e contribuição social a compensar	521	2.287	1.857	2.980
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34		70	
Imposto sobre serviço - ISS			27	387
Pis e cofins a compensar	20	20	50	54
INSS a recuperar	13	504	13	504
Outros		296	214	500
	<u>588</u>	<u>3.107</u>	<u>2.231</u>	<u>4.425</u>
Tributos a recolher				
Imposto sobre serviço - ISS	1.091	985	2.059	1.567
PIS e COFINS	76	79	271	165
Imposto de renda retido na fonte	228	299	675	646
INSS	787	787	787	787
IPTU a recolher	190	80	415	143
Outros	146	133	551	605
	<u>2.518</u>	<u>2.363</u>	<u>4.758</u>	<u>3.913</u>
Circulante	<u>(2.518)</u>	<u>(2.363)</u>	<u>(4.758)</u>	<u>(3.835)</u>
Não circulante				<u>78</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Investimentos

(a) Composição do saldo (Controladora)

	Controladora	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Investimentos em empresas controladas	131.761	118.430
	<u>131.761</u>	<u>118.430</u>

(b) Movimentação do saldo de investimento em empresas controladas (Controladora)

	Controladora	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
No início do exercício	118.430	78.339
Aumento de capital		19.384
Cisão do capital social das investidas (Nota 1a))	(51.475)	
Distribuição de lucros de subsidiárias		(14.513)
Participação nos lucros de subsidiárias	37.110	31.853
Reversão da provisão para perdas	1.045	78
Aquisição de controladas	26.669	3.394
Outras variações no patrimônio das subsidiárias	(18)	(105)
No final do exercício	<u>131.761</u>	<u>118.430</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Participação (Controladora)

	Participação Direta	Participação Indireta	Resultado do Exercício	Patrimônio Líquido	Equivalência Patrimonial	Valor do Investimento 31/12/2012	Goodwill 31/12/2012
Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda. - CETEBA	99,99	99,99	1.737	3.016	1.737	3.016	4.140
FVM Clínica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.	99,99	99,99	5	61	5	61	
Centro Nacional de Ensino Superior - CENESUP	99,99	99,99	9.286	29.460	9.286	29.460	
Educred - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	99,99	99,99	190	917	190	917	
Sociedade Educacional Canvalho Gomes Ltda.	99,99	99,99	4.297	9.002	4.297	9.002	4.362
Instituto Campinense de Ensino Superior - ICES	99,99	99,99	9.208	11.909	9.208	11.909	
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	99,99	99,99	1.326	198	1.316	198	
Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. - ADEA	99,99	99,99	8.770	22.072	8.770	22.063	5.125
Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda. - ABES	99,99	99,99	(424)	13.882	(424)	13.872	8.405
Centro de Educação Continuada Maurício de Nassau Ltda.	99,99	99,99	1.160	330	1.159	330	
Sociedade de Ensino e Pesquisa de Sergipe - SESPS	99,99	99,99	(2.579)	995	(2.579)	1.462	1.043
Universo Professores Associados - FAUNI	99,99	99,99	(1.112)	845	(1.112)	2.106	959
Total					31.853	94.396	24.034

	Participação Direta	Participação Indireta	Resultado do Exercício	Patrimônio Líquido	Equivalência Patrimonial	Valor do Investimento 30/06/2013	Goodwill 30/06/2013
Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda. - CETEBA	99,99	100,00	331	3.346	331	3.346	4.140
FVM Clínica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.	99,99	100,00	(6)	55	(6)	55	
Centro Nacional de Ensino Superior - CENESUP	99,99	100,00	7.111	13.033	7.111	13.033	
Educred - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	99,99	100,00	107	1.025	107	1.025	
Sociedade Educacional Canvalho Gomes Ltda.	99,99	100,00	4.671	13.673	4.671	13.673	4.362
Instituto Campinense de Ensino Superior - ICES	99,99	100,00	10.786	15.561	10.786	15.561	
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	99,99	100,00	(115)	70	(115)	70	
Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. - ADEA	99,99	100,00	7.814	16.020	7.814	16.020	5.125
Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda. - ABES	99,99	100,00	4.337	11.272	4.337	11.272	8.405
Centro de Educação Continuada Maurício de Nassau Ltda.	99,99	100,00	762	1.093	762	1.093	
Sociedade de Ensino e Pesquisa de Sergipe - SESPS	99,99	100,00	(2.026)	467	(2.026)	467	1.043
Universo Professores Associados - FAUNI	99,99	100,00	1.399	3.505	1.399	3.505	959
Centro de Ensino Superior Piauiense - CESP	99,99	100,00	620	4.602	620	4.602	8.565
Centro Integrado de Educação Superior do Piauí - CIESPI	0,01	100,00	341	1.185			
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. - SIESPI	99,99	100,00	1.319	10.107	1.319	10.107	5.213
Uninassau Participações S.A.	99,99	100,00					
Winglet Escola de Aviação Ltda.	99,99	100,00					120
Total					37.110	93.829	37.932

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10	Intangível	(a)	Controladora	Licenças e						Total
				Marcas e patentes	implantações de software	Licenças de operação	Convênios	Carteira de alunos	Conteúdo Digital	
Em 31 de dezembro 2012										
	Saldo inicial			321	1.507	340	500	690		3.358
	Aquisições			1.124	277	17	17		172	1.590
	Amortização			(685)	(275)	(199)	(199)	(331)	(18)	(1.508)
	Saldo contábil, líquido			321	1.946	342	318	359	154	3.440
Em 31 de dezembro 2012										
	Custo			321	3.979	910	807	828	172	7.017
	Amortização acumulada			(2.033)	(568)	(489)	(489)	(469)	(18)	(3.577)
	Saldo contábil, líquido			321	1.946	342	318	359	154	3.440
Em 30 de junho de 2013										
	Saldo inicial			321	1.946	342	318	359	154	3.440
	Aquisições			199	1.587	532	271			2.589
	Amortização			(433)	(186)	(103)	(103)	(165)	(43)	(930)
	Saldo contábil, líquido			520	3.100	688	486	194	111	5.099
Em 30 de junho de 2013										
	Custo			520	5.566	1.442	1.078	828	172	9.606
	Amortização acumulada			(2.466)	(754)	(592)	(592)	(634)	(61)	(4.507)
	Saldo contábil, líquido			520	3.100	688	486	194	111	5.099
	Taxas anuais médias de amortização %				20	33	25	25	20	

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Consolidado

	Marcas e patentes	implantações de software	Licenças de operação	Convênios	Carteira de alunos	Conteúdo Digital	Goodwill	Intangíveis identificados em aquisições	Total
Em 31 de dezembro 2012									
Saldo inicial	449	1.569	810	500	690		21.144		25.162
Aquisições		1.195	829	17		172	2.890	1.728	6.831
Baixas	(120)				(331)	(18)			(120)
Amortização		(729)	(550)	(199)					(1.827)
Saldo contábil, líquido	329	2.035	1.089	318	359	154	24.034	1.728	30.046
Em 31 de dezembro 2012									
Custo	329	4.368	2.136	807	828	172	24.034	1.728	34.402
Amortização acumulada		(2.333)	(1.047)	(489)	(469)	(18)			(4.356)
Saldo contábil, líquido	329	2.035	1.089	318	359	154	24.034	1.728	30.046
Em 30 de junho 2013									
Saldo inicial	329	2.035	1.089	318	359	154	24.034	1.728	30.046
Aquisições	198	1.605	968	271			13.898	11.600	28.540
Aquisições oriundas das combinações de negócios									9
Amortização		(450)	(382)	(103)	(165)	(43)			(1.143)
Saldo contábil, líquido	527	3.199	1.675	486	194	111	37.932	13.328	57.452
Em 30 de junho 2013									
Custo	527	5.973	3.104	1.078	828	172	37.932	13.328	62.942
Amortização acumulada		(2.774)	(1.429)	(592)	(634)	(61)			(5.490)
Saldo contábil, líquido	527	3.199	1.675	486	194	111	37.932	13.328	57.452
Taxas anuais médias de amortização %		20	33	25	25	20			

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Goodwill

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o *goodwill* apurado nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
CETEBA	4.140	4.140
ABES	8.405	8.405
SECARGO	4.362	4.362
ADEA	5.125	5.125
SESPS	1.043	1.043
FAUNI	959	959
CESP	8.565	
SIESPI	5.213	
Winglet	120	
	<u>37.932</u>	<u>24.034</u>

(d) Intangíveis identificados em aquisições

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os intangíveis identificados apurados nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	30 de junho de 2013			31 de dezembro de 2012	
	Licenças de cursos (i)	Marcas (i)	Total	Licenças de cursos (i)	Total
SESPS	467		467	467	467
FAUNI	1.261		1.261	1.261	1.261
CESPI	4.404	508	4.912		
SIESPI	5.996	692	6.688		
	<u>12.128</u>	<u>1.200</u>	<u>13.328</u>	<u>1.728</u>	<u>1.728</u>

- (i) As licenças de cursos e marcas adquiridas através de combinação de negócios foram registradas inicialmente pelo seu valor justo. Esses ativos intangíveis identificados em aquisições possuem vida útil indefinida e estão sujeitos a testes anuais de recuperabilidade.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Perda (*impairment*) do *goodwill* e intangíveis com vida útil indefinida

O *goodwill* e intangíveis identificados com vida útil indefinida são alocados às Unidades Geradoras de Caixa (UGC), identificadas de acordo com as respectivas Unidades.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos, usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a UGC atua.

	2012	2011
Margem bruta (a)	70%	70%
Taxa de crescimento (b)	3%	3%
Taxa de desconto (c)	12,3%	12,3%

(a) Margem bruta orçada

(b) Taxa de crescimento média ponderada, usada para extrapolar os fluxos de caixa após o período orçado.

(c) Taxa de desconto antes dos impostos, aplicada às projeções do fluxo de caixa, baseada no custo médio ponderado do capital (CAPM), baseado nas médias de mercado.

A administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. A taxa de desconto utilizada corresponde à taxa antes dos impostos e reflete riscos específicos do negócio. O teste de recuperação dos ativos, efetuado em 31 de dezembro de 2012, não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas. Para 30 de junho de 2013 a Companhia não realizou teste de recuperação, pois não foram encontrados indicadores de perda.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11	(a)	Composição do saldo – Controladora											
		Computador	Edificações e benfeitorias	Propriedades em Arrendamentos Mercantis	Equipamentos e instalações	Veículos	Aeronaves	Móveis e utensílios	Livros	Terrenos	Total em operações	Obras em andamento	Imobilizado total
Em 31 de dezembro 2012													
		1.856	52.776		3.636	88	10.215	2.058	3.562	38.594	112.785	29.334	142.119
		2.500	25.404		2.556	166	124	688	1.852	43	33.333	18.475	51.808
		(954)	13.062		(978)	(144)	(825)	(321)	(882)		13.062	(13.062)	(7.725)
		3.402	87.621		5.214	110	9.514	2.425	4.532	38.637	151.455	34.747	186.202
Em 31 de dezembro 2012													
		4.787	107.772		7.721	424	12.428	3.640	9.524	38.637	184.933	34.747	219.680
		(1.385)	(20.151)		(2.507)	(314)	(2.914)	(1.215)	(4.992)		(33.478)		(33.478)
		3.402	87.621		5.214	110	9.514	2.425	4.532	38.637	151.455	34.747	186.202
Em 30 de junho de 2013													
		3.403	53.191	34.428	5.214	110	9.514	2.425	4.532	38.637	151.454	34.746	186.200
		665	7.908		3.375		6.243	1.533	873	5.040	25.637	4.604	30.241
			51.473								51.473		51.473
		(485)	(62.954)	(1.075)	(552)	(28)	(8.568)	(210)	(491)	(43.677)	(115.199)	(23.256)	(138.455)
		3.583	48.131	33.353	8.037	82	6.710	3.748	4.914		108.558	16.094	124.652
Em 30 de junho de 2013													
		5.453	58.816	44.991	11.096	424	8.578	5.173	10.397		144.928	16.094	161.022
		(1.870)	(10.685)	(11.638)	(3.059)	(342)	(1.868)	(1.425)	(5.483)		(36.370)		(36.370)
		3.583	48.131	33.353	8.037	82	6.710	3.748	4.914		108.558	16.094	124.652
		20	4	4	10	20	6,7	10	20		108,558	16,094	124,652
Taxas anuais médias de depreciação %													

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição do saldo – Consolidado

	Computador	Edificações e benfeitorias	Propriedades em Arrendamentos Mercantis	Equipamentos e instalações	Veículos	Aeronaves	Móveis e utensílios	Livros	Terrenos	Total em operações	Obras em andamento	Imobilizado total
Em 31 de dezembro 2012												
Saldo inicial	3.010	64.295		8.007	219	10.215	3.618	6.962	38.600	134.926	60.217	195.143
Aquisições	3.500	28.202		5.152	166	124	2.098	2.912	43	42.197	41.340	83.537
Transferências		45.652								45.652	(45.652)	
Depreciação	(1.448)	(4.501)		(2.109)	(193)	(825)	(624)	(1.926)		(11.626)		(11.626)
Saldo contábil, líquido	5.062	133.648		11.050	192	9.514	5.092	7.948	38.643	211.149	55.905	267.054
Em 31 de dezembro 2012												
Custo	7.438	157.547		16.013	752	12.428	7.441	16.680	38.643	256.942	55.905	312.847
Depreciação acumulada	(2.376)	(23.899)		(4.963)	(560)	(2.914)	(2.349)	(8.732)		(45.793)		(45.793)
Saldo contábil, líquido	5.062	133.648		11.050	192	9.514	5.092	7.948	38.643	211.149	55.905	267.054
Em 30 de junho de 2013												
Saldo inicial	5.060	92.114	41.532	11.052	192	9.514	5.092	7.948	38.443	210.947	55.907	266.854
Aquisições	1.570	16.862		6.874		6.243	2.504	1.838	5.234	41.125	1.512	42.637
Aquisições oriundas das combinações de negócios	81	430		669	112		524	642		2.458		2.458
Cisão dos ativos da controladora (Nota 1 a))	(822)	(48.817)	(1.296)	(1.204)	(66)	(8.568)	(440)	(864)	(43.677)	(101.062)	(37.393)	(138.455)
Depreciação		(2.092)				(479)				(7.263)		(7.263)
Saldo contábil, líquido	5.889	58.497	40.236	17.391	238	6.710	7.680	9.564		146.205	20.026	166.231
Em 30 de junho de 2013												
Custo	9.652	71.329	53.794	24.074	949	8.578	10.885	19.638		198.899	20.026	218.925
Depreciação acumulada	(3.763)	(12.832)	(13.558)	(6.683)	(711)	(1.868)	(3.205)	(10.074)		(52.694)		(52.694)
Saldo contábil, líquido	5.889	58.497	40.236	17.391	238	6.710	7.680	9.564		146.205	20.026	166.231
Taxas anuais médias de depreciação %	20	4	4	10	20	6,7	10	20				

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Outras informações

(c.i) Propriedades em arrendamentos mercantis – Controladora

A Companhia possui contratos de aluguéis os quais foram classificados como arrendamento financeiro, e encontram-se classificados no imobilizado em contrapartida de passivo.

Tipo	Prazo do contrato	Custo	Depreciação acumulada	2013	2012
				Saldo líquido	Saldo líquido
Edifícios	de 20 a 21 anos	44.991	(11.638)	33.353	34.428

(c.ii) Propriedades em arrendamentos mercantis – Consolidado

O Grupo possui contratos de aluguéis os quais foram classificados como arrendamento financeiro, e encontram-se classificados no imobilizado em contrapartida de passivo.

Tipo	Prazo do contrato	Custo	Depreciação acumulada	2013	2012
				Saldo líquido	Saldo líquido
Edifícios	de 20 a 21 anos	53.794	(13.558)	40.236	41.532

(c.iii) Garantias

A Companhia possui contratos de empréstimos (*leasings*) o qual aliena fiduciariamente os bens adquiridos. Os bens alienados referem-se a veículos, aeronaves, máquinas e equipamentos e equipamentos de informática. Em 30 junho de 2013, a Controladora possuía R\$ 11.994 alienados fiduciariamente (31 de dezembro de 2012 - R\$ 14.549), e o consolidado possuía R\$ 17.480 alienados fiduciariamente (31 de dezembro de 2012 - R\$ 17.101).

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Fornecedores nacionais	3.310	1.711	4.822	3.540
Prestadores nacionais	136	48	404	108
	<u>3.446</u>	<u>1.759</u>	<u>5.226</u>	<u>3.648</u>

13 Compromissos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Contas a pagar por aquisições de imóveis (a)		12.763		12.763
Contas a pagar por aquisição de investimentos (b)	23.742	1.396	23.742	1.396
	<u>23.742</u>	<u>14.159</u>	<u>23.742</u>	<u>14.159</u>
(-) Circulante	<u>(12.207)</u>	<u>(12.763)</u>	<u>(12.207)</u>	<u>(12.763)</u>
Não circulante	<u>11.535</u>	<u>1.396</u>	<u>11.535</u>	<u>1.396</u>

- (a) Referem-se ao contas a pagar de 50% dos valores das aquisições do imóvel da Sasderba (Associação Assistencial dos Servidores do DER-BA) em Salvador, do imóvel da Comercial Nortista em Aracaju, do imóvel da Diniz Engenharia em Recife e do Edifício Santo Albino em Recife.
- (b) O registro desta obrigação presente de investimentos ocorre devido à cláusula contratual do Instrumento Contratual de Aquisição da ADEA – Sociedade de Desenvolvimento Avançado Ltda., onde houve uma retenção a título de *Escrow Account* no valor de R\$ 871 e a título de caução no valor de R\$ 325, montando o saldo de R\$ 1.196 (2012 – R\$ 1.196), cuja movimentação é autorizada apenas para pagamento de contingências, e que será liberado após 5 anos, da retenção a título de *Escrow Account* no valor de R\$ 200 do Instrumento Contratual de Aquisição da Sociedade de Ensino e Pesquisa de Sergipe – SESPS. O saldo remanescente refere-se a compromisso a pagar decorrente da aquisição das Unidades do Piauí no montante de R\$ 22.311, que será liberado durante um período de 2 anos.

Em 28 de junho de 2013 a empresa efetuou cisão de compromissos a pagar no valor de R\$ 7.839. Os detalhes da operação estão na nota 1 a).

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Capital de Giro (1)	CDI + 2,5% a.a.	90.900	67.919	91.022	67.923
Finame (2)	TJLP + 3,18% a 4,50% a.a.	7.809	5.979	9.032	5.979
Leasing (2)	0,90% a 1,73% a.m.	4.920	5.502	8.327	7.494
		103.629	79.400	108.381	81.396
(-) Circulante		(14.903)	(37.897)	(16.783)	(38.854)
Não circulante		88.726	41.503	91.598	42.542

(1) Garantidos com títulos em cobrança.

(2) Garantidos por alienação fiduciária do bem e/ou nota promissória. Referem-se principalmente a *leasing* de equipamentos de informática, televisores, condicionadores de ar, entre outros.

Não há valores de empréstimos e financiamentos mantidos em moeda estrangeira.

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
2014	13.950	12.832	15.519	13.614
2015	25.204	11.893	26.106	12.150
2016	21.937	11.175	22.210	11.175
2017	13.502	3.633	13.630	3.633
A partir de 2018	14.133	1.970	14.133	1.970
	88.726	41.503	91.598	42.542

Em 28 de junho de 2013 a empresa efetuou cisão de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 4.912. Os detalhes da operação estão na Nota 1 (a).

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Salários, encargos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Salários a pagar	5.904	2.945	9.275	4.889
Provisão para férias e encargos	10.037	5.921	16.768	9.104
Encargos sociais	1.869	1.441	3.588	2.457
Outros	117	102	155	135
	<u>17.927</u>	<u>10.409</u>	<u>29.786</u>	<u>16.585</u>

16 Obrigações de arrendamento mercantil

A Companhia e o grupo possuem contratos de aluguéis os quais foram classificados como arrendamento financeiro, e encontram-se classificados no imobilizado e nas obrigações de arrendamento mercantil, conforme Nota 11.

O prazo dos contratos são de vinte anos, podendo ser renovados em condições a serem negociadas ao final do período. Os contratos possuem pagamentos mensais, fixadas, e são atualizados anualmente pelo índice IGP-M, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas. Não existem restrições ou cláusulas que dependam dos resultados ou distribuição de dividendos pela Companhia.

Os contratos foram considerados, no julgamento da Companhia, como arrendamento mercantil financeiro essencialmente pelo prazo dos contratos de aluguel representarem a maior parte da vida econômica dos ativos.

Os contratos foram calculados a valor presente a uma taxa de 1,05% a.m.

O vencimento dos pagamentos dos aluguéis mínimos dos arrendamentos financeiros está descrito a seguir:

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora	30 de junho de 2013			31 de dezembro de 2012
	Pagamentos mínimos	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos
Vencimentos				
Circulante:				
2013	3.483	(2.977)	506	981
2014	3.483	(2.944)	539	
	6.966	(5.921)	1.045	981
Não circulante				
2014	3.483	(2.909)	574	1.113
2015	6.967	(5.704)	1.263	1.263
2016	6.967	(5.535)	1.432	1.432
2017	6.967	(5.342)	1.625	1.625
2018	6.967	(5.125)	1.842	1.842
2019 em diante	69.868	(30.396)	39.472	39.472
	101.219	(55.011)	46.208	46.747
	108.185	(60.932)	47.253	47.728
Consolidado				
Vencimentos	30 de junho de 2013			31 de dezembro de 2012
	Pagamentos mínimos	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos
Circulante:				
2013	4.143	(3.557)	586	1.120
2014	4.144	(3.518)	626	
	8.287	(7.075)	1.212	1.120
Não circulante				
2014	4.144	(3.475)	669	1.292
2015	8.287	(6.819)	1.468	1.469
2016	8.287	(6.619)	1.668	1.668
2017	8.287	(6.391)	1.896	1.896
2018	8.287	(6.133)	2.154	2.154
2019 em diante	83.033	(36.531)	46.502	46.502
	120.325	(65.968)	54.357	54.981
	128.612	(73.043)	55.569	56.101

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Capital social e reservas

(a) Capital social

O capital social é dividido em 26.878.824 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalizando em 30 de junho de 2013 o valor de R\$ 82.877 (R\$ 71.837 em 31 de dezembro de 2012).

Na emissão de ações ordinárias, sem valor nominal, a Companhia incorreu em gastos no montante de R\$ 866. Esses gastos relativos à emissão das referidas ações foram registrados no patrimônio líquido da Companhia, como redutores da conta de capital social.

Em 23 de maio de 2013, a Companhia aumentou o capital social no valor de R\$ 66.534, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização da reserva de retenção de lucros.

Em 30 de junho de 2013, a Companhia aumentou o capital social no valor de R\$ 70.209, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais.

Em 28 de junho de 2013 a empresa efetuou cisão do capital social no valor de R\$ 125.704. Os detalhes da operação estão na Nota 1 (a).

Em 12 de agosto de 2013 a companhia aprovou o desdobramento de 4 notas de ações para cada 1 ação antiga. Portanto o capital social da Companhia passa a ser dividida em 107.515.296 ações ordinárias sem valor nominal. Os cálculos do lucro e do dividendo por ação foram ajustados retrospectivamente baseado neste desdobramento.

A composição acionária da Companhia está assim demonstrada (quantidade de ações):

	30 de junho de 2013			31 de dezembro de 2012
	Ordinárias	Total	%	Total
José Janguie Bezerra Diniz	94.274.036	94.274.036	87,68%	94.274.036
Jânyo Janguié Bezerra Diniz	1.075.152	1.075.152	1,00%	1.075.152
Poah One Acquisition Holdings VII LLC	12.166.108	12.166.108	11,32%	12.166.108
	<u>107.515.296</u>	<u>107.515.296</u>	<u>100,00%</u>	<u>107.515.296</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reserva de incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei no 11.638, de 2008). Essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

Devido à adesão ao Prouni, os valores do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, não pagos em razão do incentivo fiscal concedido, são contabilizados no resultado do período, reduzindo as despesas dos referidos tributos. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante dos incentivos fiscais é destinado, após transitar pelo resultado, para a conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Esta reserva de lucro somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Ademais, tais valores não poderão ser distribuídos aos acionistas, mediante restituição ou redução do capital, por até cinco anos após a data em que ocorrer referida capitalização.

(c) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(d) Retenção de lucros

Representa a parcela destinada do lucro, destinada para conta de Reserva de Retenção de Lucros para futuro investimento de capital e estará sujeito à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral.

(e) Ajuste de avaliação patrimonial

Os saldos e movimentações dos exercícios findos em 31 de dezembro referem-se ao custo atribuído aos bens do ativo imobilizado. Conforme Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento dos pronunciamentos técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, quando da adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27, 37 e 43 no que diz respeito ao ativo imobilizado, a administração da entidade identificou bens ou conjuntos de bens de valores relevantes ainda em operação, relevância essa medida em termos de provável geração futura de caixa, e que apresentem valor contábil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo em seus saldos iniciais.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária, ressalvado os casos em que o Acordo de Acionistas estabeleça diferente, quando aplicável.

Em 30 de junho de 2013, a Administração da Companhia deliberou a distribuição de dividendos intermediários. A distribuição foi realizada da seguinte forma:

	<u>Consolidado</u> 30 de junho de 2013
Lucro líquido do período	68.809
(-) Reserva de Incentivo Fiscal (a)	<u>(24.377)</u>
	44.432
Constituição da reserva legal	(3.442)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	40.990
Dividendo mínimo obrigatório calculado	10.248
Dividendos adicionais pagos e/ou propostos	<u>17.215</u>
No final do período	<u>27.463</u>
Média ponderadas de ações em circulação no final do período	107.515.296
Dividendos por ação (em reais)	0,26

(a) A reserva de incentivo fiscal considerara para efeito de cálculo de dividendos inclui a retenção de reservas de incentivo fiscal das controladas.

* Vide Nota 17 (a)

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Receita líquida dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Receita com prestação de serviços				
Mensalidade de graduação	139.622	95.600	249.608	154.061
Mensalidade de pós graduação	3.203	1.886	4.430	2.369
Outras receitas	1.889	2.143	7.974	7.892
	<u>144.714</u>	<u>99.629</u>	<u>262.012</u>	<u>164.322</u>
Impostos, descontos e abatimentos sobre serviços				
Impostos incidentes sobre serviços	(6.092)	(4.180)	(10.756)	(7.050)
Descontos, bolsas e abatimentos	(18.148)	(14.281)	(30.655)	(21.018)
	<u>(24.240)</u>	<u>(18.461)</u>	<u>(41.411)</u>	<u>(28.068)</u>
	<u>120.474</u>	<u>81.168</u>	<u>220.601</u>	<u>136.254</u>

19 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Pessoal e encargos	25.382	18.840	53.515	33.062
Serviços prestados por pessoa física e pessoa jurídica	1.551	1.340	2.881	1.953
Energia elétrica, água e telefone	3.343	2.517	6.858	4.803
Depreciação e amortização	2.053	956	3.418	1.736
Aluguéis	8.376	3.794	13.539	6.265
Outros	287	282	522	312
	<u>40.992</u>	<u>27.729</u>	<u>80.733</u>	<u>48.131</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Pessoal e encargos sociais	16.065	10.830	23.120	14.955
Serviços prestados por pessoa física e pessoa jurídica	5.973	3.656	7.301	4.555
Publicidade e propaganda	4.107	4.481	7.855	9.286
Provisão e perda efetiva para crédito de liquidação duvidosa	5.143	2.809	9.065	4.814
Depreciação e amortização	3.684	2.920	4.988	3.701
Materiais de expediente	1.877	1.418	2.500	1.794
Tributos	590	422	806	722
Outros	2.825	1.423	4.053	2.087
	<u>40.264</u>	<u>27.959</u>	<u>59.688</u>	<u>41.914</u>

21 Receita e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Despesas financeiras				
Despesas de juros	(3.792)	(3.149)	(3.962)	(3.333)
Juros de arrendamentos mercantis	(3.032)	(3.088)	(3.740)	(3.569)
Descontos concedidos	(546)	(438)	(2.529)	(1.023)
Outros	(528)	(339)	(1.098)	(537)
	<u>(7.898)</u>	<u>(7.014)</u>	<u>(11.329)</u>	<u>(8.462)</u>
Receitas financeiras				
Juros	2.560	773	3.840	1.246
Rendimentos de aplicações financeiras	819	284	819	284
Ajuste a valor presente	152	77	385	150
Outros	39	27	67	31
	<u>3.570</u>	<u>1.161</u>	<u>5.111</u>	<u>1.711</u>
Despesa financeira, líquida	<u>(4.328)</u>	<u>(5.853)</u>	<u>(6.218)</u>	<u>(6.751)</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Imposto de renda e contribuição social

Em conformidade com a Lei nº 11.096/2005, regulamentada pelo Decreto 5.493/2005 e normatizada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 456/2004, nos termos do artigo 5º da Medida Provisória nº 213/2004, as entidades de ensino superior que aderiram ao PROUNI ficam isentas, no período de vigência do termo de adesão, dentre outros, do IRPJ e da CSLL, devendo a apuração ser baseada no lucro da exploração das atividades isentas. A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos exercícios findos em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	69.727	37.993	73.194	36.817
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	23.707	12.918	24.886	12.518
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Ajustes da Lei 11.638/2007	107	116	156	137
Equivalência patrimonial	(12.617)	(6.416)		
Despesas não dedutíveis	1.686	412	1.347	113
Compensação de prejuízo fiscal			(362)	
	12.883	7.030	26.027	12.768
Benefício fiscal lucro da exploração - PROUNI	(11.953)	(6.692)	(24.377)	(12.465)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	930	338	1.650	303
Alíquota efetiva - %	1,33%	0,89%	2,25%	0,82%

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) **Conciliação consolidada da despesa do imposto de renda e da contribuição social para as empresas regidas pelo Lucro Presumido**

	Consolidado	
	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Receita bruta de vendas	4.409	4.290
Presunção 32% - Imposto de renda	1.411	1.373
Presunção 32% - Contribuição Social	1.411	1.373
Imposto de renda - Presumido	353	343
Contribuição Social- Presumido	127	124
Imposto de renda e contribuição social	<u>480</u>	<u>467</u>

Parte das operações de ensino superior de pós graduação, ensino profissionalizante são realizadas pelo regime do lucros presumido das investidas da Companhia.

(ii) **Conciliação consolidada da despesa do imposto de renda e da contribuição social**

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Imposto de renda e Contribuição Social do período corrente - Empresas optantes pelo regime de lucro real	930	338	1.650	303
Imposto de renda e Contribuição Social do período corrente - Empresas optantes pelo regime de lucro presumido			480	467
	<u>930</u>	<u>338</u>	<u>2.130</u>	<u>770</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	69.727	37.993	70.868	38.443
Alíquota efetiva - %	1,33%	0,89%	3,01%	2,00%

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Partes relacionadas

(a) Mútuos entre partes relacionadas

	Controladora	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
<u>Ativo</u>		
<i>Mútuos</i>		
FMN Clínica de Fisioterapia Ltda.	5	5
Educred Administ. de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	1.807	
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	129	
Sociedade de Ensino e Pesquisa de Sergipe - SESPS	1.455	
Universo Professores Associados - FAUNI	1.808	
Centro de Ensino Superior Piauiense - CESP	748	
Instituto Maurício de Nassau		160
	<u>5.952</u>	<u>165</u>
<u>Passivo</u>		
<i>Mútuos</i>		
Educred Administ. de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	2.696	256
Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.	7.625	51
Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda.	9.481	643
Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.	1.082	484
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	6.695	2.975
Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.	859	311
Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado - ADEA	5.935	6
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	246	
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. – SIESPI	1.290	
Centro de Educação Continuada Maurício de Nassau Ltda.	854	
	<u>36.763</u>	<u>4.726</u>

	Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
<u>Ativo</u>		
<i>Mútuos</i>		
Instituto Maurício de Nassau		171
		<u>171</u>

O mútuo com partes relacionadas referem-se a pagamentos realizados entre as empresas do Grupo para cobrir despesas incorridas. As transações foram feitas considerando a inexistência de juros e prazo para vencimento, portanto vencíveis a vista.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores estatutários da Companhia. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Remuneração total do pessoal-chave da administração	931	732	931	732

(c) Outras transações

	30 de junho de 2013			Controladora 30 de junho de 2012		
	Pagamentos	Despesa	Passivo	Pagamentos	Despesa	Passivo
Aluguéis - JJ Participações (i)	9.402	5.608	44.903	5.413	1.709	45.779
Aluguéis - E Lucena S.A. (ii)	500	500		410	410	
Construção de edificações (iii)				4.127		
Ações sociais (iv)	244			192		
Publicidade e propaganda (v)	180			178		
	10.326	6.108	44.903	10.320	2.119	45.779

	30 de junho de 2013			Consolidado 30 de junho de 2012		
	Pagamentos	Despesa	Passivo	Pagamentos	Despesa	Passivo
Aluguéis - JJ Participações (i)	9.402	5.608	44.903	5.413	1.709	45.779
Aluguéis - E Lucena S.A. (ii)	500	500		410	410	
Construção de edificações (iii)	133			5.144		
Ações sociais (iv)	244			192		
Publicidade e propaganda (v)	454			193		
	10.733	6.108	44.903	11.352	2.119	45.779

- (i) A Companhia firmou Contrato de Locação de Imóveis Comerciais com a empresa JJ Participações e Projetos Ltda, empresa pertencente ao acionista José Janguê Bezerra Diniz. Os imóveis estão localizados nas cidades de Recife, Fortaleza, Campina Grande, Caruaru e Maceió. Os contratos foram firmados pelo prazo de vinte anos, e estão registrados no balanço como propriedades em arrendamentos mercantis, e obrigações com arrendamentos mercantis. O prazo dos contratos são de vinte anos, podendo ser renovados em condições a serem negociadas ao final do período. Os contratos possuem pagamentos mensais, fixadas, e são atualizados anualmente pelo índice IGP-M, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas. Não existem restrições ou cláusulas que dependam dos resultados ou distribuição de dividendos pela Companhia.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) A Companhia firmou Contrato de Locação de Imóveis Comerciais com a empresa E Lucena S/A, empresas pertencente ao acionista José Janguê Bezerra Diniz. Os imóveis estão localizados na cidade de Recife. Os contratos foram firmados pelo prazo de dez anos, podendo ser renovados em condições a serem negociadas ao final do período. Os contratos possuem pagamentos mensais, fixadas, e são atualizados anualmente pelo índice IGP-M, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas. Não existem restrições ou cláusulas que dependam dos resultados ou distribuição de dividendos pela Companhia.
- (iii) A Companhia firmou contratos de construção e reformas das unidades de Recife, Maceió, João Pessoa e Salvador com a empresa Indústria e Construções Vão Livre S.A., empresa pertencente a membros da família do acionista José Janguê Bezerra Diniz. Os dispêndios efetuados no contrato estão registrados no imobilizado da Companhia.
- (iv) A Companhia firmou contratos com o Instituto Ser Educacional, empresa mantida pelo Ser Educacional S.A para realizar ações de responsabilidade social. As transações com esta empresa envolvem doação de recursos para o desenvolvimento de atividades de apoio prestadas nas áreas de pesquisa, extensão e artes, pesquisas de mercado, bolsas de pesquisa, ações integração comunitária, além de outras atividades. Os dispêndios efetuados estão registrados nas despesas da Companhia.
- (v) A Companhia firmou contratos com a empresa Sistema de Comunicação Leia Já, empresa pertencente a membros da família do acionista José Janguê Bezerra Diniz. As transações com esta empresa envolvem a prestação de serviços de publicidade e propaganda. Os dispêndios efetuados estão registrados nas despesas da Companhia.

24 Provisão para contingência

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso.

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Cível	322	247	810	529
Trabalhista	292	216	573	436
Trabalhista oriunda de combinação de negócio			3.249	
	<u>614</u>	<u>463</u>	<u>4.632</u>	<u>965</u>

(a) Cível

A Companhia, com apoio dos seus consultores jurídicos, efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível para suportar as prováveis saídas de recursos relacionados com essas causas. A administração mantém provisão no montante de R\$ 322 em 30 de junho de 2013 (R\$ 247 em 31 de dezembro de 2012). A administração mantém provisão no montante de R\$ 810 para o Grupo (R\$ 529 em 31 de dezembro de 2012).

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, a Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 30 de junho de 2013 é de R\$ 93 (R\$ 391 em 31 de dezembro de 2012), para as quais não há provisão constituída. A Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificados com risco de perda possível para o Grupo, cujo valor em 30 de junho de 2013 é de R\$ 959 (R\$ 391 em 31 de dezembro de 2012), para os quais não há provisão constituída.

Dentre as principais ações não provisionadas, podemos destacar:

- (i) 0035620-18.2006.8.17.0001 - Trata-se de ação civil pública visando a modificar a forma de pagamento da mensalidade em virtude do número de disciplina cursadas. A questão em apreço gira em torno do fato da sociedade cobrar a mensalidade dos seus clientes (alunos) pelo serviço ofertado, o que gerou irrisignação frente aos consumidores que entendem que devem pagar a mensalidade por disciplina cursada, e não pelo valor total como se tivessem cursando todas as disciplinas daquele semestre. A classificação de risco de perda atribuída pelo assessores jurídicos externos é possível e o valor possível é de R\$ 300.
- (ii) 008895-89.2006.8.17.0001 – Ação para caracterizar os descontos das mensalidades dos cursos da FMN como afronta aos princípios do direito consumidor, pois esses descontos podem chegar a aproximadamente 24%, e, supostamente, estaria tentando afastar a aplicação da multa legal de 2% previsto para as multas moratórias, revelando suposta, lucratividade excessiva da sociedade e grande onerosidade para os alunos consumidores. A classificação de risco de perda atribuída pelo assessores jurídicos externos é possível e o valor possível é de R\$ 30.

(b) Trabalhista

A Companhia, com apoio dos seus consultores jurídicos, efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista para suportar as prováveis saídas de recursos relacionados com essas causas. A administração mantém provisão no montante de R\$ 292 em 30 de junho de 2013 (R\$ 216 em 31 de dezembro de 2012). A administração mantém provisão no montante de R\$ 573 para o Grupo (R\$ 436 em 31 de dezembro de 2012).

Adicionalmente, a Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 30 de junho de 2013 é de R\$ 59 (R\$ 300 em 31 de dezembro de 2012), para as quais não há provisão constituída. A Companhia efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista, classificados com risco de perda possível para o Grupo, cujo valor em 30 de junho de 2013 é de R\$ 665 (R\$ 391 em 300 de dezembro de 2012), para os quais não há provisão constituída.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Tributário

Os consultores jurídicos da Companhia efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza tributária e, para suportar prováveis perdas com essas causas, a administração não mantém provisão, pois não há, nesta mesma data processo com perda provável.

Da mesma forma os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das poucas ações de natureza tributária, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 30 de junho de 2013 é de R\$ 3.780 (R\$ 3.780 em 31 de dezembro de 2012).

A Companhia informa, que, as ações classificadas com risco de perda remota, na mesma data, somam o valor de R\$ 7.880.

Dentre as principais ações e tributárias não provisionadas, podemos destacar:

- (i) 0045068-73.2010.8.17.0001 - Ação ordinária contra o Município do Recife, objetivando a anulação de débito fiscal decorrente de processo administrativo N° 07.39452.5.09, bem como a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária relativa ao recolhimento de ISS sobre valores não recebidos em função de desconto concedido a seus tomadores de serviço. A questão em apreço se refere ao fato da sociedade conceder descontos escalonados para seus clientes (alunos) que pagarem a mensalidade antecipadamente, podendo pagar nos dias 5, 10, 20 e 30, onde o desconto diminui proporcionalmente com o passar dos dias. Neste caso o ISS é cobrado pela receita da empresa, contudo o Município do Recife entende que a receita é o valor inserido no boleto dos alunos, desconsiderando a receita auferida pela instituição quando da aplicação dos descontos, havendo a majoração da base de cálculo do imposto. A classificação de risco de perda atribuída pelo assessores jurídicos externos é remota e o valor possível é de R\$ 7.710.
- (ii) 0045139-92.2010.8.02.0001 - Ação cautelar preparatória visando a suspensão da exigibilidade de crédito tributário alcançado pela suspensão nos termos da legislação através da impugnação em esfera administrativa, tendo a medida liminar deferida, suspendendo a exigibilidade do crédito tributário, estando pendente de julgamento. Em apertada síntese, a situação se refere ao fato da entidade educacional preencher todos os requisitos para o reconhecimento de sua imunidade tributária, dentre os quais não distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, aplicando-os integralmente no país e na manutenção dos seus objetivos institucionais. Todavia, consoante afirma, vem sendo compelida pelo município de Maceió a recolher o imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS), inclusive com a lavratura dos autos de infração n.º 2007.000.21712 e 2007.000.21742, e que, não obstante o manejo dos recursos administrativos pertinentes, até o presente momento não obteve êxito. A classificação de risco de perda atribuída pelo assessores jurídicos externos é remota e o valor possível é de R\$ 165.
- (iii) 0020993-62.2013.8.17.0001 - Trata-se de ação anulatória contra o Município do Recife, por ilegalidade da notificação fiscal em desfavor da empresa autora, tendo sido concedida a liminar, ante ao depósito integral, para suspender a exigibilidade do crédito tributário, estando ainda pendente de julgamento. A questão em apreço se refere ao fato da sociedade ser beneficiária dos programas educacionais do governo federal, especificamente o PROUNI, o que acarreta em não geração de receita para a sociedade, consequentemente não deve haver tributação, contudo o Município do Recife entende que a receita é o valor do benefício fiscal concedido à IES em razão do PROUNI, desconsiderando a legislação, majorando indevidamente a base de cálculo do imposto. A classificação de risco de perda atribuída pelo assessores jurídicos externos é remota e o valor possível é de R\$ 305.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iv) 10480.727015/2011-88 - Trata-se de processo administrativo onde a douta fiscalização aponta infração à legislação tributária caracterizada por divergências entre as informações prestadas na contribuição do Imposto de Renda Retido na Fonte dos anos calendários de 2008, 2009 e 2010. A classificação de risco de perda atribuída pelo assessores jurídicos externos é possível e o valor possível é de R\$ 2.496.

(d) Contingências indenizatórias trabalhistas oriundas de combinação de negócios

Dentre as principais ações trabalhistas provisionadas, podemos destacar um passivo contingente indenizatório no valor de R\$ 3.249 reconhecido referente às exposições trabalhistas do Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda.-CESPI, da Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. – SIESPI e de sua subsidiária Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda, oriundo de combinação de negócios ocorrida em 2013.

25 Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. O cálculo do lucro e por ação foi ajustado retrospectivamente baseado no desdobramento de ações ocorrido em agosto de 2013, conforme detalhado na Nota 17.

	<u>30 de junho de 2013</u>	<u>30 de junho de 2012</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Controladora	68.832	37.655
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	<u>107.515</u>	<u>107.515</u>
Lucro básico por ação - R\$	<u>0,64</u>	<u>0,35</u>

26 Combinação de Negócios

(i) Sociedade de Ensino e Pesquisa de Sergipe - SESPS

Em 12 de janeiro de 2012, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social da Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda. - SESPS, com sede na Cidade de Aracaju, Estado de Sergipe. A contraprestação pela compra foi de R\$ 906, sendo pago em 2012 o valor de R\$ 706 e o saldo a pagar a ser realizado até o fim do exercício de 2013.

A Unidade possui aproximadamente 100 alunos alocados em 1 campus, e contém no seu portfólio 2 cursos de graduação. Como resultado dessa aquisição, espera-se que a Companhia aumente sua presença nesse mercado.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela, a seguir, resume a contraprestação, paga ou a pagar, para aos antigos proprietários da Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda. - SESPS, os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição:

	SESPS
Contraprestação pela compra	<u>906</u>
Caixa e equivalentes de caixa	56
Clientes	63
Intangível	31
Licenças (intangível identificado)	467
	52
Fornecedores	(46)
Obrigações trabalhistas	(229)
Obrigações tributárias	(34)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(34)
Partes relacionadas	<u>(463)</u>
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	(137)
<i>Goodwill</i>	<u>1.043</u>
	<u>906</u>

O *goodwill* que surge da aquisição é atribuível à expectativa de rentabilidade futura da Unidade. Não se espera que o *goodwill* reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda. Essa aquisição, está inserida no foco estratégico na busca de oportunidades relacionadas em novos mercados e também a obtenção de ganhos por sinergias com a estrutura operacional do Grupo, expansão na oferta de cursos que geram e suportam a expectativa de rentabilidade futura oriunda de tais aquisições.

A estimativa do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, efetuada pela administração com suporte de seus consultores independentes, considerou as seguintes metodologias:

- i) **Contas a receber de clientes:** o valor justo de contas a receber de clientes foi apurado considerando a realização dos créditos adquiridos;
- ii) **Licenças de Operação:** as Licenças de Operação estão associados com os Cursos Credenciados e Manutenções credenciadas. Estes são interdependentes e, portanto, satisfazem o critério de separabilidade sob o CPC 04 quando considerados em conjunto. A avaliação do intangível de Licenças de Operação foi feita através da metodologia de Abordagem de Renda e Método *With or Without Method* ("WOWM"). O princípio base do WOWM é avaliar os seguintes cenários: 1º Avaliação do fluxo de caixa de gerado com as licenças adquiridas; 2º Avaliação do fluxo de caixa gerado sem as licenças adquiridas.

A demonstração do resultado consolidada do exercício de 2012 inclui, desde a data de aquisição e para o exercício social de 2012, receitas e prejuízo nos montantes de R\$ 433 e R\$ 2.579, respectivamente.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Universo Professores Associados - FAUNI

Em 12 de janeiro de 2012, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social do Universo Professores Associados S/S Ltda. - FAUNI, com sede na Cidade de Belém, Estado do Pará. A contraprestação pela compra foi de R\$ 1.600, sendo pago à vista.

A Unidade possui aproximadamente 80 alunos alocados em 1 campus, e contém no seu portfólio 10 cursos de graduação. Como resultado dessa aquisição, espera-se que a Companhia aumente sua presença nesse mercado.

A tabela, a seguir, resume a contraprestação, paga ou a pagar, para aos antigos proprietários do Universo Professores Associados S/S Ltda. - FAUNI, os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição:

	<u>FAUNI</u>
Contraprestação pela compra	<u>1.600</u>
Caixa e equivalentes de caixa	126
Clientes	511
Licenças (intangível identificado)	1.261
Fornecedores	(70)
Obrigações trabalhistas	(52)
Obrigações tributárias	(21)
Outras contas a pagar	(398)
Partes relacionadas	<u>(716)</u>
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	641
<i>Goodwill</i>	<u>959</u>
	<u>1.600</u>

O *goodwill* que surge da aquisição é atribuível à expectativa de rentabilidade futura da Unidade. Não se espera que o *goodwill* reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda. Essa aquisição, está inserida no foco estratégico na busca de oportunidades relacionadas em novos mercados e também a obtenção de ganhos por sinergias com a estrutura operacional do Grupo, expansão na oferta de cursos que geram e suportam a expectativa de rentabilidade futura oriunda de tais aquisições.

A estimativa do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, efetuada pela administração com suporte de seus consultores independentes, considerou as seguintes metodologias:

- i) **Contas a receber de clientes:** o valor justo de contas a receber de clientes foi apurado considerando a realização dos créditos adquiridos;

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- ii) **Licenças de Operação:** as Licenças de Operação estão associados com os Cursos Credenciados e Mantenças credenciadas. Estes são interdependentes e, portanto, satisfazem o critério de separabilidade sob o CPC 04 quando considerados em conjunto.

A avaliação do intangível de Licenças de Operação foi feita através da metodologia de Abordagem de Renda e Método *With or Without Method* ("WOWM"). O princípio base do WOWM é avaliar os seguintes cenários: 1º Avaliação do fluxo de caixa de gerado com as licenças adquiridas; 2º Avaliação do fluxo de caixa gerado sem as licenças adquiridas.

A demonstração do resultado consolidada do exercício de 2012 inclui, desde a data de aquisição e para o exercício social de 2012, receitas e prejuízo nos montantes de R\$ 3.637 e R\$ 1.112, respectivamente.

(iii) Faculdade Piauiense e Faculdade Aliança

Em 09 de janeiro de 2013, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas do capital social do Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda.-CESPI, localizada na cidade de Teresina, Estado de Piauí. Na mesma data, a Companhia também adquiriu a totalidade das quotas do capital social da Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. – SIESPI e de sua subsidiária Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda. A contraprestação pela compra foi de R\$ 29.798, sendo pago até 30 de junho de 2013 o valor de R\$ 7.488 e o resto a pagar em 4 parcelas semestrais até fevereiro de 2015.

As Unidades possuem aproximadamente 4.800 alunos alocados em 3 campi, e contém no seu portfólio 19 cursos de graduação, bacharelados e tecnólogos. Como resultado dessa aquisição, espera-se que a Companhia aumente sua presença nesse mercado.

A tabela, a seguir, resume a contraprestação, paga ou a pagar, para aos antigos proprietários do Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda.-CESPI, da Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. – SIESPI e de sua subsidiária Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda., os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição:

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda.	Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda.	Total
Contraprestação pela compra	16.239	13.559	29.798
Ativos de indenização	(2.021)	(1.228)	(3.249)
Total da contraprestação	14.218	12.331	26.549
Caixa e equivalentes de caixa	255	97	352
Clientes	2.611	1.922	4.533
Tributos a recuperar	508	353	861
Outras contas a receber	80		80
Intangível	10		10
Licenças (intangível identificado)	5.996	4.404	10.400
Marcas (intangível identificado)	692	508	1.200
Imobilizado	2.739	494	3.233
Fornecedores	(405)	(370)	(775)
Empréstimos e financiamentos		(848)	(848)
Provisão para contingências	(2.021)	(1.228)	(3.249)
Obrigações trabalhistas	(378)	(401)	(779)
Obrigações tributárias	(1.025)	(1.109)	(2.134)
Outras contas a pagar	(57)	(56)	(113)
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	9.005	3.766	12.771
<i>Goodwill</i>	5.213	8.565	13.778
	14.218	12.331	26.549

Um passivo contingente no valor de R\$ 3.249 foi reconhecido considerando a estimativa do valor justo baseado em informações dos consultores jurídicos da Companhia, referente às exposições trabalhistas do Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda.-CESPI, da Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. – SIESPI e de sua subsidiária Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda. , para as quais não há uma data específica determinada para desembolsos futuros. Em 30 de junho de 2013, não houve mudanças no valor reconhecido para o passivo na data de aquisição, uma vez que não houve qualquer mudança nos resultados ou premissas usados para desenvolver as estimativas.

Os acionistas vendedores concordaram contratualmente em indenizar a Ser Educacional pelo montante que pode tornar-se devido no que diz respeito à ação acima mencionada. Um ativo de indenização, equivalente ao valor justo do passivo indenizado, foi reconhecido pela Companhia. O ativo de indenização é deduzido da contraprestação transferida para a combinação de negócios. Adicionalmente, não houve mudança no valor reconhecido para o ativo de indenização em 30 de junho de 2013. Considerando que, pelos termos do acordo o valor a ser indenizado refere-se ao valor de provável desembolso futuro relativo a referida ação, o valor contabilizado do ativo de indenização reflete o valor da referida ação e, portanto, não foi necessário a estimativa de faixas de valores prováveis para o referido ativo.

O *goodwill* que surge da aquisição é atribuível à expectativa de rentabilidade futura das Unidades. Não se espera que o *goodwill* reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda. Essa aquisição, está inserida no foco estratégico na busca de oportunidades relacionadas em novos mercados e também a obtenção de ganhos por sinergias com a estrutura operacional do Grupo, expansão na oferta de cursos que geram e suportam a expectativa de rentabilidade futura oriunda de tais aquisições.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A estimativa do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, efetuada pela administração com suporte de seus consultores independentes, considerou as seguintes metodologias:

- i) **Contas a receber de clientes:** o valor justo de contas a receber de clientes foi apurado considerando a realização dos créditos adquiridos;
- ii) **Licenças de Operação:** as Licenças de Operação estão associados com os Cursos Credenciados e Manutenções credenciadas. Estes são interdependentes e, portanto, satisfazem o critério de separabilidade sob o CPC 04 quando considerados em conjunto.
A avaliação do intangível de Licenças de Operação foi feita através da metodologia de Abordagem de Renda e Método *With or Without Method* ("WOWM"). O princípio base do WOWM é avaliar os seguintes cenários: 1º Avaliação do fluxo de caixa de gerado com as licenças adquiridas; 2º Avaliação do fluxo de caixa gerado sem as licenças adquiridas.
- iii) **Marcas:** A abordagem de Renda, mais especificamente o *Relief-from-Royalty Method*, foi utilizada para derivar o valor justo da Marca.

A demonstração do resultado consolidada inclui, desde a data de aquisição, receitas e lucro líquido nos montantes de R\$ 5.925 e R\$ 620, respectivamente, gerados pelo Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda.-CESP. As parcelas correspondentes à receita e lucro líquido da Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda.-SESPI e de sua subsidiária Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda. desde a data da aquisição são de R\$ 9.193 e R\$ 1.319.

Como se trata de uma avaliação preliminar, os saldos ainda podem sofrer alterações em sua alocação dentro do período de mensuração.

(iv) Winglet

Em 01 de março de 2013, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social do Winglet Escola de Aviação Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco. A contraprestação pela compra foi de R\$ 120, sendo R\$ 79 pagos à vista, e R\$41 retido para compensação de dívida líquida a ser apurada, com pagamento previsto para agosto de 2013.

A Winglet Escola de Aviação Ltda. detém licenças na Agência Nacional de Aviação Civil utilizadas nos cursos de pilotagem de aviões.

A tabela, a seguir, resume a contraprestação, paga ou a pagar, para aos antigos proprietários da Winglet Escola de Aviação Ltda., os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição:

	<u>Winglet</u>
Total da contraprestação	120
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	<u> </u>
<i>Goodwill</i>	<u> </u> <u> </u> 120

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O *goodwill* que surge da aquisição é atribuível à expectativa de rentabilidade futura da Unidade. Não se espera que o *goodwill* reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda. Essa aquisição, está inserida no foco estratégico na busca de oportunidades relacionadas em novos mercados e também a obtenção de ganhos por sinergias com a estrutura operacional do Grupo, expansão na oferta de cursos que geram e suportam a expectativa de rentabilidade futura oriunda de tais aquisições.

Não há reflexos na demonstração do resultado consolidada desde a data de aquisição e para o período de 6 meses caso esta combinação tivesse ocorrido no início de 2013.

Como se trata de uma avaliação preliminar, os saldos ainda podem sofrer alterações em sua alocação dentro do período de mensuração.

28 Seguros

As coberturas de seguros, em 30 de junho de 2013, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

<u>Ramos</u>	<u>Importâncias seguradas</u>
Incêndio de bens do imobilizado (Prédios/Conteúdos)	R\$ 28.000.000
Incêndio de bens do imobilizado (Caso aeronáutico)	US\$ 8.300.000
Incêndio de bens do imobilizado (R.E.T.A aeronáutico)	R\$ 978.245
Incêndio/Terceiros/Casco de Veículo leves e pesados	100% Fipe
Responsabilidade civil dos administradores	R\$ 5.000.000

29 Eventos subsequentes

(a) Faculdade Decisão

Em 09 de julho de 2013, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social da Sociedade Educacional Paulista Ltda (FADE), com sede na Cidade de Paulista, Estado de Pernambuco, pelo valor de R\$3.380, pagos da seguinte forma:

(i) R\$140 pagos à vista.

(ii) R\$3.240 pagos em 36 prestações mensais e consecutivas de R\$90 a partir de agosto de 2013. Atualizadas a cada 12 meses pelo IGPM.

A Companhia está em processo de avaliação dos ativos e passivos líquidos adquiridos nesta combinação, conseqüentemente não dispõe de informações adicionais sobre a referida combinação que sejam passíveis de divulgação.

A sociedade é mantenedora da Faculdade Decisão e possui aproximadamente 655 alunos alocados em 1 campus, e contém no seu portfólio 5 cursos de graduação, bacharelados e tecnólogos. Como resultado dessa aquisição, espera-se que a Companhia aumente sua presença nesse mercado.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Faculdade Juvêncio Terra Ltda.

Em 25 de julho de 2013, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social do Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda. (Faculdade Juvêncio Terra), com sede na Cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, da seguinte forma: 530 alunos 5 cursos

(i) O valor de aquisição foi de R\$ 5.000

(ii) Retenção de R\$ 5.000 para compensação de dívida líquida apurados na data da transação. O valor foi descontado do preço.

A Companhia está em processo de avaliação dos ativos e passivos líquidos adquiridos nesta combinação, consequentemente não dispõe de informações adicionais sobre a referida combinação que sejam passíveis de divulgação.

A sociedade é mantenedora da Faculdade Juvêncio Terra e possui aproximadamente 530 alunos alocados em 1 campus, e contém no seu portfólio 5 cursos de graduação, bacharelados e tecnólogos. Como resultado dessa aquisição, espera-se que a Companhia aumento sua presença nesse mercado.

(c) Desdobramento das ações

Em 12 de agosto de 2013 a companhia aprovou o desdobramento de 4 notas de ações para cada 1 ação antiga. Portanto o capital social da Companhia passa a ser dividida em 107.515.296 ações ordinárias sem valor nominal. Adicionalmente, foi aprovada a fixação do capital autorizado da Companhia até o limite de 137.515.296 ações ordinárias sem valor nominal, ou seja, 30.000.000 novas ações ordinárias adicionais.

* * *

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO K Formulário de Referência da Companhia.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	411
---	-----

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	412
2.3 - Outras informações relevantes	413

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	414
3.2 - Medições não contábeis	415
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	417
3.4 - Política de destinação dos resultados	418
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	422
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	423
3.7 - Nível de endividamento	424
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	425
3.9 - Outras informações relevantes	426

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	427
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	445
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	446
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	452
4.5 - Processos sigilosos relevantes	453
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	454
4.7 - Outras contingências relevantes	455
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	456

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	457
--	-----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	461
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	463
5.4 - Outras informações relevantes	464
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	465
6.3 - Breve histórico	466
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	468
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	472
6.7 - Outras informações relevantes	473
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	474
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	486
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	489
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	520
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	521
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	538
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	539
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	540
7.9 - Outras informações relevantes	541
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	543
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	546
8.3 - Operações de reestruturação	547
8.4 - Outras informações relevantes	548
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	549
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	551

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	552
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	590
9.2 - Outras informações relevantes	595
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	596
10.2 - Resultado operacional e financeiro	629
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	631
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	632
10.5 - Políticas contábeis críticas	636
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	640
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	641
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	642
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	643
10.10 - Plano de negócios	644
10.11 - Outros fatores com influência relevante	645
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	646
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	647
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	648
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	659
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	661
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	662
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	663
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	664
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	667
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	669

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	670
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	671
12.12 - Outras informações relevantes	672

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	674
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	680
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	683
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	684
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	690
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	691
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	692
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	693
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	694
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	695
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	696
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	697
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	698
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	699
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	700
13.16 - Outras informações relevantes	701

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	702
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	704
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	705

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	706
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	707
15.3 - Distribuição de capital	709
15.4 - Organograma dos acionistas	710
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	711
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	715
15.7 - Outras informações relevantes	716
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	717
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	718
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	725
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	727
17.2 - Aumentos do capital social	728
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	729
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	730
17.5 - Outras informações relevantes	731
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	732
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	733
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	735
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	736
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	737
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	738

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	739
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	740
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	741
18.10 - Outras informações relevantes	742
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	743
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	744
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	745
19.4 - Outras informações relevantes	746
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	747
20.2 - Outras informações relevantes	749
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	750
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	751
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	754
21.4 - Outras informações relevantes	755
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	756
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	757
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	758
22.4 - Outras informações relevantes	759

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário **Janyo Janguiê Bezerra Diniz**

Cargo do responsável Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário **Janyo Janguiê Bezerra Diniz**

Cargo do responsável Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	287-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC")		
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20		
Período de prestação de serviço	01/01/2009		
Descrição do serviço contratado	<p>Serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, com emissão de parecer sobre referidas demonstrações financeiras e revisão das informações trimestrais – ITR com emissão de relatório de revisão sobre tais informações trimestrais, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). No exercício de 2012, foram contratados serviços relacionados a diligência para possível aquisição de outras sociedades. Adicionalmente, a PwC prestou serviços relacionados à emissão de cartas de conforto em conexão com a nossa oferta pública de ações.</p>		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	<p>A remuneração total dos auditores independentes relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 foi de (i) R\$380.000,00 pelos serviços de auditoria prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 e, (ii) R\$ 191.000,00 pelos serviços prestados relativos à diligência para eventuais aquisições de participações</p>		
Justificativa da substituição	Não houve.		
Razão apresentada pelo auditor em caso de discordância da justificativa do emissor	Não houve.		
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Marco Aurélio de Castro e Melo	01/01/2009	078.020.188-46	Rua Padre Carapuceiro, 733 - 8º andar, Boa Viagem, Recife, PE, Brasil, CEP 51020-280, Telefone (5581) 34658688, Fax (5581) 34651063

2.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 2 do Formulário de Referência.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (30/06/2013)	Exercício social (31/12/2012)	Exercício social (31/12/2011)	Exercício social (31/12/2010)
Patrimônio Líquido	108.840.000,00	193.198.000,00	140.936.000,00	115.830.000,00
Ativo Total	373.594.000,00	379.291.000,00	286.912.000,00	211.031.000,00
Rec. Líq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	220.601.000,00	283.285.000,00	183.517.000,00	141.296.000,00
Resultado Bruto	139.868.000,00	181.098.000,00	111.701.000,00	90.893.000,00
Resultado Líquido	68.809.000,00	64.256.000,00	31.552.000,00	35.719.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	26.878.824	26.878.824	26.878.824	26.878.824
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	4,049284	7,187740	5,243384	4,309340
Resultado Líquido por Ação	2,559971	2,390581	1,173861	1,328890

3.2 - Medições não contábeis

a. *informar o valor das medições não contábeis;*

O EBITDA (ou LAJIDA – Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada por nós em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, que dispõe sobre a forma de divulgação voluntária do EBITDA pelas companhias abertas. O EBITDA deve ser conciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro (prejuízo) líquido acrescido do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro, e despesas com depreciação e amortização.

De acordo com a Instrução CVM 527/12, podemos optar por divulgar os valores do EBITDA excluindo os resultados líquidos vinculados às operações descontinuadas, como especificadas no Pronunciamento Técnico CPC 31 Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, e ajustado por outros itens que contribuam para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.

Desta forma, EBITDA Ajustado corresponde à soma do EBITDA com (a) resultado financeiro das receitas com multas e juros sobre as mensalidades, (b) custos e despesas não recorrentes, compostos pelos gastos ligados a fusões e aquisições de empresas, os quais não impactariam a geração usual de caixa e (c) os aluguéis mínimos pagos, que são compostos pelos contratos de aluguel registrados como arrendamentos financeiros de acordo com o Comitê de Pronunciamento Contábil.

O EBITDA, EBITDA Ajustado e as respectivas margens não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), tampouco devem ser considerados isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não devem ser considerados como base para distribuição de dividendos. Outras companhias podem calcular o EBITDA de maneira diferente de nós.

Seguem abaixo os valores do EBITDA, EBITDA Ajustado e da margem EBITDA Ajustado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 e em relação ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012 e 30 de junho de 2013:

(R\$ mil)	6M13	6M12	2012	2011	2010
EBITDA	85.492	50.631	89.858	56.463	53.946
EBITDA Ajustado	85.976	47.884	87.637	54.241	52.411
Margem EBITDA Ajustado	39,0%	35,1%	30,9%	29,6%	37,1%

b. *fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas;*

De acordo com o Ofício Circular CVM/SEP nº. 01/2013, o EBITDA deverá ser apresentado com a reconciliação das rubricas contábeis expressas diretamente nas demonstrações financeiras da companhia e, portanto, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, podendo ser reconciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização.

(R\$ mil)	6M13	6M12	2012	2011	2010
LUCRO LÍQUIDO⁽¹⁾	68.809	37.673	64.256	31.552	35.719

3.2 - Medições não contábeis

(+) Despesas financeiras líquidas ⁽²⁾	6.218	6.751	9.418	12.045	8.121
(+) Imposto de renda e contribuição social	2.059	770	2.731	1.732	1.036
(+) Depreciação e Amortização	8.406	5.437	13.453	11.134	9.070
EBITDA⁽³⁾	85.492	50.631	89.858	56.463	53.946
(+) Receita de juros e multa sobre mensalidades ⁽⁵⁾	3.840	1.246	5.522	4.566	5.738
(+) Custos e Despesas Não Recorrentes ⁽⁶⁾	787	-	394	1.199	714
(-) Aluguéis mínimos pagos ⁽⁷⁾	(4.143)	(3.993)	(8.137)	(7.987)	(7.987)
EBITDA Ajustado⁽⁴⁾	85.976	47.884	87.637	54.241	52.411

(1) Em função da nossa adesão ao PROUNI, temos benefícios fiscais que afetam nosso lucro líquido. Para mais informação, veja o quadro 10.2 deste Formulário de Referência.

(2) As despesas financeiras líquidas são compostas pelo nosso resultado financeiro líquido.

(3) EBITDA não é uma medida contábil, conforme esclarecido no quadro 3.2 deste Formulário de Referência.

(4) O EBITDA Ajustado corresponde à soma do EBITDA com (a) resultado financeiro das receitas com multas e juros sobre as mensalidades, (b) custos e despesas não recorrentes e (c) os aluguéis mínimos pagos.

(5) Receita de juros e multa sobre mensalidades são compostas pelo nosso resultado financeiro, líquido, oriundo da receita de juros e de multas sobre mensalidades corresponde aos encargos financeiros sobre as mensalidades negociadas e mensalidades pagas em atraso.

(6) Os custos e despesas não recorrentes são compostos pelos gastos ligados a fusões e aquisições de empresas, os quais não impactariam a geração usual de caixa.

(7) Os aluguéis mínimos são compostos pelos contratos de aluguel registrados como arrendamentos financeiros pelo CPC 06, os gastos destes arrendamentos não transitam pelo nosso EBITDA.

c. *explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações*

O EBITDA é utilizado como uma medida de desempenho pela nossa administração, porém não é uma medida de desempenho financeiro adotada pelas Práticas Contábeis Brasileiras ou de acordo com o IFRS. O mesmo não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como um substituto para o lucro líquido, como um indicador de desempenho operacional, nem tampouco como um indicador de liquidez.

Consideramos o EBITDA como uma ferramenta significativa e prática para comparar, de forma sistemática, nosso desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, bem como embasar determinadas decisões de natureza administrativas.

O uso do EBITDA e do EBITDA Ajustado como indicadores da lucratividade da sociedade possui limitações porque não leva em conta certos custos atinentes aos negócios da sociedade, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, juros e multas sobre recebimentos em atraso de clientes e demais despesas correlatas. A nossa administração acredita que o EBITDA e o EBITDA Ajustado são medidas práticas para aferir a geração de caixa e desempenho operacional, bem como liquidez, que permite uma comparação com outras empresas do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

A. Em 09 de julho de 2013, adquirimos a totalidade do capital social da Sociedade Educacional Paulista Ltda. - FADE, com sede na Cidade de Paulista, Estado de Pernambuco, pelo valor de R\$3.380 mil, pagos da seguinte forma:

(i) R\$140 mil pagos à vista.

(ii) R\$3.240 mil a serem pagos em 36 prestações mensais e consecutivas de R\$90 (mil) a partir de agosto de 2013, atualizadas a cada 12 meses pelo IGPM.

A FADE é mantenedora da “Faculdade Decisão” e possui aproximadamente 655 alunos alocados em 1 campus, e contém no seu portfólio 5 cursos de graduação, bacharelados e tecnólogos. Como resultado dessa aquisição, espera-se que aumentemos nossa presença nesse mercado.

B. Em 25 de julho de 2013, adquirimos a totalidade do capital social do Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda. (“Faculdade Juvêncio Terra”), com sede na Cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia. O valor de aquisição foi de R\$ 5.000 mil. Adicionalmente tivemos uma retenção no montante de R\$5.000 mil para compensação de dívida líquida apurados na data da transação. O valor da retenção foi descontado do preço.

A sociedade é mantenedora da Faculdade Juvêncio Terra e possui aproximadamente 530 alunos alocados em 1 campus, e contém no seu portfólio 5 cursos de graduação, bacharelados e tecnólogos. Como resultado dessa aquisição, espera-se que aumentemos nossa presença nesse mercado.

C. Em 12 de agosto de 2013, aprovamos, por meio de assembleia geral de acionistas, o desdobramento de nossas ações na proporção de 4 ações para cada 1 ação antiga. Portanto o nosso capital social passou a ser dividido em 107.515.296 ações ordinárias sem valor nominal. Adicionalmente, foi aprovada a fixação do nosso capital autorizado até o limite de 137.515.296 ações ordinárias sem valor nominal, ou seja, 30.000.000 novas ações ordinárias adicionais.

3.4 - Política de destinação dos resultados

Exercício Social Encerrado em			
	2012	2011	2010
a. Regras sobre retenção de lucros	<p>De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, ou Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em Assembleia Geral poderão, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovada.</p> <p>A Lei das Sociedades por Ações, bem como o nosso Estatuto Social estabelecem que parte do nosso lucro será revertido para constituição de reservas: (i) reserva legal, mediante a retenção de 5% do lucro líquido, desde que não exceda 20% do capital social; e (ii) reservas em razão de contingências.</p> <p>A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.</p> <p>Entende-se por lucro líquido a parcela remanescente do resultado do exercício social após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.</p> <p>Adicionalmente, a Companhia também poderá constituir reserva de incentivos fiscais, de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das</p>	<p>De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, ou Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em Assembleia Geral poderão, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovada.</p> <p>A Lei das Sociedades por Ações, bem como o nosso Estatuto Social estabelecem que parte do nosso lucro será revertido para constituição de reservas: (i) reserva legal, mediante a retenção de 5% do lucro líquido, desde que não exceda 20% do capital social; e (ii) reservas em razão de contingências.</p> <p>A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.</p> <p>Entende-se por lucro líquido a parcela remanescente do resultado do exercício social após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.</p> <p>Adicionalmente, a Companhia também poderá constituir reserva de incentivos fiscais, de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das</p>	<p>De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, ou Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em Assembleia Geral poderão, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovada.</p> <p>A Lei das Sociedades por Ações, bem como o nosso Estatuto Social estabelecem que parte do nosso lucro será revertido para constituição de reservas: (i) reserva legal, mediante a retenção de 5% do lucro líquido, desde que não exceda 20% do capital social; e (ii) reservas em razão de contingências.</p> <p>A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.</p> <p>Entende-se por lucro líquido a parcela remanescente do resultado do exercício social após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.</p> <p>Adicionalmente, a Companhia também poderá constituir reserva de incentivos fiscais, de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das</p>

3.4 - Política de destinação dos resultados

	<p>Sociedades por Ações (emendado pela Lei no 11.638, de 2008). Essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.</p> <p>Devido à adesão ao PROUNI, os valores do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, não pagos em razão do incentivo fiscal concedido, são contabilizados no resultado do período, reduzindo as despesas dos referidos tributos. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante dos incentivos fiscais é destinado, após transitar pelo resultado, para a conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Esta reserva de lucro somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Ademais, tais valores não poderão ser distribuídos aos acionistas, mediante restituição ou redução do capital, por até cinco anos após a data em que ocorrer referida capitalização.</p>	<p>Sociedades por Ações (emendado pela Lei no 11.638, de 2008). Essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.</p> <p>Devido à adesão ao PROUNI, os valores do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, não pagos em razão do incentivo fiscal concedido, são contabilizados no resultado do período, reduzindo as despesas dos referidos tributos. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante dos incentivos fiscais é destinado, após transitar pelo resultado, para a conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Esta reserva de lucro somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Ademais, tais valores não poderão ser distribuídos aos acionistas, mediante restituição ou redução do capital, por até cinco anos após a data em que ocorrer referida capitalização.</p>	<p>Sociedades por Ações (emendado pela Lei no 11.638, de 2008). Essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.</p> <p>Devido à adesão ao PROUNI, os valores do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, não pagos em razão do incentivo fiscal concedido, são contabilizados no resultado do período, reduzindo as despesas dos referidos tributos. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante dos incentivos fiscais é destinado, após transitar pelo resultado, para a conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Esta reserva de lucro somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Ademais, tais valores não poderão ser distribuídos aos acionistas, mediante restituição ou redução do capital, por até cinco anos após a data em que ocorrer referida capitalização.</p>
Valores das Retenções de Lucros	R\$50.191 mil	R\$24.499 mil	R\$19.757 mil
b. Regras sobre distribuição de	De acordo com o nosso Estatuto Social, nossos acionistas têm direito a receber, em cada	De acordo com o nosso Estatuto Social, nossos acionistas têm direito a receber, em cada	De acordo com o nosso Estatuto Social, nossos acionistas têm direito a receber, em cada

3.4 - Política de destinação dos resultados

<p>dividendos</p>	<p>exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado. Os referidos ajustes são (i) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas; (ii) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição de reserva legal e de reservas para contingências; e (iii) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (nos termos do Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações).</p> <p>A retenção do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$ 50.191 mil teve a seguinte destinação: (i) constituição de Reserva de Incentivo Fiscal, no montante de R\$ 11.399 mil; (ii) constituição de Reserva Legal, no montante de R\$ 3.212 mil; e (iii) constituição de reserva de retenção de lucros R\$ 35.580 mil de reserva de retenção de lucros.</p> <p>Dos dividendos aprovados referentes ao exercício findo em</p>	<p>exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado. Os referidos ajustes são (i) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas; (ii) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição de reserva legal e de reservas para contingências; e (iii) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (nos termos do Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações).</p> <p>A retenção do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 no valor de R\$ 24.499 mil teve a seguinte destinação: (i) constituição de Reserva de Incentivo Fiscal, no montante de R\$ 7.390 mil; (ii) constituição de Reserva Legal, no montante de R\$ 1.578 mil; e (iii) constituição de reserva de retenção de lucros R\$ 15.531 mil de reserva de retenção de lucros.</p> <p>Dos dividendos aprovados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram</p>	<p>exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado. Os referidos ajustes são (i) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas; (ii) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição de reserva legal e de reservas para contingências; e (iii) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (nos termos do Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações).</p> <p>A retenção do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 no valor de R\$ 19.757 mil teve a seguinte destinação: (i) constituição de Reserva de Incentivo Fiscal, no montante de R\$ 12.008 mil; (ii) constituição de Reserva Legal, no montante de R\$ 1.786 mil; e (iii) constituição de reserva de retenção de lucros R\$ 5.963 mil de reserva de retenção de lucros.</p> <p>Dos dividendos aprovados referentes ao exercício findo em</p>
--------------------------	--	--	---

3.4 - Política de destinação dos resultados

	31 de dezembro de 2012 foram distribuídos R\$ 5.284 mil no ano de 2012 e R\$ 6.573 mil no ano de 2013.	distribuídos R\$ 2.821 mil no ano de 2011 e R\$ 2.042 mil no ano de 2012.	31 de dezembro de 2010 foram distribuídos R\$ 3.524 mil no ano de 2010 e R\$ 2.511 mil no ano de 2011.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A distribuição dos nossos dividendos ocorre anualmente. De acordo com o nosso Estatuto, poderemos, a qualquer tempo, levantar balancetes em períodos menores, em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, mediante deliberação da nossa Diretoria, sendo que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, observados os limites e procedimentos previstos em lei.	A distribuição dos nossos dividendos ocorre anualmente. De acordo com o nosso Estatuto, poderemos, a qualquer tempo, levantar balancetes em períodos menores, em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, mediante deliberação da nossa Diretoria, sendo que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, observados os limites e procedimentos previstos em lei.	A distribuição dos nossos dividendos ocorre anualmente. De acordo com o nosso Estatuto, poderemos, a qualquer tempo, levantar balancetes em períodos menores, em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, mediante deliberação da nossa Diretoria, sendo que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, observados os limites e procedimentos previstos em lei.
d. Restrições à distribuição de dividendos	Não possuímos restrições à distribuição de nossos dividendos, assim como não existem restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Não possuímos restrições à distribuição de nossos dividendos, assim como não existem restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Não possuímos restrições à distribuição de nossos dividendos, assim como não existem restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

OBS: O processo de consolidação das nossas informações financeiras é preparado em milhares de reais, conforme se verifica nas nossas Demonstrações Financeiras.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Últ. Inf. Contábil 30/06/2013	Exercício social 31/12/2012	Exercício social 31/12/2011	Exercício social 31/12/2010
Lucro líquido ajustado		38.935.000,00	18.320.000,00	20.643.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado		30.500000	26.500000	29.200000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor		33,300000	22,100000	30,800000
Dividendo distribuído total		11.857.000,00	4.863.000,00	6.036.000,00
Lucro líquido retido		50.191.000,00	24.499.000,00	19.757.000,00
Data da aprovação da retenção		23/05/2013	10/04/2013	29/06/2011

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária						
	6.573.000,00	23/05/2013	2.821.000,00	20/09/2011	2.512.000,00	15/04/2011
Ordinária	5.284.000,00	05/07/2012				
Ordinária			2.042.000,00	13/06/2012		
Ordinária					3.524.000,00	18/11/2010

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não houve declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas nos últimos três exercícios sociais.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
30/06/2013	264.754.000,00	Índice de Endividamento	0,82170600	
31/12/2012	186.093.000,00	Índice de Endividamento	0,89429122	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Últ. Inf. Contábil (30/06/2013)						
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total	
Garantia Real	0,00	12.500.000,00	25.000.000,00	12.500.000,00	50.000.000,00	
Garantia Flutuante	16.783.000,00	29.172.000,00	10.839.000,00	1.587.000,00	58.381.000,00	
Quirografárias	85.669.000,00	20.152.000,00	4.050.000,00	46.502.000,00	156.373.000,00	
Total	102.452.000,00	61.824.000,00	39.889.000,00	60.589.000,00	264.754.000,00	
Observação						
As informações prestadas neste item referem-se às demonstrações financeiras consolidadas. Adicionalmente, destacamos que o processo de consolidação das nossas informações financeiras é preparado em milhares de reais, conforme se verifica nas nossas Demonstrações Financeiras.						

Exercício social (31/12/2012)						
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total	
Garantia Flutuante	38.854.000,00	25.765.000,00	14.810.000,00	1.967.000,00	81.396.000,00	
Quirografárias	47.277.000,00	5.200.000,00	3.564.000,00	48.656.000,00	104.697.000,00	
Total	86.131.000,00	30.965.000,00	18.374.000,00	50.623.000,00	186.093.000,00	
Observação						
As informações prestadas neste item referem-se às demonstrações financeiras consolidadas. Adicionalmente, destacamos que o processo de consolidação das nossas informações financeiras é preparado em milhares de reais, conforme se verifica nas nossas Demonstrações Financeiras.						

3.9 - Outras informações relevantes

Em relação às informações financeiras apresentadas neste quadro 3, esclarecemos que o processo de consolidação das nossas informações financeiras é preparado em 'milhares de reais', conforme se verifica nas nossas Demonstrações Financeiras. Entretanto, em decorrência do programa EmpresasNet ser parametrizado apresentamos as informações solicitadas em 'reais'. Adicionalmente, a quantidade de ações demonstradas neste quadro 3 são as vigentes até 30 de junho de 2013. O desdobramento de ações está demonstrado no item 17.3. deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, bem como nossas demonstrações financeiras e informações trimestrais e respectivas notas explicativas. Os nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou nossos negócios futuros poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder todo ou parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de nossa emissão. Os riscos descritos abaixo são aqueles que conhecemos e acreditamos que, na data deste Formulário de Referência, podem nos afetar adversamente e de forma relevante. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados irrelevantes também poderão nos afetar adversamente.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco” e da seção “5. Riscos de Mercado”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros e de nossas subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” e na seção “5. Riscos de Mercado” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco” e da seção “5. Riscos de Mercado”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens desta seção “4. Fatores de Risco” e da seção “5. Riscos de Mercado”.

a. Ao Emissor

Podemos ser prejudicados se não conseguirmos identificar, abrir, instalar e gerenciar novas unidades em condições economicamente eficientes ou obter os atos regulatórios necessários para autorizações ou credenciamentos de tais unidades de forma tempestiva. Se não formos capazes de executar nosso plano de expansão por meio da abertura de novas unidades na forma planejada, nossos negócios poderão ser prejudicados.

Nossa estratégia inclui a expansão orgânica por meio da abertura de novas unidades e sua integração à nossa rede de ensino. Assim, nosso plano de expansão cria desafios significativos à manutenção da nossa qualidade e cultura de ensino, em decorrência do grau de complexidade e dificuldade em gerenciar com eficiência um número muito grande de unidades e cursos. Neste sentido, caso não sejamos capazes de manter nossos padrões atuais de qualidade, poderemos perder participação de mercado e reduzir nossa eficiência e lucratividade.

Adicionalmente, a abertura de novas unidades apresenta grandes desafios e exigem vultosos investimentos em infraestrutura, marketing, pessoal e outras despesas pré-operacionais, em especial a identificação de novas instalações (unidades), tanto para locação quanto para aquisição. Neste sentido, priorizamos a identificação de locais estratégicos, a negociação da aquisição ou locação de imóveis, a avaliação da necessidade de construção ou reforma de todas as instalações, sobretudo as bibliotecas, laboratórios e salas de aula, bem como a obtenção de licenças de funcionamento, a demanda para contratação e treinamento de professores e funcionários e o investimento em administração e suporte.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Além disso, antes de abrir ou operar as novas unidades, somos obrigados a credenciar tais unidades no Ministério da Educação ("MEC"), bem como providenciar a aprovação e autorização de nossos novos cursos a fim de estarmos aptos a operar, captar alunos, a expedir diplomas e certificados. Diante disso, se não formos capazes de realizar os investimentos necessários à abertura de novas unidades de forma a atender todas as especificações do MEC, ou caso o MEC imponha a tais processos exigências, restrições, metas ou impedimentos à aprovação de nossas solicitações que resultem no atraso de autorização, credenciamento ou reconhecimento de tais unidades, nosso negócio poderá ser prejudicado.

Podemos não ter sucesso em nossa estratégia de expandir nossa atuação para o segmento de Ensino a Distância ("EAD").

Pretendemos iniciar a oferta de cursos pelo sistema de ensino à distância para a totalidade dos nossos programas, cuja implementação ainda está sujeita à publicação da portaria pelo MEC. Podemos ter dificuldades em operar cursos em modelo EAD, bem como promover as mudanças e investimentos tecnológicos que tal modelo de ensino exige. A tecnologia de produtos on-line, inclusive para o segmento de EAD, evolui rapidamente e, portanto, teremos que modificar e atualizar nossos produtos e serviços de forma rápida para nos adaptarmos às novas práticas do mercado e aos padrões esperados pelos alunos. Neste sentido, nossa estratégia pode ser prejudicada caso nossos competidores, atuais ou futuros, introduzam produtos ou plataformas de serviços superiores ao que pretendemos oferecer e a nossa disponibilidade de recursos seja insuficiente para desenvolver e implementar mudanças tecnológicas necessárias à manutenção de nossa posição competitiva.

Além do acompanhamento das inovações tecnológicas, o sucesso do EAD depende também do fácil acesso da população à internet a um custo acessível, bem como de fatores tecnológicos fora de nosso controle. Se o acesso à internet for dificultado ou disponibilizado a um custo superior ao atual, ou ainda se o número de interessados em serviços educacionais via internet não aumentar, podemos não ter condições de implementar nossa estratégia de crescimento nos serviços de EAD e, conseqüentemente, podemos não ser capazes de implementar satisfatoriamente nossa estratégia de crescimento.

Enfrentamos concorrência significativa em cada curso que oferecemos e em cada região em que atuamos, de modo que, se não formos eficientes, poderemos perder participação de mercado e lucratividade.

Concorremos com faculdades, universidades, centros universitários públicos e privados, instituições de ensino à distância, bem como com alternativas ao ensino superior privado, tais como entidades filantrópicas, que gozam de isenção no recolhimento de determinados tributos. De acordo com censo da educação superior mais recente realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ("INEP"), havia 2.365 instituições de graduação privadas e públicas no Brasil em 2011.

Nossos concorrentes podem oferecer cursos semelhantes ou melhores que os nossos, contar com mais recursos, ter mais prestígio na comunidade acadêmica, possuir unidades com localização mais conveniente e melhor infraestrutura, cobrar mensalidades mais baixas ou até mesmo, no caso do ensino superior público, não cobrar mensalidades. Como resposta a tal concorrência, podemos ser obrigados a reduzir nossas mensalidades ou aumentar nossas despesas operacionais, a fim de reter ou atrair alunos ou buscar novas oportunidades de mercado. Não podemos garantir que seremos capazes de competir com sucesso com nossos concorrentes atuais e futuros. Se não conseguirmos manter nossa posição competitiva

4.1 - Descrição dos fatores de risco

ou responder às pressões competitivas com eficiência, nossas receitas poderão diminuir, nossa lucratividade poderá ser comprometida e poderemos perder nossa participação de mercado.

Podemos não conseguir identificar e adquirir novas instituições de ensino superior ou cumprir nossos objetivos estratégicos e financeiros relativos a qualquer aquisição pretendida.

Pretendemos adquirir instituições de ensino superior como parte da estratégia de expansão de nossas operações, incluindo aquisições que possam ser significativas em tamanho e/ou relevância estratégica. Podemos não ser capazes de continuar identificando instituições de ensino superior que ofereçam oportunidades adequadas e/ou favoráveis de aquisição no momento que desejarmos realizá-la. Além disso, as aquisições realizadas, e as futuras, envolvem uma série de riscos e desafios que podem ter um efeito prejudicial relevante sobre nossos negócios, especialmente porque, entre outras:

- a aquisição pode não contribuir com nossa estratégia comercial ou com a imagem de nossa instituição;
- a aquisição pode estar sujeita à autorização de autoridades concorrenciais, que eventualmente poderão indeferir as aquisições ou impor restrições;
- podemos enfrentar um passivo contingente relevante em decorrência dos processos judiciais das unidades adquiridas, bem como questões regulatórias relativas ao MEC;
- o processo de aquisição pode ser demorado e consumir mais recursos e/ou demandar tempo e esforço adicional da nossa administração, desviando o foco da administração de nossas operações;
- os investimentos em aquisições podem não gerar os retornos esperados;
- o modelo de negócio das instituições adquiridas poderá ser diferente do nosso, e podemos não ser capazes de adequar esses modelos ao nosso ou fazê-lo de forma eficiente;
- as aquisições podem gerar ágio, cuja amortização resultará na redução de nosso lucro líquido e dividendos; e
- a transferência da manutenção decorrente de alienação de controle ou reestruturação societária deve ser homologada posteriormente pelo MEC.

Por fim, em decorrência desta estratégia de expansão por meio de aquisições de novas instituições, poderemos precisar de recursos adicionais para dar continuidade a nossa estratégia. Assim, se não conseguirmos obter financiamento adequado para concluir qualquer potencial aquisição e implementar nossos planos de expansão, nossa estratégia de crescimento será prejudicada.

Podemos não ser capazes de integrar e gerenciar de forma satisfatória as instituições e/ou unidades adquiridas.

No processo de integração das instituições e/ou unidades adquiridas com as já existentes, podemos enfrentar desafios significativos, tais como a administração de um número maior de funcionários dispersos geograficamente e criação e implementação de controles, procedimentos e políticas uniformes com eficiência, além de custos adicionais de integração. Se não conseguirmos integrar as instituições e/ou unidades adquiridas em nossas operações, bem como administrar, divulgar e aplicar a elas nossa estratégia de negócios, podemos não alcançar os benefícios que esperamos obter com as aquisições. Podemos, também, não ser capazes de integrar o corpo docente e os funcionários com experiência profissional e culturas corporativas diferentes, e nosso relacionamento com os professores e funcionários, atuais e os novos, poderá ser prejudicado. Além disso, a integração de novas unidades adquiridas poderá ser afetada em decorrência

4.1 - Descrição dos fatores de risco

de negociações coletivas de cada região, inclusive pela pressão de sindicatos. Se não formos capazes de administrar nosso crescimento por meio de aquisições com eficiência, nosso negócio poderá ser prejudicado significativamente.

O aumento dos níveis de inadimplência no pagamento de nossas mensalidades poderá comprometer nossas receitas e nosso fluxo de caixa.

Dependemos do pagamento integral e pontual das mensalidades que cobramos de nossos alunos para a continuidade dos nossos negócios. Assim, o aumento nos níveis de inadimplência dos nossos alunos no pagamento das mensalidades ou na recomposição de débitos poderá comprometer nosso fluxo de caixa e nossa capacidade de cumprir com as nossas obrigações. O aumento dos níveis de inadimplência poderá afetar negativamente nosso fluxo de caixa e, conseqüentemente, prejudicar nosso negócio.

Além disso, em função do aumento da penetração do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (“FIES”) como opção de financiamento de nossos alunos, nossa exposição ao repasse das mensalidades do FIES por parte do Governo Federal está aumentando. Adicionalmente, houve a adoção do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (“PRONATEC”), criado pelo Governo Federal em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. Como resultado dessa maior exposição ao Governo Federal, qualquer atraso ou suspensão dos repasses poderá prejudicar nosso fluxo de caixa e, conseqüentemente, nosso negócio.

A perda ou redução das políticas de financiamento e/ou benefícios fiscais conferidos por nossa adesão ao PROUNI – Programa Universidade para Todos (“PROUNI”), bem como ao FIES poderão afetar adversamente nossos resultados.

O PROUNI, institucionalizado pela Lei n.º 11.096/05, tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e tecnológicos, em instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos federais às instituições que aderirem ao PROUNI.

Adicionalmente, alguns de nossos alunos utilizam o FIES, programa criado pelo MEC, operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, destinado a financiar estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e tecnológicos, em instituições privadas de educação superior.

Caso o Governo Federal decida extinguir ou reduzir os benefícios do PROUNI e do FIES, ou caso não consigamos cumprir os requisitos para utilização do PROUNI e, no caso do FIES, os alunos não consigam cumprir os requisitos para sua utilização ou o Governo alongue os prazos dos reembolsos ou mude a regra de maneira adversa, nossos resultados operacionais poderão ser afetados e poderemos ser compelidos a pagar os tributos a que somos isentos atualmente e ter redução de receita em função da redução de captação de alunos oriundos do FIES.

Em 13 de setembro de 2013, a Receita Federal do Brasil publicou a Instrução Normativa SRF nº 1.394, que revogou a Instrução Normativa SRF nº 456, de 5 de outubro de 2004, que regulamenta a Lei n.º 11.096/05. A Instrução Normativa SRF nº 1.394 introduziu novas disposições em relação às isenções fiscais instituídas pelo PROUNI, em especial ao cálculo de referidas isenções. Segundo essa nova Instrução Normativa, que passa a produzir efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014, a isenção fiscal obtida pelas instituições privadas de ensino superior signatárias do PROUNI será calculada com base na “proporção da ocupação efetiva das bolsas devidas”.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

De modo a obter a “proporção da ocupação efetiva das bolsas devidas”, deverá ser realizado um cálculo que corresponde à relação entre o valor total das bolsas efetivamente preenchidas e o valor total das bolsas devidas. Adicionalmente, a Instrução Normativa SRF nº 1394, desconsidera, para fins do cálculo da isenção relativa ao IRPJ e à CSLL, os valores do adicional do IRPJ. A aplicação das regras da Instrução Normativa SRF nº 1.394 poderá resultar em uma redução do valor da isenção fiscal obtida e, assim, afetar adversamente nossos resultados. Para maiores informações a respeito das alterações introduzidas pela IN 1.394, vide o item 7.5 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, temos um sistema de crédito educativo (“EDUCRED”) próprio que responde por 0,76% dos nossos alunos. Caso haja aumento de inadimplência nesse programa nossos resultados operacionais poderão ser negativamente afetados.

Podemos não ser capazes de atualizar e melhorar o nosso projeto pedagógico e de continuar a oferecer uma boa relação custo-benefício a nossos alunos.

Nossos currículos e programas de ensino estão voltados para uma formação acadêmica com foco na capacitação dos alunos para o mercado de trabalho, a fim de proporcionar melhores condições de empregabilidade. Assim, para nos diferenciarmos da concorrência, deveremos continuar atualizando nossos currículos, bem como desenvolver novos programas de ensino, inclusive com a adoção de novas ferramentas tecnológicas. Caso não consigamos nos adequar às demandas dos nossos alunos e do mercado, tais aspectos podem fazer com que nossos cursos deixem de ser bem aceitos no futuro. Além disso, podemos não lograr êxito na introdução de novos programas de ensino na mesma velocidade que nossos concorrentes ou tão rapidamente quanto à demanda dos empregadores. Se não respondermos de forma adequada às mudanças nas exigências do mercado em virtude de restrições financeiras, rápidas mudanças tecnológicas ou outros fatores, nossa capacidade de atrair e reter alunos poderá ser prejudicada, tendo em vista que a relação custo-benefício de nossos custos poderá ser questionada.

Dependemos de membros de nossa Administração e podemos não ser capazes de reter ou substituí-los por pessoas com mesma experiência e qualificação.

Parte de nosso sucesso depende das habilidades e esforços de nossa Administração. Contudo, os nossos administradores e empregados de alto escalão poderão se afastar no futuro. Se administradores ou empregados de alto escalão optarem por não mais participar da gestão dos nossos negócios, podemos não ser capazes de contratar profissionais igualmente qualificados. A perda de membros de nossa Administração executiva e nossa incapacidade de contratar profissionais com a mesma experiência e qualificação poderão ter um efeito prejudicial sobre nosso negócio.

Um aumento nas taxas de evasão dos nossos alunos poderá prejudicar nossos resultados operacionais.

Acreditamos que as taxas de evasão estão relacionadas principalmente à motivação pessoal, às condições socioeconômicas do país e à situação financeira dos nossos atuais e potenciais alunos. Desvios significativos nas taxas projetadas de evasão dos nossos alunos podem afetar nossos esforços de captação de novos alunos, de tal forma que tais esforços não sejam suficientes para nos possibilitar atingir as receitas esperadas por nós. Assim, um eventual

4.1 - Descrição dos fatores de risco

aumento do índice de evasão e/ou não renovação de matrícula poderá reduzir nossas receitas, prejudicando nossos resultados operacionais.

Podemos ser prejudicados em determinadas negociações desfavoráveis em convenções coletivas assinadas entre os sindicatos que representam nossos professores e funcionários e os sindicatos das categorias econômicas que representam nossas instituições de educação.

Nossas despesas com pessoal, principalmente corpo docente (professores), representam a maior parte de nosso custo de produtos e serviços prestados, sendo que para o período encerrado em 30 de junho de 2013, tais despesas representaram 66,3% dos nossos custos. Nossos professores e funcionários administrativos são representados por sindicatos. As convenções coletivas regulam a duração da hora-aula, a remuneração mínima, férias e benefícios diretos dos professores e funcionários administrativos e estão sujeitas à renegociação anual, podendo ser alteradas substancialmente no futuro. Assim, podemos ser prejudicados em caso de negociações desfavoráveis para nós com relação a referidas convenções coletivas. Também podemos ser afetados se não mantivermos bom relacionamento com sindicatos de professores ou funcionários administrativos ou se enfrentarmos greves, interrupções de trabalho ou outros imprevistos trabalhistas por parte de nossos professores ou funcionários.

Por fim, podemos não ser capazes de repassar para as mensalidades dos nossos alunos um aumento de custos decorrente da renegociação de convenções coletivas, o que poderá ter um efeito adverso sobre nosso negócio.

Podemos ser responsabilizados por determinados eventos que ocorram em nossas unidades, o que poderá ter um efeito prejudicial sobre nossa imagem, nossos resultados e, conseqüentemente, sobre nosso negócio.

Podemos ser responsabilizados por atos praticados por diretores, professores e funcionários. Em caso de acidentes, lesões ou outros danos aos alunos dentro de nossas unidades, podemos enfrentar reclamações sob a alegação de negligência, em razão de, por exemplo, não ter realizado a supervisão adequada das nossas instalações, ou de que fomos, de algum modo, responsáveis por tais acidentes, lesões ou danos, bem como pelo descumprimento por parte de diretores ou funcionários de legislação específica do MEC e ou de atos regulatórios de nossos cursos. Também podemos enfrentar alegações de que professores ou outros funcionários tenham cometido assédio moral ou sexual, ou outros atos ilícitos contra outros funcionários ou contra alunos. Nestes casos, nossa cobertura de seguro pode (i) não nos propiciar proteção contra esses tipos de reivindicações; (ii) não ser suficiente para suprir eventuais indenizações que venhamos ser obrigados a pagar ou (iii) ser inexistente para determinado ato ou fato. Também não podemos garantir que no futuro seremos capazes de renovar as nossas coberturas nas mesmas condições. As ações de responsabilidade podem afetar nossa reputação e prejudicar nosso negócio e nossos resultados financeiros. Por fim, podemos ser objeto de ações judiciais propostas por alunos e/ou ex-alunos, alegando eventuais lesões a direitos previstos no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, conforme alterada). A simples existência ou divulgação dessas ações, mesmo antes da comprovação de fatos correlatos, pode causar danos a nossa imagem, diminuir o número de matrículas, aumentar a taxa de evasão de alunos, envolver despesas substanciais e desviar tempo e atenção de nossa administração, o que pode prejudicar nossos resultados operacionais e nossa situação financeira.

Nosso sucesso está ligado a nossa capacidade de acompanhar e nos adaptar às mudanças tecnológicas do setor educacional e ao funcionamento adequado e ininterrupto da nossa infraestrutura tecnológica.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Nossos sistemas e ferramentas de tecnologia de informação poderão se tornar obsoletos ou insuficientes. Além disso, podemos ter dificuldades em acompanhar e nos adaptar às mudanças tecnológicas que venham a ocorrer, em especial quanto ao segmento de ensino à distância, o qual é afetado pelas rápidas alterações na tecnologia envolvida, além de mudanças nas necessidades e expectativas tecnológicas de nossos alunos e nos padrões de mercado.

Nossos concorrentes podem introduzir novos produtos ou plataformas de serviços superiores às que oferecemos e nosso sucesso depende da capacidade e eficiência em melhorar nossos atuais produtos e em desenvolver novos serviços, para mantermos uma posição competitiva no mercado.

Adicionalmente nossa infraestrutura tecnológica pode ser afetada por acessos não autorizados, hackers e outras falhas de segurança. Um usuário que consiga contornar medidas de segurança pode apropriar-se indevidamente de informações proprietárias ou causar interrupções ou avarias nas operações. Como resultado, podemos ser obrigados a incorrer despesas consideráveis para nos proteger contra a ameaça dessas falhas de segurança ou para aliviar os problemas causados por essas falhas.

Por fim, nossos negócios dependem do adequado e ininterrupto funcionamento da nossa infraestrutura de tecnologia de informação. Problemas diversos relacionados à nossa estrutura de tecnologia da informação, tais como vírus, hackers e interrupções em nossos sistemas e dificuldades técnicas em relação às nossas transmissões via satélite poderão afetar adversamente de forma relevante nossos negócios.

Se não conseguirmos manter a qualidade de ensino e de infraestrutura em toda a nossa rede, nem obtivermos notas de avaliação positivas de nossas unidades e de nossos alunos, poderemos ser adversamente afetados.

O corpo docente é essencial para manter a qualidade de nossos cursos e nossa reputação. Há carência de professores qualificados no mercado, o que leva a uma disputa acirrada pela contratação desses profissionais. Não podemos garantir que teremos condições de reter nossos atuais professores ou recrutar novos professores que atendam aos nossos padrões de qualidade, especialmente pelo fato de continuarmos expandindo geograficamente nossas operações.

Adicionalmente, a qualidade dos projetos pedagógicos dos nossos cursos e a infraestrutura das nossas unidades também são componentes fundamentais da nossa qualidade de ensino.

Da mesma forma, não podemos garantir que (i) encontraremos novos imóveis com infraestrutura adequada; (ii) seremos capazes de instalar infraestrutura adequada em imóveis que viermos a adquirir; (iii) teremos recursos suficientes para tanto em nosso processo de expansão; ou (iv) conseguiremos desenvolver projetos pedagógicos com o mesmo nível que atualmente praticamos para novos cursos. Neste sentido, poderemos ser afetados adversamente em decorrência da falta de (i) professores qualificados; (ii) infraestrutura adequada; (iii) projetos pedagógicos para novos cursos, que estejam de acordo com o nosso modelo de negócio e com os parâmetros estabelecidos pelo MEC. Adicionalmente, nossos negócios também poderão ser afetados caso seja percebida, em um ou mais dos mercados em que atuamos, que houve queda na qualidade de nosso ensino, em um ou mais de nossos mercados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Além disso, nós e nossos alunos somos frequentemente avaliados e pontuados pelo MEC. Se nossas unidades e cursos ou nossos alunos receberem do MEC notas inferiores às notas de anos anteriores, em qualquer de suas avaliações, poderá haver redução do nosso número de matrículas em virtude da percepção da queda na qualidade do ensino que oferecemos. Assim, qualquer queda no resultado de nossa avaliação no Índice Geral de Cursos ("IGC") ou no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes ("ENADE"), poderá prejudicar a imagem da nossa marca, o que pode afetar negativamente nossos resultados operacionais e nossa situação financeira.

Por fim, caso algum de nossos cursos seja avaliado como insatisfatório, poderemos vir a celebrar um termo de compromisso entre a instituição de ensino superior aplicável e o MEC, incluindo as metas, providências e prazos para corrigir as condições insatisfatórias. O não cumprimento, total ou parcial, das condições prescritas no termo de compromisso pode resultar em penalidades aplicadas pelo MEC, que incluem desde suspensão temporária da abertura de processo seletivo de cursos de graduação até a cassação do credenciamento ou credenciamento da instituição e da autorização de funcionamento de seus cursos, o que pode prejudicar nossos resultados operacionais e nossa situação financeira. Para mais informações sobre as metodologias de avaliação das instituições de ensino e de seus alunos e sobre nossas notas obtidas em tais avaliações, veja os itens 7.1, 7.5 e 7.9 deste Formulário de Referência.

Nosso sucesso depende de nossa capacidade de operar em imóveis estrategicamente localizados e com fácil acesso a transporte público para nossos alunos.

Entendemos que a localização de nossas unidades é um fator importante no momento da escolha da instituição de ensino pelos alunos, em função da dificuldade de mobilidade urbana em muitas cidades brasileiras do custo do transporte ser relevante no orçamento familiar dos alunos. Desta forma, identificar, alugar e/ou comprar imóveis bem localizados é considerado um fator estratégico do nosso negócio. Neste sentido, não podemos garantir que no futuro seremos capazes de reter os nossos atuais imóveis ou de adquirir novos imóveis que sejam bem localizados. Da mesma forma, é possível que os custos relacionados com a aquisição dos novos imóveis (benfeitorias, obras, etc.) e os valores dos alugueis desses imóveis sofram aumentos nos valores, o que poderá afetar negativamente a nossa rentabilidade. Também não podemos garantir que as localizações das nossas unidades manterão o potencial de atratividade e conveniência em função de eventuais mudanças demográficas e socioeconômicas das regiões onde já operamos.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos ou arbitrais podem nos afetar adversamente.

Somos e poderemos ser parte em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais em matéria cível, tributária e trabalhista, inclusive envolvendo nossos fornecedores, alunos, membros do nosso corpo docente e/ou autoridades ambientais, concorrenciais e tributárias, dentre outras, decorrentes tanto dos nossos negócios em geral como de eventos não recorrentes de natureza societária, tributária, regulatória, dentre outros. Não podemos garantir que os resultados desses processos serão favoráveis aos nossos interesses ou, ainda, que teremos provisionamento, parcial ou total, com relação a todos os passivos que eventualmente decorrerem desses processos.

Decisões contrárias aos nossos interesses que eventualmente alcancem valores substanciais podem afetar adversamente nossos resultados e o valor das ações de nossa emissão. Para informações adicionais sobre os processos judiciais, administrativos e arbitrais, ver as seções 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Parte dos imóveis que ocupamos está em processo de obtenção ou de renovação de licenças municipais e do corpo de bombeiros.

Para ocupação e utilização de uma edificação é necessário obter o certificado que comprove a regularidade da obra, representado pelo Alvará de Conclusão (Habite-se) ou certificado equivalente, emitido pela Prefeitura Municipal de situação do imóvel. Além disso, os imóveis não residenciais devem apresentar as seguintes licenças para operar regularmente: (i) Alvará e Licença de Uso e Funcionamento, emitido pela Prefeitura Municipal competente; e (ii) Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, emitido pelo Corpo de Bombeiros.

Parte dos imóveis que ocupamos está em processo de obtenção ou de renovação destas licenças. A falta destas licenças pode implicar em penalidades que variam desde a aplicação de multas até, conforme o caso, a obrigação de demolir a área construída de maneira irregular ou, no pior cenário, o fechamento da respectiva unidade. A eventual imposição de penalidades em relação às nossas unidades, em especial a de fechamento de unidade, poderá ter um efeito prejudicial sobre nossas atividades.

Parte dos imóveis que ocupamos estão com os seus contratos de locação ou aditivos em fase de averbação nas respectivas matrículas e parte dos contratos de locação celebrados pela Companhia não possuem cláusula de vigência.

Parte dos imóveis ocupados pela Companhia está em fase de registro de seus contratos de locação nas respectivas matrículas. Adicionalmente, parte dos contratos de locação celebrados pela Companhia não possui cláusula de vigência.

O registro e averbação de contratos de locação nas matrículas pode demandar mais tempo do que o previsto ou até mesmo não ocorrer por alguma exigência ou impedimento desconhecido por nós. Tal registro ou averbação é importante na medida em que se o imóvel locado for alienado para terceiros, o comprador estará obrigado a respeitar a locação por todo o prazo de vigência previsto no contrato, desde que o instrumento seja: (i) por tempo determinado; (ii) contiver cláusula de vigência; e (iii) estiver averbado no Cartório de Registro de Imóveis competente. Além disso, no caso de alienação dos imóveis alugados, o locatário tem preferência para aquisição do imóvel em igualdade de condições com terceiros. Todavia, o locatário que não tiver o seu direito de preferência respeitado somente poderá cancelar a venda do imóvel se o contrato de locação estiver averbado no Cartório de Registro de Imóveis competente. Por fim, no caso de alienação de imóvel que não tenha cláusula de vigência em seu contrato de locação, poderemos ter que entregar o imóvel no prazo de 90 dias, caso o adquirente de tal imóvel denuncie este contrato de locação. Desta forma, o fato de averbação dos contratos de locação ou a rescisão a qualquer tempo dos contratos por prazo indeterminado pode resultar na perda do direito sobre tais imóveis utilizados por nós e, conseqüentemente, prejudicar o desenvolvimento das nossas atividades e os nossos resultados.

Parte dos contratos de locação de imóveis onde estão localizadas as nossas unidades foram celebrados por prazo inferior a 05 (cinco) anos ou vigoram por prazo indeterminado.

De acordo com a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, conforme alterada (“Lei do Inquilinato”), o locatário tem direito à ação renovatória que lhe assegura a faculdade de renovar a locação por iguais períodos subsequentes. De maneira

4.1 - Descrição dos fatores de risco

genérica, para a proposição desta ação é necessário que: (i) o contrato de locação tenha prazo determinado de duração igual ou superior a cinco anos; (ii) o locatário esteja desenvolvendo a mesma atividade pelo prazo mínimo de três anos; e (iii) a ação seja proposta com antecedência de um ano a seis meses do término do prazo do contrato de locação.

Nos casos das locações dos imóveis com prazo inferior a 05 (cinco) anos, não seria possível propor a ação renovatória, de modo que ao término da vigência do contrato o locador poderia se recusar a renovar a locação. Além disso, nos casos de unidades operando em imóveis cujo contrato de locação vigora por prazo indeterminado, o locador poderá rescindir o contrato mediante notificação ao locatário com 30 (trinta) dias de antecedência para desocupação. A descontinuidade da atividade em determinada unidade, em razão do término da vigência da locação do respectivo imóvel poderia causar efeitos negativos às nossas atividades, bem como aos nossos resultados.

Nosso endividamento pode afetar negativamente nossos negócios.

Em 30 de junho de 2013, nossa dívida líquida total consolidada foi de R\$70.647 mil considerando empréstimos a pagar e compromissos financeiros relacionados às aquisições. Nosso endividamento consolidado poderá:

- limitar nossa capacidade de obter novos financiamentos;
- obrigar-nos a dedicar uma parte substancial do nosso fluxo de caixa para servir a nossa dívida, o que pode prejudicar nossa capacidade de usar nosso fluxo de caixa para financiar capital de giro, despesas de capital e outros requisitos gerais corporativos, além do cumprimento de nossas obrigações;
- limitar nossa flexibilidade para planejar e reagir a mudanças em nossos negócios e no setor em que atuamos;
- colocar-nos em uma situação de desvantagem competitiva em relação a alguns de nossos concorrentes que têm menos dívidas do que nós; e
- aumentar nossa vulnerabilidade a condições econômicas e industriais negativas, incluindo mudanças em variações nas taxas de juros ou uma queda nos nossos negócios ou a economia.

Além disso, possuímos contratos de empréstimo com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (covenants). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida.

As nossas aquisições de instituições de ensino, poderão, em determinadas circunstâncias, ser contestadas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

A legislação aplicável estabelece que as operações de aquisição que se enquadrarem nos requisitos legais deverão ser submetidas à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"). Para as operações de aquisição realizadas até 28 de maio de 2012, deverá ser observada a Lei nº 8.884/94, que estabelece que a consumação da operação não está condicionada à aprovação prévia do CADE, sendo que após o fechamento da operação de aquisição, o CADE poderá, após análise, vetar ou impor restrições a tal operação. Conforme disposto na Lei nº 8.884/94, todas as aquisições ou operações que afetem o mercado brasileiro e resultem em uma concentração de participação de mercado igual ou superior a 20% de qualquer mercado relevante ou que envolvam qualquer empresa ou grupo de empresas com receita bruta anual total de R\$400 milhões ou superior, devem ser analisadas e aprovadas pelo CADE. A nova lei de Defesa da Concorrência, Lei nº 12.529/11, que entrou em vigor em 2012, estabelece que a aprovação do CADE deverá

4.1 - Descrição dos fatores de risco

ser prévia, sendo que o fechamento da operação fica condicionado à sua aprovação pelo CADE. Devem ser submetidas ao referido órgão, conforme Lei nº 12.529/11, todas as operações de aquisição em que uma das empresas ou grupo de empresas envolvidas tenha registrado faturamento bruto anual no Brasil, no ano anterior à operação, de ao menos R\$400 milhões, e qualquer outra parte envolvida tenha registrado receita bruta de ao menos R\$ 30 milhões no mesmo período. Com relação às aquisições, o CADE deve determinar se a operação específica prejudica as condições competitivas nos mercados ou prejudica os consumidores nesses mercados. Assim, o CADE pode não aprovar nossas futuras aquisições ou pode impor obrigações dispendiosas como condição à aprovação dessas aquisições, tais como alienação de parte de suas operações ou restrições sobre como opera ou comercializa seus serviços, fatos que podem prejudicar nossos resultados operacionais e a nossa situação financeira.

b. A seu Controlador, Direto ou Indireto, ou Grupo de Controle

Possuímos um acionista controlador direto, com mais de 50% do capital votante, cujos interesses podem ser conflitantes com os interesses de nossos investidores.

Possuímos um acionista direto titular da maioria absoluta do capital votante. Tal acionista controlador tem poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros de nosso Conselho de Administração e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório, impostas pela Lei das Sociedades por Ações. Nosso acionista controlador poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que podem ser conflitantes com os interesses dos nossos outros investidores e causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Parte dos imóveis por nós ocupados são de titularidade de sociedade pertencente ao nosso acionista controlador. Assim, estamos expostos a conflitos de interesses, visto que a administração de tais imóveis pode ser conflitante com os nossos interesses, do nosso acionista controlador e dos nossos investidores.

Alguns dos imóveis onde estão instaladas as nossas unidades são de titularidade de sociedade controlada pelo nosso acionista controlador, desta forma os interesses de nosso acionista controlador na administração de tais imóveis poderá ser conflitante com os nossos interesses, bem como com os interesses dos nossos investidores. Além disso, a cisão parcial pela qual a Companhia passou em 28 de junho de 2013 incluiu a transferência de imóveis ocupados por nossas unidades à sociedade controlada por nosso acionista controlador, de forma que as despesas e custos históricos da utilização dessas unidades pela Companhia podem não representar os custos e despesas futuros com os aluguéis de tais imóveis pagos ao nosso Acionista Controlador.

A negociação das ações de nossa emissão no Novo Mercado da BM&FBOVESPA poderá ser cancelada, o que poderá ocasionar uma redução da liquidez e do preço de ações de nossa emissão.

Após a conclusão da nossa oferta pública inicial, as ações de nossa emissão serão negociadas no segmento de listagem Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadoria e Futuros (“Novo Mercado” e “BM&FBOVESPA”, respectivamente). É possível que o cancelamento da negociação das ações de nossa emissão no Novo Mercado ocorra

4.1 - Descrição dos fatores de risco

por motivos alheios à nossa vontade. Além disso, nosso acionista controlador poderá optar pelo cancelamento da negociação de ações de nossa emissão no Novo Mercado. Neste último caso, o cancelamento de nossa listagem no Novo Mercado deverá ser aprovado em assembleia geral de acionistas que representem a maioria das ações de nossa emissão e a BM&FBOVESPA deverá ser informada por escrito com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência.

Após uma eventual saída do Novo Mercado, não poderemos solicitar a listagem de valores mobiliários de nossa emissão no Novo Mercado pelo período de dois anos subsequentes ao cancelamento, a menos que ocorra uma alienação do nosso controle após nossa saída do Novo Mercado. Adicionalmente, o cancelamento da negociação de nossas ações no Novo Mercado poderá implicar na alteração da liquidez e do preço das ações de nossa emissão, bem como alteração dos direitos de nossos acionistas minoritários.

Se a saída do Novo Mercado ocorrer, para que as ações de nossa emissão passem a ter registro para negociação em outro segmento de listagem de ações da BM&FBOVESPA, nosso acionista controlador deverá efetivar uma oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) aos nossos demais acionistas. Neste caso, o preço das ações de nossa emissão deverá corresponder, no mínimo, ao valor econômico apurado, mediante elaboração de laudo de avaliação cujo resultado independa da ingerência do nosso acionista controlador ou de nossa administração. O valor econômico apurado conforme o laudo de avaliação não estará sujeito à revisão e a saída do Novo Mercado não dependerá de quórum mínimo de aceitação da OPA por parte dos acionistas titulares de ações de nossa emissão em circulação.

A cotação e a liquidez das ações de nossa emissão podem ser adversamente afetadas após a realização da OPA, bem como após a saída no Novo Mercado, o que poderá restringir consideravelmente a capacidade dos investidores alienarem as ações pelo preço desejado e no momento desejado.

c. A seus Acionistas

As ações de nossa emissão nunca foram negociadas em bolsa de valores e, portanto, um mercado secundário ativo para elas pode não se desenvolver ou a cotação das ações de nossa emissão pode ser adversamente afetada após a nossa oferta pública inicial de ações.

Antes de nossa oferta inicial, as ações de nossa emissão não eram negociadas em bolsa de valores. Ademais, um mercado ativo e líquido de negociação poderá não se desenvolver ou, se for desenvolvido, poderá não conseguir se manter. Investimento em valores mobiliários é considerado especulativo por natureza.

O preço das ações de nossa emissão na nossa oferta inicial será determinado por meio de procedimento de coleta de intenções de investimento com investidores institucionais, realizado pelos coordenadores da nossa oferta (procedimento de bookbuilding), que não é indicativo do preço pelo qual as ações de nossa emissão serão comercializadas no mercado após a nossa oferta inicial. O preço de mercado das ações de nossa emissão poderá variar por diversas razões, incluindo, mas não se limitando, a aquelas descritas nesta seção.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão restringir consideravelmente a capacidade dos investidores de alienarem ações de nossa emissão de sua titularidade ou negociá-las pelo preço e no momento desejado.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o mercado brasileiro, envolvem, um grau de risco maior do que investimentos em valores mobiliários negociados em países que possuem cenários políticos e econômicos mais estáveis. O mercado brasileiro de valores mobiliários é consideravelmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os grandes mercados de valores mobiliários mundiais. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, a BM&FBOVESPA apresentou uma capitalização de mercado de aproximadamente R\$2,3 trilhões e um volume médio diário de negociação no mercado à vista de aproximadamente R\$7,6 bilhões.

Adicionalmente, as dez ações mais negociadas na BM&FBOVESPA foram responsáveis por 40,5% do volume total de ações negociadas na BM&FBOVESPA no período de seis meses findo em 30 de junho de 2013. Essas características de mercado poderiam restringir consideravelmente a capacidade dos titulares de ações de nossa emissão de vendê-las pelo preço e na data que desejarem afetando de modo desfavorável os preços de comercialização de ações de nossa emissão.

Podemos não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com o nosso estatuto social, devemos pagar aos nossos acionistas no mínimo 25% de nosso lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos da Lei das Sociedades por Ações e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Ademais, considerando que recentemente realizamos aquisições relevantes de ativos e projetos, a amortização do ágio gerado em tais aquisições poderá reduzir significativamente o nosso lucro e, conseqüentemente, a capacidade de distribuição de dividendos aos nossos acionistas.

Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta, como nós, suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o nosso conselho de administração informe à nossa assembleia geral ordinária que a distribuição seria incompatível com a nossa situação financeira. Assim, caso qualquer destes eventos ocorra, os titulares de ações de nossa emissão podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio. Para maiores informações sobre o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio ver Seção 3 – Informações Financeiras Selecionadas deste Formulário de Referência.

Podemos ter que buscar capital adicional no futuro, inclusive por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá ocasionar na diluição do investimento dos nossos acionistas e afetar o preço das ações de nossa emissão.

Podemos ter que buscar recursos financeiros adicionais no futuro, inclusive por meio de emissão, pública ou privada, de títulos de dívida, de ações, ou de outros valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas. Qualquer captação de recursos por meio da distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis poderá ser realizada com a exclusão do direito de preferência dos nossos acionistas, e, assim, poderá resultar na diluição da participação dos investidores no nosso capital social, bem como na alteração do preço das ações de nossa emissão.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Os interesses dos nossos administradores e executivos podem ficar excessivamente vinculados à cotação das ações de nossa emissão, uma vez que sua remuneração baseia-se também em um plano de opção de compra de ações.

Nossos administradores e executivos, dentre outros, são beneficiários de plano de opção de compra de ações, cujo potencial ganho para seus beneficiários está vinculado ao maior valor de mercado de ações de nossa emissão.

O fato de uma parcela relevante da remuneração dos administradores e executivos estar intimamente ligada à geração de nossos resultados e à *performance* das ações de nossa emissão pode levar a nossa administração e nossos executivos a conduzir nossas atividades com maior foco na geração de resultados no curto prazo, o que poderá não coincidir com os interesses dos nossos demais acionistas que tenham uma visão de investimento de longo prazo. Para mais informações sobre nossos planos de opções de compra de ações, ver a Seção 13 - Remuneração dos Administradores deste Formulário de Referência.

d. A suas Controladas e Coligadas

As nossas controladas e coligadas estão sujeitas aos mesmos riscos descritos nas seções 4.1(a) e 4.1(b) acima.

Dependemos da distribuição de resultados de nossas controladas e podemos ser adversamente afetados caso nossas controladas tenham seu desempenho prejudicado.

Somos uma companhia controladora de diversas outras sociedades que desenvolvem atividades específicas. A capacidade de cumprirmos com as nossas obrigações financeiras e de pagar dividendos aos nossos acionistas está relacionada ao fluxo de caixa e lucros das nossas controladas. Não há garantia de que o fluxo de caixa e os lucros das nossas controladas serão positivos ou que serão suficientes para o cumprimento das nossas obrigações financeiras e para o pagamento de dividendos aos nossos acionistas.

e. A seus fornecedores

Nós e nossas subsidiárias podemos figurar como responsáveis principais ou solidários das dívidas trabalhistas de prestadores de serviços.

Celebramos diversos contratos de prestação de serviços, tais como de limpeza, construção, reformas e vigilância, entre outros.

Caso as empresas terceirizadas que prestam serviços a nós e às nossas subsidiárias não atendam às exigências da legislação trabalhista, nós e nossas subsidiárias podemos ser considerados solidária ou subsidiariamente responsáveis pelas dívidas trabalhistas destas empresas, podendo, assim, ser autuados e/ou obrigados a efetuar o pagamento de multas impostas pelas autoridades competentes. Na hipótese de sermos responsabilizados por todas estas demandas, nossas atividades poderão sofrer um efeito adverso.

f. A seus Clientes

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Podemos não ser capazes de reajustar as mensalidades cobradas para repassar os aumentos em nossos custos.

A nossa principal fonte de receita é o recebimento das mensalidades cobradas de nossos alunos. Do total de nossos custos e despesas, em 30 de junho de 2013, 54,6% decorrem de despesas com pessoal e 9,6% decorrem dos aluguéis de imóveis e 4,9% decorrem de energia elétrica. Tanto as despesas com pessoal quanto os aluguéis e energia são normalmente corrigidos por índices que refletem as oscilações inflacionárias. Caso não consigamos repassar os aumentos em nossos custos aos alunos, por meio de aumento nas mensalidades, nossos resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

Se não tivermos condições de atrair e reter os alunos, ou não conseguirmos assim proceder sem reduzir as mensalidades, nossas receitas poderão ser reduzidas e poderemos ser prejudicados.

O sucesso de nosso negócio depende essencialmente do número de alunos matriculados em nossos cursos e das mensalidades que são pagas. Nossa capacidade de atrair e reter alunos depende principalmente das mensalidades que cobramos, da conveniência da localização, da infraestrutura das nossas unidades e da qualidade de nossos cursos percebida por nossos atuais e potenciais alunos. Tal capacidade pode ser afetada por diversos fatores, tais como nossa habilidade para: (i) responder às pressões competitivas cada vez maiores; (ii) desenvolver nossos sistemas de ensino a fim de responder às mudanças nas tendências de mercado e às exigências das escolas e dos alunos; (iii) desenvolver novos cursos e melhorar os existentes a fim de responder às mudanças nas tendências de mercado e às exigências dos alunos; (iv) preparar adequadamente nossos alunos para exercer carreiras nas suas respectivas ocupações profissionais; (v) implementar com sucesso nossa estratégia de expansão; (vi) gerenciar nosso crescimento e, ao mesmo tempo, manter nossa qualidade de ensino; e (vii) oferecer com eficiência nossos cursos para base mais ampla de potenciais alunos. Se nós não tivermos condições de continuar atraindo alunos para que matriculem em nossos cursos e se não tivermos capacidade de reter nossos atuais alunos, sem reduzir de forma significativa as mensalidades, nossas receitas e nossos negócios poderão diminuir e poderemos ser prejudicados.

g. Aos Setores da Economia nos Quais o Emissor Atue

As instituições privadas de ensino superior poderão ser prejudicadas se o governo alterar sua estratégia de investimento em educação.

Segundo a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, (“Lei de Diretrizes e Bases da Educação”), o Governo Federal deve priorizar investimentos públicos no ensino fundamental e médio e estimular investimentos no Ensino Superior por entidades privadas. Historicamente, o apoio financeiro direto do governo ao Ensino Superior concentra-se em determinadas universidades públicas que atuam como centros de excelência e pesquisa. O número limitado de vagas e processos de admissão altamente competitivos restringe significativamente o acesso a essas universidades. O Governo Federal pode alterar essa política e aumentar a concorrência que enfrentamos por meio (i) do aumento do nível de investimentos públicos no Ensino Básico e Superior em geral e uma maior oferta de vagas e melhoria na qualidade do ensino oferecido e (ii) da transferência dos recursos de incentivo de universidades que atuam como centros de excelência e pesquisa para instituições públicas de ensino superior acessíveis a adultos trabalhadores de classes média e baixa, nosso público alvo. A criação e a expansão, pelas universidades federais e estaduais, das políticas de cotas para

4.1 - Descrição dos fatores de risco

instituições de ensino superior públicas utilizando renda ou etnia como critérios socioeconômicos também podem aumentar a concorrência que enfrentamos. Adicionalmente, quaisquer alterações na política governamental em educação poderão eventualmente gerar um impacto adverso sobre nossas atividades e nossos negócios.

h. À Regulação dos Setores em que o Emissor Atue

Atuamos em um setor altamente regulado por órgãos governamentais, em especial o MEC, que elaboram leis e regulamentos, cujo descumprimento pode implicar em fiscalizações, procedimentos administrativos ou ações judiciais contra as instituições de ensino superior.

O setor de ensino superior está sujeito às leis federais e à ampla regulamentação governamental imposta, entre outros, pelo MEC e seus órgãos, como o Conselho Nacional de Educação (“CNE”), o INEP e a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (“CONAES”). As faculdades, os centros universitários e as universidades dependem de prévio credenciamento no MEC para poder operar, bem como os cursos oferecidos pelas faculdades devem ser previamente autorizados, e a validade nacional dos diplomas ou certificados expedidos aos alunos depende de prévio reconhecimento pelo MEC dos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior.

O ensino a distância, assim como a modalidade presencial de ensino, também está sujeito a uma série de requisitos impostos pela legislação para o seu funcionamento, os quais devemos cumprir na íntegra para obter e renovar os atos autorizativos dos cursos e da instituição.

A manutenção dos nossos atos autorizativos válidos no futuro está condicionada ao atendimento das exigências regulatórias. Do contrário, o MEC poderá impor restrições sobre as operações, incluindo extinção de cursos, redução de vagas, cancelamento de nossa prerrogativa de emitir diplomas e certificados e revogação do nosso credenciamento, o que poderá prejudicar os resultados operacionais e a situação financeira.

As leis e regulamentos que regem os prestadores de serviço de ensino no Brasil podem ser, no futuro, revistas e alteradas. Podemos ser significativamente prejudicados por qualquer alteração nas leis e regulamentos aplicáveis às instituições de ensino superior, especialmente por mudanças relativas a (i) credenciamento e descredenciamento de instituições de ensino privadas; (ii) imposição de controles de mensalidades ou restrições sobre os níveis de lucratividade; (iii) exigências de qualificação de membros do corpo docente; (iv) exigências acadêmicas para cursos e currículos; e (v) exigências de infraestrutura das unidades, tais como bibliotecas, laboratórios e suporte administrativo, entre outras.

Pelo fato de uma instituição de ensino superior operar em um setor altamente regulamentado, órgãos governamentais, o MEC e terceiros podem conduzir fiscalizações, propor procedimentos administrativos e instaurar ações judiciais contra ela pelo não cumprimento das normas regulatórias. Se os resultados desses procedimentos ou ações judiciais forem desfavoráveis às instituições de ensino superior, ou se uma instituição de ensino superior não puder se defender com sucesso, esta poderá ser obrigada a pagar condenações pecuniárias significativas ou estar sujeita a multas, restrições, ou outras penalidades.

Mesmo que a instituição de ensino superior aborde de maneira adequada as questões levantadas pela fiscalização de determinado órgão ou se defenda de um procedimento administrativo ou uma ação judicial, poderá ter de reservar

4.1 - Descrição dos fatores de risco

recursos financeiros e administrativos significativos para solucionar questões levantadas por estes procedimentos ou para se defender desses procedimentos administrativos ou ações judiciais. Além disso, os procedimentos administrativos e ações judiciais instaurados contra a instituição de ensino superior podem prejudicar sua reputação, independentemente do resultado.

Se perdermos os benefícios das isenções fiscais federais oferecidas pelo PROUNI, nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais poderão ser negativamente afetados.

Alguns de nossos alunos fazem parte do PROUNI. Este programa do governo federal do Brasil (“Governo Federal”) visa a proporcionar a entrada de alunos que não possuem condições de arcar com os custos acadêmicos no Ensino Superior, mediante concessão pelo Governo Federal de bolsas. Por meio do PROUNI, as instituições de ensino superior, como nós, são favorecidas por determinadas isenções fiscais federais de imposto de renda pessoa jurídica (“IRPJ”), programa de integração social (“PIS”), contribuição para o financiamento da seguridade social (“COFINS”) e contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”) referentes às receitas de cursos de graduação e graduação tecnológica. Em caso de descumprimento das regras estabelecidas na Lei do PROUNI, as instituições de ensino podem perder tais isenções tributárias.

Se não cumprirem determinadas exigências, as instituições de ensino superior podem ser descredenciadas do PROUNI e perder suas isenções fiscais, tais como oferecimento de bolsa integral ou parcial para determinado percentual de alunos pagantes no ano anterior, percentual mínimo de gratuidade sobre a receita anual efetiva para as instituições sem finalidade lucrativa, concessão de bolsas parciais, apresentação semestral ao MEC de controle de frequência obrigatória dos bolsistas, aproveitamento do curso e controle de evasão dos alunos dos cursos e turnos e, para entidades beneficentes de assistência social, o encaminhamento de relatório de atividades e gastos em assistência social no prazo de 60 (sessenta) dias contados do encerramento do exercício social. Se as instituições de ensino superior perderem suas isenções fiscais ou se não conseguirem cumprir outras exigências mais rígidas que venham a ser introduzidas no futuro, seus negócios, situação financeira e resultados operacionais poderão ser afetados negativamente.

Ademais, há o risco de que uma reforma tributária impeça, interrompa ou modifique o uso de incentivos fiscais concedidos. A Companhia não pode assegurar que os incentivos serão integralmente mantidos e o prazo pelo qual serão mantidos. Qualquer suspensão, modificação, cancelamento ou a não renovação dos incentivos fiscais com as mesmas características pode ter um efeito adverso em nossos resultados operacionais. Nesse sentido, em 13 de setembro de 2013, a Receita Federal do Brasil publicou a Instrução Normativa SRF nº 1394, que revogou a Instrução Normativa SRF nº 456 e introduziu novas disposições em relação às isenções fiscais instituídas pelo PROUNI, em especial ao cálculo de referidas isenções. Para maiores informações a respeito das alterações introduzidas pela IN 1.394, vide o fator risco “A perda ou redução das políticas de financiamento e/ou benefícios fiscais conferidos por nossa adesão ao PROUNI – Programa Universidade para Todos (“PROUNI”), bem como ao FIES poderão afetar adversamente nossos resultados” e o item 7.5 deste Formulário de Referência.

A aprovação de projeto lei que propõem a criação o Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior (“INSAES”) criará novas obrigações aos prestadores de serviço de ensino no Brasil o que poderá acarretar no aumento dos custos operacionais e consequentemente prejudicar os resultados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Câmara dos Deputados está analisando o Projeto de Lei nº 4.372/12 (“Projeto de Lei”), do Poder Executivo, que cria o Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior. O INSAES, que pretende contratar cerca de 500 servidores concursados para agilizar os trâmites dos processos perante o MEC, terá por finalidade supervisionar e avaliar instituições de educação superior e cursos de educação superior no sistema federal de ensino, e certificar entidades beneficentes que atuem na área de educação superior e básica. Caso o Projeto de Lei venha a ser sancionado na sua forma original, a Companhia acredita que (i) os custos operacionais do setor aumentarão em virtude das taxas de supervisão e de fiscalização, com consequente repasse para o preço das mensalidades; (ii) os processos de avaliação in loco das instituições de ensino poderão ser retardados se o INEP for substituído ou se seus quadros não forem aproveitados. Tais alterações poderão prejudicar os nossos resultados.

i. Aos Países Estrangeiros Onde o Emissor Atue

Não há, tendo em vista que não atuamos em países estrangeiros.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

Temos como prática a análise constante dos riscos aos quais estamos expostos e que possam afetar nossos negócios, nossa situação financeira e os resultados de nossas operações de forma adversa. Estamos constantemente monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial, além das regulamentações e leis que regem o setor e que possam influenciar nossas atividades, por meio do acompanhamento dos principais indicadores de desempenho.

Exceto quando expressamente informado acima, na data deste Formulário de Referência, nós não temos expectativa de aumento ou redução de nossa exposição aos riscos mencionados no item 4.1 deste Formulário de Referência.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Abaixo relacionamos e descrevemos os processos tributários e procedimentos administrativos em que nos e/ou nossas controladas figuram no polo passivo ou ativo, que julgamos mais relevantes para nossos negócios e nossas controladas.

Foram considerados relevantes, nos termos da regulamentação em vigor, os processos que podem impactar de forma significativa nosso patrimônio, nossa capacidade financeira ou nossos negócios, ou de nossas controladas, devendo ser considerados outros fatores que podem influenciar a decisão do público investidor, como, por exemplo, os riscos de imagem inerentes a certa prática nossa ou riscos jurídicos relacionados a discussão da validade de cláusulas estatutárias.

Processos Cíveis.

Em 30 de junho de 2013, nós e nossas controladas éramos parte em processos de natureza cível classificados com probabilidade de perda provável, em relação aos quais mantemos provisão no valor de R\$ 810 mil.

Adicionalmente, estamos envolvidos em outros processos cíveis surgidos no curso normal dos nossos negócios no valor total de R\$ 959 mil classificados com probabilidade de perda possível. Para esses processos nenhuma provisão foi constituída.

A maioria das ações cíveis tem por objeto pedidos de indenização por danos materiais e morais, demora na expedição de diploma, demora na entrega de históricos, e cobranças indevidas de taxas, entre outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico.

Descrevemos abaixo os processos cíveis individualmente considerados relevantes:

(i) Processo nº 0035620-18.2006.8.17.0001	
a. Juízo	Décima Quinta Vara Cível da Capital
b. Instância	Segunda Instância
c. Data de instauração	06/09/2006
d. Partes no processo	ASPAC ASSISTÊNCIA DE PROTEÇÃO AO CIDADÃO E ASSISTÊNCIA AO CIDADÃO X ENSINO SUPERIOR BUREAU JURÍDICO – ESBJ
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 300.000,00
f. Principais fatos	Trata-se de ação civil pública visando a modificar a forma de pagamento da mensalidade em virtude do número de disciplina cursadas. A questão em apreço gira em torno do fato de cobrarmos a mensalidade dos nossos clientes (alunos) pelo serviço ofertado, o que gerou irrisignação frente aos consumidores que entendem que devem pagar a mensalidade por disciplina cursada, e não pelo valor total como se tivessem cursando todas as disciplinas daquele semestre. Fase processual: Sentença improcedente. Apelação procedente. Recurso Especial da IES improcedente. pendente de apreciação de recurso pelo STF.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do	Somente impacto financeiro, decorrente do recolhimento do valor autuado, no valor referido no item “e” acima.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

processo	Entendemos que este processo é relevante em razão do valor envolvido, pois poderão causar um impacto adverso em nossa condição financeira, caso sobrevenha uma decisão final desfavorável.
i. Valor provisionado se houver provisão	Não há provisão constituída para este processo.

(ii) Processo nº 0008895-89.2006.8.17.0001	
a. Juízo	Quarta Vara Cível da Capital
b. Instância	Primeira instância
c. Data de instauração	09/03/2006
d. Partes no processo	ASPAC ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AO CIDADÃO X ENSINO SUPERIOR BUREAU JURÍDICO – ESBJ
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 30.000,00
f. Principais fatos	Ação movida pela ASPAC para caracterizar os descontos das mensalidades dos cursos da nossa subsidiária FMN como afronta aos princípios do direito consumidor, pois esses descontos podem chegar a aproximadamente 24%. Tais descontos, e, supostamente, estaria tentando afastar a aplicação da multa legal de 2% previsto para as multas moratórias, revelando suposta, lucratividade excessiva da sociedade e grande onerosidade para os alunos consumidores. Fase Processual: Sentença com resolução do mérito, julgado improcedente. Fase recursal
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro, decorrente do recolhimento do valor autuado, no valor referido no item “e” acima. Entendemos que este processo é relevante em razão do valor envolvido, pois poderão causar um impacto adverso em nossa condição financeira, caso sobrevenha uma decisão final desfavorável.
i. Valor provisionado se houver provisão	Não há provisão constituída para este processo.

Processos Trabalhistas

Em 30 de junho de 2013, nós e nossas controladas éramos parte em processos de natureza trabalhistas classificados com probabilidade de perda provável, em relação aos quais mantemos provisão no valor de R\$ 573 mil.

Adicionalmente, estamos envolvidos em outros processos trabalhistas surgidos no curso normal de nossos negócios no valor total de R\$ 665 mil classificados com probabilidade de perda possível. Para esses processos nenhuma provisão foi constituída.

A maioria das ações consiste em pleitos para pagamento de verbas rescisórias, adicionais por horas extras e redução de carga horária, dentre outros pedidos baseados em convenções coletivas de trabalho e na legislação trabalhista.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Destacamos que nenhum processo trabalhista em que nós e/ou nossas controladas sejamos parte é individualmente considerado relevante.

Processos Tributários

Em 30 de junho de 2013, a Companhia não era parte em processos de natureza tributária classificados com probabilidade de perda provável, sendo assim a Companhia não mantém provisão para processos de natureza tributária.

Adicionalmente, nós e nossas controladas estamos envolvidas em outros processos fiscais surgidos no curso normal de nossos negócios classificados com probabilidade de perda possível, conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída para fazer face ao desfecho desfavorável destes. O montante total envolvido nesses processos é de R\$ 3.780 mil.

A companhia informa ainda, que, as ações classificadas com de perda remota, na mesma data, somam o valor de R\$ 7.880 mil.

A maioria das ações tem como objeto as questões pertinentes a Contribuições do ISS Municipal e IRPJ.

A seguir descrevemos os processos de natureza tributária individualmente considerados relevantes:

(i) Processo nº 0045068-73.2010.8.17.0001	
a. Juízo	Quarta Vara da Fazenda Pública
b. Instância	Primeira Instância
c. Data de instauração	19/08/2010
d. Partes no processo	ENSINO SUPERIOR BUREAU JURÍDICO S/A - ESBJ X MUNICÍPIO DO RECIFE
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 7.710 mil.
f. Principais fatos	<p>Ação ordinária contra o Município do Recife, objetivando a anulação de débito fiscal decorrente de processo administrativo Nº 07.39452.5.09, bem como a declaração de inexistência de relação jurídico tributária relativa ao recolhimento de imposto sobre serviço de qualquer natureza (ISS) em relação a valores não recebidos por nós, em função de desconto concedido a seus tomadores de serviço.</p> <p>A questão em apreço se refere ao fato de concedermos descontos escalonados para os nossos clientes (alunos) que pagarem a mensalidade antecipadamente, ou seja antes da data final de vencimento. Assim, os alunos podem pagar as mensalidades nos dias 5, 10, 20 e 30, e o desconto na mensalidade diminuirá proporcionalmente com</p>

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	<p>o passar dos dias.</p> <p>Neste caso o ISS é cobrado pela nossa receita, contudo o Município do Recife entende que a receita é o valor inserido no boleto encaminhado aos alunos, ou seja, sem aplicação do desconto. Neste caso o Município desconsidera receita real auferida por nós auferida, considerando a aplicação dos descontos e, portanto, objetiva que o ISS seja cobrado de acordo com uma majoração da base de cálculo do imposto.</p> <p>Fase Processual: Recebemos sentença procedente no primeiro e segundo grau, ou seja, o Município de Recife somente poderá cobrar ISS sob a receita real auferida. O Município de Recife apresentou recurso especial ao qual foi negado seguimento, o Município Agravou e o processo esta subindo ao STJ.</p>
g. Chance de perda	Remota.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro, decorrente do recolhimento do valor autuado, no valor referido no item “e” acima. Entendemos que este processo é relevante em razão do valor envolvido.
i. Valor provisionado se houver provisão	Não há provisão constituída para este processo.

(ii) Processo nº 0045139–92.2010.8.02.0001 (001.10.045139–0)	
a. Juízo	Décima Quarta Vara da Fazenda Pública Municipal de Maceió
b. Instância	Primeira Instância
c. Data de instauração	19/07/2010
d. Partes no processo	ADEA - Associação de Desenvolvimento Educacional Avançado x Município de Maceió – AL
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 165 mil.
f. Principais fatos	<p>Ação cautelar preparatória visando a suspensão da exigibilidade de crédito tributário alcançado pela suspensão nos termos da legislação através da impugnação em esfera administrativa.</p> <p>Trata-se de ação movida pelo Município de Maceió que alega que a ADEA não preenchia todos os requisitos para o reconhecimento de sua imunidade tributária, dentre os quais não distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou</p>

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	<p>de suas rendas, aplicando-os integralmente no país e na manutenção dos seus objetivos institucionais. Diante disso, o Município de Maceió tenta cobrar da ADEA o imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS), inclusive com a lavratura dos autos de infração n.º 2007.000.21712 e 2007.000.21742. Não obstante, até o presente momento em decorrência deste processo judicial, ainda não tivemos que recolher o referido tributo.</p> <p>Fase Processual: Impetramos medida liminar que foi deferida suspendendo a exigibilidade do crédito tributário. A ação principal ainda está pendente de julgamento no mérito.</p>
g. Chance de perda	Remota.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro, decorrente do recolhimento do valor autuado, no valor referido no item “e” acima. Entendemos que este processo é relevante em razão do valor envolvido.
i. Valor provisionado se houver provisão	Não há provisão constituída para este processo.

(iii) Processo nº 0020993-62.2013.8.17.0001	
a. Juízo	Oitava Vara da Fazenda de Pernambuco
b. Instância	Primeira Instância
c. Data de instauração	20/03/2013
d. Partes no processo	SER EDUCACIONAL S.A. X MUNICÍPIO DO RECIFE
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 305 mil.
f. Principais fatos	<p>Trata-se de ação anulatória contra o Município do Recife, por ilegalidade da notificação fiscal em desfavor da IES, tendo sido concedida a liminar, ante ao depósito integral, para suspender a exigibilidade do crédito tributário, estando ainda pendente de julgamento.</p> <p>A questão em apreço se refere ao fato da sociedade ser beneficiária dos programas educacionais do governo federal, especificamente o PROUNI, o que acarreta em não geração de receita para a sociedade, conseqüentemente não deve haver tributação, contudo o Município do Recife entende que a receita é o valor do benefício fiscal concedido à em razão do PROUNI, desconsiderando a legislação, majorando indevidamente a base de cálculo do imposto.</p>

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	Fase processual: Aguardando julgamento do mérito em primeiro grau.
g. Chance de perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro, decorrente do recolhimento do valor autuado, no valor referido no item “e” acima. Entendemos que este processo é relevante em razão do valor envolvido.
i. Valor provisionado se houver provisão	Não há provisão constituída para este processo.

(iv) Processo nº 10480.727015/2011–88	
a. Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais MF/DF
b. Instância	Administrativa
c. Data de instauração	18/08/2011
d. Partes no processo	UNIÃO FEDERAL X SER EDUCACIONAL S.A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.496 mil.
f. Principais fatos	<p>Trata-se de processo administrativo por meio do qual a fiscalização aponta infração à legislação tributária caracterizada por divergências entre as informações prestadas na contribuição do Imposto de Renda Retido na Fonte dos anos calendários de 2008, 2009 e 2010.</p> <p>Fase processual: Aguardando julgamento de recurso administrativo para excluir saldo remanescente de R\$139.286,07 no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais MF/DF.</p>
g. Chance de perda	Possível.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Somente impacto financeiro, decorrente do recolhimento do valor autuado, no valor referido no item “e” acima. Entendemos que este processo é relevante em razão do valor envolvido.
i. Valor provisionado se houver provisão	Não há provisão constituída para este processo.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não possuímos processos em que nós ou nossas controladas sejamos partes e cujas partes contrárias sejam administradores, ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, nossos investidores ou investidores de nossas controladas.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não existem processos sigilosos relevantes em que nós ou nossas controladas sejamos parte.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Procedimentos Tributários	
Nós e nossas controladas figuramos como partes em aproximadamente 09 ações de natureza tributária, consideradas como repetitivas ou conexas e não sigilosas e nem relevantes, cujas informações seguem abaixo:	
a. Valores envolvidos	R\$ 11.660 mil.
b. Valor provisionado, se houver provisão	Não há.
c. Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	1 - ISS sobre valores não recebidos por força de descontos concedidos aos seus alunos, quando do pagamento antecipado das mensalidades. 2 - ISS sobre valores não recebidos por força de programa do governo federal – PROUNI. 3 – IRRF decorrente do trabalho assalariado e sem vínculo de emprego, bem assim sobre a remuneração de serviços profissionais prestados por pessoa jurídica.

Procedimentos Trabalhistas	
Nós e nossas controladas figuramos como partes em aproximadamente 96 ações de natureza trabalhista, consideradas como repetitivas ou conexas e não sigilosas e nem relevantes, cujas informações seguem abaixo:	
a. Valores envolvidos	R\$ 2.255 mil.
b. Valor provisionado, se houver provisão	R\$ 573 mil.
c. Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Horas extras; Férias não gozadas; Reconhecimento de vínculo empregatício; Equiparação salarial; Diferenças salariais decorrentes de redução de cargas horárias de determinados docentes.

Procedimentos Cíveis	
Nós e nossas controladas figuramos como partes em aproximadamente 575 ações de natureza cível, como Réus, consideradas como repetitivas ou conexas e não sigilosas e nem relevantes, cujas informações seguem abaixo:	
a. Valores envolvidos	R\$ 4.628 mil.
b. Valor provisionado, se houver provisão	R\$ 810 mil.
c. Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Cobranças indevidas; Demora na expedição de diplomas; Não devolução de taxas de matrículas de cursos de férias; Outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico.

4.7 - Outras contingências relevantes

Não há outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores desta seção 4.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

A Companhia não detém valores mobiliários custodiados fora do Brasil, país de sua origem.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a diversos riscos que são inerentes às suas atividades. A maneira como a Companhia identifica e gere de forma adequada e eficaz esses riscos é crucial para a sua lucratividade, sendo os riscos mais significativos os seguintes:

Condições econômicas e políticas no Brasil e a percepção dessas condições no mercado internacional têm um impacto direto sobre os nossos negócios e nosso acesso ao capital internacional e aos mercados de dívida, o que pode afetar negativamente os nossos resultados e condição financeira.

A nossa situação financeira e nossos resultados operacionais são substancialmente dependentes das condições econômicas no Brasil. O Produto Interno Bruto (“PIB”) do Brasil, em termos reais, cresceu 0,9% em 2012. Não podemos assegurar que o PIB do Brasil aumentará ou manter-se-á estável no futuro. Futuros desenvolvimentos na economia brasileira podem afetar as taxas de crescimento do Brasil e, conseqüentemente, afetar a procura pelos serviços de educação por nós oferecidos. Como resultado, estes desenvolvimentos podem afetar as nossas estratégias de negócio, os nossos resultados operacionais, ou nossa condição financeira.

O Governo Federal do Brasil (“Governo Federal”) intervém frequentemente na economia brasileira e ocasionalmente faz alterações significativas nas políticas e regulamentações. Os nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira poderão ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como os fatores econômicos globais, incluindo: (i) desvalorizações e outros movimentos da taxa de câmbio; (ii) política monetária; (iii) taxas de inflação; (iv) instabilidade dos preços das commodities; (v) instabilidade social ou econômica; (vi) escassez de energia; (vii) taxas de juros; (viii) controles cambiais e restrições sobre remessas para o exterior; (ix) liquidez do capital interno e dos mercados de crédito; (x) política fiscal e (xi) outras eventualidades, diplomáticas, políticas econômicas e sociais dentro do ou afetando o Brasil.

Historicamente, o cenário político do Brasil tem influenciado o desempenho da economia brasileira e as crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, o que resultou na desaceleração econômica e maior volatilidade nos títulos emitidos por companhias brasileiras no exterior. Futuros desenvolvimentos nas políticas do governo brasileiro e/ou a incerteza de saber se e quando tais políticas e regulamentos podem ser aplicados, as quais estão além do nosso controle poderão ter um efeito material adverso sobre nós, inclusive afetando a possibilidade de emitirmos títulos e valores mobiliários no mercado internacional.

Diante disso, a incerteza quanto à realização de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores poderá contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Assim, acontecimentos futuros na economia brasileira poderão afetar adversamente as nossas atividades e os nossos resultados.

Além disso, recentes manifestações populares levantaram debates sobre o papel e as ações dos políticos no Brasil, exigindo, inclusive reformas políticas e sociais. Diante disso, nós não podemos ter certeza qual será o efeito, se houver, que tais manifestações e exigências poderão ter sobre decisões econômicas ou regulamentares do Governo Federal.

A inflação e as medidas do governo brasileiro para combatê-la podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, e podem ter efeitos adversos sobre nossos negócios e resultados operacionais.

O Brasil historicamente apresentou altas taxas de inflação. A inflação, bem como os esforços do governo para combatê-la, tiveram efeitos negativos significativos sobre a economia brasileira, particularmente antes de 1995. As taxas de inflação

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

foram de 3,14% em 2006, 4,46% em 2007, 5,90% em 2008, 4,31% em 2009, 5,91% em 2010, 6,50% em 2011 e 5,84% em 2012. No primeiro semestre de 2013 tivemos uma inflação de 3,15%, respectivamente, medida pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo ("IPCA") calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE").

Os nossos custos e despesas operacionais são substancialmente denominados em Reais e tendem a aumentar com a inflação brasileira porque os nossos fornecedores geralmente aumentam os preços para refletir a depreciação da moeda. Além disso, a inflação alta geralmente leva a uma maior taxa de juros doméstica e, como consequência, os custos de dívida denominados em Reais podem aumentar.

A inflação e seu efeito sobre a taxa de juros também pode levar à redução da liquidez no mercado de capitais e no mercado de crédito, o que poderia afetar nossa capacidade de refinar nossa dívida. Adicionalmente, as pressões inflacionárias também podem afetar nossa capacidade de acessar mercados financeiros estrangeiros, o que poderia levar a uma deterioração de nossa situação financeira e, conseqüentemente, afetar negativamente o preço das ações de nossa emissão.

As medidas do Governo Federal para controlar a inflação têm frequentemente incluído a manutenção de uma política monetária conservadora, com altas taxas de juros, restringindo assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. As ações de combate à inflação e a especulação pública sobre possíveis medidas adicionais também podem contribuir substancialmente para a incerteza econômica no Brasil e, conseqüentemente, podem enfraquecer a confiança dos investidores no Brasil, influenciando na nossa capacidade de acesso aos mercados de capitais internacionais.

A volatilidade das taxas de juros afeta nosso custo de capital e atividades de investimento.

As altas taxas de juros têm afetado adversamente a economia brasileira e podem afetar negativamente nossos negócios. Durante o ano de 2002, o Banco Central aumentou a taxa de juros base do Brasil (SELIC), de 19% ao ano para 25% ao ano, dentre outros fatores, como o resultado da crescente crise econômica da Argentina, um dos maiores parceiros comerciais do Brasil, e como resultado também do menor nível de crescimento da economia dos EUA e da incerteza econômica causada pelas eleições presidenciais brasileiras, dentre outros fatores. Durante o ano de 2003, o Banco Central reduziu a taxa de juros de 25,5% ao ano para 16,5% ao ano, refletindo um período favorável e taxas de inflação em linha com a política de metas de inflação do Banco Central. De forma geral, a taxa de juros, em decorrência da determinação pelo Banco Central, foi mantida em altos níveis nos últimos anos. Em 31 de dezembro de 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011 a taxa de juros foi 18,00%, 13,25%, 11,25%, 13,75%, 8,75%, 10,75% e 11,00% ao ano, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2012 e 30 de junho de 2013, a taxa de juros foi de 7,25% e 8,0% ao ano, respectivamente.

Em 30 de junho de 2013, possuíamos contratos de empréstimos e financiamentos que somavam R\$9.032 mil, com encargos atrelados à taxa de juros de longo prazo ("TJLP") e a uma taxa de juros fixa ao ano (spread). Aumentos na taxa básica de juros Brasil podem impactar adversamente nossa capacidade de obter financiamentos no futuro a valores atrativos, reduzindo o retorno esperado de investimentos futuros. Além disso, as taxas de juros estabelecidas pelo Banco Central podem afetar negativamente o crescimento econômico e, conseqüentemente, a demanda por nossos serviços.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Qualquer um desses fatores pode ter um efeito material adverso sobre nossos negócios, condições financeiras e os preços de nossas ações de mercado.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo nos Estados Unidos e em países de economia emergente, podem afetar adversamente a economia brasileira, os nossos negócios e o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros, incluindo as ações de nossa emissão, além de poder limitar o nosso acesso aos mercados internacionais.

O preço de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, principalmente dos Estados Unidos e da China, bem como países da América Latina e países de economia emergente.

Condições econômicas adversas em outros mercados emergentes resultaram algumas vezes em significativos fluxos de saída de recursos do Brasil ao exterior. A partir da crise financeira de 2008, as principais economias mundiais adotaram políticas monetárias expansivas a efeitos de reativar suas economias.

A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive das ações de nossa emissão. Crises em outros países, como também mudanças nas suas políticas fiscais e monetárias podem dificultar ou impedir nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das nossas operações no futuro, em termos aceitáveis, bem como, direta ou indiretamente, dificultar ou impedir o nosso acesso a mercados internacionais, afetando negativamente os resultados operacionais, o nosso valor de mercado e a condição financeira.

Riscos Políticos

O Governo Federal frequentemente intervém na economia do País e ocasionalmente realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações. Tais medidas podem prejudicar de maneira relevante as nossas atividades, bem como nossos resultados e situação financeira.

Também estamos expostos ao risco regulatório inerente ao sistema educacional brasileiro, por meio dos principais programas públicos de incentivo à educação privada, quais sejam, Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e PROUNI – Programa Universidade para Todos, uma vez que caso tais programas sejam descontinuados, nossos resultados serão afetados negativamente. Para maiores informações sobre os programas públicos de incentivo à educação privada, ver fatores de risco descritos na seção 4.1. deste Formulário de Referência.

Risco de crédito

Incorremos em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em aberto dos nossos alunos. Diante disso, o aumento dos níveis de inadimplência poderá afetar o nosso fluxo de caixa, bem como nossos negócios.

Risco de liquidez

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

É o risco de não dispormos de recursos líquidos suficientes para honrarmos nossos compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os nossos recebimentos e os nossos pagamentos previstos.

A tabela abaixo analisa os nossos passivos financeiros não derivativos em 30 de junho de 2013, que são mensurados pelo método do custo amortizado. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados, acrescidos de coluna para reconciliar os valores apresentados com aqueles registrados no nosso balanço patrimonial. Para projeção dos nossos fluxos futuros utilizamos a atual taxa do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários.

Empréstimos e Financiamentos em 30 de junho de 2013	
(em R\$ mil)	
Até 12 meses a vencer	16.783
2014	15.519
2015	26.106
2016	22.210
2017	13.630
A partir de 2018	14.133
Total	108.381

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

a. *riscos para os quais se busca proteção*

Estamos expostos aos riscos gerais de mercado e adotamos planos de ação para tentar mitigá-los. Vale mencionar que não possuímos exposição cambial, já que nossas receitas e custos não são atrelados a moedas estrangeiras. Entretanto, analisamos diferentes conjunturas macroeconômicas como subsídio para nossa estratégia de negócios, planejamento estratégico e orçamentário com indicação de alternativas a serem adotadas em cada um destes cenários.

Entre estes riscos destacam-se: (i) a inflação que pode afetar a nossa estrutura de custos, bem como afetar negativamente o poder de compra do consumidor, impactando desta forma, nos nossos níveis de inadimplência; e (ii) a taxa de juros, taxa de desemprego e crescimento do PIB do Brasil, variáveis estas que impactam diretamente nos nossos esforços de captação e retenção de alunos, tendo em vista os preços da mensalidade, vis a vis as condições econômicas e financeiras dos nossos alunos e potenciais alunos.

b. *estratégia de proteção patrimonial (hedge)*

Não aplicável, uma vez que não realizamos operações para a proteção patrimonial (hedge).

c. *Instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge)*

Não aplicável, uma vez que não utilizamos instrumentos para a proteção patrimonial (hedge).

d. *Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos*

Com objetivo de manutenção da política de caixa mínimo utilizamos instrumentos financeiros para captação de recursos, quando necessário, os quais são empregados no financiamento de nossas necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção de nossas disponibilidades de caixa em nível que acreditamos apropriado para o desempenho de nossas atividades.

e. *se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos.*

Não aplicável, uma vez que a Companhia não utiliza instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge).

f. *estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos*

O Conselho de Administração, a Auditoria Interna e o Comitê de Finanças tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de gerenciamento de nossos riscos, bem como pela aprovação de aplicações financeiras realizadas por nós ou por nossas subsidiárias ou controladas em desacordo com suas respectivas políticas de risco. As políticas de riscos são elaboradas pelo nosso Comitê de Finanças que auxilia o nosso Conselho de Administração a analisar as nossas aplicações financeiras, bem como as aplicações financeiras de nossas suas subsidiárias e controladas.

g. *adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada*

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

Cabe ao nosso Comitê de Finanças e Auditoria, junto com nosso Conselho de Administração, avaliar regularmente as políticas de gerenciamento de riscos, seus recursos e tolerância máxima a riscos, além de monitorar a efetividade da implementação das recomendações efetuadas por nossa auditoria interna e pelos nossos auditores independentes. Considerando a definição das obrigações e responsabilidades do nosso Comitê de Finanças e nossa estrutura organizacional objetiva, entendemos que nossa estrutura operacional de controle interno está adequada.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

No último exercício social, não houve qualquer alteração relevante nos principais riscos de mercado a que estamos expostos, ou na nossa política de gerenciamento de riscos.

5.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 5 do Formulário de Referência.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	19/03/2002
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade civil por quotas de responsabilidade limitada, cuja transformação em Sociedade por Ações foi aprovada em Assembleia Geral realizada em 09.09.2008.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve histórico

O Grupo Ser Educacional surgiu em 1993, com a fundação do Complexo Educacional Bureau Jurídico, liderado pelo professor José Janguê Diniz (“Janguê”), que realizava cursos preparatórios para concursos, uma novidade na cidade do Recife. No mesmo ano, Janguê começou a investir na realização de congressos nacionais e internacionais na área jurídica. Com o sucesso da marca, em 1999, o Bureau Jurídico passou a oferecer cursos pré-vestibulares específicos para o curso de Direito.

Em 2003, com a publicação no Diário Oficial da União da portaria 1109, do MEC, a Faculdade Maurício de Nassau, mantida pelo ESBJ - Ensino Superior Bureau Jurídico Ltda., sucessora do Complexo Educacional Bureau Jurídico, é fundada oficialmente. Em paralelo, autoriza-se o funcionamento dos cursos de Direito, Administração, Comunicação Social e Biomedicina. A decisão de criar uma faculdade partiu do próprio professor Janguê, que, reconhecendo a necessidade do mercado local, empenhou-se no desenvolvimento de um projeto de educação superior de qualidade e, conhecendo a história do Recife, nomeou a Faculdade Maurício de Nassau em homenagem a figura do extraordinário empreendedor Maurício de Nassau, reconhecida por todos os brasileiros.

E em pouco mais de três anos de existência, a Faculdade Maurício de Nassau se consolidou como uma instituição de ensino focada no crescimento e na ampliação de uma estrutura de gestão que propiciasse a consolidação do seu projeto de expansão para os principais municípios do Norte/Nordeste.

Em 2006, a Faculdade Maurício de Nassau adquiriu as mantenedoras de João Pessoa e Campina Grande, no estado da Paraíba.

Em 2007, a Faculdade Maurício de Nassau implantou o Conselho Consultivo, como uma forma de orientar as nossas estratégias. Uma das principais atribuições do Conselho, em conjunto com a Hopper Consultoria Educacional, foi redefinir o planejamento estratégico da empresa. Em simultaneidade a esses procedimentos, a Faculdade inaugurou as unidades de João Pessoa e Campina Grande. No mesmo ano, o Grupo Universitário Maurício de Nassau credencia e coloca em funcionamento a Faculdade Joaquim Nabuco, na cidade de Paulista, em Pernambuco, sendo este um novo modelo negócios, orientado para o público das classes C e D.

Continuando o projeto de expansão e com o intuito de consolidar a nossa política de governança corporativa, em 2008, foi instituído um Conselho de Administração - composto por representantes dos acionistas e por profissionais reconhecidos no mercado por suas realizações em grandes grupos empresariais do Brasil. Em outubro do mesmo ano, o Cartesian Capital Group se associa ao Grupo Universitário Maurício de Nassau, com um aporte de R\$48 milhões, passando a deter uma participação de 11,3% do total das ações da ESBJ.

Ainda em 2008, a Faculdade Joaquim Nabuco inaugurou uma nova unidade no centro do Recife e foram adquiridas a FABAC, em Salvador e Lauro de Freitas, a ESAMC, em Maceió, e a Faculdade CDF, em Natal, continuando o processo de expansão pela região Nordeste.

Em 2009, o Grupo redefiniu as suas diretrizes acadêmicas e, como consequência, unificou as matrizes curriculares e os planos de ensino das disciplinas, iniciando a metodologia do diário eletrônico e do processo de auditorias acadêmicas (maiores informações no item 7.3 deste Formulário de Referência).

As reformulações e a trajetória de crescimento continuaram em 2010, quando o Grupo recebeu os auditores do IFC – Banco Mundial, e teve aprovada uma linha de crédito no valor de R\$ 80 milhões. O Grupo iniciou o projeto de implementação da ISO 9001, buscando estruturar a Instituição para a certificação e, como consequência, reavaliou e

6.3 - Breve histórico

redefiniu todos os seus processos internos. Nesse mesmo ano, o Grupo decidiu, após um trabalho de *branding*, mudar o nome para Grupo Ser Educacional S.A.. Ainda em 2010, o Grupo incorporou a FAUPE - Faculdades Unidas de Pernambuco, tradicional faculdade do Recife na área de arquitetura.

Em 2011, o Grupo trabalhou para aumentar, de forma significativa, o portfólio de cursos nas respectivas unidades do grupo. Nesse ano, aconteceram as incorporações das unidades de Aracaju e Belém, além da inauguração da unidade das Mercês, em Salvador.

Através da portaria 701, do MEC, em 2012, foi conferido à Faculdade Maurício de Nassau, no Recife, o credenciamento como centro universitário e a nomenclatura da Faculdade passou a ser UNINASSAU - Centro Universitário Maurício de Nassau. Ainda em 2012, a UNINASSAU obteve a certificação ISO 9001. Nesse mesmo ano, iniciaram-se as atividades na unidade Caruaru, em Pernambuco, e foram incorporadas as unidades de Manaus e São Luís.

O processo de expansão continuou em 2013. Foram adquiridas três unidades no Piauí (FAP Teresina, a Faculdade Aliança e a FAP Parnaíba), uma unidade em Paulista/Recife (Faculdade Decisão) e uma unidade em Vitória da Conquista/Bahia (Faculdade Juvêncio Terra).

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Operações realizadas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008.

Subscrição de Investimento pelo Cartesian Capital Group

Principais Condições do Negócio Em 11.09.2008 os acionistas fundadores da Ser Educacional S.A. (“Companhia”), José Janguiê Bezerra Diniz e Janyo Janguiê Bezerra Diniz, bem como a própria Companhia, na qualidade de interveniente-anuente, celebraram um Contrato de Subscrição e Investimento (“Contrato de Investimento”) com o Cartesian Capital Group (“CCG”). Nos termos deste contrato, conforme aditado, o CCG, por meio de sua subsidiária POAH One Education Holdings Ltda. – Investimentos em Educação, subscreveu 3.041.527 (três milhões, quarenta e uma mil, quinhentas e vinte e sete) ações no nosso capital social, pelo preço de emissão total de R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais).

Sociedades Envolvidas Companhia e POAH One Education Holdings Ltda. – Investimentos em Educação (“POAH”), posteriormente sucedida em todos os direitos e obrigações relativos ao Contrato de Investimento pela POAH One Acquisition Holdings VIII – Consultoria e Participações Ltda. e, em seguida, pela Poah One Acquisition Holdings VII, LLC.

Efeitos no Quadro Acionário das Sociedades Envolvidas Os efeitos no nosso quadro acionário estão mencionados no campo abaixo.

Quadro Societário, antes e depois da operação

Quadro Societário Antes da Operação

Acionistas	ON	%
José Janguiê Bezerra Diniz	23.568.509	99%
Janyo Janguiê Bezerra Diniz	268.788	1%
Total	23.837.297	100%

Quadro Societário Depois da Operação

Acionistas	ON	%
José Janguiê Bezerra Diniz	23.568.509	87,7%
Janyo Janguiê Bezerra Diniz	268.788	1,0%
POAH	3.041.527	11,3%
Total	26.878.824	100%

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Operações realizadas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Constituição do Centro de Ensino Superior de Pernambuco

Principais Condições do Negócio Em 03 de setembro de 2010 a Companhia e Janyo Janguê Bezerra Diniz constituíram a sociedade Centro de Ensino Superior de Pernambuco Ltda. com capital social de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), tendo em vista a exploração de atividades relativas à prestação de serviços educacionais, entre outras.

Sociedades Envolvidas Companhia e Centro de Ensino Superior de Pernambuco.

Efeitos na Distribuição do Capital Social A Companhia detém 999.999 (novecentas e noventa e nove mil, novecentas e noventa e nove quotas), no valor de R\$ 999.999,00 (novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais) e Janyo Janguê Bezerra Diniz possui 1 (uma) quota, no valor de R\$ 1,00 (um real).

Quadro Societário, antes e depois da operação Não aplicável. Vide quadro acima.

Não tivemos quaisquer operações realizadas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 que sejam consideradas relevantes.

Operações realizadas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Aquisição da Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda. - SESPS

Principais Condições do Negócio Em 12 de janeiro de 2012 a Companhia adquiriu a totalidade das quotas da Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda., pelo montante de R\$ 906.000 (novecentos e seis mil de reais), tendo em vista a exploração de atividades relativas à prestação de serviços educacionais, entre outras.

Sociedades Envolvidas Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda.

Efeitos na Distribuição do Capital Social Não houve mudanças na distribuição do nosso capital social.

Quadro Societário, antes e depois da operação Não houve mudanças na distribuição do nosso capital social.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Aquisição da Universo Professores Associados S/S Ltda.

Principais Condições do Negócio Em 12 de janeiro de 2012 a Companhia adquiriu a totalidade das quotas do Universo Professores Associados S/S Ltda., pelo montante de R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil de reais), tendo em vista a exploração de atividades relativas à prestação de serviços educacionais, entre outras.

Sociedades Envolvidas Universo Professores Associados S/S Ltda.

Efeitos na Distribuição do Capital Social Não houve mudanças na distribuição do capital social da Companhia.

Quadro Societário, antes e depois da operação Não houve mudanças na distribuição do nosso capital social.

Aquisição de Sociedades no Piauí

Principais Condições do Negócio Em 09 de janeiro de 2013, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas do capital social do Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda.- CESPI, localizada na cidade de Teresina, Estado de Piauí. Na mesma data, a Companhia também adquiriu a totalidade das quotas do capital social da Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. – SIESPI e de sua subsidiária Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda., pelo montante de R\$ 29.798.000.

Sociedades Envolvidas Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda.
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda.
Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda.

Efeitos na Distribuição do Capital Social Não houve mudanças na distribuição do nosso capital social

Quadro Societário, antes e depois da operação Não houve mudanças na distribuição do nosso capital social

Operações realizadas no exercício social corrente

Reorganização Societária do Grupo Ser Educacional para a Abertura de Capital

Principais Condições do Negócio Em 30 de maio de 2013, foram realizadas as cisões parciais das sociedades (i) ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda. e

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda. nossas subsidiárias; e (ii) ADEA - Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. e ICES - Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda. Os acervos cindidos, basicamente compostos por ativos imobiliários, foram incorporados na Companhia, conforme deliberação em Assembleia Geral Extraordinária realizada em realizada em 28 de junho de 2013.

Em seguida às cisões mencionadas acima, houve a cisão parcial de determinados ativos imobiliários de nossa titularidade e subsequente incorporação do acervo cindido pela sociedade JJ Participações Ltda. Concomitantemente, foram firmados contratos de locação de longo prazo entre a Companhia e a JJ Participações e Projetos Ltda., garantindo à Companhia o direito de uso dos imóveis pelo prazo mínimo de dez anos, prorrogável por igual período a nosso critério exclusivo. O principal objetivo de tal reorganização societária foi a de aumentar a nossa eficiência, permitindo maior foco em sua atividade fim, sem a necessidade de administrar um acervo imobiliário próprio. Por fim, cabe salientar que a nossa posição patrimonial em 30 de junho de 2013 já reflete tal reestruturação. Os valores dos contratos foram determinados com base em laudo de avaliação elaborado por especialistas, sendo firmados por um prazo de 10 anos, prorrogável por igual período, mediante notificação prévio ao locador. Os aluguéis serão corrigidos anualmente, ou na menor periodicidade legalmente permitida, pelo INCC/GV, e a cada triênio, as partes concordam em reavaliar o valor dos aluguéis firmados, baseado em novos laudos de avaliação de especialistas.

O principal motivo desta reorganização societária foi aumentar eficiência da administração e utilização dos ativos imobiliários, especialmente no âmbito financeiro e administrativo, com a centralização em uma única pessoa jurídica.

Sociedades Envolvidas Companhia, Poah One Acquisition Holdings VII, LLC, ABES Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda., CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda., ADEA - Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda., ICES - Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda. e JJ Participações Ltda.

Efeitos na Distribuição do Capital Social Não houve mudanças na distribuição do nosso capital social.

Quadro Societário, antes e depois da operação Não houve mudanças na distribuição do nosso capital social.

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 6 do Formulário de Referência.

6.7 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 6 do Formulário de Referência.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

SUMÁRIO DA COMPANHIA

VISÃO GERAL

Acreditamos ser a maior organização privada no setor de ensino superior nas regiões Nordeste e Norte do Brasil em número de unidades e também em número de alunos, se considerarmos os alunos do PRONATEC. Atualmente, nossa rede é composta de 23 unidades, sendo uma delas um Centro Universitário, todas localizadas no Nordeste e Norte, regiões do País que acreditamos apresentar maior potencial de crescimento em razão de possuírem as menores taxas de penetração do ensino superior. Acreditamos ser ainda a única organização privada no setor de ensino superior presente em todas as capitais do Nordeste. Acreditamos também ser uma das maiores organizações privadas no setor de ensino superior do Brasil em número de alunos matriculados. Em 30 de junho de 2013, contávamos com mais de 76,2 mil alunos matriculados em nossos cursos de graduação, pós-graduação e cursos técnicos de nível médio. Esse número não considera nossos cerca de 35 mil alunos matriculados no PRONATEC. Atualmente, cerca de 113,5 mil alunos estão matriculados em nossas unidades, já considerando os alunos do novo ciclo de matrículas da graduação e pós graduação, bem como os alunos matriculados no PRONATEC. O nosso EAD já foi aprovado pelo MEC, com notas entre 4 e 5 (notas de 1 a 5) no credenciamento em todos os Polos, e foi homologado pelo CNE, aguardando apenas a publicação da portaria autorizativa para o início das operações. Acreditamos que em 2014 poderemos passar a oferecer até 20 mil Vagas Anuais de ensino a distância em 18 diferentes cursos.

Apresentamos expressivo crescimento no número de alunos de graduação e em receita líquida nos últimos anos, tendo em vista que entre 31 de dezembro de 2010 a 30 de junho de 2013, a nossa base de alunos de graduação cresceu a uma taxa composta anual (CAGR) de 41,5%. Adicionalmente, entre 30 de junho de 2012 e 30 de junho de 2013, apresentamos crescimento de 47,3% em nossa base de alunos de graduação. O aumento no número de alunos de graduação refletiu por fim em nossa receita líquida, que cresceu a uma taxa composta anual (CAGR) de 41,6% entre 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2012. Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 e o período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2013, registramos R\$283.285 mil e R\$220.601 mil de receita líquida, respectivamente, representando um crescimento de 54,4 % e 61,9% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 e ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012, respectivamente. Tal crescimento foi obtido com rentabilidade atrativa, sendo que nossa margem EBITDA esteve acima da média da margem das companhias de capital aberto que atuam no nosso mesmo segmento de negócio, não obstante ainda não operemos no segmento de EAD, segmento esse com potencial de geração de margens superiores. Nos períodos de seis meses findo em 30 de junho de 2012 e 2013 nossa margem EBITDA Ajustada foi de 35,1% e 39,0% respectivamente.

Mantemos uma administração financeira focada na rentabilidade e na excelência de nossa gestão, refletida na qualidade de nossos indicadores financeiros, tais como: (i) geração de fluxo de caixa operacional, e (ii) controle de capital de giro. A tabela a seguir demonstra os nossos principais indicadores financeiros e operacionais para os períodos indicados:

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de			%Variação		Período de seis meses findo em 30 de junho de		Variação 12x13
	2010	2011	2012	10x11	11x12	2012	2013	
	(R\$ mil)							
Receita Líquida.....	141.296	183.517	283.285	29,9%	54,4%	136.254	220.601	61,9%
Lucro Bruto.....	90.893	111.701	181.098	22,9%	62,1%	88.123	139.868	58,7%
EBITDA ⁽¹⁾	53.946	56.463	89.858	4,7%	59,1%	50.631	85.492	68,9%
EBITDA Ajustado ⁽²⁾	52.411	54.241	87.637	3,5%	61,6%	47.884	85.976	79,6%
Lucro Líquido.....	35.719	31.552	64.256	-11,7%	103,7%	37.673	68.809	82,6%
Número Final de Alunos Graduação (mil).....	28.079	33.842	48.670	20,5%	43,8%	45.375	66.857	47,3%
Número Final de Alunos Pós-Graduação (mil).....	4.005	5.250	7.279	31,1%	38,6%	6.957	8.476	21,8%
Número Final de Alunos Cursos	854	1.677	738	96,4%	-56,0%	1.641	873	-46,8%

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Técnicos (mil)								
Empréstimos e Financiamento de Curto Prazo	4.703	4.603	38.854	-2,1%	744,1%	7.832	16.783	114,3%
Empréstimos e Financiamento de Longo Prazo	11.443	47.245	42.542	312,9%	-10,0%	46.405	91.598	97,7%
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.403	3.387	17.182	40,9%	407,3%	6.682	61.476	814,0%
Títulos e Valores Mobiliários ..	-	9.175	-	100,0%	-100,0%	5.349	-	-100,0%

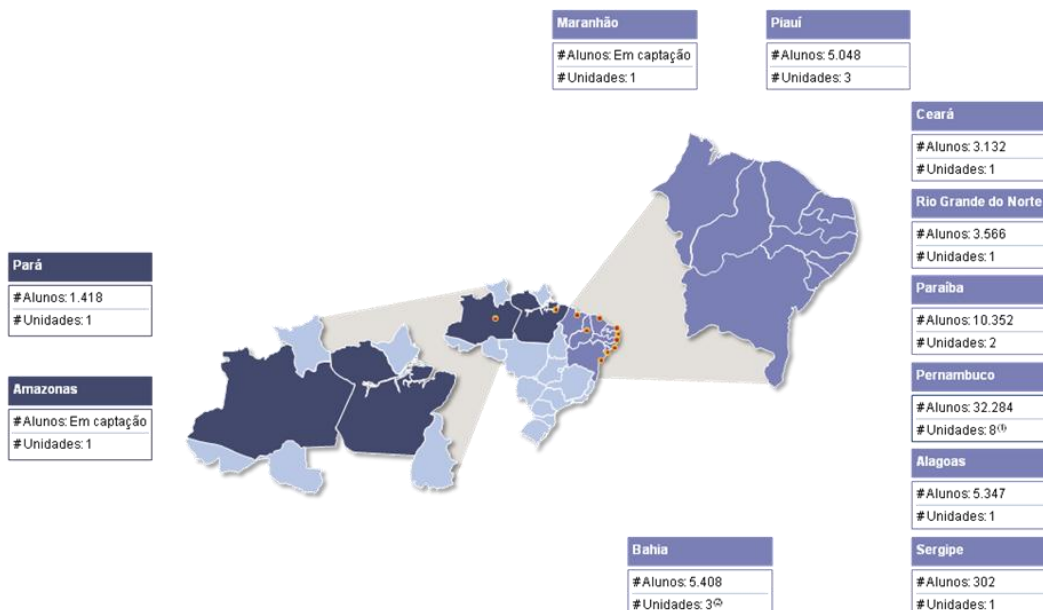
(1) O EBITDA segundo disposições da Instrução CVM nº 527 expedida em 4 de outubro de 2012, que dispõe sobre a forma de divulgação voluntária do EBITDA pelas companhias abertas, pode ser conciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro líquido acrescido do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro, e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Outras companhias podem calcular o EBITDA de maneira diferente de nós.

(2) O EBITDA Ajustado corresponde à soma do EBITDA com (a) resultado financeiro das receitas com multas e juros sobre as mensalidades, (b) custos e despesas não recorrentes, compostos pelos gastos ligados a fusões e aquisições de empresas, os quais não impactariam a geração usual de caixa, e (c) os aluguéis mínimos, compostos pelos contratos de aluguel registrados como arrendamentos financeiros pelo CPC 06, os gastos destes arrendamentos não transitam pelo EBITDA da Companhia, sendo incorporados ao EBITDA Ajustado.

Acreditamos que as nossas regiões de atuação, Nordeste e Norte do Brasil, apresentam características especiais para o desenvolvimento do ensino superior, com oportunidades únicas de crescimento, dentre elas: (i) menor taxa de penetração do ensino superior no Brasil, sendo de 10,6% no Nordeste e 10,4% no Norte, em comparação com uma média nacional de 14,6% (Taxa de Penetração Líquida), segundo o IBGE/Pnad; (ii) crescimento econômico acima da média nacional, sendo que entre os anos de 2004 e 2010, últimos dados disponíveis pelo IBGE, o PIB da região Nordeste cresceu 5,2% e o do Norte 5,6%, em comparação a uma média de 4,0% do restante do País no mesmo período; e (iii) mercado altamente fragmentado, com poucos grupos consolidadores presentes na região. Adicionalmente, o setor de ensino superior no Brasil continua a oferecer um grande potencial de crescimento, especialmente por conta dos (i) programas de incentivo do governo brasileiro como o FIES e o PROUNI, com crescente disponibilidade de crédito para a educação nos níveis federal, estadual e municipal; (ii) criação do PRONATEC, programa do governo federal que pagará integralmente bolsas de estudo para cursos técnicos oferecidos por instituições de ensino superior e oferecerá FIES para cursos técnicos. Atualmente, temos matriculados neste programa cerca de 35 mil alunos, que somados aos alunos de graduação e pós-graduação, totalizam aproximadamente 113,5 mil alunos; (iii) aumento do poder aquisitivo da população, devido ao aumento da oferta de empregos e da população economicamente ativa; (iv) alta demanda do mercado de trabalho por mão de obra qualificada; e (v) baixa penetração do ensino superior, que segundo dados da UNESCO, de 2012, eram de 34%.

Estudos da empresa de consultoria em educação Hoper realizado em 2013, em sua “Análise Setorial do Ensino Superior do Brasil de 2013”, afirmam que a localização do campus é o principal atrativo de uma instituição de ensino para um potencial aluno do ensino superior, considerando o nosso público-alvo. Nesse sentido, procuramos estar perto de nosso público-alvo. Assim, nossas unidades de ensino são localizadas nas principais regiões metropolitanas do Nordeste e Norte do Brasil, em localidades que contam com alta demanda por ensino superior e que oferecem infraestrutura urbana adequada para atender nossos alunos, gerando uma maior percepção de valor ao nosso público-alvo. O mapa a seguir indica a localização das nossas unidades e o número de alunos de graduação universitária em cada Estado em 30 de junho de 2013:

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas



Especificamente em relação ao nosso segmento de atuação, acreditamos que ele apresenta grande potencial de crescimento, em decorrência do atual estágio de desenvolvimento do mercado de educação no País, com um marco regulatório favorável para as empresas privadas do setor e da necessidade dos jovens nessa faixa etária alvo, de 18 a 26 anos, de adquirir novas competências para se posicionarem em um mercado de trabalho cada vez mais especializado e competitivo. O perfil de nosso aluno é bastante diversificado, sendo, em sua maioria, jovens trabalhadores com média de idade entre 21 e 26 anos e de classes média e média-baixa. Em 2010, 2011, 2012 e no primeiro semestre de 2013, nosso ticket médio de graduação por mês foi de R\$424,95, R\$455,57, R\$502,61 e R\$558,99, respectivamente. Em 30 de junho de 2013, 39,4% de nossos alunos de graduação tinham financiamento FIES.

Atualmente, oferecemos 84 cursos de graduação nas áreas de ciências exatas, ciências biológicas e ciências humanas, em graduação tradicional (bacharelados ou licenciaturas) além de cursos tecnológicos de curta duração. Adicionalmente, oferecemos dezenas de cursos de pós-graduação *lato sensu*, além de diversos cursos de extensão, que entendemos ter qualidade diferenciada e preços competitivos, visando à formação profissional de nossos alunos e sua empregabilidade.

Com o objetivo de melhorar os nossos processos, controles e governança, criamos em 2007 um Conselho de Administração e, em outubro de 2008, com a entrada do fundo de investimento Cartesian Capital Group como nosso sócio, iniciamos um processo de importantes mudanças em nosso modelo de negócio e em nossa estrutura organizacional, visando um crescimento sustentável, sempre com foco em qualidade de ensino aliado à rentabilidade. Tal processo foi baseado na implantação de melhores práticas de governança corporativa, na redefinição dos papéis das lideranças gerenciais e na construção de um modelo de gestão orientado por resultados, buscando maior produtividade e agilidade. Por fim, atrelamos o desempenho de nossos principais gestores a indicadores individuais, claramente definidos, monitorados periodicamente e focados na qualidade dos serviços prestados, satisfação dos alunos e rentabilidade. Estamos ainda aprimorando o sistema de remuneração variável dos nossos principais coordenadores, gerentes e diretores, de modo a fortalecer o alinhamento dos interesses deles com os nossos interesses no longo prazo.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

NOSSAS VANTAGENS COMPETITIVAS

Acreditamos que estamos bem posicionados para competir no mercado do ensino superior brasileiro, em especial nas regiões Nordeste e Norte, como consequência dos seguintes principais fatores:

Posicionamento diferenciado em regiões com alto potencial de crescimento.

Acreditamos ser a maior organização privada no setor de ensino superior com atuação no Nordeste em termos de unidades, com 21 unidades distribuídas por toda a região, e temos uma plataforma de negócios já preparada para crescer na região Norte, com duas unidades já instaladas em duas capitais, totalizando 23 unidades no Nordeste e Norte, sendo uma delas um Centro Universitário. Acreditamos que somos a companhia mais capilarizada do setor nas regiões Nordeste e Norte, com unidades já presentes em 11 capitais dessas regiões, e também a instituição de ensino superior com o maior número de vagas aprovadas pelo MEC nessas regiões, sendo atualmente aproximadamente 73,4 mil Vagas Anuais. As regiões Nordeste e Norte são as que mais crescem em termos de matrículas de alunos de graduação do ensino superior no Brasil. Entre os anos de 2001 e 2010, o número de matrículas cresceu 129% no Nordeste e 148% no Norte, em comparação com um crescimento de 48%, 70% e 90% nas regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste, respectivamente, de acordo com estudos realizados pela Hoper em 2013, em sua “Análise Setorial do Ensino Superior do Brasil de 2013”. Tais regiões apresentam ainda as menores taxas do País em penetração líquida de alunos do ensino superior, atualmente de 10,6% na região Nordeste e 10,4% na região Norte, em comparação com a média nacional de 14,6%, de acordo com o IBGE/Pnad. Por fim, tais regiões apresentam uma vantagem adicional para nós em relação ao restante do País, uma vez que, aluguéis, serviços e materiais tendem a ter um custo mais baixo do que nas regiões Sul e Sudeste. Portanto, entendemos estar bem posicionados para aproveitar o potencial de crescimento das regiões.

Proposta de alto valor agregado.

Acreditamos que os potenciais alunos selecionam sua instituição de ensino superior baseados em uma combinação de quatro principais fatores: (i) localização de unidades; (ii) reconhecimento da marca e da instituição como uma referência no ensino; (iii) qualidade e custo benefício dos cursos oferecidos; e (iv) infraestrutura oferecida pela instituição. Erguemo-nos baseados nesses pilares e entendemos oferecer a combinação adequada de tais características, o que representa alto grau de atratividade de nossas unidades de ensino para tais potenciais alunos:

Localização privilegiada e de fácil acesso aos alunos. Fator primordial para a escolha da instituição de ensino pelos nossos potenciais alunos, nossas unidades estão estrategicamente localizadas nas principais capitais e regiões metropolitanas das regiões Nordeste e Norte, geralmente próximos aos respectivos locais de trabalho ou de residência de nosso público-alvo, bem como em regiões de fácil acesso e com infraestrutura local conveniente para o aluno. Acreditamos que a combinação de tais fatores gere impacto relevante na percepção de valor oferecida ao aluno. Dada a importância da localização das unidades para o sucesso de uma companhia do setor de educação, se necessário, investiremos na aquisição de imóveis para o nosso crescimento com a instalação de novas unidades de ensino. Entendemos ainda que nossas unidades serão um fator decisivo no crescimento e expansão de nosso EAD, já que poderão servir também como Polos para tal serviço, uma vez que mesmo no EAD os alunos devem periodicamente comparecer presencialmente às unidades de ensino.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Marcas fortes com bom nível de “recall” no Nordeste. Nossa marca “Maurício de Nassau” é fortemente lembrada no setor de educação superior nas regiões Nordeste e Norte, sendo a marca mais citada do ensino superior em Pernambuco e uma das mais reconhecidas nos demais estados, e que acreditamos estar associada à educação de qualidade. No setor de educação superior, segundo pesquisas realizadas pelo (i) Jornal do Comércio de Pernambuco de 2009 a 2012, conforme publicação de 12 de dezembro de 2012, a nossa marca é a primeira mais lembrada em Recife; (ii) Jornal Correio da Paraíba conforme publicação de 17 de julho de 2012, é a segunda mais lembrada em Campina Grande e João Pessoa conforme o site http://issuu.com/topofmindpb/docs/top_2012; e, (iii) tem a preferência dos entrevistados quando questionados em qual instituição desejam estudar, segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau realizada em 30 e 31 de janeiro de 2012 em Maceió, Alagoas, além de ocupar a segunda colocação entre as instituições que mais interessam a quem pretende realizar um curso superior, conforme pesquisa realizada em 18 e 19 de março de 2013 em Natal, Rio Grande do Norte. De acordo com estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau, em Salvador, Bahia, ao serem perguntados em que faculdade gostariam de estudar, a Maurício de Nassau foi a quarta faculdade mais lembrada. Adicionalmente, a marca “Joaquim Nabuco” é uma das marcas mais lembradas na região metropolitana de Recife, de acordo com o Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau em pesquisa realizada em abril de 2013. Tal posicionamento de marca fortalece a demanda por nossos cursos, contribui para nossos esforços de marketing e influencia nossa capacidade de atração e retenção de bons profissionais nas regiões em que atuamos. Por fim, acreditamos que nossa marca “Maurício de Nassau” exercerá um papel importante no sucesso de nosso EAD, uma vez que sua reputação e reconhecimento nos ajudarão a rapidamente atrair novos alunos assim que tal serviço for disponibilizado.

Qualidade com custo-benefício atrativo: Desenvolvemos uma estrutura que nos tem permitido oferecer aos alunos ensino de qualidade a um preço mais competitivo em relação ao praticado por nossos principais concorrentes. Nossos cursos, corpo docente e instalações têm sido avaliados positivamente de forma consistente pelo MEC e por nossos alunos. Nossos serviços educacionais de graduação e pós-graduação, bem como o nosso corpo docente, discente e as instalações físicas são historicamente avaliados de forma positiva pelo MEC, sendo que todas as avaliações realizadas obtiveram notas iguais ou superiores a 3 e 100% das nossas faculdades obtiveram um IGC maior ou igual a 3 até a última publicação em 2012 (notas de 1 a 5). Acreditamos que tal resultado é reflexo de nosso esforço constante para melhorar a qualidade do ensino ministrado e a infraestrutura oferecida em nossos diversos cursos. Temos uma área de auditoria acadêmica com capacidade de normatizar e controlar nossas atividades acadêmicas, permitindo auditorias e controles de qualidade em todos os nossos processos. Acreditamos que o nosso padrão de ensino, com mais de 58% dos professores com titulação em mestrado ou doutorado, é também um atrativo para potenciais alunos. Nossos preços de mensalidade são geralmente mais baixos que os de nossos concorrentes diretos nos mercados em que atuamos. Isso é possível, pois, ao aperfeiçoarmos o desenvolvimento acadêmico, o treinamento de nosso corpo docente e as funções gerenciais e administrativas de controle em nossa sede, somos capazes de reduzir a estrutura administrativa e de gestão em cada uma de nossas unidades, nos permitindo cobrar mensalidades acessíveis e manter a prestação de serviços educacionais de qualidade aos nossos alunos. Por fim, o foco em empregabilidade, com ensino desenvolvido para atender às necessidades dos empregadores, tornou ainda possível obtermos um nível de satisfação de nossos alunos, acima de 90% de acordo com a nossa avaliação institucional realizada pelo Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau no primeiro semestre de 2013, sendo que 77% dos nossos atuais alunos já estão empregados ou estagiando.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Infraestrutura e uso intensivo de tecnologia. Temos uma infraestrutura de tecnologia já preparada para suportar o nosso crescimento futuro. Estruturamos uma plataforma digital para o desempenho das atividades acadêmicas dos alunos e professores, por meio de um Portal Acadêmico, por meio do qual lhes é possível fazer o acompanhamento de sua vida acadêmica, com acessos a diversas informações como o diário eletrônico de classe, a prova colegiada, seus acordos financeiros conosco, seus requerimentos online, sua renovação de matrícula, dentre outros. A partir da implementação do diário eletrônico em 2009, passamos a ter um sistema de controle que permite ao gestor controlar o cumprimento dos planos de ensino, faltas de alunos e professores, realizações de chamadas, postagem de materiais complementares, dentre outros tipos de relatórios. Já a “Prova Colegiada”, que realizamos desde 2010, nos permite avaliar o desempenho de alunos e professores, demonstrando por meio de relatórios que permitem a comparação de desempenho entre nossas unidades e possibilita a verificação de forma quantitativa o resultado do aprendizado dos conteúdos que estão inseridos nos planos de ensino das disciplinas. Utilizamos ainda uma solução de ERP integrada em todos os seus módulos, que possibilita um fluxo de informações únicas, contínuas e consistentes para todas as unidades, o que viabiliza o planejamento de nossos recursos empresariais, com a integração das nossas diferentes funções, facilitando assim as decisões que nossa administração deve realizar e fazendo com que os processos de trabalho sejam padronizados e tenham monitoramento em tempo real. Por fim, ao investirmos em tecnologia, conseguimos replicar nossos cursos com custos marginais mais baixos, diluindo o custo por matrícula adicional.

Crescimento Robusto com Rentabilidade.

Nos últimos cinco anos, apresentamos uma forte expansão de nossas atividades, com foco principalmente em nosso crescimento orgânico. Em 2009, tínhamos aprovação do MEC para oferecermos 21.345 Vagas Anuais, comparadas com as 72.111 Vagas Anuais em 30 de junho de 2013, o que representa um crescimento médio anual de 41,9%. Esperamos que no segundo semestre do ano de 2013 sejam aprovadas pelo MEC aproximadamente outras oito mil novas Vagas Anuais para alunos do ensino superior, sendo que em 2013, dos 100 pedidos de credenciamento de novas faculdades no Nordeste realizados por todas as instituições de ensino do País, 10% foi solicitado por nós. Acreditamos que os nossos novos credenciamentos nos proporcionarão um crescimento sustentado e resiliente ao longo dos próximos anos. Possuímos ainda 35 cursos em fase final de aprovação pelo MEC, os quais esperamos poder ofertar a partir de 2014. Fomos e acreditamos que continuaremos a ser capazes de crescer mantendo nossos níveis atuais de rentabilidade, com margem EBITDA acima ou em linha com as melhores performances das companhias do setor que são de capital aberto e sem comprometer nosso EBITDA Ajustado por aluno, que leva em conta o número de alunos no final do respectivo período para o qual o EBITDA Ajustado é calculado e em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$1.546 mil. Nesse sentido, entre os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2012, nossa receita líquida cresceu 41,6% ao ano, sendo que no mesmo período o EBITDA Ajustado cresceu 29,3% ao ano. Por fim, acreditamos ainda que ao agregarmos à nossa operação o EAD, poderemos melhorar tais níveis de rentabilidade, uma vez que no ensino a distância o custo marginal para cada novo aluno é menor.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Alta escalabilidade, replicabilidade e padronização de operações.

O nosso ritmo acelerado de crescimento com a manutenção de níveis de rentabilidade só foi possível dado o nosso modelo de negócios padronizado e escalável, além de nossa experiência em integrar companhias adquiridas, sendo que entre 2006 e 2013 adquirimos e integramos quinze instituições em média após cinco meses, tais companhias adquiridas já estavam com todos os sistemas integrados e matrizes curriculares adaptadas ao nosso modelo, com exceção de duas delas que ainda estamos realizando tal processo de integração. Nossa eficiência operacional, adquirida por meio da implementação de instrumentos de controle pioneiros no setor, como a gestão eficiente de salas de aula, padronização de nossos processos e do plano pedagógico, com o uso intensivo de tecnologia, nos permite ser capazes de agregar novas unidades, cursos e alunos em pouco tempo e de maneira eficiente, sem comprometer nossa rentabilidade. Nosso projeto pedagógico unificado nos permite controlar de forma mais eficiente a qualidade e a consistência do ensino oferecido, disseminar as melhores práticas pedagógicas e oferecer um conteúdo educacional uniforme e melhor por toda a nossa rede de ensino. Nossas atividades administrativas centralizadas em nosso CSC (centro de serviços compartilhados) nos permitem eficiência na implementação do plano de expansão de unidades mediante a replicação de nosso modelo de negócio em novas localidades, gerando ganhos de escala. Esse modelo contribuiu para aumentar os níveis de qualidade e eficiência de nossos processos internos, viabilizando ganhos de escala, aptos a suportar nosso crescimento com um custo incremental reduzido. Com tal estrutura, acreditamos ter condições de expandir nossas operações de forma orgânica e por meio de aquisições, gerando importantes ganhos de eficiência a partir de nosso modelo de negócio escalável, capaz de absorver um número maior de unidades e alunos a um custo incremental reduzido por cada novo aluno.

Administração profissionalizada e práticas de governança corporativas consolidadas.

Desde a nossa fundação, temos por foco adotar uma filosofia empresarial em nossas operações. Nossa Administração é composta de administradores profissionais com significativa experiência no setor de educação, particularmente no ensino superior, com uma visão de negócios delineada por metas claras e definidas, larga experiência na abertura de novas unidades, autorização de novos cursos e aquisição de outras companhias, favorecendo um processo ágil de tomada de decisões. A maioria de nossos executivos seniores possui em média mais de dez anos de experiência no setor e mais de seis anos de carreira atuando conosco. Além disso, entendemos que parcerias estratégicas, que agreguem conhecimento e experiências complementares às nossas, adicionam grande valor aos nossos negócios. Nessa linha, em outubro de 2008, o fundo de investimento Cartesian Capital Group adquiriu uma participação de aproximadamente 11,3% de nosso capital. Como parte de sua influência e atuação no nosso Conselho de Administração, o Cartesian nos auxiliou (i) no aprimoramento de nossa gestão financeira, que é um instrumento importante em nossa estratégia para manter nossa solidez e disciplina financeira; e (ii) na consolidação de melhores práticas de governança corporativa, como, por exemplo, a profissionalização de nosso Conselho de Administração, com a contratação de membros independentes desde 2008.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

NOSSA ESTRATÉGIA

Nossa estratégia de geração de valor será executada com a manutenção de nossa atual plataforma de crescimento e também por meio de outras estratégias abaixo elencadas:

Expansão via ensino a distância (EAD).

Pretendemos lançar nosso segmento de ensino a distância, por meio do lançamento de 18 cursos de graduação e pós-graduação, e oferecer até 20 mil Vagas Anuais em seu primeiro ano de existência, previsto para 2014. A tecnologia que utilizaremos para oferecer os nossos cursos EAD já está instalada e vem sendo aprimorada por nós desde 2007, por meio do oferecimento de cursos e atividades de estudos dirigidos a distância para os alunos presenciais. Ainda, parte de nossos cursos presenciais já está oferecendo a modalidade EAD para seus alunos em até 20% da carga horária total para cerca de 9 mil alunos, de acordo com os limites estabelecidos pelo MEC. Tais fatos exemplificam a nossa já existente experiência operacional e tecnológica com o segmento de ensino a distância. O EAD tende a nos agregar uma rentabilidade ainda maior, uma vez que o seu custo marginal para novos alunos é baixo e suas despesas operacionais serão diluídas pelas despesas da operação presencial. O segmento de EAD no Brasil apresenta forte tendência de crescimento, dada sua atratividade de preço e maior conveniência de locomoção, podendo atrair alunos com menor poder aquisitivo e que vivem em cidades afastadas dos maiores centros urbanos. O nosso EAD já foi aprovado pelo MEC, com notas 4 e 5 no credenciamento e em todos os Polos (notas de 1 a 5), e homologado pelo CNE e estamos apenas aguardando a publicação da portaria autorizativa. Acreditamos poder iniciar a operação de nosso EAD em 2014, uma vez que já temos Polos aprovados em nossas unidades em seis estados do Nordeste e Norte. A entrada nesse novo segmento possibilitará, além da diluição de custos com instalações e corpo docente, a entrada em um novo mercado ainda não explorado por nós. Acreditamos que o reconhecimento das marcas “UNINASSAU” e “Mauricio de Nassau” dará sustentabilidade e força ao crescimento de nosso EAD.

Crescimento orgânico com foco contínuo nas regiões Nordeste e Norte. Após a nossa Oferta Pública Inicial de Ações, pretendemos acelerar nosso crescimento principalmente por meio das seguintes iniciativas:

Disponibilização de vagas já aprovadas e aprovação de novos cursos. Atualmente temos 74.626 Vagas Anuais para alunos de ensino superior presencial já aprovadas pelo MEC. Se multiplicarmos 72,1 mil por 4 anos, média da maioria dos nossos cursos de graduação, apenas com as Vagas Anuais que já temos, temos potencial para oferecer cerca de 288,4 mil vagas ao longo dos próximos 4 anos.

Com os recursos oriundos desta Oferta Pública Inicial de Ações, acreditamos ser possível disponibilizar tais vagas em um curto espaço de tempo, o que nos permitiria aumentar consideravelmente nossa base de alunos atual, que, atualmente, conta com cerca de 113,8 mil alunos matriculados em nossas unidades, já considerando os alunos do novo ciclo de matrículas da graduação e pós graduação, bem como os alunos matriculados no PRONATEC. Além disso, acreditamos ser uma das companhias mais diligentes no processo de aprovação de cursos perante o MEC, sendo que temos 271 cursos tramitando no MEC, com 35 deles em fase final de aprovação, que esperamos ofertá-los a partir de 2014. Adicionalmente, pretendemos credenciar novos cursos nas nossas unidades que oferecem oportunidade de crescimento, focando nos cursos mais rentáveis e com maior demanda em cada região.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Credenciamentos de novas unidades e investimentos em unidades já existentes. O credenciamento de novas unidades de ensino perante o MEC leva em média 30 meses. A partir de nossos estudos e inteligência de mercado e da experiência de nossa Administração em abrir novas unidades, identificamos oportunidades de abertura de novas unidades em localidades com demanda ainda não atendida pelas instituições de ensino locais. Temos atualmente dez novos processos de credenciamentos solicitados perante o MEC, com cinco novos cursos cada, e pretendemos protocolar outros dez até o final de 2013. Tais novas unidades serão estrategicamente localizadas para manter os atuais níveis de atratividade percebidos por nossos alunos. Adicionalmente, algumas de nossas unidades atualmente que são de menor porte e serão expandidas, de forma a nos beneficiarmos do credenciamento já obtidos com tais unidades. Adicionalmente, iremos aumentar o número de vagas disponíveis em tais unidades, permitindo um crescimento orgânico com baixa necessidade de investimentos adicionais. Ademais várias unidades como São Luís, Manaus, Belém, Aracaju, Fortaleza, Paulista, Teresina e Parnaíba estão em fase inicial da operação e a inclusão de novos cursos e novas turmas a cada ano até o seu amadurecimento representará um crescimento significativo no número total de matrículas. Para isso pretendemos investir no desenvolvimento de novas e mais modernas unidades.

Credenciamento de outras unidades do grupo como Centros Universitários: Centros Universitários oferecem maior autonomia para a criação de novos cursos e o aumento de novas vagas, potencialmente permitindo a aceleração de nosso crescimento orgânico. Nesse sentido, pretendemos credenciar e transformar algumas de nossas faculdades em Centros Universitários, a fim de ampliar tal autonomia já obtida com nosso Centro Universitário localizado em Recife. Atualmente já estão tramitando perante o MEC, os processos de transformação em Centros Universitários, as unidades de Maceió e Salvador.

Ampliação dos cursos técnicos: A oferta dos cursos técnicos poderá ter um impacto significativo no crescimento da nossa empresa através do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego). Das 239.792 vagas oferecidas no Brasil até agosto de 2013 conforme o site do MEC, 42.800 foram oferecidas pelo Grupo Ser Educacional em 34 cursos e, atualmente temos cerca de 35 mil alunos matriculados, com início das aulas previsto para outubro de 2013.

Aumento da pós-graduação: Aumentar a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* em todas as cidades onde mantemos unidades.

Fortalecimento de nossas campanhas de marketing para captação de novos alunos. Continuaremos a investir na captação de novos alunos por meio de programas de *marketing* e por nossa força de vendas estruturada, que trabalha em coordenação com nossas unidades e no contato direto com nosso público-alvo, além de utilizar iniciativas específicas e em programas com empresas, órgãos públicos e escolas, feiras universitárias e outros eventos importantes para a prospecção de alunos em potencial.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Busca contínua de ganhos de eficiência e rentabilidade.

Com investimento contínuo na inovação do nosso modelo de ensino, continuaremos a desenvolver e oferecer ensino universitário e técnico de qualidade, com cursos constantemente atualizados em linha com as necessidades e perfis de nossos alunos e do mercado, ministrados por um corpo docente altamente capacitado, com modernas metodologias e ferramentas pedagógicas e com instalações adequadas e convenientemente localizadas. Sabemos que além de obter uma educação de primeira linha, com foco no encaminhamento ao mercado de trabalho, nosso aluno também valoriza um atendimento e serviço de alto padrão. Assim, investiremos de modo relevante e contínuo em infraestrutura, em especial infraestrutura digital, buscando melhorar a “experiência” do aluno em nossas unidades. Além disso, esperamos continuar a melhorar a nossa eficiência operacional, com (i) uma gestão inteligente do portfólio de cursos oferecidos, com a escolha de cursos com alta demanda e com alto potencial de rentabilidade; (ii) criação de turmas com números mínimos de alunos; e (iii) cruzamento de grades curriculares. Reavaliamos regularmente o portfólio de cursos que oferecemos em nossas unidades com base em pesquisas de mercado, no desenvolvimento econômico de cada região em que atuamos e nas ofertas de nossos concorrentes. Nossa equipe acadêmica centralizada também está atenta para desenvolver novos projetos de cursos, além daqueles que atualmente oferecemos, quando existe demanda.

Aquisições e consolidação do setor.

Pretendemos continuar e acelerar de forma seletiva nossa atual política de expansão por meio de aquisições, mantendo nossa disciplina na seleção das empresas alvo, definindo locais para novas unidades ou adquirindo unidades existentes e aplicando nosso modelo de negócios padronizado a essas unidades. Adotamos critérios rígidos na abertura e aquisição de novas unidades, inclusive a adequação do local e das instalações, conveniência para nossos alunos e ambiente competitivo local. Tais critérios são verificados por meio de uma extensiva análise de mercado que leva em consideração variáveis tais como tamanho do mercado-alvo, ambiente competitivo, taxa de penetração de educação superior, poder de compra dos alunos em potencial e estratificação do nível de renda. Atualmente, temos identificadas mais de 40 cidades potenciais nas regiões Nordeste e Norte com condições atraentes para a implementação do nosso modelo educacional. Em geral, dada a estrutura do mercado de educação superior nas regiões Nordeste e Norte, no qual a maioria dos possíveis alvos para aquisições são pequenas e médias faculdades, centros-universitários e universidades, realizamos pesquisas de mercado para a implantação de novos cursos que atendam à demanda em tais unidades adquiridas.

Investimento contínuo em tecnologia

Pretendemos continuar a investir em tecnologia, para uma melhoria contínua da qualidade no ensino e no relacionamento com nossos alunos e professores. Ao continuar a investir em tecnologia, acreditamos que aumentaremos nossa eficiência operacional, com a redução de custos e aumento da comodidade para nossos administradores e alunos. O investimento em novas tecnologias nos permitirá ainda flexibilizar a nossa oferta de produtos, proporcionando ainda mais ganhos no controle de qualidade de ensino e redução de custos em nossas unidades. Por fim, realizaremos ainda investimentos expressivos com o objetivo de suportar o nosso crescimento esperado, disponibilizando uma adequada infraestrutura de tecnologia para nossos alunos, professores e área administrativa.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Reestruturação Societária

Em 30 de maio de 2013, nossas subsidiárias ABES – Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda., CENESUP – Centro Nacional de Ensino Superior Ltda., ADEA – Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. e ICES – Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda. foram cindidas, com seus acervos no valor contábil total de R\$51.475 mil, compostos por ativos imobiliários, incorporados à nós. Tal cisão teve por objetivo centralizar todos os ativos imobiliários do grupo na Companhia. A incorporação desses ativos, por sua vez, não resultou em qualquer aumento patrimonial, mas em mera substituição contábil de “investimento” pelos ativos e passivos que compunham os acervos líquidos.

Em seguida às cisões acima mencionadas, em 28 de junho de 2013, foi aprovada a cisão parcial da Companhia, com a transferência de determinados ativos imobiliários, entre outros, duas aeronaves e os imóveis das unidades de Recife, Salvador, João Pessoa, Maceió e Campina Grande, e passivos correspondentes representando uma redução do capital social da Companhia no montante líquido de R\$125.704 mil, com tais valores transferidos para a JJ Participações e Projetos Ltda., empresa sob controle do Acionista Controlador. Concomitantemente à cisão, foram firmados contratos de locação de longo prazo entre a Companhia e a JJ Participações e Projetos Ltda., garantindo à Companhia o direito de uso dos imóveis pelo prazo mínimo de dez anos, prorrogável por igual período a critério exclusivo da Companhia. O principal objetivo de tal reorganização societária foi a de aumentar a eficiência da Companhia, permitindo maior foco em sua atividade fim, sem a necessidade de administrar um acervo imobiliário próprio. Por fim, cabe salientar que a posição patrimonial da Companhia em 30 de junho de 2013 já reflete tal reestruturação.

Os valores dos contratos foram determinados com base em laudo de avaliação elaborado por especialistas. Os contratos foram firmados por prazo de 10 anos, prorrogável por igual período, mediante notificação prévia ao locador. Os aluguéis serão corrigidos anualmente, ou na menor periodicidade legalmente permitida, pelo INCC/FGV, e a cada triênio, as partes concordam em renegociar o valor dos aluguéis firmados. Se as partes não conseguem chegar a um acordo sobre o novo preço, o aluguel será baseado em novos laudos de avaliação de especialistas.

Neste sentido, levando-se em consideração o atual modelo operacional da Companhia, estima-se que os impactos da cisão e transferência dos imóveis ao acionista controlador nas despesas e custos serão de (i) R\$ 858 mil por mês, totalizando R\$ 5.151 mil no segundo semestre de 2013, e, (ii) de R\$1.423 mil por mês, ou R\$ 17,076 mil para todo o exercício social de 2014, sendo relacionados ao pagamento de aluguéis de imóveis que antes eram de propriedade da Companhia e passaram a ser de propriedade de sociedades controladas pelo Acionista Controlador. Em consequência disso, a análise das demonstrações financeiras feitas na seção 10 do Formulário de Referência, pode não ser indicativa dos resultados e lucros futuros da Companhia, porém, acreditamos que tais novos custos não impactarão de forma relevante a rentabilidade e margem EBITDA da Companhia.

Adicionalmente, vale ressaltar que estamos expostos a conflitos de interesses, visto que a administração de tais imóveis pode ser conflitante com os nossos interesses, do nosso acionista controlador e dos nossos investidores. Para maiores informações ver o fator de risco “Parte dos imóveis por nós ocupados são de titularidade de sociedade pertencente ao nosso acionista controlador. Assim, estamos expostos a conflitos de interesses, visto que a administração de tais imóveis pode ser conflitante com os nossos interesses, do nosso acionista controlador e dos nossos investidores.” no Item 4.1 do Formulário de Referência da Companhia.

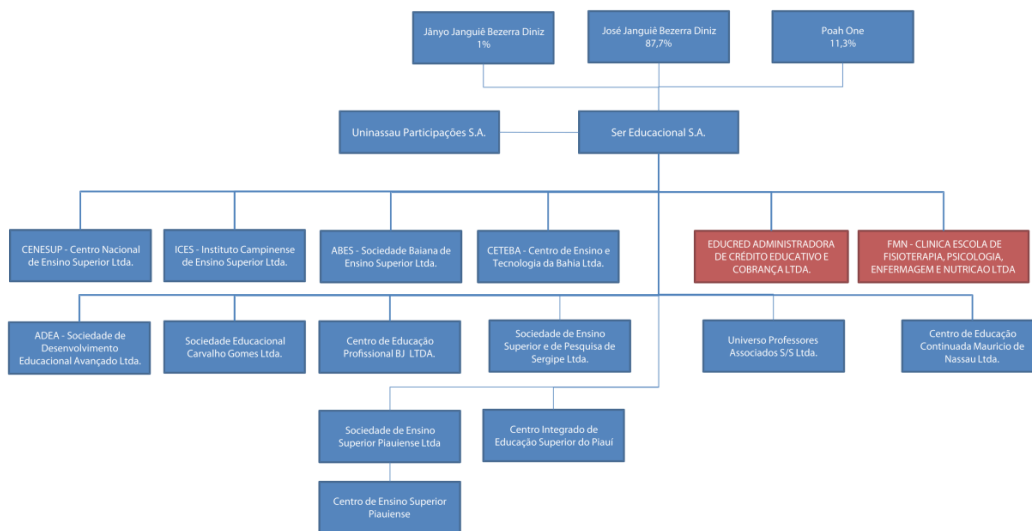
Para maiores informações sobre os contratos de locação firmados no âmbito desta reestruturação, ver Seção 16. Transações com Partes Relacionadas, do Formulário de Referência da Companhia.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Nossa estrutura societária atual segue demonstrada no organograma abaixo:

Grupo Ser Educacional
Organograma Societário



Nota:

A Uninassau Participações S.A. possui 0,01% das quotas de todas as empresas do qual a Ser Educacional S.A. detém participação, e o Dr. José Janguê Bezerra Diniz possui uma ação da Companhia.

Para mais informações sobre a atual composição do nosso capital social, veja as Seções 8, 15 e 17 do Formulário de Referência que tratam, respectivamente, de nossa “Estrutura Societária”, do nosso “Grupo Econômico”, “Controle” e “Capital Social”.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a. produtos e serviços comercializados

Prestamos serviços educacionais, tendo como atividades preponderantes o desenvolvimento e administração de atividades nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e outras áreas relacionadas à educação nas regiões Nordeste e Norte do Brasil. Nesse sentido, auferimos receita por meio da prestação de tais serviços, com a consequente cobrança de matrículas e mensalidades de nossos alunos.

Em 30 de junho de 2013, nossa Companhia contava com 76.206 alunos matriculados na modalidade presencial, em cursos de graduação universitária, pós-graduação universitária e cursos profissionalizantes, incluindo 3.517 alunos de pós-graduação em parceria com instituições ou órgãos de classe. Esse número não considera nossos 35 mil alunos matriculados no PRONATEC, sendo que em setembro de 2013 cerca de 113,5 mil alunos estavam matriculados em nossas unidades, já considerando os alunos do novo ciclo de matrículas da graduação e pós graduação, bem como os alunos matriculados no PRONATEC.

Graduação Universitária

Em 30 de junho de 2013, possuíamos 307 cursos de graduação universitária presencial autorizados pelo Ministério da Educação (bacharelados e cursos superiores de tecnologia).

As tabelas abaixo demonstram:

A distribuição dos alunos de graduação universitária com relação às respectivas áreas dos cursos:

Cursos	Número de Alunos							
	6M13	%	2012	%	2011	%	2010	%
Ciências Biológicas e da Saúde.....	19.914	29,79	12.862	26,43	7.017	20,73	5.374	19,14
Ciências Humanas/Sociais	33.310	49,82	25.262	51,90	21.254	62,80	18.863	67,18
Engenharias/ Ciências Exatas	7.208	10,78	5.359	11,01	2.854	8,43	1.932	6,88
Tecnólogos.....	6.425	9,61	5.187	10,66	2.717	8,03	1.910	6,80
Total.....	66.857	100,00	48.670	100,00	33.842	100,00	28.079	100,00

A duração média dos cursos de graduação universitária com relação às respectivas áreas

Cursos	Duração Média em Anos
Ciências Humanas/Sociais	4,06
Engenharias/ Ciências Exatas	3,59
Ciências Biológicas e da Saúde.....	4,64
Tecnólogos.....	2,21
Média Total.....	3,54

Pós-Graduação Universitária

Em 30 de junho de 2013, possuíamos também 96 cursos de pós-graduação universitária *latu sensu*.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

As tabelas abaixo demonstram:

A distribuição dos alunos de pós-graduação universitária com relação às respectivas áreas dos cursos:

Cursos	Número de Alunos (Considerando apenas alunos próprios)							
	6M13	%	2012	%	2011	%	2010	%
Ciências Humanas/Sociais	4.147	83,63	3.823	82,02	2592	75,09	2133	89,25
Engenharias/ Ciências Exatas	230	4,64	233	5,00	167	4,84	0	0,00
Ciências Biológicas e da Saúde.....	582	11,74	605	12,98	693	20,08	257	10,75
Total.....	4.959⁽¹⁾	100,00	4.661	100,00	3.452	100	2.390	100,00%

(1) Adicionalmente, a Companhia possuía em 30 de junho de 2013 3.517 alunos de pós-graduação em parceria com instituições ou órgãos de classe.

A duração média dos cursos de pós-graduação universitária com relação às respectivas áreas:

Cursos	Duração Média em Meses
Ciências Humanas/Sociais	18
Engenharias/ Ciências Exatas	24
Ciências Biológicas e da Saúde.....	22
Média Total.....	21,3

Cursos Profissionalizantes

Em 30 de junho de 2013, possuíamos 44 cursos profissionalizantes.

As tabelas abaixo demonstram:

A distribuição dos alunos de cursos profissionalizantes com relação às respectivas áreas dos cursos:

Cursos	Número de Alunos (Considerando apenas alunos próprios)							
	6M13	%	2012	%	2011	%	2010	%
Ciências Humanas/Sociais	260	29,78	295	39,97	767	45,74	489	57,26
Engenharias/ Ciências Exatas	594	68,04	420	56,91	879	52,42	347	40,63
Ciências Biológicas e da Saúde.....	19	2,18	23	3,12	31	1,85	18	2,11
Total.....	873	100,00	738	100,00	1.677	100,00	854	100,00

A duração média dos cursos de cursos profissionalizantes com relação às respectivas áreas

Cursos	Duração Média
Ciências Humanas/Sociais	16,5 meses

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Engenharias/ Ciências Exatas	19,2 meses
Ciências Biológicas e da Saúde.....	19,5 meses
Total.....	18,4 meses

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Toda a nossa receita decorre de apenas um segmento de atuação, que é a prestação de serviços educacionais. Os cursos que oferecemos, embora sejam destinados a um público diverso, não são controlados e gerenciados pela administração como segmentos independentes, sendo os nossos resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

Prestação de Serviços de Educação	(em R\$ mil, exceto percentuais)								
	6M13	Δ%	6M12	2012	Δ%	2011	Δ%	2010	
Receita Bruta	262.012	59,5	164.322	342.030	50,1	227.820	27,2	179.131	
Receita Líquida	220.601	61,9	136.254	283.285	54,4	183.517	29,9	141.296	

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Todo o nosso lucro decorre de apenas um segmento de atuação, que é a prestação de serviços educacionais. Os cursos que oferecemos, embora sejam destinados a um público diverso, não são controlados e gerenciados pela administração como segmentos independentes, sendo os nossos resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

Prestação de Serviços de Educação	(em R\$ mil, exceto percentuais)								
	6M13	Δ%	6M12	2012	Δ%	2011	Δ%	2010	
Lucro Bruto	139.868	58,7	88.123	181.098	62,1	111.701	22,9	90.893	
Lucro Líquido	68.809	82,6	37.673	64.256	103,7	31.552	(11,7)	35.719	

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a. *características do processo de produção*

Graduação, Pós-Graduação e Cursos Profissionalizantes

Nossos serviços são prestados por meio da elaboração e constante atualização das matrizes curriculares e dos conteúdos programáticos das disciplinas de cursos de graduação universitária, pós-graduação e educação profissionalizante. Estamos constantemente em busca de novos talentos, aprimoramento do corpo docente e acompanhamento do desenvolvimento e da aprendizagem dos nossos alunos. Em 2009 redefinimos a nossa política acadêmica, instituindo uma nova forma de atuação que se adequasse ao novo estágio de desenvolvimento do grupo. Definimos que o novo modelo deveria ser padronizado em todas as nossas unidades, tendo sido estruturados instrumentos de controle para a garantia do cumprimento das premissas estratégicas para o aumento de qualidade dos cursos oferecidos, atrelado a uma redução dos custos diretos. Face à construção deste novo modelo acadêmico, destacam-se algumas premissas básicas:

Padronização

Todas as matrizes curriculares, projetos políticos pedagógicos e planos de ensino são padronizados para todas as nossas unidades. Os procedimentos acadêmicos são descritos, transformados em fluxogramas, padronizados e auditados semestralmente pelo departamento de qualidade. Todos os procedimentos e normas acadêmicas são depositados em um sistema de controle e centralização de documentos, que se encarrega de garantir a fidedignidade e controle dos processos administrativos e acadêmicos.

Diário Eletrônico

O instrumento que auxilia o acompanhamento e controle do cumprimento do plano de ensino é o “Diário Eletrônico”. No início de cada semestre, o plano de ensino e o plano de aula previsto são inseridos no sistema de gestão educacional do Grupo e a cada aula o professor deve atualizar, no sistema multimídia da sala de aula, o plano de aula realizado, bem como realizar a chamada dos alunos. Esse mecanismo exige que as aulas sigam os conteúdos definidos pelos planos de ensino dos cursos. Para o funcionamento integral do Diário Eletrônico, todas as salas de aula são dotadas de aparelhos de multimídia e internet.

O Diário Eletrônico também indica a presença do professor em sala de aula, dando em tempo real, através de um painel de controle a situação do professor para o coordenador, diretor de unidade ou diretores corporativos, do horário de início e término das aulas nas diferentes unidades do grupo.

Prova Colegiada

O sistema avaliativo desenvolvido no grupo contempla a aplicação de uma Prova Colegiada, que leva em consideração os conteúdos padronizados nos planos de ensino das disciplinas dos cursos (“**Prova Colegiada**”). As questões são inseridas pelos professores em um sistema próprio, desenvolvido internamente pela área acadêmica e pelo Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI. As questões são sorteadas aleatoriamente, seguindo critérios de dificuldade pré-definidos pela área pedagógica. A prova é validada e gerada por um grupo de professores (mestres e doutores); as provas são identificadas, lacradas e aplicadas nas unidades do grupo. O processo de correção das provas e o lançamento das notas são automáticos, garantindo assim segurança ao processo. A tabulação dos dados da prova colegiada fornece informações do aprendizado (índice de acertos e erros) do aluno, do cumprimento dos assuntos que contemplam o plano de ensino, comparativo de resultados entre unidades, turno e professores.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O modelo de Prova Colegiada avalia professores e alunos uma vez que o grau de dificuldade das provas aplicadas em todas as unidades é semelhante. Dessa forma, pode-se comparar os resultados dos estudantes e professores em todas as unidades do grupo. O diagnóstico dos resultados das provas colegiadas ajuda a orientar as ações necessárias para o aumento do desempenho acadêmico do grupo.

Matrizes Integradas

Aumentamos a eficiência operacional dos cursos através das matrizes integradas, onde disciplinas de cursos afins são compartilhadas, criando uma sinergia entre os cursos e uma consequente diminuição dos nossos custos diretos.

Programa de Desenvolvimento e Atualização Acadêmica

Professores, coordenadores de curso e diretores de unidade possuem manuais de procedimentos, criando uma univocidade de ações dos profissionais do grupo. Os manuais de procedimentos são transformados em cursos, seguindo a metodologia de educação a distância, e são aplicados nos períodos de socialização dos novos colaboradores e nos momentos de reciclagem, seguindo as orientações do Plano Anual de Treinamento (“PAT”). No final de cada curso, o colaborador realiza uma avaliação para verificar o seu aprendizado.

Antes do início das aulas do período letivo são promovidas semanas pedagógicas apresentando temas pertinentes à atualização dos docentes, temas para reflexões da rotina acadêmica, oficinas metodológicas, além de orientações próprias da instituição de ensino superior.

Auditoria Acadêmica

Criamos uma área específica para auditar os cursos e as atividades dos seus respectivos coordenadores, tendo como parâmetro as três dimensões de avaliação do MEC (corpo docente, instalações e projeto pedagógico) e duas dimensões específicas que avaliam a “Gestão administrativo-acadêmica” e os “Procedimentos Acadêmicos”. Todos os cursos são avaliados pelo menos uma vez a cada semestre e como resultado de cada avaliação surgem os planos de ação que são acompanhados em conjunto pela superintendência acadêmica e de operações. O estabelecimento de uma política de auditoria acadêmica garante que os padrões definidos pelo MEC serão seguidos, antevendo as possíveis não conformidades no processo e gerando um conjunto de planos de ações para resolução imediata dos problemas apontados.

Dando suporte à área acadêmica, estruturamos os seguintes setores:

- *Núcleo de Apoio ao Educando (NAE)* - O NAE desenvolve ações de suporte aos alunos, a fim garantir que tenham desempenho satisfatório no decorrer de sua graduação. Tal atuação objetiva minimizar a evasão dos estudantes, visto que contribui para diminuir o número de fracasso escolar, principal razão do absenteísmo e da evasão em nível superior, conforme constatado pela nossa Administração. Os principais campos de atuação do NAE são: acompanhamento das faltas dos estudantes; análise dos relatórios de desempenho da prova colegiada; orientações individuais aos estudantes; e minimização das situações de conflito na sala de aula e na instituição.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

- *Núcleo de Apoio ao Professor (NAP)* - O NAP desenvolve ações de suporte aos educadores, garantindo que os docentes de nossa instituição possam adequar suas práticas profissionais às características de nosso corpo discente e às demandas do mercado de trabalho. Os principais campos de atuação do NAP são: orientações individuais aos educadores, atuando, sobretudo, nos aspectos metodológicos; análise dos relatórios de desempenho dos educadores a partir do resultado das avaliações institucionais, propondo planos de formações grupais e individuais; e minimização das situações de conflito entre professores e alunos.
- *Núcleo de Talentos* - O Núcleo de Talentos e Empregabilidade é um setor estratégico dentro da gestão das unidades do Grupo Ser Educacional e caracteriza-se por representar o principal elo entre alunos, ex-alunos e mercado de trabalho, funcionando como uma empresa de colocação profissional. A orientação e o desenvolvimento de perfis profissionais competitivos para o mercado de trabalho, além da empregabilidade, estão entre as principais atividades do núcleo. Atualmente, os 15 núcleos instalados em diversas unidades do Grupo atuam estreitando relações com o mercado de trabalho e desenvolvendo o perfil profissional do aluno, para que este se encontre em condições competitivas de concorrer aos melhores cargos e salários oferecidos regionalmente. A partir do primeiro período, o aluno conta com a orientação de carreira que vai desde a preparação adequada da síntese curricular, passando pelo desenvolvimento de habilidades organizacionais requeridas, até o encaminhamento para o mercado por meio do núcleo de sua instituição. Além disso, o núcleo funciona como uma consultoria em recrutamento e seleção para as empresas conveniadas, realizando seleções, pré-seleções e encaminhamento dos alunos que atendam ao perfil solicitado pela organização. Em 30 de junho de 2013 o núcleo contava com mais de 2,3 mil empresas conveniadas em todo o Nordeste e Norte, e uma média de 50 novos convênios fechados mensalmente. O Censo de Empregabilidade aplicado pelo Núcleo de Talentos e pela Gerência de Qualidade realizado com todos os alunos dos últimos períodos de cada curso por nós oferecido apontou no último semestre de 2012 que 77,0% dos nossos alunos estão no mercado de trabalho antes mesmo de concluírem a graduação.
- *Gerência da Qualidade* - Utilizamos as avaliações institucionais, os relatórios da CPA (Comissão Própria de Auto-Avaliação), as auditorias acadêmicas e as pesquisas realizadas pelo Instituto Maurício de Nassau para mensurar as percepções de alunos, professores, colaboradores e sociedade civil sobre os serviços prestados por nós. As tabulações dos diversos resultados das pesquisas são mensuradas e apresentadas para nossa Administração, servindo para alimentar nosso sistema de gestão. A gerência da qualidade também é responsável pela gestão das normatizações dos nossos processos, sendo que, no ano de 2012, obtivemos a certificação da ISO 9001.

Avaliação Institucional

A avaliação Institucional das faculdades do Grupo Ser Educacional é realizada semestralmente pelos alunos, onde os mesmos podem atribuir conceitos de 1 a 5 aos 26 itens de avaliação do seu curso e da instituição. Com estes resultados, o coordenador do curso e a direção das faculdades e as Comissão Própria de Avaliação – (“CPAs”) podem realizar ações específicas e gerais, a fim de trazer as melhorias necessárias aos cursos e às próprias instituições de ensino superior. A última avaliação institucional realizada em nossas unidades em 2013 obteve uma adesão de 35.979 alunos, onde conseguimos estratificar os seguintes resultados:

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

- Nota global de 3,48;
- 91,2% dos alunos do grupo consideram que os conhecimentos adquiridos em seus cursos atendem às suas necessidades profissionais;
- 91,2% estão satisfeitos com seus cursos;
- 85,9% acreditam que a imagem da instituição junto à sociedade é boa, muito boa ou excelente; e
- 95,6% dos alunos reconhecem a qualificação dos nossos professores.

Tecnologia e Comunicação a Serviço do Aluno

Nós possuímos uma área de tecnologia da informação que interage diretamente com a área acadêmica e financeira, visando estreitar e facilitar o cotidiano do aluno na instituição. Uma gama variada de serviços é ofertada por meio dos nossos sistemas de tecnologia para minimizar a necessidade de atendimentos presenciais, citamos algumas ferramentas de comunicação:

Website

Possuímos um site institucional que contém as informações institucionais, descrição da estrutura física das unidades, informativos, inscrição do vestibular, serviços on-line, informação sobre a secretaria acadêmica e setor financeiro, artigos e comentários de personalidades, vídeos de eventos institucionais, cursos de extensão e palestras, etc. O site possui uma interface direta com o portal do aluno.

Portal do Aluno

Neste portal o aluno pode visualizar as suas notas e faltas, consultar o quadro de horários, realizar matrícula online, acessar as informações financeiras, emissão de boleto bancário, realizar negociação financeiras, realizar a avaliação institucional, consultar o acervo da biblioteca, reservar e renovar livros na biblioteca, consultar o plano de ensino e plano de aula, acessar o material depositado pelo professor, inscrever-se em congressos e cursos de extensão e realizar outras atividades.

Redes Sociais

Também estamos presente nas redes sociais interagindo com os alunos e monitorando as informações publicadas, como uma forma de responder rapidamente as demandas publicadas e monitorar a percepção do alunado com relação aos serviços prestados por nós.

Blogs dos Cursos

Alguns de nossos cursos possuem blogs que registram os fatos do cotidiano do curso, mercado de trabalho, notícias de emprego, registro dos eventos dos cursos, artigos de interesse do aluno, etc..

Nave Ser Educacional

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

As Naves Ser Educacional, que são terminais de computadores com acesso à internet, são distribuídas em locais de grande circulação, permitem ao aluno visualizar as informações contidas no portal do aluno, bem como imprimir boletos de pagamento.

Atendimento ao Aluno/Ouvidoria

No nosso site o aluno poderá entrar em contato com os principais gestores para tirar dúvidas e realizar críticas, sugestões, elogios. Controlamos as etapas deste processo de comunicação do grupo, para que a resposta à demanda não ultrapasse 48 horas.

Estrutura Administrativa e Didático e Acadêmica

A estrutura administrativa e didático-acadêmica do Grupo Ser Educacional foi estabelecida a partir de modelos organizacionais propostos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (“**LDB**”), Lei Federal nº 9.394/96 conforme determinado pelo MEC.

De acordo com as normas regimentais e seus Planos de Desenvolvimento Institucional (“**PDI**”), nossas unidades mantêm articuladas as coordenações de cursos e os núcleos acadêmicos de ensino, pesquisa e extensão, bibliotecas e laboratórios a fim de atingir toda a comunidade acadêmica e realizar os projetos propostos com profundidade. A verticalização das informações, a flexibilidade, a atenção aos discentes e docentes, a educação permanente para as trocas de conhecimento são as bases da organização didático-pedagógica das faculdades, uma vez que pretendemos promover a inclusão social por meio de ensino de qualidade e assim obter reconhecimento da sociedade.

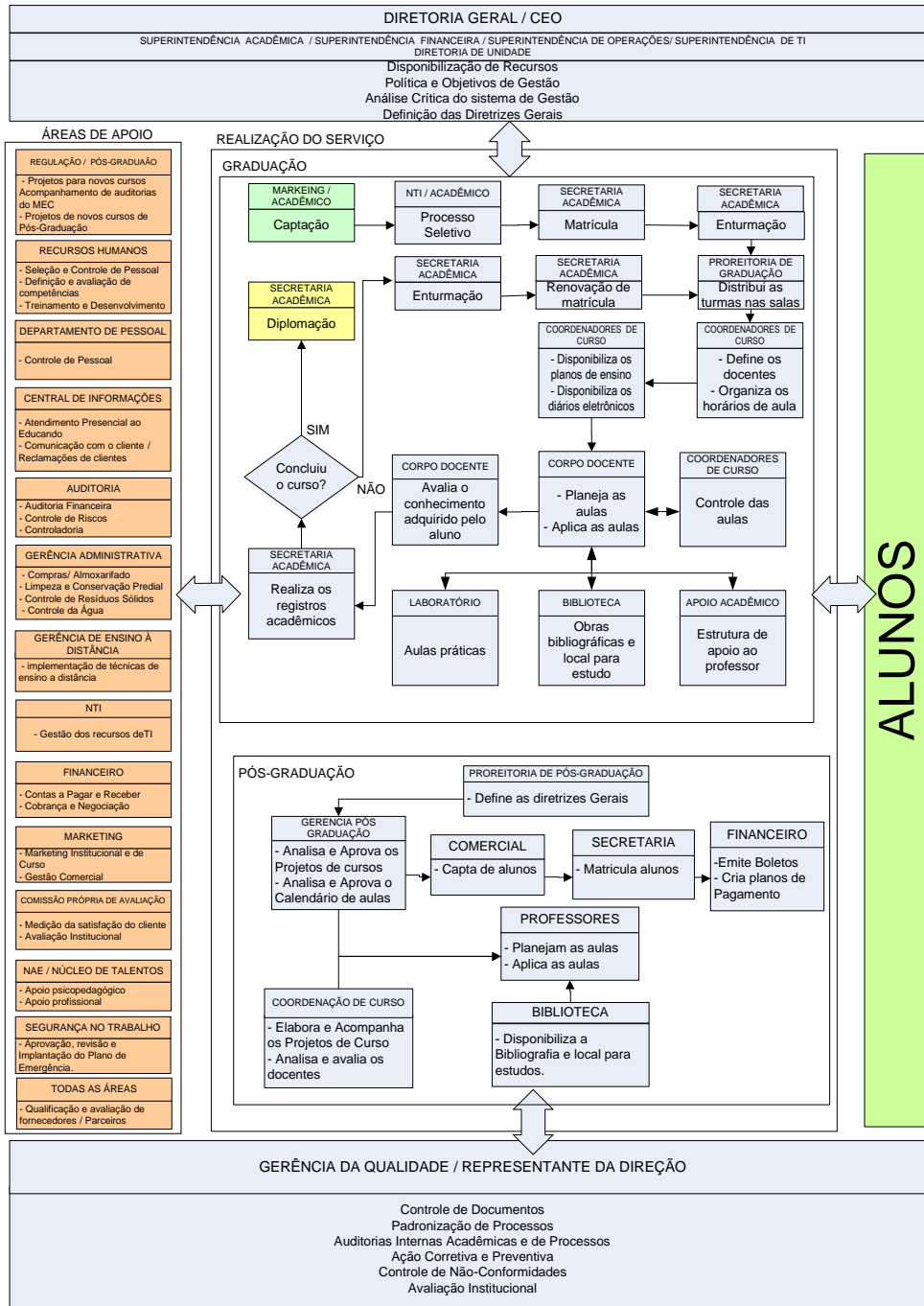
O IGC, Índice Geral de Cursos, de todas as nossas unidades que fizeram Enade, excluídas as sociedades adquiridas que fizeram o Enade antes da nossa gestão, atingiu na média ponderada dos cursos um conceito de no mínimo 3, nota essa que dispensa visitas da comissão do MEC, além de possibilitar que a instituição de ensino superior participe dos programas do governo, tais como PRONATEC.

Nossa principal metodologia de ensino é a de aulas presenciais em cursos de graduação universitária, pós-graduação universitária e técnicos profissionalizantes. Nós contamos com aproximadamente 1655 integrantes em nosso corpo docente, sendo em sua maioria profissionais de mercado, atuando como docente em período parcial, o que traz para a sala de aula experiências reais do ambiente de trabalho.

Todos os nossos campus têm infraestrutura adequada para a prestação de serviços de educação de qualidade, incluindo salas de aula climatizadas e com recursos multimídia, bibliotecas, laboratórios de informática, laboratórios específicos dos cursos, espaços reservados para os professores, auditório, entre outros. A localização de todas as nossas unidades atende aos principais requisitos estratégicos de instituições de ensino: de proximidade de grandes contingentes populacionais, com diversas e eficazes alternativas de transportes nas principais avenidas das cidades.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O fluxograma abaixo permite ter uma visão geral da realização e das estruturas dos processos acadêmicos desenvolvidos pelas unidades do Grupo Ser Educacional.



7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Universidades e Cursos Profissionalizantes

Faculdade Maurício de Nassau

Fundada em 2003, a Faculdade Maurício de Nassau nasceu no Recife. Atualmente dispõe de 18 unidades em quinze cidades de 11 estados brasileiros: Recife e Caruaru (PE); João Pessoa e Campina Grande (PB); Natal (RN); Maceió (AL); Salvador e Lauro de Freitas (BA); Fortaleza (CE); Aracaju (SE); São Luís (MA); Belém (PA) e Manaus (AM), Teresina e Parnaíba (PI).

Atualmente, as unidades da Faculdade Maurício de Nassau dispõem um total de 196 cursos de graduação e 22 cursos de pós-graduação.

UNINASSAU

Em 2012, foi conferido à Faculdade Maurício de Nassau de Recife o credenciamento como centro universitário, ao atender todas as exigências do Ministério da Educação para a conquista da credencial. O MEC, por meio da portaria Nº 701, atestou a nova etapa da instituição, agora UNINASSAU - Centro Universitário Maurício de Nassau.

Em 30 de Junho de 2013, a UNINASSAU dispõe um total de 72 cursos de graduação e 55 cursos de pós-graduação.

Faculdade Joaquim Nabuco

A Faculdade Joaquim Nabuco foi fundada pelo Grupo Ser Educacional em agosto de 2007, com a abertura da unidade Paulista em Recife e em março de 2008 sofreu uma expansão para o centro do Recife.

Em 30 de Junho de 2013, as unidades da Faculdade Joaquim Nabuco dispõe um total de 39 cursos de graduação e 19 cursos de pós-graduação.

Escola Técnica Joaquim Nabuco

Criada em 2009, a Escola Técnica Joaquim Nabuco atua como uma instituição de Educação Profissional de Nível Técnico, responsável pela formação, qualificação e profissionalização de pessoas no atendimento às necessidades do mercado de trabalho. Em 30 de Junho de 2013, ela conta com 23 cursos profissionalizantes e 3 de especialização técnica.

Escola Técnica Maurício de Nassau

A Escola Técnica Maurício de Nassau possui unidades em João Pessoa (PB), Caruaru e Recife (PE) e é uma instituição para formação de profissionais em nível técnico. Com cursos voltados para as exigências do mercado de trabalho as unidades oferecem ao todo 21 cursos profissionalizantes.

Ensino a Distância – EAD

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Pretendemos lançar nosso segmento de ensino a distância, por meio do lançamento de 18 cursos de graduação e pós-graduação, e oferecer até 20 mil Vagas Anuais em seu primeiro ano de existência, previsto para 2014. Atualmente, a tecnologia que utilizaremos para oferecer os nossos cursos EAD já está instalada e vem sendo aprimorada por nós desde 2007, por meio do oferecimento de cursos e atividades de estudos dirigidos a distância para os alunos presenciais. Ainda, parte de nossos cursos presenciais já está oferecendo a modalidade EAD para seus alunos em até 20% da carga horária total para cerca de 9 mil alunos, de acordo com os limites estabelecidos pelo MEC. Tais fatos exemplificam a nossa já existente experiência operacional e tecnológica com o segmento de ensino a distância. O EAD tende a nos agregar uma rentabilidade ainda maior, uma vez que o seu custo marginal para novos alunos é baixo e suas despesas operacionais serão diluídas pelas despesas da operação presencial. O segmento de EAD no Brasil apresenta forte tendência de crescimento, dada sua atratividade de preço e maior conveniência de locomoção, podendo atrair alunos com menor poder aquisitivo e que vivem em cidades afastadas dos maiores centros urbanos. O nosso EAD já foi aprovado pelo MEC, com notas 4 e 5 no credenciamento e em todos os Polos (notas de 1 a 5), e estamos aguardando a publicação da portaria autorizativa, que deverá ocorrer até o primeiro semestre de 2014. Acreditamos poder iniciar a operação de nosso EAD em 2014, uma vez que já temos Polos aprovados em nossas unidades em seis estados do Nordeste. A entrada nesse novo segmento possibilitará, além da diluição de custos com instalações e corpo docente, a entrada em um novo mercado ainda não explorado por nós. Acreditamos que o reconhecimento das marcas “UNINASSAU” e “Maurício de Nassau” dará sustentabilidade e força ao crescimento de nosso EAD.

Entendemos ainda que nossas unidades serão um fator decisivo no crescimento e expansão de nosso EAD, podendo servir também como Polos para tal serviço, uma vez que mesmo no EAD os alunos devem periodicamente comparecer presencialmente em unidades de ensino. Acreditamos que nossa marca “Maurício de Nassau” exercerá um papel importante no sucesso de nosso EAD, uma vez que sua reputação e reconhecimento nos ajudarão a rapidamente atrair novos alunos assim que tal produto estiver disponibilizado.

Política de Preços do EAD

A estratégia a ser utilizada será de oferecer preços até 10% inferiores aos dos principais concorrentes identificados no âmbito local e nacional. Essa política de preços é condizente com as expectativas do mercado, possibilitando margens positivas de lucro, e visa atrair os clientes para as instituições de ensino superior uma vez que se trata de um produto novo no mercado utilizando da marca UNINASSAU.

PRONATEC

Matriculamos até o dia 23 de Setembro de 2013, aproximadamente 35 mil alunos, subdivididos em 34 cursos no PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), criado pelo Governo Federal em 2011 com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

b. características do processo de distribuição

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O desenvolvimento dos nossos cursos de graduação universitária, pós-graduação universitária e cursos profissionalizantes considera diversas características aplicáveis a nossa rede de ensino que, em 30 de junho de 2013, contava com 76.206 alunos matriculados na modalidade presencial, em cursos de graduação universitária, pós-graduação universitária e cursos profissionalizantes, incluindo 3.517 alunos de pós-graduação em parceria com instituições ou órgãos de classe. Esse número não considera nossos cerca de 35 mil alunos matriculados no PRONATEC, sendo que em setembro de 2013 cerca de 113,5 mil alunos estavam matriculados em nossas unidades, já considerando os alunos do novo ciclo de matrículas da graduação e pós graduação, bem como os alunos matriculados no PRONATEC.

Abaixo, descrevemos as características do nosso grupo educacional para difundir os nossos serviços.

Marketing e Vendas

A estratégia de marketing está alinhada com nossa missão e visão, alicerçada na captação e retenção de alunos e na consolidação das nossas marcas nas cidades onde atuamos, buscando a liderança em recall de marcas.

Segundo o Premio JC Recall de Marcas de Recife, a UNINASSAU é a instituição de ensino mais lembrada pelos recifenses. Ainda, de acordo com *Top Of Mind* do Sistema Correio, já em João Pessoa e Campina Grande ocupamos a 2º colocação como a instituição de ensino mais lembrada. Segue abaixo quadro que ilustra nossos resultados:

Nosso grupo investe bastante em marketing de relacionamento. Trabalhamos e inserimos nossas marcas em escolas, empresas e na comunidade geral, por meio de apoio em projetos culturais, esportivos, sociais e ambientais. Todos estes trabalhos de relacionamento somados as campanhas de vendas intensivas e bem direcionadas (campanhas publicitárias e marketing de guerrilha) resultam em ingresso de alunos e no cumprimento das metas de captação e consolidação de nossas marcas.

Ação promocional durante o Enem - Desenvolvemos todo ano no dia da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) uma ação promocional para divulgação e captação de *mailing* para geração de contatos e potencial conversão em matrículas. Em Recife, segundo nosso gerente de marketing, mais de 20 mil contatos em 2012 por meio dessa ação promocional.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Recife	<ul style="list-style-type: none"> • 1º Marca mais Lembrada • FONTE: Jornal do Comercio – Prêmio Jc Recall
João Pessoa Campina Grande	<ul style="list-style-type: none"> • 2º Marca mais lembrada • FONTE: Jornal Correio da Paraíba - Prêmio Top Of Mind
Maceió	<ul style="list-style-type: none"> • 1º Marca em preferência dos entrevistados quando questionados “em qual instituição deseja estudar” • FONTE: Instituto Maurício de Nassau
Natal	<ul style="list-style-type: none"> • 2º Marca mais desejada pela população que querem realizar um curso superior • FONTE: Instituto Maurício de Nassau
Salvador	<ul style="list-style-type: none"> • 4º Marca mais desejada pela população que querem realizar um curso superior • FONTE: Instituto Maurício de Nassau

Aulões de revisão do ENEM - Algumas unidades desenvolvem “aulões” gratuitos de revisão para prova do ENEM direcionados para alunos de escolas parceiras.

Relacionamento com Empresas

Parcerias e Convênios - O grupo atualmente conta com aproximadamente 2.000 empresas parceiras em todo Brasil, com as quais conseguimos a geração de vagas de estágio para nossos alunos e ofertamos descontos como incentivo para que os funcionários venham estudar em um de nossos cursos de graduação, pós-graduação ou cursos profissionalizantes.

Ações Comerciais - Ações promocionais nas empresas, com postos de divulgação, panfletagem e consultores contratados para prover esclarecimentos e estimular explicando e estimulando funcionários a estudar em nossa instituição. Desenvolvemos ainda, palestras sobre assuntos relevantes e participações nas Semanas Internas de Prevenção de acidentes de Trabalho - SIPAT com palestrantes ou profissionais solicitados pela empresa.

Vestibular In Company - Após ações promocionais dentro da empresa, é realizada uma prova dentro da própria corporação, isenta de taxa para os funcionários interessados.

Eventos - Desenvolvemos várias ações para as empresas parceiras, desde palestras exclusivas *in company* a eventos reunindo diversas empresas conveniadas:

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Captação de novos Alunos

A captação de novos alunos decorre de programas estratégicos com foco em jovens adultos trabalhadores, com faixa etária entre 18 e 35 anos, além de processos sistemáticos de sensibilização de estudantes e professores do ensino médio, tais como feiras de profissões e encontros de alunos.

As nossas campanhas são idealizadas dentro do posicionamento de cada uma das marcas, Faculdade Joaquim Nabuco e Faculdade Maurício de Nassau, voltadas para determinado motivo (localização, ensino de qualidade, preço e empregabilidade, entre outros), e sempre planejadas com o foco nas tendências do mercado. Utilizamos mídias como rádios, jornais, televisão, *outdoors*, *folders*, *hotsites*, redes sociais entre outras. O planejamento da campanha é iniciado geralmente 90 dias antes do início do período letivo dos nossos cursos, no entanto, as atividades de relacionamento com os nossos potenciais clientes (potenciais alunos) são realizadas o ano inteiro.

Nosso departamento de marketing possui em Recife uma central de relacionamento que atuam na recepção e gestão de campanhas de vestibular, identificando e acompanhando o status dos alunos até a efetivação da sua matrícula.

Nossos coordenadores de cada curso têm, ainda, papel preponderante em nosso processo de captação. Cabe a eles a função de receber todos os alunos que ainda não efetivaram a sua matrícula, orientando-lhes as especificidades da profissão, bem como os benefícios oferecidos pelo curso e pelas nossas instituições de ensino.

Nosso departamento comercial tem a missão de promover a venda de nossos serviços nas escolas, empresas e comunidades. Com o advento das novas regras do FIES, as ações do departamento comercial tem sido especialmente importantes na comunicação desses benefícios e a consequente criação de um relacionamento entre nós e a comunidade.

Retenção de Alunos

No segundo semestre de 2012 tivemos uma taxa total de evasão de 11,8% de alunos de graduação de ensino superior presencial.

Estipulamos uma série de ações com o propósito de detectar, de forma preventiva, qualquer manifestação de evasão dos nossos alunos. Monitoramos as informações sobre a satisfação dos alunos, como uma das medidas de desempenho do nosso sistema da qualidade.

Controlamos as reclamações de alunos registrando-as no sistema *Fale Conosco*, disponível em nossos sites. Utilizamos esse sistema para acompanhar e responder ao aluno reclamante as possíveis soluções dos problemas levantados por eles. As reclamações recorrentes são tratadas como desvios sistêmicos, que são combatidos por ações corretivas específicas focadas sempre nas raízes desses desvios identificados.

Outro meio de levantamento e acompanhamento da satisfação do aluno são as avaliações institucionais, que semestralmente, alunos, professores e funcionários técnicos administrativos, através de questionários próprios, podem pontuar (conceito de 1 a 5) os diversos itens sobre o desempenho dos serviços prestados durante o período avaliado.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Tomamos ações corretivas para eliminar a causa de não-conformidades, reclamações, pontos de melhoria apontados pelas avaliações institucionais a fim de prevenir sua ocorrência. Ações corretivas são apropriadas ao impacto dos problemas encontrados, assim como ações preventivas tomadas são apropriadas ao impacto dos problemas potenciais.

A Prova Colegiada tem o objetivo precípua de verificar o conhecimento adquirido por cada aluno nas disciplinas da sua matriz curricular, planejadas para o semestre, mas ao mesmo tempo, objetiva uma avaliação do desempenho dos professores nas disciplinas em que ministram. A Prova Colegiada é elaborada por uma comissão de professores do curso, aplicadas semestralmente, cujo conteúdo programático é definido com base em todos os assuntos planejados para disciplina. O bom desempenho dos alunos nestas avaliações, também retrata o bom desempenho dos professores com suas turmas.

Os nossos coordenadores dos cursos e diretores de unidade, possuem metas específicas para controle de evasão, segmentadas em momentos específicos do calendário acadêmico do aluno. Atuamos firmemente no controle de indicadores da rematrícula e da evasão do período, classificado como trancamento, cancelamento de matrícula e transferência para outras instituições.

Possuímos procedimentos documentados para atendermos as reivindicações ou mesmo reverter o desejo do aluno de deixar nossas instituições de ensino. Este aluno deve a princípio procurar o coordenador de seu curso, que deve se aprofundar nas causas reais do interesse do aluno em sair de seu curso e verificar a possibilidade de reverter esta decisão. No procedimento para solicitação de trancamento, cancelamento de matrícula ou transferência, o aluno, a secretaria acadêmica e o coordenador do curso têm oportunidade de discutir os motivos a fim de evitar a saída do aluno da instituição.

Além disso, nossos coordenadores de curso têm a responsabilidade de acompanhar o desempenho e a frequência de seus alunos. Através do portal acadêmico, todos os professores registram a frequência e as notas de seus alunos, gráficos e relatórios são gerados com o objetivo de obter informações do desempenho e frequência alunos. Os nossos coordenadores de curso e o núcleo de apoio pedagógico identificam possíveis casos de evasão e de imediato estabelecem estratégias para tentar reverter a situação.

Cobrança das Mensalidades

Realizamos diferentes tipos de ofertas para ingresso e renovação dos alunos. Os estudantes que permanecem com os pagamentos em atraso estão sujeitos a multa de mora de 2% e juros de 1% ao mês.

No Ensino Superior, em nossos cursos de graduação tradicional e tecnológica, os alunos assinam um contrato válido por um semestre letivo. A rematrícula dos alunos no próximo semestre letivo está condicionada a seu status de adimplência, e ao desembolso da primeira parcela da semestralidade. Os alunos que não estiverem com sua situação financeira regularizada deverão efetuar a negociação dos seus débitos, com base nos limites de crédito estabelecidos pela Companhia, para efetuar a rematrícula no próximo semestre letivo.

Implementamos um processo de cobrança que compreende etapas de negociação internas e externas com o objetivo de determinar termos e condições que permitam a manutenção do aluno e o recebimento dos créditos. Nosso modelo de

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

cobrança adota a gestão da estratégia de forma centralizada e interna, enquanto a operação é interna e terceirizada, maximizando nossos resultados. As etapas do nosso processo de cobrança são:

- **Régua de Cobrança:** Ações de cobrança automatizadas via sistema a medida que o alunos vão evoluindo na inadimplência, com ações via contato telefônico, cartas de cobrança, e por fim a negativação junto a Serasa, entre outros.
- **Cobrança Interna:** Quando da inadimplência de uma mensalidade ou de uma parcela de um acordo referente a débitos anteriores, o aluno é convidado a negociar sua dívida com maior comodidade, por meio do simulador no Portal do Aluno, na própria unidade de ensino ou através de um e-mail da cobrança, além do contato via telefone. Nossos administradores acadêmicos desenvolvem importante papel no processo de cobrança incentivando o aluno inadimplente a regularizar sua situação financeira por meio de contatos individuais. Nossa política de renegociação é desenvolvida de acordo com determinados critérios de crédito que incluem o histórico financeiro e acadêmico do aluno.
- **Cobrança Externa:** Após o período permitido para a renovação acadêmica, as cobranças referentes aos alunos que não renovaram e possuem débitos com a respectiva instituição de ensino são encaminhados para escritórios de cobrança. A recuperação do débito e retorno do aluno é importante para a Companhia. Contamos, ainda, com serviços de recuperação extrajudicial de créditos, prestados por empresas de cobrança por nós contratadas.
- **Cobrança Judicial:** Caso a cobrança externa não tenha obtido resultados para a execução do débito, a cobrança judicial pode ser um instrumento a ser utilizado. Atualmente a Companhia realiza o protesto de cheques devolvidos, promissórias vencidas e débitos de alunos formados com posse de diploma.

Adicionalmente, a Companhia dispõe da oferta de crédito educativo aos alunos de graduação da modalidade presencial, através do FIES e dos produtos de Crédito Universitário. A dinâmica de cobrança das mensalidades dos cursos de pós graduação lato sensu e dos cursos técnicos é similar à da graduação.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011 a Companhia constituía a PCLD (provisão para créditos de liquidação duvidosa) com base no acompanhamento dos padrões históricos de recuperação de até 360 dias do vencimento. Os itens vencidos há mais de 360 dias eram provisionados para perda.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, e período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, a Companhia adotou a política de constituir PCLD com base nos títulos vencidos há mais de 180 dias.

Com base nessa mudança de critérios, a PCLD registrada em comparação com a Receita Operacional Líquida, e a PCLD normalizada, que considera a normalização dos critérios de PCLD dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011 para o critério adotado a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, que provisiona os títulos vencidos há mais de 180 dias, são descritas no quadro abaixo:

Em milhares de reais	2010	2011	2012	30 de junho de 2013
Receita Operacional Líquida (ROL)	141.296	183.517	283.285	220.601
PCLD Registrada	2.197	6.741	15.566	9.065

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

PCLD Registrada/ROL	1,55%	3,67%	5,49%	4,11%
PCLD Normalizada	4.855	10.864	12.980	9.065
PCLD Normalizada/ROL	3,44%	5,92%	4,58%	4,11%

A PCLD normalizada foi de 3,44%, 5,92%, 4,58% e 4,11% para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2012 e período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, respectivamente.

A PCLD registrada foi de 1,55%, 3,67%, 5,49% e 4,11% para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2012 e período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, respectivamente.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Ações de Marketing para Funcionários

Projeto 110% - Premiação para os colaboradores que se destacam na área de atendimento. Este projeto é realizado bimestralmente, e a avaliação é feita por meio de avaliações de atendimento pelos alunos, treinamento (prova aplicada após a conclusão do trabalho) e a avaliação do gestor. Atualmente este projeto está em operação em Recife (UNINASSAU) e pretendemos implementá-lo na Faculdade Joaquim Nabuco (Recife e Paulista) ainda em 2013.

“PROJETO +” - Premiação para os nossos funcionários que indicarem alunos para a nossa Instituição.

Ações de Marketing para Alunos

Concurso Click NASSAU - Organizamos um concurso de fotografia incentivando os alunos a fazerem registros da Nassau expressando a maneira como enxergam a Instituição.

Prêmio Estrela Ser Educacional - Organizamos um evento para premiação dos alunos da Maurício de Nassau que se destacarem durante o semestre, mostrando que a faculdade reconhece e valoriza os talentos que a representam e engrandecem a Instituição nas diversas áreas de atuação.

Encontro de Líderes e Representantes NASSAU - Estimular a liderança e outras habilidades dos representantes de turma, de forma que possam contribuir com as rotinas institucionais, dificuldades e desafios de nossas unidades.

Mostra de Empregabilidade - Evento aberto ao público com vistas a estimular o relacionamento de nossos alunos com as áreas de recrutamento de grandes empresas, com serviço de cadastramento de vagas, além de fornecer dicas de como se portar em uma entrevista, elaborar currículos, dentre outras ações envolvendo palestras e orientações.

Egresso – Especialize – Semana de palestras para alunos em conclusão de curso, realizadas por coordenadores da pós-graduação.

Egresso – Colação de Grau - Cobertura e ação promocional nas colações de grau, visando a captação para a pós-graduação e outros cursos.

Maturação das Unidades Existentes

Nossas 23 unidades possuem um grande potencial de crescimento, visto que ainda não atingiram o seu estágio de maturidade. Assim, vislumbramos potencial de um forte crescimento orgânico das suas unidades nos próximos 5 anos, utilizando uma política agressiva de incremento de portfólio de cursos nas nossas unidades, adicionado ao desenvolvimento natural de grande parte dos nossos cursos que ainda não atingiram o seu amadurecimento, que ocorre entre 2 a 5 anos de operação, em consequência da duração de cada curso.

Nós possuímos uma área de expansão que tem por objetivo autorizar as demandas de cursos em todas as unidades do Grupo. Os cursos são escolhidos a partir de pesquisas de mercado, das especificidades econômicas e sociais de cada cidade e por meio do estudo da concorrência.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Processo Seletivo de Nossos Alunos

O processo de admissão da graduação universitária se dá por meio das seguintes formas: vestibular tradicional, vestibular agendado, transferência, segunda graduação, ENEM e PROUNI. O processo seletivo da graduação ocorre sistematicamente ao longo de todo o ano, contudo as entradas ocorrem duas vezes ao ano (semestre 1 e 2). As provas possuem temas específicos na área da matemática, português, conhecimentos gerais e redação.

Os cursos de pós-graduação possuem processos seletivos e entradas periódicas. A análise curricular e entrevistas compõe o processo seletivo desta modalidade de curso.

c. características dos mercados de atuação

Em nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011, 2012 e ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2013 divulgamos o segmento da prestação de serviços de educação, o qual engloba os nossos serviços de graduação universitária, pós-graduação e de cursos profissionalizantes. Nesse sentido, o setor de educação superior, focado nas regiões Nordeste e Norte do Brasil, conforme descrito abaixo:

VISÃO GERAL DO SETOR DE ENSINO SUPERIOR

Brasil

Em 2012, o Brasil representava o quinto maior mercado de ensino superior do mundo e o maior mercado de ensino superior da América Latina, com mais de 7,0 milhões de matrículas, segundo dados do MEC/INEP. O ensino superior é formado por cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente. As modalidades dos cursos superiores são: (i) graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo; (ii) pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino; e (iii) extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Em 2012, existiam 2.416 estabelecimentos de ensino superior no Brasil, de acordo com o MEC. Do total de alunos matriculados em 2012, 27% estavam em instituições de ensino públicas e 73% em instituições de ensino privadas. Entre 2008 e 2012, as instituições de ensino superior privadas apresentaram um crescimento de 21% no número de matrículas, passando de 4,3 milhões de alunos em 2008 para 5,1 milhões de alunos em 2012, de acordo com o MEC.

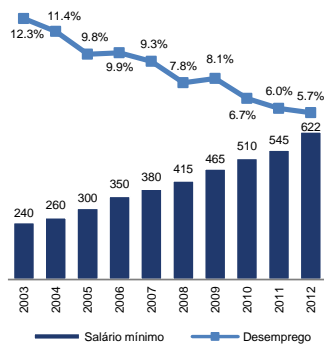
O mercado de ensino superior, em 2012, apresentou receita total superior a R\$ 29,8 bilhões, que representou um aumento de 30% em comparação a 2011, de acordo com o estudo publicado pela Hoper, consultoria especializada na área. O crescimento econômico, a globalização e o conseqüente aumento da renda no Brasil nos últimos anos elevou significativamente a demanda por mão-de-obra qualificada, resultando no maior dispêndio da população com educação e qualificação.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Os gráficos abaixo apresentam o aumento do poder aquisitivo, taxa de desemprego, salários médios de trabalhadores sem cursos superiores e a penetração do ensino superior no mundo:

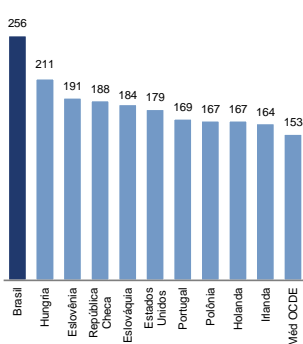
Salário Mínimo e Taxa de Desemprego – Brasil

(R\$ e %, se aplicável)



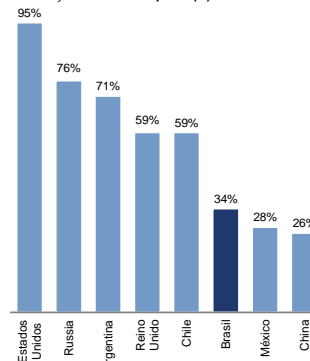
Aumento do Salário Médio Sem Curso Superior¹

100 representa o salário medio sem ensino superior



Penetração do Ensino Superior em Todo o Mundo (2012)

Penetração do Ensino Superior (%)²



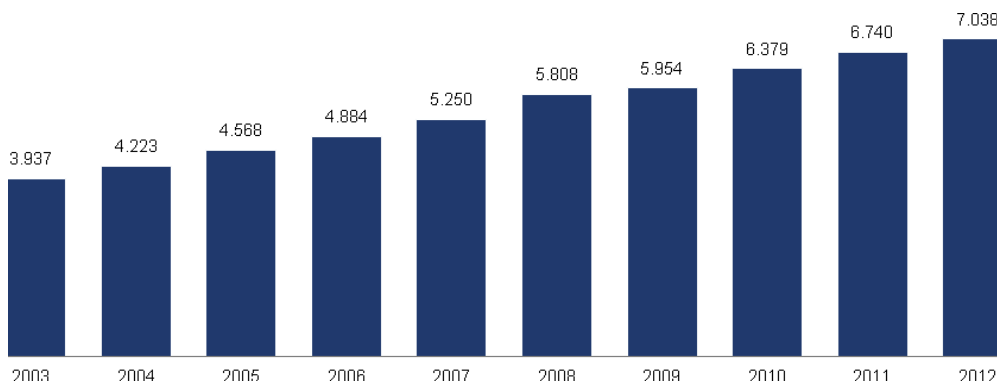
Fontes: Companhia, IBGE, FGV, Hoper e Unesco.

(1) Salário sem ensino superior = 100

(2) Considera o total de alunos matriculados no ensino superior/total da população entre 18 e 22 anos.

Nos últimos 10 anos, a educação superior vem se consolidando como mercado atraente para investimentos. Dados oficiais do Censo da Educação Superior, divulgados pelo INEP em setembro de 2013, mostram que o Brasil vem registrando sucessivos aumentos no número de matrículas, com uma média de 6,7% de aumento ao ano entre 2003 e 2012.

Número de matrículas 2003 – 2012 (em milhares)

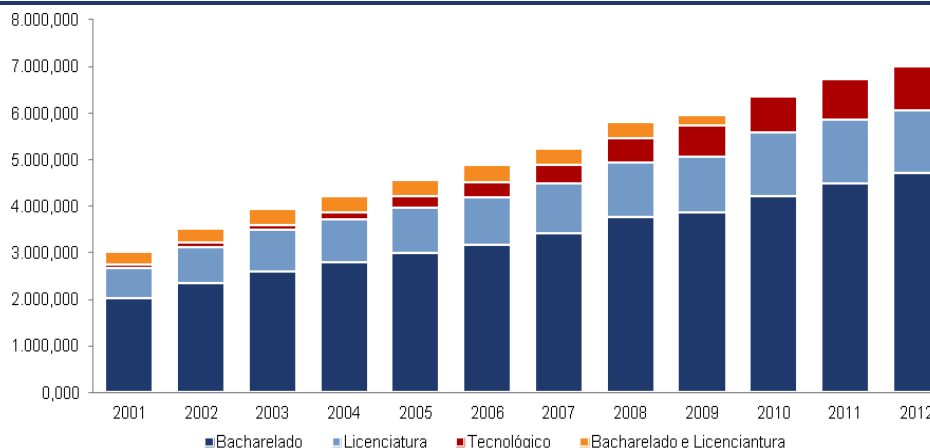


Fonte: MEC/Inep

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Além disso, conforme o gráfico abaixo, houve um sucessivo aumento no número de matrículas no setor, concentra-se nos cursos de bacharelado, licenciatura e tecnológicos e com uma constante diminuição nas matrículas de cursos de bacharelados e licenciatura em relação aos demais cursos.

Evolução da matrícula na educação superior de graduação por grau acadêmico Brasil 2001-2012



Fonte: MEC/Inep

Apesar da relevância do setor público no número de instituições e matrículas de educação superior no Brasil, há uma clara tendência de aumento da participação do mercado privado. De acordo com o MEC e Inep, entre 2002 e 2012, houve um aumento de 111% no número de alunos matriculados nas instituições privadas de ensino superior, enquanto, no setor público, houve aumento de 75%.

O constante aumento da participação do mercado privado no setor de Educação Superior pode ser atribuído aos programas de financiamento da educação promovidos pelo Governo Federal, como o FIES, o PRONI e o PRONATEC, e também ao crescente aumento da renda e maior procura por mão-de-obra qualificada no mercado de trabalho brasileiro.

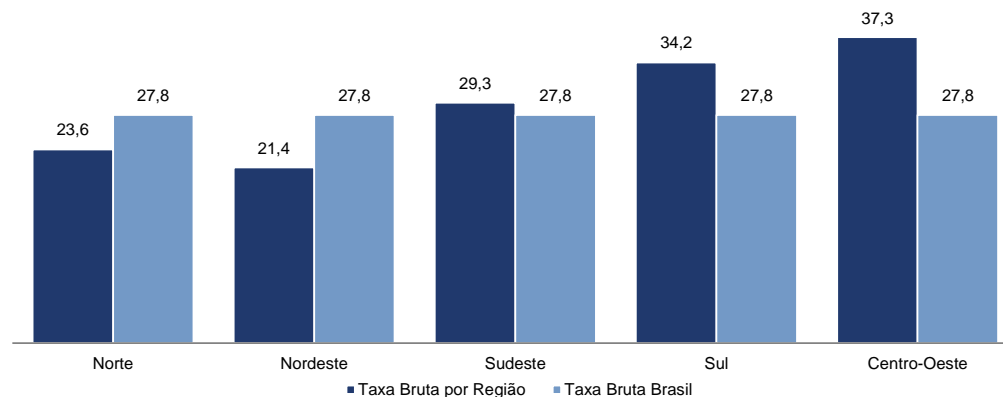
Além disso, as metas propostas pelo atual Plano Nacional da Educação (PNE), que compreende o período de 2011 a 2020, demonstram um cenário favorável à expansão do ensino superior no Brasil. Uma das metas é elevar a Taxa Bruta de escolaridade na educação superior para 50% e a Taxa Líquida para 33% da população (Entende-se por “**Taxa Bruta**”, o total de matrículas em um dado nível de ensino sobre a população na faixa etária adequada a esse nível, e por “**Taxa Líquida**”, o percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada no nível de ensino adequado à sua faixa etária).

Atualmente, pelos gráficos abaixo, a Taxa Bruta alcança 27,8%, enquanto a Taxa Líquida perfaz 14,6%. Como se percebe, a pretensão do PNE é quase dobrar essas taxas, e para cumprir essas metas, o Governo Federal pretende assegurar mecanismos de expansão com qualidade das instituições de ensino superior privadas, além de consolidar e aumentar os programas de financiamento e bolsas, o que viabilizará, ainda mais, os cursos de graduação oferecidos pelo setor privado da educação superior brasileira.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Taxas de escolaridade superior bruta da população de 18 a 24 anos - Brasil e por região – 2011

Taxas de escolaridade superior bruta da população de 18 a 24 anos - Brasil e por região – 2011



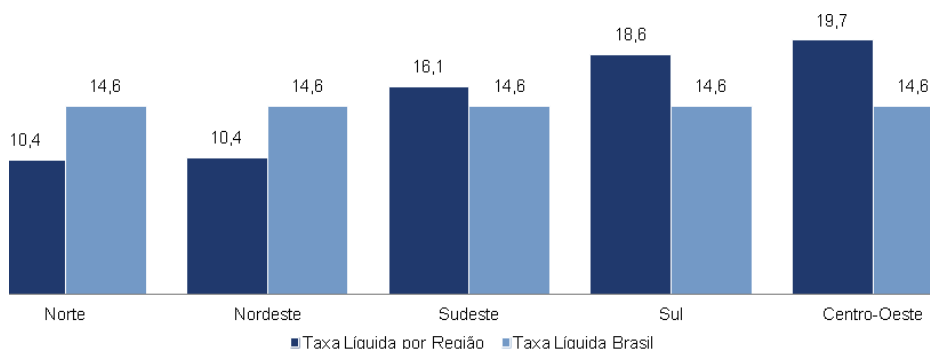
Fonte: IBGE/Pnad/Inep/MEC

Os dados do IBGE também dão conta de que a população entre 18 e 24 anos é de 22.497.453 (IBGE, 2010), a se considerar as taxas de escolarização, Taxa Líquida (14,6%) e Taxa Bruta (27,8%), e o número de matriculados em 2011 (6.739.689), percebe-se que para se atingir a meta do PNE na escolarização superior bruta, o número de matrículas deverá atingir a marca de 12 milhões em 2019, um incremento de quase 6 milhões de alunos até 2019.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Taxas de escolaridade superior líquida da população de 18 a 24 anos - Brasil e por região - 2011

Taxas de escolaridade superior líquida da população de 18 a 24 anos - Brasil e por região – 2011



Fonte: IBGE/Pnad/Inep/MEC

Abaixo, tem-se um possível cenário esperado pelo Governo Federal para o número de matrículas nos próximos anos:

Ano

2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
7.904.907	8.561.014	9.271.579	10.041.120	10.874.533	11.77.119	12.754.620	13.813.253

Fonte: IBGE/Pnad/Inep/MEC

Mercado de ensino técnico e profissional

O ensino profissional capacita alunos que concluem o nível básico para o mercado de trabalho. Este é um nível intermediário entre o ensino básico e superior, ou um substituto para o ensino superior, sendo destinado àqueles que já concluíram o Ensino Médio.

Os estabelecimentos públicos e privados que oferecem ensino técnico são classificados em escolas técnicas, agrotécnicas, centros de formação profissional, dentre outros. O ensino técnico diferencia-se do ensino profissionalizante por ter seu conteúdo regulado e reconhecido pelo MEC. De forma geral, os cursos técnicos e profissionalizantes têm duração de 18 meses a 36 meses.

Entre 2007 e 2010, o número de alunos matriculados em cursos técnicos cresceu em média 13,5% ao ano, passando de 780 mil para 1,1 milhão, segundo dados do INEP. Destes, 545 mil alunos (47,8% do total) estavam matriculados em cursos privados e 596 mil alunos (ou 52,2% do total) estavam matriculados em cursos públicos. Estimamos que 2,3 mil estabelecimentos privados e 1,2 mil estabelecimentos públicos oferecem cursos técnicos no Brasil. As instituições privadas são bastante pulverizadas. As instituições públicas normalmente são gratuitas e de melhor qualidade, mas não são suficientes para a demanda.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Segundo pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) publicada em abril de 2011, 69% das empresas enfrentam dificuldades com falta de trabalhador qualificado e 52% das empresas industriais acreditam que a má qualidade da educação básica é uma das principais dificuldades que enfrentam para qualificar os trabalhadores.

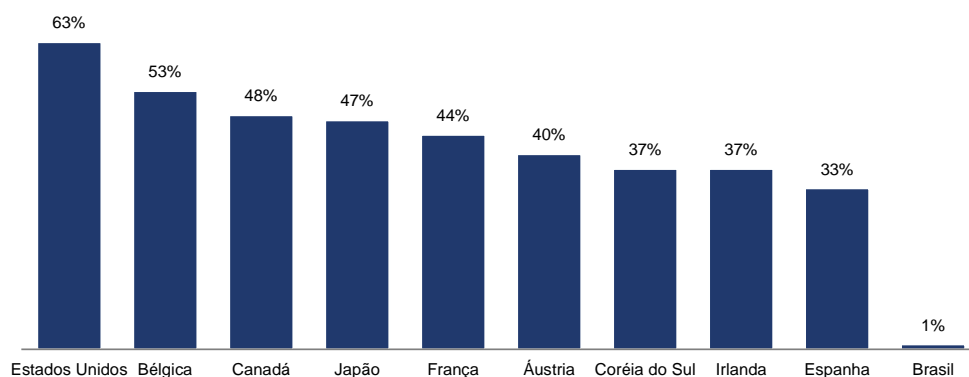
O ensino técnico é considerado uma das mais rápidas e eficazes soluções para a atual escassez de trabalhadores qualificados no Brasil, uma vez que: (i) oferece qualificação adequada em prazo curto e (ii) é mais direcionado às necessidades educacionais específicas dos diferentes negócios. Dessa forma, acreditamos que haverá um grande crescimento na demanda por cursos técnicos, visando à preparação da mão-de-obra para funções técnicas específicas e qualificadas.

A importância deste segmento para o Governo Federal brasileiro fica evidente com a criação do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica), programa que visa expandir o número de estabelecimentos de educação técnica, fomentar e financiar iniciativas da rede de ensino privado, melhorar a qualidade do ensino e estimular a formação profissional continuada. As principais metas do PRONATEC são a criação de um total de 8 milhões de vagas em instituições públicas e privadas até 2014, a construção de escolas técnicas federais e o fortalecimento do Sistema S (Sesi, Senai, Sesc e Senac). O programa conta com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e orçamento de R\$ 1,0 bilhão, sendo R\$700 milhões destinados à bolsas em cursos técnicos e profissionalizantes e R\$ 300 milhões ao Fundo de Financiamento Estudantil ao Ensino Superior (FIES) especificamente para educação técnica e profissional.

Hoje o ensino profissionalizante conta com programas de graduação associada, que são cursos acadêmicos de graduação com duração de dois ou três anos, desenvolvidos para atender necessidades específicas dos empregadores.

No Brasil, os programas de graduação associada ainda são incipientes quando comparados com o resto do mundo. O gráfico abaixo demonstra a taxa de funcionários com graduação associada no Brasil em comparação a países desenvolvidos.

Funcionários com graduação associada

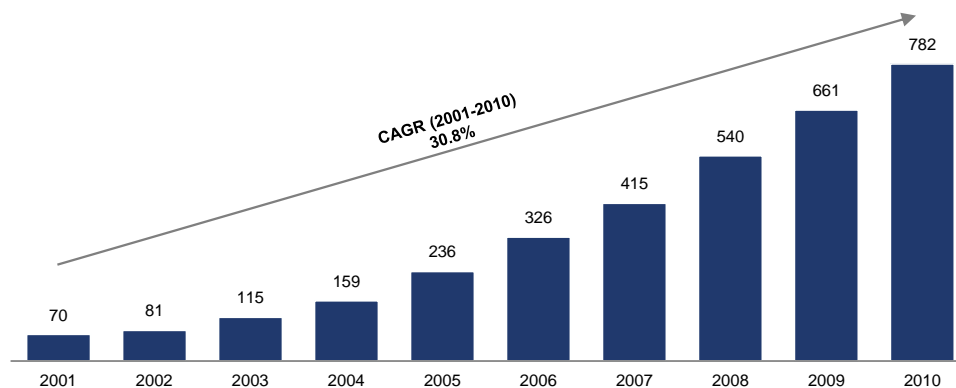


Fonte: WS Research e MEC

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

No Brasil, a tendência vem sendo de crescimento de alunos matriculados em programas de graduação associada, conforme os dados do Ministério da Educação:

Matrículas em programas de graduação associada no Brasil (em milhares de alunos)



Fonte: WS Research e MEC

Ensino a distância

A tecnologia tem permitido inovações relevantes na educação e cada vez mais o conteúdo digitalizado tem facilitado novas formas de ensino, como o ensino a distância. Os materiais educacionais crescentemente utilizam recursos multimídia e conteúdos digitais para complementar e até substituir os produtos tradicionais impressos. À medida que os jovens têm acesso a recursos tecnológicos e modificam seus hábitos estas tendências ganham força dentro do setor educacional.

O ensino a distância surge como opção para aumentar a penetração do ensino superior no Brasil em virtude de sua mensalidade mais baixa, acarretando no aumento substancial do número de pessoas com poder aquisitivo para frequentar esses programas. O mercado de EAD caracteriza-se pela oferta de ensino através do uso de tecnologias e ferramentas de aprendizagem remotas, uma vez que professores e alunos encontram-se separados espacial e/ou temporalmente. E atualmente encontra-se mais desenvolvido para ensino superior e técnico, e é regulamentado pela Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, além das portarias, resoluções e normas do MEC e das Secretarias Estaduais de Educação (SEED).

Conforme dados divulgados pela MEC/INEP para 2012, a EAD foi a modalidade que mais cresceu do mercado de ensino superior, com uma taxa composta de crescimento anual de 41,2% no período de 2003 a 2012, quando havia aproximadamente 1,1 milhão de alunos matriculados em cursos de ensino superior a distância no país.

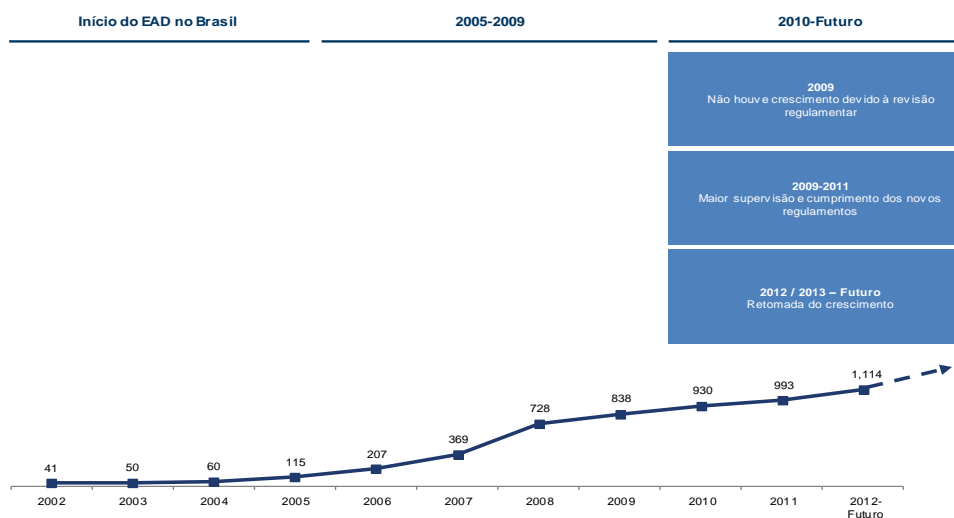
Segundo o Relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil (CensoEAD.br da ABED/2012), em 2011, havia aproximadamente 3,6 milhões de brasileiros matriculados em algum curso de EAD no Brasil. Pelo mapeamento, verifica-se crescimento do número de alunos em todos os níveis educacionais.. Desde o início desta década, os números de alunos e de cursos de EAD no Brasil têm mostrado, por todos os levantamentos feitos a respeito, uma evolução significativa em relação ao crescimento econômico do país.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O EAD representa um mercado de elevado potencial de crescimento porque possibilita a inclusão de pessoas com dificuldades em frequentar cursos presenciais por falta de tempo, por morar em regiões isoladas ou por não poderem se deslocar. A disponibilização de cursos na modalidade a distância tende a facilitar o acesso e a permanência de alunos tanto do Ensino Superior, quanto de cursos técnicos, de preparatórios para concursos e de idiomas, entre outros.

De acordo com o gráfico abaixo, verifica-se o aumento do número de matriculados em cursos do ensino superior a distância no período de 2002 a 2012.

Base de estudantes – EAD (em milhares)



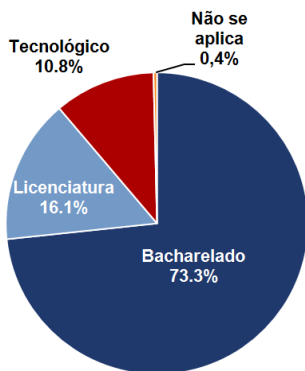
Fonte: WS Research e MEC

Conforme o gráfico abaixo, os cursos de licenciatura representam mais da metade das matrículas feitas em 2012 na modalidade de EAD, enquanto que esses na modalidade presencial representavam apenas 16,1% das matrículas. Já com relação aos cursos tecnológicos, estes também possuem maior percentual de matrícula na modalidade a distância. Nesse sentido, observa-se a grande importância do ensino profissionalizante no mercado de EAD.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

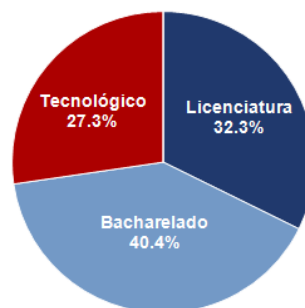
Gráfico 8 – Distribuição do Número de Matrículas de Graduação por Modalidade de Ensino, Segundo o Grau Acadêmico – Brasil – 2012

Presencial



Fonte: MEC/Inep

A Distância



Financiamento para estudantes

O aumento das alternativas de financiamento aos alunos aliado ao crescimento do número de instituições e cursos de educação superior destinado à população das classes média e baixa pode ser visto como uma oportunidade para o crescimento do número de matrículas do ensino superior no Brasil.

Visando incentivar a educação no país, algumas das alternativas de financiamento criam incentivos fiscais e financeiros para as instituições de ensino que possuam em seu corpo discente alunos beneficiados por determinados programas governamentais de incentivo à educação, tais como o PROUNI, o FIES e o PRONATEC.

Devido a tais programas de financiamento, a população brasileira pertencente às classes média e baixa, que historicamente possuía maior dificuldade de acesso ao ensino superior, foi a maior responsável pelo aumento do número de alunos matriculados, sendo representados, em sua maioria, por adultos trabalhadores em busca de melhores salários e oportunidades de emprego.

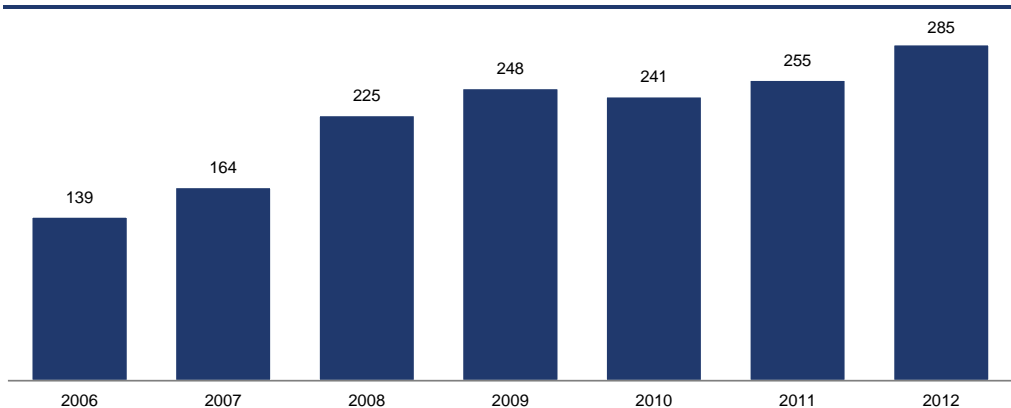
Programa Universidade para Todos (“PROUNI”)

Criado em 2005, o PROUNI provê a isenção do pagamento de certos tributos federais, que são incidentes sobre as receitas decorrentes de cursos de graduação para instituições de ensino superior que concedem determinada quantidade de bolsas de estudo a alunos de baixa renda dos seus cursos de graduação e cursos relacionados. Ao fornecer isenções fiscais a instituições com fins lucrativos, o PROUNI também desempenhou o importante papel de estimular o crescimento e o investimento privado no setor de educação superior, possibilitando que as instituições com fins lucrativos oferecessem cursos a preços competitivos comparados àqueles praticados por instituições filantrópicas e sem fins lucrativos.

O gráfico abaixo demonstra o aumento do número de bolsas de estudos concedidas pelo programa do PROUNI no período de 2006 a 2012, sendo possível verificar o crescimento do programa e o aumento dos incentivos governamentais.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

ProUni (Número de bolsas de estudos – em milhares)



Fonte: MEC.

Para mais informações sobre o PROUNI, consultar a seção “7.5 Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente: - a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações - Programa Universidade para Todos – PROUNI” deste Formulário de Referência.

Programa de Financiamento Estudantil (FIES)

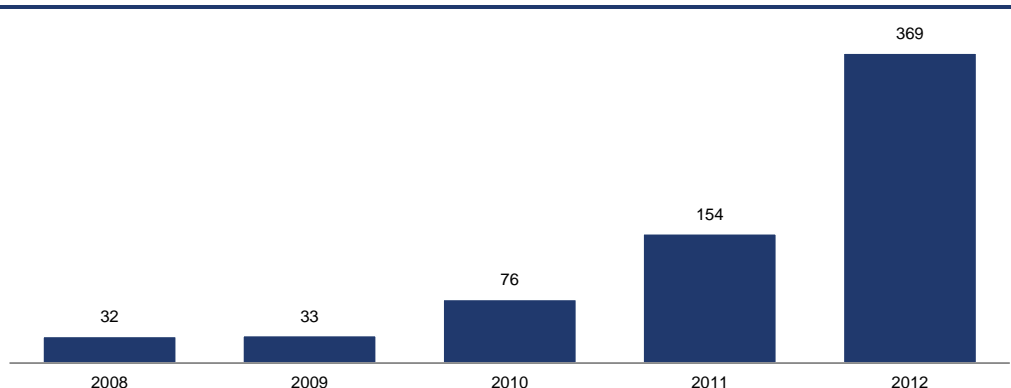
O FIES foi criado em 1999 e oferece financiamento de até 100% das mensalidades junto às instituições de ensino superior privada que participam do programa e que receberam uma boa classificação do MEC.

Até o momento, mais de 500 mil alunos foram beneficiados pelo programa, e cada vez mais instituições de ensino superior são cobertas pelo programa no Brasil. Desde 2005, o FIES também oferece financiamento a alunos que recebem bolsas de estudo parciais do PROUNI no valor de 50% de seus custos de educação superior. Assim, esses alunos conseguem financiar os outros 50% de seus custos de educação superior com um empréstimo do FIES.

De acordo com o gráfico abaixo, há um crescente aumento no número de empréstimos concedidos pelo FIES no período de 2008 a 2012.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

FIES (Número de empréstimos para alunos / ano – em milhares)



Fonte: MEC.

Para mais informações sobre o FIES, consultar a seção “7.5 Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente: - a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações - Programa de Financiamento Estudantil (FIES)” deste Formulário de Referência.

Mudanças no FIES

As normas do FIES mudaram para oferecer mais vantagens e tornar o programa ainda mais interessante para os alunos, principalmente aqueles que pretendem se tornar professores e doutores. As principais mudanças foram as seguintes:

1. Redução das taxas de juros de 6,5% para 3,4% ao ano, capitalizada mensalmente à taxa de 0,27901%;
2. Abatimento de 1% por mês trabalhado do saldo devedor contraído com o FIES para professores e médicos que optarem por trabalhar no setor público após a graduação (professores que devem trabalhar em educação pública básica e médicos em áreas determinadas pelo Ministério da Saúde);
3. Aumento dos prazos para quitação do financiamento de duas vezes a duração do curso para três vezes a duração do curso;
4. Possibilidade de alunos solicitarem o FIES sem necessidade de fiador nos casos de: (i) alunos de curso de licenciatura; (ii) estudante que possua renda familiar mensal bruta per capita de até um salário mínimo e meio; ou (iii) alunos bolsistas parciais do PROUNI. Para tal, foi criado o Fundo Garantidor que permite ao estudante a dispensa de apresentação de fiador ou formação de fiança solidária;
5. Necessidade de, a partir de 2011, o aluno calouro (ingressante no 1º período - vestibular) ter feito o ENEM;
6. Percentuais de financiamento variados de 50% a 100%.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

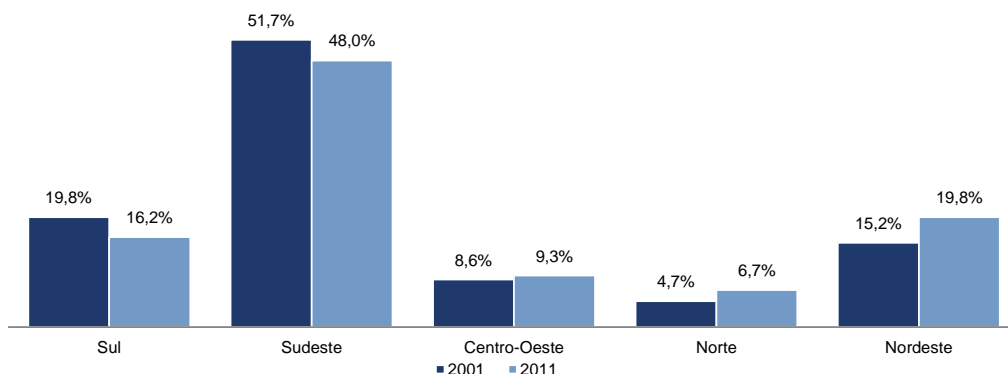
Nordeste e Norte do Brasil

No tocante às regiões Nordeste e Norte, o cenário é ainda mais promissor. Isso porque, tendo em vista a população de jovens entre 18 e 24 anos, o Censo de 2011 revela que, embora ainda persistam desigualdades regionais, o número de matriculados é maior em regiões consideradas desprestigiadas social e economicamente. Nas regiões Nordeste e Norte, por exemplo, embora apenas 11,9% dos jovens nessa faixa etária tenham alcançado o nível superior, porcentagem esta abaixo da média nacional, observa-se crescimento no percentual de alunos matriculados.

De acordo com o MEC, esse crescimento se deve a implementação de programas governamentais, tais como o PROUNI e o FIES, que contribuíram de maneira efetiva para a ampliação do ingresso nas instituições privadas.

Conforme gráfico abaixo, os dados oficiais dos últimos 10 anos da educação superior brasileira, mostram que, em 2001, do total das matrículas, a região Sul detinha 19,8%, contra 51,7% da região Sudeste, 8,6% da região Centro-Oeste, 4,7% da região Norte e 15,2% da região Nordeste. De acordo com os dados referentes a 2011, a região Sul perdeu 3,7% de sua participação, passando a deter 16,2% do total das matrículas, o sudeste perdeu 3,7% também, passando a deter 48,0%, o Centro-Oeste registrou um pequeno aumento de 0,8% em sua participação no total de matrículas, dominando 9,3% do total, deixando para as regiões Nordeste e Norte os maiores aumentos registrados: o Norte cresceu 2,0% e o Nordeste 4,6%, passando a deter, respectivamente, 6,7% e 19,8% do total das matrículas.

Participação % no total de matrículas



Fonte: MEC

Outro dado relevante, que indica também maior oportunidade de investimento nas regiões Nordeste e Norte, é o fato de que, enquanto nas regiões Sul e Sudeste o maior número de matrículas acontece no interior, nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, o maior número de matrículas concentra-se nas capitais, destacando-se a região Norte, que do total de matrículas da região, 70,7% estão registradas nas capitais. No Nordeste, 59,9% das matrículas são registradas em capitais.

Matrículas em 2011

Região	Matrículas (total)	%	Capitais	%	Interior	%
Sul	929.446	16.2%	244.124	26.3%	685.322	73.7%

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Sudeste	2.755.635	48.0	1.168.487	42.4	1.587.148	57.6
Centro-Oeste	537.006	9.3	346.382	64.5	190.624	35.5
Norte	385.717	6.7	272.588	70.7	113.129	29.3
Nordeste	1.138.958	19.8	682.008	59.9	456.950	40.1
Totais	5.746.762	100%	2.713.589	47.2%	3.033.173	52.8%

Fonte: MEC

Os dados supracitados demonstram que, embora o ensino superior tenha expandido muito nas últimas décadas, este ainda é um promissor espaço para crescimento da educação no país, sobretudo nas regiões Nordeste e Norte. Isso porque referido setor pode se beneficiar das atuais políticas públicas de financiamento, do aumento o número de jovens completando o ensino médio e ainda de um cenário de crescimento econômico, tornando necessária a ampliação da formação de mão-de-obra qualificada, nos próximos anos.

Participação e concorrência no mercado de ensino superior no Brasil

O setor de ensino superior no Brasil é muito fragmentado e com diversos concorrentes em todas as localidades. Acreditamos que os fatores que influenciam a concorrência no mercado de ensino superior incluem preço, experiência educacional, tradição da instituição, corpo docente, instalações, localização e variedade de cursos, entre outros fatores.

Devido à fragmentação do setor, enfrentamos diferentes níveis de concorrência, conforme a localização de nossas unidades. De acordo com o MEC, em 2012 havia 2.112 instituições particulares de ensino superior no Brasil. Concorremos diretamente com instituições de ensino superior com e sem fins lucrativos e com alternativas ao ensino superior, tais como os cursos profissionalizantes. As instituições privadas menores, normalmente com apenas uma unidade, têm menor capacidade de atrair e manter a administração e corpo docente experiente. Possuem também recursos limitados para abrir novas unidades, desenvolver e prestar serviços de educação de qualidade e montar cursos de interesse dos alunos.

Recentemente, companhias que atuam no setor de educação superior listadas na BM&FBOVESPA, e que estão entre os nossos principais concorrentes, anunciaram fusões e aquisições que podem modificar o cenário competitivo do setor. Em abril de 2013, Kroton e Anhanguera, dois de nossos principais concorrentes, anunciaram a intenção de realizar uma fusão entre as companhias, ainda sujeita a aprovação do CADE. Ainda, em setembro de 2013, a Estácio anunciou a intenção da aquisição da União dos Cursos Superiores SEB (Uniseb), que também está sujeita à aprovação do CADE.

Principais concorrentes em EAD

Tendo em vista a alta competitividade do setor, verifica-se que há concorrência direta na modalidade de EAD com três companhias, que são: (i) Anhanguera Educacional (“Anhanguera”); (ii) Kroton Educacional (“Kroton”); e (iii) Estácio Participações (“Estácio”). Acreditamos que teremos oportunidade de alcançar uma participação relevante no mercado de EAD brasileiro, principalmente nas regiões Nordeste e Norte.

Com relação à Anhanguera, tem-se que esta, em 30 de junho de 2013, divulgou que possuía 157 mil alunos matriculados no ambiente EAD. No mesmo período, a Kroton divulgou que operava em 487 polos no território nacional e possuía 352 mil alunos matriculados na mesma modalidade, sendo 319 mil referentes à graduação e 33 mil alunos referentes à pós-graduação. Por fim, a Estácio anunciou que operava em 52 polos no território nacional no primeiro semestre de 2013, e

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

que possuía 58,8 mil alunos matriculados em EAD, sendo 54,0 mil referentes à graduação e 4,8 mil referentes à pós-graduação.

Companhias atuantes no segmento de EAD

Número de alunos em 30 de junho de 2012

	(em mil)
Kroton	352
Anhanguera	157
Estácio	58,8

Principais concorrentes em aulas presenciais

Para a modalidade de aulas presenciais, os principais concorrentes são os mesmos da modalidade de EAD. Assim, no final do segundo trimestre de 2013, a Anhanguera Educacional divulgou que possuía 302 mil alunos matriculados no ensino superior presencial, enquanto que a Kroton Educacional, em 30 de junho de 2013, operava em 53 unidades de ensino superior espalhados pelo território nacional com 162 mil alunos matriculados, sendo 149 mil referentes à graduação e 13 mil referentes à pós-graduação. E no mesmo período, a Estácio Participações operava em 77 unidades ao longo do território nacional, com 245,4 mil alunos matriculados no final do segundo trimestre, sendo 229,6 mil referentes à graduação e 15,8 mil referentes à pós-graduação.

Companhias atuantes no segmento de aulas presenciais

Número de alunos em 30 de junho de 2012

	(em mil)
Kroton	162
Anhanguera	302
Estácio	245,5
Ser Educacional	76,2

Fonte: Companhia e Análise Setorial do Ensino Superior Privado, com base em informações periódicas arquivadas no site da CVM.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

d. eventual sazonalidade

Receitas

Desconsiderando o efeito do nosso crescimento, a sazonalidade das nossas receitas provenientes das mensalidades e taxas varia com a taxa de evasão e inadimplência de alunos, que aumenta cumulativamente ao longo do semestre. De modo geral, nossas receitas são menores no segundo trimestre, recuperam-se no terceiro trimestre com novas matrículas e caem novamente no quarto trimestre.

Despesas e Custos

Não existe sazonalidade relevante de nossos custos e despesas, que se mostram aproximadamente constantes durante o ano. As despesas são geralmente um pouco menores nos meses de janeiro e dezembro devido às férias escolares.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Mantemos bom relacionamento com nossos fornecedores, tais como agência de publicidade, editoras, empresas de segurança, empresas de telemarketing, empresas de limpeza, entre outros.

EAD

A prestação de serviços de educação a distância necessita de fornecedores, e parcerias diferenciadas em relação ao serviço de educação presencial. Destes destaca-se a necessidade de parceiros tecnológicos relativos à infraestrutura física de TI, de Ambientes Virtuais de Aprendizagem e parcerias locais dos Polos de ensino a serem abertos.

A Pearson Education do Brasil Ltda. ("**Pearson**") será a parceira chave no desenvolvimento do EAD, pois está fornecendo os ambientes virtuais de aprendizagem, o conteúdo programático dos cursos a ser disponibilizado, conteúdo eletrônico dos cursos, o conteúdo impresso disponibilizado, a biblioteca virtual, capacitação de professores para EAD e consultoria especializada nos serviços vinculados ao EAD.

Pearson

Segundo seu *website*, a Pearson é a maior empresa de soluções educacionais do mundo. Oferece publicações, conteúdo, tecnologia, consultoria e certificação em mais de 60 países. Entre suas tradicionais marcas estão os selos editoriais *Longman*, *Prentice Hall* e *Addison Wesley*.

Na esfera educacional, a Pearson oferece também certificações internacionais, por meio da Edexcel, e ambientes virtuais de aprendizado, com o *eCollege* e o *Fronter*, além de soluções para avaliação educacional.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

No Brasil, a Pearson destaca-se por sua inovação em tecnologia educacional, oferecendo uma biblioteca virtual com títulos que podem ser lidos e pesquisados on-line, livros customizados e sob demanda, conteúdo para educação a distância e consultoria em conteúdo e metodologia educacionais.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Não há dependência ou vulnerabilidade em relação a qualquer fornecedor, uma vez que atuamos com uma vasta lista de fornecedores. Em geral, nossos fornecedores são selecionados com base em propostas de serviços, com o objetivo de identificar aquele que oferece os melhores termos e condições para cada negócio.

Estamos desenvolvendo a atividade de ensino a distância por meio de um contrato com um único fornecedor, a Pearson, que poderá, no futuro, gerar algum tipo de dependência. Para mais informações sobre o desenvolvimento de nossas atividades de ensino a distância consulte o item (i) acima.

iii. eventual volatilidade em seus preços

Não possuímos dependência de insumos e matéria prima, portanto não está sujeita a volatilidade de preços de mercado.

Nossos gastos com pessoal, principalmente corpo docente (professores), representam a maior parte de nosso custo de produtos e serviços prestados, sendo que para o período encerrado em 30 de junho de 2013, tais gastos representaram 66,3% dos nossos custos.

Nossos professores e funcionários administrativos são representados por sindicatos. As convenções coletivas regulam a duração da hora-aula, a remuneração mínima, férias e benefícios diretos dos professores e funcionários administrativos e estão sujeitas à renegociação anual, podendo ser alteradas substancialmente no futuro.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

a. *montante total de receitas provenientes do cliente*

Não há clientes relevantes que sejam responsáveis por mais de 10% da nossa receita líquida total, tendo em vista que a receita é proveniente do pagamento de mensalidade e de taxas por nossos alunos.

b. *segmentos operacionais afetados pelas receitas proveniente do cliente*

Não há clientes relevantes que sejam responsáveis por mais de 10% da nossa receita líquida total, tendo em vista que a receita é proveniente do pagamento de mensalidade e de taxas por nossos alunos.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a. *necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações*

O setor de educação superior no Brasil está sujeito à extensa regulamentação governamental (vide abaixo os órgãos regulatórios, consultivos, comissões e institutos) que tem por objetivo assegurar a qualidade dos projetos pedagógicos, da infraestrutura das instituições de ensino e do corpo docente, inclusive mediante controle para a abertura de novas unidades e novos cursos.

Ao longo de nossa história, acreditamos ter adquirido conhecimento e experiência necessários sobre a legislação e o processo regulatório brasileiro, que nos permite reduzir significativamente o prazo médio para obtenção de autorizações para novas unidades e cursos que considerarmos abrir.

A responsabilidade do Governo Federal de regulamentar, monitorar e avaliar instituições de ensino superior e cursos de graduação é exercida pelo MEC, pelo CNE, pelo INEP e pela CONAES.

MEC – Ministério da Educação

O MEC é a autoridade máxima do Ensino Superior no sistema de educação brasileiro, cuja competência consiste, entre outras prerrogativas, nas seguintes::

- (i) homologar as decisões do CNE a respeito do credenciamento e credenciamento de instituições de ensino superior;
- (iii) homologar os instrumentos de avaliação elaborados pelo INEP; os pareceres da CONAES e os pareceres e propostas de atos normativos do CNE;
- (iv) expedir normas e instruções para o cumprimento de leis, bem como decretos e regulamentos que preveem questões educacionais; e
- (v) exercer as funções de regulação e supervisão da educação superior por intermédio de suas secretarias.

CNE – Conselho Nacional de Educação

O CNE é um órgão assessor consultivo e deliberativo do MEC e compõe-se da Câmara de Educação Básica (CEB) e da Câmara de Educação Superior (CES), cada qual composta de doze membros indicados pelo Ministro da Educação e nomeados pelo Presidente da República. O CNE tem competência para, entre outras, realizar as seguintes atividades:

- (i) expedir atos normativos para implementar as diretrizes do MEC, bem como oferecer aconselhamento e suporte ao MEC em suas atividades e decisões;
- (ii) deliberar a respeito dos pedidos de credenciamento e credenciamento de instituições de ensino superior e aquelas que oferecem ensino a distância, com base no parecer da secretaria competente;

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- (iii) recomendar medidas a suas secretarias), inclusive a assinatura de termos de compromisso por universidades, centros universitários e faculdades que não cumprirem os padrões de qualidade para credenciamento e credenciamento;
- (iv) aprovar os instrumentos de avaliação para credenciamento de instituições elaborados pelo INEP; e
- (v) impor penalidades, tais como suspensão temporária de abertura de novos processos seletivos de cursos de graduação, suspensão temporária de credenciamento de instituições de ensino superior, cassação da autorização de funcionamento de instituições de ensino superior e/ou do reconhecimento do curso por elas oferecido.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

O INEP é uma autarquia federal ligada ao MEC, cujo presidente é indicado pelo Ministro da Educação e nomeado pelo Presidente da República. O INEP tem como responsabilidades, entre outras:

- (i) realizar visitas a instituições de ensino superior para avaliações in loco no processo de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e nos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação e sequenciais;
- (ii) realizar as diligências necessárias à verificação das condições de funcionamento das instituições e cursos, como subsídio para elaboração de parecer das secretaria competente;
- (iii) conduzir pesquisa e análise de dados relacionados à educação no Brasil; e
- (iv) realizar a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes;
- (v) elaborar os instrumentos de avaliação conforme as diretrizes da CONAES.

CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

A CONAES é uma comissão sob supervisão do MEC composta de 13 membros, sendo um representante do INEP, um representante da Fundação de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, ou CAPES, três representantes do MEC, um representante do corpo docente das instituições de ensino superior e um representante do corpo docente de instituições de ensino superior, um representante do corpo técnico administrativo das instituições de ensino superior, e cinco membros indicados pelo Ministro da Educação escolhidos entre cidadãos com notório saber científico, filosófico e artístico, e reconhecida competência em avaliação ou gestão de educação superior. Entre outras atividades, a CONAES tem como atribuições principais:

- (i) coordenar e monitorar o SINAES;
- (ii) estabelecer as diretrizes a serem seguidas pelo INEP na elaboração de instrumentos de avaliação de cursos de graduação e instituições de ensino;

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- (iii) aprovar os instrumentos de avaliação e submetê-los à homologação pelo Ministro da Educação; e
- (iv) submeter a relação dos cursos a serem avaliados pelo Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes- ENADE, à aprovação do Ministro da Educação.

Organização de Instituições de Ensino Superior

De acordo com a LDB, Lei Federal nº 9.394/96, a educação superior pode ser oferecida por instituições de ensino superior públicas ou privadas. Uma instituição de ensino superior privada deve ser controlada, administrada e mantida por uma pessoa física ou jurídica, denominada entidade mantenedora, responsável pela obtenção de recursos para atender às necessidades de suas entidades mantidas.

A entidade mantenedora, como pessoa jurídica, é legalmente responsável por todas as suas entidades mantidas.

As instituições de ensino superior privadas podem ser:

- (i) particulares em sentido estrito: instituições de ensino superior privadas com fins lucrativos criadas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas privadas
- (ii) comunitárias: constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;
- (iii) confessionais: constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideológica específicas e que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade; e
- (iv) filantrópicas, na forma da lei.

A partir de 2004, mediante adesão ao PROUNI, as instituições de ensino superior com fins lucrativos passaram a gozar também de tratamento fiscal privilegiado. Veja “Programas de Incentivo - Programa Universidade para Todos – PROUNI”.

De acordo com suas prerrogativas organizacionais e acadêmicas, as instituições de ensino superior podem ser:

- (i) Faculdades: As faculdades são instituições de ensino públicas ou privadas que oferecem cursos superiores em uma ou mais áreas de conhecimento; são mantidas por uma única entidade mantenedora e têm administração e direção específicas. As faculdades podem oferecer cursos em diversos níveis, a saber: cursos de graduação tradicional, graduação tecnológica, pós-graduação lato sensu (especialização) e stricto sensu (mestrado e doutorado). As faculdades não podem estabelecer novas unidades ou criar cursos e novas vagas sem autorização prévia do MEC;
- (ii) Centros Universitários: Os centros universitários são instituições de ensino públicas ou privadas que oferecem vários cursos de ensino superior, programas de extensão universitária e pós-graduação lato sensu e stricto sensu e

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

devem oferecer oportunidades de ensino e qualificação para seus professores e condições de trabalho para a comunidade acadêmica. Pelo menos 1/3 do corpo docente de um centro universitário deve ser composto por mestres e doutores. Além disso, pelo menos 1/5 de seu corpo docente deve ser composto de professores que trabalham em período integral. Os centros universitários têm autonomia para criar, organizar e extinguir cursos e programas de ensino superior, assim como remanejar ou ampliar vagas nos seus cursos existentes no município onde se localiza sua sede, sem autorização prévia do MEC. Os centros universitários não podem criar unidades fora do município onde se localiza sua sede; e

(iii) **Universidades:** As universidades são instituições de educação superior, públicas ou privadas, que oferecem vários cursos superiores, atividades de extensão e desenvolvimento de pesquisa institucional. Da mesma forma que os centros universitários, pelo menos 1/3 do corpo docente de uma universidade deve ser composto por mestres e doutores. Além disso, como requisito adicional àqueles exigidos dos centros universitários, pelo menos 1/3 de seu corpo docente deve ser composto de professores que trabalham em regime de tempo integral. As universidades têm autonomia para criar, organizar e extinguir cursos e programas de ensino superior, assim como remanejar ou ampliar vagas nos seus cursos existentes no município onde se localiza sua sede, sem autorização prévia do MEC. Adicionalmente, somente as universidades possuem a prerrogativa de, mediante autorização prévia do MEC, solicitar o credenciamento de novas unidades e cursos fora do município onde se localiza sua sede, desde que dentro do mesmo estado.

A legislação prevê autonomia didática, científica e administrativa a universidades, centros universitários e faculdades em diferentes graus de forma que outras pessoas e instituições externas não interfiram em sua administração e nem em suas atividades científicas, culturais, didáticas e curriculares, desde que sejam seguidas as diretrizes curriculares educacionais brasileiras.

A LDB estabelece que os seguintes poderes, sem prejuízo de outros, sejam garantidos às universidades e aos centros universitários no exercício de sua autonomia:

- (i) criar, organizar e extinguir cursos de ensino superior em suas dependências, sujeito à regulamentação aplicável;
- (ii) estabelecer as grades curriculares para seus cursos e programas, sujeito às diretrizes gerais aplicáveis;
- (iii) estabelecer planos, cursos e projetos relativos à pesquisa científica, produção artística e atividades extracurriculares;
- (iv) estabelecer o número de vagas disponíveis;
- (v) elaborar e alterar seu estatuto social de acordo com as normas gerais aplicáveis; e
- (vi) conceder graus, diplomas e outros títulos.

Credenciamento de Instituições de Ensino Superior e Autorização e Reconhecimento de Curso

O primeiro credenciamento de uma instituição de ensino superior é necessariamente como uma faculdade. O credenciamento como universidade ou centro universitário somente é concedido após a instituição ter operado como

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

faculdade e ter atendido a padrões de qualidade satisfatórios, dentre eles avaliação positiva pelo SINAES, bem como atender às exigências legais aplicáveis a cada tipo de instituição de ensino superior, tais como titulação mínima e regime de trabalho do corpo docente.

A Portaria MEC nº 2.261, de 29 de junho de 2005, suspendeu o recebimento de solicitações de credenciamento de Universidades do Sistema Federal de Ensino. No entanto, referida suspensão não foi aplicada às solicitações de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação, credenciamento e credenciamento de faculdades integradas, faculdades, institutos e escolas superiores, bem como credenciamento de centros universitários e universidades fora do Sistema Federal de Ensino.

A LDB estabelece que o ensino superior deve englobar os seguintes cursos:

- (i) Cursos de graduação, incluindo graduação tradicional e tecnológica, que oferecem treinamento específico e concessão de diplomas aos alunos, abertos aos candidatos que concluíram o ensino médio ou equivalente e que tenham sido aprovados no processo seletivo ou vestibular;
- (ii) Cursos de pós-graduação, incluindo mestrado e doutorado, cursos de especialização, cursos de aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos que possuam diploma de um curso de graduação e que atendam às exigências previstas pelas instituições de ensino; e
- (iii) Cursos de extensão, entendida como toda atividade acadêmica, técnica ou cultural que não está incluída como parte integrante e obrigatória do currículo de graduação e pós graduação, cujos alunos recebem certificados. Tais cursos são abertos a candidatos que atendam às exigências estabelecidas, em cada caso, pelas instituições de ensino. Nossos cursos possuem ainda caráter social, no sentido de promover a interação do aluno com o meio social em que atua, beneficiando a comunidade.

Mesmo depois do credenciamento, por serem instituições de ensino superior, as faculdades dependem da autorização do MEC para oferecer cursos superiores de graduação. O pedido de autorização enviado pelas faculdades deve incluir documentos relativos ao projeto pedagógico do curso, informar número de vagas, lista de professores, períodos, cursos e outros detalhes acadêmicos apropriados.

Dentro de sua autonomia, as universidades e os centros universitários não dependem de autorização do MEC para criar cursos na cidade em que se localiza sua sede. Eles somente devem informar o MEC a respeito dos cursos que oferecem para fins de registro, avaliação e reconhecimento posterior. Já as faculdades, apesar de terem autonomia administrativa, não gozam de autonomia acadêmica e, portanto, dependem de autorização do MEC para criar novos programas e cursos superiores de graduação.

Adicionalmente, e dentro de sua autonomia, as universidades também podem requerer o credenciamento de unidades e a autorização e reconhecimento de cursos fora do município onde se localiza sua sede. As unidades e os cursos não localizados na cidade da sede da universidade não desfrutam de prerrogativas de autonomia e devem ser controlados e supervisionados pela universidade.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Uma vez obtida a autorização para um determinado curso, se necessário, as instituições de ensino superior, inclusive os centros universitários e universidades, também devem requerer seu reconhecimento como condição para validação nacional do diploma. O pedido de reconhecimento de um curso deve ser feito após a metade do tempo exigido para sua conclusão ou até que, no máximo, 75% (setenta e cinco por cento) de sua carga horária já tenha sido cumprida, e deve incluir documentos relativos ao projeto pedagógico, número de alunos, lista de professores, períodos e outros detalhes acadêmicos aplicáveis.

Convém ressaltar que a autorização e reconhecimento de cursos de graduação em direito, medicina, odontologia e psicologia, sejam por faculdades, universidades ou centros universitários, está sujeita à opinião das entidades de classe das referidas profissões.

A autorização e o reconhecimento dos cursos e o credenciamento das instituições de ensino superior permanecem válidos até o ciclo avaliativo seguinte e devem ser renovados periodicamente, de acordo com as determinações do MEC, após processo de avaliação regular.

De acordo com a Resolução CES/CNE nº 1, de 8 de junho de 2007, as instituições de ensino superior já credenciadas perante o MEC não necessitam de credenciamento específico para oferecer cursos de pós-graduação lato sensu, mas são periodicamente avaliadas pela CAPES, conforme o subitem "Avaliação de Cursos de Pós-graduação" abaixo.

Nossas instituições de ensino superior são credenciadas junto ao MEC e envidamos nossos melhores esforços para mantermos todos os credenciamentos e credenciamentos das Instituições de Ensino Superior, bem como o conhecimento e reconhecimento dos nossos cursos, de forma que tomamos as medidas necessárias para que estes permaneçam válidos.

Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, instituiu o SINAES, que tem por objetivo avaliar as instituições de ensino superior, os cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica e o desempenho acadêmico dos alunos. Os esforços de monitoramento e coordenação do SINAES são realizados pela CONAES. Os resultados da avaliação de instituições de ensino superior e seus cursos são colocados à disposição do público pelo MEC. O principal objetivo desse sistema de avaliação é melhorar a qualidade do Ensino Superior no Brasil. Os resultados dessas avaliações são representados em uma escala de 5 níveis e serão considerados nos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos e de credenciamento e credenciamento de instituições:

- (i) os níveis 4 e 5 expressam condições acima das satisfatórias;
- (ii) o nível 3 expressa condições satisfatórias; e
- (iii) os níveis 1 e 2 expressam condições insatisfatórias.

Em caso de resultado insatisfatório e após avaliação *in loco* confirmando a nota atribuída, será celebrado um protocolo de compromisso entre a instituição de ensino superior e o MEC, contendo, entre outras disposições: (i) o diagnóstico das

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

condições insatisfatórias; (ii) as providências a serem tomadas para corrigir as condições insatisfatórias; e (iii) os prazos e metas para recuperação.

O não cumprimento, total ou parcial, das condições previstas no termo de compromisso pode resultar em uma ou mais penalidades aplicadas pelo MEC, a saber: (i) suspensão temporária da abertura de processo seletivo de cursos de graduação; (ii) cassação do credenciamento ou recredenciamento da instituição e da autorização de funcionamento de seus cursos; e (iii) advertência, suspensão ou cassação do mandato dos coordenadores acadêmicos, no caso de instituições de ensino superior públicas.

Avaliação de Instituições de Ensino Superior

As avaliações externas de instituições de ensino superior são realizadas pelo INEP em duas situações: quando uma instituição solicita seu primeiro credenciamento e ao final de cada ciclo avaliativo do SINAES. De acordo com a Portaria nº 300 do MEC, de 30 de janeiro de 2006, as instituições de ensino superior são avaliadas com base nos seguintes critérios, entre outros: (i) plano de desenvolvimento institucional; (ii) responsabilidade sócio-institucional; (iii) infraestrutura; (iv) acompanhamento pedagógico do aluno e sua situação financeira.

Avaliação de Cursos de Graduação Tradicional e Graduação Tecnológica

A avaliação de cursos de graduação é feita no momento do primeiro credenciamento pelo MEC e deve ser atualizada periodicamente, ao final de cada ciclo avaliativo do SINAES.

De acordo com a Portaria nº 563 do MEC, de 21 de fevereiro de 2006, essa avaliação consiste na análise da metodologia acadêmica, do corpo docente, dos corpos discente e técnico-administrativo e da infraestrutura da instituição.

Avaliação de Cursos de Pós-Graduação

A avaliação de cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado é feita pela CAPES desde 1976 e aprovada pelo CNE. Os cursos são avaliados de acordo com os padrões exigidos estabelecidos para cada curso específico. A CAPES, então, atualiza sua avaliação dos cursos de pós-graduação a cada três anos, que é o período de validade de uma autorização.

Avaliação do Desempenho Acadêmico do Aluno

A avaliação do desempenho acadêmico do aluno, do SINAES, é conduzida pelo INEP, que exige que o aluno se submeta ao ENADE, com o objetivo de verificar o conhecimento e a habilidade técnica do corpo discente. Cada prova do ENADE é desenvolvida de acordo com o teor e o currículo específicos de cada programa educacional. Os alunos matriculados em cursos superiores de graduação de bacharelado fazem o ENADE, no máximo, a cada três anos, sendo permitida a avaliação de apenas parte dos alunos por amostragem. Neste sistema, os alunos são avaliados ao final do primeiro e do último ano de cada curso. O primeiro ENADE ocorreu em 2004. Antes do ENADE, havia um exame semelhante chamado Exame Nacional de Cursos, ou Provão, o qual foi aplicado a alunos matriculados apenas na última série de cada curso superior e foi realizado no período de 1996 a 2003.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A nota geral de cada turma de alunos é calculada com base na média aritmética ponderada de todos os alunos de um determinado curso sorteados para o exame. O INEP avalia o desvio padrão da evolução do aluno em cada curso a fim de compará-lo com os padrões nacionais.

O conceito final de um curso é apresentado pelo MEC após a avaliação do: (i) conceito do ENADE, (ii) conceito da organização didático-pedagógica, (iii) conceito do corpo docente, e (iv) conceito da infraestrutura.

Qualidade dos Serviços Educacionais de Ensino Superior

A qualidade dos serviços educacionais de ensino superior é medida por indicadores determinados pelo MEC. Para tanto, o MEC avalia regularmente as instituições e os cursos de ensino superior em nível de graduação, tanto na modalidade presencial, quanto na modalidade a distância. Deste modo, a avaliação passa a ser o referencial básico da regulação e da supervisão do ensino superior em nível de graduação. Com relação ao ensino superior de pós-graduação stricto sensu, a avaliação do MEC dos respectivos programas compreende um processo de acompanhamento anual e avaliação trienal do desempenho de todos os programas e cursos que integram o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Os resultados desse processo, expressos pela atribuição de uma nota na escala de “1” a “7”, onde a nota mínima satisfatória é “3”, fundamentam a decisão do CNE/MEC quanto aos cursos aos quais serão conferidos a renovação do “reconhecimento” pelo MEC, a vigorar no triênio subsequente.

Transferência de Controle de Entidades Mantenedoras

De acordo com o Decreto n.º 5.773, de 09 de maio de 2006, a alteração da manutenção, por qualquer meio legalmente admissível, deverá ser submetida ao MEC. A transferência de manutenção para uma nova mantenedora deve ser submetida à aprovação pelo MEC. A nova mantenedora deve atender às exigências necessárias para credenciamento de uma instituição de ensino superior e oferecer toda a documentação apropriada, comprovando capacidade econômico-financeira e acadêmica para tal. A mudança de entidade mantenedora não será permitida se a nova entidade mantenedora tiver recebido penalidades de qualquer autoridade do sistema de educação federal nos últimos cinco anos, seja diretamente ou por meio de qualquer de suas entidades mantidas.

Além disso, nos termos do Decreto n.º 5.773, de 09 de maio de 2006, qualquer modificação na forma de atuação dos agentes da educação superior após expedição do credenciamento, relativa à mantenedora ou qualquer outro elemento relevante para o exercício das funções educacionais, dentre outros aspectos, depende de modificação do ato autorizativo originário.

Nos termos da Portaria Normativa do MEC n.º 40, de 12 de dezembro de 2007, as alterações de controle societário de mantenedoras serão processadas na forma de pedido de transferência de manutenção. O pedido deverá ser instruído com documentos pertinentes ao adquirente da manutenção, acrescido do instrumento de aquisição, transferência de quotas, alteração de controle societário ou do negócio jurídico que altera o poder decisório sobre a mantenedora. Dessa forma, quaisquer alterações de controle societário deverão ser notificadas como pedidos de transferência de manutenção, de modo que o MEC possa analisar e, caso necessário, aprová-la ou não.

Com relação à transferência de cursos ou programas oferecidos por instituição de educação

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

superior, nos termos do Decreto n.º 5.773, de 09 de maio de 2006 , tal transferência é vedada se realizada entre Mantenedoras, não existindo qualquer restrição legal ou regulamentar quanto à transferência de cursos ou programas entre instituições de educação superior vinculadas a uma mesma entidade mantenedora.

Programa Universidade para Todos – PROUNI

O PROUNI é um programa de benefícios fiscais criado pela Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004, posteriormente transformada na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a isenção de determinados impostos federais a instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

As instituições de ensino superior privadas podem aderir ao PROUNI por meio da assinatura de um termo de adesão válido por dez anos e renovável pelo mesmo período. Esse termo de adesão deve prever o número de bolsas de estudo a serem oferecidas em cada curso, unidade e turma, e um percentual de bolsas de estudo para cursos de ensino superior a serem concedidas a indígenas e afro-brasileiros. Para aderir ao PROUNI, uma instituição de ensino deve:

- (a) estar em dia com suas obrigações fiscais; e
- (b) cumprir os seguintes requisitos: (i) oferecer no mínimo uma bolsa de estudo integral para cada 10,7 alunos regularmente pagantes devidamente matriculados no final do ano letivo anterior, excluindo bolsas de estudo integrais concedidas pelo PROUNI ou pela instituição; ou (ii) oferecer uma bolsa de estudo integral para cada 22 alunos regularmente pagantes em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica, desde que ela também ofereça 50% ou 25% de bolsas de estudo no valor total equivalente a 8,5% da receita anual de alunos pagantes regulares matriculados em um determinado ano letivo em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

A relação entre o número de bolsas de estudo e os alunos regularmente pagantes deve ser observada anualmente. Se essa relação não for observada durante um determinado ano letivo devido à saída de alunos, a instituição deve ajustar o número de bolsas de estudo de maneira proporcional para o ano letivo seguinte.

Segundo a Instrução Normativa SRF nº 456, de 5 de outubro de 2004, que regulamenta atualmente as referidas isenções, uma instituição de ensino superior privada que aderiu ao PROUNI fica isenta, total ou parcialmente, dos seguintes impostos, durante o período em que o termo de adesão estiver em vigor:

- (i) IRPJ, e CSLL, com relação à parcela do lucro líquido proporcional às receitas provenientes de cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica; e
- (ii) Cofins e PIS, referentes às receitas provenientes dos cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

Se uma instituição de ensino superior solicitar sua exclusão do PROUNI, as isenções fiscais serão suspensas a partir da data da solicitação e deixarão de ser aplicáveis por todo o período da base de cálculo.

Alterações Recentes ao PROUNI

JUR_SP - 17632464v6 - 5302.347873

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Recentemente, em 13 de setembro de 2013, a Receita Federal do Brasil publicou a Instrução Normativa SRF nº 1.394, que revoga a referida Instrução Normativa SRF nº 456 e introduz novas disposições em relação às isenções fiscais instituídas pelo PROUNI, em especial um novo cálculo para se obter o valor de referidas isenções.

Segundo a Instrução Normativa SRF nº 1.394, que em tese passa a produzir efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014, a isenção fiscal obtida pelas instituições privadas de ensino superior signatárias do PROUNI deverá ser calculada com base na Proporção Da Ocupação Efetiva Das Bolsas Devidas ("POEB")¹. De modo a obter a POEB, dispõe a Instrução Normativa SRF nº 1.394, que deverá ser realizado um cálculo que correspondente à razão entre o (i) valor total das bolsas efetivamente preenchidas² e (ii) o valor total das bolsas devidas³, na forma do seguinte procedimento:

- (i) valor total das bolsas integrais ou parciais preenchidas - apura-se o somatório dos valores, das bolsas integrais, parciais de 50% ou parciais de 25% no âmbito do PROUNI excluídas as bolsas da própria instituição, observados os descontos concedidos, cujos estudantes bolsistas encontram-se regularmente matriculados nos cursos no período de apuração dos tributos;
- (ii) valor total das bolsas integrais ou parciais devidas - apura-se o somatório dos valores, da totalidade de bolsas de estudos integrais, parciais de 50% ou parciais de 25% devidas no âmbito do PROUNI, excluídas as bolsas da própria instituição, observados os descontos concedidos; e
- (iii) $POEB = (i) / (ii)$

Ademais, a Instrução Normativa SRF nº 1.394, ao dispor acerca do cálculo do valor da isenção fiscal do IRPJ e da CSLL (POEB, multiplicado pelo lucro da exploração das atividades de ensino superior provenientes de cursos de graduação ou cursos sequenciais de formação específica e pela alíquota do IRPJ - 15% e da CSLL - 9%) desconsiderou a aplicação da alíquota adicional do IRPJ (10%) o que não constava na regulamentação anterior.

Neste contexto, considerando que a regulamentação da Instrução Normativa SRF nº 456 não prevê a realização de cálculos limitadores do valor da isenção fiscal, e tendo em vista que as regras instituídas pela Instrução Normativa SRF nº 1.394 acabam por criar um potencial limitador ao montante da isenção fiscal que poderá ser usufruído pela Companhia, a aplicação das disposições introduzidas pela Instrução Normativa SRF nº 1.394 resultará em uma redução do valor da isenção fiscal obtida e, por consequência, nossos resultados poderão ser afetados.

Não obstante, salientamos que a legalidade das disposições introduzidas pela Instrução Normativa SRF nº 1.394 é passível de questionamentos, tendo em vista que, no ordenamento jurídico brasileiro, uma instrução normativa da Receita Federal, como regra geral, não pode reduzir ou limitar um benefício fiscal previsto em lei, como no presente caso.

1 Entende-se por "Proporção da Ocupação Efetiva das Bolsas Devidas", a razão entre o número de bolsas devidas pela instituição *versus* bolsas efetivamente preenchidas.

2 Entende-se por "bolsas efetivamente preenchidas" o número de bolsas de estudo devidas pela instituição de ensino que foram preenchidas, ou seja, que contam com alunos matriculados de acordo com as regras do PROUNI.

3. Entende-se por "bolsas devidas" o número de bolsas de estudo oferecidas pelas instituições aderentes ao programa de acordo com o termo de adesão ao PROUNI apresentado por cada instituição, ou seja, o número de bolsas de estudo oferecidas pela instituição aderente vinculadas ao PROUNI.

JUR_SP - 17632464v6 - 5302.347873

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Pretendemos questionar judicialmente a legalidade da IN 1.394, mas não podemos assegurar que teremos êxito em tal questionamento.

Por fim, em relação ao PROUNI, somos uma instituição credenciada e portanto valemo-nos dos benefícios concedidos.

Programa de Financiamento Estudantil (FIES)

O Programa de Financiamento Estudantil, ou FIES, criado pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 é um programa do MEC para financiar alunos que não podem arcar com o custo total de sua educação. Para receber os benefícios do FIES, os alunos devem estar regularmente matriculados em uma instituição de ensino superior privada registrada no FIES que tenha avaliação positiva do MEC. Segundo o FIES, cabe ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a função de agente operador do Programa.

Atualmente, os empréstimos do FIES são concedidos na seguinte ordem de prioridade:

1º - Alunos que recebem bolsa de estudo de 50% do PROUNI;

2º - Alunos que recebem bolsas complementares e estão matriculados em cursos considerados prioritários pelo FIES (licenciatura em química, física, matemática e biologia, bem como cursos de engenharia, geologia e outros cursos incluídos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos);

3º - Alunos que recebem bolsas complementares e estão matriculados em outros cursos;

4º - Alunos matriculados em instituições de educação superior que aderiram ao PROUNI; e

5º - Outros alunos inscritos em instituições de educação superior que não aderiram ao PROUNI.

Durante o curso de graduação, o aluno deve pagar à instituição de ensino a parcela da mensalidade não coberta pelo FIES, devendo também pagar, trimestralmente, juros de 3,4% ao ano, incidente sobre o financiamento, que não poderá exceder o montante de R\$50,00 a cada três meses. O pagamento do principal deverá ser feito após um ano e meio da conclusão do curso. Além disso, passou a ser permitido ao estudante solicitar o financiamento em qualquer período do ano.

PRONATEC

O PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) foi criado pelo Governo Federal em 2011 com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

A portaria Nº 160, de 05 de Março de 2013 do Ministério da Educação dispõe que a habilitação de unidades de ensino de instituição privada de ensino superior ao PRONATEC estará condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos:

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

I - atuar em curso de graduação em áreas de conhecimento correlatas a do curso técnico a ser ofertado ou aos eixos tecnológicos previstos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos; e

II - apresentar, no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, de que trata a Lei nº 10.861, de 18 de fevereiro de 2004, mediante avaliação e cálculo pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição ("IGC") igual ou superior a 3 (três).

Para as instituições que não possuem IGC estabelecido, poderá ser utilizado, alternativamente, a apresentação de Conceito Preliminar de Curso ("CPC") igual ou superior a 3 (três) em curso de engenharia ou curso superior de tecnologia.

Em 2 de Agosto de 2013, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica publicou o cronograma e demais procedimentos do processo seletivo para ocupação de vagas gratuitas em cursos técnicos, na forma subsequente, ofertados por meio do Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica - SISUTEC, compreendido nas ações do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, para ingresso no segundo semestre de 2013. De um total de 239.792 vagas ofertadas no Brasil, a nossa Companhia ofertou 42.800 vagas, o que nos credencia a ser a Instituição de Ensino Superior Privada no Brasil com maior número de vagas postuladas junto ao PRONATEC.

Reforma Universitária

O Congresso Nacional está debatendo atualmente o Projeto de Lei nº 7.200/2006 (também conhecido como Reforma Universitária) que poderá introduzir mudanças no atual regime regulatório, dentre as quais podem se destacar, no que se refere às instituições privadas:

- (i) exigência de que pelo menos 70% do capital com direito de voto das sociedades com fins lucrativos que mantêm as instituições de ensino sejam detidos direta ou indiretamente por brasileiros natos ou naturalizados;
- (ii) proibição de franquia no setor de ensino superior;
- (iii) entidades mantenedoras de instituições de ensino superior não poderão mais fazer doações a partidos políticos e candidatos;
- (iv) somente as instituições de ensino superior credenciadas há no mínimo cinco anos e com desempenho satisfatório na avaliação e supervisão do MEC poderão se tornar universidades e centros universitários;
- (v) universidades e centros universitários serão obrigados a ter um comitê interno para fins acadêmicos e comunitários composto por representantes da comunidade, da comunidade acadêmica e por representantes da mantenedora limitado a 20% do colegiado; e
- (v) os cursos de graduação com avaliações positivas do MEC poderão aumentar suas vagas em até 50% sem necessidade de aprovação prévia do MEC.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Se essa reforma for aprovada, as instituições de ensino superior terão dois anos para se adaptar às novas regras a contar do ano seguinte à publicação da legislação relevante. A reforma ainda está em debate no Congresso Nacional e não é possível prever se será alterada ou aprovada, nem quais efeitos terá sobre as instituições de ensino superior privadas e suas entidades mantenedoras.

Autarquia Federal – INSAES

A Câmara dos Deputados analisa o Projeto de Lei nº 4.372/12, do Poder Executivo, que cria o Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior (INSAES), uma autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com sede e foro no Distrito Federal e atuação em todo território nacional. O INSAES terá por finalidade supervisionar e avaliar instituições de educação superior e cursos de educação superior no Sistema Federal de Ensino, e certificar entidades beneficentes que atuem na área de educação superior e básica.

Se aprovado pelo Congresso Nacional, o futuro INSAES vai substituir o INEP nos processos de avaliação in loco das instituições de ensino superior, públicas e privadas, e de seus cursos de graduação. O exame de avaliação de desempenho de estudantes da educação superior, o ENADE, continuará sob a responsabilidade do INEP e a pós-graduação (mestrado e doutorado) continua sendo avaliada pela CAPES. A proposta é assinada pelos ministros do Planejamento, da Educação, da Fazenda.

Conforme os argumentos do governo, a criação do INSAES deve-se à necessidade de reestruturar o MEC para que sejam cumpridas metas de ampliação do acesso ao ensino superior e da qualidade das faculdades, previstas no novo Plano Nacional de Educação (PNE), em análise no Senado.

Entre outras atribuições, o INSAES poderá autorizar e renovar o reconhecimento de cursos de graduação e sequenciais. Poderá, também, decretar intervenção em instituições de educação superior.

Como sanção aos infratores da lei, o INSAES poderá desativar cursos, reduzir o número de vagas, suspender a autonomia ou descredenciar instituições. Depois de avaliadas, as faculdades poderão receber advertência ou multas de R\$ 5 mil a R\$ 500 mil.

Histórico de Relacionamento com Órgãos Governamentais

A nossa Administração entende ter bom relacionamento com o MEC, bem como com os órgãos integrantes dele ou ligados a ele, como é o caso do CNE, do INEP e do CONAES.

Isso se reflete no curso normal de obtenção das autorizações necessárias para a condução de nossas atividades, principalmente por nunca termos tido autorização negada.

O conceito de bom relacionamento com o MEC e demais órgãos dele integrantes ou a ele relacionados ou ligados também pode ser observado pelo recebimento de pontuações satisfatórias dos nossos cursos nos últimos dois ciclos de

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

avaliação e pela inexistência de disputas ou desentendimentos com o MEC e tais órgãos que pudessem prejudicar o desenvolvimento de nossas atividades.

Ensino a Distância

O ensino a distância no Brasil é regulamentado pelo artigo 80 da LDB, pelo Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, conforme alterado pela Portaria MEC nº 4.059, de 10 de novembro de 2004, e pela Portaria Normativa do MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e republicada em 29 de dezembro de 2010 ("Portaria Normativa nº 40"). É definido como a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou momentos distintos.

De acordo com a LDB, o ensino a distância goza de tratamento diferenciado, que inclui (i) custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens, (ii) concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas, e (iii) reserva de tempo mínimo, sem ônus para o poder público, pelos concessionários de canais comerciais.

A educação a distância pode ser ofertada nos seguintes níveis e modalidades educacionais:

(i) educação básica, desde que como forma de complementar a aprendizagem ou em situações emergenciais, (ii) educação de jovens e adultos, respeitadas as especificidades legais pertinentes, (iii) educação especial, respeitadas as especificidades legais pertinentes, (iv) educação profissional, abrangendo técnicos, de nível médio e tecnológicos, de nível superior, e (v) educação superior, abrangendo cursos sequenciais, de graduação, de especialização, de mestrado e de doutorado.

Os cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e superiores de tecnologia) poderão ser oferecidos a distância por instituições de Ensino Superior regularmente credenciadas junto ao MEC, de acordo com a Portaria Normativa nº 40, devendo a autorização de funcionamento dos referidos cursos ser requerida perante a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior. O pedido seguirá, inicialmente, procedimento específico para credenciamento, autorização e reconhecimento de ensino a distância, transitando perante os órgãos próprios do MEC, seguindo, posteriormente, o mesmo trâmite de aprovação dos cursos presenciais.

Apesar de ser caracterizado pela ausência de contato direto entre alunos e professores, a regulamentação exige que as seguintes atividades sejam desenvolvidas em momentos presenciais (i) avaliação de estudantes, (ii) estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente, (iii) defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente, e (iv) atividades relacionadas a laboratórios de ensino, conforme o caso. De acordo com o disposto no Decreto nº 5.622 e na Portaria Normativa nº 40, os momentos presenciais devem ser realizados na sede da instituição de Ensino Superior ou em Polos de apoio presencial, devidamente credenciados para esta finalidade.

Os cursos e programas a distância devem ser projetados com a mesma duração definida para os respectivos cursos na modalidade presencial. A avaliação do desempenho do estudante para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas ou certificados deve ser realizada mediante cumprimento das atividades programadas, de exames

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

presenciais, que devem ser elaborados pela própria instituição de ensino credenciada, segundo procedimentos e critérios definidos no projeto pedagógico do curso ou programa.

A avaliação dos cursos de educação a distância é realizada da mesma forma que a avaliação dos cursos presenciais. Sendo identificada qualquer irregularidade ou descumprimento de condições originalmente estabelecidas, o órgão competente poderá, em sindicância ou processo administrativo, em que sejam assegurados a ampla defesa e o contraditório, aplicar penalidades de: (i) suspensão do reconhecimento de cursos superiores ou da renovação de autorização de cursos da educação básica ou profissional; (ii) intervenção; (iii) desativação de cursos; ou (iv) descredenciamento da instituição para educação a distância.

Os diplomas e certificados de cursos e programas a distância, expedidos por instituições credenciadas e registrados na forma da lei, terão validade nacional.

Os convênios e os acordos de cooperação celebrados para fins de oferta de cursos ou programas a distância entre instituições de ensino brasileiras, devidamente credenciadas, e suas similares estrangeiras, devem ser previamente submetidos à análise e homologação pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino, para que os diplomas e os certificados emitidos tenham validade nacional.

Somente instituições de ensino, públicas ou privadas, credenciadas podem oferecer cursos na modalidade a distância, sendo que compete ao MEC promover os atos de credenciamento das instituições de Ensino Superior, e às autoridades dos sistemas de ensino estadual e do Distrito Federal promover os atos de credenciamento de instituições para oferta de cursos a distância no nível básico e, no âmbito da respectiva unidade da Federação, nas modalidades de educação de jovens e adultos, educação especial e educação profissional. Para atuar fora da unidade da Federação em que estiver sediada, a instituição deverá solicitar credenciamento no Ministério da Educação.

O credenciamento de instituição para a oferta dos cursos ou programas a distância possui prazo de validade condicionado ao ciclo avaliativo, podendo ser renovado mediante novo processo de filiação. A instituição credenciada deverá iniciar o curso autorizado no prazo de até doze meses, a partir da data da publicação do respectivo ato, ficando vedada, nesse período, a transferência dos cursos e da instituição para outra mantenedora, sendo que caso a implementação de cursos autorizados não ocorra nesse prazo, os atos de credenciamento e autorização de cursos serão automaticamente tornados sem efeitos.

O ato de credenciamento de instituições para oferta de cursos ou programas a distância define a abrangência de sua atuação no território nacional, sendo que a solicitação de ampliação da área de abrangência deve ser feita ao órgão responsável do Ministério da Educação, por meio do aumento do número de polos de apoio presencial, na forma de aditamento ao ato de credenciamento. Os pedidos de ampliação de abrangência somente podem ser efetuados após o reconhecimento do primeiro curso de ensino a distância, exceto na hipótese de credenciamento limitado a cursos de pós-graduação lato sensu.

Aplica-se aos cursos ou programas a distância de Ensino Superior as regras de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

No caso do Ensino Superior, as universidades e os centros universitários credenciados para oferta de educação superior a distância poderão criar, organizar e extinguir cursos ou programas de educação superior nessa modalidade, mediante comunicação ao MEC, sendo que os cursos ou programas criados somente poderão ser ofertados nos limites da abrangência definida no ato de credenciamento da instituição.

As faculdades, por sua vez, deverão solicitar ao MEC autorização para abertura de cursos e programas de educação superior a distância.

Os cursos superiores a distância devem ser reconhecidos pelo MEC. Os cursos e os programas de mestrado e doutorado a distância estarão sujeitos às exigências de autorização, de reconhecimento e de renovação de reconhecimento previstas na legislação específica em vigor. Os cursos de pós-graduação a distância foram disciplinadas pela Resolução da Câmara de Ensino Superior (Conselho Nacional de Educação) nº 1, de 3 de abril de 2001 (stricto sensu), e pela Resolução CES/CNE nº 1, de 8 de junho de 2007 (lato sensu). As instituições que oferecem cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) e lato sensu (especialização) deverão ser obrigatoriamente credenciadas pela União (MEC). Todos esses cursos deverão incluir, necessariamente, provas presenciais e defesa presencial de monografia ou trabalho de conclusão de curso.

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Não desenvolvemos atividades que possam ocasionar danos ambientais relevantes. Adquirimos apenas papel certificado. Não aderimos a regulamentos e padrões internacionais de projeção ambiental.

No entanto, algumas autorizações emitidas por órgãos ambientais podem ser necessárias no âmbito da nossa atuação, como autorização para supressão de vegetação. Buscamos, durante o desenvolvimento das nossas atividades, cumprir todos os requisitos e determinações impostos pela legislação e normas ambientais vigentes.

Antes da aquisição e/ou locação de qualquer imóvel, avaliamos todos os aspectos ambientais relevantes, com ênfase para a eventual existência de mananciais, árvores, vegetação e a eventual ocorrência de áreas de preservação permanente e solicitamos aos órgãos ambientais todas as licenças e autorizações necessárias. Todos os custos relativos ao cumprimento da regulamentação ambiental à qual estamos sujeitos são considerados nos estudos de viabilidade de nossos empreendimentos.

Para mais informações sobre nossas atividades de Responsabilidade Social e Ambiental, consulte o item “7.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes – Atividades de Responsabilidade Social e Ambiental”.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, adquire-se a propriedade de uma marca somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”), sendo então assegurado ao titular seu uso exclusivo em todo o território nacional durante o prazo de dez anos, prorrogável por períodos iguais e sucessivos, para uma determinada classe de produtos ou serviços.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para a utilização das marcas depositadas para a identificação de seus produtos e serviços.

Atualmente somos titulares de marcas registradas ou em processo de registro no Brasil junto ao INPI. Nossas principais marcas são:

Grupo Ser Educacional, Faculdade Maurício de Nassau; Faculdade Joaquim Nabuco, Escola Técnica Maurício de Nassau, Escola Técnica Joaquim Nabuco, Colégio Maurício de Nassau, Instituto Maurício de Nassau, Universidade Joaquim Nabuco, Universidade Maurício de Nassau, Grupo Universitário Maurício de Nassau, Business Scholl Maurício de Nassau, Escola Maurício de Nassau, Centro de Educação Profissional Maurício de Nassau, Instituto Joaquim Nabuco, Seja Nassau, Nassau FM, Rádio Maurício de Nassau, TV Maurício de Nassau, Rádio Nassau, TV Nassau, Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau, Veritas IMN Instituto Maurício de Nassau, Maratona Internacional Maurício de Nassau, Maratona Maurício de Nassau, Escola Joaquim Nabuco, Centro de Educação Profissional Joaquim Nabuco, Ser Educacional, Instituto Ser Educacional, Uninassau Veritas Centro Universitário Maurício de Nassau, Centro Universitário do Recife.

Não dependemos de patentes, licenças, concessões, franquias ou contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das nossas atividades.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Toda a nossa receita é atribuída a clientes do nosso país sede, uma vez que as nossas atividades estão restritas ao território nacional.

A tabela abaixo mostra a nossa receita líquida para os períodos indicados:

Prestação de Serviços de Educação	(em R\$ mil, exceto percentuais)							
	6M13	Δ%	6M12	2012	Δ%	2011	Δ%	2010
Receita Líquida	220.601	61,9	136.254	283.285	54,4	183.517	29,9	141.296

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Não aplicável, pois as nossas atividades estão restritas ao território nacional.

c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

Não aplicável, pois as nossas atividades estão restritas ao território nacional.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não aplicável, pois as nossas atividades estão restritas ao território nacional.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

Não há outras relações de longo prazo relevantes da Companhia, que não tenham sido apresentadas em outras seções deste Formulário de Referência.

7.9 - Outras informações relevantes

Núcleos de Fomento à Responsabilidade Social

Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau – Pesquisas

Objetivo: O Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau, entidade sem fins lucrativos, tem como objetivo desenvolver pesquisas educacionais, científicas, políticas, econômicas e sociais e divulgar informações que contribuam para a compreensão da realidade do Estado de Pernambuco e do Brasil.

Instituto Ser Educacional – Ações Sociais e de Responsabilidade Social, Eventos e Campanhas Educativas

Objetivo: O Instituto Ser Educacional, entidade sem fins lucrativos e devidamente qualificada como OSCIP, tem como objetivo desenvolver projetos sociais de demanda espontânea e induzida nas mais variadas áreas de atuação da instituição, bem como promover, apoiar e estimular ações de Responsabilidade Social do Grupo Ser Educacional.

Atividades de Responsabilidade Social e Ambiental

Incentivo à Cultura

O Grupo Ser Educacional valoriza a tradição e cultura, promovendo ações de incentivo e resgate da cultura regional por meio do patrocínio de diversos shows, festas locais (Ex.: São João, Carnaval, Círio de Nazaré), das atividades desenvolvidas pelo Instituto do Frevo, do apoio a peças teatrais e de dança, entre outros.

Política de Sustentabilidade

A política de sustentabilidade do Grupo Ser Educacional está delineada de modo a pautar suas diretrizes e direcionamentos estratégicos nos oito critérios de excelência estabelecidos pela Fundação Nacional de Qualidade – FNQ, a saber:

- (i) Liderança
- (ii) Estratégias e planos
- (iii) Clientes
- (iv) Sociedade
- (v) Informações e conhecimentos
- (vi) Pessoas
- (vii) Processos
- (viii) Resultados

Ao longo de uma década de existência o Grupo Ser Educacional tem se destacado por seu empenho e investimento na realização de sua Política de Responsabilidade Social, pautando sua intervenção em atividades de inclusão social, desenvolvimento social e econômico, defesa do meio ambiente, memória cultural, de produção artística e do patrimônio cultural.

Algumas iniciativas merecem destaque, como as atividades de cultura de paz, participação política, ações humanitárias (Haiti e mata sul), que envolvem alunos e sociedade civil, trotes universitários, faculdade na comunidade, ações de sensibilização e conscientização social, Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau e Instituto Janguê Diniz.

7.9 - Outras informações relevantes

Dentro das ações de cultura de paz destacam-se as caminhadas pela paz, o programa Gente Que Faz a Paz, o programa de Empoderamento Econômico para Jovens Mulheres em parcerias com a Nike Foundation, o programa de contador de homicídio, o posto de recolhimentos de armas de fogo, o banco de DNA dos familiares de desaparecidos políticos, entre outras ações realizadas por nós.

Dentre as ações humanitárias ganharam evidência a Corrente Solidária Haiti e o Comitê Ecumênico de apoio às vítimas das chuvas em Pernambuco, cuja campanha arrecadou mais de 400 toneladas de alimentos e mantimentos para as vítimas da chuva da zona da mata no norte em Pernambuco.

Somos também protagonistas de campanhas de doação de sangue, órgãos, tecido e medula óssea. Entre os prêmios recebidos, merece destaque o Troféu Amigo do Transplante, prêmio concedido pela Secretaria de Saúde de Salvador e o Sistema Estadual de Transplante de Órgãos às instituições que, em 2012, se destacaram no incentivo a doação de órgãos e tecidos.

Participamos em parceria com Governo do Estado de Pernambuco e a Prefeitura do Recife do projeto Praia Sem Barreiras, que tem o intuito de possibilitar que pessoas com deficiência tenham acesso à praia. Por esse projeto, recebemos o Voto de Aplauso, concedido pela Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, através do requerimento de nº 1977/2013.

Entre as homenagens protagonizadas pelo Grupo Ser Educacional, destaca-se também o Prêmio Maria da Penha, que foi concedido às mulheres pernambucanas que se destacaram na luta pelo direito das mulheres e contra a violência sofrida por estas.

Há três anos o Grupo Ser Educacional, vem apoiando a execução do Projeto Pirueta Circo Social, cujo trabalho é realizado com adolescentes e jovens da comunidade de Santo Amaro, Recife - PE, numa perspectiva de elevação da auto-estima e inserção social deste público, por meio da arte circense.

Parte de nossas atividades de responsabilidade social é realizada em conjunto com o Instituto Ser Educacional, que atualmente é o braço de apoio do Grupo Ser Educacional nessa frente de trabalho do nosso grupo.

O Instituto Ser Educacional desenvolve em parceria com o Instituto Janguê Diniz, o Programa Gente de Futuro, cujo objetivo é preparar e formar mulheres empreendedoras de áreas carentes da Comunidade de Santo Amaro, Recife - PE.

Esportes

O Grupo trabalha e investe fortemente no esporte como instrumento de formação do cidadão. A UNINASSAU é hepta campeã dos Jogos Universitários de Pernambuco, bicampeã brasileira dos Jogos Universitários (JUBs) e bicampeã do Troféu Eficiência CBDU, consolidando assim como umas das melhores instituições do esporte universitário do país, com vários atletas tendo participado dos jogos pan-americanos e olímpicos.

Nestes 10 anos de existência, vários atletas já se formaram e se destacaram na vida esportiva e profissional. Dentro dessa filosofia, o Grupo criou, no Recife, a Maratona Internacional Maurício de Nassau, que estará na sua quarta edição.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

a. Controladores diretos e indiretos

Nomes	Ações Ordinárias	% no Capital Social
José Janguê Bezerra Diniz	94.274.036	87,68
Janyo Janguê Bezerra Diniz	1.075.152	1,00
Poah One Acquisition Holdings VII,LLC	12.166.108	11,32
Total	107.515.296	100,00

Capital social em 12 de agosto de 2013 decorrente do desdobramento de ações.

b. controladas e coligadas

Possuímos a seguintes controladas:

Nomes	Sede		% no Capital Social
	Cidade	Estado	
Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda. - CETEBA	Lauro de Freitas	Bahia	100,00
FMN Clínica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.	Recife	Pernambuco	100,00
Centro Nacional de Ensino Superior - CENESUP	João Pessoa	Paraíba	100,00
Educred – Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	Recife	Pernambuco	100,00
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	Natal	Rio Grande do Norte	100,00
Instituto Campinense de Ensino Superior - ICES	Campina Grande	Paraíba	100,00
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	Recife	Pernambuco	100,00
Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. – ADEA	Maceió	Alagoas	100,00
Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda. - ABES	Salvador	Bahia	100,00
Centro de Educação Continuada Maurício de Nassau Ltda.	Recife	Pernambuco	100,00
Sociedade de Ensino e Pesquisa de Sergipe – SESPS	Aracaju	Sergipe	100,00
Universo professores Associados – FAUNI	Belém	Pará	100,00
Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda. - CESP	Teresina	Piauí	100,00
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. - SIESPI	Parnaíba	Piauí	100,00
Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda.- CIESP	Teresina	Piauí	100,00
Uninassau Participações S.A. ⁽¹⁾	Recife	Pernambuco	100,00
Winglet Escola de Aviação Ltda.	Recife	Pernambuco	100,00

⁽¹⁾A Uninassau Participações foi constituída em 2013 com a finalidade de se tornar uma subsidiária integral que detém a quota minoritária das empresas investidas.

Atividades das controladas

Denominação Social	Atividades
Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda. -	Promoção de ensino superior nas modalidades

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

CETEBA	graduação e pós graduação e de Cursos Técnicos; organização e manutenção de estabelecimentos de ensino;
FMN Clínica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.	Clinica escola usada para prática dos alunos dos cursos de fisioterapia, Psicologia, enfermagem e Nutrição.
Centro Nacional de Ensino Superior - CENESUP	Promoção de ensino superior nas modalidades graduação e pós graduação e de Cursos Técnicos; organização e manutenção de estabelecimentos de ensino
Educred - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	Administração de crédito e financiamento próprio oferecido pelas IES do grupo.
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	Promoção de ensino superior nas modalidades graduação e pós graduação e de Cursos Técnicos; organização e manutenção de estabelecimentos de ensino.
Instituto Campinense de Ensino Superior - ICES	Promoção de ensino superior nas modalidades graduação e pós graduação e de Cursos Técnicos; organização e manutenção de estabelecimentos de ensino.
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	Promoção de cursos técnicos e profissionalizantes.
Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. - ADEA	Promoção de ensino superior nas modalidades graduação e pós graduação e de Cursos Técnicos; organização e manutenção de estabelecimentos de ensino.
Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda. - ABES	Promoção de ensino superior nas modalidades graduação e pós graduação e de Cursos Técnicos; organização e manutenção de estabelecimentos de ensino.
Centro de Educação Continuada Mauricio de Nassau Ltda.	Promoção de cursos de pós graduação, cursos livres e treinamento corporativo.
Sociedade de Ensino e Pesquisa de Sergipe - SESPS	Promoção de ensino superior nas modalidades graduação e pós graduação e de Cursos Técnicos; organização e manutenção de estabelecimentos de ensino.
Universo Professores Associados - FAUNI	Promoção de ensino superior nas modalidades graduação e pós graduação e de Cursos Técnicos; organização e manutenção de estabelecimentos de ensino
Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda - CESP	Promoção de ensino superior nas modalidades graduação e pós graduação e de Cursos Técnicos; organização e manutenção de estabelecimentos de ensino

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. - SIESPI	Promoção de ensino superior nas modalidades graduação e pós graduação e de Cursos Técnicos; organização e manutenção de estabelecimentos de ensino
Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda - CIESP	Promoção de ensino superior nas modalidades graduação e pós graduação e de Cursos Técnicos; organização e manutenção de estabelecimentos de ensino.
Winglet Escola de Aviação Ltda.	Promoção de ensino por meio de cursos de pilotagem de aviões. A Winglet detém licenças da Agência Nacional de Aviação Civil, necessárias para ministrar os cursos de pilotagem de aviões.

c. participações da Companhia em sociedades do grupo

Não participamos em sociedades do grupo.

d. participações de sociedades do grupo na Companhia

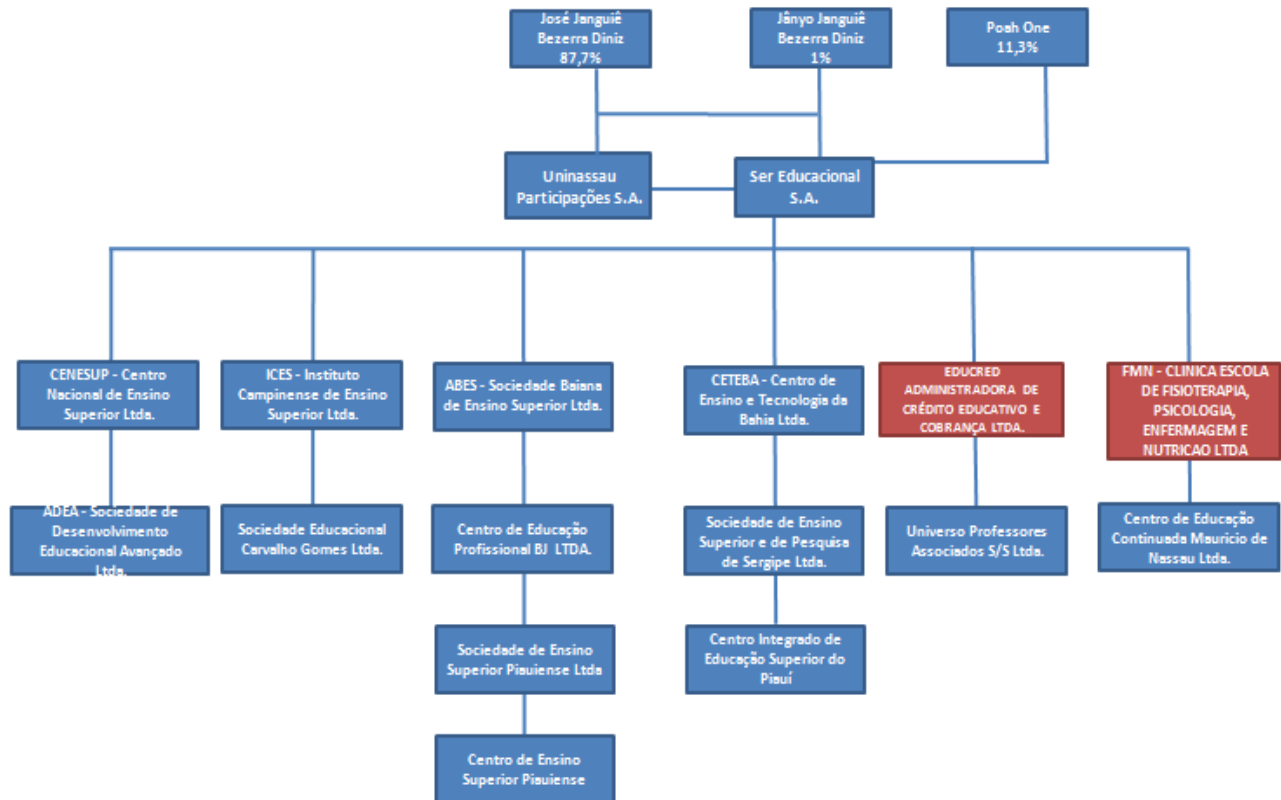
Não há participação de sociedades do grupo em nós.

e. sociedades sob controle comum

Não há sociedades sob controle comum conosco.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

Grupo Ser Educacional Organograma Societário



Nota:

A Uninassau Participações S.A. possui 0,01% das quotas de todas as empresas do qual a Ser Educacional S.A. detém participação.

8.3 - Operações de reestruturação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Para informações a respeito de operações de reestruturação importantes ocorridas no grupo, veja o item 6.5 deste Formulário de Referência.

8.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 8 do Formulário de Referência.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

As informações acerca dos bens do nosso ativo não circulante relevantes encontram-se nos itens 9.1(a), 9.1(b) e 9.1(c) deste Formulário de Referência. Além dos ativos discriminados nos referidos itens, não existem outros bens do ativo não circulante que julguemos relevantes.

Patentes

Até a data deste Formulário de Referência, não possuímos patentes depositadas em nosso nome.

Marcas

No Brasil, adquire-se a propriedade de uma marca somente pelo registro da marca validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“**INPI**”), sendo então assegurado ao titular seu uso exclusivo em todo o território nacional durante o prazo de dez anos, prorrogável por períodos iguais e sucessivos, para uma determinada classe de serviços ou produtos. Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos e serviços. Atualmente somos titulares de dezenas de marcas registradas ou em processo de registro no Brasil junto ao INPI, conforme abaixo indicadas no item 9.1 (b) deste Formulário de Referência.

Nomes de Domínio

Atualmente somos titulares, em nome próprio ou em nome de empresas do grupo, de dezenas de nomes de domínio perante o NIC.Br, órgão responsável pelo registro de nomes de domínio no Brasil, dentre os quais destacamos os domínios.

Em 30 de junho de 2013, detínhamos os principais domínios a seguir:

alianca.edu.br; esbj.com.br; estrelanassau.com.br; facjoaquimnabuco.com.br; facultadealianca.com.br; facultadealiança.com.br; facultadecerto.com.br; facultadejoaquimnabuco.com.br; facultademauriciodenassau.com.br; facultadeuniverso.edu.br; falaainassau.com.br; falainassau.com.br; fauni.edu.br; fescnet.com.br; fmn.com.br; fmn.edu.br; grifenabuco.com.br; grifenassau.com.br; grupomauriciodenassau.com.br; icesnet.com.br;; maratonaauriciodenassau.com; maratonaauriciodenassau.com.br; mauriciodenassau.com.br; mauriciodenassau.edu.br; mauricionassau.com.br; mauricionassau.edu.br; sejanassau.com.br; sejanassaunaofacapormenos.com.br; semprenassau.com.br; sereducacional.com; sereducacional.com.br; sereducation.com; sereducation.com.br; sergrupoeducacional.com; sergrupoeducacional.com.br; umn.com.br; unimauriciodenassau.com; unimauriciodenassau.com.br; unimauricionassau.com.br; uninassau.com; uninassau.com.br; uninassau.edu.br; universidademauriciodenassau.com; universidademauricionassau.com; universidademauricionassau.com.br; vouparafaculdade.com.br.

Tecnologia

A Companhia utiliza sistemas de informação exclusivos e de terceiros em suas operações para (i) automatizar e controlar processos acadêmicos, como novas matrículas, relatórios de notas, grade curricular e biblioteca, bem como cobrança de recebíveis e dívida; (ii) gerenciar contabilidade, contas a pagar, estoque, compras e folha de pagamento; (iii) interagir com alunos por meio da página institucional na internet e extranet com informações sobre os alunos e serviços acadêmicos e financeiros; (iv) dar suporte a sua central de atendimento e organizar seu banco de dados de cobrança e marketing por

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

meio de um sistema de gestão de relacionamento com o cliente (CRM); e (v) apoiar os gestores e diretores na tomada de decisão através do desenvolvimento de plataforma de Sistemas de Informações Gerenciais (*Business Intelligence*).

Utilizamos programas de computador e tecnologia licenciada desenvolvida por terceiros, além de programas de computador internamente desenvolvidos, de forma que não infringimos direitos de propriedade intelectual de terceiros. As principais licenças de uso de programas de computador foram obtidas mediante a celebração de contratos de licença de uso de software.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Imóveis da UNINASSAU Recife - Centro Universitário Maurício de Nassau de Recife	Brasil	PE	Recife	Alugada
Imóveis da Faculdade Joaquim Nabuco Recife	Brasil	PE	Recife	Alugada
Imóveis da Faculdade Joaquim Nabuco Paulista	Brasil	PE	Paulista	Alugada
Imóvel da Faculdade Maurício de Nassau – Caruaru	Brasil	PE	Caruaru	Alugada
Imóveis da Faculdade Maurício de Nassau – Fortaleza	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Imóveis da Faculdade Maurício de Nassau - João Pessoa	Brasil	PB	Paraíba	Alugada
Imóvel da Faculdade Maurício de Nassau - Campina Grande	Brasil	PB	Campina Grande	Alugada
Imóveis da Faculdade Maurício de Nassau – Salvador	Brasil	BA	Salvador	Alugada
Imóvel da Faculdade Maurício de Nassau - Lauro de Freitas	Brasil	BA	Lauro de Freitas	Alugada
Imóveis da Faculdade Maurício de Nassau – Natal	Brasil	RN	Natal	Alugada
Imóveis da Faculdade Maurício de Nassau – Maceió	Brasil	AL	Maceió	Alugada
Imóveis da Faculdade Maurício de Nassau – Belém	Brasil	PA	Belém	Alugada
Imóveis da Faculdade Maurício de Nassau – Aracaju	Brasil	SE	Aracaju	Alugada
Imóveis da Faculdade Maurício de Nassau - São Luís	Brasil	MA	São Luís	Alugada

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Faculdade Maurício de Nassau" registro nº 824811321	Brasil	02/05/2017	<p>No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Faculdade Maurício de Nassau" registro nº 825769612	Brasil	08/05/2017	<p>No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Faculdade Joaquim Nabuco" registro nº 829405887	Brasil	22/12/2019	<p>No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Grupo Universitário Maurício de Nassau" registro nº 829620281	Brasil	20/07/2020	<p>No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Business School Maurício de Nassau" registro nº 829620290	Brasil	20/07/2020	<p>No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Escola Técnica Joaquim Nabuco" registro nº 829620222	Brasil	20/07/2020	<p>No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Escola Maurício de Nassau" registro nº 829620257	Brasil	20/07/2020	<p>No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Escola Técnica Maurício de Nassau" registro nº 829620265	Brasil	20/07/2020	<p>No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Centro de Educação Profissional Maurício de Nassau" registro nº 829620273	Brasil	20/07/2020	<p>No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Instituto Joaquim Nabuco" registro nº 830074775	Brasil	23/11/2020	<p>No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Seja Nassau" registro nº 901244473	Brasil	21/12/2020	<p>No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Nassau FM" registro nº 901253723	Brasil	21/12/2020	<p>No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Radio Maurício de Nassau" registro nº 901253499	Brasil	21/12/2020	<p>No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"TV Maurício de Nassau" registro nº 901253626	Brasil	21/12/2020	<p>No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"TV Nassau" registro nº 901253570	Brasil	21/12/2020	<p>No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau" registro nº 902314777	Brasil	06/11/2022	<p>No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Veritas IMN Instituto Maurício de Nassau" registro nº 902314599	Brasil	06/11/2022	<p>No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Maratona Internacional Maurício de Nassau" registro nº 902743309	Brasil	09/04/2023	<p>No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Maratona Maurício de Nassau" registro nº 902743368	Brasil	09/04/2023	<p>No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro no INPI para "Escola Joaquim Nabuco" registro nº 829620230	Brasil	10 anos contados no registro	<p>No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Centro de Educação Profissional Joaquim Nabuco" registro nº 829620249	Brasil	10 anos contados no registro	<p>No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Ser Educacional" registro nº 901568627	Brasil	10 anos contados no registro	<p>No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Instituto Ser Educacional" registro nº 902815199	Brasil	10 anos contados no registro	<p>No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Grupo Ser Educacional" registro nº 902939220	Brasil	10 anos contados no registro	<p>No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Instituto Ser Educacional" registro nº 902952641	Brasil	10 anos contados no registro	<p>No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Instituto Ser Educacional" registro nº 902952684	Brasil	10 anos contados no registro	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Maratona Internacional Maurício de Nassau" registro nº 903242702	Brasil	10 anos contados no registro	<p>No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"UNINASSAU Vertias Centro Universitário Maurício de Nassau" registro nº 904968359	Brasil	10 anos contados no registro	<p>No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Centro Universitário do Recife" registro nº 828563195	Brasil	22/04/2018	<p>No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Contrato de transferência de tecnologia	Domínio "mauriciodenassau.edu.br" em nome de ESBJ - Ensino Superior Bureau Jurídico	Brasil	Indeterminado	<p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionado à (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou não atendido; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>	<p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionado à (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Contrato de transferência de tecnologia	Domínio "joaquimnabuco.e du.br" em nome de Faculdade Joaquim Nabuco	Brasil	Indeterminado	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionado à (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome do domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Contrato de transferência de tecnologia	Domínio "sereducacional.com" em nome de ESBJ - Ensino Superior Bureau Jurídico	Brasil	17/02/2016	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionado à (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome do domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Contrato de transferência de tecnologia	Domínio "uminassau.edu.br" - Ensino Superior Bureau Jurídico	Brasil	Indeterminado	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionado à (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome do domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Colégio Maurício de Nassau" registro nº 827126425	Brasil	09/10/2017	<p>No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Instituto Mauricio de Nassau" registro nº 826920257	Brasil	20/11/2017	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Faculdade Joaquim Nabuco" registro nº 827786123	Brasil	20/11/2017	<p>No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Universidade Joaquim Nabuco" registro nº 828159939	Brasil	25/03/2018	<p>No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Universidade Maurício de Nassau" registro nº 828159947	Brasil	25/03/2018	<p>No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversas de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Centro de Educação Continuada Maurício de Nassau Ltda.	11.166.100/0001-09	-	Controlada	Brasil	PE	Recife	Promoção do ensino superior, presencial ou distância, de pesquisa e de extensão universitária.	99,990000
30/06/2013		231,200000	0,000000	0,00	Valor mercado			
31/12/2012		0,000000	0,000000	830.000,00	Valor contábil	30/06/2013	1.093.000,00	
31/12/2011		0,000000	0,000000	1.067.000,00				
31/12/2010		0,000000	0,000000	0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa constituída pelo Grupo de acordo com a nossa estratégia de expansão nacional.								
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	07.166.553/0001-68	-	Controlada	Brasil	PE	Recife	Promoção do ensino superior, presencial ou distância, de pesquisa e de extensão universitária.	99,990000
30/06/2013		-64,600000	0,000000	0,00	Valor mercado			
31/12/2012		0,000000	0,000000	1.128.000,00	Valor contábil	30/06/2013	70.000,00	
31/12/2011		-100,000000	0,000000	2.530.000,00				
31/12/2010		-100,000000	0,000000	0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa constituída de acordo com a nossa estratégia de expansão nacional.								
Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda. - CETEBA	04.073.841/0001-80	-	Controlada	Brasil	BA	Lauro de Freitas	Promoção do ensino superior, presencial ou distância, de pesquisa e de extensão universitária.	99,990000
30/06/2013		10,900000	0,000000	0,00	Valor mercado			
31/12/2012		139,200000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/06/2013	3.346.000,00	
31/12/2011		0,000000	0,000000	0,00				
31/12/2010		0,000000	0,000000	0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa adquirida em 2008 de acordo com estratégia de expansão nacional da Companhia.								
Centro de Ensino Superior Piauiense - CESP	03.371.400/0001-00	-	Controlada	Brasil	PI	Teresina	Promoção do ensino superior, presencial ou distância, de pesquisa e de extensão universitária.	99,990000
30/06/2013		0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado			

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	Pais sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	30/06/2013	4.602.000,00			
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa adquirida em 2013 de acordo com a nossa estratégia de expansão nacional.								
Centro Integrado de Educação Superior do Piauí	07.228.846/0001-22	-	Controlada	Brasil	PI	Teresina	Promoção do ensino superior, presencial ou distância, de pesquisa e de extensão universitária.	99,990000
30/06/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	30/06/2013	0,00			
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa adquirida em 2013 de acordo com a nossa estratégia de expansão nacional.								
Centro Nacional de Ensino Superior - CENESUP	05.474.470/0001-00	-	Controlada	Brasil	PB	João Pessoa	Promoção do ensino superior, presencial ou distância, de pesquisa e de extensão universitária.	99,990000
30/06/2013	-55,800000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2012	14,000000	0,000000	5.667.000,00	30/06/2013	13.033.000,00			
31/12/2011	138,800000	0,000000	0,00					
31/12/2010	339,810000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa adquirida em 2007 de acordo com estratégia de expansão nacional da Companhia.								
Educred - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda	08.803.583/0001-09	-	Controlada	Brasil	PE	Recife	Atividades voltadas para consultoria em gestão empresarial e gestão de crédito educativo.	99,990000
30/06/2013	11,800000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2012	27,890000	0,000000	0,00	30/06/2013	1.025.000,00			
31/12/2011	65,210000	0,000000	0,00					
31/12/2010	305,610000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa adquirida em 2012 de acordo com estratégia de expansão nacional da Companhia.								
FMN Clínica Escola de Fisioterapia, Psicologia e Nutrição Ltda.	08.866.479/0001-55	-	Controlada	Brasil	PE	Recife	Atividades de clínica de fisioterapia, psicologia e psicanálise, enfermagem e conta com profissionais de nutrição.	99,9900000
30/06/2013	-9,800000	0,000000				Valor mercado		
31/12/2012	0,000000	0,000000			30/06/2013	55.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000						
31/12/2010	0,000000	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa adquirida em 2012 de acordo com estratégia de expansão nacional da Companhia.								
Instituto Campinense de Ensino Superior – ICES	05.933.016/0001-70	-	Controlada	Brasil	PB	Campina Grande	Promoção do ensino superior, presencial ou distância, de pesquisa e de extensão universitária.	99,9900000
30/06/2013	30,700000	0,000000				Valor mercado		
31/12/2012	24,200000	0,000000			30/06/2013	15.561.000,00		
31/12/2011	140,000000	0,000000						
31/12/2010	-100,000000	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa adquirida em 2007 de acordo com estratégia de expansão nacional da Companhia.								
Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda - ABES	32.697.294/0001-49	-	Controlada	Brasil	BH	Bahia	Promoção do ensino superior, presencial ou a distância, de pesquisa e de extensão universitária.	99,9900000
30/06/2013	-18,700000	0,000000				Valor mercado		
31/12/2012	152,200000	0,000000			30/06/2013	11.272.000,00		
31/12/2011	-7,900000	0,000000						
31/12/2010	0,000000	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa adquirida em 2012 de acordo com a nossa estratégia de expansão nacional.								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. - ADEA	07.991.012/0001-74	-	Controlada	Brasil	AL	Maceió	Promoção do ensino superior, presencial ou distância, de pesquisa e de extensão universitária.	99,990000
30/06/2013		-27,400000		Valor mercado				
31/12/2012		130,300000		Valor contábil	30/06/2013	16.022.000,00		
31/12/2011		62,830000						
31/12/2010		-100,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa adquirida em 2009 de acordo com estratégia de expansão nacional da Companhia.								
Sociedade de Ensino e Pesquisa de Sergipe – SESPS	06.787.769/0001-59	-	Controlada	Brasil	SE	Aracaju	Promoção do ensino superior, presencial ou distância, de pesquisa e de extensão universitária.	99,990000
30/06/2013		-68,100000		Valor mercado				
31/12/2012		0,000000		Valor contábil	30/06/2013	1.462.000,00		
31/12/2011		0,000000						
31/12/2010		0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa adquirida em 2012 de acordo com estratégia de expansão nacional da Companhia.								
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda - SIESP	03.190.773/0001-76	-	Controlada	Brasil	PI	Parnaíba	Promoção do ensino superior, presencial ou distância, de pesquisa e de extensão universitária.	0,000000
30/06/2013		0,000000		Valor mercado				
31/12/2012		0,000000		Valor contábil	30/06/2013	10.107.100,00		
31/12/2011		0,000000						
31/12/2010		0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa adquirida em 2013 de acordo com a nossa estratégia de expansão nacional.								
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	06.083.327/0001-50	-	Controlada	Brasil	RN	Natal	Promoção do ensino superior, presencial ou distância, de pesquisa e de extensão universitária.	99,990000
30/06/2013		51,900000		Valor mercado				

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	Pais sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Valor contábil	Data	Valor (Reais)		
31/12/2012	91,300000	0,000000	0,00	30/06/2013	13.673.000,00			
31/12/2011	189,200000	0,000000	0,00					
31/12/2010	-100,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa adquirida em 2009 de acordo com estratégia de expansão nacional da Companhia.								
Universo Professores Associados - FAUNI	10.625.332/0001-15	-	Controlada	Brasil	PA	Belém	Promoção do ensino superior, presencial ou distância, de pesquisa e de extensão universitária.	99,990000
30/06/2013	66,400000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/06/2013	3.505.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa adquirida em 2012 de acordo com estratégia de expansão nacional da Companhia.								
Winglet Escola de Aviação Ltda.	16.779.786/0001-27	-	Controlada	Brasil	PE	Recife	escola de aviação civil.	99,990000
30/06/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/06/2013	120.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa adquirida em 2013 de acordo com estratégia de expansão da Companhia.								

9.2 - Outras informações relevantes

Com relação ao quadro 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a – Ativos imobilizados, ressaltamos que para as unidades nas quais são ministrados cursos de forma presencial, nós priorizamos a locação de imóveis de terceiros, realizando as adaptações necessárias nos prédio. Por esta razão, as contas mais expressivas no nosso ativo imobilizado referem-se a benfeitorias em prédios de terceiros, que trata de aplicação de recursos na construção e adaptação dos imóveis.

Em 30 de junho de 2013 nós realizamos uma cisão parcial de aeronaves, terrenos e prédios de João Pessoa, Boa Viagem, Campina Grande e Maceió, o que reduziu o efeito destas contas no imobilizado, conforme descrito na seção 6.5 deste Formulário de Referência.

Além disso, o nosso ativo imobilizado também é composto por móveis e utensílio, acervo de bibliotecas, instalações, equipamentos de informática, máquinas e equipamentos, refletindo principalmente a operação dos campi. Em 30 de junho de 2013 a Companhia não possuía em seu acervo imobilizado imóveis e/ou terrenos de sua propriedade.

A tabela a seguir resume a abertura do nosso ativo imobilizado consolidado no período de 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2012 e 30 de junho de 2013:

Descrição	2010	2011	2012	2013
	(Em Milhares de Reais)			
Computador	864	1.856	3.402	3.583
Edificações e benfeitorias	55.630	52.776	87.621	48.131
Propriedades em arrendamentos mercantis	-	-	-	33.353
Equipamentos e instalações	3.476	3.636	5.214	8.037
Veículos	206	88	110	82
Aeronaves	11.088	10.215	9.514	6.710
Móveis e utensílios	1.781	2.058	2.425	3.748
Livros	4.076	3.562	4.532	4.914
Terrenos	10.300	38.594	38.637	-
Total em operações	87.421	112.785	151.455	108.558
Obras em andamento	19.567	29.334	34.747	16.094

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os comentários presentes neste item refletem opiniões e análises da Diretoria da Companhia.

Os Diretores destacam que as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidos pelo *International Accounting Standard Board - IASB*.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais:

Os Diretores acreditam que a Ser Educacional S.A. (“Companhia”) é a maior organização privada no setor de ensino superior nas regiões Nordeste e Norte do Brasil em número de unidades e, considerando os alunos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (“PRONATEC”), também em número de alunos. Em 30 de junho de 2013, a rede da Companhia era composta de 23 unidades, sendo um Centro Universitário, todas localizadas nas regiões Nordeste e Norte, regiões do País que os Diretores acreditam apresentar maior potencial de crescimento em razão de possuírem as menores taxas de penetração do ensino superior. Adicionalmente, Diretores acreditam que a Companhia é uma das maiores organizações privadas no setor de ensino superior do Brasil em número de alunos matriculados. Em 30 de junho de 2013, nossa Companhia contava com 76.206 alunos matriculados na modalidade presencial, em cursos de graduação universitária, pós-graduação universitária e cursos profissionalizantes, incluindo 3.517 alunos de pós-graduação em parceria com instituições ou órgãos de classe. Esse número não considera os 35 mil alunos matriculados no PRONATEC, sendo que em setembro de 2013 cerca de 113,5 mil alunos estavam matriculados nas unidades da Companhia, já considerando os alunos do novo ciclo de matrículas da graduação e pós graduação, bem como os alunos matriculados no PRONATEC.

Os Diretores comentam que a Companhia apresentou expressivo crescimento no número de alunos de graduação e em receita líquida nos últimos anos, tendo em vista que entre 31 de dezembro de 2010 a 30 de junho de 2013, a sua base de alunos de graduação cresceu a uma taxa composta anual (CAGR) de 41,5%. Adicionalmente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, a Companhia apresentou crescimento de 37,4% em sua base de alunos de graduação. Para os períodos de seis meses findos entre 30 de junho de 2012 e 30 de junho de 2013, o crescimento foi de 47,3% em sua base de alunos de graduação. Em relação aos respectivos exercícios anteriores de 2012, o aumento no número de alunos de graduação refletiu na receita líquida da Companhia, que cresceu a uma taxa composta anual (CAGR) de 41,6% entre o exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 e o exercício social findo em 31 de dezembro de 2012. Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 e o período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2013, foi registrado R\$ 283.285 mil e R\$ 220.601 mil de receita líquida, respectivamente, representando um crescimento de 54,4 % e 61,9% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 e ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012, respectivamente. Tal crescimento foi obtido com rentabilidade atrativa, não obstante a Companhia ainda não atua no segmento de Ensino a Distância (“EAD”), segmento esse com potencial de geração de margens de lucratividade superiores aos segmentos nos quais a Companhia atua hoje. Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e 2013 a margem de EBITDA Ajustada da Companhia foi de 35,1% e 39,0% respectivamente.

A administração financeira da Companhia é focada na rentabilidade e na excelência da gestão, refletida na qualidade dos indicadores financeiros da Companhia, tais como: (i) geração de fluxo de caixa operacional, (ii) controle de capital de giro e (iii) controle da nossa carteira de recebíveis e inadimplência.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A tabela a seguir demonstra os principais indicadores financeiros e operacionais da Companhia para os períodos indicados:

(R\$ mil)	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de			%Variação		Período de seis meses findo em 30 de junho de		Variação
	2010	2011	2012	10x11	11x12	2012	2013	
Receita Líquida	141.296	183.517	283.285	29,9%	54,4%	136.254	220.601	61,9%
Lucro Bruto	90.893	111.701	181.098	22,9%	62,1%	88.123	139.868	58,7%
EBITDA ⁽¹⁾	53.946	56.463	89.858	4,7%	59,1%	50.631	85.492	68,9%
EBITDA Ajustado ⁽²⁾	52.411	54.241	87.637	3,5%	61,6%	47.884	85.976	79,6%
Lucro Líquido	35.719	31.552	64.256	-11,7%	103,7%	37.673	68.809	82,6%
Número Final de Alunos Graduação (mil)	28.079	33.842	48.670	20,5%	43,8%	45.385	66.857	47,3%
Número Final de Alunos Pós-Graduação (mil)	4.005	5.250	7.279	31,1%	38,6%	6.957	8.476	21,8%
Número Final de Alunos Cursos Técnicos (mil)	854	1.677	738	96,4%	-56,0%	1.641	849	-48,3%
Empréstimos e Financiamento de Curto Prazo	4.703	4.603	38.854	-2,1%	744,1%	7.832	16.783	114,3%
Empréstimos e Financiamento de Longo Prazo	11.443	47.245	42.542	312,9%	-10,0%	46.405	91.598	97,7%
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.403	3.387	17.182	40,9%	407,3%	6.682	61.476	814,0%
Títulos e Valores Mobiliários	-	9.175	-	100,0%	-100,0%	5.349	-	-100,0%

(1) O EBITDA segundo disposições da Instrução CVM nº 527 expedida em 4 de outubro de 2012, que dispõe sobre a forma de divulgação voluntária do EBITDA pelas companhias abertas, pode ser conciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro líquido acrescido do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro, e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Outras companhias podem calcular o EBITDA de maneira diferente de nós.

(2) O EBITDA Ajustado corresponde à soma do EBITDA com (a) resultado financeiro das receitas com multas e juros sobre as mensalidades, (b) custos e despesas não recorrentes, compostos pelos gastos ligados a fusões e aquisições de empresas, os quais não impactariam a geração usual de caixa. e (c) os aluguéis mínimos são compostos pelos contratos de aluguel registrados como arrendamentos financeiros pelo CPC 06, os gastos destes arrendamentos não transitam pelo EBITDA da Companhia, sendo incorporados ao EBITDA Ajustado.

O resultado alcançado pela Companhia em 2012 foi diretamente influenciado pelo aumento na captação de alunos nos dois semestres do exercício. Destacaram-se a estabilidade do fluxo de caixa, geração de caixa livre e manutenção da dívida líquida da Companhia. Cabe ainda ressaltar que tal desempenho foi obtido com o crescimento da margem operacional, tanto no comparativo dos exercícios de 2011 e 2012, como no comparativo entre os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e 2012. Tal performance é fruto (i) da maturidade de diversas ações destinadas a expandir a oferta de cursos por unidade, o qual resultou em 35 novos cursos em 2013, diluindo custos e despesas fixas, (ii) da busca de uma gestão eficiente dos espaços físicos; e (iii) dos tamanhos mínimos de turmas para cursos presenciais.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores destacam que a Companhia monitora o seu endividamento com base no índice de alavancagem financeira consolidado. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo resultado líquido ajustado pelo resultado financeiro, impostos sobre a renda, depreciação, exaustão e amortização e outros itens (EBITDA ajustado). A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, mais o total de compromissos a pagar, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários. A Companhia monitora de forma sistemática o nível de endividamento, o que evita a necessidade de contratação de financiamentos emergenciais para cobertura de liquidez não prevista. Os Diretores destacam ainda que a Companhia tem recursos de liquidez e capital suficiente para cobrir os seus custos e despesas operacionais, e dívidas de outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não seja possível garantir que tal situação permanecerá inalterada. Os Diretores acreditam ser necessário contrair empréstimos para financiar as atividades da Companhia, englobando investimentos e aquisições, porém, acreditam ser possível contratá-los a taxa de juros razoáveis.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de junho de 2013 apresentaram melhoras em comparação aos exercícios de 31 de dezembro de 2012 e 2011 devido à melhor capacidade de geração e resultados operacionais por conta do aumento no número de alunos matriculados, diluindo o nível de endividamento da Companhia. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia buscou recursos de terceiros visando suportar o crescimento orgânico das operações nos exercícios seguintes, assim como no exercício de 2012, no qual manteve o índice de endividamento constante.

Reestruturação Societária

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 30 de maio de 2013, nossas subsidiárias ABES – Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda., CENESUP – Centro Nacional de Ensino Superior Ltda., ADEA – Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. e ICES – Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda. foram cindidas, com seus acervos no valor contábil total de R\$51.475 mil, compostos por ativos imobiliários, incorporados à nós. Tal cisão teve por objetivo centralizar todos os ativos imobiliários do grupo na Companhia. A incorporação desses ativos, por sua vez, não resultou em qualquer aumento patrimonial, mas em mera substituição contábil de “investimento” pelos ativos e passivos que compunham os acervos líquidos.

Em seguida às cisões acima mencionadas, em 28 de junho de 2013, foi aprovada a cisão parcial da Companhia, com a transferência de determinados ativos imobiliários, entre outros, duas aeronaves e os imóveis das unidades de Recife, Salvador, João Pessoa, Maceió e Campina Grande, e passivos correspondentes representando uma redução do capital social da Companhia no montante líquido de R\$125.704 mil, com tais valores transferidos para a JJ Participações e Projetos Ltda., empresa sob controle do acionista controlador. Concomitantemente à cisão, foram firmados contratos de locação de longo prazo entre a Companhia e a JJ Participações e Projetos Ltda., garantindo à Companhia o direito de uso dos imóveis pelo prazo mínimo de dez anos, prorrogável por igual período a critério exclusivo da Companhia. O principal objetivo de tal reorganização societária foi a de aumentar a eficiência da Companhia, permitindo maior foco em sua atividade fim, sem a necessidade de administrar um acervo imobiliário próprio. Por fim, cabe salientar que a posição patrimonial da Companhia em 30 de junho de 2013 já reflete tal reestruturação.

Os valores dos contratos foram determinados com base em laudo de avaliação elaborado por especialistas. Os contratos foram firmados por prazo de 10 anos, prorrogável por igual período, mediante notificação prévia ao locador. Os aluguéis serão corrigidos anualmente, ou na menor periodicidade legalmente permitida, pelo INCC/FGV, e a cada triênio, as partes concordam em renegociar o valor dos aluguéis firmados. Se as partes não conseguem chegar a um acordo sobre o novo preço, o aluguel será baseado em novos laudos de avaliação de especialistas.

Neste sentido, levando-se em consideração o atual modelo operacional da Companhia, estima-se que os impactos da cisão e transferência dos imóveis ao acionista controlador nas despesas e custos serão de (i) R\$ 858 mil por mês, totalizando R\$5.151 mil no segundo semestre de 2013, e, (ii) de R\$1.423 mil por mês, ou R\$17.076 mil para todo o exercício social de 2014, sendo relacionados ao pagamento de aluguéis de imóveis que antes eram de propriedade da Companhia e passaram a ser de propriedade de sociedades controladas pelo Acionista Controlador. Em consequência disso, a análise das demonstrações financeiras feitas nesta seção 10 do Formulário de Referência, pode não ser indicativa dos resultados e lucros futuros da Companhia, porém, os Diretores da Companhia acreditam que esses novos custos não impactarão de forma relevante a rentabilidade e margem EBITDA da Companhia.

Adicionalmente, vale ressaltar que estamos expostos a conflitos de interesses, visto que a administração de tais imóveis pode ser conflitante com os nossos interesses, do nosso acionista controlador e dos nossos investidores. Para maiores informações ver o fator de risco “Parte dos imóveis por nós ocupados são de titularidade de sociedade pertencente ao nosso acionista controlador. Assim, estamos expostos a conflitos de interesses, visto que a administração de tais imóveis pode ser conflitante com os nossos interesses, do nosso acionista controlador e dos nossos investidores.” no Item 4.1 do Formulário de Referência da Companhia.

Para maiores informações sobre os contratos de locação firmados no âmbito desta reestruturação, ver Seção 16. Transações com Partes Relacionadas, do Formulário de Referência da Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate:

Os Diretores acreditam que a Companhia possui estrutura de capital adequada para sustentar as suas operações, bem como nível adequado de alavancagem financeira.

Em 30 de junho de 2013 o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 108.840 mil, o que significa uma redução de 43,7%, ou R\$ 84.358 mil, em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012. Tal redução correu principalmente em função da cisão parcial acima mencionada, ocorrida no capital social no montante de R\$ 125.704, na qual ocorreu a transferência de determinados ativos imobiliários a JJ Participações e Projetos Ltda., empresa controlada pelo principal acionista da Companhia, visando garantir maior foco da Companhia em sua na sua atividade fim. Adicionalmente, parte de tal redução foi compensada pelo lucro auferido no período no montante de R\$ 68.639 mil.

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 193.198 mil, o que significou um aumento de 37,1%, ou R\$ 52.262 mil, em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011. Tal aumento ocorreu principalmente em função do maior lucro apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, devido ao aumento no número de alunos matriculados, que foi de R\$ 64.256 mil, parcialmente compensado pelos dividendos distribuídos no exercício. O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2011, era de R\$ 140.936 mil, o que significou um aumento de 21,7%, ou R\$ 25.106 mil, em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2010 que era de R\$ 115.830 mil. Tal aumento ocorreu principalmente em função do lucro apurado no exercício encerrado em 2011, que foi de R\$ 31.552 mil.

Em 30 de junho de 2013, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era equivalente a R\$ 82.010 mil, representado por 26.878.824 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Nossa estrutura de capital não contempla hipóteses de resgate de ações ou quotas. O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 70.971 mil, representado por 26.878.824 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Tal variação decorre da capitalização da reserva de retenção de lucros, reserva legal, reserva de incentivo fiscais e cisão do capital social ocorrida em 28 de junho de 2013, no montante de R\$ 125.704 mil, reduzindo o capital social da Companhia.

A relação entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida da Companhia era de 39,4%; 28,9%; 25,9% e 12,7%, em 30 de junho de 2013, 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, respectivamente, a qual a Diretoria acredita ser adequada para a condição da Companhia.

(i) hipóteses de resgate.

Não há hipótese de resgate antecipado de ações de emissão da Companhia, além das previstas na Lei das Sociedades por Ações.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate:

Não há hipótese de resgate antecipado de ações de emissão da Companhia e, portanto, não há fórmula de cálculo para tal resgate.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Os Diretores da Companhia acreditam que o fluxo de caixa operacional, medido pelo EBITDA Ajustado, é suficiente para atender aos compromissos financeiros por ela contratados.

Os Diretores acreditam que, caso seja necessário contrair empréstimos para financiar as atividades, investimentos e aquisições da Companhia, esta será capaz de contratá-los no mercado em condições adequadas.

O ciclo operacional e financeiro da Companhia contempla prazos de recebimentos e pagamentos similares, uma vez que a principal origem de receitas da Companhia é proveniente do pagamento das mensalidades dos alunos, que coincidem com os principais pagamentos realizados, destacadamente, aluguéis, salários do corpo docente e da equipe de apoio (*back-office* e administrativo).

Em 30 de junho de 2013, nosso endividamento de curto e de longo prazos era equivalente a R\$ 108.381 mil, nossos compromissos a pagar oriundos de atividades de investimentos somavam R\$ 23.742 mil, enquanto que o caixa e os equivalentes de caixa da Companhia representavam R\$ 61.476 mil. Adicionalmente, a geração de caixa operacional da Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, medida pelo EBITDA Ajustado, foi de R\$ 85.976 mil. O índice de endividamento (dívida líquida/EBITDA Ajustado) foi de 0,56, considerando o EBITDA Ajustado do período de doze meses encerrado em 30 de junho de 2013.

Em 31 de dezembro de 2012, nosso endividamento de curto e de longo prazos era de R\$ 81.396 mil, nossos compromissos a pagar oriundos de atividades de investimentos somavam R\$ 14.159 mil, e o caixa e os equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários totalizaram R\$ 17.182 mil. Adicionalmente, a geração de caixa operacional da Companhia, medida pelo EBITDA Ajustado, foi de R\$ 87.637 mil no exercício de 2012. O índice de endividamento (Dívida Líquida / EBITDA Ajustado) foi de 0,89 no referido período. O índice de endividamento, em comparação ao exercício de 2011 manteve-se praticamente constante, e está superior ao exercício de 2010 com reflexo do foco da Companhia obter financiamento visando aumentar o crescimento orgânico da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2011, nosso endividamento de curto e de longo prazos, no valor de R\$ 51.848 mil, nossos compromissos a pagar oriundos de atividades de investimentos somavam R\$ 9.861 mil, e o caixa e os equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários somaram R\$ 12.562 mil. Adicionalmente, a geração de caixa operacional da Companhia, medida pelo EBITDA Ajustado, foi equivalente a R\$ 54.241 mil no exercício de 2011. O índice de endividamento (Dívida Líquida / EBITDA ajustado) foi de 0,91 para o referido período.

Em 31 de dezembro de 2010, nosso endividamento de curto e de longo prazos, no valor de R\$ 16.146 mil, nossos compromissos a pagar oriundos de atividades de investimentos somavam R\$ 3.100 mil, o caixa e os equivalentes de caixa somaram R\$ 2.403 mil. Adicionalmente, a geração de caixa operacional da Companhia medida pelo EBITDA ajustado foi de R\$ 52.411 mil. O índice de endividamento (Dívida Líquida / EBITDA ajustado) foi de 0,32 para o referido período.

Sobre o padrão de financiamento de suas operações a Diretoria entende que a atual estrutura de endividamento está em um patamar confortável, tendo em vista o caixa líquido usado nas atividades de financiamento, conforme demonstrado no item "h" abaixo.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O saldo da dívida bruta da Companhia em 30 de junho de 2013 era de R\$ 108.381 mil, os compromissos a pagar oriundos de atividades de investimentos somavam R\$ 23.742 mil e a posição de caixa e títulos e valores mobiliários era de R\$ 61.476 mil. Por sua vez, em 31 de dezembro de 2012 o saldo da dívida bruta da Companhia era de R\$ 81.396 mil, os compromissos a pagar oriundos de atividades de investimentos somavam R\$ 14.159 mil e a posição de caixa e títulos e valores mobiliários era de R\$ 17.182 mil. O saldo da dívida bruta aumentou devido à repactuação do empréstimo ponte firmado com o Banco Santander (Brasil) S.A. no montante de R\$ 25.000 mil, no o qual o grupo obteve empréstimo adicional de R\$ 25.000 mil, totalizando o montante de R\$ 50.000 mil firmados com o Banco Santander (Brasil) S.A. Este empréstimo possui uma carência de 2 anos e 4 anos de amortização do saldo. O aumento do saldo de caixa reflete diretamente de fluxo de caixa operacional gerado no período em comparação com o período anterior.

Medições não contábeis

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012, e períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e 2013, a conciliação entre os valores divulgados do EBITDA e EBITDA Ajustado e os valores das demonstrações financeiras auditadas foram realizadas da seguinte forma:

	Período de 6 meses encerrado em 30 de junho de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2013	2012	2012	2011	2010
(Em Reais mil)	2013	2012	2012	2011	2010
Lucro líquido (1)	68.809	37.673	64.256	31.552	35.719
(+) Despesas financeiras líquidas	6.218	6.751	9.418	12.045	8.121
(+) Imposto de renda e contribuição social	2.059	770	2.731	1.732	1.036
(+) Depreciação e Amortização	8.406	5.437	13.453	11.134	9.070
EBITDA (2)	85.492	50.631	89.858	56.463	53.946
(+) Receita de juros e multa sobre mensalidades (4)	3.840	1.246	5.522	4.566	5.738
(+) Custos e Despesas Não Recorrentes (5)	787		394	1.199	714
(-) Aluguéis mínimos pagos (6)	(4.143)	(3.993)	(8.137)	(7.987)	(7.987)
EBITDA Ajustado (3)	85.976	47.884	87.637	54.241	52.411
Dívida líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)	39,4%	N/A	28,9%	25,9%	12,7%

(1) Em função da nossa aderência ao PROUNI, temos benefícios fiscais que afetam nosso lucro líquido. Para mais informação, veja o Item 10.2 deste Formulário de Referência.

(2) EBITDA não é uma medida contábil, conforme esclarecido no quadro 3.2 do Formulário de Referência.

(3) EBITDA não é uma medida contábil, conforme esclarecido no quadro 3.2 do Formulário de Referência. Em particular, o EBITDA Ajustado corresponde à soma do EBITDA com o resultado financeiro de receitas com multas e juros sobre mensalidades, custos e despesas não recorrentes e os aluguéis mínimos pagos.

(4) Receita de juros e multa sobre mensalidades são compostas pelo resultado financeiro, líquido, da Companhia, oriundo da receita de juros e de multas sobre mensalidades corresponde aos encargos financeiros sobre as mensalidades negociadas e mensalidades pagas em atraso.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(5) Os custos e despesas não recorrentes são compostos por gastos ligados a fusões aquisições de empresas, e gastos de natureza não rotineira, o qual não impactaria na geração de caixa.

(6) Os aluguéis mínimos são compostos pelos contratos de aluguel os quais foram registrados como arrendamentos financeiros pelo CPC 06. Os gastos destes arrendamentos não transitam pelo EBITDA da Companhia, sendo incorporados ao EBITDA Ajustado.

A geração de caixa medida pelo EBITDA Ajustado para o período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2013 somou R\$ 85.976 mil e, para 30 de junho de 2012, R\$ 47.884 mil. Essa variação ocorreu devido à maior captação ocorrida no semestre, o que resultou numa base de alunos matriculados no montante de 76.206 alunos ante 53.973 alunos em 30 de junho de 2012. Adicionalmente, o índice de endividamento da Companhia, calculado pela divisão de nossa dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado do período dos últimos 12 meses findo em 30 de junho de 2013, foi de 0,56.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, a geração de caixa medida pelo EBITDA Ajustado da Companhia foi de R\$ 87.637 mil, comparado a R\$ 54.241 mil em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 52.411 mil em 31 de dezembro de 2010, devido ao aumento na base de alunos pagantes. Com isso, o índice de endividamento da Companhia, calculado pela divisão de nossa dívida líquida pelo EBITDA Ajustado, foi de 0,89 em 2012, 0,91 em 2011 e 0,32 em 2010, respectivamente.

Os Diretores acreditam que os recursos existentes, a geração de caixa operacional e os recursos gerados pelas captações da Companhia serão suficientes para as suas necessidades de liquidez e compromissos financeiros para os próximos doze meses.

Os Diretores destacam que as necessidades de recursos da Companhia referem-se a: (i) capital de giro; (ii) investimentos; (iii) pagamento de serviços de dívidas financeiras; e (iv) custos e despesas operacionais. As principais fontes de recursos da Companhia são: (i) geração de caixa por meio das atividades operacionais; e (ii) empréstimos e financiamentos de longo prazo.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas:

A principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia é a sua própria geração de fluxo de caixa operacional. Eventualmente, como alternativas de financiamento, a Companhia também utiliza linhas de capital de giro dos bancos públicos e privados e, adicionalmente, poderá utilizar operações de mercado de capitais. Além disso, a Companhia busca constantemente fontes de financiamento a custos atrativos para, quando apropriado, contratá-los.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Os Diretores acreditam que a geração de caixa operacional da Companhia é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e passivo circulante. Havendo eventual descasamento do ao caixa e equivalentes de caixa com os montantes vencidos no curto prazo, a Companhia conta com linhas de crédito em alguns dos principais bancos comerciais atuantes no país.

Caso a capacidade de geração de caixa da Companhia não seja suficiente para cobrir eventuais deficiências de liquidez, os Diretores entendem que a Companhia conseguirá saná-las com os limites de crédito já aprovados e ainda não

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

utilizados. Os Diretores destacam ainda que a Companhia não tem qualquer compromisso de *equity contribution* de seus controladores para o caso de cobertura de liquidez.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, tais como (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário:

(i) Contratos de Empréstimos e Financiamentos Relevantes

A Companhia contrai dívidas bancárias com o intuito de financiar as atividades operacionais, assim como para adequar a estrutura de capital da empresa para níveis que a Diretoria acredita serem razoáveis. O endividamento de longo prazo foi obtido para financiar o crescimento da Companhia por meio de aquisições ou crescimento orgânico.

Em 30 de junho de 2013, os contratos de empréstimos e financiamentos totalizavam R\$ 108.381 mil, sendo que R\$ 16.783 mil representavam empréstimos de curto prazo e R\$ 91.598 mil correspondiam a empréstimos de longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2012, os contratos de empréstimos e financiamentos somavam R\$ 81.396 mil, sendo que R\$ 38.854 mil representavam empréstimos de curto prazo e R\$ 42.542 mil representavam empréstimos de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2011, o endividamento bancário foi de R\$ 51.848 mil, sendo que R\$ 4.603 mil representavam empréstimos de curto prazo e R\$ 47.245 mil representavam empréstimos de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2010, o endividamento bancário foi de R\$ 16.146 mil, sendo que R\$ 4.703 mil representavam empréstimos de curto prazo e R\$ 11.443 mil representavam empréstimos de longo prazo.

A tabela abaixo apresenta a composição do endividamento em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, e em 30 de junho de 2013:

Consolidado (em R\$ mil)	Taxa média anual de juros e comissões	Em 31 de dezembro de		
		2012	2011	2010
Financiamentos para aquisição de ativo imobilizado:				
Contratos de Leasing	Juros de 0,9% a.m. a 1,73% a.m.	7.494	5.875	7.391
Contratos FINAME	TJLP+ Juros de 4,5% a.a. a 8,7% a.a.	5.979	7.456	8.230
		13.473	13.331	15.621
Empréstimos para capital de giro:				
Capital de Giro		67.923	38.517	503
Conta Garantida				22
Total		81.396	51.848	16.146
Desmembramento:				
Passivo circulante		38.854	4.603	4.703
Passivo não circulante		42.542	47.245	11.443

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

		81.396	51.848	16.146
--	--	---------------	---------------	---------------

Consolidado (em R\$ mil)		
Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Período encerrado em 30 de junho de 2013
Financiamentos para aquisição de ativo imobilizado:		
Contratos de Leasing	Juros de 0,9% a.m. a 1,73% a.m.	8.327
Contratos FINAME	TJLP+ Juros de 4,5% a.a. a 8,7% a.a.	9.032
		17.359
Empréstimos para capital de giro:		
Capital de Giro		91.022
Total		108.381
Desmembramento:		
Passivo circulante		16.783
Passivo não circulante		91.598
		108.381

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida no valor total de R\$ 108.381 mil, conforme apurado em 30 de junho de 2013:

Empréstimos e Financiamentos Consolidados	Fluxo de amortização data-base 30 de junho de 2013	
	(em R\$ mil)	AV%
Curto Prazo		
2013/2014	16.783	15,5%
Longo Prazo		
2014	15.519	14,3%
2015	26.106	24,1%
2016	22.210	20,5%
2017	13.630	12,6%
Deopis de 2018	14.133	13,0%
Total Longo Prazo	91.598	84,5%
Total Empréstimos e Financiamentos	108.381	100,0%

Os empréstimos contraídos pela Companhia contam basicamente com as seguintes garantias: (i) duplicatas a receber; (ii) aval por parte do acionista controlador da Companhia; (iii) alienação fiduciária dos bens. Todas as cláusulas que dispõem sobre restrições à capacidade da Companhia de contrair novas dívidas, alienar ativos, dar bens em garantia ou efetivar reorganizações societárias estão sendo integralmente cumpridas até a presente data.

Os Diretores acreditam que o fluxo de caixa operacional (fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais), e os recursos disponíveis na Companhia em 30 de junho de 2013 são suficientes para atender às necessidades de liquidez para os próximos doze meses.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A tabela abaixo apresenta a taxa de juros praticada e o saldo devedor de nossos contratos financeiros relevantes referentes aos períodos indicados.

Empresa	Banco	Contrato	Valor do Contrato na data de celebração	Taxa de Juros	<i>Em 30 de junho 2013</i>	<i>Em 31 de dezembro 2012</i>
Ser Educacional S.A.	Banco Santander (Brasil) S.A.	CCB - 0033375700000000230	R\$ 35.000 mil	CDI + 2,50% a.a.	R\$ 40.898 mil	R\$ 42.115 mil
Ser Educacional S.A.	Banco Santander (Brasil) S.A.	CCB - 00333757300000006000	R\$ 50.000 mil	CDI + 3,04% a.a.	R\$ 50.000 mil	R\$ 25.802 mil

Em 21 de março de 2011, a Companhia contratou Cédula de Crédito Bancário com o Banco Santander (Brasil) S.A. no montante de R\$ 35.000 mil. O contrato possui um prazo de dois anos de carência e quatro anos de amortização, com juros de CDI + 2,5% a.a. Como garantia, foi constituída cessão fiduciária dos direitos creditórios relativos às mensalidades no montante de 14,3% do crédito obtido, detido pela Companhia.

Adicionalmente, em 08 de outubro de 2012, a Companhia celebrou Cédula de Crédito Bancário com o Banco Santander (Brasil) S.A. no montante de R\$ 25.000 mil. A Companhia firmou um empréstimo ponte com a referida instituição financeira, uma vez que esta foi convertida em outra Cédula de Crédito Bancário, em 03 de junho de 2013, no montante de R\$ 50.000 mil, com um prazo de dois anos de carência e quatro anos de amortização, com juros de CDI + 3,04% a.a. Como garantia, foi constituída cessão fiduciária dos direitos creditórios no montante de 5% do crédito obtido, detidos pela Companhia e uma cédula com garantia hipotecária de um dos imóveis locados da unidade de João Pessoa, pertencente ao acionista controladora da Companhia. Os Diretores destacam que os recursos serão utilizados para o financiamento do crescimento orgânico da Companhia.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Com exceção das relações constantes dos contratos descritos acima, os Diretores destacam que a Companhia não mantém atualmente outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Os Diretores destacam que os contratos de leasing e FINAME celebrados pela Companhia possuem como garantia a alienação fiduciária dos bens adquiridos. No contrato de capital de giro firmado em 21 de março de 2011, foi constituída cessão fiduciária dos direitos creditórios no montante de 5% do crédito obtido, detido pela Companhia. No contrato de capital de giro firmado em 03 de junho de 2013, foi constituída cessão fiduciária dos direitos creditórios no montante de 5% do crédito obtido, detido pela Companhia e uma cédula com garantia hipotecária de um dos imóveis locados da unidade de João Pessoa, pertencente ao acionista controlador da Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(iv) Eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário:

Os Diretores comentam que a restrição imposta pelas linhas contratadas com o Banco Santander (Brasil) S.A. é *Covenant Financeiro*. Neste sentido, os Diretores destacam que a Companhia está sujeita a limites financeiros estabelecidos no contrato assinado com o Banco Santander (Brasil) S.A. O principal indicador é Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a duas vezes durante o prazo de vigência da cédula. O cálculo da dívida líquida, exclusivamente para este fim, exclui os compromissos a pagar oriundos de atividades de investimento. Por fim, os Diretores informaram que a Companhia não está sujeita a outros *covenants financeiros*.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados:

Os Diretores esclarecem que os financiamentos específicos para aquisição de equipamentos tais como FINAME e Leasing estão vinculados aos equipamentos financiados. Os demais financiamentos contratados não possuem restrição de uso e visam suprir, principalmente, as necessidades de capital de giro e de reposição do caixa e financiar as estratégias de crescimento da Companhia, ou seja, não há limites para utilização dos financiamentos contratados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

A discussão a seguir sobre a situação financeira e o resultado das operações da Companhia deverá ser lida em conjunto com as suas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 e as informações trimestrais relativas aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e 2012, e respectivas notas explicativas, bem como com as informações constantes dos demais itens deste Formulário de Referência, em especial às da seção 3 e demais subitens desta seção 10.

Conforme comentado acima os Diretores destacam que em 28 de junho de 2013, foi aprovada a cisão parcial da Companhia, no montante R\$ 125.704 mil, com a transferência de determinados ativos imobiliários a JJ Participações e Projetos Ltda., sociedade controlada pelo principal acionista da Companhia. Concomitantemente à cisão, foram firmados contratos de locação de longo prazo entre a Companhia e a JJ Participações e Projetos Ltda., garantindo à Companhia o direito de uso dos imóveis pelo prazo mínimo de 10 anos, prorrogável por igual período a critério exclusivo da Companhia. O principal motivo desta reorganização societária foi a de aumentar a eficiência da Companhia, permitindo maior foco em sua atividade fim, sem a necessidade de administrar um acervo imobiliário próprio. O aluguel mensal sobre estes imóveis cindidos totaliza R\$ 858 mil. Os valores dos contratos foram determinados com base em laudo de avaliação de especialistas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2013 comparado ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012.

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos à demonstração dos resultados consolidados para os períodos encerrados em 30 de junho de 2013 e 30 de junho de 2012:

Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado					
Nos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de					
	2013		2012		2013/2012
(em milhares de reais)	Consolidado	AV %	Consolidado	AV%	AH%
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Receita líquida dos serviços prestados	220.601	100,0%	136.254	100,0%	61,9%
Custos dos serviços prestados	(80.733)	-36,6%	(48.131)	-35,3%	67,7%
LUCRO BRUTO	139.868	63,4%	88.123	64,7%	58,7%
Despesas gerais e administrativas	(59.688)	-27,1%	(41.914)	-30,8%	42,4%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(3.094)	-1,4%	(1.015)	-0,7%	204,8%
LUCRO OPERACIONAL	77.086	34,9%	45.194	33,2%	70,6%
Receita financeira	5.111	2,3%	1.711	1,3%	198,7%
Despesas financeiras	(11.329)	-5,1%	(8.462)	-6,2%	33,9%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	70.868	32,1%	38.443	28,2%	84,3%
Imposto de renda e contribuição social e incentivos fiscais	(2.059)	-0,9%	(770)	-0,6%	167,4%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	68.809	31,2%	37.673	27,6%	82,6%
Atribuído a Acionistas da Controladora	68.832	31,2%	37.655	27,6%	82,8%
Participação dos não controladores	(23)		18		

Receita líquida dos serviços prestados

A receita líquida dos serviços prestados aumentou em 61,9%, passando de R\$ 136.254 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012, para R\$ 220.601 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2013, devido principalmente aos nossos esforços comerciais e introdução de novos cursos traduzidos em um aumento da captação de alunos, inclusive por meio da intensificação de campanhas de marketing, realização de eventos “mostra campus”, com apresentação da estrutura da faculdade e dos cursos oferecidos para alunos concluintes do ensino médio, além de visitas realizadas em cursos pré-vestibular, e a introdução de novos cursos e a aquisição de novas unidades traduzidos em um aumento da captação de alunos.

Em 30 de junho de 2013, a Companhia contava com 76 mil alunos matriculados, ante a 54 mil alunos em 30 de junho de 2012. A mensalidade média cresceu 14,2%, de R\$ 465 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2012 para R\$ 531 no mesmo período em 2013. Do total da receita bruta dos serviços prestados no período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, 95,3% (ou R\$ 249.608 mil) correspondeu à mensalidades de graduação, comparado a 93,8% (ou R\$ 154,061 mil) no mesmo período em 2012.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços aumentaram em 67,7%, passando de R\$ 48.131 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012 para R\$ 80.733 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2013. Essa variação decorreu, principalmente, do aumento de custos em decorrência do aumento do corpo docente e locação de espaços físicos para atender um maior número de alunos. Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, os custos dos serviços prestados passaram de 35,3% no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012 para 36,6% em 30 de junho de 2013.

O custo com pessoal e encargos sociais, o principal item do custo dos serviços prestados da Companhia, representou R\$ 53.515 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2013, um aumento de 61,9% em relação a R\$ 33.062 mil no mesmo período em 2012. Os custos com pessoal e encargos sociais representaram 66,3% e 68,7% dos custos totais da Companhia nos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2013 e 2012.

Lucro Bruto

O lucro bruto aumentou 58,7%, passando de R\$ 88.123 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012 para R\$ 139.868 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2013. As variações decorrem das contas contábeis supracitadas, ficando a margem bruta em 63,4% em 2013 ante a uma margem bruta de 64,7% em 2012.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram em 42,4%, passando de R\$ 41.914 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012, para R\$ 59.688 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2013, devido ao aumento de despesas com pessoal e encargos sociais (de R\$ 14.955 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012 para R\$ 23.120 mil no mesmo período em 2013), serviços prestados por consultores (de R\$ 4.555 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012 para R\$ 7.301 mil no mesmo período em 2013) e provisão e perda para créditos de liquidação duvidosa (de R\$ 4.814 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012 para R\$ 9.065 mil no mesmo período em 2013). Esses aumentos foram parcialmente compensados pela redução das despesas com publicidade e propaganda, de R\$ 9.286 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012 para R\$ 7.855 mil no mesmo período em 2013.

Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, as despesas gerais e administrativas passaram de 30,8% no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012 para 27,1% no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2013, um decréscimo de 3,7%. Esta redução reflete a escalabilidade do negócio e o controle das despesas gerais e administrativas com foco na qualidade e otimização do gasto realizado.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 a Companhia auferiu outras despesas operacionais no montante de R\$ 3.094 mil, líquido entre “outras receitas e outras despesas operacionais” e para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012 R\$ 1.015 mil de Outras Receitas Operacionais líquidas. Pode ser verificado aumento relevante nos gastos com hospedagens, refeições, estadias e seguros contratados como reflexo do processo de integração de novas unidades adquiridas. Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, as outras receitas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(despesas) operacionais passaram de -0,7% no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012 para -1,4% no mesmo período em 2013.

Lucro Operacional

O lucro operacional aumentou em 70,6%, passando de R\$ 45.194 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012, para R\$ 77.086 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2013. As variações decorrem das explicações das contas contábeis supracitadas. Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, o lucro operacional passou de 33,2% no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012 para 34,9% no mesmo período em 2013.

Receitas financeiras

As receitas financeiras aumentaram em 198,7% passando de R\$ 1.711 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012, para R\$ 5.111 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2013, em decorrência, principalmente, de juros e sobre mensalidades pagas em atraso e juros sobre negociação de acordos efetuados, consequência da maior eficiência nos procedimentos de cobrança e negociação implantados pela Companhia. Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, as receitas financeiras passaram de 1,3% no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012 para 2,3% no mesmo período em 2013.

Despesas financeiras

As despesas financeiras aumentaram em 33,9%, passando de R\$ 8.462 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012, para R\$ 11.329 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2013, em decorrência, principalmente, de juros sobre a dívida contraída. O saldo de empréstimos e financiamentos em 30 de junho de 2013 é de R\$ 108.381 mil, ante um saldo de R\$ 54.175 mil em 30 de junho de 2012. Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, as despesas financeiras passaram de -6,2% no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012 para -5,1% no mesmo período em 2013.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Devido às variações das contas acima descritas, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aumentou em 84,3%, passando de R\$ 38.443 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012, para R\$ 70.868 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2013. Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social passou de 28,2% no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012 para 32,1% no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2013, representando um aumento de 3,9%.

Imposto de renda e contribuição social e incentivos fiscais

O montante devido de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, incluindo o benefício dos incentivos fiscais aplicáveis às entidades de ensino superior (PROUNI), devido aumentou em 167,4%, passando de R\$ 770 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012, para R\$ 2.059 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2013. Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, o imposto de renda e contribuição social

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

líquido, incluindo o benefício do incentivo do PROUNI passou de 0,6% (2,8% de alíquota efetiva) no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012 para 0,9% (2,1% de alíquota efetiva) no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2013.

Lucro líquido do período

Pelos motivos expostos acima, o lucro líquido do período aumentou de R\$ 37.673 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012, para R\$ 68.809 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2013, representando um aumento de 82,6%. Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, o lucro líquido do exercício passou de 27,6% no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012 para 31,2% no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2013, representando um aumento de 3,5%.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos à demonstração dos resultados consolidados para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado					
Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de					
	2012		2011		2012/2011
(em milhares de reais)	Consolidado	AV %	Consolidado	AV %	AH%
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Receita líquida dos serviços prestados	283.285	100,0%	183.517	100,0%	54,4%
Custos dos serviços prestados	(102.187)	-36,1%	(71.816)	-39,1%	42,3%
LUCRO BRUTO	181.098	63,9%	111.701	60,9%	62,1%
Despesas gerais e administrativas	(99.106)	-35,0%	(67.112)	-36,6%	47,7%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(5.587)	-2,0%	740	0,4%	-855,0%
LUCRO OPERACIONAL	76.405	27,0%	45.329	24,7%	68,6%
Receitas financeiras	8.944	3,2%	6.768	3,7%	32,2%
Despesas financeiras	(18.362)	-6,5%	(18.813)	-10,3%	-2,4%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	66.987	23,6%	33.284	18,1%	-101,3%
Imposto de renda e contribuição social e incentivos fiscais	(2.731)	-1,0%	(1.732)	-0,9%	57,7%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	64.256	22,7%	31.552	17,2%	103,7%
Atribuído a Acionistas da Controladora	64.239	22,7%	31.553	17,2%	103,6%
Participação dos não controladores	17		(1)		

Receita líquida dos serviços prestados

A receita líquida dos serviços prestados aumentou em 54,4%, passando de R\$ 183.517 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 283.285 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 devido principalmente aos nossos esforços comerciais, tal como intensificação de campanhas de marketing, realização de eventos com

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

apresentação da estrutura da faculdade e dos cursos oferecidos para alunos concluintes do ensino médio, além de visitas realizadas em cursos pré-vestibular. Somado a isso, houve introdução de novos cursos e abertura de novas unidades traduzidos em um aumento da captação de alunos.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia contava com 57 mil alunos matriculados, ante a 41 mil alunos em 31 de dezembro de 2011. A mensalidade média cresceu 12,4%, de R\$ 419 em 2011 para R\$ 471 em 2012. Do total da receita bruta dos serviços prestados em 2012, 93,5% (ou R\$ 319.870 mil) correspondeu à mensalidades de graduação, comparado a 92,6% (ou R\$ 210.974 mil) em 2011.

Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços aumentaram em 42,3%, passando de R\$ 71.816 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, para R\$ 102.187 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. Essa variação decorreu do aumento de custos da Companhia, principalmente o aumento do corpo docente e locação de espaços físicos para atender um maior número de alunos. Como percentual da receita líquida dos serviços prestados as deduções passaram de 39,1% em 2011 para 36,1% em 2012. Esta redução reflete da escalabilidade do negócio. A política estabelecida pela Companhia de aumento de custos variáveis, permitiu que mesmo com crescimento do custo dos serviços prestados houvesse melhoria no desempenho do mesmo quando comparado à receita líquida dos serviços prestados, resultado da aquisição das novas unidades e consequente aumento na quantidade de cursos oferecidos e na captação de novos alunos.

O custo com pessoal e encargos sociais, o principal item do custo dos serviços prestados da Companhia, representou R\$ 69.608 mil em 2012, um aumento de 36,7% em relação a R\$ 50.915 mil em 2011. Os custos com pessoal e encargos sociais representaram 68,1% e 70,9% dos custos totais da Companhia em 2012 e 2011.

Lucro Bruto

O lucro bruto aumentou 62,1%, passando de R\$ 111.701 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, para R\$ 181.098 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. As variações decorrem das explicações das contas contábeis supracitadas, ficando a margem bruta comparada à receita líquida dos serviços prestados em 63,9% em 2012 ante a uma margem bruta de 60,9% em 2011.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram em 47,7%, passando de R\$ 67.112 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, para R\$ 99.106 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. As despesas com pessoal e encargos aumentaram de R\$ 23.985 mil em 2011 para R\$ 33.865 mil em 2012. As despesas com serviços aumentaram de R\$ 8.805 mil em 2011 para R\$ 10.599 mil em 2012. As despesas com publicidade e propaganda aumentaram de R\$ 12.041 mil em 2011 para R\$ 19.637 mil em 2012. As despesas com provisão e perda para créditos de liquidação duvidosa aumentaram de R\$ 6.741 mil em 2011 para R\$ 15.566 mil em 2012.

Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, as despesas gerais e administrativas passaram de 36,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, para 35,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, um decréscimo de 1,6%.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Outras receitas(despesas) operacionais, líquidas

Em 2012, a Companhia incorreu em outras despesas operacionais no montante de R\$ 5.587 mil, líquido entre Outras Receitas e Outras Despesas operacionais, e em 2011, R\$ 740 mil de Outras receitas operacionais líquidas. O saldo reduziu devido à cessão do contrato de aluguel de salas de aulas firmados no exercício de 2011, onde os serviços contratados seriam todos aqueles necessários ao funcionamento e oferta de cursos tecnológicos de design de interiores e construção de edifícios, sejam de pessoal, administrativo, acadêmico, pedagógico, financeiro, ou outro qualquer que se faça necessário para o correto funcionamento dos respectivos cursos. Adicionalmente, o processo de expansão do grupo, que adquiriu duas novas unidades no exercício de 2012, resultou em aumento com os gastos com viagens, hospedagens, passagens aéreas, tanto durante o período de negociação de aquisição quanto para integração das novas unidades adquiridas ao modelo de gestão da Companhia.

Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, as outras receitas (despesas) operacionais líquidas passaram de 0,4% em 2011 para -2,0% em 2012.

Lucro Operacional

O lucro operacional aumentou em 68,6%, passando de R\$ 45.329 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, para R\$ 76.405 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. As variações decorrem das explicações das contas contábeis supracitadas.

Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, o lucro operacional passou de 24,7% em 2011 para 27,0% em 2012.

Receitas financeiras

As receitas financeiras aumentaram em 32,2%, passando de R\$ 6.768 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, para R\$ 8.944 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, em decorrência, principalmente, do ajuste a valor presente dos recebíveis de longo prazo devido à redução da taxa de juros em comparação ao exercício anterior.

Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, as receitas financeiras passaram de 3,7% em 2011 para 3,2% em 2012.

Despesas financeiras

As despesas financeiras diminuíram em 2,4%, passando de R\$ 18.813 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, para R\$ 18.362 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, em decorrência, principalmente, da redução de juros sobre a dívida, uma vez que o financiamento do Banco Santander (Brasil) S.A. no montante de R\$ 35.000 mil iniciou o seu período de amortização, com conseqüente decréscimo no montante principal da dívida da Companhia

Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, as despesas financeiras passaram de -10,3% em 2011 para -6,5% em 2012.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aumentou em 101,3%, passando de R\$ 33.284 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, para R\$ 66.987 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. As variações decorrem das explicações das contas contábeis supracitadas.

Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, o lucro antes do imposto de renda, contribuição social e incentivos fiscais passou de 18,1% em 2011 para 23,6% em 2012.

Imposto de renda e contribuição social e incentivos fiscais

O montante devido de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido incluindo o benefício do incentivo fiscal (PROUNI) aumentou em 57,7%, passando de R\$ 1.732 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, para R\$ 2.731 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, o imposto de renda e contribuição social líquido do incentivo do PROUNI passou de 5,2% de alíquota efetiva no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 para 4,1% de alíquota efetiva no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Lucro líquido do exercício

Pelos motivos expostos acima, o lucro líquido do período aumentou de R\$ 31.552 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 64.256 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, representando um aumento de 103,7%. Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, o lucro líquido do exercício passou de 17,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 para 22,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, representando um aumento de 5,5%.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos à demonstração dos resultados consolidados para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado					
Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de					
	2011		2010		2011/2010
(em milhares de reais)	Consolidado	AV %	Consolidado	AV%	AH%
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Receita líquida dos serviços prestados	183.517	100,0%	141.296	100,0%	29,9%
Custos dos serviços prestados	(71.816)	-39,1%	(50.403)	-35,7%	42,5%
LUCRO BRUTO	111.701	60,9%	90.893	64,3%	22,9%
Despesas gerais e administrativas	(67.112)	-36,6%	(45.633)	-32,3%	47,1%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	740	0,4%	(384)	0,3%	-292,7%
LUCRO OPERACIONAL	45.329	24,7%	44.876	31,8%	1,0%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receita financeira	6.768	3,7%	8.118	5,7%	-16,6%
Despesas financeiras	(18.813)	-10,3%	(16.239)	-11,5%	15,9%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	33.284	18,1%	36.755	26,0%	-9,4%
Imposto de renda e contribuição social e incentivos fiscais	(1.732)	-0,9%	(1.036)	-0,7%	67,2%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	31.552	17,2%	35.719	25,3%	-11,7%
Atribuído a Acionistas da Companhia	31.553	17,2%	35.712	25,3%	-11,6%
Participação dos não controladores	(1)		7		

Receita líquida dos serviços prestados

A receita líquida dos serviços prestados aumentou em 29,9%, passando de R\$ 141.296 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, para R\$ 183.517 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 devido a um aumento da captação de alunos, principalmente como resultado dos nossos esforços comerciais, introdução de novos cursos e abertura de novas unidades.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia contava com 41 mil alunos matriculados, ante a 33 mil alunos em 31 de dezembro de 2010. A mensalidade média cresceu 5,5%, de R\$ 397 em 2010 para R\$ 419 em 2011. Do total da receita bruta dos serviços prestados em 2011, 92,6% (ou R\$ 210.974 mil) correspondeu à mensalidades de graduação, comparado a 94,2% (ou R\$ 168.752 mil) em 2010.

Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços aumentaram em 42,5%, passando de R\$ 50.403 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, para R\$ 71.816 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. Essa variação decorreu, principalmente, do aumento de custos em decorrência do aumento do corpo docente e locação de espaço físico para atender maior número de alunos.

O custo com pessoal e encargos sociais, o principal item do custo dos serviços prestados da Companhia, representou R\$ 50.915 mil em 2011, um aumento de 37,8% em relação a R\$ 36.938 mil em 2010. Os custos com pessoal e encargos sociais representaram 70,9% e 73,3% dos custos totais da Companhia em 2011 e 2010. O custo com aluguéis representou R\$ 8.222 mil em 2011, um aumento de 145,1% em relação a R\$ 3.354 mil em 2010. Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, o custo dos serviços prestados passou de 39,1% em 2011 para 35,7% em 2010.

Lucro Bruto

O lucro bruto aumentou 22,9%, passando de R\$ 90.893 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 111.701 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. As variações decorrem das explicações das contas contábeis supracitadas, ficando a margem bruta em 60,9% em 2011 ante uma margem bruta de 64,3% em 2010.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram em 47,1%, passando de R\$ 45.633 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 67.112 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. Como percentual da

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

receita líquida dos serviços prestados, as despesas gerais e administrativas passaram de 32,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para 36,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, um acréscimo de 4,3%. dos gastos com pessoal administrativo, serviços relacionados à publicidade e propaganda, visando expandir as operações da Companhia em novos mercados, e número de alunos.

As despesas com pessoal e encargos aumentaram de R\$ 16.708 mil em 2010 para R\$ 23.985 mil em 2011. As despesas com serviços aumentaram de R\$ 6.122 mil em 2010 para R\$ 8.805 mil em 2011. As despesas com publicidade e propaganda aumentaram de R\$ 9.789 mil em 2010 para R\$ 12.041 em 2011. As despesas com provisão e perda para créditos de liquidação duvidosa aumentaram de R\$ 2.197 mil em 2010 para R\$ 6.741 mil em 2011.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Em 2011, a Companhia auferiu outras receitas operacionais líquidas no montante de R\$ 740 mil, e em 2010 R\$ 384 mil de outras despesas operacionais líquidas. O aumento decorre, principalmente, de gastos relacionados a viagens, tais como hospedagens e estadias, locomoções e táxi, além de seguros contratados, em virtude da abertura das novas unidades.

Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, as outras receitas (despesas) operacionais líquidas passaram de -0,3% em 2010 para 0,4% em 2011.

Lucro Operacional

O lucro operacional aumentou em 1,0%, passando de R\$ 44.876 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, para R\$ 45.329 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. As variações decorrem das explicações das contas contábeis supracitadas.

Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, o lucro operacional passou de 31,8% em 2010 para 24,7% em 2011.

Receitas financeiras

As receitas financeiras reduziram em 16,6%, passando de R\$ 8.118 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 6.768 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, em decorrência, principalmente, do menor montante auferido de receitas financeiras de mensalidades em atraso e acordos efetuados.

Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, as receitas financeiras passaram de 5,7% em 2010 para 3,7% em 2011.

Despesas financeiras

As despesas financeiras aumentaram em 15,9%, passando de R\$ 16.239 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 18.813 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, em decorrência, principalmente, da incidência de juros sobre a dívida existente.

Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, as despesas financeiras passaram de -11,5% em 2010 para -10,3% em 2011.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social reduziu em 9,4%, passando de R\$ 36.755 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 33.284 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social passou de 26,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para 18,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, representando uma queda de 7,9%, devido aos motivos expostos acima.

Imposto de renda e contribuição social e incentivos fiscais

O montante devido de imposto de renda e contribuição social líquido dos incentivos fiscais (PROUNI) aumentou em 67,2%, passando de R\$ 1.036 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 1.732 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, o imposto de renda e contribuição social líquido dos incentivos fiscais passou de -0,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para -0,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Lucro líquido do exercício

Pelos motivos expostos acima, o lucro líquido do exercício reduziu de R\$ 35.719 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 31.552 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, representando uma redução de 11,7%. Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, o lucro líquido do exercício passou de 25,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para 17,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, representando uma redução de 8,1%.

Balancos patrimoniais consolidadas de 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012					
(Em milhares de reais)					
	2013		2012		2013/2012
ATIVO	Consolidado	AV %	Consolidado	AV %	AH%
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	61.476	16,5%	17.182	4,5%	257,8%
Contas a receber de clientes	67.541	18,1%	47.454	12,5%	42,3%
Tributos a recuperar	2.231	0,6%	4.425	1,2%	-49,6%
Adiantamentos a fornecedores	4.255	1,1%	1.945	0,5%	118,8%
Partes relacionadas	-	-	171	-	-100,0%
Outros Ativos	4.994	1,3%	2.878	0,8%	73,5%
TOTAL DO CIRCULANTE	140.497	37,6%	74.055	19,5%	89,7%
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes	4.941	1,3%	7.695	2,0%	-35,8%
Outros Ativos	1.224	0,3%	441	0,1%	177,6%
Ativos de indenização	3.249	0,9%	-	-	-
Intangível	57.452	15,4%	30.046	7,9%	91,2%
Imobilizado	166.231	44,5%	267.054	70,4%	-37,8%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	233.097	62,4%	305.236	80,5%	-23,6%
TOTAL DO ATIVO	373.594	100,0%	379.291	100,0%	-1,5%
	2013		2012		2013/2012
PASSIVO	Consolidado	AV %	Consolidado	AV %	AH%
CIRCULANTE					
Fornecedores	5.226	1,4%	3.648	1,0%	43,3%
Compromissos a Pagar	12.207	3,3%	12.763	3,4%	-4,4%
Empréstimos e financiamentos	16.783	4,5%	38.854	10,2%	-56,8%
Salários e encargos sociais	29.786	8,0%	16.585	4,4%	79,6%
Tributos a recolher	4.758	1,3%	3.835	1,0%	24,1%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	2.832	0,8%	2.016	0,5%	40,5%
Obrigações de Arrendamento Mercantil	1.212	0,3%	1.120	0,3%	8,2%
Dividendos a pagar	27.463	7,4%	6.573	1,7%	317,8%
Outros Passivos	2.185	0,6%	737	0,2%	196,5%
TOTAL DO CIRCULANTE	102.452	27,4%	86.131	22,7%	18,9%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	91.598	24,5%	42.542	11,2%	115,3%
Obrigações de Arrendamento mercantil	54.357	14,5%	54.981	14,5%	-1,1%
Compromissos a pagar	11.535	3,1%	1.396	0,4%	726,3%
Tributos a recolher	-	-	78	-	-100%
Parcelamentos de tributos	180	-	-	-	-
Provisão para contingências	4.632	1,2%	965	0,3%	380,0%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	162.302	43,4%	99.962	26,4%	62,4%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	82.010	22,0%	70.971	18,7%	15,6%
Reserva de lucros	6.872	1,8%	127.133	33,5%	-94,6%
Lucros ou prejuízos acumulados	23.793	6,4%	-	-	-
Ajustes na avaliação patrimonial	(3.835)	-1,0%	(4.929)	-1,3%	-22,2%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	108.840	29,1%	193.175	50,9%	-43,7%
Participação dos não controladores	-	-	23	-	-100,0%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	373.594	100,0%	379.291	100,0%	-1,5%

Comparação das contas patrimoniais do período encerrado em 30 de junho de 2013 e exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012*Ativo Circulante*

O ativo circulante cresceu 89,7%, passando de R\$ 74.055 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 140.497 mil em 30 de junho de 2013. As principais variações foram:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- a) aumento de 257,8% em caixa e equivalentes de caixa, de R\$ 17.182 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 61.476 mil em 30 de junho de 2013, em decorrência principalmente de captação de recursos de capital de terceiros e da geração do caixa do período;
- b) aumento de 42,3% em contas a receber de clientes, de R\$ 47.454 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 67.541 mil em 30 de junho de 2013. Esse aumento justifica-se pelo maior número de matrículas e rematrículas aliadas às novas instituições e ao aumento de valores a serem recebidos do FIES; e
- c) redução de 49,6% em tributos a recuperar, de R\$ 4.425 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 2.231 mil em 30 de junho de 2013, em decorrência principalmente do planejamento tributário da Companhia visando compensar os tributos e preservar caixa.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante registrou uma redução de 23,6%, passando de R\$ 305.236 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 233.097 mil em 30 de junho de 2013. As principais variações foram:

- a) redução de 35,8% em contas a receber de clientes, de R\$ 7.695 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 4.941 mil em 30 de junho de 2013, em decorrência principalmente da recuperação do crédito educativo fornecida pela Companhia em exercícios anteriores;
- b) aumento de 91,2% em intangível, de R\$ 30.046 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 57.452 mil em 30 de junho de 2013, em decorrência principalmente de aquisição de licenças de softwares e de novas unidades no exercício; e
- c) redução de 37,8% em imobilizado, de R\$ 267.054 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 166.231 mil em 30 de junho de 2013, em decorrência principalmente da cisão parcial do capital social ocorrido em 28 de junho de 2013.

Passivo Circulante

O saldo do nosso passivo circulante aumentou em 18,9%, passando de R\$ 86.131 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 102.452 mil em 30 de junho de 2013. As principais variações foram:

- a) aumento de 43,3% em fornecedores e demais contas a pagar, de R\$ 3.648 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 5.226 mil em 30 de junho de 2013, em decorrência principalmente da política de alongamento dos prazos de pagamento e da aquisição e reforma de novas unidades realizadas pela Companhia;
- b) redução de 56,8% na porção circulante de empréstimos e financiamentos, de R\$ 38.854 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 16.783 mil em 30 de junho de 2013, em decorrência principalmente da repactuação um empréstimo de capital de giro, liquidando um empréstimo ponte obtido em 2012 no montante de R\$ 25.000 mil, e obtendo um novo empréstimo no montante de R\$ 50.000 mil, com prazo de 2 anos de carência e 4 anos de amortização;

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- c) aumento de 79,6% em salários e encargos sociais, de R\$ 16.585 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 29.786 mil em 30 de junho de 2013.
- d) a cisão ocorrida em 28 de junho de 2013 reduziu os empréstimos e financiamentos em R\$ 4.912 mil e compromissos a pagar em R\$ 7.839 mil.

Passivo Não Circulante

O saldo do nosso passivo não circulante aumentou em 62,4%, passando de R\$ 99.962 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 162.302 em 30 de junho de 2013. As principais variações foram:

- a) aumento de 115,3% em empréstimos e financiamentos, de R\$ 42.542 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 91.598 mil em 30 de junho de 2013, em decorrência principalmente da repactuação de empréstimo de capital giro e liquidação de empréstimo ponte obtido em 2012, no montante de R\$ 50.000 mil;
- b) aumento de 726,3% de compromissos a pagar, de R\$ 1.396 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 11.535 mil em 30 de junho de 2013, em decorrência principalmente da celebração de contrato de compra das unidades do Piauí;
- c) aumento de 380,0% em provisão para contingências, de R\$ 965 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 4.632 mil em 30 de junho de 2013.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido reduziu em 43,7%, passando de R\$ 193.175 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 108.840 mil em 30 de junho de 2013, em decorrência principalmente da cisão parcial do capital social ocorrido em 28 de junho de 2013.

Balancos patrimoniais consolidadas levantados em 31 de dezembro de 2012 e 2011.					
(Em milhares de reais)	2012		2011		2012/2011
ATIVO	Consolidado	AV %	Consolidado	AV %	AH%
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	17.182	4,5%	3.387	1,2%	407,3%
Títulos e valores mobiliários	-	-	9.175	3,2%	-100,0%
Contas a receber de clientes	47.454	12,5%	28.667	10,0%	65,5%
Tributos a recuperar	4.425	1,2%	6.211	2,2%	-28,8%
Adiantamentos a fornecedores	1.945	0,5%	4.363	1,5%	-55,4%
Partes relacionadas	171	-	171	0,1%	-
Outros Ativos	2.878	0,8%	4.571	1,6%	-37,0%
TOTAL DO CIRCULANTE	74.055	19,5%	56.545	19,7%	31,0%
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes	7.695	2,0%	8.942	3,1%	-13,9%
Depósitos judiciais	-	-	720	0,3%	-100,0%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Outros Ativos	441	0,1%	400	0,1%	10,3%
Investimentos	-	-	-	-	-
Intangível	30.046	7,9%	25.162	8,8%	19,4%
Imobilizado	267.054	70,4%	195.143	68,0%	36,9%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	305.236	80,5%	230.367	80,3%	32,5%
TOTAL DO ATIVO	379.291	100,0%	286.912	100,0%	32,2%
	2012		2011		2012/2011
PASSIVO	Consolidado	AV %	Consolidado	AV %	AH%
CIRCULANTE					
Fornecedores	3.648	1,0%	6.241	2,2%	-41,5%
Compromissos a Pagar	12.763	3,4%	8.390	2,9%	52,1%
Empréstimos e financiamentos	38.854	10,2%	4.603	1,6%	744,1%
Salários e encargos sociais	16.585	4,4%	12.024	4,2%	37,9%
Tributos a recolher	3.835	1,0%	4.874	1,7%	-21,3%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	2.016	0,5%	1.055	0,4%	91,1%
Obrigações de Arrendamento Mercantil	1.120	0,3%	978	0,3%	14,5%
Partes Relacionadas					
Dividendos a pagar	6.573	1,7%	1.905	0,7%	245,0%
Outros Passivos	737	0,2%	2.529	0,9%	-70,9%
TOTAL DO CIRCULANTE	86.131	22,7%	42.599	14,8%	102,2%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	42.542	11,2%	47.245	16,5%	-10,0%
Obrigações de Arrendamento mercantil	54.981	14,5%	54.136	18,9%	1,6%
Compromissos a pagar	1.396	0,4%	1.471	0,5%	-5,1%
Tributos a recolher	78	-	352	0,1%	-77,8%
Provisão para contingências	965	0,3%	173	0,1%	457,8%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	99.962	26,4%	103.377	36,0%	-3,3%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	70.971	18,7%	70.971	24,7%	0,0%
Reserva de lucros	127.133	33,5%	77.079	26,9%	64,9%
Ajustes de avaliação patrimonial	(4.929)	-1,3%	(7.120)	-2,5%	-30,8%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	193.175	50,9%	140.930	49,1%	37,1%
Participação dos não controladores	23	-	6	-	283,3%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	379.291	100,0%	286.912	100,0%	32,2%

Comparação das contas patrimoniais dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011*Ativo Circulante*

O ativo circulante cresceu 31,0%, passando de R\$ 56.545 mil em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 74.055 mil em 31 de dezembro de 2012. As principais variações foram:

- aumento de 407,3% em caixa e equivalentes de caixa, de R\$ 3.387 mil em 2011 para R\$ 17.182 mil em 2012, em decorrência principalmente de captação de recursos de capital de terceiros e da geração do caixa do exercício;

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- b) aumento de 65,5% em contas a receber de clientes, de R\$ 28.667 mil em 2011 para R\$ 47.454 mil em 2012. Esse aumento justifica-se pelo maior número de matrículas e rematrículas aliadas às novas instituições ao aumento de valores a serem recebidos do FIES;
- c) redução de 28,8% em tributos a recuperar, de R\$ 6.211 mil em 2011 para R\$ 4.425 mil em 2012, em decorrência principalmente de planejamento tributário da Companhia.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante registrou um aumento de 32,5%, passando de R\$ 230.367 mil em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 305.236 mil em 31 de dezembro de 2012. As principais variações foram:

- a) redução de 13,9% em contas a receber de clientes, de R\$ 8.942 mil em 2011 para R\$ 7.695 mil em 2012, em decorrência principalmente da recuperação do crédito educativo fornecido pela Companhia em exercícios anteriores;
- b) aumento de 19,4% em intangível, de R\$ 25.162 mil em 2011 para R\$ 30.046 mil em 2012, em decorrência principalmente da aquisição de novas licenças de softwares e aquisição de novas unidades no exercício; e
- c) aumento de 36,9% em imobilizado, de R\$ 195.143 mil em 2011 para R\$ 267.054 mil em 2012, em decorrência principalmente da construção de novas unidades e novas salas dentro das próprias unidades. da Companhia.

Passivo Circulante

O saldo do nosso passivo circulante aumentou em 102,2%, passando de R\$ 42.599 mil em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 86.131 mil em 31 de dezembro de 2012. As principais variações foram:

- a) redução de 41,5% em fornecedores e demais contas a pagar, de R\$ 6.241 mil em 2011 para R\$ 3.648 mil em 2012, em decorrência principalmente da quitação de compromissos firmados anteriormente e não aumento do endividamento da empresa relacionado a fornecedores;
- b) aumento de 52,1% em compromissos a pagar, de R\$ 8.390 mil em 2011 para R\$ 12.763 mil em 2012, em decorrência principalmente da compra de novos imóveis durante o exercício;
- c) aumento de 744,1% em empréstimos e financiamentos, de R\$ 4.603 mil em 2011 para R\$ 38.854 mil em 2012, em decorrência principalmente da captação de um empréstimo de capital giro no montante de R\$ 25.000 mil com o Banco Santander (Brasil) S.A.; e
- d) aumento de 37,9% em salários e encargos sociais, de R\$ 12.024 mil em 2011 para R\$ 16.585 mil em 2012, em decorrência da contratação de novos profissionais devido a crescimento da operação no exercício.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Passivo Não Circulante

O saldo do nosso passivo não circulante reduziu em 3,3%, passando de R\$ 103.377 mil em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 99.962 mil em 31 de dezembro de 2012. As principais variações foram:

- a) aumento de 1,6% de obrigações de arrendamento mercantil, de R\$ 54.136 mil em 2011 para R\$ 54.981 mil em 2012, em decorrência principalmente da celebração de contrato de aluguel de imóvel para unidade de Maceió; e
- b) aumento de 457,8% em provisão para contingências, de R\$ 173 mil em 2011 para R\$ 965 mil em 2012.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou em 37,1%, passando de R\$ 140.930 mil em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 193.175 mil em 31 de dezembro de 2012, em decorrência, principalmente, de lucro líquido do exercício de R\$ 64.256 mil distribuídos, nas seguintes rubricas: (i) aumento de R\$ 34.109 mil na reserva de retenção de lucro; (ii) do aumento em reserva legal de R\$ 2.641 mil; (iii) distribuição de dividendos de R\$ 13.899 mil; (iv) aumento da reserva de incentivos fiscais – Prouni em R\$ 11.399 mil; e (v) realização do ajuste do custo atribuído (“deemed cost”) em R\$ 2.191 mil.

Balancos patrimoniais consolidadas levantados em 31 de dezembro de 2011 e 2010.					
(Em milhares de reais)	2011		2010		2011/2010
	Consolidado	AV %	Consolidado	AV %	AH%
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3.387	1,2%	2.403	1,1%	40,9%
Títulos e valores mobiliários	9.175	3,2%	-	-	-
Contas a receber de clientes	28.667	10,0%	18.393	8,7%	55,9%
Tributos a recuperar	6.211	2,2%	3.648	1,7%	70,3%
Adiantamentos a fornecedores	4.363	1,5%	1.453	0,7%	200,3%
Partes relacionadas	171	0,1%	21	-	714,3%
Outros Ativos	4.571	1,6%	1.688	0,8%	170,8%
TOTAL DO CIRCULANTE	56.545	19,7%	27.606	13,1%	104,8%
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes	8.942	3,1%	5.668	2,7%	57,8%
Depósitos judiciais	720	0,3%	715	0,3%	0,7%
Despesas antecipadas	-	-	800	0,4%	-100,0%
Outros Ativos	400	0,1%	212	0,1%	88,7%
Investimentos	-	-	-	-	-
Intangível	25.162	8,8%	23.755	11,3%	5,9%
Imobilizado	195.143	68,0%	152.275	72,2%	28,2%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	230.367	80,3%	183.425	86,9%	25,6%
TOTAL DO ATIVO	286.912	100,0%	211.031	100,0%	36,0%
	2011		2010		2011/2010

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

PASSIVO	Consolidado	AV %	Consolidado	AV %	AH%
CIRCULANTE					
Fornecedores	6.241	2,2%	2.089	1,0%	198,8%
Compromissos a Pagar	8.390	2,9%	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	4.603	1,6%	4.703	2,2%	-2,1%
Salários e encargos sociais	12.024	4,2%	10.556	5,0%	13,9%
Tributos a recolher	4.874	1,7%	4.348	2,1%	12,1%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	1.055	0,4%	1.271	0,6%	-17,0%
Obrigações de Arrendamento Mercantil	978	0,3%	859	0,4%	13,9%
Dividendos a pagar	1.905	0,7%	790	0,4%	141,1%
Outros Passivos	2.529	0,9%	151	0,1%	1574,8%
TOTAL DO CIRCULANTE	42.599	14,8%	24.767	11,7%	72,0%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	47.245	16,5%	11.443	5,4%	312,9%
Obrigações de Arrendamento mercantil	54.136	18,9%	55.009	26,1%	-1,6%
Compromissos a pagar	1.471	0,5%	3.100	1,5%	-52,5%
Tributos a recolher	352	0,1%	861	0,4%	-59,1%
Provisão para contingências	173	0,1%	21	-	723,8%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	103.377	36,0%	70.434	33,4%	46,8%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	70.971	24,7%	70.971	33,6%	-
Reserva de lucros	77.079	26,9%	54.163	25,7%	42,3%
Ajustes na avaliação patrimonial	(7.120)	-2,5%	(9.311)	-4,4%	-23,5%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	140.930	49,1%	115.823	54,9%	21,7%
Participação dos não controladores	6	-	7	-	-14,3%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	286.912	100,0%	211.031	100,0%	36,0%

Comparação das contas patrimoniais dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010*Ativo Circulante*

O ativo circulante cresceu 104,8%, passando de R\$ 27.606 mil em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 56.545 mil em 31 de dezembro de 2011. As principais variações foram:

- aumento de 40,9% em caixa e equivalentes de caixa, de R\$ 2.403 mil em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 3.387 mil em 31 de dezembro de 2011, em decorrência principalmente de geração de caixa do exercício;
- aumento de 55,9% em contas a receber de clientes, de R\$ 18.393 mil em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 28.667 mil em 31 de dezembro de 2011, em decorrência principalmente do crescimento da receita líquida dos serviços prestados e número de alunos do exercício, e aumento no giro dos recebíveis de 121 para 133 dias;
- aumento de 70,3% em tributos a recuperar, de R\$ 3.648 mil em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 6.211 mil em 31 de dezembro de 2011, em decorrência principalmente do aumento da receita líquida dos serviços prestados;

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- d) aumento de 200,3% em adiantamentos a fornecedores, de R\$ 1.453 mil em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 4.363 mil em 31 de dezembro de 2011, em decorrência principalmente do aumento dos custos e despesas do exercício.
- e) aumento de 714,3% em empréstimos e outros créditos com partes relacionadas, de R\$ 21 mil em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 171 mil em 31 de dezembro de 2011, em decorrência principalmente de ações efetuadas com o Instituto Ser Educacional.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante registrou um aumento de 25,6%, passando de R\$ 183.425 mil em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 230.367 mil em 31 de dezembro de 2011. As principais variações foram:

- a) aumento de 57,8% em contas a receber de clientes, de R\$ 5.668 mil em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 8.942 mil em 31 de dezembro de 2011, em decorrência da concessão de crédito educativo aos alunos;
- b) aumento de 28,2% em imobilizado, de R\$ 152.275 mil em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 195.143 mil em 31 de dezembro de 2011, em decorrência principalmente da construção de novas salas de aulas no exercício.

Passivo Circulante

O saldo do nosso passivo circulante aumentou em 72,0%, passando de R\$ 24.767 mil em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 42.599 mil em 31 de dezembro de 2011. As principais variações foram:

- a) Aumento de 198,8% em fornecedores, de R\$ 2.089 mil em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 6.241 mil em 31 de dezembro de 2011, em decorrência principalmente do crescimento da operação, construção de novas unidades e reforma das unidades existentes;
- b) Redução de 2,1% em empréstimos e financiamentos, de R\$ 4.703 mil em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 4.603 mil em 31 de dezembro de 2011, em decorrência principalmente da amortização dos empréstimos e financiamentos no exercício;
- c) Aumento de 12,1% em tributos a recolher, de R\$ 4.348 mil em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 4.874 mil em 31 de dezembro de 2011, em decorrência principalmente do aumento da receita líquida dos serviços prestados no exercício;
- d) Aumento de R\$ 8.390 mil em compromissos a pagar de 2010 para 2011, referente a compra do terreno da unidade da Pituba em Salvador.

Passivo Não Circulante

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O saldo do nosso passivo não circulante aumentou em 46,8%, passando de R\$ 70.434 mil em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 103.377 mil em 31 de dezembro de 2011. As principais variações foram:

- a) aumento de 312,9% em empréstimos e financiamentos, de R\$ 11.443 mil em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 47.245 mil em 31 de dezembro de 2011, em decorrência principalmente da obtenção de um empréstimo no montante de R\$ 35.000 mil perante o Banco Santander (Brasil) S.A.;
- b) redução de 1,6% de obrigações de arrendamento mercantil, de R\$ 55.009 mil em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 54.136 mil em 31 de dezembro de 2011, em decorrência da amortização dos arrendamentos mercantis;
- c) redução de 52,5% em compromissos a pagar, de R\$ 3.100 mil em 31 de dezembro 2010 para R\$ 1.471 mil em 31 de dezembro de 2011, em decorrência principalmente da amortização do compromisso a pagar da aquisição da Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda.;
- d) aumento de 723,8% em provisão para contingências, de R\$ 21 mil em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 173 mil em 31 de dezembro de 2011, em decorrência principalmente da constituição de provisões para contingências durante o exercício;

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou em 21,7%, passando de R\$ 115.823 mil em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 140.930 mil em 31 de dezembro de 2011, em decorrência, principalmente, do lucro do exercício.

Fluxo de Caixa do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2013 comparado ao período de seis meses encerrados em 30 de junho de 2012.

O aumento líquido do caixa no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2013 foi de R\$ 44.294 mil, sendo que foram gerados R\$ 77.261 mil com as atividades operacionais, foram investidos R\$ 44.735 mil nas atividades de investimento e houve um aumento de R\$ 11.768 mil de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento, conforme reconciliação abaixo:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidado	30 de junho 2013	30 de junho de 2012
<i>(em milhares de R\$)</i>		
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	77.261	45.175
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(44.735)	(40.327)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	11.768	(5.518)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	44.294	(670)
Demonstração do aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	17.182	12.744
No fim do período	61.476	12.074
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	44.294	(670)

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

A geração de caixa operacional decorre substancialmente de operações da Companhia, podendo variar de período a período, conforme a flutuação das receitas dos negócios, dos custos e despesas operacionais e do resultado financeiro. Nos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2013 e 30 de junho de 2012 o fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais foi de R\$ 77.261 mil e R\$ 45.175 mil, respectivamente.

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento

O fluxo de caixa das atividades de investimento está substancialmente relacionado: (i) às aquisições de empresas controladas menos caixa líquidos na aquisição; (ii) às aquisições de ativo imobilizado; (iii) à aquisição de ativos intangíveis. No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2013, o fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento somou um total de R\$ 44.735 mil devido a: i) aquisição das unidades do Piauí; ii) construção e reforma das unidades do Grupo.

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento

Os recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento, no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2013, consiste basicamente na captação de recursos junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. no montante de R\$ 50.000 mil, amortização dos empréstimos existentes e distribuição de dividendos. No período de seis meses encerrado em junho de 2012 o fluxo de caixa devido a atividades de financiamento foi de R\$ 5.518 mil, principalmente decorrente a amortização de empréstimos e distribuição de dividendos.

Fluxo de Caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010.

O aumento líquido do caixa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 13.795 mil, sendo que foram gerados R\$ 71.411 mil com as atividades operacionais, foram investidos R\$ 72.959 mil nas atividades de investimento e houve R\$ 15.343 mil de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento, conforme reconciliação abaixo:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidado	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2012	2011	2010
<i>(em milhares de R\$)</i>			
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	71.411	33.578	58.224
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(72.959)	(58.891)	(63.604)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	15.343	26.297	(10.002)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	13.795	984	(15.082)
No início do exercício	3.387	2.403	17.485
No fim do exercício	17.182	3.387	2.403
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	13.795	984	(15.082)

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

A geração de caixa operacional decorre substancialmente de operações da Companhia, podendo variar de período a período, conforme a flutuação das receitas dos negócios, dos custos e despesas operacionais e do resultado financeiro. Nos anos de 2012, 2011 e 2010 o fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais foi de R\$ 71.411 mil, R\$ 33.578 mil, R\$ 58.224 mil, respectivamente. A variação do fluxo de caixa entre os anos de 2012 e 2011 é consequência do aumento da receita líquida dos serviços prestados e de uma maior rentabilidade das operações, e entre 2011 e 2010 decorre principalmente do volume de recursos aplicados em investimentos.

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento

O fluxo de caixa das atividades de investimento está substancialmente relacionado: (i) às aquisições de empresas controladas menos caixa líquidos na aquisição; (ii) às aquisições de ativo imobilizado; e (iii) à aquisição de ativos intangíveis. As atividades de investimentos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 foram R\$ 72.959 mil, R\$ 58.891 mil em 2011, e R\$ 63.604 mil em 2010, todos consistentes com a compra de intangíveis e de ativo imobilizado nestes períodos.

Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento

Os recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento consistem basicamente em integralização de capital por parte de nossos acionistas, captação e pagamento de empréstimos. O caixa proveniente das atividades de financiamentos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 15.343 mil, R\$ 10.954 mil abaixo do valor de R\$ 26.297 mil aplicado no mesmo período de 2011, e no exercício de 2010 houve uma redução de caixa no montante de R\$ 10.002 mil. Essa diferença deveu-se a geração de caixa operacional do exercício. O principal efeito do exercício de 2012 decorre do empréstimo obtido para capital de giro no montante de R\$ 25.000 mil, em 2011 decorre do empréstimo de capital de giro obtido no montante de R\$ 35.000 mil, e em 2010 não houve a contratação de empréstimos e financiamentos relevantes.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. resultados das operações da Companhia: (comentário sobre as variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação alterações de volume e novos produtos).

A seguir são apresentados os comentários da Diretoria da Companhia correspondentes à análise dos principais componentes da receita e fatores que afetaram ou podem afetar materialmente os resultados da Companhia. Nas seções 10.2(b) e 10.2(c), em conjunto, são comentados as variações e/ou impactos de itens tais como, inflação, taxa de juros e sazonalidade.

Desde a constituição da Companhia, sua receita decorre da prestação de serviços educacionais de graduação, pós-graduação e cursos profissionalizantes. Esclarecem nossos Diretores que nossa receita bruta é composta pelos seguintes itens:

Mensalidades: A maior parte da receita bruta da Companhia provém das mensalidades cobradas pelos cursos de graduação tradicional, graduação tecnológica, extensão, especialização e pós-graduação, que são oferecidos aos alunos. Os cursos são vendidos em módulos de seis meses, parcelados em seis mensalidades, com pagamento no início de cada mês, sendo o pagamento da primeira parcela considerado a confirmação da matrícula no semestre. Os cursos de graduação são o principal componente da receita e representam 95,3% de nossa receita bruta total, em 30 de junho de 2013, os alunos que possuem o crédito educativo do FIES representam 39,4% dos alunos matriculados da Companhia.

Outras receitas: O restante da receita bruta da Companhia provém das taxas por serviços prestados aos alunos, como impressão de documentos, requerimentos de revisão de notas, requerimentos de histórico escolar, taxa de inscrição no vestibular, aluguéis de salas e auditórios, entre outras receitas.

Os Diretores comentam que a situação financeira e o resultado das operações da Companhia são influenciados por fatores como: (i) o desenvolvimento macroeconômico brasileiro; (ii) a taxa de desemprego; (iii) a disponibilidade de crédito; (iv) inflação, (v) nível de juros básicos; e (vi) o nível de renda da população. Variáveis como desenvolvimento macroeconômico brasileiro, a taxa de desemprego e média salarial podem afetar, positivamente ou negativamente, a receita da Companhia, uma vez que impactam diretamente o poder de consumo dos seus clientes. Também podem incorrer em variações, positivas ou negativas, em relação aos seus custos operacionais e despesas administrativas e comerciais devido à oferta e demanda de mão de obra. A disponibilidade de crédito e o nível dos juros básicos podem afetar, positivamente ou negativamente, as despesas financeiras da Companhia, bem como a sua capacidade de investimento no curto e médio prazo.

Exceto pela inflação e taxas de juros básicos, os Diretores comentam que não é possível aferir quantitativamente o impacto dos fatores macroeconômicos citados acima nas atividades da Companhia, muito embora não seja possível afastar completamente potencial relevância indireta destes para o desenvolvimento de qualquer negócio no médio e longo prazo. Em relação à inflação e taxas de juros, os Diretores comentam que os impactos desses fatores tem sua relevância mitigada ou mesmo anulada na medida em que a Companhia consegue realizar periódicos reajustes de suas mensalidades para acompanhar a inflação e/ou compatibilizar o perfil de sua dívida e geração de caixa próprio para endereçar eventuais impactos resultantes de variações nas taxas de juros. Para informações adicionais a respeito de impactos da inflação e taxas de juros em nas atividades da Companhia, ver Item 10.2(c) deste Formulário de Referência.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os Diretores entendem que os principais fatores determinantes da receita bruta da Companhia são: (i) o número de alunos matriculados em cada um dos cursos oferecidos, unidades e turnos; (ii) o valor das mensalidades para cada curso, unidade e turno; e (iii) o número de disciplinas ou créditos que o aluno está cursando.

Os principais impactos nas variações de receitas entre os exercícios de 2012, 2011 e 2010 são: (i) crescimento de alunos matriculados e rematriculados nas IES; (ii) reajustes das mensalidades estabelecidos de acordo com o curso, unidade e turno.

Os Diretores ressaltam ainda que a variação da receita também pode ser atribuída à oferta de novos produtos e serviços nas áreas em que a Companhia atua, por exemplo para o Ensino Superior há renovação constante do portfólio de cursos de graduação e pós-graduação, visando atender às necessidades locais do mercado de trabalho.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro:

Os Diretores da Companhia destacam que o desempenho financeiro da Companhia pode ser afetado pela inflação, tendo em vista que as receitas da Companhia bem como os custos e despesas operacionais são incorridos em reais e estão, direta ou indiretamente, indexados aos índices de inflação como IGP-M e IPCA. Diante disso, considerando que o aumento dos nossos custos e despesas são compensados pelo aumento proporcional das mensalidades cobradas de nossos clientes, os Diretores da Companhia acreditam que a inflação teve impacto nos resultados da Companhia.

Os Diretores, no entanto, não podem prever, se a Companhia será capaz de repassar o aumento dos custos para seus clientes no futuro.

Os Diretores da Companhia, destacam ainda que a esta poderá ser impactada em decorrência de variações da taxa de juros (CDI). Entretanto, variações na taxa de câmbio ainda não impactaram de forma relevante o resultado financeiro da Companhia, pois a esta não possui dívidas ou valores a receber em moeda estrangeira, além de nenhum dos seus custos terem sido atrelados em moeda estrangeira.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. da introdução ou alienação de segmento operacional:

A Companhia busca constantemente oportunidades de investimento em diversas atividades relacionados ao seu *core business*, ou seja, no segmento de prestação de serviços de educação. Entretanto, os Diretores destacam que nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012, bem como período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2013 a Companhia não realizou qualquer alienação ou aquisição/introdução de novos segmentos operacionais.

O Diretores destacam que pretendemos lançar nosso segmento de ensino à distância (“EAD”), por meio do lançamento de quinze cursos de graduação e pós-graduação, e aspiramos oferecer até 20 mil Vagas Anuais em seu primeiro ano de existência, previsto para 2014. Atualmente, a tecnologia que utilizaremos para oferecer os nossos cursos em EAD já estão instaladas e vêm sendo aprimorados por nós desde 2007, por meio do oferecimento de curso e atividades de estudos dirigidos à distância para os alunos presenciais. Os Diretores acreditam que o EAD tende a agregar uma rentabilidade ainda maior à Companhia, uma vez que o seu custo marginal para novos alunos é baixo e suas despesas operacionais serão diluídas pelas despesas da operação presencial. O segmento de EAD no Brasil apresenta forte tendência de crescimento, dada sua atratividade de preço e maior conveniência de locomoção, podendo atrair alunos com menor poder aquisitivo e que vivem em cidades afastadas dos maiores centros urbanos. O EAD já foi aprovado pelo MEC, com notas 4 e 5 no credenciamento e em todos os Polos (notas de 1 a 5), neste sentido os Diretores destacam que estamos aguardando a publicação da portaria autorizativa, que deverá ocorrer até o primeiro semestre de 2014. Acreditamos poder iniciar a operação de nosso EAD em 2014, uma vez que já temos Polos aprovados nas unidades da Companhia em seis estados do Nordeste e Norte. A entrada nesse novo segmento possibilitará, além da diluição de custos com instalações e corpo docente, a entrada em um novo mercado ainda não explorado por nós. Os Diretores acreditam que o reconhecimento das marcas “UNINASSAU” e “Maurício de Nassau” dará sustentabilidade e força ao crescimento de nosso EAD.

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

É parte da estratégia de negócios da Companhia a aquisição de empresas. Neste sentido, os Diretores informam que desde a sua fundação, a Companhia já realizou diferentes aquisições que adicionaram receitas oriundas dessas empresas. Para maiores informações sobre as aquisições ver item 8.3 deste Formulário de Referência. Todavia, com relação a eventuais futuras aquisições, os Diretores não podem afirmar quais serão e se haverá efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

c. dos eventos ou operações não usuais:

Os Diretores da Companhia entendem que não há eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia nos exercícios sociais de 2010, 2011 e 2012 e no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2013.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. mudanças significativas nas práticas contábeis:

A seguir são apresentados os comentários de nossos Diretores correspondentes à análise das mudanças significativas nas práticas contábeis e os efeitos destas alterações. A análise dessas alterações foi segregada por exercício e, quando aplicável, os impactos na posição patrimonial e financeira foram apresentados em forma de quadro, no respectivo exercício da adoção.

Nesta seção 10.4(a), os Diretores comentam quais foram as alterações ocorridas nos exercícios e qualificam as matérias objeto destas alterações. Na seção 10.4(b) é apresentada a análise de nossos Diretores sobre os impactos relevantes destas alterações e os efeitos na posição patrimonial e financeira da Companhia.

Durante os exercícios de 2012, 2011 e 2010, a Companhia não realizou nenhuma mudança espontânea nas práticas contábeis adotadas para a preparação das suas demonstrações financeiras.

Em 2010, por ocasião da Lei 11.638/07, conforme alterada, a Companhia passou a adotar as normas internacionais de contabilidade (IFRS - International Financial Reporting Standards), rerepresentando as demonstrações financeiras de 2009 para fins comparativos.

As demonstrações financeiras preparadas para os exercícios findos em 2011 e 2010 foram elaboradas de acordo com essas novas normas, portanto não houve necessidade de apresentação de quadro de reconciliação para esses exercícios.

Apresentamos a seguir uma descrição detalhada das alterações nas práticas contábeis ocorridas e seus respectivos impactos e natureza, segregadas por exercício.

Alterações relativas ao exercício de 2012

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, não houve alterações significativas nas práticas contábeis adotadas em relação ao exercício findo em 2011 e que fossem aplicáveis ao próprio exercício de 2012. Nossos Diretores entendem que adotamos todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012. Contudo, as normas e alterações das normas existentes que foram publicadas no exercício de 2011 somente são obrigatórias para períodos contábeis subsequentes a 2012. Não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia:

Alterações relativas ao exercício de 2011

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, não houve alterações significativas nas práticas contábeis adotadas em relação ao exercício findo em 2010 e que fossem aplicáveis ao próprio exercício de 2011. Contudo, as normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas em 2011, entretanto serão obrigatórias apenas para períodos contábeis subsequentes a 2012. Não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia:

- IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras", alterada em junho 2011. A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

- IAS 28 - "Investimentos em coligadas e controladas em conjunto", IFRS 11 - "Acordo contratual conjunto" e IFRS 12 "Divulgações sobre participações em outras entidades", todas emitidas em maio de 2011. A principal alteração introduzida por essas normas é a impossibilidade de consolidação proporcional de entidades cujo controle dos ativos líquidos seja compartilhado através de um acordo entre duas ou mais partes e que seja classificado como uma joint venture. A norma se torna aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
 - IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", emitido em novembro de 2009. O IFRS 9 é o primeiro padrão emitido como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. A orientação incluída no IAS 39 sobre impairment dos ativos financeiros e contabilização de hedge continua a ser aplicada. Períodos anteriores não precisam ser rerepresentados se uma entidade adotar a norma para os períodos iniciados ou a iniciar antes de 1º de janeiro de 2012. A norma se torna aplicável a partir de 1 de janeiro de 2015. Não se espera que haja impactos relevantes nas informações contábeis da Companhia.
 - IFRS 10 - "Demonstrações financeiras consolidadas", emitido em maio de 2011. Esta norma está baseada nos princípios existentes quanto à identificação do conceito de controle como fator determinante de quando uma entidade deve ser consolidada das demonstrações financeiras. A norma provê orientação adicional para auxiliar na determinação de controle quando há dúvida na avaliação. A norma se torna aplicável a partir de 1 de janeiro de 2013. Não se espera que haja impactos relevantes nas informações contábeis da Companhia.
 - IFRS 11 conceitua dois tipos de classificação para acordos:
 - (i) *Joint operations* - quando as partes controlam em conjunto ativos e passivos, independentemente de estes ativos estarem em uma entidade à parte (*separate vehicle*), de acordo com os dispositivos contratuais e essência da operação. Nesses acordos, os ativos, passivos, receitas e despesas são contabilizados na entidade que participa do acordo *joint operator* na proporção de seus direitos e obrigações;
 - (ii) *Joint ventures* - quando as partes controlam em conjunto os ativos líquidos de um acordo, estruturado através de uma entidade a parte e os respectivos resultados desses ativos são divididos entre as partes participantes. Nesses acordos, a participação da entidade deve ser contabilizada pelo método de equivalência patrimonial e apresentado na rubrica de investimentos.
- A norma se torna aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013
- IFRS 12 - "Divulgação de participação em outras entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2013.
 - IFRS 13 - "Mensuração de valor justo", emitido em maio de 2011. A norma tem como objetivo aprimorar a consistência e reduzir a complexidade nas divulgações requeridas pelos IFRSs. As exigências não aumentam o

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

uso do valor justo na contabilidade, porém orienta como deve ser aplicado quando seu uso for requerido ou permitido por outra norma. A norma se torna aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013, e há uma isenção para aplicação das novas exigências de divulgação para períodos comparativos. Não se espera que haja impactos relevantes nas informações contábeis da Companhia.

- IAS 19 - "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011. Essa alteração foi incluída no texto do CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados". A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Os principais impactos previstos para a sua adoção nas demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes: (a) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados; (b) a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida deverá gerar um pequeno aumento do custo do plano na demonstração de resultado.

Não há outras normas IFRS que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia

Alterações relativas ao exercício de 2010

Em relação ao exercício de 2010, houve a adoção inicial do IFRS. O processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade com as normas internacionais de contabilidade ocorreu em duas etapas: (a) a primeira em 2008, com a emissão dos pronunciamentos contábeis CPC 00 ao CPC 14, que foram aplicados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia encerradas em 31 de dezembro de 2008; (b) a segunda, desenvolvida em 2009, com a edição dos pronunciamentos contábeis CPC 15 ao CPC 41 e 43 (exceto o CPC 34 - ainda não emitido), que foram aplicados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia encerradas em 31 de dezembro de 2009.

A Diretoria entende que os pronunciamentos emitidos pelo CPC são convergentes com o padrão internacional de contabilidade, segundo os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), exceto que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Os Diretores ressaltam, que as demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram as primeiras demonstrações financeiras consolidadas anuais em conformidade com os CPCs e os IFRSs. Os Diretores informam ainda que a Companhia aplica os CPC's 37(R1) e 43(R1) e o IFRS 1 na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas.

Entretanto, os Diretores destacam que todos os efeitos significativos decorrentes dessas alterações em práticas contábeis foram calculados e ajustados contra lucros acumulados iniciais em 1º de janeiro de 2009 (data de transição para o IFRS).

Desta forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, não existem efeitos significativos de mudanças de práticas contábeis, pois todos esses efeitos já haviam sido ajustados na data da transição para o IFRS, em 1º de janeiro de 2009.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Com base nos CPC's 37(R1) e 43(R1) e o IFRS 1, os Diretores informam abaixo quais foram as isenções opcionais das aplicações retrospectivas completas adotadas e as exceções obrigatórias da aplicação retrospectiva seguidas por nós na data de transição para o IFRS (1º de janeiro de 2009):

Isenções da aplicação retrospectiva

O CPC 37 (R1) e o IFRS 1 dão a opção de aplicar o CPC 15 e IFRS 3 prospectivamente à data de transição ou à uma data específica anterior à data de transição. Essa opção exclui a obrigação de aplicação retrospectiva para todas as combinações de negócios que ocorreram em data anterior à data de transição. Nessa linha, nós aplicamos essa isenção e não reapresentamos as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009.

Exceções da aplicação retrospectiva

- (i) Estimativas - As estimativas segundo os CPCs e o IFRS, em 1º de janeiro de 2009, eram consistentes com as práticas contábeis adotadas anteriormente por nós.
- (ii) Exceções de aplicação retrospectiva não aplicáveis - As seguintes exceções de aplicação retrospectiva, remanescentes, não se aplicam à nós:
 - Contabilização de hedge;
 - Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros; e
 - Participação de acionistas não controladores em controladas.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Conforme descrito no item 10.4.a. acima, as únicas alterações nas práticas contábeis foram aquelas relacionadas ao exercício de 2010, quando a Companhia realizou a adoção inicial do IFRS. Nesta ocasião, as demonstrações financeiras de 2009 apresentadas como comparativo foram também ajustadas visto que anteriormente haviam sido apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até aquela data. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 já foram elaboradas com base nos preceitos das IFRS, portanto não foi necessária a quantificação dos ajustes naquele exercício. Nossos Diretores destacam que não houve alterações nas práticas contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

Nossos Diretores informam que o parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, bem como o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, contém ênfases a quanto à preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e que, no nosso caso, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossos Diretores ressaltam ainda, que a opinião dos auditores independentes não foi ressalvada em função desse assunto.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 contém ênfase chamando a atenção para a Nota 2.21 às demonstrações financeiras, que descreve a atualização e reemissão das demonstrações financeiras no contexto do processo de abertura de capital. Os auditores independentes emitiram o relatório do auditor independente original com data de 22 de agosto de 2013 sobre as demonstrações financeiras. Devido à atualização descrita na Nota 2.21 das demonstrações financeiras, os auditores independentes forneceram, em 30 de setembro de 2013, um novo relatório do auditor independente relativo às demonstrações financeiras reemitidas. Os Diretores ressaltam que a opinião dos auditores independentes não está modificada em virtude desse assunto.

Adicionalmente, os Diretores destacam que as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 contém ênfase relativa às Notas 2.1 (a) e (b) às demonstrações financeiras, que descreve a atualização e reemissão das demonstrações financeiras no contexto do processo de abertura de capital. Os auditores independentes da Companhia emitiram o relatório do auditor independente original com data de 9 de maio de 2013 sobre as demonstrações financeiras emitidas anteriormente. Devido à atualização descrita na Nota 2.1 (a) das demonstrações financeiras, os auditores forneceram, em 22 de agosto de 2013, novo relatório relativo às demonstrações financeiras reemitidas. Adicionalmente, conforme descrito na Nota 2.1 (b), as demonstrações financeiras foram novamente atualizadas e reemitidas em virtude dos assuntos descritos nessa nota. Devido à atualização descrita na Nota 2.1 (b) os auditores forneceram, em 30 de setembro de 2013, um novo relatório relativo às demonstrações financeiras reemitidas. Nossos Diretores ressaltam que a opinião dos auditores independentes não está modificada em virtude desse assunto.

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 contém ênfase chamando a atenção para as Notas 2.1 (a) e (b) às demonstrações financeiras, que descreve a atualização e reemissão das demonstrações financeiras no contexto do processo de abertura de capital. Os auditores independentes emitiram o relatório do auditor independente original com data de 27 de julho de 2012 sobre as demonstrações financeiras emitidas anteriormente. Devido à atualização descrita na Nota 2.1 (a) das demonstrações financeiras, os auditores independentes forneceram, em 22 de agosto de 2013, novo relatório relativo às demonstrações financeiras reemitidas. Adicionalmente, conforme descrito na Nota 2.1 (b), as demonstrações financeiras foram novamente atualizadas e reemitidas em virtude dos assuntos descritos nessa nota. Devido à atualização descrita na Nota 2.1 (b) os auditores forneceram, em 30 de setembro de 2013, um novo relatório relativo às demonstrações financeiras reemitidas. Os Diretores ressaltam que a opinião dos auditores independentes não está modificada em virtude desse assunto.

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 contém ênfase chamando a atenção para as Notas 2.1 (a) e (b) às demonstrações financeiras, que descreve a atualização e reemissão das demonstrações financeiras no contexto do processo de abertura de capital. Os auditores independentes emitiram o relatório do auditor independente original com data de 27 de maio de 2011 sobre as demonstrações financeiras emitidas anteriormente. Devido à atualização descrita na Nota 2.1 (a) das demonstrações financeiras, os auditores independentes forneceram, em 22 de agosto de 2013, novo relatório relativo às demonstrações financeiras reemitidas. Adicionalmente, conforme descrito na Nota 2.1 (b), as demonstrações financeiras foram novamente atualizadas e reemitidas em virtude dos assuntos descritos nessa nota. Devido à atualização descrita na Nota 2.1 (b) os auditores forneceram, em 30 de setembro de 2013, um novo relatório relativo às demonstrações financeiras reemitidas. Os Diretores ressaltam que a opinião dos auditores independentes não está modificada em virtude desse assunto.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Os Diretores a seguir informam as principais políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia e que envolvem julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas.

Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Diretoria se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas, incluem a definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido, provisão para contingências, valorização de instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

a) Passivos contingentes

Os Diretores destacam que a Companhia e suas subsidiárias são parte em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer em face de potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

Nossos Diretores revisam suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

b) Revisão da vida útil e recuperação de bens do ativo imobilizado

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

c) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A Companhia constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente pela administração para fazer em face de eventuais perdas na realização das contas a receber, considerando os riscos envolvidos. Os Diretores entendem que provisão é adequada tendo em vista o histórico da Companhia de perdas em exercícios anteriores.

d) Perda (*impairment*) do ágio

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGC) são determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

e) Alocação de valor justo nas combinações de negócios,

10.5 - Políticas contábeis críticas

Os Diretores informam que a Companhia efetua análises nas datas das combinações de negócios dos ativos e passivos identificáveis, nos termos do CPC 15 (Combinação de negócios) identificando os itens de ativos e passivos a serem registrados. Os Diretores destacam ainda que para identificar os ativos intangíveis adquiridos, bem como passivos contingentes assumidos a Companhia considera o julgamento de seus administradores e assessores. As Estimativas são utilizadas para determinação dos valores justos dos ativos e passivos da combinação e também do ágio residual.

f) *Impairment* de ativos não financeiros

Os Diretores destacam que os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio e marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de indicador de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa).

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a Unidade Geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado com base em contrato de venda entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os Diretores informam que os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias, consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da Administração.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:

Os Diretores acreditam que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras adotados pela Companhia são suficientes para assegurar a eficiência, precisão e confiabilidade, não tendo sido detectadas imperfeições relevantes nos controles internos da Companhia

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, os Diretores consideram que eventuais falhas de controles internos nos processos operacionais da Companhia são irrelevantes e não geram riscos materiais. Todos os controles-chaves são mapeados para mitigar riscos e validados periodicamente pelas auditorias interna e externa.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente:

Os Diretores destacam que não houve ressalvas relacionadas a qualquer deficiência e recomendações, no que se refere a falhas nos procedimentos e dos controles internos da Companhia, no parecer preparado pelos auditores independentes para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, e o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013. Com base em um trabalho específico para planejamento do trabalho de auditoria, nossos auditores independentes emitiram carta de recomendação para os exercícios findos em 2012, 2011 e 2010 e para o período de seis meses findo em 30 de junho 2013. Essas sugestões vão desde melhorias de controle interno até reforço no ambiente de sistemas. A administração da Companhia está analisando as sugestões propostas e tomará ações cabíveis para mitigar qualquer risco. Vale ressaltar que as recomendações apresentadas pela auditoria independente não reportam qualquer deficiência material que pudesse comprometer as demonstrações financeiras da Companhia.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

a. como os recursos resultante da oferta foram utilizados:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Até a presente data, a Companhia não teve quaisquer passivos ou operações não registrados nas demonstrações financeiras da Companhia para financiar suas operações que não estejam classificadas em seu balanço patrimonial. Adicionalmente, os Diretores destacam que a Companhia não possui subsidiárias nas quais detém participação majoritária ou controles sobre as operações que não estejam incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

b. natureza e o propósito da operação:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

10.10 - Plano de negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

Os Diretores destacam que os investimentos da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 totalizaram R\$ 82.134 mil em atividades de manutenção e expansão, sendo R\$ 2.324 mil desse valor para fins de aquisições de novas unidades. Para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2013, a Companhia planeja investir cerca de R\$ 96.290 mil em atividades de manutenção e expansão. Adicionalmente, a Companhia não possui um montante direcionado a novos investimentos, sendo que até 30 de junho de 2013 o montante de R\$ 44.735 mil já foi investido para manutenção das unidades existentes.

ii. fontes de financiamento dos investimentos; e

Os Diretores destacam que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, bem como até 30 de junho de 2013, os recursos necessários para os investimentos foram financiados pela própria geração operacional de caixa da Companhia. Quando apropriado, a Companhia celebrou e poderá celebrar no futuro novos empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras e fornecedores.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

A Companhia alienou duas aeronaves e os imóveis das unidades de Recife, Salvador, João Pessoa, Maceió e Campina Grande aos seus acionistas ao longo do período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 como parte da sua reestruturação. Os Diretores acreditam que não existem outros desinvestimentos previstos para o exercício de 2013.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva

A influência na capacidade produtiva de todas as aquisições realizadas pela Companhia já esta refletida na seção 6.5 deste Formulário de Referência.

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui pesquisas em andamento já divulgadas ao mercado.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante do desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção "10".

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

a. objeto da projeção

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09, segundo a qual a divulgação das projeções e estimativas é facultativa, informamos que não adotamos como prática a divulgação de nossas projeções ao mercado.

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09, segundo a qual a divulgação das projeções e estimativas é facultativa, informamos que não adotamos como prática a divulgação de nossas projeções ao mercado.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09, segundo a qual a divulgação das projeções e estimativas é facultativa, informamos que não adotamos como prática a divulgação de nossas projeções ao mercado.

d. valores dos indicadores que são objeto da projeção

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09, segundo a qual a divulgação das projeções e estimativas é facultativa, informamos que não adotamos como prática a divulgação de nossas projeções ao mercado.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

a. *informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário*

Não aplicável, uma vez que não temos como prática a divulgação de projeções sobre a evolução de nossos indicadores.

b. *quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções*

Não aplicável, uma vez que não temos como prática a divulgação de projeções sobre a evolução de nossos indicadores.

c. *quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data da entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas*

Não aplicável, uma vez que não temos como prática a divulgação de projeções sobre a evolução de nossos indicadores.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Nossa estrutura administrativa é composta por (i) Conselho de Administração; (ii) Diretoria Estatutária; (iii) Conselho Fiscal não permanente; (iv) Comitê de Auditoria e Compliance; (v) Comitê de Finanças e (vi) Comitê de Remuneração, observado que nossa administração é realizada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o nosso órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento de nossas políticas e diretrizes gerais do nosso negócio, incluindo nossa estratégia de longo prazo, o controle e a fiscalização do nosso desempenho. Este órgão é responsável também, dentre outras atribuições, pela supervisão da gestão dos nossos diretores.

Nos termos do Estatuto Social, o Conselho de Administração pode ser composto por, no mínimo 5 (cinco) e, no máximo 7 (sete) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos.

De acordo com o Estatuto Social, no mínimo, 20% dos Conselheiros deverão ser Conselheiros Independentes, conforme definição do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger. Ressalta-se que também são considerados conselheiros independentes, aqueles membros eleitos nos termos dos parágrafos 4º e 5º do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações.

Diretoria

A Diretoria é o nosso órgão de representação, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos nossos negócios sociais, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Nos termos do nosso Estatuto Social, a Diretoria pode ser composta por, no mínimo 4 (quatro) e, no máximo, 6 (seis) membros, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se a reeleição. A Diretoria será formada por: 1 (um) Diretor Presidente; 1 (um) Diretor de Relações com Investidores; 1 (um) Diretor Financeiro; 1 (um) Diretor Acadêmico, e os demais diretores sem designação específica. Observado ainda que os cargos acima poderão ser cumulados por um mesmo Diretor.

Conselho Fiscal

Nos termos do nosso Estatuto Social o Conselho Fiscal não funciona em caráter permanente e, quando instalado, será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, com mandato até a assembleia geral ordinária seguinte à sua eleição, sendo admitida a reeleição.

Comitês

O nosso Estatuto Social admite a criação, pelo Conselho de Administração, de comitês de assessoramento. Atualmente possuímos instalados os seguintes Comitês, criados conforme deliberação do Conselho de Administração realizada em 12 de agosto de 2013: (i) Auditoria e *Compliance*, (ii) Finanças, e (iii) Remuneração.

a. atribuições de cada órgão e comitê

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Conselho de Administração

Nos termos do nosso Estatuto Social, além das atribuições previstas em lei, o nosso Conselho de Administração tem as seguintes competências:

- (a) eleger e destituir os membros da Diretoria, fixando sua remuneração mensal individual, respeitado o montante global estabelecido pela Assembleia Geral;
- (b) fixar a orientação geral dos nossos negócios aprovando previamente políticas empresariais, projetos, orçamentos anuais e plano quinquenal de negócios, bem como suas revisões anuais;
- (c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os nossos papéis, solicitando, por meio do seu Presidente, informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;
- (d) aprovar planos de participação de lucros, bem como o estabelecimento de critérios para remuneração e políticas de benefícios da Diretoria e dos nossos empregados;
- (e) convocar a Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou nos casos em que a convocação é determinada pela lei ou nos termos do nosso Estatuto Social;
- (f) manifestar-se sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras, propor a política de dividendos e a destinação do lucro líquido de cada exercício à Assembleia Geral;
- (g) decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos nossos acionistas, nos termos da legislação aplicável;
- (h) dentro do limite do capital autorizado, (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações aos nossos administradores, empregados ou pessoas naturais que lhe prestem serviços, ou a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços a sociedades sob seu controle, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação de ações.
- (i) deliberar sobre as condições e oportunidade de emissão de debêntures simples e, sempre que respeitados os limites do capital autorizado, conversíveis em ações, podendo as debêntures, de qualquer das classes, ser de qualquer espécie;
- (j) deliberar, por delegação da Assembleia Geral, quando da emissão pela Companhia de debêntures conversíveis em ações que ultrapassem o limite do capital autorizado, sobre (i) a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, (ii) a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e (iii) o modo de subscrição ou colocação, bem como a espécie das debêntures;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (k) deliberar sobre a negociação com ações de nossa emissão para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais pertinentes;
- (l) deliberar sobre as condições de emissão de notas promissórias destinadas à distribuição pública, nos termos da legislação em vigor;
- (m) deliberar sobre a seleção ou destituição dos nosso auditores independentes;
- (n) deliberar sobre a contratação de empréstimo ou assunção de dívida que resulte no nosso endividamento além dos limites previstos no orçamento anual ou no plano quinquenal;
- (o) definir lista tríplice de instituições ou empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação das ações de nossa emissão, nos casos de ofertas públicas para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado previstas nos Capítulos IX e X do nosso Estatuto Social;
- (p) estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a aquisição ou alienação de bens do ativo permanente e bens imóveis, bem como autorizar aquisição ou alienação de bens do ativo permanente de valor superior ao valor de alçada da Diretoria, salvo se a transação estiver contemplada no nosso orçamento anual;
- (q) estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias, bem como autorizar a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias de valor superior ao valor de alçada da Diretoria;
- (r) estabelecer o valor de alçada da Diretoria para celebração, alteração ou rescisão de quaisquer contratos, acordos ou convênios entre nós e (a) nossos acionistas, administradores, empregados e seus cônjuges e parentes até o terceiro grau, e (b) em qualquer caso, quaisquer pessoas jurídicas em cujo capital social uma das pessoas acima referidas participe com mais de 10% (dez por cento), sendo certo que a não aprovação da celebração, alteração ou rescisão de contratos, acordos ou convênios abrangidos por esta alínea implicará a nulidade do respectivo contrato, acordo ou convênio.
- (s) aprovar, independente do valor envolvido, qualquer capitalização que possamos realizar em nossas controladas;
- (t) implementação, alteração ou extinção de política de divulgação de informações relevantes e de negociação de valores mobiliários;
- (u) pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresente para sua deliberação ou para serem submetidos à Assembleia Geral;
- (v) deliberar sobre a constituição e extinção de controladas, a aquisição ou alienação de participações em outras sociedades e a nossa participação em qualquer consórcio ou associação;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (w) deliberar sobre qualquer alteração na nossa política de recursos humanos que possa impactar substancialmente nossos custos;
- (x) avocar, a qualquer tempo, o exame de qualquer assunto referente aos nossos negócios, ainda que não compreendido no rol de competências descritas no artigo 19 do nosso Estatuto Social, e sobre ele proferir decisão a ser obrigatoriamente executada pela Diretoria;
- (y) estabelecer o valor de alçada da Diretoria para contratar endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a nossa estrutura de capital, bem como autorizar a contratação de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a nossa estrutura de capital de valor superior ao valor de alçada da Diretoria;
- (z) aprovar a concessão de garantias, reais ou fidejussórias, e avais para obrigações de quaisquer terceiros que não as subsidiárias ou sociedades por nós investidas ou para garantir o pagamento de nossas obrigações, sempre que o valor da garantia seja igual ou superior a 130% (cento e trinta por cento) do valor da obrigação garantida;
- (aa) declarar dividendos à conta de lucro apurado em balanços semestrais ou em períodos menores, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, nos termos da legislação em vigor, bem como declarar juros sobre capital próprio;
- (bb) aprovar o regimento interno do Conselho de Administração, dos Comitês e das Comissões que sejam criadas;
- (cc) aprovar e submeter à Assembleia Geral proposta de plano para a outorga de opção de compra de ações aos nossos administradores e empregados e de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente por nós;
- (dd) aprovar previamente alteração em contrato de concessão ou permissão ou autorização firmado por nós, por sociedades controladas, direta ou indiretamente, ou coligadas;
- (ee) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de nossa emissão, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os nossos interesses; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à nós; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; e
- (ff) resolver os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a lei, ou o Estatuto Social, não confiram a outro órgão.

Diretoria

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Compete à Diretoria, os mais amplos e gerais poderes de gestão e de nossa representação para a prática de atos jurídicos em geral, dentro dos limites estabelecidos por lei e por nosso Estatuto.

Cabe ainda à Diretoria a nossa representação, ativa e passiva, para a prática de quaisquer atos, bem como para a celebração de quaisquer negócios jurídicos, respeitadas as competências privativas do Conselho de Administração, e observada a necessidade de autorização daquele órgão, nos termos do nosso Estatuto Social. Todos os atos, contratos ou documentos que impliquem em assunção de responsabilidade por nós, ou desonerem terceiros de responsabilidade ou obrigações perante nós, deverão, sob pena de não produzirem efeitos, ser assinados (i) por 2 (dois) Diretores, sendo um deles necessariamente o Diretor Presidente; (ii) por quaisquer 2 (dois) Diretores, desde que previamente autorizados pelo Conselho de Administração; (iii) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador ou (iv) por 2 (dois) procuradores, desde que investidos de poderes especiais para a prática do ato em questão.

Observado que nos termos do nosso Estatuto Social, poderemos ser representada por apenas 1 (um) Diretor ou procurador nos seguintes casos: (i) na prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas em geral, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, Junta Comercial, Justiça do Trabalho, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e seus bancos arrecadadores, (ii) junto a concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, em atos que não importem em assunção de obrigações ou na desoneração de obrigações de terceiros, (iii) para preservação de seus direitos em processos administrativos ou de qualquer outra natureza, e no cumprimento de suas obrigações fiscais, trabalhistas ou previdenciárias, (iv) no endosso de títulos para efeitos de cobrança ou depósito em contas bancárias, e (v) para fins de recebimento de intimações, citações, notificações ou interpelações, ou ainda para nos representar em Juízo.

Conselho Fiscal

Compete ao Conselho Fiscal, quando instalado, nos termos do art. 163 da Lei n. 6.404/76:

- a) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- b) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral;
- c) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- d) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos nossos interesses, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- e) convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agendadas assembleias as matérias que considerarem necessárias;
- f) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia;
- g) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar; e
- h) exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

O Conselho Fiscal poderá, ainda, para o exercício de suas funções, reunir-se com a administração, a auditoria interna e os nossos auditores independentes.

Comitês

Comitê de Auditoria e Compliance (“CAC”)

O CAC é um órgão de apoio ao Conselho de Administração e tem por objetivos supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores internos e independentes.

O CAC é um órgão colegiado, composto por até 3 (três) membros, dos quais, pelo menos 1 (um), deverá ser Conselheiros Independente conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado. Os membros do CAC serão eleitos pelo Conselho de Administração, para mandatos de 1 (um) ano, com direito à reeleição.

Compete ao CAC:

- a) propor ao Conselho de Administração a indicação dos auditores independentes, bem como a substituição de tais auditores independentes, e opinar sobre a contratação do auditor independente para qualquer outro serviço;
- b) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar: (i) a sua independência; (ii) a qualidade de serviços prestados; e (iii) a adequação dos serviços prestados às nossas necessidades;
- c) supervisionar as atividades da nossa auditoria interna e de nossas controladas, monitorando a efetividade e a suficiência da estrutura, bem como a qualidade e integridade dos processos de auditoria interna e independente, propondo ao Conselho de Administração as ações que forem necessárias para aperfeiçoá-las;
- d) supervisionar as atividades da área de elaboração das nossas demonstrações financeiras de e de nossas controladas;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- e) assessorar o Conselho no processo de supervisão da elaboração das nossas demonstrações financeiras e demais relatórios exigidos por lei, a fim de assegurar que tais demonstrações e relatórios cumpram os requisitos legais aplicáveis
- f) revisar previamente à sua divulgação e monitorar a qualidade e integridade das nossas informações trimestrais, intermediárias e anuais e de nossas controladas, bem como documentos correlatos, incluindo as divulgações constantes do relatório da administração, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração;
- g) supervisionar as atividades da nossa área de controles internos e de nossas controladas, bem como monitorar a qualidade e integridade dos nossos mecanismos de controles internos, apresentando as recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias;
- h) avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas de controles e de gerenciamento de riscos, abrangendo riscos legais, tributários e trabalhistas;
- i) manifestar-se, previamente ao Conselho de Administração, a respeito do relatório anual sobre o sistema de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos;
- j) opinar, exclusivamente quando solicitado pelo Conselho de Administração, sobre as propostas dos órgãos de administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- k) monitorar a qualidade e integridade das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;
- l) avaliar e monitorar as nossas exposições de risco, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimento relacionados com: (i) a remuneração da administração; (ii) a utilização de nossos ativos; e (iii) as despesas incorridas;
- m) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a nossa área de auditoria interna, a adequação das nossas transações com partes relacionadas e suas respectivas evidenciações;
- n) verificar o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas manifestações, inclusive no que se refere ao planejamento dos trabalhos de auditoria;
- o) avaliar a observância, pela Diretoria, das recomendações feitas pelas auditorias independente e interna, bem como se pronunciar junto ao Conselho de Administração quanto a eventuais conflitos entre a auditoria interna, a independentes e/ ou a Diretoria;
- p) reunir-se com os demais comitês, comissões e com o Conselho de Administração, para discutir políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

q) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo, no mínimo, as seguintes informações: (i) as atividades exercidas no período, os resultados e conclusões alcançados; (ii) a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos; (iii) a descrição das recomendações apresentadas à administração e as evidências de sua implementação; (iv) a avaliação da efetividade das auditorias independente e interna; (v) a avaliação da qualidade dos relatórios financeiros, de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos referentes ao período; e (vi) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração, os auditores independentes e o CAC em relação às nossas demonstrações financeiras; e

r) opinar sobre as matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, bem como sobre aquelas que considerar relevantes.

Além das responsabilidades previstas no acima, o CAC deve: (a) zelar pelos nossos interesses, no âmbito de suas atribuições; (b) apreciar os relatórios emitidos por órgãos reguladores sobre a Companhia; e (c) proceder, anualmente, à auto-avaliação de suas atividades e identificar possibilidades de melhorias na forma de sua atuação.

Comitê de Remuneração

O Comitê de Remuneração é um órgão de apoio ao Conselho de Administração e tem por objetivo elaborar e propor ao Conselho de Administração a política de remuneração dos nossos órgãos de administração.

O Comitê de Remuneração é um órgão colegiado, composto por até 3 (três) membros, dos quais, pelo menos 1 (um), deverá ser Conselheiros Independente conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado. Os membros do Comitê de Remuneração serão eleitos pelo Conselho de Administração, para mandatos de 1 (um) ano, com direito à reeleição.

Compete ao Comitê de Remuneração:

a) elaborar proposta, para aprovação do Conselho de Administração, da política de remuneração dos membros dos nossos órgãos de administração e executivos e demais comitês existentes, de acordo com práticas de mercado;

b) revisar e recomendar ao Conselho de Administração o salário, bônus, opções para compra de ações e outros eventuais benefícios para os membros dos nossos órgãos de administração e executivos, de acordo com práticas de mercado;

c) revisar periodicamente e recomendar as alterações necessárias nas políticas e programas de remuneração dos membros dos nossos órgãos de administração e executivos, a fim de verificar se estão de acordo com o mercado e com o desempenho dos membros dos órgãos de administração e executivos; e

d) revisar periodicamente e avaliar as mudanças no nosso programa de outorga de opções e fazer recomendações no Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Comitê de Finanças

O Comitê de Finanças também é um órgão de apoio ao Conselho de Administração e tem por objetivo emitir recomendações ao Conselho de Administração sobre riscos e estratégias a serem adotadas pela Companhia, concernentes à gestão financeira; emitir recomendações sobre propostas de investimentos e financiamentos (conforme limite de alçada definido pelo Conselho de Administração); acompanhar a execução do orçamento do exercício.

O Comitê de Finanças é um órgão colegiado, composto por até 3 (três) membros, dos quais, pelo menos 1 (um), deverá ser Conselheiros Independente conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado. Os membros do Comitê de Finanças serão eleitos pelo Conselho de Administração, para mandatos de 1 (um) ano, com direito à reeleição.

O Comitê de Finanças tem as seguintes atribuições e responsabilidades, além de outras que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração em ata específica:

- a) emitir recomendações ao Conselho de Administração sobre as nossas políticas de finanças;
- b) emitir recomendações sobre o plano anual de objetivos e metas, bem como o respectivo orçamento;
- c) emitir recomendações sobre propostas de investimento e/ou desinvestimento e de financiamento dentro do limite de alçada definido pelo Conselho de Administração;
- d) emitir recomendações sobre a compra/venda de valores mobiliários de nossa emissão e/ou de nossas subsidiárias nos mercados de capitais nacionais e/ou internacionais;
- e) acompanhar a implementação do plano anual e orçamento aprovado pelo Conselho de Administração, as demonstrações financeiras, bem como o cumprimento das orientações definidas pelo Conselho de Administração no tocante à política financeira;
- f) emitir recomendações sobre propostas relacionadas a otimização fiscal e tributária , dentro do limite de alçada definido pelo Conselho de Administração;
- g) estabelecer regras operacionais complementares para o seu funcionamento, as quais deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração;
- h) acompanhar e analisar a estrutura de capital, bem como avaliar medidas que recomendem alterações;
- i) monitorar e analisar o desempenho em comparação ao de outras empresas do setor de atuação;
- j) avaliar propostas de distribuição de dividendos e/ou constituição de reservas de capital;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

k) analisar outros assuntos que forem solicitados pelo Conselho de Administração.

b. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês.

Atualmente a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

Conforme indicado acima, os Comitês de Remuneração, Finanças e Auditoria e Compliance foram instalados em 12 de agosto de 2013 por meio da deliberação do Conselho de Administração.

c. mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Conselho de Administração

Realizamos a avaliação de desempenho do Conselho de Administração por meio de avaliações dos seus membros. Desta forma, ao final de cada exercício, cada um dos membros do Conselho de Administração avalia a atuação do órgão frente ao nosso desempenho. Na referida avaliação os membros ponderam sobre (i) frequência das reuniões; (ii) qualidade das deliberações; (iii) participação do Conselho nas tomadas de decisão.

Diretoria

O desempenho da Diretoria é avaliado periodicamente durante reunião conjunta da Diretoria e do Conselho de Administração, cujo objetivo é alinhar e avaliar os nossos resultados. Tal avaliação é realizada de acordo com os objetivos e metas estabelecidos anualmente.

Além de aspectos econômicos, tal como EBITDA, a meta da Diretoria inclui desempenho relacionado ao Índice Geral de Cursos do Ministério da Educação.

Comitês

Ainda não definimos mecanismo formal para avaliação do desempenho de cada um dos Comitês.

d. em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Compete ao:

Diretor Presidente: (i) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos outros Diretores; (ii) supervisionar os trabalhos de auditoria interna e assessoria legal; (iii) comunicar ao Conselho de Administração a realização de operações relevantes que não necessitem de aprovação prévia do Conselho de Administração; e (iv) solicitar a autorização do Conselho de Administração para a realização dos atos ou operações mencionados no artigo 20 deste Estatuto Social, conforme aplicável.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Diretor de Relações com Investidores: (i) prestar informações aos investidores, à CVM, às bolsas de valores e às entidades reguladoras dos mercados de balcão em que os títulos de nossa emissão forem originalmente admitidos para negociação no último exercício social, que solicitem informações periódicas ou eventuais; e (ii) manter atualizado o nosso registro perante as bolsas de valores e entidades reguladoras dos mercados de balcão em que os títulos de nossa emissão forem originalmente admitidos para negociação, conforme disposto em lei.

Diretor Financeiro: dirigir e liderar a administração e gestão das nossas atividades financeiras e de nossas controladas, incluindo a análise de investimentos e a definição dos limites de exposição a risco; a propositura e a contratação de empréstimos e financiamentos; as operações de tesouraria; o planejamento e os controles financeiro e tributário; a gestão das atividades inerentes à nossa contabilidade e de nossas controladas.

Diretor Acadêmico: (a) definir o modelo acadêmico a ser seguido por nós na prestação de nossos serviços de ensino; (b) revisar o material didático adotado por nossas escolas e faculdades; (c) analisar a eficácia do modelo acadêmico por nós adotado, coordenando as pesquisas de satisfação dos alunos e toda e qualquer avaliação aplicada pelo Ministério da Educação, bem como os respectivos resultados; e (d) alterar toda e qualquer política relacionada ao treinamento dos professores das nossas escolas e faculdades, bem como alterar a periodicidade e/ou abrangência. As alterações ao nosso modelo acadêmico, bem como às políticas relacionadas ao treinamento e capacitação de professores deverão ser previamente submetidas e aprovadas pelo Conselho de Administração.

Diretores sem designação específica: auxiliar os demais diretores na nossa administração e realizar as tarefas que lhe sejam atribuídas pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração.

e. mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

Não realizamos avaliação de desempenho de cada um dos membros do nosso Conselho de Administração, dos seus comitês.

Os membros da Diretoria são avaliados de acordo com as metas individuais estabelecidas de acordo com as respectivas atribuições individuais.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. prazos de convocação

Não adotamos regras, políticas ou práticas específicas relativas aos prazos de convocações das Assembleias Gerais, utilizamos as regras previstas na Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação da CVM, que estabelecem que as Assembleias Gerais devem ser convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência em primeira convocação e com 8 (oito) dias corridos de antecedência em segunda convocação.

A regulamentação estabelece ainda que a CVM poderá, a seu exclusivo critério, mediante decisão fundamentada de seu colegiado, a pedido de qualquer acionista, e ouvida a companhia: (i) aumentar, para até 30 dias, a contar da data em que os documentos relativos às matérias a serem deliberadas forem colocados à disposição dos acionistas, o prazo de antecedência de publicação do primeiro anúncio de convocação da assembleia geral de companhia aberta, quando esta tiver por objeto operações que, por sua complexidade, exijam maior prazo para que possam ser conhecidas e analisadas pelos acionistas; e (ii) interromper, por até 15 dias, o curso do prazo de antecedência da convocação de assembleia geral extraordinária de companhia aberta, a fim de conhecer e analisar as propostas a serem submetidas à assembleia e, se for o caso, informar à Companhia, até o término da interrupção, as razões pelas quais entende que a deliberação proposta à assembleia viola dispositivos legais ou regulamentares.

b. competências

Compete à Assembleia Geral, sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei:

- a) tomar as contas dos Administradores, relativas ao último exercício social;
- b) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, instruídas com parecer do Conselho Fiscal, se instalado;
- c) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos;
- d) eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se for o caso;
- e) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração titulares, sendo facultativa a eleição de suplentes; e
- f) fixar os honorários globais anuais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, bem como os honorários do Conselho Fiscal, caso aplicável.

Compete ainda à Assembleia Geral:

- a) deliberar sobre o nosso registro de companhia aberta, bem como apreciar proposta do Conselho de Administração relativa à admissão, registro e listagem de ações de nossa emissão em quaisquer bolsas de valores ou em mercados de balcão;
- b) aprovar plano de opção de compra de ações de nossa emissão ou modificação de eventuais planos de opção de compra de ações de nossa emissão porventura existentes;
- c) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

- d) deliberar sobre a saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA; e
- e) deliberar sobre a escolha de empresa especializada responsável pela determinação do nosso valor econômico para fins das ofertas públicas previstas nos Capítulos IX e X do nosso Estatuto Social, dentre uma lista tríplice de empresas apontadas pelo Conselho de Administração.

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos estarão disponíveis na nossa sede, na Rua Guilherme Pinto 146, Sala 106, Graças, Recife, Pernambuco, CEP 52.010-210, e no *website*: www.sereducacional.com.

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

Não possuímos nenhuma política estruturada para identificação e administração dos conflitos de interesses em assembleias gerais.

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Não possuímos regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas assembleias gerais.

f. formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Admitimos que, desde que o representante esteja validamente constituído e que a procuração contenha o voto a ser proferido, este representante pode votar em nome do acionista. Não admitimos a outorga de procurações por meio eletrônico.

g. manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

Não mantemos fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

h. Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

Não transmitimos ao vivo o vídeo e/ou o áudio das assembleias.

i. Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Ainda não adotamos mecanismos para permitir a inclusão de propostas de acionistas na ordem do dia das nossas assembleias gerais. Nos termos do artigo 123, § único, item “c”, da Lei das Sociedades por Ações, o acionista detentor de 5% (cinco por cento), no mínimo, do capital social tem o direito a convocar a Assembleia Geral com indicação das matérias a serem tratadas.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2012	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - PE	16/05/2013
		Jornal do Comércio - PE	16/05/2013
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - PE	28/09/2013
		Valor Econômico - SP	27/09/2013
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - PE	04/04/2013
		Jornal do Comércio - PE	04/04/2013
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - PE	28/09/2013
		Valor Econômico - SP	27/09/2013
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - PE	01/07/2011
		Folha de Pernambuco - PE	28/06/2011
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial - PE	28/09/2013
		Valor Econômico - SP	27/09/2013

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a. *frequência das reuniões*

O Conselho de Administração se reúne, ordinariamente, ao menos uma vez a cada 3 meses, de acordo com o nosso Estatuto Social.

O Conselho de Administração se reunirá extraordinariamente sempre que seja convocado pelo Presidente do Conselho de Administração por iniciativa própria ou mediante provocação de qualquer membro, deliberando validamente pelo voto da maioria dos conselheiros presentes (dentre eles, obrigatoriamente, o Presidente ou o Vice-Presidente).

b. *Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho*

O Acordo de Acionistas não possui disposição que estabeleça restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto. Para informações sobre o Acordo de Acionistas verifique as disposições do quadro 15 – item 15.5 deste Formulário de Referência.

c. *Regras de identificação e administração de conflitos de interesses*

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, membros do Conselho de Administração estão proibidos de votar em qualquer assembleia geral que deliberem sobre assuntos com os quais tenham conflito de interesses, ou ainda de atuar em qualquer transação ou negócio nos quais tenham conflito de interesses com os nossos interesses.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Nós, nossos acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver obrigatoriamente por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, nos termos de seu Regulamento de Arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda da existência, aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento Novo Mercado, no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, no Regulamento de Sanções, no Estatuto Social, nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da BM&FBOVESPA e nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral.

Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, eventual requerimento de medidas de urgência pelas partes, antes de constituído o Tribunal Arbitral, deverá ser remetido ao Poder Judiciário, na forma do item 5.1.3 do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado. Para esse fim, as partes elegem o foro de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, e estão cientes de que o curso de qualquer ação judicial em conformidade com esta cláusula não resultará em qualquer renúncia à arbitragem ou à jurisdição do Tribunal Arbitral.

A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade da presente cláusula compromissória, e o Tribunal Arbitral não poderá recorrer à equidade para solucionar o litígio que lhe for submetido. O Tribunal Arbitral será formado por 3 (três) árbitros escolhidos na forma estabelecida no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado. O idioma oficial do procedimento arbitral será a Língua Portuguesa. O procedimento arbitral terá lugar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes do Regulamento de Arbitragem. Com exceção dos honorários advocatícios, que serão arcados por cada parte, todas as demais despesas, custos e honorários da arbitragem serão arcados por uma das partes, ou por ambas, conforme determinar o Tribunal Arbitral.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Simone Bérgamo	48	Pertence apenas à Diretoria	12/08/2013	2 anos
409.183.194-04	Pedagoga	Diretor Acadêmico	12/08/2013	Sim
não ocupa outros cargos				
Nazareno Habib Ouvidor Bichara	41	Pertence apenas à Diretoria	12/08/2013	2 anos
338.982.002-72	Contador	Diretor Financeiro	12/08/2013	Sim
não ocupa outros cargos				
Adriano Azevedo	38	Pertence apenas à Diretoria	12/08/2013	2 anos
928.249.275-34	Administrador de Empresas	Diretor de Operações	12/08/2013	Sim
não ocupa outros cargos				
Flávio César Maia Luz	62	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/08/2013	2 anos
636.622.138-34	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	12/08/2013	Sim
Membro dos Comitês: Remuneração, Auditoria e Compliance, e Finanças				
Herbert Steinberg	58	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/08/2013	2 anos
791.851.778-49	Administrador de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	12/08/2013	Sim
Membro dos Comitês: Remuneração, Auditoria e Compliance, e Finanças				
Jonald Janguê Bezerra Diniz	39	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/08/2013	2 anos
801.372.374-72	Advogado	20 - Presidente do Conselho de Administração	12/08/2013	Sim
não ocupa outros cargos				
Francisco Muniz Barreto	42	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/08/2013	2 anos
223.485.458-02	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	12/08/2013	Sim
Membro dos Comitês: Remuneração, Auditoria e Compliance, e Finanças				
Jányo Janguê Bezerra Diniz	44	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	12/08/2013	2 anos
567.918.444-34	Engenheiro	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	12/08/2013	Sim
Diretor de Relação com Investidores				
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações				
Simone Bérgamo - 409.183.194-04				

Formada em Pedagogia, Pós-Graduado em Educação, em Construtivismo, em Psicossociologia do Educador, em Gestão de IES, possui formação em Psicopedagogia, Psicodrama, Psicodinâmica, em Coaching Integrated e Mestrado em Psicologia Social e da Personalidade. Possui 30 anos de experiência no setor de educação. Há 5 anos faz parte da área acadêmica da Companhia, atuando como Gerente Pedagógica a partir de 2008, Gerente Acadêmica a partir de 2010 e Diretora Acadêmica a partir de 2011, sendo que desde o final do ano de 2012 atua como Pró-Reitora Acadêmica da UNINASSAU e acumula a função de Diretora Acadêmica do Grupo desde 2013. Anteriormente, até o ano de 2008 atuou como diretora acadêmica do Colégio Atual - Instituição de Ensino do Ensino Básico. Atuou também como consultora Educacional do Grupo antes de fazer parte do quadro. Por fim, lecionou em turmas de Pós- Graduação da UNICAP, FAFIRE, FACISA e Maurício de Nassau. Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Nazareno Habib Ouvridor Bichara - 338.982.002-72

Formado em Economia e em Contabilidade pela Unama – Universidade da Amazônia possui ainda mestrado em Contabilidade e Controladoria pela Universidade de São Paulo (USP), e MBA em Auditoria pela Fundação Getúlio Vargas. Desde 2009 atua como Diretor Financeiro da Companhia, sendo que desde 2012 é Pró – Reitor de Administração e Finanças da Uninassau – Centro Universitário Maurício de Nassau. Assumiu em 2013, o cargo de Vice Presidente para Entidades Privadas do Instituto Brasileiro de Executivos em Finanças (IBEF Pernambuco). De 1993 a 1998 foi auditor na Ernst Young. Atuou ainda de 1999 a 2002 como auditor interno da Albras Alumínio Brasileiro S.A., empresa do setor de alumínio. Adicionalmente, foi diretor executivo do Multibank de 2004 a 2006 e diretor executivo também do Diários Associados do Rio Grande do Norte e Paraíba de 2006 a 2008.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Adriano Azevedo - 928.249.275-34

É Superintendente de Operações do Grupo Ser Educacional, pró-reitor de Planejamento e Operações da UNINASSAU. Desde 2001 atua no setor de Educação. Há 5 anos faz parte do Grupo Ser Educacional. Anteriormente, atuou como Diretor Acadêmico e de Negócios da Faculdade Baiana de Ciências e Sócio Diretor da Futura Consultoria. Formado em Administração de Empresas, pós-graduado em Administração de Recursos Humanos e Mestrado em Administração.

Nos últimos cinco anos, trabalhou no Grupo Ser Educacional, atuando como Diretor das unidades da Bahia e posteriormente Diretor de Operações até chegar a Diretoria de Operações. Diretor das Unidades da Bahia em 2008 e Diretor de Operações do Grupo, a partir de 2009.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Flávio César Maia Luz - 636.622.138-34

Graduado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da USP - Universidade de São Paulo, com cursos de pós-graduação em Administração e Economia Aplicada pela FGV - Fundação Getúlio Vargas, bem como cursos de extensão por instituições como Harvard Business School, Stanford University, California University e Wharton Business School. O Sr. Luz foi Vice-Presidente Executivo da Duratex, Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Executivo da Eletropaulo e Vice-Presidente Financeiro e Corporativo da Cofra Latin America (Grupo C&A). Adicionalmente, atua como conselheiro independente na Ultra S.A., Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A., e atuou como conselheiro independente da Light S.A. Atualmente é conselheiro certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. é Sócio-Diretor da consultoria Doing Business. O Sr. Luz ocupa a posição de Conselheiro Independente da Companhia desde 2012. Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Herbert Steinberg - 791.851.778-49

Tem experiência de mais de 20 anos atuando como executivo para grandes corporações e há 13 anos como empresário e consultor. Nas empresas em que trabalhou, liderou vários processos de reposicionamento estratégico de diferentes organizações, e processos de alinhamento do management à estratégia de negócios.

Nos últimos cinco anos, trabalhou conselheiro independente do Grupo Famasitil / Taurus, AMCHAM / Brasil, Care Brasil, Halexistar Indústrias Farmacêuticas. Destacam-se os trabalhos que realizou no Conselho do Banco Santander, através do processo de privatização do Banespa, do turnaround do Banco Crefisul, e compra realizada pelo Deutsche Bank no controle do Bradesco. Há 14 anos fundou sua própria empresa, a MESA Corporate Governance, consultoria com foco nas melhores práticas de Governança Corporativa, e atualmente é conselheiro independente da Ser Educacional S.A.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Jonaldo Janguê Bezerra Diniz - 801.372.374-72

Formou-se em bacharelado em direito pela Universidade Salgado de Oliveira em 2007. Desde 2007 atua como diretor jurídico do Grupo Ser Educacional. Nos últimos cinco anos, atuou como Presidente do Sindicato das Instituições de Ensino Superior do estado de Alagoas, Presidente da Comissão de Assuntos Tributários da OAB/PE e membro do Instituto Brasileiro de Estudos de Direito.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Francisco Muniz Barreto - 223.485.458-02

Tem mais de 15 anos de experiência em Private Equity e Banco de Investimento. Formou-se em Economia na Universidade de Belgrano (Argentina)/UNC Chapel Hill (USA) e possui o título de Master em Finanças da London Business School. Desde 2006, é o Managing Director do escritório de São Paulo da Cartesian Capital Group LLC, responsável pela prospecção e monitoramento de investimentos em empresas focado principalmente na América Latina. O Cartesian Capital Group LLC é um fundo de private equity baseado em Nova Iorque, USA, que gerencia mais de US\$ 2 bilhões. De 1998 a 2001, foi Diretor do fundo de investimentos AIG Capital Partners do Brasil.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Jánoy Janguié Bezerra Diniz - 567.918.444-34

Formado em Engenharia Mecânica e com pós-graduado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Pernambuco. Atua como CEO do Grupo Ser Educacional desde 2008, e como vice-presidente do Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau desde 2002. Desde 2008 é presidente do Sindicato das Instituições de Ensino Superior de Pernambuco (SIESPE). Adicionalmente, atuou como conselheiro na PERPASA – Pernambuco Participações S.A, empresa que atua no setor construção e incorporação imobiliária.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor					
Flávio César Maia Luz	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	12/08/2013	1 ano
636.622.138-34			62	12/08/2013	
Membro dos Comitês de Remuneração, de Auditoria e Financeiro, além de membro do Conselho de Administração.					
Graduado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da USP - Universidade de São Paulo, com cursos de pós-graduação em Administração e Economia Aplicada pela FGV - Fundação Getúlio Vargas, bem como cursos de extensão por instituições como Harvard Business School, Stanford University, California University e Wharton Business School. O Sr. Luz foi Vice-Presidente Executivo da Duratex, Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Executivo da Eletropaulo e Vice-Presidente Financeiro e Corporativo da Cofra Latin America (Grupo C&A). Adicionalmente, atua como conselheiro independente na Ultra S.A., Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A., Senior Solution S.A. e atuou como conselheiro independente da Light S.A. Atualmente é conselheiro certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. é Sócio-Diretor da consultoria Doing Business. O Sr. Luz ocupa a posição de Conselheiro Independente da Companhia desde 2012. Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.					
Francisco Muniz Barreto	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	12/08/2013	1 ano
223.485.458-02			42	12/08/2013	
Membro dos Comitês de Remuneração, de Auditoria e Financeiro, além de membro do Conselho de Administração.					
Tem mais de 15 anos de experiência em Private Equity e Banco de Investimento. Formou-se em Economia na Universidade de Belgrano (Argentina)/ UNC Chapel Hill (USA) e possui o título de Master em Finanças da London Business School. Desde 2006, é o Managing Director do escritório de São Paulo da Cartesian Capital Group LLC, responsável pela prospecção e monitoramento de investimentos em empresas focado principalmente na América Latina. O Cartesian Capital Group LLC é um fundo de private equity baseado com Nova Iorque, USA, que gerencia mais de US\$ 2 bilhões. De 1998 a 2001, foi Diretor do fundo de investimentos AIG Capital Partners do Brasil. Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.					
Herbert Steinberg	Comitê de Auditoria	Presidente do Comitê	Administrador de Empresas	12/08/2013	1 ano
791.851.778-49			58	12/08/2013	
Membro dos Comitês de Remuneração, de Auditoria e Financeiro, além de membro do Conselho de Administração.					
Tem experiência de mais de 20 anos atuando como executivo para grandes corporações e há 13 anos como empresário e consultor. Nas empresas em que trabalhou, liderou vários processos de reposicionamento estratégico de diferentes organizações, e processos de alinhamento do management à estratégia de negócios. Nos últimos cinco anos, trabalhou conselheiro independente do Grupo Farnasit / Taurus, AMCHAM / Brasil, Care Brasil, Halexstar Indústrias Farmacêuticas. Destacam-se os trabalhos que realizou no Conselho do Banco Santander, através do processo de privatização do Banespa, do turnaround do Banco Crefisul, e compra realizada pelo Deutsche Bank no controle do Bradesco. Há 14 anos fundou sua própria empresa, a MESA Corporate Governance, consultoria com foco nas melhores práticas de Governança Corporativa, e atualmente é conselheiro independente da Ser Educacional S.A.					
Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.					

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição		Prazo mandato
				Descrição outros comitês	Idade	
CPF	Outros cargos/funções exercidas no emissor					
Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações						
Flávio César Maia Luz 636.622.138-34	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro 62	12/08/2013 12/08/2013	1 ano	
Membro dos Comitês de Remuneração, de Auditoria e Financeiro, além de membro do Conselho de Administração.						
Francisco Muniz Barreto 223.485.458-02	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista 42	12/08/2013 12/08/2013	1 ano	
Membro dos Comitês de Remuneração, de Auditoria e Financeiro, além de membro do Conselho de Administração.						
Herbert Steinberg 791.851.778-49	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas 58	12/08/2013 12/08/2013	1 ano	
Membro dos Comitês de Remuneração, de Auditoria e Financeiro, além de membro do Conselho de Administração.						
Flávio César Maia Luz 636.622.138-34	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro 62	12/08/2013 12/08/2013	1 ano	
Membro dos Comitês de Remuneração, Auditoria e Compliance e de Finanças, além de membro do Conselho de Administração						
Francisco Muniz Barreto 223.485.458-02	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista 42	12/08/2013 12/08/2013	1 ano	
Membro dos Comitês de Remuneração, de Auditoria e Financeiro, além de membro do Conselho de Administração.						
Herbert Steinberg 791.851.778-49	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas 58	12/08/2013 12/08/2013	1 ano	
Membro dos Comitês de Remuneração, de Auditoria e Financeiro, além de membro do Conselho de Administração.						

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradoras do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Administrador do emissor ou controlada				
Jonald Janguié Bezerra Diniz Presidente do Conselho de Administração	801.372.374-72	Ser Educacional S.A.	04.986.320/0001-13	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Jânio Janguié Bezerra Diniz Membro efetivo do Conselho de Administração. Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidor.	567.918.444-34	Ser Educacional S.A.	04.986.320/0001-13	
Observação				
Juntos, detêm, direta e indiretamente, em 30 de junho de 2013, 1,00% do capital votante da Ser Educacional S.A.				
Administrador do emissor ou controlada				
Jonald Janguié Bezerra Diniz Presidente do Conselho de Administração	801.372.374-72	Ser Educacional S.A.	04.986.320/0001-13	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
José Janguie Bezerra Diniz Controlador	368.383.574-53	Ser Educacional S.A.	04.986.320/0001-13	
Observação				
José Janguie Bezerra Diniz é controlador da Ser Educacional S.A. com participação de 87,68%				
Administrador do emissor ou controlada				
Jânio Janguié Bezerra Diniz Membro efetivo do Conselho de Administração Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidor	567.918.444-34	Ser Educacional S.A.	04.986.320/0001-13	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
José Janguié Bezerra Diniz Controlador	368.383.574-53	Ser Educacional S.A.	04.986.320/0001-13	
Observação				
Juntos, detêm, direta e indiretamente, em 30 de junho de 2013, 88,68% do capital votante da Ser Educacional S.A.				

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve, nos três últimos exercícios sociais, qualquer relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantida entre nossos administradores e quaisquer nossas sociedades controladas, direta ou indiretamente, nosso controlador direto ou indireto ou fornecedores, clientes, devedor ou credor.

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Não há quaisquer acordos, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou a nós, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

Destacamos, no entanto que possuímos apólice de seguro de responsabilidade civil geral que ampara, dentro de limites e restrições fixados na apólice, eventuais condenações a título de danos materiais, corporais ou morais causados ou provocados por nossos administradores a terceiros, incluindo os nossos empregados. O valor total do prêmio previsto na apólice equivale a R\$ 20.788,77, sendo que a cobertura é limitada a R\$ 5.000.000,00.

12.12 - Outras informações relevantes

Governança Corporativa

Dentre as principais práticas de governança corporativa recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC no Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa, adotamos as seguintes práticas:

A Assembleia Geral de Acionistas tem competência para, dentre outros temas previstos em lei ou em regulamentação aplicável, deliberar sobre: (a) reformas do estatuto social; (b) eleger ou destituir, a qualquer tempo, conselheiros de administração e conselheiros fiscais; (c) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras; e (d) deliberar sobre nossa transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação.

O Conselho de Administração possui atribuições definidas no nosso Estatuto Social, entre elas a determinação das estratégias, a orientação geral dos negócios a ser implementada pela Diretoria, e a eleição dos membros deste órgão.

Nós adotamos política de divulgação de fato relevante, que visa coibir e punir a utilização de informações privilegiadas, com o objetivo primordial de assegurar elevados padrões de conduta, assegurando maior transparência e equidade nas informações.

Elaboramos ainda relatório anual preparado pela Diretoria e aprovado pelo Conselho de Administração, indicando todos os principais aspectos da atividade empresarial com dados comparativos a exercícios anteriores, voltado ao público em geral. Tal documento inclui o relatório da administração e conjunto de demonstrações financeiras acompanhadas dos respectivos pareceres dos auditores independentes.

Nós estamos comprometidos com as melhores práticas de governança corporativa, e após o registro como Companhia aberta, adotaremos novas medidas para aperfeiçoar constantemente nossa comunicação com o mercado financeiro e com os investidores, bem como garantir a transparência, por meio de reuniões públicas, dispondo de uma agenda anual de eventos corporativos.

A fim de assessorar o Conselho de Administração, foram criados na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 12 de agosto de 2013, três comitês, o Comitê de Auditoria e Compliance (CAC), o Comitê de Remuneração e o Comitê de Finanças.

Para maiores informações acerca das atribuições e responsabilidades dos comitês de assessoramento mencionados acima, vide item 12.1.

Eleição do Presidente do Conselho de Administração

12.12 - Outras informações relevantes

Nossos acionistas pretendem eleger o Sr. José Janguê Bezerra Diniz, acionista controlador da Companhia, como presidente do nosso Conselho de Administração em janeiro de 2014.

José Janguê Bezerra Diniz, 49, professor, inscrito no CPF/M sob o n. 368.383.574-53, é o fundador da Ser Educacional, formou-se na Faculdade de Direito e na Faculdade de Letras, concluiu o mestrado e doutorado pela Universidade Federal de Pernambuco. Iniciou sua carreira empreendedora em 1996, com a fundação do Bureau Jurídico Cursos para Concursos e fortaleceu em 2003, com a criação da Faculdade Maurício de Nassau em Recife. É Presidente da Associação Brasileira das Faculdades Isoladas e Integradas (ABRAFI), Vice-Presidente da Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) e autor de diversos livros nas áreas de Direito e Educação. Atuou de como juiz no Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, sendo que até agosto de 2013 atuou como Procurador do Trabalho do Ministério Público da União, tendo formalizado seu pedido de exoneração em 21 de agosto de 2013. É reitor da UNINASSAU desde setembro de 2013.

O Sr. José Janguê Bezerra Diniz não exerce outros cargos na Companhia.

Adicionalmente, os demais membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia não exercem outros cargos na Companhia e empresas do grupo além daqueles informados no item 12.6/8 deste Formulário de Referência.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração

A nossa política de remuneração visa estabelecer os critérios, as responsabilidades e as definições da remuneração dos nossos administradores, seja a curto prazo como a longo prazo (bônus e o plano de opção de compra de ações). Adicionalmente, busca impulsionar o executivo a crescer e se desenvolver de forma a atingir seu potencial máximo, alinhado aos nossos objetivos, tendo seu desempenho reconhecido por meio do pagamento de incentivo (curto e longo prazo).

O Comitê de Remuneração é o órgão responsável pela avaliação dos nossos administradores e a consequente remuneração devida a cada um deles nos termos de sua política de remuneração. O Comitê de Remuneração é formado atualmente por 3 (três) membros do Conselho de Administração. As reuniões têm periodicidade trimestral, com foco nas questões estratégicas de recursos humanos.

Os parâmetros utilizados para a definição da remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e Não Estatutária, são baseados nas práticas de mercado, na nossa consistência interna e tem como objetivos e premissas:

- Atrair, reter e motivar os administradores, fornecendo as condições necessárias para o desenvolvimento e a concretização das nossas estratégias de negócios;
- Alinhar os interesses dos administradores, dos acionistas e os nossos para a criação de valor para a Ser Educacional de forma sustentável;
- Motivar e recompensar o desempenho individual dos administradores, tendo em vista o alcance de nossas metas financeiras e estratégicas;
- Refletir a cultura e os nossos valores: ética, solidez, respeito, empreendedorismo e união;
- Fornecer aos nossos administradores níveis de remuneração competitivos em relação aos praticados pelo mercado, bem como manter a consistência de remuneração e os nossos resultados.
- Prover um adequado equilíbrio entre as remunerações fixa e variável, de curto e longo prazo, conforme a nossa cultura; e
- Permitir a comunicação entre nós, nossos administradores e empregados quanto ao entendimento e aplicação da política de remuneração.

Não obstante, a remuneração dos membros independentes do Conselho de Administração é acordada entre nós e o conselheiro, observado que anualmente o valor fixo da remuneração é reajustado de acordo com nossos padrões internos e as práticas de mercado. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é calculada de acordo com o artigo 162, parágrafo 3º da Lei das S/A, no qual, a orientação é de que a remuneração destes seja calculada com base na média da remuneração da Diretoria Estatutária, excluídos os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

(b) composição da remuneração

i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é composta por apenas por parcela fixa, a qual inclui um salário fixo mensal, fixado anualmente para cada um de seus membros.

A composição da remuneração dos conselheiros de acordo com as nossas práticas adotadas, considerando ainda pesquisas de mercado com as principais empresas do segmento, para assim ser definida uma base de remuneração a ser validada pelo Comitê de Remuneração.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

A remuneração dos membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária da Companhia e dos diretores não estatutários é composta por:

- uma parcela fixa, a qual inclui um salário fixo mensal, fixado anualmente para cada um de seus membros; e
- uma parcela variável, a qual inclui a participação nos nossos resultados.

A composição da remuneração dos Diretores (estatutários e não estatutários) é definida por meio de pesquisa de mercado com as principais empresas do segmento onde são estabelecidos critérios de medição de acordo com a representatividade do cargo na Companhia. As macros políticas são aprovadas pelo Comitê de Governança Corporativa e Remuneração.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, será composta somente por uma parcela fixa equivalente ao mínimo legal exigido, conforme os termos da Lei das Sociedades por Ações. Assim, conforme acima mencionado a remuneração dos membros do Conselho Fiscal será equivalente a 10% (dez por cento) da remuneração que em média for atribuída a cada Diretor, sem considerar os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela assembleia geral que os eleger, observado ainda que tais membros também serão reembolsados de todas as despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função.

Comitês

Os participantes dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, como Comitê de Finanças, Comitê de Auditoria e Compliance e Comitê de Remuneração não são remunerados por sua participação nesses comitês, pois já o são em outros cargos dentro da nossa estrutura (diretores estatutários, membros do conselho de administração, conselho fiscal ou membros da diretoria executiva), cuja composição da remuneração encontra-se descrita acima.

ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Conselho de Administração

No que tange ao Conselho de Administração, em 2010, 2011 e 2012 a remuneração total dos seus membros foi composta integralmente de remuneração fixa.

Para 2013, a previsão é de que 100% da remuneração total dos seus membros seja composta de remuneração fixa, tendo em vista o disposto acima.

Diretoria

No que tange a Diretoria Estatutária e Diretoria Não Estatutária, em 2010, 2011 e 2012 a remuneração total dos seus respectivos membros foi composta integralmente de remuneração fixa.

Para 2013, a previsão é de que, no mínimo, 69,24% da remuneração total dos membros da Diretoria Estatutária e, também dos Diretores Não Estatutários seja composta de remuneração fixa e até 30,76% seja referente a remuneração variável.

Conselho Fiscal

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

O Conselho Fiscal só possui remuneração fixa, não obstante, em 2010, 2011 e 2012 não pagamos qualquer remuneração tendo em vista que este órgão não estava instalado. Este órgão ainda não foi instalado em 2013.

Comitês

Conforme acima indicado, os membros dos Comitês não são remunerados por sua participação em Comitês.

iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Remuneração Fixa

A remuneração fixa é calculada e ajustada considerando os seguintes parâmetros:

- Avaliação dos cargos e respectivas responsabilidades, considerando a estratégia e consistência da prática de remuneração por nós adotada, bem como de posicionamento para remuneração;
- Valor do cargo internamente, ou seja, perante cargos de outras áreas (equidade interna);
- Desempenho individual conforme sistema de avaliação adotado;
- Experiência e maturidade do executivo na função ocupada; e
- Outros fatores eventuais, como executivos de alto potencial para sucessão, riscos de retenção, habilidades e competências específicas escassas no mercado.

Remuneração Variável

O nosso Programa de Remuneração Variável, formado pela participação nos nossos resultados, bem como com o plano de opção de ações, é destinado aos Diretores Estatutários, Diretores não Estatutários gerentes e coordenadores, utilizando como referência de metas o nosso desempenho financeiro e operacional. O pagamento do Programa de Remuneração Variável é efetuado após a divulgação auditada e oficial dos nossos resultados.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

De forma geral, a composição da remuneração visa a permanência dos executivos, bem como o alinhamento dos interesses de tais executivos com os nossos objetivos de curto prazo e com os resultados de longo prazo.

Remuneração do Conselho de Administração

No que tange à remuneração dos membros do Conselho de Administração, os objetivos principais são atrair Conselheiros com reputação e perfis adequados, concedendo-lhes as condições necessárias para o desempenho de suas funções.

Remuneração da Diretoria Estatutária e Não Estatutária

A composição da remuneração da Diretoria Estatutária e Não Estatutária, tanto nos elementos que a compõe quanto no peso de cada um, reflete:

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

- A competitividade com a prática do mercado composto por empresas do nosso setor de atuação, além da prática de remuneração já adotada por nós, que permita atrair e reter os executivos com as qualificações requeridas;
- A possibilidade de se associar uma parcela significativa da remuneração total aos nossos resultados;
- A busca de um equilíbrio entre as diferentes parcelas da remuneração, que incentive a geração de resultados de curto, médio e longo prazos, dentro de níveis de riscos moderados; e
- A possibilidade de se balancear a remuneração variável de curto e longo prazo, visando à geração de resultados anuais sustentáveis e que resultem na criação de valor para os acionistas.

Remuneração do Conselho Fiscal

No que tange à remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, tal remuneração terá como objetivo principal atrair Conselheiros com reputação e perfis adequados, concedendo-lhes as condições necessárias para o desempenho de suas funções, observados os limites fixados pela legislação em vigor.

Remuneração dos Comitês

Os membros dos Comitês não recebem remuneração por participarem de tais Comitês.

(c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

No caso dos Diretores Estatutários e Não Estatutários:

- A remuneração fixa é ajustada anualmente com base nas práticas de remuneração já adotadas, nos nossos resultados e no desempenho individual, este último referenciado em metas específicas;
- A remuneração variável anual depende de indicadores financeiros e estratégicos, definidos a cada ano pelo Conselho de Administração, conforme o nosso plano de negócios. Para os exercícios de 2010, 2011, 2012 não houve remuneração variável. Para o exercício corrente, serão considerados os indicadores corporativos (não individuais), tais como EBITDA, captação de novos alunos, retenção de alunos e IGC.
- O plano de opções de ações está diretamente relacionado ao preço da ação da Companhia, ou seja, seu valor de mercado.

Os membros do Conselho de Administração são elegíveis somente à remuneração fixa, conforme prática de mercado, não estando sujeitos aos indicadores de desempenho. O racional para este modelo é:

- Os membros do Conselho de Administração necessitam de total independência para analisar as propostas da Diretoria. Evitam-se, assim, sistemas de remuneração que possam gerar situações de conflito de interesses; e
- Os membros do Conselho de Administração são profissionais de vasta experiência e reputação reconhecida no mercado, com histórico de sucesso profissional.

Os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, também recebem apenas remuneração fixa, portanto sem efeitos de indicadores de desempenho, incompatíveis com as funções daquele órgão. Os membros dos Comitês não recebem remuneração.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

No caso da Diretoria Estatutária e não Estatutária:

- A remuneração fixa é ajustada anualmente com base em pesquisa de mercado, nos nossos resultados e no desempenho individual, este com base em metas específicas e na prática de remuneração já adotada;
- A remuneração variável anual é definida pelos indicadores e estratégicos, neste sentido são estabelecidos *targets* individuais para cada meta de cada uma dos indicadores indicados no item (c) acima, as quais são avaliadas no final do exercício com o *target* proposto e, assim, gerado o índice a ser aplicado aos envolvidos.
- O plano de opções de ações, estará diretamente relacionado ao preço da ação de nossa emissão, ou seja, seu valor de mercado. Embora o plano de opções de ações já tenha sido aprovado, ainda não houve qualquer outorga aos seus beneficiários.

Os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal são elegíveis somente à remuneração fixa, portanto sem efeitos de indicadores de desempenho. Por sua vez, os membros dos Comitês não recebem qualquer remuneração por tal atuação.

(e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A nossa estratégia de remuneração tem como objetivos a atração, retenção e motivação de profissionais qualificados para a criação e implantação das estratégias de negócios aprovadas pelos acionistas, que resultem na criação de valor sustentável.

A mecânica do plano de remuneração variável anual atrela as premiações a métricas financeiras de crescimento, resultados e valor, de curto e médio prazo. O plano de opções de ações, aprovado pelo Conselho de Administração em 12 de agosto de 2013, consiste numa premiação em dinheiro baseada na nossa valorização, conforme a variação do preço de sua ação em bolsa, e após prazo predeterminado. Este plano atrela a remuneração ao crescimento futuro do nosso valor de mercado, ou seja, a valorização das ações no longo prazo, que depende diretamente do crescimento e sustentabilidade dos resultados anuais alcançados, entre outros fatores.

Dessa forma, a política de remuneração descrita neste item 13.1 do Formulário de Referência tem por objetivo incentivar os colaboradores a buscar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos por nós, alinhando interesses dos colaboradores com os nossos. No curto prazo, buscamos o alinhamento de interesses por meio de salários e pacote de benefícios compatíveis com os níveis de mercado. No médio prazo, por meio do pagamento de bônus e participação nos nossos resultados a determinados colaboradores, buscando premiar o alcance e a superação de metas individuais com as nossas metas, alinhadas ao orçamento, planejamento estratégico e de mercado. Finalmente, no longo prazo, buscamos reter profissionais qualificados por meio de plano baseado na concessão de uma premiação financeira atrelada a nossa valorização no longo prazo, por meio da valorização da cotação de ações de nossa emissão.

Destaca-se que, embora aprovado, ainda não houve outorga de opções de compra de ações aos beneficiários do plano.

(f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não foi estabelecido no contrato dos administradores remuneração ou benefício associado a eventos societários.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2013 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	4,00		9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.461.068,09	1.380.732,00		2.841.800,09
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	48.442,33		48.442,33
Descrição de outras remunerações fixas		Outros: Refere-se a contribuição patronal do INSS.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	530.578,00		530.578,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.		
Total da remuneração	1.461.068,09	1.959.752,33		3.420.820,42

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	3,00		8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	576.000,00	888.097,64		1.464.097,64
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	68.524,52		68.524,52

Descrição de outras remunerações fixas		Outros: Refere-se a contribuição patronal do INSS.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.		
Total da remuneração	576.000,00	956.622,16		1.532.622,16

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	3,00		8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	480.000,00	799.952,19		1.279.952,19
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	27.694,65		27.694,65
Descrição de outras remunerações fixas		Outros: Refere-se a contribuição patronal do INSS.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.		
Total da remuneração	480.000,00	827.646,84		1.307.646,84

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	3,00		8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	328.000,00	777.247,00		1.105.247,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	30.183,10		30.183,10
Descrição de outras remunerações fixas		Outros: Refere-se a contribuição patronal do INSS.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.		
Total da remuneração	328.000,00	807.430,10		1.135.430,10

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável - Exercício Social a ser encerrado em 31.12.2013				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5	4		9
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	530.578,00		530.578,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	530.578,00		530.578,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas				

Conforme anteriormente informado os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não fazem jus à remuneração variável. Adicionalmente, esclarecemos que não pagamos remuneração variável nos três últimos exercícios sociais.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

(a) Termos e condições gerais

Em 12 de agosto de 2013, os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária aprovaram as diretrizes gerais do plano de opção de compra de ações de nossa emissão (“Plano de Opção”). Os termos específicos do Plano de Opção estão descritos a seguir:

Administração do Plano de Opção

O Plano de Opção é direcionado aos nossos administradores e gerentes e de nossas controladas. O Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, definir os níveis de gerentes elegíveis ao Plano, bem como ampliar a abrangência do Plano para outros níveis de cargo, quando da criação de cada Programa. (“Participantes”).

O Plano será administrado pelo Conselho de Administração.

Obedecidas as condições gerais do Plano de Opção e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano de Opção.

O Conselho de Administração poderá criar, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações (“Programas”), nos quais serão definidos os termos e as condições de cada outorga de Opções, observadas as linhas básicas estabelecidas no Plano de Opção, observado que todas as regras de cada Programa deverão constar do Contrato de Outorga de Opções de Compra de Ações e Outras Avenças (“Contrato”), a ser firmado com cada Participante em cada Programa.

Neste sentido, o Conselho de Administração decidirá:

- (a) a outorga de opções nos termos do Plano de Opção, bem como a criação e aplicação de normas específicas para cada outorga;
- (b) o estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho dos nossos administradores empregados, de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos Participantes;
- (c) a eleição dos Participantes dos Programas e a autorização para outorgar opções de compra de ações em seu favor, estabelecendo todas as condições das opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário para adequar as opções aos termos de lei, norma ou regulamento superveniente.

Prazo de Vigência do Plano de Opção

O Plano entra em vigor imediatamente após a liquidação da Oferta Pública Inicial, permanecendo em vigor até a expiração do prazo de exercício das Opções em circulação, e poderá ser extinto, suspenso ou alterado, a qualquer tempo, por aprovação do Conselho de Administração.

Nas hipóteses de cancelamento de registro de companhia aberta, cessação de negociação, dissolução e liquidação, todas as Opções ainda não liberadas para exercício tornar-se-ão exercíveis antecipadamente, devendo ser exercidas no todo ou em parte, mediante pagamento à vista.

Na hipótese de a liquidação da Oferta Pública Inicial não ocorrer, por qualquer motivo ou razão, até 31 de dezembro de 2013, este Plano será considerado extinto, sem gerar qualquer direito ou obrigação para nós e para os Participantes.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Disposições Gerais

Com o propósito de satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Opção, poderemos, a critério do Conselho de Administração: (a) emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado; ou (b) vender ações mantidas em tesouraria.

Os acionistas não terão direito de preferência na outorga ou no exercício de opção de compra de ações de acordo com o Plano de Opção, conforme previsto no artigo 171, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

As ações adquiridas em razão do exercício de opção de compra nos termos do Plano de Opção manterão todos os direitos pertinentes à sua espécie, ressalvado eventual disposição em contrário estabelecida pelo Conselho de Administração.

Nenhuma disposição do Plano de Opção ou opção outorgada nos termos do Plano de Opção conferirá a qualquer Participante o direito de permanecer como administrador e/ou empregado, nem interferirá, de qualquer modo, no nosso direito de, a qualquer tempo e sujeito às condições legais e contratuais, rescindir o contrato de trabalho do empregado e/ou interromper o mandato do administrador.

Cada Participante deverá aderir expressamente aos termos do Plano de Opção, mediante declaração escrita, sem qualquer ressalva e nos termos da nossa Política de Negociação de Ações.

O Conselho de Administração, no nosso interesse e de nossos acionistas, poderá rever as condições do Plano de Opção, desde que não altere os respectivos princípios básicos.

(b) Principais objetivos do plano

A política de remuneração visa estabelecer os critérios, responsabilidades e as definições da remuneração dos seus administradores.

O Plano de Opção, como parte da política de remuneração, tem por objetivo permitir que os principais executivos da Companhia, sujeito a determinadas condições, adquiram ações da Companhia, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos nossos acionistas aos dos executivos; (c) nos possibilitar a atrair e manter vinculados administradores, empregados e prestadores de serviços.

(c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os administradores e funcionários se tornem nossos acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para se comprometer efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a integrar-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando seus lucros. O Plano de Opção estimula os Participantes, por meio do comprometimento de seus recursos, a buscar a valorização imediata das ações, permitindo ganhos adicionais ao salário pré-estabelecido, sem, contudo, comprometer o crescimento e a valorização futura das ações. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo, o compartilhamento dos nossos riscos e dos ganhos, por meio da valorização das ações adquiridas.

Acreditamos que o Plano de Opção estimulará o nosso executivo a crescer e se desenvolver para atingir seu potencial máximo, alinhado aos objetivos do negócio e reconhecer esse desempenho por meio do pagamento de incentivo.

(d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano de Opção alinha-se com a nossa política de remuneração, que busca estimular o crescimento profissional de seus executivos. Neste sentido, as opções são outorgadas em linha com o atingimento de metas previamente definidas,

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

permitindo aos executivos elegíveis aferir sua remuneração variável de acordo com seu desempenho pessoal. Assim, o Plano de Opção faz parte da estratégia de remuneração total, com um peso relevante na sua composição, estimulando o devido enfoque dos executivos na nossa valorização no longo prazo e, conseqüentemente, a geração de resultados sustentáveis.

(e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano de Opção alinha os nossos interesses, dos administradores e nossos acionistas por meio de benefícios de acordo com o desempenho das ações de nossa emissão. Conforme citado no item 13.4.d acima, o plano aprovado pelo Conselho de Administração tem peso relevante na estratégia de remuneração total dos Diretores da Companhia, assim, para que o executivo mantenha sua remuneração total competitiva e alinhada com o mercado, é necessária a geração de resultados e a nossa valorização contínua. Por sua vez, os executivos são sujeitos ao alcance de metas de nossa valorização, definidas pelo Conselho de Administração e alinhadas às expectativas dos nossos acionistas. A nossa valorização em bolsa de valores, salvo em situações de volatilidade de mercado, está sujeita a crescimento e resultados operacionais consistentes e positivos. Como o plano proposto ao Conselho de Administração normalmente terá outorgas periódicas de opções, a valores de mercado, há uma continuidade no foco em valorização futura das ações de nossa emissão e, por conseguinte, na nossa valorização.

(f) Número máximo de ações abrangidas

O Plano de Opções está limitado a um número máximo de opções que resulte em uma diluição total (considerando a somatória dos Programas) de 2% (dois por cento) do nosso capital social na data de criação de cada Programa. A diluição corresponde ao percentual representado pela quantidade de Ações que lastreiam as Opções, considerando todas as Opções outorgadas no Plano de Opção, já exercíveis ou não, pela quantidade total de ações de emissão da Companhia. O Conselho de Administração poderá propor à Assembléia Geral o aumento do limite quantitativo para atender às necessidades de ampliação do Plano.

Considerando que o Conselho de Administração ainda não aprovou nenhum Programa, a qualidade de ações será definida na data de deliberação, respeitando o limite acima indicado.

(g) Número máximo de opções a serem outorgadas

Considerando que Cada Opção atribui ao seu titular o direito à subscrição de 1 (uma) ação ordinária de nossa emissão ("Opção"), aplicar-se-á a limitação acima indicada.

(h) Condições de aquisição de ações

As condições de aquisição de ações serão estabelecidas pelo Conselho de Administração quando da criação dos programas.

(i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício das Opções, a ser pago pelos Participantes, será equivalente à média ponderada por volume de negociações das cotações de fechamento das ações ordinárias de nossa emissão, na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), nos 60 (sessenta) pregões anteriores ao último dia do mês anterior ao mês de aprovação do respectivo Programa.

O Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, estabelecer um desconto de até 15% (quinze por cento) sobre a média apurada, bem como estabelecer que o preço de exercício deva ser corrigido monetariamente, a partir da

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

data-base de sua determinação, por meio de índice de preços a ser definido pelo Conselho de Administração em cada Programa ou ainda estabelecer um preço de exercício com correção monetária pré-fixada.

(j) Critérios para fixação do prazo de exercício

Os prazos de exercício serão definidos pelo Conselho de Administração quando da criação dos programas, e deverá ser de, no máximo, 5 (cinco) anos contados a partir da data da assinatura do contrato pelo Participante.

(k) Forma de liquidação

O pagamento deverá ser feito à vista, no ato da aquisição das ações, na forma determinada pelo Conselho de Administração em cada Programa, salvo na hipótese de o Participante optar por vender imediatamente, em bolsa de valores, parte ou a totalidade das ações adquiridas, observadas as limitações previstas no Plano de Opção, caso em que o pagamento poderá ser feito mediante a emissão pelo Participante de nota promissória pró-soluto com vencimento no primeiro dia útil após a liquidação financeira da transação.

(l) Restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração poderá impor termos e/ou condições precedentes para o exercício da opção e, observadas as cláusulas mínimas estabelecidas no Plano de Opção, impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções, podendo também reservar opções de recompra ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Participante dessas mesmas ações, até o término do prazo e/ou cumprimento das condições fixadas.

De acordo com o Plano de Opção, e observada a regulamentação aplicável, teremos preferência para compra das ações que porventura o Participante já tenha adquirido em função do Plano, bem como aquelas ações que vierem a ser adquiridas em função do Plano após a ocorrência de desligamento, desligamento especial e falecimento e invalidez permanente, nos termos previstos do Plano de Opção, no caso de alienação direta ou indireta dessas ações a terceiros, pelo mesmo preço e condições de pagamento, oferecidos pelo terceiro interessado ao Participante. Poderemos exercer o direito de preferência, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que for notificada da intenção do Participante de alienar suas ações, notificação essa que deverá incluir o preço e as condições de pagamento. O preço deverá ser pago por nós ao Participante nas mesmas condições oferecidas pelo terceiro interessado ao Participante. Em qualquer hipótese, se, nos termos do artigo 30, alínea "b", da Lei nº 6.404/76, não apresentarmos condições de adquirir as ações, teremos o direito de ceder livremente o direito de preferência a terceiros, que terão o direito de comprar as ações pelo mesmo preço e prazos e condições oferecidos pelo terceiro interessado ao Participante. Na hipótese de o Participante pretender realizar a venda das ações em bolsa de valores, poderemos exercer o direito de preferência com base na cotação de fechamento das ações de nossa emissão, na BM&FBOVESPA, no pregão imediatamente anterior à data do exercício do direito de preferência.

(m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Caso venham a ser feitas modificações na estrutura acionária da Companhia, envolvendo aumento, diminuição, desdobramento, grupamento, bonificações em ações, emissão de ações por capitalização de lucros ou reservas, ou modificação semelhante nas Ações da Companhia, ficará resguardado ao Conselho de Administração o direito de também poder ajustar essas modificações às Opções não exercidas pelos seus titulares. Quaisquer ajustes nas Opções serão feitos sem mudança no valor de compra do total aplicável à parcela não exercida da Opção, mas com ajuste do preço de exercício.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente, o Plano de Opção terminará e as Opções até então concedidas extinguir-se-ão, a não ser que, em conexão com tal operação o Conselho de Administração da Companhia aprove a antecipação do prazo final para o exercício das Opções dos Programas em vigência, ou estabeleça-se por escrito a permanência do Plano de Opção e a assunção das Opções até então concedidas com a substituição de tais Opções por novas opções, assumindo a companhia sucessora ou sua afiliada ou subsidiária os ajustes apropriados no número e preço de ações, caso em que o Plano de Opção continuará na forma então prevista. Os ajustes efetuados no Plano quando da substituição das Opções originais por novas opções serão vinculativos. Os Participantes que discordem dos ajustes no Plano de Opção terão o direito de renunciar às suas Opções.

No caso de alienação, direta ou indireta, pelos controladores da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, de número de ações que implique alteração do controle da Companhia, nos termos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, aprovar que as Opções sejam liberadas para serem exercidas no todo ou em parte pelos Participantes. O Conselho de Administração poderá estabelecer regras especiais que permitam que as Ações objeto das Opções possam ser vendidas na oferta pública de aquisição a ser efetivada nos termos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado e do Estatuto Social então em vigor.

Caso os acionistas reunidos em Assembléia Geral Extraordinária deliberem (i) a saída da Companhia do Novo Mercado; ou (ii) uma operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não seja admitida para negociação no Novo Mercado, as Opções serão liberadas para serem exercidas no todo ou em parte pelos Participantes. O Conselho de Administração deverá estabelecer regras especiais que permitam que as Ações objeto das Opções possam ser vendidas na oferta pública de aquisição a ser efetivada nos termos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado e do Estatuto Social então em vigor.

Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Participantes.

(n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento do Participante por demissão ou rescisão do contrato de prestação de serviços, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano de Opção poderão ser extintos ou modificados.

Adicionalmente, se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano de Opção, o Participante:

- desligar-se por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador, ou em caso de rescisão sem justa causa: (i) as Opções ainda não exercíveis, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) as Opções já exercíveis, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas, no prazo de 90 dias contados da data de desligamento, após tal prazo tais Opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;
- encerrar a sua carreira na Companhia e em atividades concorrentes às atividades desempenhadas pela Companhia, mediante aprovação do Conselho de Administração, a seu exclusivo critério (Desligamento Especial),

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

todas as Opções exercíveis poderão ser exercidas no prazo de 90 dias contados da data do Desligamento Especial, mediante pagamento à vista, e todas as Opções não exercíveis poderão ser exercidas em seus prazos e regras normais;

- for desligado por nossa vontade, mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar seus deveres e atribuições, todas as Opções exercíveis e não exercíveis, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;
- desligar-se por invalidez permanente: (i) as Opções ainda não exercíveis serão passíveis de exercício, no prazo de até 90 dias contados da data em que for constatada a invalidez permanente; e
- vier a falecer: todas as Opções não exercíveis, na data do seu falecimento, passarão a ser passíveis de exercício, podendo o cônjuge meeiro, os herdeiros, sucessores legais ou testamentários do Participante exercer, no todo ou em parte, as respectivas Opções de Compra de Ações, no prazo de 12 meses contados da data do falecimento, após tal prazo restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, ou sobre a extinção, de pleno direito, de tais Opções.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Acionistas	Quantidade de Ações ON ⁽¹⁾	%
Conselho de Administração	268.788	1,0
Diretores Estatutários	268.788	1,0
Conselho Fiscal	0	0

(1) OBS: Em 31 de dezembro de 2012. Em 12 de agosto de 2013 aprovamos um desdobramento de ações, desta forma, a quantidade de ações detidas por nossos administradores passou a ser de 1.075.152.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Nós aprovamos nosso Plano de Opções de Ações em 12 de agosto de 2013, desta forma não havia para os exercícios encerrados em 2010, 2011 e 2012 qualquer remuneração baseada em ações. Adicionalmente, para o exercício social corrente, o Conselho de Administração ainda não aprovou a criação de nenhum Programa, nos termos do quadro 13.4 acima.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Nós aprovamos nosso Plano de Opções de Ações em 12 de agosto de 2013, desta forma não havia para o exercício encerrado em 2012 qualquer remuneração baseada em ações e, conseqüentemente qualquer opção em aberto.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Nós aprovamos nosso Plano de Opções de Ações em 12 de agosto de 2013, desta forma não havia para os exercícios encerrados em 2010, 2011 e 2012 qualquer remuneração baseada em ações.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções**(a) Modelo de precificação**

O preço de exercício das Opções, a ser pago pelos Participantes, será equivalente à média ponderada por volume de negociações das cotações de fechamento das ações ordinárias da Companhia, na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), nos 60 (sessenta) pregões anteriores ao último dia do mês anterior ao mês de aprovação do respectivo Programa.

O Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, estabelecer um desconto de até 20% (vinte por cento) sobre a média apurada, bem como estabelecer que o preço de exercício deva ser corrigido monetariamente, a partir da data-base de sua determinação, por meio de índice de preços a ser definido pelo Conselho de Administração da Companhia em cada Programa ou ainda estabelecer um preço de exercício com correção monetária pré-fixada.

(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O Conselho de Administração ainda não aprovou a criação de nenhum Programa, portanto, ainda não foram definidas as premissas a serem utilizadas no modelo de precificação.

(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O Conselho de Administração ainda não aprovou a criação de nenhum Programa, portanto, ainda não foram definidas as premissas a serem utilizadas no modelo de precificação.

(d) Forma de determinação da volatilidade esperada

O Conselho de Administração ainda não aprovou a criação de nenhum Programa, portanto, o Conselho de Administração ainda não deliberou em relação a forma de determinação da volatilidade esperada.

(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Aprovamos o Plano de Opções de Ações em 12 de agosto de 2013. Neste sentido, o Conselho de Administração ainda não aprovou a criação de nenhum Programa.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Nós não possuímos planos de previdência em vigor.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Nº de membros	3,00	3,00	3,00	5,00	5,00	5,00
Valor da maior remuneração(Reais)	428.424,60	374.036,95	352.338,00	144.000,00	120.000,00	96.000,00
Valor da menor remuneração(Reais)	196.456,86	96.168,00	211.982,00	144.000,00	120.000,00	96.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	313.874,05	275.882,28	269.143,37	144.000,00	120.000,00	82.000,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2011	No exercício de 2011 houve a substituição de um membro da diretoria e, conseqüentemente variação no salário individual.
Conselho de Administração	
31/12/2012	Um dos membros do conselho de administração renunciou a sua remuneração.
31/12/2011	Um dos membros do conselho de administração renunciou a sua remuneração.
31/12/2010	Um dos membros do conselho de administração renunciou a sua remuneração. Um membro do conselho de administração renunciou durante o exercício social.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não temos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010
Conselho de Administração	25,00%	25,00%	29,27%
Diretoria	48,24%	46,76%	45,33%
Conselho Fiscal	n/a	n/a	n/a

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Os nossos administradores não recebem e não receberam nos últimos três exercícios sociais remuneração por qualquer outra razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Os administradores não recebem e não receberam nos últimos três exercícios sociais remuneração reconhecida no resultado de nossos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de nossas controladas.

13.16 - Outras informações relevantes

Em relação às remunerações apresentadas quadro 13.2, destacamos que nas informações apresentadas nas nossas Demonstrações Financeiras não foram considerados para abertura da remuneração do pessoal chave da administração, a retenção dos INSS. Desta forma, os números finais consolidados apresentados no quadro 13.2 não serão iguais aos apresentados nas Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras.

14.1 - Descrição dos recursos humanos**(a) Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

A tabela abaixo apresenta o número de nossos colaboradores e nossas subsidiárias para em 30 de junho de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, bem como o número de colaboradores por funções administrativas.

Empregados com base na atividade desempenhada				
Empregados	Em 31 de dezembro de			Em 30 de junho de
	2012	2011	2010	
Administrativo	2.500	1.918	1.642	2.873
Corpo Docente	2.030	1.556	1.114	2.535
Total	4.430	3.374	2.756	5.408

A tabela abaixo apresenta o número de colaboradores por localização geográfica de nossas unidades.

Empregados com base na localização geográfica				
Empregados	Em 31 de dezembro de			Em 30 de junho de
	2012	2011	2010	
Recife - PE.....	2.312	2.092	1.810	2.408
Paulista - PE	304	250	196	300
Caruaru - PE.....	31	2	-	50
João Pessoa - PB.....	299	229	136	354
Campina Grande - PB	191	124	107	223
Salvador - BA	371	204	139	435
Lauro de Freitas - BA	120	86	83	142
Fortaleza - CE	141	19	-	202
Maceió - AL	311	222	174	381
Natal - RN.....	259	147	117	285
Aracajú - SE	42	-	-	47
São Luis - MA	4	-	-	4
Manaus - AM	8	-	-	8
Belém - PA.....	57	-	-	92
Teresina - PI	-	-	-	294
Parnaíba - PI	-	-	-	183
Total	4.450	3.375	2.762	5.408

b. Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Não trabalhamos com colaboradores terceirizados.

c. Índice de rotatividade

	Índice de Rotatividade (em %)			
	Em 31 de dezembro de			Em 30 de junho de
	2012	2011	2010	2013
Índice de Rotatividade.....	3,29	2,59	3,15	3,47

d. Exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

Nós figuramos em ações de natureza trabalhista, as quais envolvem, principalmente, pedidos de horas extras, equiparação salarial e diferenças salariais decorrentes de desvio de função e de redução de cargas horárias de determinados docentes. Para maiores informações sobre os processos trabalhistas consultar quadro 4.3 deste Formulário de Referência.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não houve quaisquer alterações relevantes das informações divulgadas no item 14.1.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a. política de salários e remuneração variável

A nossa política salarial é baseada na média das remunerações praticadas nos mercados locais, sendo que efetuamos o reajuste das faixas salariais, sempre que necessário e em conformidade com a legislação trabalhista e a data base dos dissídios coletivos inerente à categoria dos trabalhadores. Estamos estudando uma política de remuneração variável para os funcionários que ocupam cargos considerados estratégicos para o desenvolvimento e qualidade do nosso serviço. Para informações sobre nosso plano de remuneração baseado em ações, ver seção 13.4 deste Formulário de Referência.

b. política de benefícios

A nossa política de benefícios se baseia na oferta do auxílio refeição e no desconto para os colaboradores que optarem em estudar nos cursos ofertados pelo Grupo.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não- administradores, identificando: (i) grupos de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Não aplicável, uma vez que não adotamos plano de remuneração baseado em ações para os empregados não administradores.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

O nosso relacionamento com os sindicatos tem como base a comunicação, compreensão, tolerância, sociabilidade, confiança e respeito. As negociações são sempre conduzidas pelos Sindicatos patronais. Com isto, as negociações são sempre pacíficas, de modo que mantemos histórico de harmonia com estas organizações. Abaixo segue a lista dos sindicatos com os quais mantemos relações:

LOCALIZAÇÃO	ESTADO	RAZÃO
RECIFE	PERNAMBUCO	SINDICATO DOS TRAB ESTAB DE ENSINO DE PERNAMBUCO
		SINDICATO DOS PROFESSORES NO ESTADO DE PERNAMBUCO
		SINDICATO DOS TRABALHADORES NO IND. CONST. CIVIL E PESADO DE PERNAMBUCO.
PAULLISTA	PERNAMBUCO	SINDICATO DOS TRAB ESTAB DE ENSINO DE PERNAMBUCO,
FORTALEZA	CEARÁ	SINDICATO AUXILIARES ADMINISTRACAO ESCOLAR EST DO CEARÁ
		SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO CEARÁ
J. PESSOA	PARAÍBA	SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO ESTADO DA PARAÍBA
C. GRANDE	PARAÍBA	SIND TRAB ESTAB PRIV RELIG BENEF FILANT ENSINO DO AGRESTE DA BORBOREMA
NATAL	RIO GRANDE NORTE	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EST PART DE ENSINO DO RN
		SIND DOS PROF DA REDE PART DE ENSINO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MACEIO	ALAGOAS	SIND DOS TRAB EM ESTAB DE ENSINO PRIVADO DE MACEIO
		SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DE ALAGOAS
LAURO DE FREITAS	BAHIA	SIND DOS AUX EM ADM. ESC DA EDUC.SUP EM ESTAB PRIV DE ENSINO DO EST DA BAHIA
		SINDICATO DOS PROFESSORES NO ESTADO DA BAHIA
PATAMARES	BAHIA	SIND DOS AUX EM ADM. ESC DA EDUC.SUP EM ESTAB PRIV DE ENSINO DO EST DA BAHIA
		SINDICATO DOS PROFESSORES NO ESTADO DA BAHIA
BELÉM	PARÁ	SINDICATO DOS AUX DE ADM ESCOLAR NO ESTADO DO PARA
		SINDICATO DOS PROFESSORES NO ESTADO DO PARA
SÃO LUIZ	MARANHÃO	SINDICATO DOS TRAB EM EST DE ENS DA REDE PART DO EST DO MA
MANAUS	AMAZONAS	SINDICATO DOS PROFESSORES DE MANAUS
ARACAJU	SERGIPE	SIND DOS PROF E TRAB DA EDUC DA REDE PART DE ENS DO MUNIC DE ARACAJU E DO EST DE SERGIPE

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista		Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	Total ações %
CPF/CNPJ acionista	Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Peah One Acquisition Holdings VII,LLC						
09.549.772/0001-51	Americana	Sim	Não	12/08/2013		
	12.166.108	11,320000%	0	0,000000%	12.166.108	11,320000%
Janyo Janguié Bezerra Diniz						
567.918.444-34	Brasileiro-PE	Sim	Não	12/08/2013		
	1.075.152	1,000000%	0	0,000000%	1.075.152	1,000000%
José Janguié Bezerra Diniz						
368.383.574-53	brasileiro-PE	Sim	Sim	12/08/2013		
	94.274.036	87,680000%	0	0,000000%	94.274.036	87,680000%
OUTROS						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL						
	107.515.296	100,000000%	0	0,000000%	107.515.296	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	12/08/2013
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	2
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	0	0,000000%

15.4 - Organograma dos acionistas

Nossos acionistas controladores diretos e indiretos, bem como nossos acionistas com participação igual ou superior a 5% de ações ordinárias estão identificados nos itens 15.1 e 15.2 deste Formulário de Referência, razão pela qual não inserimos o organograma neste item. Para informações sobre nosso organograma, verificar seção 8.2 deste Formulário de Referência.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

a) Partes:

Poah One Acquisition Holdings VII, LLC ("Poah"), José Janguiê Bezerra Diniz ("José Janguie" e "Acionista Controlador") e Janyo Janguiê Bezerra Diniz ("Janio" e, quando em conjunto com Poah e José Janguie, "Acionistas Signatários")

b) Data da Celebração:

O Acordo de Acionistas ("AA") foi celebrado em 22 de outubro de 2008 e aditado em 24 de setembro de 2009, 22 de março de 2011 e 28 de junho de 2013.

c) Prazo de Vigência:

O AA tem prazo de vigência indeterminado. Entretanto, os Acionistas Signatários acordaram que o AA será extinto e resolvido de pleno direito, deixando de produzir efeitos na data em que ocorrer a publicação do anúncio de início de distribuição da oferta relativa ao IPO, nos termos da Instrução 400 da Comissão de Valores Mobiliários.

Os Acionistas Signatários concordam ainda que, caso não ocorra a publicação do anúncio de início de distribuição da oferta relativa ao IPO até o dia 31 de dezembro de 2013 a condição resolutive descrita acima se extinguirá, permanecendo o AA em pleno vigor e efeito.

d) Descrição de cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle.

A cláusula 5.8 do AA define quais são as matérias são de competência exclusiva do Conselho de Administração e sua aprovação dependerá do voto favorável do Conselheiro nomeado pela Poah, sem prejuízo do respectivo quorum legal ou estatutário, enquanto a Poah detiver, direta ou indiretamente, isoladamente ou através de acordo de voto, uma participação mínima de 8% (oito por cento) do nosso capital social votante. Ainda, os itens (v), (vii) e (viii) abaixo requerem o voto favorável do Conselheiro nomeado pela Poah, enquanto a Poah for nossa acionista, independentemente de sua participação percentual no capital social votante;

- (i) aprovação do orçamento anual (bem como de eventuais revisões do referido orçamento), a ser apresentado aos acionistas, bem como de quaisquer operações não previstas no referido orçamento que impliquem, isoladamente ou em uma série de operações, relacionadas ou não, dentro de um mesmo trimestre, em um valor superior a 20% (vinte por cento) da nossa receita líquida média durante o trimestre imediatamente anterior.
- (ii) nomeação, destituição e substituição do Diretor Financeiro;
- (iii) aprovação ou proposta à assembleia geral para aprovação de quaisquer aquisições ou alienações a serem realizadas, direta ou indiretamente, por nós, referentes a sociedades, estabelecimentos, imóveis e negócios, incluindo, mas não se limitando às Aquisições, sejam através de aquisição direta, incorporação, fusão ou qualquer outra forma, desde que não previstas no nosso orçamento anual, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração;
- (iv) aprovação ou proposta à assembleia geral para aprovação de contratações de dívidas, outorga de garantias por nós ou nossas subsidiárias ou para a constituição de ônus ou gravames em relação aos nossos ativos ou de nossas subsidiárias sempre que o nosso endividamento líquido acumulado (excluídos os endividamentos previstos no orçamento anual ou aprovados pelo Conselho de Administração com voto afirmativo do conselheiro indicado pela) atingir valor igual ou superior a 20% (vinte por cento) da receita líquida média durante o trimestre imediatamente anterior. Os Acionistas Signatários do AA acordaram que, independentemente da efetiva quitação ou

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

do prazo de pagamento do endividamento, uma vez atingido o limite de endividamento, nos termos acima, qualquer endividamento adicional no mesmo trimestre deverá ser submetido à aprovação do Conselho de Administração e aprovado com o voto afirmativo do Conselheiro nomeado pela Poah;

- (v) proposta à assembleia geral de alterações no Estatuto Social;
- (vi) proposta à assembleia geral de operações de incorporação, fusão, cisão, transformação ou outras reorganizações societárias que nos envolvam ou nossas subsidiárias, a serem realizadas a partir da presente data;
- (vii) autorização à Diretoria para pedido de falência, recuperação judicial, bem como proposta à assembleia geral para nossa liquidação ou dissolução, de nossas subsidiárias ou de término de qualquer parte dos negócios;
- (viii) aprovação de operações com partes relacionadas;
- (ix) aprovação da propositura de ações ou procedimentos, judiciais ou administrativos, bem como a assinatura de acordos judiciais ou extrajudiciais por parte da Companhia ou das Subsidiárias envolvendo um valor superior a R\$ a 20% da nossa receita líquida média durante o trimestre imediatamente anterior. Não obstante o referido limite, devemos informar a investidora acerca da propositura de quaisquer ações ou procedimentos, judiciais ou administrativos, bem como a assinatura de acordos judiciais ou extrajudiciais por nós e nossas subsidiárias, incluindo o valor da causa, o pedido e as partes envolvidas;
- (x) aprovação de planos de participação nos lucros e demais planos de benefícios para nossos administradores ou empregados;
- (xi) proposta à assembleia geral para formulação ou alteração na política de dividendos, bem como para o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio e redução de capital com restituição aos acionistas;
- (xii) emissão ou proposta à assembleia geral para emissão de novas ações ou outros valores mobiliários ou títulos conversíveis a um preço abaixo do preço de emissão pago pela Poah por suas ações, bem como para emissão de novas ações ou outros valores mobiliários ou títulos conversíveis em ações de classe ou espécie com direitos adicionais ou superiores aos conferidos pelas ações da Poah;
- (xiii) nomeação, destituição e substituição de auditores independentes e proposta à assembleia geral para escolha do banco de investimentos para intermediar a abertura de nosso capital; e
- (xiv) aprovação de doações de qualquer natureza ou outros atos de liberalidade por nós.

e) Descrição de cláusulas relativas à indicação de administradores.

De acordo com a cláusula 5.3 do AA, a Poah, enquanto foi nossa acionista, independente de sua participação no nosso capital social, poderá indicar 1 (um) membro do Conselho de Administração, observado que os Acionistas Signatários se obrigaram, por meio do AA, a utilizarem seus respectivos direitos de voto de forma a eleger a pessoa indicada pela Poah.

a) Descrição de cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las.

Nos termos da cláusula 8 e seus itens do AA, caso qualquer dos Acionistas Signatários deseje alienar ou transferir, direta ou indiretamente e a qualquer título, a totalidade ou parte de suas ações representativas de parcela do nosso capital social a terceiros, ou receba oferta de terceiro interessado para alienar a totalidade ou parte de suas ações, deverá primeiro oferecê-las aos demais acionistas, que terão preferência para adquiri-las, na proporção detida por cada um deles no nosso capital social, em igualdade de condições com a oferta feita ao terceiro interessado, ou dele recebida.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Em caso de oferta de terceiro para aquisição de parcela ou da totalidade de suas ações, o Acionista Signatário que desejar alienar suas ações deverá imediatamente notificar os demais Acionistas Signatários, por escrito, informando em detalhes os termos e condições da oferta (“Notificação sobre Oferta de Terceiro”), para que estes, em 30 (trinta) dias contados do recebimento da Notificação sobre Oferta de Terceiro, se manifestem, por meio de notificação por escrito, acerca do interesse ou não em adquirir as ações ofertadas (“Notificação do Direito de Preferência”).

Dentro do prazo de 30 dias a contar do recebimento da Notificação do Direito de Preferência pelo Acionista Signatário que pretender alienar a totalidade ou parte de suas ações, os Acionistas Signatários adquirentes deverão adquirir as ações do Acionista Signatário ofertante, nos mesmos termos e condições acordadas com o terceiro interessado.

Caso um Acionista Signatário renuncie expressamente a seu direito de preferência, ou caso não se manifeste dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da Notificação sobre Oferta de Terceiro, os Acionistas Signatários remanescentes poderão, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da renúncia ou da decadência do direito de preferência, adquirir a parcela das ações do Acionista Signatário alienante objeto de tal renúncia ou decadência, na proporção detida por estes no nosso capital social e nos mesmos termos e condições acordadas com o terceiro interessado.

Caso todos os Acionistas Signatários renunciem a seus respectivos direitos de preferência, ou não se manifestem dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da Notificação sobre Oferta de Terceiro, o Acionista ofertante poderá, durante os 30 (trinta) dias seguintes, alienar suas ações ao terceiro interessado, nos mesmos termos e condições informados aos demais Acionistas Signatários. Caso o prazo de 30 (trinta) dias referido acima tenha se expirado sem que a alienação das ações tenha se efetivado, a oferta do terceiro será tida como uma nova oferta e o procedimento previsto na Cláusula Oitava do AA deverá ser repetido.

Não se aplicam as restrições previstas acima à alienação de ações por parte dos Acionistas Signatários em Bolsa de Valores, em Oferta Pública Secundária.

Adicionalmente, a cláusula 10 do AA trata do direito de exigir a venda, ou seja, direito de *drag along*. Neste caso, a POAH tem a faculdade de ofertar a terceiros interessados a totalidade de suas ações nosso capital social, bem como parcela das ações do acionista controlador, de forma que a Poah possa, ofertar aos referidos terceiros uma participação total de 30% do nosso capital votante. Neste cenário, o acionista controlador desde já se compromete a alienar ao mesmo terceiro interessado na totalidade das ações da Poah, uma porcentagem de sua participação entre um mínimo de 4,25% e um máximo de 16,31% das ações emitidas por nós com direito a voto, de forma a obter os 30% referidos acima. A Poah poderá então exigir que o acionista controlador proceda à alienação do número necessário de ações de nossa emissão, para que se alcance o percentual de 30% do capital votante. Para promover o direito de *drag along*, a Poah deverá notificar o acionista controlador.

Por fim, destaca-se que de acordo com a cláusula 12 do AA, a Poah terá o direito de preferência na subscrição de novos aumentos de capital, ou na emissão de títulos conversíveis em ações, na proporção de sua participação no nosso capital social, de forma a evitar a diluição de sua participação acionária, nos termos do artigo 171 da Lei das S.A.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

b) Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração.

A cláusula 5.4 do AA prevê que cada Acionista Signatário será responsável por fazer com que os membros do Conselho de Administração por ele indicados compareçam e votem nas reuniões do Conselho de Administração e cumpram com as disposições do AA.

Adicionalmente, a cláusula 5.7 do AA determina que será considerado, observado o disposto no artigo 118, §8º e §9º da Lei das Sociedades por Ações, ineficaz o voto do membro do Conselho de Administração que deixe de manifestar seu voto de acordo com os termos do AA.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Nos últimos três exercícios sociais, e no exercício social corrente, não houve alteração relevante nas participações dos membros do grupo de controle e administradores.

15.7 - Outras informações relevantes

A Poah One Acquisition Holdings VII, LLC ("Poah One") é um veículo do fundo de investimento Cartesian Capital Group, LLC. e apesar de ser signatária de um acordo de acionistas em vigência com o acionista controlador da Companhia, conforme descrito no item 15.5 deste Formulário de Referência, tal acordo é um acordo de minoritários e a Poah One não exerce controle sobre a Companhia. Imediatamente após a oferta pública inicial de ações da Companhia, o acordo de acionistas será rescindido e a Poah One deterá participação inferior a 5% do capital social da Companhia. O membro do Conselho de Administração da Companhia, o Sr. Francisco Muniz Barreto, exerce a gestão discricionária do investimento do Poah One na Companhia.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Formalizamos nossos contratos com partes relacionadas, observando os preços e condições de mercado, a fim de que não sejam gerados benefícios ou prejuízos para nós e nossas subsidiárias. Os contratos são negociados individualmente, sendo analisadas as condições usuais do mercado de cada região, respeitadas as particularidades de cada operação (Ex: valores, prazos, sigilo das informações, qualidade dos serviços e produtos, etc.).

São respeitados também os dispositivos da Lei das Sociedades Anônimas e o nosso Estatuto Social. Este determina que o conselho de administração deverá por meio de deliberação tomada pela maioria de seus membros aprovar as transações com partes relacionadas, independentemente do valor.

Considerando que detemos diretamente o controle integral do capital de nossas controladas, todos os resultados e posições patrimoniais existentes nas relações entre as empresas de nosso grupo são eliminadas na consolidação das informações financeiras, de acordo com as instruções normativas da CVM.

Dentre essas operações destacamos as mais relevantes: (i) celebração de contratos de prestação de serviços educacionais e de convênios de cooperação técnico-pedagógica; e (ii) a celebração de contratos de mútuo e locação de imóveis. Adicionalmente, informamos que celebramos apólices de seguros com coberturas que englobam riscos variados relacionados a nós e a nossas controladas, de maneira compartilhada. Na contratação de serviços, levamos em consideração o critério do melhor preço, prazo e de melhor capacitação técnica, entre outros.

Adicionalmente, observamos as regras de realização de transações com partes relacionadas determinadas pela Lei das Sociedades por Ações e das práticas relacionadas ao Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia LTDA – CETBA	31/01/2008	5.264.000,00	1.082.000,00		Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Controlada direta da Ser Educacional S/A							
Contrato de mútuo celebrado entre a controlada e a Companhia							
Garantia e seguros							
Não há qualquer tipo garantia e/ou seguro.							
Rescisão ou extinção							
Não há							
Natureza e razão para a operação							
Mútuo entre a controlada e a Companhia de forma a garantir capital de giro para que a controlada desempenhe suas atividades							
Instituto Campinense de Ensino Superior - ICES	04/07/2007	7.324.000,00	9.481.000,00		Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Controlada direta da Ser Educacional S/A							
Contrato de mútuo celebrado entre a controlada e a Companhia							
Garantia e seguros							
Não há qualquer tipo garantia e/ou seguro							
Rescisão ou extinção							
Não há							
Natureza e razão para a operação							
Mútuo entre a controlada e a Companhia de forma a garantir capital de giro para que a controlada desempenhe suas atividades							
Sociedade Educacional Carvalho Gomes – SECARGO	22/10/2008	4.898.000,00	6.695.000,00		Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Controlada direta da Ser Educacional S/A							
Contrato de mútuo celebrado entre a controlada e a Companhia							
Garantia e seguros							
Não há qualquer tipo garantia e/ou seguro							
Rescisão ou extinção							
Não há							
Natureza e razão para a operação							
Mútuo entre a controlada e a Companhia de forma a garantir capital de giro para que a controlada desempenhe suas atividades							
Sociedade Baiana de Ensino Superior – ABES	02/01/2008	9.287.000,00	859.000,00		Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Controlada direta da Ser Educacional S/A							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de juros cobrados	Taxa de juros
Objeto contrato	Contrato de mútuo celebrado entre a controlada e a Companhia						
Garantia e seguros	Não há qualquer tipo garantia e/ou seguro						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Mútuo entre a controlada e a Companhia de forma a garantir capital de giro para que a controlada desempenhe suas atividades						
Centro Nacional de Ensino Superior - CENESUP	22/06/2007	7.201.000,00	7.625.000,00		Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta da Ser Educacional S/A						
Objeto contrato	Contrato de mútuo celebrado entre a controlada e a Companhia						
Garantia e seguros	Não há qualquer tipo garantia e/ou seguro						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Mútuo entre a controlada e a Companhia de forma a garantir capital de giro para que a controlada desempenhe suas atividades						
Instituto Maurício de Nassau	02/10/2008	195.000,00	0,00		Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta da Ser Educacional S/A						
Objeto contrato	Contrato de mútuo celebrado entre a controlada e a Companhia						
Garantia e seguros	Não há qualquer tipo garantia e/ou seguro						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Mútuo entre a controlada e a Companhia de forma a garantir capital de giro para que a controlada desempenhe suas atividades						
Associação de Desenvolvimento Educacional Avançado - ADEA	09/09/2008	3.368.000,00			Contrato foi liquidado em 2010	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta da Ser Educacional S/A						
Objeto contrato	Contrato de mútuo celebrado entre a controlada e a Companhia						
Garantia e seguros	Não há qualquer tipo garantia e/ou seguro						
Rescisão ou extinção	Não há						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida cobrados	Taxa de juros
Natureza e razão para a operação Centro de Educação Continuada Maurício de Nassau	Mútuo entre a controlada e a Companhia de forma a garantir capital de giro para que a controlada desempenhe suas atividades 11/01/2011	1.146.000,00	854.000,00		Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor Objeto contrato	Controlada direta da Ser Educacional S/A Contrato de mútuo celebrado entre a controlada e a Companhia						
Garantia e seguros Rescisão ou extinção	Não há qualquer tipo garantia e/ou seguro Não há						
Natureza e razão para a operação Instituto Ser Educacional	Mútuo entre a controlada e a Companhia de forma a garantir capital de giro para que a controlada desempenhe suas atividades 06/01/2010	776.000,00	0		Não há	SIM	0,000000
Relação com o emissor Objeto contrato	Mantido pelo Ser Educacional S.A para realizar ações de responsabilidade social Doação de Recursos.						
Garantia e seguros Rescisão ou extinção	Não há qualquer tipo garantia e/ou seguro Poderá ser denunciado e/ou rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo; por conveniência das partes; e, por inadimplência de qualquer uma de suas cláusulas e condições, independentemente de aviso ou notificação.						
Natureza e razão para a operação Sistema de Comunicação Leia Já	Doação de recursos para atividades de apoio prestadas nas áreas de pesquisa, extensão e artes, pesquisas de mercado, bolsas de pesquisa, ações integração comunitária, além de outras atividades. 09/01/2012	362.000,00	0,00		indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor Objeto contrato	José Janguié Bezerra Diniz, Janyo Janguié Bezerra Diniz e Joaldo Janguié Bezerra Diniz, são sócios do Sistema de Comunicação Leia Já e irmãos. Serviços de publicidade e propaganda						
Garantia e seguros Rescisão ou extinção	Não há qualquer tipo garantia e/ou seguro Poderá ser denunciado e/ou rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo; por conveniência das partes; e, por inadimplência de qualquer uma de suas cláusulas e condições, independentemente de aviso ou notificação.						
Natureza e razão para a operação BCA Propaganda LTDA	09/01/2010	383.000,00	0,00		indeterminado	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida cobrados	Taxa de juros
Relação com o emissor							
JJ Participações e Projetos Ltda., sendo sócio José Janguê Bezerra Diniz, e JD Participações Ltda, sendo sócio Janyo Janguê Bezerra Diniz, empresas sócias na BCA Propaganda Ltda., foram em 28/06/2013 vendida as respectivas quotas da BCA Propaganda Ltda.							
Objeto contrato	Serviços de publicidade e propaganda						
Garantia e seguros	Não há qualquer tipo garantia e/ou seguro						
Rescisão ou extinção	Poderá ser denunciado e/ou rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo; por conveniência das partes; e, por inadimplência de qualquer uma de suas cláusulas e condições, independentemente de aviso ou notificação.						
Natureza e razão para a operação							
Indústria e Construções Vão Livre S/A	17/12/2008	10.098.000,00	não há saldo existente.		3 anos	SIM	0,000000
Relação com o emissor							
Hyago Janguê Machado Diniz, Sócio, é sobrinho de José Janguê Bezerra Diniz, e Marcio Aurélio Diniz, sócio é primo de José Janguê Bezerra Diniz							
Objeto contrato							
Contratos de construção:							
Bloco da Biblioteca (Recife);							
Bloco da Unidade no bairro de Boa Viagem (Recife);							
Bloco na unidade Joaquim Nabuco;							
Bloco em Campina Grande;							
Blocos na Unidade no bairro Farol em Maceió;							
Blocos da Unidade de Pituba (Salvador).							
Não há qualquer tipo garantia e/ou seguro							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer das partes por inobservância das cláusulas contratuais ou por conveniência das partes						
Natureza e razão para a operação							
FMN Clínica de Fisioterapia	12/09/2007	244.000,00	5000,00		Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada direta da Ser Educacional S/A							
Objeto contrato	Contrato de mútuo celebrado entre a controlada e Companhia						
Garantia e seguros	Não há qualquer tipo garantia e/ou seguro						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Mútuo entre a controlada e a Companhia de forma a garantir capital de giro para que a controlada desempenhe suas atividades							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Educred Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda	30/10/2007	2.062.000,00	889.000,00		Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada direta da Ser Educacional S/A							
Objeto contrato	Contrato de mútuo celebrado entre a controlada e a Companhia						
Garantia e seguros	Não há qualquer tipo garantia e/ou seguro						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Mútuo entre a controlada e a Companhia de forma a garantir capital de giro para que a controlada desempenhe suas atividades							
Centro de Educação Profissional BJ Ltda	06/08/2009	2.633.000,00	117.000,00		indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada direta da Ser Educacional S/A							
Objeto contrato	Contrato de mútuo celebrado entre a controlada e a Companhia						
Garantia e seguros	Não há qualquer tipo garantia e/ou seguro						
Rescisão ou extinção	não há						
Natureza e razão para a operação							
Mútuo entre a controlada e a Companhia de forma a garantir capital de giro para que a controlada desempenhe suas atividades							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
JJ Participações e Projetos Ltda.	01/07/2013	28.416.000,00	Aluguel por mês de jul/dez. de 2013 é de R\$ 3,1 milhões e a partir de jan. 2014 será de 3,7 milhões.	Corresponde ao valor total dos alugueis pagos anualmente.	A Companhia possuía contratos de aluguel firmados com o prazo de 20 anos, renováveis pelo mesmo período, até 30 de junho de 2013, conforme consta nas Demonstrações Financeiras. Entretanto, em 1 de julho de 2013, a Companhia celebrou aditivos a estes contratos, os quais firmaram o prazo de locação para 10 anos, renováveis pelo mesmo período.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	José Janguié Bezerra Diniz é sócio majoritário da Companhia e Jânio Janguié Bezerra Diniz – Irmão do sócio majoritário						
Objeto contrato	Recife: 1.1Av Guararapes 203; 1.2R Guilherme Pinto 86/114; 1.3R Engenheiro Teófilo de Freitas lote 1 Qdtra B; 1.4R Guilherme Pinto 400; 1.5R Joaquim Nabuco 619; 1.6 R da Saudade 254; 1.7R Dr.Oswaldo Lima 130 lote 2 Qdtra B; 1.8R Betânia 21; 1.9 R Betânia 40; 1.10R Joaquim Nabuco 712; 1.11R Joaquim Nabuco 732; 1.12R Betânia lote 5; 1.13R. Joaquim Nabuco 583; 1.14Av Eptácio Pessoa 1201; 1.15Ltes remembrados da Qd G Lot Sta Terezinha; 1.16Av Dantas Barreto, 315; 1.17Av Guararapes 283; 1.18R Joaquim Nabuco 752; 1.19R Joaquim Nabuco 778; 1.20Av Dantas Barreto 315; 1.21R Jonathas Vasconcelos 136 Lte 18; 1.22R Joaquim Nabuco nº547; 1.23 Av Guararapes 147; Demais cidades:1.24Av Visconde Rio Branco, nº2078 Fortaleza; 1.25Entroncamento da BR 104 c BR 232 Caruaru; 1.26R Antonio Carvalho Souza, S/N Campina Grande; 1.27R Jose de Alencar 511 Maceló; 1.28R Luiz Mascarenhas 296 Maceló; 1.29Aparto. Hotel 510, 5ºPavimento, Bl B, conj. A, Qd 06 SH/SUL, Brasília.						
Garantia e seguros	Seguro total do imóvel contra risco de incêndio e responsabilidade civil.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida cobrados
Rescisão ou extinção	<p>Poderá ser rescindido: (i) por iniciativa de qualquer das partes por inobservância das cláusulas contratuais, caso o referido descumprimento não tenha sido sanado dentro do prazo de 30 dias após do recebimento de notificação solicitando o seu cumprimento; (ii) caso ocorra sinistro que torne o imóvel impróprio para uso; (iii) em caso de desapropriação que envolva o imóvel, o contrato de locação será resolvido mediante a entrega do imóvel pelo locador; (iv) na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou de evento de força maior, assim entendidos, fatos ou atos imprevisíveis e alheios à vontade das partes que impossibilitem total ou parcialmente a utilização do imóvel pelo locatário, este poderá, poderá rescindir a locação; e (v) pelo locatário, antes do término do prazo de vigência caso o imóvel, no decorrer da locação, apresentar defeitos nas instalações elétricas, hidráulicas ou estruturais de natureza grave, que causem constantes perturbações ao locatário e danos aos seus móveis e utensílios e desde que tais defeitos não tenham sido causados pelo próprio locatário.</p>					
Natureza e razão para a operação	<p>Os preços dos alugueis foram determinados dentro da faixa indicativa dos laudos independentes preparados pela Valor Engenharia. Alguns alugueis foram fixados fora da faixa indicativa por razões específicas de certos imóveis. Para mais informações sobre esses alugueis, consulte a seção 16.3. (b) desse Formulário de Referência.</p>					
E Lucena S/A	01/01/2008	500.000,00	Não há, pois o contrato foi terminado em 01 de julho de 2013.	Corresponde ao valor total dos alugueis pagos anualmente.	O Contrato foi terminado em 01 de julho de 2013, sendo que anteriormente tinha duração de 10 anos contados do dia 01/03/2011.	0,000000
Relação com o emissor	JJ Participações e Projetos Ltda., tendo como sócio José Janguié Bezerra Diniz detém a participação de 94,02% das ações da E Lucena S/A.					
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel da Companhia localizado na cidade de Recife na rua Joaquim Nabuco, nº 778 e 752, Derby					
Garantia e seguros	Não há qualquer tipo garantia e/ou seguro					
Rescisão ou extinção	<p>Poderá ser rescindido: (i) por iniciativa de qualquer das partes por inobservância das cláusulas contratuais, caso o referido descumprimento não tenha sido sanado dentro do prazo de 30 dias após do recebimento de notificação solicitando o seu cumprimento; (ii) caso ocorra sinistro que torne o imóvel impróprio para uso; (iii) em caso de desapropriação que envolva o imóvel, o contrato de locação será resolvido mediante a entrega do imóvel pelo locador; (iv) na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou de evento de força maior, assim entendidos, fatos ou atos imprevisíveis e alheios à vontade das partes que impossibilitem total ou parcialmente a utilização do imóvel pelo locatário, este poderá, poderá rescindir a locação; e (v) pelo locatário, antes do término do prazo de vigência caso o imóvel, no decorrer da locação, apresentar defeitos nas instalações elétricas, hidráulicas ou estruturais de natureza grave, que causem constantes perturbações ao locatário e danos aos seus móveis e utensílios e desde que tais defeitos não tenham sido causados pelo próprio locatário.</p>					
Natureza e razão para a operação	Locação de imóvel					

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e**

Adotamos práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo as previstas no Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A.

Adicionalmente, buscamos assegurar que todas as decisões que possam conferir um benefício privado a qualquer de seus administradores, familiares, entidades ou pessoas a eles relacionados sejam tomadas com total lisura, respeitando o nosso interesse. Deste modo, ao identificarem uma matéria dessa natureza, os administradores devem imediatamente manifestar seu conflito de interesses. Adicionalmente, devem ausentar-se das discussões sobre o tema e abster-se de votar. Caso solicitado pelo nosso presidente do conselho de administração ou pelo nosso diretor presidente, conforme o caso, tais administradores poderão participar parcialmente da discussão, visando proporcionar maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas. Neste caso, deverão se ausentar da parte final da discussão, incluindo o processo de votação da matéria.

Caso algum membro do nosso conselho de administração ou diretor, que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão, não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence, que tenha conhecimento da situação, poderá fazê-lo.

Nós buscamos constantemente assegurar que todas as decisões que possam conferir um benefício privado a qualquer de nossos administradores, familiares, entidades ou pessoas a eles relacionados sejam tomados com total lisura, respeitando os nossos interesses.

b. demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Adotamos práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo as previstas no Regulamento do Novo Mercado. Nos termos do nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração deve aprovar a realização de operações e negócios de qualquer natureza, realizados por nós ou por nossas controladas, com os acionistas ou qualquer sociedade que, direta ou indiretamente, controle, seja controlada ou esteja sob controle comum de acionistas ("Afilhada"), bem como qualquer operação ou negócio de qualquer natureza com qualquer dos nossos administradores ou seus respectivos cônjuges, parentes até segundo grau ou Afilhadas.

A Diretoria e todos os nossos colaboradores estão comprometidos com o nosso código de conduta, que nos previne contra qualquer tomada de decisão que possa ocasionar conflito de interesses. Possuímos também um Comitê de Auditoria e Compliance que avalia qualquer situação que esteja em desacordo com nossas políticas. Assim, todas as nossas operações, especialmente aquelas que envolvem partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos nossos órgãos decisórios a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes.

Com relação aos imóveis localizados em (i) Av. Augusto Franco - Siqueira Campos, Aracaju/SE; (ii) Lotes 1 ao 18 - Lot Cidade Luz – Pituba, Salvador/BA; e (iii) Avenida Dantas Barreto, Santo Antônio, nº 315, Recife/PE, os valores dos aluguéis foram pactuados acima da faixa indicativa do laudo de avaliação elaborado por empresa especializada em agosto de 2013. Isso ocorreu, pois os valores pactuados naquelas regiões, seguindo a prática de mercado, foram determinados por meio de um percentual de até 0,85% do valor do imóvel, que considera critérios de localidade, conveniência e estrutura que não foram considerados no laudo apresentado. Adicionalmente, para a locação de alguns outros imóveis foi estipulado um valor de aluguel abaixo da faixa indicativa do laudo de avaliação, pois as partes chegaram a um acordo que os aluguéis não poderiam ultrapassar um determinado valor superior a receita líquida estimada das unidades que

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

ocupavam tais imóveis, sendo eles: os imóveis localizados em (i) Rua Joaquim Nabuco, 752 Derby, Recife/PE; (ii) Rua Joaquim Nabuco, 712, Graças, Recife/PE; (iii) Rua Guilherme Pinto, 114, Graças, Recife/PE; (iv) Rua Engenheiro Teófilo de Freitas, S/N, lote nº 01, quadra B, Derby, Recife/PE; (v) Rua Joaquim Nabuco, 732, Graças, Recife/PE; e (vi) Av. Guararapes, 283, Recife/PE.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
12/08/2013	82.876.085,85		107.515.296	0	107.515.296
Tipo de capital	Capital Subscrito				
12/08/2013	82.876.085,85		107.515.296	0	107.515.296
Tipo de capital	Capital Integralizado				
12/08/2013	82.876.085,85		107.515.296	0	107.515.296
Tipo de capital	Capital Autorizado				
12/08/2013	0,00		137.515.296	0	137.515.296

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
23/05/2013	Assembleia Geral	23/05/2013	66.534.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,000000000	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
30/06/2013	Assembleia Geral	30/06/2013	70.209.242,44	Sem emissão de ações	0	0	0	0,000000000	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
12/08/2013	26.878.824	0	26.878.824	107.515.296	0	107.515.296

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
28/06/2013	28/06/2013	125.704.453,59	0	0	0	82,00000000	0,00

Forma de restituição

Não houve.

Razão para redução

Cisão parcial da Companhia.

.....

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 17 do Formulário de Referência.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Os administradores proporão à Assembleia Geral Ordinária a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, destinando-se, obrigatoriamente e sucessivamente: I- 5% para constituição da reserva legal que não excederá de 20% do capital social; II – parcela correspondente à constituição de reservas de contingências; III - 25%, no mínimo, serão destinados ao pagamento do dividendo anual obrigatório aos acionistas, apurado na forma do artigo 202 da Lei n. 6.404/76; IV- o saldo que se apurar terá sua destinação fixada pela Assembleia Geral, observado o disposto na Lei. O pagamento de dividendos dar-se-á no prazo máximo de 60 dias, a contar da data da Assembleia Geral ou da reunião do Conselho de Administração que o aprovar. Por deliberação do Conselho de Administração poderão ser pagos ou creditados aos acionistas juros a título de remuneração sobre o capital próprio, até o limite permitido em lei.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	O direito a reembolso de capital em caso de dissidência do acionista em relação a decisões da Assembleia Geral dá-se nos termos do art. 45 da Lei n. 6.404/76. Em caso de liquidação, após o pagamento de todas as suas obrigações, devemos reembolsar os acionistas de acordo com sua participação no capital social. Por não admitir ações preferenciais, não conferimos prioridades no reembolso.
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os direitos assegurados às ações que não sejam determinados pela legislação aplicável poderão ser modificados mediante alteração do Estatuto Social, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, que somente poderá ser instalada, em 1ª convocação, com a presença de acionistas que representem no mínimo 2/3 do capital social e, em 2ª convocação, com qualquer número.
Outras características relevantes	A alienação direta ou indireta do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações de que os demais acionistas sejam titulares, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante. Não há outras características relevantes.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Aquele que, por meio de contrato particular de compra de ações celebrado com o nosso acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, a adquirir o poder de controle, estará obrigado a (i) efetivar a oferta pública referida no Estatuto Social, e (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações de nossa emissão nos pregões em que o adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

O Estatuto Social prevê que na oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pelo acionista ou grupo de acionistas que detiver o poder de controle ou por nós para o cancelamento do nosso registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, respeitadas as normas legais e regulamentares.

Caso os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária deliberem a nossa saída do Novo Mercado ou caso essa saída venha a ocorrer em virtude de operação de reorganização societária, na qual os valores mobiliários de emissão da companhia resultante de tal reorganização não sejam admitidas à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral aprovou a referida operação, o acionista ou grupo de acionistas que detiver o poder de controle deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações, cujo preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Em caso de não haver acionista controlador: (i) sempre que for aprovado, em Assembleia Geral, o cancelamento de registro de companhia aberta, deverá ser efetivada oferta pública de aquisição de ações, sendo que, neste caso, somente poderão ser adquiridas as ações de titularidade dos acionistas que tenham votado a favor do cancelamento do registro após ter sido adquirido a totalidade das ações dos demais acionistas que não tenham votado a favor do cancelamento de registro e que tenham aceitado a referida oferta; e (ii) sempre que for aprovada, em Assembleia Geral, a nossa saída do Novo Mercado, seja para registro de negociação dos valores mobiliários fora do Novo Mercado, seja por reorganização societária, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações.

A referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta. Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

A saída do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo valor econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. O acionista controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações aqui referida, sendo que, na hipótese de não haver acionista controlador e a saída do Novo Mercado decorrer de deliberação da assembleia geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações ora referida.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Na hipótese de não haver acionista controlador e a saída do Novo Mercado ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os nossos administradores deverão convocar assembleia geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela nossa saída do Novo Mercado. Caso a assembleia geral delibere pela nossa saída do Novo Mercado, a referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações aqui prevista, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Em caso de não haver acionista controlador, se a BM&FBOVESPA determinar que as cotações dos valores mobiliários de nossa emissão sejam divulgadas em separado ou que os valores mobiliários emitidos por nós emitidos tenham a sua negociação suspensa no Novo Mercado em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado por ato ou fato da administração, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar, em até 2 dias da determinação, computados apenas os dias em que houver circulação dos jornais habitualmente utilizados por nós, uma Assembleia Geral Extraordinária para sanar o descumprimento das obrigações constantes do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela substituição de todo o Conselho de Administração e/ou a nossa saída do Novo Mercado.

Caso a Assembleia Geral Extraordinária acima referida delibere pela nossa saída do Novo Mercado, a tal assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta. Caso a Assembleia Geral Extraordinária não seja convocada pelo Presidente do Conselho de Administração no prazo estabelecido, tal Assembleia poderá ser convocada por qualquer acionista, observados os termos constantes do artigo 123, parágrafo único, alíneas “b” e “c” da Lei n. 6.404/76.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Para maiores informações, ver item 18.2 deste Formulário de Referência.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, nossos valores mobiliários não são negociados em mercado regulamentado.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nós não possuímos outros valores mobiliários emitidos além de ações.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

Nossas ações ainda não foram registradas para negociação na BM&FBOVESPA.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros**a. país**

Não aplicável, uma que vez que nós não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

b. mercado

Não aplicável, uma que vez que nós não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

c. entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação

Não aplicável, uma que vez que nós não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

d. data de admissão à negociação

Não aplicável, uma que vez que nós não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

e. se houver, indicar o segmento de negociação

Não aplicável, uma que vez que nós não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

f. data de início de listagem no segmento de negociação

Não aplicável, uma que vez que nós não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

g. percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício

Não aplicável, uma que vez que nós não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

h. se houver, proporção de certificados de depósitos no exterior em relação a cada classe e espécie de ações

Não aplicável, uma que vez que nós não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

i. se houver, banco depositário

Não aplicável, uma que vez que nós não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

j. se houver, instituição custodiante

Não aplicável, uma que vez que nós não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não aplicável, dado que nós ou terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, não realizamos ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários relativas a ações de nossa emissão.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não aplicável, dado que nós não realizamos ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

18.10 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 18 do Formulário de Referência.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que nós não aprovamos qualquer plano de recompra de suas ações.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que nós não mantemos qualquer valor mobiliário de nossa emissão em tesouraria.

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que nós não mantemos qualquer valor mobiliário de nossa emissão em tesouraria.

19.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 19 do Formulário de Referência.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação 12/08/2013

Cargo e/ou função Nós, nossos acionistas controladores, diretos e indiretos, administradores, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas, empregados e diretores que, em virtude de seu cargo ou posição, tenham acesso a qualquer informação privilegiada, bem como nossas sociedades controladas e/ou sob controle comum, nossos respectivos acionistas controladores, cônjuges, companheiros, dependentes incluídos na declaração anual do imposto de renda, que tenham aderido expressamente à Política de Divulgação e à Política de Negociação e estejam obrigados à observância das regras nelas descritas, ou, ainda, qualquer pessoa que, nos termos da Instrução CVM 358, mesmo não tendo aderido à nossa Política de Divulgação, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante, em virtude de seu cargo, função ou posição ocupada, nossos acionistas controladores, nossas controladas ou coligadas. Serão ainda consideradas pessoas vinculadas quaisquer outras pessoa

Principais características

A Política de Negociação tem por objetivo coibir e punir a utilização de informações privilegiadas em benefício próprio das pessoas vinculadas em negociação com valores mobiliários de nossa emissão e enunciar as diretrizes que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos por lei, a negociação de tais valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM nº 358/02 e das nossas políticas internas.

Tais regras também procuram coibir a prática de insider trading (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de informações privilegiadas) e tipping (dicas de informações privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de valores mobiliários de nossa emissão.

Com o intuito de assegurar padrões adequados de negociação de valores mobiliários de nossa emissão, foi adotada a sistemática de que todas as negociações por nossa parte e das pessoas vinculadas somente serão realizadas com a intermediação de corretoras credenciadas. As pessoas vinculadas deverão abster-se de realizar quaisquer negociações com valores mobiliários de nossa emissão, independente de determinação do Diretor de Relações com Investidores nesse sentido: (a) no período de 15 dias que anteceder a divulgação das informações trimestrais e anuais exigidas pela CVM; (b) entre a data da deliberação do órgão competente de aumentar o capital social, distribuir dividendos e pagar juros sobre o capital próprio, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios; e (c) a partir do momento em que tiverem acesso à informação relativa à nossa intenção ou dos acionistas controladores de: (i) modificar o nosso capital social mediante subscrição de ações; (ii) aprovarmos um programa de aquisição ou alienação de ações de nossa emissão; ou (iii) distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, bonificações em ações ou seus derivativos ou desdobramento; e a publicação dos respectivos editais e/ou anúncios ou informativos.

O Conselho de Administração não poderá deliberar a aquisição de ações para tesouraria no período que ocorrer entre os procedimentos e atos iniciais, até que se torne efetivamente público através de fato relevante, de qualquer um dos seguintes eventos: (a) transferência do controle societário; (b) incorporação, cisão total ou parcial, transformação ou fusão; ou (c) reorganização societária. As pessoas vinculadas responsáveis pelo descumprimento de qualquer disposição constante da Política de Negociação e da legislação específica se obrigam a nos ressarcir e/ou as outras pessoas vinculadas, integralmente e sem limitação, de todos os prejuízos que nós e/ou as outras pessoas vinculadas venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento.

A Política de Negociação entrou em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Administração e permanecerá vigorando por prazo indeterminado, até que haja deliberação em sentido contrário.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

As pessoas vinculadas deverão abster-se de negociar os valores mobiliários de nossa emissão que eventualmente possuam nas seguintes situações: (a) em todos os períodos em que o Diretor de Relações com Investidores haja determinado a proibição de negociação, mediante autorização prévia do Presidente do Conselho de Administração da Companhia ("Período de Bloqueio").

O Diretor de Relações com Investidores Administrador das Políticas não está obrigado a fundamentar a decisão de determinar o Período de Bloqueio, que será tratado confidencialmente pelos seus destinatários; (b) anteriormente à divulgação ao público de Fato Relevante nos termos da Política de Divulgação, sendo nesse caso também vedada a prestação a terceiros de aconselhamento ou assistência de investimento em valores mobiliários por parte das pessoas vinculadas que tenham conhecimento de tal Fato Relevante e/ou da data de sua divulgação, bem como quando estiver em curso distribuição pública de valores mobiliários de nossa emissão; (c) caso estejam cientes da existência de informação relevante de qualquer outra empresa ainda não divulgada com potencialidade de interferir na cotação dos valores mobiliários de nossa emissão, incluindo nossas subsidiárias, sociedades controladas e/ou coligadas, competidores, fornecedores e nossos clientes; e (d) quando as pessoas vinculadas se afastarem de cargos na nossa administração anteriormente à divulgação de Fatos Relevantes originados durante seu período de gestão até: (a) o encerramento do prazo de 6 meses contado da data de seu afastamento; ou (b) a divulgação ao público do Fato Relevante.

Ainda como parte da nossa política de negociação de valores mobiliários, nós e as pessoas vinculadas, deveremos assegurar que nossos contatos comerciais bem como aqueles com quem mantemos relação comercial, profissional ou de confiança não negociem valores mobiliários quando tiverem acesso a informações privilegiadas. Para tanto, as pessoas vinculadas enviaresão seus melhores esforços para que todos que acessem informações privilegiadas firmem os competentes Termos de Adesão à Política de Negociação.

Ademais, mesmo após a divulgação de Fato Relevante, na hipótese em que eventuais negociações com tais valores mobiliários será mantida. Em tal situação, o Diretor de Relações com Investidores divulgará comunicado interno informando sobre a manutenção da proibição.

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 20 do Formulário de Referência.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Exceto pela política de divulgação abaixo descrita, nós não adotamos qualquer outra norma, regimento ou procedimento interno relativo à divulgação de informações.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Nossa política de divulgação tem por objetivo disciplinar o uso e a divulgação de informações no âmbito da Companhia que, por sua natureza, possam ser classificados como fato relevante, estabelecendo as regras e diretrizes que deverão ser observadas pelo Diretor de Relações com Investidores e demais pessoas vinculadas quanto ao uso, divulgação e manutenção de sigilo de tais informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

Caberá ao Diretor de Relações com Investidores zelar para que os fatos relevantes ocorridos ou relacionados aos nossos negócios sejam divulgados ao mercado na forma prevista na legislação específica e na política de divulgação, de forma clara e precisa em linguagem acessível ao público investidor, bem como zelar pela sua ampla e imediata disseminação, simultânea em todos os mercados em que os valores mobiliários de nossa emissão sejam negociados.

A comunicação de fatos relevantes à CVM e às bolsas de valores deve ser feita imediatamente, por meio de documento escrito, descrevendo detalhadamente os atos e/ou fatos ocorridos, indicando, sempre que possível, os valores envolvidos e outros esclarecimentos.

A divulgação dos fatos relevantes ocorrerá por meio da publicação de anúncios nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente por nós, podendo o anúncio conter descrição resumida da informação relevante e indicar os endereços na rede mundial de computadores onde a informação detalhada deverá estar disponível a todos os investidores, efetivo ou potencial, em teor mínimo idêntico àquele remetido à CVM e às bolsas de valores.

Nós poderemos criar um sistema on-line de divulgação de informações a investidores, enviando fatos relevantes por meio de correio eletrônico (*e-mail*) de pessoas cadastradas em banco de dados criado para este fim. Tal sistema de divulgação não substituirá os outros meios de divulgação de informação previstos na política de divulgação e na legislação aplicável.

Sempre que possível, a divulgação de qualquer fato relevante ocorrerá antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores, sendo que, em caso de incompatibilidade de horários com outros mercados, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

Sempre que for veiculado fato relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou público selecionado, no País ou no exterior, o fato relevante deverá ser simultaneamente divulgado à CVM, às bolsas de valores e aos investidores em geral.

As pessoas vinculadas que tenham conhecimento de qualquer informação que possa configurar fato relevante deverão comunicar, imediatamente e por escrito, ao Diretor de Relações com Investidores para que esse, por sua vez, tome as medidas necessárias para divulgação da informação, nos termos da lei e da política de divulgação.

As pessoas vinculadas que tenham conhecimento de fato relevante e constatem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de divulgação por mais de três dias úteis contados do comunicado deverão encaminhar imediatamente comunicação escrita aos administradores para que estes tomem as medidas cabíveis para divulgação da informação ao mercado e às autoridades competentes, se for o caso. A responsabilidade dos administradores e das pessoas vinculadas que tiveram acesso a fatos relevantes não divulgados apenas cessará quando a divulgação à CVM tiver ocorrido.

O Diretor de Relações com Investidores poderá deixar de divulgar fato relevante caso entenda que a revelação colocará os nossos interesses legítimos em risco, devendo divulgá-lo imediatamente na hipótese de a informação escapar ao controle ou ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada de valores mobiliários de nossa emissão.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

O Diretor de Relações com Investidores poderá solicitar à CVM a manutenção das informações em sigilo, sendo que a solicitação à CVM deverá ocorrer por meio de envelope lacrado com a inscrição "CONFIDENCIAL" endereçado à Presidência da CVM.

Caso o Diretor de Relações com Investidores julgue necessário, poderá submeter a aprovação da manutenção de fato relevante em sigilo à deliberação da Diretoria e esta, por sua vez, à deliberação do Conselho de Administração.

São responsabilidades do Diretor de Relações com Investidores: (i) divulgar e comunicar à CVM e às bolsas de valores, imediatamente após a ciência, qualquer fato relevante ocorrido ou relacionado aos nossos negócios; (ii) zelar pela ampla e imediata disseminação de Fatos Relevantes simultaneamente nas bolsas de valores, assim como ao público investidor em geral; (iii) prestar aos órgãos competentes, quando devidamente solicitado, esclarecimentos adicionais à divulgação de fato relevante; e (iv) acompanhar e averiguar as negociações de valores mobiliários de nossa emissão efetuadas por pessoas vinculadas, com o objetivo de esclarecer se elas têm conhecimento de informação privilegiada e/ou que tenha de ser divulgada ao mercado.

As pessoas vinculadas devem guardar sigilo acerca de fatos relevantes que ainda não tenham sido divulgados, às quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até que tais fatos relevantes sejam divulgados ao público, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança e contatos comerciais também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

As pessoas vinculadas não devem discutir fatos relevantes em lugares públicos. Informações privilegiadas somente poderão ser discutidas com aqueles que tenham a necessidade de conhecê-las. As pessoas vinculadas devem ainda: (i) não se valer de informações privilegiadas para obter, direta ou indiretamente, para si ou para terceiros, quaisquer vantagens pecuniárias, inclusive por meio da compra ou venda de valores mobiliários de nossa emissão, ou a eles referenciados; (ii) zelar para que a violação do item (i) acima não possa ocorrer através de subordinados diretos ou terceiros de sua confiança, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento; e (iii) nos comunicar sobre a titularidade e as negociações realizadas com valores mobiliários de nossa emissão, de nossas sociedades controladas ou de acionistas controladores, nestes dois últimos casos, desde que se trate de companhias abertas.

A comunicação deverá abranger negociações com derivativos ou quaisquer outros valores mobiliários referenciados nos valores mobiliários de nossa emissão ou de emissão de nossas sociedades controladas ou de acionistas controladores, nestes dois últimos casos, desde que se trate de companhias abertas. Tal comunicação deverá ocorrer no prazo estabelecido pela Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, contendo: (i) indicação do saldo da posição antes e depois da negociação; (ii) nome e qualificação do titular, indicando o número de inscrição no cadastro de pessoas físicas; (iii) quantidade, por espécie e classe, no caso de ações, e demais características no caso de outros valores mobiliários, além da identificação da companhia emissora; e (iv) forma de aquisição ou alienação, preço e data das transações.

O Diretor de Relações com Investidores ficará responsável pelo envio das informações à CVM e, se for o caso, às bolsas de valores, no prazo estabelecido pela Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002.

As pessoas vinculadas devem ainda comunicar nos comunicar sobre os valores mobiliários que sejam de propriedade de cônjuge do qual a pessoa não esteja separada judicialmente, de companheiro, de qualquer dependente incluído em sua

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

declaração anual de imposto sobre a renda, e de sociedades controladas direta ou indiretamente por essas pessoas, nos mesmos termos do item acima.

Quaisquer violações da política de divulgação verificadas pelas pessoas vinculadas deverão nos ser comunicadas imediatamente, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores.

As pessoas vinculadas que, inadvertidamente ou sem autorização, de qualquer modo comunicarem, pessoalmente ou através de terceiros, informação privilegiada a qualquer pessoa não vinculada, antes de sua divulgação ao mercado, deverá informar tal ato imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores para que este tome as providências cabíveis.

O Diretor de Relações com Investidores ficará responsável pela transmissão das informações, assim que recebidas por nós, à CVM e, se for o caso, às bolsas de valores, bem como por atualizar este Formulário de Referência nos campos correspondentes.

As pessoas vinculadas responsáveis pelo descumprimento de qualquer disposição constante da política de divulgação e da legislação específica se obrigam a nos ressarcir e/ou as outras pessoas vinculadas, integralmente e sem limitação, de todos os prejuízos que nós e/ou as outras pessoas vinculadas a nós venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento.

Qualquer alteração desta política de divulgação deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração e obrigatoriamente comunicada à CVM e às bolsas de valores.

Comunicaremos formalmente às pessoas vinculadas os termos da deliberação do Conselho de Administração que aprovar ou alterar a política de divulgação, obtendo dessas pessoas a respectiva adesão formal por meio de assinatura do Termo de Adesão, que será arquivado na nossa sede desde o início do vínculo até o final do quinto ano, no mínimo, após o seu desligamento.

A relação de pessoas vinculadas, juntamente com as respectivas qualificações, indicando cargo ou função, endereço e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, será mantida atualizada na sede da Companhia, à disposição da CVM.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O nosso Diretor de Relações com Investidores é responsável pela execução e acompanhamento das políticas de divulgação e uso de informações e de negociação de nossos valores mobiliários, conforme artigo 20, (b) do Estatuto Social.

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 21 do Formulário de Referência.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não aplicável, uma vez que não houve operações de aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos nossos negócios.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não aplicável, uma vez que não houve alterações significativas na formação de condução de nossos negócios.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não aplicável, uma vez que não houve contratos relevantes celebrados por nós ou por nossas controladas não diretamente relacionados com as atividades operacionais.

22.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 22 do Formulário de Referência.